



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA

**O PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA COMO LABORATÓRIO DE UM
MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O
PROJETO-PILOTO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA DA SUDENE/DNOCS**

FORTALEZA
2023

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA

O PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA COMO LABORATÓRIO DE UM
MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O
PROJETO-PILOTO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA DA SUDENE/DNOCS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

Orientadora: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho.

FORTALEZA

2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Sistema de Bibliotecas
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

S58p

Silva, Francisco Antonio da.

O Perímetro Irrigado de Morada Nova como laboratório de um modelo de desenvolvimento rural no semiárido nordestino : o projeto-piloto da política de irrigação e desenvolvimento agrícola da SUDENE/DNOCS / Francisco Antonio da Silva. – 2023.

339 f. : il. color.

Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Fortaleza, 2023.

Orientação: Profa. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho .

1. Políticas Agrárias e Agrícolas. 2. Desenvolvimento Rural. 3. Sistema de Produção Agrícola. 4. Deslocamento Populacional. 5. Projeto Público de Irrigação. I. Título.

CDD 301

FRANCISCO ANTONIO DA SILVA

O PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA COMO LABORATÓRIO DE UM
MODELO DE DESENVOLVIMENTO RURAL NO SEMIÁRIDO NORDESTINO: O
PROJETO-PILOTO DA POLÍTICA DE IRRIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO
AGRÍCOLA DA SUDENE/DNOCS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, do Centro de Humanidades, da Universidade Federal do Ceará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Sociologia. Área de concentração: Processos de Trabalho, Estado e Transformações Capitalistas.

Aprovada em: 19/04/2023.

BANCA EXAMINADORA

Profª. Dra. Alba Maria Pinho de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Jawdat Abu-El-Haj
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. Mário Martins Viana Júnior
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Profª. Dra. Jovelina Silva Santos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)

Prof. Dr. Raimundo Jucier Sousa de Assis
Universidade Federal do Piauí (UFPI)

Dedico esta tese à minha mãe, Ana Soares. Uma mulher grandiosa, capaz de qualquer sacrifício para criar seus filhos. Trabalhar por comida, talvez tenha sido um dos pequenos sacrifícios que fez na vida para garantir nossa sobrevivência. Francisco, Maria das Graças, Gracileide, Zé Antônio, Diana e Leidiane são os frutos de sua luta pela vida e pela existência.

AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

À Profa. Dra. Alba Pinho, pela excelente orientação, inspiração e paciência.

Aos professores participantes da banca examinadora, Jawdat, Jovelina, Jucier, Mário Martins, Bernadete e George pelas valiosas colaborações e sugestões.

Aos amigos e familiares que estiveram ao meu lado nos momentos mais difíceis desta trajetória.

À Mazé, minha querida esposa, que abdicou de parte de seus projetos para estar ao meu lado, tornando-se uma parceira na vida que eu não tinha mais esperança de encontrar.

À coordenação e à secretaria do PPGS/UFC por sempre atender às minhas demandas.

À Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa da Universidade Estadual do Ceará (UECE) por ter me concedido afastamento para a realização deste curso.

[...] Uma produtividade do trabalho agrícola que supere a necessidade individual do trabalhador é a base de toda a sociedade e sobretudo a base da produção capitalista, que libera uma parcela cada vez maior da sociedade da produção dos meios de subsistência imediatos e [...] a transforma em *free hands* [mãos livres], tornando-a disponível para a exploração em outras esferas (MARX, 2017, Livro III, p. 846).

RESUMO

A bacia do rio Jaguaribe, localizada no estado do Ceará, foi escolhida na década de 1960 como uma região representativa do *Polígono das Secas* para a realização de estudos e elaboração e execução de projetos de valorização hidroagrícola, constituindo-se em um laboratório de experimentação de políticas de reorganização da estrutura agrária e de desenvolvimento agrícola, com implantação de projetos públicos de irrigação. Esta pesquisa situa-se na problemática do desenvolvimento rural, mais precisamente no âmbito das políticas agrárias e agrícolas formuladas e executadas pelo Estado brasileiro na região Nordeste, a partir da década de 1960, e as relações que estas políticas estabelecem com o processo de mudança ou transformação agrária, ou seja, o papel desempenhado pelas políticas agrárias e políticas agrícolas na reorganização da estrutura fundiária e na produção agropecuária do semiárido nordestino. A pesquisa centra-se em um aspecto particular da mudança agrária, consubstanciada na questão dos projetos públicos de irrigação, sendo o *locus* empírico da mesma o Perímetro Irrigado Morada Nova, localizado nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no vale do rio Banabuiú, afluente do rio Jaguaribe, escolhido no final da década de 1960 como laboratório experimental de um modelo de desenvolvimento rural no semiárido nordestino, com o objetivo de criar núcleos de agricultura familiar como base de futuras empresas agrícolas familiares voltadas para a produção de alimentos e culturas industriais, que abasteceriam o mercado interno e forneceriam matéria-prima para as indústrias regionais. A partir do estudo deste “laboratório” de desenvolvimento rural, analiso a formulação e execução das políticas agrárias e agrícolas que contribuíram para a desorganização do sistema de produção agrícola local a partir da desapropriação e deslocamento das populações rurais que tinham a terra e a produção agropecuária como as principais condições para a realização dos processos de reprodução social. Utilizo uma vasta documentação para analisar e compreender as mudanças agrárias ocorridas nesta região do interior do estado do Ceará decorrentes da implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova. A pesquisa chega à conclusão de que a instalação deste projeto público de irrigação acarretou imensos sacrifícios humanos e ambientais à região, com o deslocamento forçado de 18.000 pessoas e a destruição do sistema de produção agrícola local, constituindo-se na primeira experiência do trabalho conjunto entre SUDENE e DNOCS com grandes projetos de irrigação e servindo de modelo para as futuras ações destas duas autarquias federais.

PALAVRAS-CHAVES: políticas agrárias e agrícolas; desenvolvimento rural; sistema de produção agrícola; deslocamento populacional; projeto público de irrigação.

ABSTRACT

The Jaguaribe river basin, located in the state of Ceará, was chosen in the 1960s as a representative region of the *Polígono das Secas* for the realization of studies and the elaboration and execution of hydro-agricultural valorization projects, constituting itself in a laboratory of experimentation of policies for the reorganization of the agrarian structure and agricultural development, with the implementation of public irrigation projects. This research focuses on the issue of rural development, more precisely within the scope of agrarian and agricultural policies formulated and implemented by the Brazilian State in the Northeast region, from the 1960s onwards, and the relationships that these policies establish with the process of change or agrarian transformation, that is, the role played by agrarian policies and agricultural policies in the reorganization of the land structure and agricultural production in the northeastern semi-arid region. The research focuses on a particular aspect of agrarian change, embodied in the issue of public irrigation projects, the empirical *locus* of which is the Irrigated Perimeter of Morada Nova, located in the municipalities of Morada Nova and Limoeiro do Norte, in the Banabuiú river valley, a tributary of the Jaguaribe River, chosen at the end of the 1960s as an experimental laboratory for a model of rural development in the northeastern semi-arid region, with the objective of creating family farming centers as the basis for future companies of family crops transformed for the production of food and industrial crops, which would supply the domestic market and provide raw material for regional industries. From the study of this "laboratory" of rural development, we analyzed the formulation and execution of agrarian and agricultural policies that aspire to the disorganization of the local agricultural production system from the expropriation and displacement of rural communities that had the land and agricultural production as the main conditions for carrying out the processes of social reproduction. I use extensive documentation to analyze and understand the agrarian changes that occurred in this region of the interior of the state of Ceará caused by the implementation of the Irrigated Perimeter of Morada Nova. The research comes to the conclusion that the installation of this public irrigation project entailed immense human and environmental sacrifices in the region, with the forced displacement of 18,000 people and the destruction of the local agricultural production system, constituting the first experience of joint work between SUDENE and DNOCS with large irrigation projects and serving as a model for the future actions of these two federal authorities.

KEYWORDS: agrarian and agricultural policies; rural development; agricultural production system; population displacement; public irrigation project.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Bacia hidrográfica do rio Jaguaribe – Ceará	184
Figura 2 -	Regiões de Planejamento do Estado do Ceará	185
Figura 3 -	Mesorregiões Geográficas – Ceará	186
Figura 4 -	Microrregiões Geográficas – Ceará	187
Figura 5 -	Expansão da fronteira mercantil da pecuária no século XVII	191
Figura 6 -	Manchas de ocupação do território, segundo as línguas faladas na primeira metade do século XVIII	192
Figura 7 -	Ocupação do território antes da colonização europeia no século XVI	193
Figura 8 -	Carta Chorographica da Província do Ceará, de 1861, com destaque das vilas e povoados	194
Figura 9 -	Projetos ferroviários para o Ceará no século XIX	202
Figura 10 -	Mapa das ferrovias cearenses no ano de 1924	203
Figura 11 -	Estações ferroviárias cearenses no ano de 1954	204
Figura 12 -	Mapa das ferrovias cearenses no ano de 1965	205
Figura 13 -	Mapa das ferrovias cearenses no ano de 1970	206
Figura 14 -	Detalhamento do Projeto de Irrigação Morada Nova em 1969	280

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 -	Localidades afetadas pelas desapropriações no município de Morada Nova	219
Gráfico 2 -	Localidades afetadas pelas desapropriações no município de Limoeiro do Norte	220
Gráfico 3 -	Distribuição dos proprietários por sexo	221
Gráfico 4 -	Distribuição dos proprietários por sexo (em %)	221
Gráfico 5 -	Formas de uso dos imóveis rurais desapropriados por município.....	222
Gráfico 6 -	Formas de uso dos imóveis rurais desapropriados por município (%).....	222
Gráfico 7 -	Formas de uso das unidades de produção.....	225
Gráfico 8 -	Formas de uso da terra das unidades de produção principal e secundária	226
Gráfico 9 -	Formas de uso da terra das unidades de produção principal e secundária (em %)	226
Gráfico 10 -	Distribuição dos imóveis desapropriados, por sexo e por categoria	227
Gráfico 11 -	Distribuição dos imóveis desapropriados, por sexo e por categoria (%)	227
Gráfico 12 -	Tipos de indenização por categoria de unidade de produção	228
Gráfico 13 -	Tipos de indenização por categoria de unidade de produção (em %)	229
Gráfico 14 -	Classificação das unidades de produção principal pela dimensão dos imóveis (por grupo de área em hectares)	230
Gráfico 15 -	Porcentagem das <i>unidades de produção principal</i> pela dimensão dos imóveis (por grupo de área em hectares)	230
Gráfico 16 -	Número das <i>unidades de produção principal</i> pela área dos imóveis (por subgrupo de área em hectares)	231
Gráfico 17 -	Porcentagem das <i>unidades de produção principal</i> pela área dos imóveis (por subgrupo de área em hectares).....	231
Gráfico 18 -	<i>Terras de morada e unidades de produção secundária</i> encravadas em territórios pertencentes a unidades de produção principal (por grupo de área em hectares)	233
Gráfico 19 -	Porcentagem das <i>terras de morada e unidades de produção secundária</i> encravadas em territórios pertencentes a unidades de produção principal (por grupo de área em hectares)	233
Gráfico 20 -	<i>Terras de morada e unidades de produção secundária</i> encravadas em	

	territórios pertencentes a <i>unidades de produção principal</i> (por subgrupos de área em hectares)	234
Gráfico 21 -	Porcentagem das <i>terras de morada</i> e <i>unidades de produção secundária</i> encravadas em territórios pertencentes a <i>unidades de produção principal</i> (por subgrupos de área em hectares)	235
Gráfico 22 -	Indenizações das <i>terras de trabalho</i>	238
Gráfico 23 -	Valor das indenizações das <i>terras de morada</i>	239
Gráfico 24 -	Valor das indenizações das <i>unidades de produção secundária</i> (em Cr\$)	240
Gráfico 25 -	Indenização das <i>unidades de produção secundária</i> (por faixa salarial)	240
Gráfico 26 -	Indenizações das <i>unidades de produção principal</i> (em Cr\$)	242
Gráfico 27 -	Indenizações das <i>unidades de produção secundária</i> (em %)	242
Gráfico 28 -	Distribuição das atividades produtivas realizadas pelas <i>unidades de produção secundária</i>	245
Gráfico 29 -	Distribuição das atividades produtivas realizadas pelas <i>unidades de produção principal</i>	246
Gráfico 30 -	Distribuição da estimativa do valor da produção bruta das <i>unidades de produção secundária</i> por faixa salarial	253
Gráfico 31 -	Estimativa do valor da produção bruta das <i>unidades de produção secundária</i>	254
Gráfico 32 -	Tipos de exploração econômica nas <i>unidades de produção secundária</i>	255
Gráfico 33 -	Distribuição das unidades de produção secundária por valor das indenizações em faixas salariais	257
Gráfico 34 -	Distribuição do valor de produção bruta das UP Principal por atividade produtiva (em Cr\$).....	261
Gráfico 35 -	Distribuição do valor da produção bruta por subgrupos de área (%)..	262
Gráfico 36 -	Comparação percentual entre quantidade de propriedades e o VPB por subgrupos de área	262
Gráfico 37 -	Distribuição do VPB por subgrupos de área (em %)	263
Gráfico 38 -	Atividades produtivas por subgrupos de área (%)	263
Gráfico 39 -	Distribuição da cobertura vegetal segundo as atividades produtivas por subgrupos de área (em %)	264
Gráfico 40 -	Quantidade de salários mínimos anuais por estabelecimento agrícola em 1970 (Cr\$)	274

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Índice do Volume de Produção Agrícola (1939=100).....	134
Tabela 2 - Produto Nacional a Preços Constantes (em bilhões de cruzeiros a preços de 1939).....	135
Tabela 3 - Distribuição percentual do Produto Nacional a Preços Constantes (em bilhões de cruzeiros a preços de 1939).....	135
Tabela 4 - Índice da produção real (1939=100).....	138
Tabela 5 - Valor da produção agrícola (em bilhões de cruzeiros).....	139
Tabela 6 - Porcentagem da produção para o mercado interno e para exportação em relação valor da produção agrícola.....	140
Tabela 7 - Distribuição da produção entre os mercados interno e externo (Em bilhões de cruzeiros de 1952).....	140
Tabela 8 - Renda monetária e per capita das principais regiões do país.....	145
Tabela 9 - Índices da produção agropecuária e industrial.....	146
Tabela 10 - Números-índices da produção real do Nordeste (Base: 1950-100).....	151
Tabela 11 - Dados sobre as indenizações das propriedades desapropriadas.....	236
Tabela 12 - Dados sobre as indenizações das propriedades desapropriadas (em %)	237
Tabela 13 - Produção e valor de produção de culturas frutíferas, culturas industriais, extrativismo comercial e silvicultura em 1970 (em Cr\$).....	249
Tabela 14 - Preço unitário dos principais produtos agrícolas no Ceará, Limoeiro do Norte e Morada nova em 1970	250
Tabela 15 - Cálculo da produção anual da cobertura vegetal	252
Tabela 16 - Quantidade árvores ou fruteiras e o valor da produção bruta de cada atividade em 1970	255
Tabela 17 - Distribuição do valor da produção bruta das unidades de produção principal	260
Tabela 18 - Salário mínimo estabelecido para os estados nordestinos e a distribuição de acordo com as despesas em 1970	271
Tabela 19 - Relação entre valor da produção bruta e a capacidade de cobertura das despesas de consumo e manutenção das unidades de produção principal	272
Tabela 20 - Relação entre valor da produção bruta e a capacidade de cobertura das despesas de consumo e manutenção das unidades de produção secundária	272

Tabela 21 - Cronograma de instalação do Projeto de Irrigação Morada Nova.....	279
Tabela 22 - Valor da produção agrícola da área de instalação do PIMN em 1968 (em NCr\$).....	282
Tabela 23 - Tabela 22 - Instalação de colonos no Perímetro Irrigado de Morada Nova (1970-1991)	289

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

ASMIC	Association pour L'Organisation des Missions de Cooperation Technique
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CEPAL	Comissão Econômica e Social para a América Latina e Caribe
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico
CODEJA	Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe
CODESVASF	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco
CONTAP	Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso
FAO	Organização para a Agricultura e Alimentação
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEV	Grupo do Vale do Jaguaribe
GEVJ	Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe
GTDN	Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
ICAS	Initiatives in Critical Agrarian Studies (Iniciativas em Estudos Agrários Críticos)
ISS	International Institute of Social Studies (Instituto Internacional de Estudos Sociais)
MECOR	Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais
MINTER	Ministério do Interior
MISSÃO ABBINK	Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos
ONU	Organização das Nações Unidas
PROEMA	Programa de Emancipação de Perímetros Públicos de Irrigação
SUBIN	Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional
SUDENE	Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste
USAID	Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional
WORLD BANK	International Bank for Reconstruction and Development (IBRD) – Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial)

SUMÁRIO

1	CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: SITUANDO O OBJETO E A PROBLEMÁTICA DE ESTUDOS.....	16
1.1	A construção processual do objeto de estudo: o pesquisador e sua <i>démarche</i>	21
1.2	Considerações metodológicas	47
2	UM CAMPO DE ESTUDO EM CONSTRUÇÃO: ENTRE DEMANDAS POLÍTICAS E SOCIAIS	56
2.1	Bases de sustentação teórica: discussão básica	64
2.1.1	<i>As dimensões do espaço nas Ciências Sociais.....</i>	66
2.2	O recorte de um campo sociológico: domínios temáticos e enfoques.....	76
2.2.1	<i>O domínio dos estudos críticos do desenvolvimento.....</i>	77
2.2.2	<i>O domínio dos estudos agrários críticos</i>	82
2.2.3	<i>Modos de ver: o enfoque da economia política agrária.....</i>	90
2.3	A contribuição da abordagem da economia política agrária nos estudos do desenvolvimento e nos estudos agrários no Brasil.....	103
3	RASTREANDO A AGRICULTURA COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA.....	115
3.1	A produção agrícola para o abastecimento do mercado interno nas formulações gerais das políticas agrárias e agrícolas.....	117
3.2	A produção agrícola nas formulações efetivas das políticas agrárias e agrícolas brasileiras.....	144
3.2.1	<i>Aproveitamento racional dos recursos hídricos, a reestruturação da economia agrícola e a industrialização.....</i>	149
3.2.2	<i>Racionalização do abastecimento alimentar e a política de colonização.....</i>	153
3.3	A continuidade das formulações das políticas agrárias e agrícolas nos II, III e IV Planos Diretores da SUDENE.....	157
3.4	O movimento histórico das políticas de desenvolvimento rural do semiárido nordestino.....	166
4	A FORMULAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA DO VALE DO JAGUARIBE.....	176
4.1	4.1 A seleção do território e a dominação territorial: o Vale do Jaguaribe enquanto região-padrão para as políticas de valorização agrícola.....	181
4.2	O estudo integrado de uma região: as contribuições do Estudo Geral de	

	Base do Vale do Jaguaribe	196
4.2.1	<i>O meio agrícola e os fatores de desenvolvimento: as estruturas agrárias e agrícolas do Vale do Jaguaribe</i>	<i>198</i>
4.2.2	<i>Os obstáculos ao desenvolvimento e a precariedade da renda e do equilíbrio da agricultura</i>	<i>207</i>
4.3	Os fatores de desenvolvimento do Vale do Jaguaribe	212
5	TERRA, TRABALHO E PRODUÇÃO: A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ÁREA DE INSTALAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO MORADA NOVA	216
5.1	Informações básicas sobre as propriedades desapropriadas	218
5.2	O valor da produção bruta das unidades de produção agrícola.....	248
5.2.1	<i>O valor da produção bruta das unidades de produção secundária</i>	<i>253</i>
5.2.2	<i>O valor da produção bruta das unidades de produção principal</i>	<i>259</i>
5.3	A capacidade do sistema social produtivo em atender as demandas feitas à produção agrícola da região	269
6	A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM NO BAIXO JAGUARIBE: O AGRICULTOR FAMILIAR EMPRESARIAL.....	278
6.1	O colono ou irrigante: a elaboração do agricultor familiar empresarial.....	283
6.2	Os fundamentos legais das desapropriações e o problema do preço justo das indenizações.....	292
6.3	A tecnificação do espaço como justificativa para a negação da indenização justa aos desapropriados.....	299
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	305
	FONTES E DOCUMENTOS	317
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	322

1 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES: SITUANDO O OBJETO E A PROBLEMÁTICA DE ESTUDOS

A construção de um objeto de investigação envolve uma operação científica que avança lenta e processualmente, partindo de elaborações provisórias ou embrionárias, características de uma investigação em “estado nascente”. De acordo com Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 1989), a construção do objeto não é uma coisa que se produz de uma assentada e nem o programa de observações ou de análises é um plano que se desenhe antecipadamente: resulta, antes, de um trabalho “que se realiza pouco a pouco, por retoques sucessivos, por toda uma série de correções, de emendas, sugeridos por o que se chama o ofício [...] esse conjunto de princípios práticos que orientam as opções ao mesmo tempo minúsculas e decisivas” (BOURDIEU, 1989, p. 27).

O caminhar lento, marcado por retoques sucessivos e por correções que se fazem necessários, imprime no pesquisador um clima de angústia e indefinições. Em primeiro lugar, estas angústias e indefinições relacionam-se à forma como se convertem problemas muito abstratos em operações científicas inteiramente práticas, que dizem respeito à relação entre teoria e prática. Bourdieu chama a atenção para o fato de que os preceitos abstratos “ainda que tenham a faculdade de despertar a atenção e de pôr de sobreaviso, não prestam grande ajuda” se não puderem ser “directamente aplicados ao caso particular”. Assim,

a construção do objecto, e a eficácia de um método de pensar nunca se manifesta tão bem como na sua capacidade de constituir objectos socialmente insignificantes em objectos científicos ou, o que é o mesmo, na sua capacidade de reconstruir cientificamente os grandes objectos socialmente importantes, aprendendo-os de um ângulo imprevisto [...] (BOURDIEU, 1989, pp. 20-1).

Em segundo lugar, continuando na linha de raciocínio de Pierre Bourdieu, há o problema das “representações partilhadas do mundo social”, que resultam da relação que o pesquisador estabelece “com o objeto que, enquanto relação social, nunca é puro conhecimento, [fazendo com que] os dados [se apresentem] como configurações vivas, singulares e, em poucas palavras, humanas demais, que tendem a se impor como estruturas do objeto” (BOURDIEU, 2007, p. 24). As “representações partilhadas do mundo social”, que podem ter como fonte ou fundamento o *senso comum* ou o *bom senso científico* (ou “senso comum erudito”, muitas vezes dominado por visões normativas do mundo social), dificultam a construção teórica do objeto de pesquisa.

Esse resgate da perspectiva racionalista de Pierre Bourdieu, ao privilegiar a construção do objeto de investigação, é importante para situar o processo de elaboração, definição e delimitação do objeto de pesquisa que ora empreendo no curso de doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará. Esta pesquisa se situa na problemática do desenvolvimento rural, mais precisamente no âmbito das políticas agrárias e políticas agrícolas formuladas e executadas pelo Estado brasileiro na região Nordeste, a partir da década de 1960, e as relações que estas políticas estabelecem com o processo de mudança ou transformação agrária (BERNSTEIN, 2011), ou seja, o papel desempenhado pelas políticas agrárias e políticas agrícolas na reorganização da estrutura fundiária (sistema de posse e uso da terra) e da produção agropecuária do semiárido nordestino.

Esta pesquisa incide em um aspecto particular da mudança agrária (entendida como as alterações no sistema de uso e posse da terra (estrutura fundiária) e reorganização da produção agropecuária), consubstanciada na questão dos projetos públicos de irrigação, concebidos pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e executadas pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS). O *locus* da pesquisa incide no Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), localizado nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no vale do rio Banabuiú, afluente do rio Jaguaribe, ocupando uma área de 12.500 ha. O vale do rio Banabuiú e o baixo curso do rio Jaguaribe constituíram uma *zona agrícola prioritária* de uma *região-padrão*¹, a bacia do rio Jaguaribe ou Vale do Jaguaribe², que foi escolhida como laboratório de experimentação de políticas agrárias e políticas agrícolas nas décadas de 1960 e 1970.

Como pesquisador, trabalho um campo tradicionalmente estudado pela Sociologia, qual seja, o dos estudos do desenvolvimento rural, mediante o estudo das políticas agrárias e políticas agrícolas formuladas e executadas pelo Estado brasileiro. Neste campo tradicional de estudos, busco delinear um ângulo imprevisto ao desenvolver uma análise crítica do padrão de desenvolvimento rural, tomando como *locus* empírico o Perímetro Irrigado Morada Nova, escolhido no final da década de 1960 como laboratório experimental

¹ As noções de *zona agrícola prioritária* e *região-padrão* estão presentes no *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, realizado pelo Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), um grupo de trabalho franco-brasileiro criado pela SUDENE, em 1961, para realizar um inventário dos recursos naturais e dos solos da bacia do rio Jaguaribe, escolhida como região representativa do semiárido nordestino para estudos, formulação e execução de políticas de desenvolvimento rural.

² Em virtude dos diversos significados e utilizações do termo *região do Vale do Jaguaribe*, farei uma discussão sobre a noção de região no terceiro capítulo e darei destaque para os diversos significados de *região do Vale do Jaguaribe*.

de um modelo de desenvolvimento rural no semiárido nordestino, com o objetivo de criar núcleos de agricultura familiar como base de futuras empresas agrícolas familiares, voltadas para a produção de alimentos e culturas industriais que abasteceriam os mercados e indústrias regionais. No entanto, no início da década de 1980 esse modelo de desenvolvimento rural foi revisto e teve início uma reorientação nas políticas agrícolas que tomavam os perímetros irrigados como núcleos de desenvolvimento de empresas familiares.

Assim sendo, a partir do estudo deste “laboratório” de desenvolvimento rural, tento problematizar a formulação, execução e reformulação das políticas agrárias e agrícolas que assumem um movimento histórico a ser desvendado: *do foco da agricultura familiar, na perspectiva da criação e fortalecimento de empresas agrícolas familiares, a partir da década de 1960, à grande empresa agrícola, como eixo central das políticas de desenvolvimento rural, que terá início no final da década de 1980*. Este movimento histórico evidencia uma mudança significativa nas políticas agrárias e agrícolas formuladas e executadas a partir da década de 1960, que se traduz na mudança de ênfase da produção de alimentos e matérias-primas com base no trabalho familiar, destinada ao abastecimento do mercado interno, para a reprimarização da economia, baseada na produção de commodities agrícolas para exportação, como estratégia de ajuste do modelo brasileiro à crise estrutural do capital iniciada em meados da década de 1970, ao implementar o modelo rentista-neoextrativista (CARVALHO; GUERRA; MILANEZ, 2018).

Em linhas gerais, as políticas agrárias e as políticas agrícolas concebidas, formuladas e executadas a partir da década de 1960 resultaram, por um lado, na desintegração das unidades de produção agrícolas familiares (minifúndios e pequenas propriedades rurais) e, por outro, na concentração de terras decorrente da implantação de grandes projetos agropecuários e de colonização privados em áreas de expansão da fronteira agrícola, constituindo aquilo que se costuma denominar de *modernização da agricultura*.³ A partir de diversos mecanismos que beneficiaram os grandes empreendimentos agrícolas, o Estado reforçou a existência dos antigos latifúndios com subsídios, na forma de assistência técnica e

³ A literatura sobre a *modernização da agricultura* tem priorizado as políticas agrárias e as políticas agrícolas voltadas para a expansão da fronteira agrícola, nas décadas de 1960 e 1970, ou a expansão do agronegócio, a partir do final da década de 1980. Na perspectiva desenvolvida nessa pesquisa consideramos que as políticas voltadas para a reorganização de minifúndios, pequenas e médias propriedades para a instalação de projetos públicos de irrigação, podem ser interpretadas como parte do esforço do Estado em promover mudanças na estrutura agrária. No entanto, prefiro a noção de *mudança* ou *transformação agrária* à de *modernização da agricultura* para explicar as transformações do campo e da agricultura brasileiros nas últimas sete décadas. Por outro lado, creio que um outro conceito, de maior capacidade explicativa, poderia ser utilizado para explicar os fenômenos da modernização da agricultura: o conceito de *fronteira mercantil*, que se relaciona com a expansão geográfica da produção e da troca de mercadorias, desenvolvido por Jason W. Moore (MOORE, 2010).

financeira, para a expansão da pecuária e da produção de oleaginosas, como o algodão, duas atividades que, por serem praticadas de forma extensiva, demandavam a apropriação ou manutenção de grandes extensões de terra. As alterações no sistema de uso e posse da terra, personificada no latifúndio, seguiram um movimento concentracionista, ao contrário do que determinava o Estatuto da Terra, criado em 1964.

Nesta perspectiva, entende-se por política agrária as ações estatais relacionadas à alteração do regime de uso e posse da terra, ou seja, refere-se diretamente à estrutura fundiária do país, enquanto a política agrícola relaciona-se com o desenvolvimento da agricultura, a partir da criação de mecanismos que possibilitem a integração desse setor econômico ao processo de industrialização, através do fornecimento de mão de obra barata e alimentos agrícolas para o consumo de uma população não agrícola crescente ou trabalhadores agrícolas assalariados. As formas como estas políticas foram planejadas e executadas resultaram em mudanças nas condições sociais e técnicas da produção agrícola, configurando as dinâmicas e processos de mudança agrária. A dimensão mais visível da mudança agrária se relaciona com a “industrialização da agricultura”, sendo que o predomínio da indústria de insumos e equipamentos agrícolas na base técnica ou condições técnicas da produção e a integração ou subsunção da produção agrícola ao setor de agroalimentos são algumas das principais características da agricultura na segunda metade do século XX.

A relação entre as políticas agrárias e agrícolas planejadas e implementadas, a partir da década de 1960, e o problema da mudança agrária consiste em dois elementos principais: por um lado, a política de desenvolvimento da agricultura (política agrícola) reforçou o processo de concentração de terras, a partir da assistência técnico-financeira prestada aos grandes proprietários rurais (latifundiários, empresas de colonização privadas e empresários agrícolas), conforme previsto no documento *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, elaborado em 1959, pelo GTDN - *Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste* (GTDN, 1967; SILVA; CARVALHO, 2019); por outro lado, a política agrária não consistiu em ações concretas de desconcentração da propriedade da terra através da reforma agrária. Nesse sentido, portanto, não tendo ocorrido nenhuma mudança no sistema de posse e uso da grande propriedade rural, a agricultura voltada para a produção de alimentos (arroz, milho, feijão, mandioca etc.), baseada principalmente no trabalho familiar, e as atividades produtivas voltadas para as “culturas industriais” (algodão e mamona, por exemplo), extrativistas (carnaúba, oiticica, caju etc.) e culturas frutíferas (abacate, banana, abacaxi, manga, citros e coco) serão desorganizadas ou desintegradas, afetando diretamente a

produção agrícola local e regional, principalmente, nas regiões nas quais foram implantados projetos de desenvolvimento agrícola, como os projetos públicos de irrigação.

Desta forma, as políticas agrárias e agrícolas tiveram um impacto negativo porque tomaram como alvo para a reestruturação da economia rural a desapropriação e expropriação de minifúndios, pequenas e médias propriedades rurais responsáveis pela maior parte da produção de alimentos e culturas industriais. Além disso, até meados da década de 1970, as atividades extrativistas tiveram grande peso no conjunto da economia nordestina, tendo nos produtos extraídos da carnaubeira e os coletados de oleaginosas como a oiticica, os principais itens da pauta de exportações dos estados do Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte (DUQUE, 2004; D'ALVA, 2004; COÊLHO; ALVES, 2007; CARVALHO; GOMES, 2009; VARELA, 2011; SANTIAGO, 1985).

Assim, como reconhecem as próprias instituições estatais⁴ envolvidas com os projetos de desenvolvimento regional, as transformações socioeconômicas ocorridas no Nordeste entre as décadas de 1960 e 1980 foram insuficientes para a erradicação da pobreza absoluta rural e urbana e para o alargamento do mercado interno na região. O relatório técnico *A problemática e a política da terra e da água do Nordeste*, da *Série Projeto Nordeste*,⁵ observa que “[A] rigor, não se pode afirmar que a intervenção do poder público, tenha provocado alterações substantivas na estrutura agrária”, tendo em vista que “[T]anto a concentração fundiária tem se agravado, quanto persistem os problemas relativos às relações de trabalho e às precárias condições de vida dos trabalhadores rurais” (BRASIL; SUDENE, 1985, p. 30).

⁴ Aqui faço referência especialmente aos ministérios do Planejamento, Agricultura e Interior que, em 1982, instituiu uma Comissão Interministerial para supervisionar a elaboração do Projeto Nordeste, cuja coordenação executiva ficou sob a responsabilidade da Secretaria Executiva da SUDENE. O Projeto Nordeste teve como meta a avaliação e redefinição da política e estratégia de desenvolvimento regional que compreendia duas grandes fases: a primeira destinada à concepção de uma política regional, envolvendo a explicitação de objetivos e diretrizes para os espaços rurais e urbanos, dando prioridade à estratégia de desenvolvimento rural; a segunda, detalhava as estratégias e os respectivos programas de desenvolvimento urbano, industrial, de infraestrutura e de serviços sociais básicos, assim como completando o quadro de programas rurais (BRASIL; SUDENE, 1985).

⁵ A *Série Projeto Nordeste* é o resultado dos estudos realizados pelo Projeto Nordeste entre 1983 e 1984, composto de 18 volumes que reúne 30 relatórios técnicos, elaborados por pesquisadores de várias instituições federais e estaduais, mobilizados pela Secretaria Executiva da SUDENE, pelo BNB/ETENE (Banco do Nordeste do Brasil/Esritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste), pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia (SEPLANTEC/CAR), pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) e pelo Instituto de Planejamento Econômico e Social (IPLAN), do IPEA (BRASIL; SUDENE, 1985). O Volume 7, *A problemática e a política da terra e da água do Nordeste*, é composto de dois relatórios técnicos. O primeiro deles foi elaborado pelo Grupo de Trabalho Ação Fundiária, coordenado pelo economista e sociólogo Francisco Edson Teófilo Filho, que realizou seus estudos de mestrado e doutorado no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFC.

No entanto, não podemos perder de vista o fato de que a questão do desenvolvimento rural emergiu em um contexto marcado pela tentativa de construção de uma “nova ordem econômica internacional” que, na década de 1960, opunha os países em desenvolvimento e os países de capitalismo avançado em torno dos problemas do comércio internacional e do desenvolvimento (TRINDADE, 1984). Em 1961, a Organização das Nações Unidas (ONU) lançou o programa da Primeira Década do Desenvolvimento, fruto da percepção dos países considerados de “terceiro mundo”, que passaram a rejeitar concepção assistencialista da cooperação econômica internacional. A criação da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento), em 1962, e sua institucionalização como órgão permanente da ONU, em 1964, se deu em virtude da pressão dos países em desenvolvimento, que buscavam construir uma nova divisão internacional do trabalho, com novos padrões de produção e comércio. A primeira conferência da UNCTAD, organizada e presidida pelo economista argentino Raúl Prebisch, foi realizada em Genebra, entre março e junho de 1964 (COUTO, 2017).

Este recorte foi processualmente construído no âmbito dos desdobramentos da questão rural na vida brasileira. Assim, como pesquisador, sinto ser necessário contextualizar a questão das políticas de desenvolvimento rural, segundo as minhas pretensões de investigação.

1.2 A construção processual do objeto de estudo: o pesquisador e sua *démarche*

O projeto de pesquisa submetido ao processo seletivo do Curso de Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (PPGS/UFC), no segundo semestre de 2016, intitulado *Um Vale do Estado: a despossessão de comunidades rurais por projetos públicos de irrigação e infraestrutura hídrica no Ceará*, situava-se no que Madeleine Fairbeine (MADELEINE et. al., 2014, p. 654, tradução nossa), identifica como “uma terceira onda de estudos sobre despossessão [...] motivada pela aparente aceleração da ‘grilagem de terras’ (land grabs⁶) [...] bem como pela resistência a elas em muitas partes do mundo desde aproximadamente meados dos anos 2000”. Uma característica importante desta terceira geração de pesquisas sobre os processos de desapropriação e despossessão é o fato dela não ser apenas um artefato da academia, pois à medida que os conflitos em torno das

⁶ *Land grabs* pode ser traduzido literalmente como “roubo de terras”. A expressão grilagem é utilizada com o mesmo significado no Brasil, mas se referindo especificamente a uma das estratégias de apropriação de terras públicas ou particulares (de posseiros): a falsificação de documentos de propriedade, feita com a conivência dos cartórios de registro de imóveis.

plantações, minas, represas, barragens, projetos de conservação e outras formas de desenvolvimento urbano-industrial aumentavam nesse período, foram levantadas novas questões sobre as relações entre “terra e propriedade sob o capitalismo avançado”, gerando um interesse renovado na teoria da acumulação primitiva de Marx e sua reformulação por David Harvey, como “acumulação por despossessão”.

Neste sentido, a proposta original dessa pesquisa constituía-se na análise da atuação do Estado nos processos de acumulação do capital (*via despossessão*) e reestruturação do *espaço social*⁷ na região do Vale do Jaguaribe⁸, estado do Ceará, através do estudo dos projetos de infraestrutura hídrica (Açude Castanhão e Barragem de Figueiredo, localizados no município de Alto Santo, na Microrregião do Baixo Jaguaribe) e projetos públicos de irrigação (Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas, localizados nos municípios de Limoeiro do Norte, Quixeré, Russas e Morada Nova, também no Baixo Jaguaribe), instalados na região, a partir do final da década de 1980.

O ponto de partida baseava-se na hipótese de que a reestruturação do *espaço social* materializava-se, principalmente, a partir das seguintes intervenções do Estado: a) os projetos públicos de irrigação Jaguaribe-Apodi (nos municípios de Limoeiro do Norte e Quixeré) e Tabuleiros de Russas (nos municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova); e, b) os projetos de infraestrutura hídrica Barragem de Figueiredo e Açude Castanhão (localizados no município de Alto Santo, mas que também atingiram os territórios e populações dos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Jaguaribe, Iracema e Potiretama). Assim, analisar a intervenção do Estado na implantação desta infraestrutura e sua concomitante atuação na despossessão de comunidades rurais e na construção de um *espaço social* novo, constituía o ângulo para o qual se voltava o projeto de pesquisa naquele momento.

⁷ A categoria de *espaço social* é utilizada a partir da teorização empreendida por Lefebvre (1991), que compreende o *espaço* como uma instância produzida por meio das práticas de diferentes agentes, sendo uma dimensão inter-reativa, dialeticamente relacionada a outras dimensões da vida social. Para o autor, o espaço é uma realidade social, um conjunto de relações e formas, portanto, ele é um produto social. O espaço contém dois tipos de relações sociais, a saber, relações de reprodução (biofisiológicas) e relações de produção (a divisão do trabalho e sua organização). Lefebvre (1991) propõe que a produção do espaço ocorre a partir de três elementos: 1) prática social (espaço percebido pelos indivíduos), 2) representações do espaço (espaço concebido por cientistas, engenheiros, planejadores etc.) e 3) espaço representacional (espaço diretamente vivido pelos indivíduos).

⁸ O Vale do Jaguaribe é uma das regiões de planejamento do Estado do Ceará formada por 15 municípios: Jaguaribe, Jaguaribara e Jaguaretama, localizados na microrregião do Médio Jaguaribe; Pereiro, Ererê, Iracema e Potiretama, na microrregião da Serra do Pereiro; e Alto Santo, São João do Jaguaribe, Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Morada Nova, Quixeré, Russas e Palhano, localizados no Baixo Jaguaribe (IPECE, 2007).

O Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que teve sua primeira etapa iniciada em 1987, foi responsável por conflitos socioambientais decorrentes do uso indiscriminado de agrotóxicos e da contaminação das águas e das populações rurais do entorno do projeto, além de conflitos socioterritoriais decorrentes da desapropriação de comunidades rurais da região, inclusive com a ocorrência do assassinato de uma liderança comunitária e mortes causadas pela contaminação por agrotóxicos (RIGOTTO et. al., 2010; RIGOTTO, 2011). Este projeto público de irrigação é administrado pela Federação dos Produtores do Projeto Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA), responsável pela organização, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação do perímetro.

O Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas também foi responsável por conflitos socioambientais em virtude, principalmente, da desapropriação e expropriação de comunidades rurais. A primeira etapa do projeto teve início em 1992 e, em 2008, foi iniciada a implantação da II Etapa, que resultou na desapropriação de outras comunidades rurais. O Distrito de Irrigação do Perímetro Tabuleiros de Russas (DISTAR) é a entidade responsável pela administração, organização, operação e manutenção da infraestrutura de irrigação do projeto.

Quanto aos projetos de infraestrutura hídrica, a construção do Açude Castanhão, iniciada em 1995, foi a iniciativa mais perversa e controversa, pois levou à submersão da antiga cidade de Jaguaribara e de diversos povoados dos municípios de Alto Santo, Jaguaribe e Jaguaretama, depois de 10 anos de resistência à execução do projeto, luta na qual se envolveram, segundo Silveira (2000), diversas organizações da sociedade civil, como a Associação de Moradores de Jaguaribara - AMJ, o Grupo Multi-participativo do Castanhão, o Movimento de Educação de Base (MEB), a CÁRITAS, o Centro de Estudos do Trabalho e de Assessoria ao Trabalhador (CETRA), o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB)⁹ e o

⁹ O Movimento dos Atingidos por Barragens, criado em 1991 durante a realização do I Congresso do Atingidos por Barragens no Brasil, é uma entidade filiada à Central Única dos Trabalhadores – CUT, que se constituiu a partir da unificação de diversos movimentos regionais organizados por populações atingidas por barragens. Nascido com pretensões de abrangência nacional (PEROTE, 2006), talvez tenha sido o primeiro movimento social a ter uma articulação em nível mundial. Conforme Perote (2006, p. 106), “[...] os atingidos passaram a perceber que, além da luta isolada, deveriam confrontar-se com o modelo energético nacional e internacional. Para isso, fazia-se necessário uma organização maior que articulasse a luta em todo o Brasil. Fruto desta articulação e da pressão dos movimentos de atingidos por barragens de todo o mundo, foi criada no ano de 1997, na Suíça, a Comissão Mundial de Barragens - CMB, ligada ao Banco Mundial e com participação de representantes de ONGs, Movimentos de Atingidos, empresas construtoras de barragens, entidades de financiamento e governos. A CMB teve o fito de levantar e propor soluções para os problemas causados pelas construtoras de Barragens a nível mundial, bem como propor alternativas.”

Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC)¹⁰. Somente em Jaguaribara foram deslocadas mais de 8.500 pessoas, sendo que na década de 1900, a população do município era constituída de mais de 14 mil pessoas (PEROTE, 2006), demonstrando que nos 10 anos de resistência à construção da barragem cerca de 5.500 pessoas deixaram o município.

A construção da Barragem de Figueiredo, cujo projeto foi elaborado pelo Ministério da Integração Nacional e executado pelo DNOCS, com recursos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), também desapropriou e desalojou comunidades tradicionais da região, seguindo o *modus operandi* da intervenção estatal no que diz respeito a violações de direitos das populações nessa região, considerada estratégica para a expansão geográfica e reprodução do capital. Este projeto foi apresentado como um empreendimento essencial para o combate às secas e de incentivo à agricultura irrigada. A proposta visava à irrigação de propriedades agrícolas na Chapada do Atanásio (trecho da Chapada do Apodi) e no Baixo Jaguaribe e, ao mesmo tempo, garantir o fornecimento de água para consumo humano nos municípios de Alto Santo, Ererê, Iracema, Pereiro e Potiretama, sendo que o primeiro está localizado na microrregião do Baixo Jaguaribe, enquanto os demais municípios, na microrregião da Serra do Pereiro, nos limites entre os estados do Rio Grande do Norte e da Paraíba.

A hipótese que orientou a elaboração do projeto de pesquisa original baseava-se na ideia de que os projetos de infraestrutura hídrica e os perímetros irrigados, escolhidos como *locus empírico* da pesquisa, representavam a gênese e a dinâmica da intervenção do Estado na constituição das condições materiais e institucionais que favoreceram a constituição dos *territórios do capital* na região do Vale do Jaguaribe (FREITAS, 2012a; 2012b e 2010), compreendendo o conjunto de intervenções no *espaço social* na região como uma das estratégias utilizadas pelo Estado, assim como pela iniciativa privada, para consolidação das relações capitalistas de produção no campo ao criar novas condições para a reprodução do capital. Além disso, os projetos de infraestrutura hídrica e de irrigação evidenciavam impactos ameaçadores ao ambiente e às populações atingidas por esses projetos, gerando insegurança alimentar e danos à saúde, como doenças não transmissíveis ou crônicas, comprometendo a qualidade de vida através da contaminação por agrotóxicos e pela expropriação de comunidades rurais, constituindo-se, portanto, em processos de negação de “direitos do ser”

¹⁰ O Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), organização não governamental fundada em 1988, na cidade de Fortaleza. Durante o período que esteve em atividades editou duas publicações importantes, o *Boletim Raízes* e a *Revista Propostas Alternativas*, a partir das quais veiculou uma proposta de história pública, fazendo uso de memórias orais e de artefatos da cultura material na construção de práticas inovadoras de ensino de história e de educação patrimonial, atuando em todas as regiões do estado do Ceará.

(LEFF, 2015), que contribuem para a desqualificação das formas de organização social das populações atingidas, ao mesmo tempo em que encarnam estratégias de produção e difusão de sentidos para a reterritorialização do lugar na perspectiva do capital, cujas evidências seriam os processos de apropriação material dos recursos do território – como terra e água - de apropriação técnica (a partir dos processos produtivos) e de apropriação cultural ou simbólica (CARNEIRO, RIGOTTO e PIGNATI, 2012).

Este conjunto de problemas coloca o Estado no centro da dinâmica da acumulação do capital, o que representa um desafio analítico. Seguindo as pistas de David Harvey (2013, p. 21), “a acumulação do capital necessariamente produz e transforma espacialidades e estruturas territoriais (mostrando que, se algo como Estados não existisse, os capitalistas teriam de cria-los)”. Sem os arranjos institucionais de tipo estatal a expansão geográfica do capital e a reestruturação do *espaço social* não teriam ocorrido nas condições verificadas atualmente. Segundo Mészáros (2011; 2015), o Estado tem sido o agente promotor das condições objetivas de realização do sociometabolismo do capital, sendo um dos elementos constituidores dessa totalidade sócio-histórica. A partir da compreensão do papel do Estado na dinâmica sociometabólica do capital pretendia-se analisar de onde emergiam os conflitos socioambientais e socioterritoriais que desafiam as populações locais, o patrimônio biofísico e as próprias condições de reprodução da existência social na região do Vale do Jaguaribe, no interior do estado do Ceará.

Dada a amplitude do objeto de investigação do projeto de pesquisa inicial, que envolvia projetos de infraestrutura hídrica e projetos públicos de irrigação nas microrregiões do Médio e Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, operei no final do primeiro ano do curso, em 2017, em discussões com minha orientadora Profa. Alba Maria Pinho de Carvalho, o primeiro recorte do objeto de pesquisa, optando por investigar dois projetos públicos de irrigação: o *Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas* e o *Perímetro Irrigado Morada Nova*. Esta escolha partiu do fato de que o desenvolvimento e consolidação da política de irrigação brasileira, a partir do final da década de 1960, resultaram na constituição de dois tipos ou configurações de perímetros irrigados: a) o modelo baseado no assentamento de colonos e suas famílias, como núcleos de futuras empresas familiares, com foco na produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno, e; b) o modelo de empreendimento empresarial e agricultura comercial, baseado na concessão de lotes para empresas agrícolas, com ênfase no agronegócio e na produção para os mercados interno e externo, submetendo os irrigantes e suas famílias às determinações da lógica produtiva dos grandes empreendimentos agrícolas.

Na microrregião do Baixo Jaguaribe foram instalados quatro projetos públicos de irrigação federais, no período de 1968 a 2003: o Perímetro Irrigado de Morada Nova, o Perímetro Irrigado Jaguaruana, o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi e o Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas. A configuração dos dois primeiros projetos públicos de irrigação é marcada pelo assentamento de colonos, organizados na forma de pequena empresa familiar e produzindo alimentos para abastecimento do mercado interno, enquanto a configuração dos dois últimos se dá pela ênfase no agronegócio e foco no mercado, principalmente, o mercado externo e das grandes capitais brasileiras, tomando a irrigação como empreendimento empresarial. Assim, analisar as ações do Estado na implantação dos projetos públicos de irrigação, na Microrregião Geográfica do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, e sua concomitante atuação na despossessão de comunidades rurais e na construção de um *espaço social novo*, foi o ângulo para o qual se voltou a pesquisa naquele momento. Os perímetros irrigados Morada Nova e Tabuleiros de Russas foram escolhidos como *locus* da pesquisa, partindo do pressuposto de que, embora os dois projetos públicos de irrigação fossem caracterizados por configurações distintas, no fundo, atendiam à lógica de expansão das relações capitalistas no campo, sendo responsáveis por processos de despossessão de comunidades rurais e desintegração/desagregação da forma social camponesa de produção.

No entanto, à medida que avancei neste novo recorte, fui compreendendo que ainda persistiam algumas lacunas importantes. Para Pierre Bourdieu (1989), a construção de um objeto científico exige, em primeiro lugar, o rompimento com o senso comum, ou seja, com as representações partilhadas sobre o mundo social. Assim, a questão colocada foi a seguinte: como não deixar que os problemas que o objeto coloca, por ser produto social, atrapalhem na construção do objeto, ou seja, como impedir que as pré-noções orientem a construção do objeto científico? Na percepção do autor,

Um dos instrumentos mais poderosos da ruptura [com o senso comum] é a história social dos problemas, dos objectos e dos instrumentos de pensamento, quer dizer, do trabalho social [...] que se realiza no próprio seio do mundo social, no seu conjunto, neste ou naquele campo, neste ou naquele campo especializado e, especialmente, *no campo das ciências sociais* (BOURDIEU, 1989, p. 36).

Mais adiante o autor observa que,

Para se não ser objecto dos problemas que se tomam para objecto, é preciso fazer a história social da *emergência* desses problemas, da sua constituição progressiva, quer dizer, do trabalho coletivo - frequentemente realizado na concorrência e na luta - o qual foi necessário para dar a conhecer e a fazer

reconhecer estes problemas como *problemas legítimos*, confessáveis, publicáveis, públicos, oficiais [...] descobrir-se-á que o problema [...] foi *socialmente produzido*, num trabalho coletivo de construção da realidade social e por meio desse trabalho; e foi preciso que reuniões, comissões, associações, ligas de defesa, movimentos, manifestações, petições, requerimentos, deliberações, votos, tomadas de posição, projectos, programas, resoluções, etc. para que aquilo que era e poderia ter continuado a ser problema privado, particular, singular, se tornasse num *problema social*, num problema público, de que se pode falar publicamente [...] ou mesmo problema oficial, objecto de tomadas de posição oficiais, e até mesmo de leis e decretos. Seria preciso analisar aqui o papel particular do campo político e, sobretudo, do campo burocrático [...] (BOURDIEU, 1989, p. 37, grifo no original).

Uma das representações partilhadas a respeito das transformações sociais, económicas, ecológicas e espaciais na região do Vale do Jaguaribe consiste na compreensão de que as transformações agrárias se deram, principalmente, a partir da instalação dos projetos públicos de irrigação Jaguaribe-Apodi e Tabuleiros de Russas, iniciadas em 1987 e 1992, respectivamente, e da construção do Açude Castanhão, iniciada em 1995. Um dos elementos comuns destes três empreendimentos foi o deslocamento das populações que viviam nas áreas nas quais foram instalados, sendo o caso mais grave o da construção do Açude Castanhão, que deslocou toda a população da cidade de Jaguaribara e de comunidades rurais dos municípios de Jaguaribara, Jaguaretama, Alto Santo e Jaguaribe, situadas ao longo do lago da barragem. Outro elemento que identifica essas obras de infraestrutura hídrica e projetos públicos de irrigação é o fato de representarem as condições materiais para a realização de uma agricultura em larga escala, apoiada em uma base técnico-científica e nas indústrias de insumos agrícolas (agrotóxicos, fertilizantes, máquinas agrícolas) e agroalimentares (exportação para os principais mercados consumidores nacionais e estrangeiros).

No entanto, ao se observar o problema da valorização agrícola do Vale do Jaguaribe numa perspectiva histórica, o início da década de 1960 constitui o ponto de partida dos estudos que possibilitaram a formulação de políticas agrárias e agrícolas que seriam postas em prática a partir de 1968, com a instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova, denominado na época de Projeto Morada Nova ou Projeto Banabuiú-Morada Nova, instalado no vale do rio Banabuiú, entre os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no Baixo Jaguaribe.

Em 1961 a SUDENE – Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – dirigida por Celso Furtado, “cria três grupos encarregados de definir um programa de estudos e de intervenções, em setores representativos” das zonas agrícolas que constituem o Nordeste: a) o GIPM – Grupo Interministerial de Povoamento do Maranhão, criado para a realização de

estudos das zonas de colonização de clima úmido; b) o GISF – Grupo de Irrigação do São Francisco, criado para a realização de estudos das zonas de colonização de clima árido; e, c) o GEVJ – Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (Ceará), criado para a realização de estudos das zonas de povoamento tradicional de clima seco (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 19).

O GEVJ foi um grupo misto franco-brasileiro criado em parceria com a Association pour L'Organisation des Missions de Cooperation Technique (ASMIC), do Ministério dos Assuntos Econômicos da República Francesa, para realização do inventário dos recursos naturais da bacia do rio Jaguaribe, efetuando o estudo dos solos e das águas disponíveis. A bacia do Jaguaribe - com 73.000 km² - foi escolhida como região-padrão, representativa do Polígono das Secas, cujos resultados e a experiência adquirida seriam utilizados para a definição das modalidades de abordagem e estudo de uma região natural. Além dos inventários das potencialidades dos recursos hídricos, dos solos e das técnicas agrícolas e das estruturas agrárias, foram realizados estudos sobre os obstáculos econômicos e sociais ao desenvolvimento da região.

Os trabalhos do GEVJ resultaram na elaboração do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, constituído de nove relatórios técnicos (Fotointerpretação, Pedologia, Hidrologia, Monografia Hidrológica, Agricultura, Hidrogeologia, Políticas das Águas, Aspectos Socioculturais e Aspectos Econômicos) e um relatório síntese, no qual são apresentados os resultados gerais dos estudos e faz as recomendações para a valorização agrícola da região.

Tendo em vista os meios limitados do GEVJ foi estabelecida “uma prioridade de intervenções, de maneira a rentabilizar [...] os esforços públicos e privados, bem como uma concentração geográfica setorial” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 75). Neste sentido, o GEVJ considerou como prioritários os seguintes programas: a) a valorização dos aluviões irrigáveis dominados pelas grandes barragens; b) a organização, para as zonas irrigadas, de uma assistência eficaz e rápida ao agricultor, através da criação de um organismo único de desenvolvimento: a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe (CODEJA); e, c) o melhoramento da produtividade do rebanho bovino, através do melhoramento da alimentação, proteção sanitária e melhoramento genético.

Dos três programas, os dois primeiros foram considerados “os de maior prioridade e os mais urgentes, como também os mais abandonados”, constituindo “a parte essencial da operação ‘Jaguaribe – segunda fase’ [...] sob a responsabilidade do próprio Grupo do Jaguaribe e da SUDENE [...]” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 75).

O primeiro programa tinha como prioridade a irrigação de 150.000 hectares. No entanto, “[Tendo] em vista a falta de experiência em matéria de irrigação, tanto dos agricultores como dos técnicos, o Grupo do Jaguaribe atribuir[ia] prioridade à instalação de perímetros-pilotos irrigados”, com superfícies reduzidas com o objetivo, por um lado, de “formar os primeiros especialistas em irrigação, no que concerne à elaboração de projetos e à gestão de perímetros” e, por outro lado, “constituir os primeiros núcleos de agricultura moderna, formar líderes camponeses e vulgarizar as técnicas de irrigação” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, pp. 75-6). Os perímetros-pilotos irrigados deveriam ser instalados,

em áreas representativas das futuras zonas irrigáveis, isto é, no Baixo Jaguaribe – Icó – Cariri, no centro dos futuros setores preferenciais de progresso. Escolheremos, por exemplo, Jaguaruana, Quixaba (Limoeiro) e Russas no Baixo Jaguaribe, Lima Campos e Iguatu no Médio Jaguaribe, e Quixabinha no Cariri – Leste (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Estes perímetros ocupariam cada um deles uma área de 50 a 100 ha, aproximadamente, com “financiamento exclusivamente de ordem nacional, oriundo do orçamento da SUDENE-DNOCS e Ceará” e teriam um “caráter representativo”, ou seja, variando “as características [...] de maneira a escolher os que [fossem] representativos das regiões a serem valorizadas e dos problemas a resolver” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Na falta de um serviço especializado competente, o GEVJ serviria “de núcleo para um futuro organismo a ser criado, encarregado da elaboração dos projetos”, tendo em vista que “a construção e gestão dos perímetros deverão ser confiadas a um organismo especializado (sic)”. Desta forma, “[Depois] de vários anos de gestão dirigida ou semidirigida, cada perímetro-piloto será absorvido por um setor mais vasto, para o qual servirá de núcleo e de modelo [...]” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Para a concretização da primeira etapa do Programa 1 o Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou a criação, em março de 1966, de uma sociedade anônima de economia mista, denominada de Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe (CODEJA), com a finalidade de atuar em todos os setores da economia, especialmente, no agropecuário e industrial (SUDENE. Conselho Deliberativo, 2 de março de 1966). Uma de suas tarefas seria estudar, definir e programar o Plano de Desenvolvimento Agrícola da região, tendo como ação inicial a implantação dos perímetros-pilotos de irrigação. No entanto, no final de 1967, a criação da companhia foi revogada, tendo como um dos argumentos a elaboração, pela SUDENE, de “um projeto específico de irrigação – o Projeto Morada Nova que vai servir de

experiência para uma operação naquela área, inclusive do mecanismo operacional do sistema, o qual poderá ser adotado para outras regiões do Vale do Jaguaribe” (SUDENE. Conselho Deliberativo, 26 de outubro de 1967, p. 1).

De acordo com o *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, os grandes perímetros irrigados somente seriam instalados depois que os perímetros-pilotos de Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, no Baixo Jaguaribe, Lima Campos e Iguatu, no Médio Jaguaribe, e Quixabinha, na região do Cariri, estivessem em operação, sendo que os perímetros-pilotos tinham previsão para serem instalados na segunda fase do convênio celebrado entre a SUDENE e o governo francês, ou seja, no período de 1965 a 1968. Nesta fase caberia à SUDENE, com a colaboração do GEVJ, a elaboração de anteprojeto técnico-econômico internacional de valorização agrícola e não-agrícola do Vale do Jaguaribe, incluindo nele o Projeto Morada Nova. O objetivo da elaboração deste anteprojeto internacional voltava-se para a captação de recursos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

No entanto, com a revogação da criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe, o cronograma de implantação dos programas prioritários foi alterado, passando ao primeiro plano a instalação de um grande perímetro irrigado, o Projeto Morada Nova, que serviria de modelo para os demais projetos a serem instalados na região.

Pela importância dada aos perímetros irrigados, enquanto elemento central da valorização agrícola do Vale do Jaguaribe, ou seja, enquanto estratégia de alteração da estrutura agrária e da produção agrícola, os compreendo como a materialização das políticas agrárias e agrícolas que servirão de referência para as ações do Estado na região Nordeste, na área de atuação conjunta da SUDENE e do DNOCS¹¹. Constituem, por outro lado, a materialização da agricultura capitalista sob o comando do Estado, caracterizada por mudanças drásticas nas condições técnicas e sociais da produção.

¹¹ Até o final da década de 1950 o DNOCS foi a autarquia federal responsável pela realização de obras de infraestrutura hídrica na região Nordeste, Espírito Santo e parte do estado de Minas Gerais. Também, de forma quase exclusiva, foi responsável pela instalação de infraestrutura não-hídrica, em sua área de atuação, açudes, estradas, pontes, portos, ferrovias, hospitais e campos de pouso, redes de energia elétrica e telegráficas, usinas hidrelétricas e foi, até a criação da SUDENE, o responsável único pelo socorro às populações flageladas pelas secas que assolam a região. A partir de 1959, foi transferida aos Estados a responsabilidade pelas redes de abastecimento urbano e à Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), a atual Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), ficou responsável pelos projetos públicos de irrigação situados no vale do Rio São Francisco, cuja primeira experiência foi o Perímetro Irrigado Bebedouro, localizado no município de Petrolina (PE), iniciado em 1968.

Em primeiro lugar, os perímetros irrigados constituem *territórios*¹² planejados para a expansão das relações capitalistas no campo, constituindo-se no *locus* privilegiado de produção agrícola viabilizada pela técnica da irrigação e uso intensivo de fatores de produção, como insumos e maquinários agrícolas. Em segundo lugar, enquanto espaços seletivos, desenvolvem processos de fragmentação e diferenciação socioespaciais, tornando possível a existência de territórios altamente produtivos, do ponto de vista do capital, em meio a espaços produtivos considerados atrasados pelos formuladores das políticas agrícolas e pelos atores situados no campo hegemônico do poder¹³ (BOURDIEU, 1996). Em terceiro lugar, para e na produção desses espaços seletivos, ocorre o processo de reestruturação socioespacial, através de diversos mecanismos de destruição dos territórios camponeses e da pequena e média produção de mercadorias – como os mecanismos de desapropriação e expropriação ou mesmo de negação, quando os associa ao atraso e empecilho ao desenvolvimento (CARNEIRO, RIGOTTO e PIGNATI, 2012). Por fim, as políticas agrária e agrícola postas em prática com a instalação dos projetos públicos de irrigação resultaram na desintegração do campesinato e na desorganização da produção agrária, a partir da desapropriação dos meios de trabalho e da desorganização das unidades econômicas familiares ou camponesas, ou seja, ocorre o processo de desintegração da forma social camponesa de produção, por um lado, e a reestruturação da produção agrícola, de forma mais ampla, por outro.

O Projeto Banabuiú-Morada Nova ou Perímetro Irrigado de Morada Nova (um dos quatro projetos públicos de irrigação instalados na região do Baixo Jaguaribe), localizado no vale do rio Banabuiú, nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, teve sua instalação iniciada em 1968 e os serviços de administração, operação e manutenção da infraestrutura de uso comum tiveram início em 1970, com a instalação dos primeiros colonos, constituindo a experiência pioneira do DNOCS e da SUDENE com projetos públicos de irrigação no Brasil. A partir deste projeto-piloto público de irrigação as duas autarquias federais, que têm como foco de atuação central o semiárido nordestino, elegeram uma área de aproximadamente 30 km de extensão às margens do vale do rio Banabuiú (ALBUQUERQUE, 2008), entre os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, como

¹² A noção de território ocupa um lugar central e polêmico na geografia, mas é consenso “que o território é indissociável da noção de poder e que é limitante concebê-lo unicamente como os limites político administrativos dos países. O território deve ser estudado tomando como referência o espaço, pois ele é formado a partir do espaço geográfico, daí a indissociabilidade entre os dois” (GIRARDI, 2008, n. p.).

¹³ Compreendemos o campo de poder como o espaço de relações de força entre os diferentes tipos de capital ou, mais precisamente, “entre os agentes suficientemente providos de um dos diferentes tipos de capital [para conseguir dominar o campo correspondente e cujas] lutas se intensificam sempre que o valor relativo dos diferentes tipos de capital é posto em questão” (BOURDIEU, 1996, p. 50).

um laboratório para o planejamento e execução de uma política de irrigação e desenvolvimento agrícola, que serviria de modelo de atuação nas demais regiões do semiárido nordestino até o final da década de 1980.

Adotando uma estratégia de terra arrasada, o DNOCS, a autarquia federal responsável pela implementação e gerenciamento dos perímetros irrigados, destrói para reconstruir, em outras bases, a economia agrícola local. Foi responsável direto pela desintegração da produção agropecuária, constituída pelas atividades produtivas de centenas de minifúndios e algumas dezenas de pequenas propriedades rurais, que constituíam a principal característica da estrutura fundiária dessa região¹⁴. A expulsão, expropriação e, por fim, espoliação de cerca de três mil famílias que viviam nessa região, que foram desapossadas dos meios e objetos de trabalho que, embora não garantissem, em algumas situações, as condições mínimas de reprodução social, contribuíram para agravar ainda mais os baixos padrões de existência dessas populações rurais, resultando em um profundo e dramático processo de transformação agrária na região do Vale do Jaguaribe, a partir do final da década de 1960. Hall (1976) analisa a eficácia da estratégia de irrigação no Brasil para a solução dos

¹⁴ De acordo com o inciso II, do Art. 4º da Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que dispõe sobre o Estatuto da Terra, a "Propriedade Familiar" é definida como o imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho, garantindo-lhes a subsistência e o progresso social e econômico, com área máxima fixada para cada região e tipo de exploração, e eventualmente trabalho com a ajuda de terceiros. O Art. 5º, estabelece que a dimensão da área dos módulos de propriedade rural será fixada para cada zona de características econômicas e ecológicas homogêneas, distintamente, por tipos de exploração rural que nela possam ocorrer. Além do conceito de *propriedade familiar*, o Estatuto da Terra define os conceitos de imóvel rural, módulo rural, minifúndio, latifúndio, empresa rural, cooperativa agrícola, parceleiro e colonização. Segundo o Estatuto da Terra, o tamanho do módulo rural varia de uma região (zona econômica e ecológica homogênea, como é o caso da microrregião, por exemplo, na classificação do IBGE) para outra. Através da Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, foi introduzido o conceito de *módulo fiscal*, para fins de cálculo do imposto sobre a propriedade territorial, que também serviu para definir as dimensões das propriedades rurais em: minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e latifúndio. De acordo com a redação dada pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, ao Art. 49 do Estatuto da Terra, o módulo fiscal é uma unidade de medida, em hectares, cujo valor é fixado pelo INCRA (na época denomina de IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, sejam expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de "propriedade familiar". A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, em virtude das diferenças econômicas e ecológicas regionais. Assim, o valor do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Para efeitos de cálculo da quantidade de módulos fiscais de um imóvel rural divide-se a área aproveitável total deste imóvel pelo módulo fiscal do município. De acordo com a Instrução Especial/INCRA/N.º 20, de 28 de maio de 1980, que estabeleceu o Módulo Fiscal de cada município, os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte tiveram seus módulos fiscais estabelecidos em 55 hectares. Com a Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), ficam estabelecidos os critérios para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho e produtividade, ficando assim classificados: minifúndio (menos de 01 módulo fiscal), pequena propriedade (de 1 a 4 módulos fiscais), média propriedade (de 5 a 15 módulos fiscais) e grande propriedade ou latifúndio (acima de 15 módulos fiscais). Nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, assim como nos demais municípios da microrregião do Baixo Jaguaribe, as propriedades rurais definidas como pequenas propriedades têm dimensões entre 55 e 220 hectares. No vale do rio Banabuiú, onde foi instalado o Perímetro Irrigado Morada Nova, propriedades com essas dimensões são quase exceção, predominando os minifúndios.

problemas da pobreza rural, desemprego e migração rural-urbana associada à seca. As evidências coletadas pelo autor, em três estudos de caso, entre eles o Projeto Morada Nova, sugerem que, em vez de resolver esses problemas, os projetos de irrigação tenderam a exacerbá-los. Pelo fato de serem intensivos em capital e gerarem poucos empregos permanentes, os projetos de irrigação expropriaram cinco vezes o número de famílias rurais do que as absorveram. Além disso, inexistia uma política de realocação para os desapropriados, poucos dos quais receberam remuneração adequada pelas perdas de suas casas e terras. Pelos dados apresentados por Hall (1976), calcula-se que 18 mil pessoas foram deslocadas dos distritos e povoados localizados na área em que foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova, dado que, que por si mesmo, já indicava a gravidade dos problemas causados à população dessa região. Por exemplo, em 1968 o município de Morada Nova era constituído de oito distritos: Morada Nova, Aruaru, Boa Água, Ibicuitinga, Juazeiro de Baixo, Pedras, Roldão e Uiraponga. Dois desses distritos, Juazeiro de Baixo e Pedras, se localizavam na área de instalação do projeto, concentrando uma população de 8.350 pessoas, sendo 5.059, no distrito de Juazeiro de Baixo, e 3.291 pessoas no distrito de Pedras. Além disso, parte da população do distrito sede, Morada Nova, que tinha uma população rural de 9.965 pessoas, contra 6.074 que viviam na área urbana desse distrito, também foi desapropriada. Levando-se em conta apenas a população dos distritos de Juazeiro de Baixo e Pedras, esta representava 15,6% da população do município, que era de 53.522 habitantes em 1970 (IBGE, 1970).

O Perímetro Irrigado de Morada Nova materializa, neste sentido, as políticas agrárias e agrícolas formuladas pela SUDENE e executada pelo DNOCS, cujo objetivo principal consistia na reorganização da estrutura agrária e da produção agropecuária da região, a partir da instalação de um polo de desenvolvimento agrícola, baseado na agricultura irrigada e no assentamento de colonos e suas famílias, como núcleo de futuras empresas familiares voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento dos mercados regionais (Fortaleza e Mossoró). Enquanto laboratório experimental, este projeto público de irrigação servirá de modelo para a instalação dos demais perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe, assim como na área de atuação dessas duas autarquias federais. Por outro lado, também servirá para a preparação de um quadro técnico de profissionais do DNOCS, capacitados na elaboração de projetos e gerenciamento dos perímetros irrigados. Assim, entende-se ser fundamental o estudo desse projeto público de irrigação para a explicação do movimento histórico das políticas de desenvolvimento regional iniciadas no início da década de 1960: esse movimento histórico tem como ponto de partida a reestruturação agrária dos

vales de rios da região semiárida, nos quais são instaladas unidades de exploração agropecuária baseadas no trabalho familiar, como núcleos de futuras empresas familiares.

Assim, nessa pesquisa concentrar-me-ei em três aspectos ou dimensões do processo de constituição do Perímetro Irrigado de Morada Nova, que serão centrais para a compreensão e elucidação das estratégias utilizadas pelo Estado na dinâmica da transformação agrária na região do Vale do Jaguaribe, no interior do estado do Ceará. Estas transformações ou mudanças agrárias resultaram na reestruturação do sistema de uso e posse da terra, responsáveis pela destruição das unidades de produção agrícolas camponesas e/ou familiares; imposição de novas técnicas de produção agropecuária, com a utilização intensiva de insumos e maquinários agrícolas, fazendo com que aumentassem os desníveis da produtividade do trabalho e da produção agrícolas na região; reorientação das relações entre produção agrícola e mercado interno, com a definição de que tipos de alimentos e culturas industriais deveriam ser produzidos; subsunção da produção agrícola e do produtor familiar ao mecanismo do crédito rural; imposição de uma cultura empreendedora que se impõe, a partir de uma visão individualista, baseada na ideologia do sucesso pessoal e empresarial; e a expropriação e expulsão de produtores camponeses, pequenos produtores de alimentos agrícolas e trabalhadores rurais que serão obrigados a migrarem para as periferias das cidades do entorno do projeto ou para outros povoados nos quais tentarão reproduzir suas condições de existência.

O primeiro aspecto ou dimensão a ser analisado é o da *seleção do território*, a partir do qual se produz uma nova relação: a *dominação territorial*. O agente central da *dominação territorial* é o Estado, a partir de uma *intervenção substantiva* (JESSOP, 1982), ou seja, a partir de uma intervenção direta. A *seleção e dominação territoriais* envolvem uma série de ações, que se inicia com a realização de estudos que resultaram na elaboração de representações do espaço, ou seja, o espaço concebido por cientistas (engenheiros, agrônomos, arquitetos, geólogos, sociólogos, antropólogos, economistas etc.) e planejadores, conforme a compreensão de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991). A partir destas representações do espaço são construídas tipologias e classificações, essenciais para as intervenções posteriores do Estado e da iniciativa privada. Assim, os recursos da natureza - ou seu patrimônio biofísico - são inventariados e classificados de acordo com suas utilizações ou potenciais econômicos, ao mesmo tempo em que são identificadas as fragilidades e deficiências do espaço natural ou físico e do espaço físico apropriado, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu.

Essas representações do espaço são materializadas em mapas (e cartas) hidrográficos, planimétricos, morfológicos, de vegetação e ocupação dos solos, geológicos, pluviométricos, pedológicos etc. e extensas literaturas nas quais são descritos, inventariados, classificados e tipificados com exatidão todos esses dados. Ao mesmo tempo, são identificadas as práticas e produção agrícolas e o espaço ocupado por cada cultura na renda agregada.

De posse destas representações do espaço, os planejadores elaboram os programas e projetos de intervenção que visam aproveitar economicamente ou alterar a disponibilidade (como no caso dos recursos hídricos) e/ou os usos dados historicamente ao patrimônio biofísico, assim como as funções econômicas ou materiais que representam para as populações que dele se utilizavam. Como o parâmetro utilizado pelos planejadores para identificar as relações entre homem e natureza é o econômico, essas relações sempre são pensadas como inadequadas, deficientes ou inexistentes. Para começar, se a exploração de um elemento ou “força da natureza” (AMIM, 1977) não for feita de forma a utilizar o potencial máximo de sua capacidade, a relação será inadequada e considerada uma das causas do atraso econômico ou da pobreza de uma determinada população humana.

As representações do espaço passam a constituir, dessa forma, um acervo técnico-científico e institucional controlado pelo Estado e/ou organizações internacionais como o Banco Mundial, por exemplo, servindo como moeda nos acordos e transações entre o Estado-nacional e as instituições financeiras, políticas e econômicas internacionais. Neste sentido, o conhecimento das reservas e potencialidades naturais de uma região consiste no primeiro passo para o *domínio territorial*.

O segundo aspecto ou dimensão diz respeito ao *sistema de uso e posse da terra*, contemplando a relação entre *terra, trabalho e produção*. O agente central desta dimensão são as populações rurais – entendida aqui em sua diferenciação social enquanto trabalhadores rurais assalariados, minifundistas, pequenos, médios e grandes produtores rurais - que se constituem no sujeito coletivo da ocupação territorial e organização do sistema produtivo local. Serão analisadas nesta dimensão as formas de ocupação territorial e de organização da produção agrícola que vigoravam antes da instalação do perímetro irrigado. Assim, o foco da análise recairá sobre as condições materiais da produção agrícola, o sistema de uso e posse da terra (estrutura fundiária), as culturas alimentares e industriais produzidas, o capital investido na produção, condições de moradia, formas de ocupação da mão de obra e rendimento das atividades produtivas. Todos esses elementos caracterizam a materialização da *prática espacial*, ou seja, o espaço da produção e reprodução sociais. Assim, a análise dos elementos

fundamentais da estrutura agrária e produção agrícola da região na qual foi instalado o projeto de irrigação, a partir do inventário fundiário das unidades de produção agrícola desapropriadas, podem revelar as condições de produção dos minifúndios, pequenas e médias propriedades rurais e o nível de vida ou condições de reprodução social da população da região objeto de desapropriação para a implantação deste perímetro irrigado.

A terceira dimensão da investigação é o processo de transformação dos pequenos produtores rurais de mão de obra agrícola em agricultor familiar empresarial. O núcleo central da análise será a cultura do empreendedorismo, sendo o Estado o responsável pela transformação das condições técnicas e sociais da produção e o propagador da ideologia da agricultura familiar empresarial. O *colono*, cobaia para a experimentação da agricultura familiar empresarial, será compreendido como objeto dessa política agrícola, tendo em vista que o perímetro irrigado será o laboratório experimental desta nova agricultura, do planejamento econômico e do planejamento agrícola e os colonos serão as cobaias, submetidos a um controle rígido, que não se restringia à forma de organização da produção, mas também se manifestava sobre a própria organização da moradia, das práticas higienistas e das formas de sociabilidade baseadas na cooperação entre as famílias, que buscavam o sucesso individual da unidade de produção agrícola.

Enquanto laboratório de experimentação analisarei a forma como o perímetro irrigado se materializa como um espaço de aprendizado, não só para os colonos, mas também para um corpo técnico de profissionais que serão responsáveis pela execução da política agrícola e de irrigação formulada pela SUDENE e executada pelo DNOCS, no Nordeste brasileiro.

O modelo da agricultura familiar empresarial tem dois marcadores essenciais que o diferenciam das formas de produção baseadas nas unidades de produção agrícolas camponesas e dos produtores comerciais (geralmente pequenos e médios produtores rurais que produziam especificamente para o mercado interno e/ou externo): o mercado de terras e o crédito agrícola. Estes dois marcadores materializam a subordinação dos colonos e da produção agrícola ao sistema bancário, ou seja, a financeirização da agricultura constitui o elemento estratégico da cultura empreendedora vivenciada nos perímetros públicos de irrigação, instalados a partir do final da década de 1960. A financeirização da agricultura pode ser relacionada, ao mesmo tempo, ao êxito e ao fracasso do modelo de perímetro irrigado baseado na instalação de colonos como futuros núcleos de empresas familiares, como foi o caso dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana, nos quais os colonos enfrentam

a dramática condição de endividamento e sem as condições de produção que inicialmente foram oferecidas.

Em suma, o Perímetro Irrigado de Morada Nova constitui a materialização das políticas agrárias e agrícolas responsáveis pela desorganização e desintegração da economia agrícola de comunidades rurais dos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, ao mesmo tempo em que revela o papel desempenhado pelo Estado na implantação de uma nova lógica produtiva baseada na utilização intensiva de insumos e maquinário agrícolas e na subsunção da agricultura ao sistema bancário. Baseada nesta lógica produtiva o Estado impõe uma nova forma de *dominação territorial* que amplia o grau de inserção da produção agrícola aos interesses do mercado, inicialmente do mercado interno e, a partir da década de 1990, aos interesses do mercado externo, que contribuiu para a desintegração da agricultura de base camponesa e da agricultura comercial realizadas em minifúndios, pequenas e médias propriedades.

Neste sentido, o objetivo central da pesquisa consiste na análise e explicitação do papel desempenhado pelas políticas agrárias e agrícolas no que diz respeito à gênese do processo de mudança agrária no Vale do Jaguaribe, iniciado na segunda metade do século XX, a partir do estudo do processo de planejamento, elaboração e implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, que constituiu uma experiência modelo ou protótipo da política de irrigação e desenvolvimento rural coordenada pela SUDENE e executada pelo DNOCS no Nordeste brasileiro. Partimos da hipótese de que o Estado constitui o elemento central nas transformações agrárias que se realizaram através de ações de “valorização agrícola” da região do Baixo Jaguaribe, a partir da década de 1960.

Assim, através do nexo Estado-capital ou da relação entre Estado e capital, o poder estatal assume as funções de acumulação ao adotar as estratégias clássicas de intervenção do Estado capitalista: criação, correção e direção de mercado e representação externa (TILZEY, 2019; ALPELDOORN; GRAAFF; OVERBEEK, 2012; JESSOP, 1982). Ao assumir as funções de acumulação o Estado encarna o papel de capitalista coletivo, criando as condições organizacionais, institucionais e materiais e exercendo o seu poder sobre o território para a realização das transformações das condições técnicas e sociais da produção agrícola. É nesta conjuntura que se dá a gênese do processo de mudança ou transformação agrária que se constitui numa dimensão central do processo de desintegração da produção agrícola e do campesinato na região, ao mesmo tempo em que coloca em cena uma nova economia agrícola, dominada pelos processos técnico-científicos e pela subordinação à indústria de agroinsumos e de equipamentos agrícolas, assim como a submissão ao

mecanismo do crédito agrícola e do mercado de terras, tornando-se um elemento significado neste processo.

A tese está organizada em sete partes (a introdução, cinco capítulos e as considerações finais), sendo que esta introdução constitui a primeira, na qual situo a problemática de estudo e recupero o processo de construção do objeto de investigação. A problemática do desenvolvimento rural, ou mais precisamente a problemática das políticas agrárias e políticas agrícolas formuladas e executadas pelo Estado brasileiro na região Nordeste, a partir da década de 1960, e as relações que essas políticas estabelecem com o processo de mudança ou transformação agrária que resultaram na reorganização da estrutura fundiária (sistema de posse e uso da terra) e dos sistemas de produção agropecuária do semiárido nordestino, constitui o fio condutor da investigação. Nesta introdução destaco que a pesquisa incide em um aspecto particular da mudança agrária consubstanciada na questão dos projetos públicos de irrigação elegendo como *locus* de investigação o Perímetro Irrigado de Morada Nova (PIMN), localizado nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no vale do rio Banabuiú, afluente do rio Jaguaribe, ocupando uma área de 12.500 ha, em virtude de está localizado em uma *zona agrícola prioritária* de uma *região-padrão*, a bacia do rio Jaguaribe ou Vale do Jaguaribe, que foi escolhida como laboratório de experimentação de políticas agrárias e políticas agrícolas nas décadas de 1960 e 1970.

O segundo capítulo, intitulado *Um campo de estudo em construção: entre demandas políticas e sociais*, é iniciado pelo levantamento da produção acadêmica que tem como temática os perímetros irrigados existentes no Ceará, revelando alguns aspectos importantes para a contextualização das políticas agrárias e agrícolas formuladas e executadas no estado do Ceará, a partir do final da década de 1960. Um deles consiste na concentração das pesquisas nas áreas de Ciências Agrárias, na Universidade Federal do Ceará (UFC), e nas áreas de Ciência e Tecnologia, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, na Universidade Estadual do Ceará (UECE). O levantamento dos temas de pesquisa e de suas áreas de concentração revela a intrínseca relação entre o campo científico e as demandas políticas e sociais. Por exemplo, a posição de destaque do Centro de Ciências Agrárias, do Centro de Tecnologia e do Centro de Ciências, na Universidade Federal do Ceará, pode ter resultado dos investimentos e demandas feitas, nas décadas de 1960 e 1970, às escolas de Agronomia e Engenharia, assim como aos institutos de Química e Física, pelas instituições e organismos internacionais responsáveis pelo financiamento, formulação e execução das políticas de desenvolvimento regional, que contribuíram, inclusive, com a reformulação dos

currículos de alguns cursos dessas instituições de ensino superior. Assim, essas demandas têm um caráter de demandas institucionais bastante evidentes.

Desta forma, tomando como referência a construção do campo da sociologia rural, infere-se que por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um sujeito, um sujeito coletivo, que nela (a perspectiva) exprime a sua identidade. Esse sujeito coletivo é o público que demanda sociologia rural. O mesmo poderia ser dito de outros campos disciplinares que têm por natureza a intervenção nos campos social, econômico, cultural, educacional ou em dimensões do espaço físico ou espaço físico apropriado (território). Aqui estamos lidando com duas dimensões de uma mesma questão: o público que demanda conhecimento e o público da demanda do conhecimento. Nesse sentido, os campos de intervenção de determinadas ciências – por exemplo, Agronomia, Engenharia Hidráulica e Ambiental, Economia, Sociologia, Medicina, Educação, Serviço Social entre outros – correspondem a grupos, instituições ou dimensões do espaço e da natureza que são objetos de estudos ou intervenção.

É nesta perspectiva que situo a produção acadêmica sobre o Perímetro Irrigado de Morada Nova. Assim, os temas da eficiência econômica, viabilidade de mercado, rentabilidade das culturas agrícolas, eficiência dos sistemas de irrigação, qualidade dos solos e os problemas hidráulicos estiveram no centro das preocupações das primeiras pesquisas acadêmicas realizadas entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990.

Após a realização da revisão da literatura sobre o Perímetro Irrigado de Morada Nova avanço para a explicitação das bases teóricas que darão sustentação a esta investigação, partindo da compreensão de que o *rural*, tanto enquanto categoria social como categoria sociológica, constitui-se numa singularidade *espaço-temporal* de extrema complexidade porque sua relação com a *sociedade total*, ou seja, sua relação com “a formação social que anima o espaço” (SANTOS, 2012, p. 39), é gestada historicamente. Dessa forma, o rural, enquanto espaço socialmente construído, sintetiza as marcas do tempo, ou seja, da *duração social* (BRAUDEL, 1990). O entendimento do rural enquanto espaço construído, como singularidade, e não como isolamento e homogeneidade, nem como ambiguidade e dualidade, nos leva a buscar o entrelaçamento ou a imbricação das dimensões sociais, políticas, econômicas e culturais que o constituem e o constituem enquanto totalidade fracionada, cristalizada em objetos geográficos atuais, como afirma Milton Santos (SANTOS, 2014, 2012).

O pensamento geográfico de Milton Santos constitui um exemplo de como uma teoria ou abordagem realizada em um campo disciplinar, no caso a Geografia, se relaciona de

forma mais ampla com o pensamento ou a teoria social, alimentando-se dele ao mesmo tempo em que contribui com sua renovação. O conceito de *espaço* é um dos exemplos deste intercâmbio entre saberes disciplinares particulares, teoria social e filosofia. Assim, neste capítulo farei uma tentativa de refletir a respeito das dimensões do espaço nas ciências sociais. Na sociologia, em particular, e nas ciências sociais, em geral, o espaço também assume um papel importante na análise do mundo social, entendido geralmente como *espaço social*, ou seja, enquanto realidade social, um conjunto de relações e formas, portanto, como produto social ou estrutura social, constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos, como o econômico e o intelectual, por exemplo. Desta forma, a objetivação do espaço social ou o espaço social realizado é produto das relações sociais, especialmente, das relações sociais de produção. Neste sentido, as estruturas espaciais, resultantes das relações entre espaço social, espaço físico e espaço habitado ou apropriado são partes constitutivas das relações sociais mais amplas que envolvem a constituição de uma formação social particular, inscrevendo nestas estruturas as marcas da história humana e das lutas sociais pela imposição das formas de ser, fazer e viver.

A compreensão do espaço social como uma produção social ou estruturação social constitui o elemento-chave para as abordagens do espaço numa perspectiva estritamente sociológica, demarcando, assim, o espaço como objeto de preocupações teóricas e empíricas da sociologia, destacando as implicações para o campo sociológico das análises que tomam o espaço como produção da sociedade: em primeiro lugar, através do movimento do espaço absoluto para o relativizado, ou seja, o espaço percebido em sua pluralidade que se relaciona diretamente com os tipos ou formas de organização da sociedade, de forma geral, e com as formas de organização da produção, em particular; em segundo lugar, as implicações para os métodos da pesquisa sociológica quando a noção de espaço é utilizada como *ferramenta* ou *grade analítica*. Estas ordens de implicações trazem avanços importantes para o entendimento das relações entre homem, natureza e sociedade, pois o espaço é reposto ao seu lugar na ordem das coisas, ou seja, o lugar que ocupa nessas relações, deixando de ser simples *suporte* ou apoio às ações dos homens e passa a se constituir enquanto elemento da própria constituição das sociedades humanas, em um movimento dialético no qual exerce influência sobre os agentes sociais, ao mesmo tempo em que é transformado por eles.

A recensão destas categorias relacionadas ao espaço fundamenta a perspectiva analítica que orienta a realização desta pesquisa. Trata-se de uma abordagem de natureza interdisciplinar marcada pelo trânsito de conhecimentos disciplinares mobilizados da sociologia, da história, da economia política e da geografia. Como qualquer recorte analítico

esta perspectiva de abordagem do problema é arbitrária, no entanto, ela segue a própria lógica ou natureza do objeto de investigação que, por sua constituição histórica, nos impõe a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que reponha ao nível do pensamento a reconstituição de sua totalidade sócio-histórica. Por isso, no segundo capítulo, realizo o esforço de definir com clareza o *campo sociológico* no qual se insere a pesquisa, constituído a partir de três dimensões: o *enfoque* ou modos de ver (teorias), o modo de fazer (métodos) e o *domínio* ou área de concentração (tema).

Neste sentido, a pesquisa se situa no *domínio* dos *Estudos Críticos do Desenvolvimento* e dos *Estudos Agrários Críticos*, dois campos de pesquisa interdependentes e inter-relacionados, ambos preocupados com os estudos do desenvolvimento em seus aspectos teóricos e práticos, por um lado, e com alternativas ao desenvolvimento e formas de desenvolvimento alternativo, por outro. Quanto ao enfoque, ou seja, quanto ao modo de ver, a economia política materialista constitui a abordagem através da qual se analisará as transformações agrárias decorrentes da intervenção do Estado na região do Vale do Jaguaribe, Estado do Ceará, de forma que economia e política sejam percebidas de forma integrada, diferentemente da “economia liberal [que] é uma forma de economia política, uma abordagem centrada no mercado e no Estado ou políticas públicas” (VELTMEYER; ARY TAMINOUNE, p. 115). O enfoque da economia política, como afirma Berch Berberoglu (BERBEROGLU, 2015), reconhece como central o papel das classes sociais e o papel decisivo do Estado capitalista, que durante o século XX foi o ator fundamental da ordem mundial pós-colonial estabelecida a partir dos acordos de Bretton Woods.

Os elementos centrais de uma abordagem da economia política agrária são: a) a *mercantilização da subsistência*, processo pelo qual os camponeses podem perder a capacidade de se reproduzirem fora da relação mercantil e do mercado, sem necessariamente serem expropriados da terra e de outros meios de produção, constituindo-se numa forma mais genérica de subordinação do trabalho ao capital do que a expropriação pura e simples (BERNSTEIN; BYRES, 2001); b) a pequena produção de mercadorias, a partir da constituição de explorações agrícolas camponesas como pequenas empresas de produção de mercadorias no capitalismo, isto é, combinando capital e trabalho. A especificidade dessas explorações agrícolas é ser condição para a reprodução dos meios de produção, do capital e dos próprios camponeses como trabalho, não havendo, no plano da exploração agrícola, a contradição entre capital e trabalho; e, c) a diferenciação de classes do campesinato, que pode ocorrer tanto pelos processos de expropriação como pela própria diferenciação interna, ou seja, a diferenciação do campesinato em camponeses pobres, médios e ricos, e, nas situações

mais extremas de mercantilização da subsistência, em trabalhadores assalariados, no campo e na cidade.

O enfoque da economia política agrária permite o distanciamento de perspectivas orientadas pela abordagem do populismo agrário, que são mais normativas e políticas – pró-camponês – do que analíticas. E isso constitui um problema, inclusive para a própria definição de camponês. Partindo de uma perspectiva essencialista, os populistas agrários fazem críticas pontuais a aspectos-chaves do capitalismo contemporâneo que afetam a vida dos agricultores e defendem *o caminho camponês* como o antídoto e as alternativas necessários. Esse caminho é perigoso. Em primeiro lugar, porque não permite o avanço necessário, na teoria e na prática, ao enfrentamento dos fundamentos e das contradições do capitalismo. Em segundo lugar, acabam contribuindo com a *violência demoníaca* do capitalismo ao adotar suas próprias lógicas de convencimento e coesão, como os discursos do desenvolvimento sustentável, do empoderamento dos pobres, do novo rural, da ruralidade e da pluriatividade no campo, conceitos e discursos elaborados nas entranhas de instituições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e adotados de forma muitas vezes acrítica pelas ciências sociais.

Finalizo o segundo capítulo destacando a contribuição de Caio Prado Júnior para a constituição de uma economia política agrária brasileira, tendo em vista que os problemas e alternativas analíticas e metodológicas colocadas por ele em diversos números da *Revista Brasiliense* e na síntese realizada no livro *A Revolução Brasileira* (1966), constituem a evidência de uma nova abordagem da questão agrária brasileira. Esta é, sem dúvida, a *abordagem da economia política agrária*.

No terceiro capítulo, intitulado *Rastreando a agricultura como objeto de política pública*, realizo a análise da emergência da agricultura como foco das preocupações nas políticas de desenvolvimento econômico do país, que remonta ao final da década de 1930. No entanto, somente a partir da segunda metade da década de 1950, teve início a elaboração de uma nova compreensão do papel da agricultura no quadro mais geral do desenvolvimento da economia nacional. E também teve início a formulação de políticas públicas que tomavam a agricultura voltada para a produção de alimentos como objeto de intervenção do poder público.

No entanto, isso não significa que a agricultura não tenha recebido a atenção do Estado em períodos anteriores. Na verdade, ela sempre esteve no foco das políticas governamentais desde o período colonial, no entanto, priorizavam as atividades agrícolas voltadas para a produção de matérias-primas e alimentos para a exportação como o café e o açúcar, por exemplo.

A partir da década de 1950 a produção de alimentos para abastecimento interno também se torna objeto de política, sendo que as motivações para isso estavam relacionadas ao entendimento do papel da agricultura como suporte ao desenvolvimento industrial. O rastreamento dessas mudanças nas políticas governamentais e sua evolução em nível de formulação e execução de políticas agrárias e agrícolas podem ser observados numa extensa documentação produzida pelas instituições estatais, que podem ser classificadas em duas categorias: a primeira, constituída de documentos de formulação geral das políticas agrárias e agrícolas e, outra, constituída de documentos que revelam a formulação efetiva dessas políticas.

A partir do primeiro conjunto de fontes documentais produzidas pelas instituições estatais pode-se rastrear a gestação da agricultura, em especial, da produção de alimentos agrícolas como objeto de intervenção política através do planejamento econômico e, neste sentido, compreender sua inserção nos projetos de desenvolvimento econômico nacionais. Identificar o lugar ocupado pela produção de alimentos no conjunto da economia nacional é um passo significativo também para a compreensão do lugar ocupado pelos produtores diretos de alimentos agrícolas e culturas industriais nas políticas agrárias e agrícolas formuladas, em nível mais geral, nos planos de desenvolvimento econômico do governo federal e como vão sendo construídos os marcos institucionais para a formulação efetiva dessas políticas através de órgãos como a SUDENE e a reformulação de organizações mais antigas como o DNOCS.

Neste capítulo será demonstrado que a produção agropecuária, em geral, e a produção de alimentos agrícolas, em particular, ocuparam um lugar específico nos diagnósticos sobre a economia brasileira no período que vai do final da década de 1930 até a segunda metade da década de 1950. A partir da análise da documentação apresentada nesta seção identificamos dois momentos distintos sobre a compreensão do lugar da agricultura no desenvolvimento da economia brasileira.

Até o final da década de 1940 a agricultura e, em especial, a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno eram entendidas como essenciais para atender as necessidades da industrialização do país, pois seriam responsáveis por produzir alimentos em maior quantidade para atender a uma mão de obra não agrícola cada vez mais crescente, ao mesmo tempo em que poderia contribuir para baixar os custos dos alimentos. As preocupações com as questões de infraestrutura como transporte e armazenagem dos produtos agrícolas não estavam ausentes, no entanto, não eram tratados como os entraves principais para o aumento da produção agropecuária do país, assim como o problema dos fertilizantes. No entanto, na década de 1950 houve uma mudança de perspectiva na forma como se

compreendia os problemas da produção agropecuária brasileira, quando os problemas infraestruturais foram tomados como os grandes gargalos da economia agrícola brasileira. Assim, a preocupação com os transportes, armazéns e silos, frigoríficos industriais, matadouros e fertilizantes passaram a fazer parte das ações a serem implementadas pelo Estado brasileiro para resolver os problemas da produção agropecuária. Em outras palavras, tomavam os problemas técnicos da produção agrícola e os gargalos relacionados ao armazenamento e escoamento da produção como os principais dilemas a serem enfrentados para melhorar a produção agrícola no Brasil.

A partir do final da década de 1950 e início de 1960 o Estado brasileiro voltou-se para a formulação efetiva de políticas agrárias e agrícolas para o país e, em especial, para a região Nordeste. A diferença entre as formulações gerais e efetivas das políticas agrárias e agrícolas consistiam, principalmente, na alteração do quadro da estrutura agrária, das condições materiais e sociais da produção e, por fim, no aumento da produção agrícola.

No quarto capítulo, intitulado *A formulação e operacionalização de uma política de valorização agrícola do Vale do Jaguaribe*, analiso a atuação da SUDENE e do DNOCS no estado do Ceará com destaque para a região do Baixo Jaguaribe, que tinham como objetivo principal a reorganização da estrutura agrária e da produção agropecuária da região, a partir da instalação de um polo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura irrigada e no assentamento de colonos e suas famílias, como núcleo de futuras empresas familiares voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento dos mercados regionais de Fortaleza, no Ceará, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A intervenção da SUDENE na região do Vale do Jaguaribe foi iniciada com a criação do Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), em 1961. O GEVJ foi um grupo misto franco-brasileiro criado em parceria com a Association pour L'Organisation des Missions de Cooperation Technique (ASMIC), do Ministério dos Assuntos Econômicos da República Francesa, para realização do inventário dos recursos naturais da bacia do rio Jaguaribe, efetuando o estudo dos solos e das águas disponíveis. A bacia do Jaguaribe - com 73.000 km² - foi escolhida como região-padrão, representativa do Polígono das Secas, cujos resultados e a experiência adquirida seriam utilizados para a definição das modalidades de abordagem e estudo de uma região natural. Além dos inventários das potencialidades dos recursos hídricos, dos solos e das técnicas agrícolas e das estruturas agrárias, foram realizados estudos sobre os obstáculos econômicos e sociais ao desenvolvimento da região.

Os trabalhos do GEVJ resultaram na elaboração do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, constituído de nove relatórios técnicos (Fotointerpretação, Pedologia,

Hidrologia, Monografia Hidrológica, Agricultura, Hidrogeologia, Políticas das Águas, Aspectos Socioculturais e Aspectos Econômicos) e um relatório síntese, no qual são apresentados os resultados gerais dos estudos e faz as recomendações para a valorização agrícola da região.

Neste capítulo analiso um dos resultados imediatos e duradouros das intervenções da SUDENE: a *seleção do território*, a partir do qual se produz uma nova relação, a *dominação territorial*. O agente central da *seleção do território* e da *dominação territorial* é o Estado, a partir de uma *intervenção substantiva* (JESSOP, 1982), ou seja, a partir de uma intervenção direta. A *seleção do território* e a *dominação territorial* envolvem uma série de ações, que se inicia com a realização de estudos que resultam na elaboração de representações do espaço, ou seja, o espaço concebido por cientistas (engenheiros, agrônomos, arquitetos, geólogos, sociólogos, antropólogos, economistas etc.) e planejadores, conforme a compreensão de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991).

A partir dessas representações do espaço são construídas tipologias e classificações, que são fundamentais para as intervenções posteriores do Estado e da iniciativa privada. Assim, os recursos da natureza - ou seu patrimônio biofísico - são inventariados e classificados de acordo com suas utilizações ou potenciais econômicos, ao mesmo tempo que são identificadas as fragilidades e deficiências do espaço natural ou físico e do espaço físico apropriado, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu. A água, a terra, o gado e o homem constituem os fatores sobre os quais as ações do Estado devem ser realizadas, enquanto sujeito central da *seleção do território* e da *dominação territorial*.

As representações do espaço elaboradas no *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, realizado entre 1962 e 1965, contribuíram para a definição das áreas que seriam objeto de valorização hidroagrícola com a instalação de perímetros irrigados em zonas representativas da bacia do Jaguaribe. Neste capítulo destacarei as principais contribuições da Seção de Agronomia, do GEVJ, tendo em vista o objetivo de este capítulo consistir na análise da formulação e operacionalização da política de valorização agrícola do Vale do Jaguaribe e, em especial, o estudo do processo de seleção e dominação territoriais.

O quinto capítulo é intitulado *Terra, trabalho e produção: a ocupação territorial e a organização da produção agrícola na área de instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova*. Neste capítulo analiso o segundo aspecto ou dimensão a ser considerado no processo de formulação e execução das políticas de desenvolvimento agrícola, que diz respeito ao *sistema de uso e posse da terra*, contemplando a relação entre *terra, trabalho e produção*. O agente central dessa dimensão são as populações rurais – entendida aqui em sua

diferenciação social enquanto trabalhadores rurais assalariados, minifundistas, pequenos, médios e grandes produtores rurais - que se constituem no sujeito coletivo da ocupação territorial e organização do sistema produtivo local. Serão analisadas nessa dimensão as formas de ocupação territorial e de organização da produção que vigoravam na região antes do processo de *seleção do território* e da *dominação territorial*, que resultou na instalação do perímetro irrigado.

O foco da análise recairá sobre as condições materiais da produção agrícola, o sistema de uso e posse da terra (estrutura fundiária), as culturas alimentares e industriais produzidas, o capital investido na produção, condições de moradia, formas de ocupação da mão de obra e rendimento. Todos esses elementos caracterizam ou se tornam a materialização da *prática espacial*, ou seja, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, assegurando a continuidade numa relativa coesão. Assim, a análise dos elementos fundamentais da estrutura agrária e produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova, a partir do inventário fundiário das unidades econômicas desapropriadas, revelarão as condições de produção dos minifúndios, pequenas e médias propriedades rurais e o nível de vida ou condições de reprodução social da população da região objeto de desapropriação para a implantação deste perímetro irrigado.

No sexto capítulo, intitulado *A política de valorização do homem no Baixo Jaguaribe: o agricultor familiar empresarial*, realizo a análise da terceira dimensão a ser considerada no processo de mudança agrária da região: o processo de transformação dos pequenos produtores rurais e mão de obra agrícola em agricultor familiar empresarial. O núcleo central da análise recairá sobre a cultura do empreendedorismo, sendo o Estado o responsável pela transformação das condições técnicas e sociais da produção e o propagador da ideologia da agricultura familiar empresarial. O *colono* ou *irrigante*, cobaia para a experimentação da agricultura familiar empresarial, será tomado como o objeto dessa política agrícola, tendo em vista que o perímetro irrigado constitui-se no laboratório experimental desta nova agricultura, do planejamento econômico e do planejamento agrícola. Analisarei ainda neste capítulo o arcabouço legal utilizado para a realização das desapropriações, as ações de desapropriação promovidas pelo DNOCS e a emergência de uma nova relação com a natureza: a cientificização e a tecnificação do espaço ou do meio geográfico.

Nas *Considerações Finais* reconstituo as camadas analíticas desenvolvidas no percurso trabalho, tentando demonstrar o movimento histórico das políticas agrárias e

agrícolas que resultaram nos processos de mudança agrária na região do Baixo Jaguaribe a partir da instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova.

1.2 Considerações metodológicas

Nesta introdução (Considerações preliminares), já destaquei duas dimensões que constituem um campo de pesquisa: o domínio ou área de concentração (tema) e o enfoque ou modos de ver (teorias). Conforme já explicitado neste texto, a pesquisa se enquadra no domínio temático dos estudos críticos do desenvolvimento e dos estudos agrários críticos, dois campos de pesquisa preocupados com os estudos sobre o desenvolvimento em seus aspectos teóricos e práticos. O enfoque da pesquisa ampara-se na economia política agrária, que possibilita a identificação e análise da dinâmica dos sistemas agrários e os processos de diferenciação que estão na base da mudança agrária.

A terceira dimensão diz respeito aos modos de fazer ou métodos. Assim, o método de pesquisa constitui-se na pesquisa documental, por meio do qual analiso a documentação produzida a respeito da formulação e execução das políticas agrárias e agrícolas a partir do final da década de 1930, ou seja, por meio da metodologia da análise documental tento compreender a agricultura, enquanto setor econômico, e a produção de alimentos e matérias-primas, enquanto atividades produtivas, em uma perspectiva histórica e sua relação com a dinâmica de classes e com as categorias sociais que serão objeto das políticas de desenvolvimento regional.

A imagem da história que, talvez, melhor represente as classes, categorias sociais ou populações que são objeto do progresso ou do desenvolvimento seja a do *anjo da história*, captada e elaborada por Walter Benjamin (1879-1940) em artigo escrito antes de sua morte, em 1940, a partir da contemplação da pintura *Angelus Novus*, de Paul Klee (1879-1940). Benjamin (1987, p. 226, grifo nosso), nos apresenta essa imagem da história da seguinte forma:

[O quadro *Angelus Novus*] Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história parece ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o **passado**. Onde nós vemos uma **cadeia de acontecimentos**, ele vê uma **catástrofe única**, que **acumula** incansavelmente **ruína sobre ruína** e a dispersa em nossos pés. Ele gostaria de deter-se para **acordar os mortos e juntar os fragmentos**. Mas uma **tempestade sopra do paraíso** e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irreversivelmente

para o futuro, ao qual ele vira as costas, **enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos de progresso.**

Escrito na forma de “teses”, o texto seminal *Sobre o conceito de História*, do qual essa citação foi retirada, tem grande significado e impacto para o campo da História, em particular, e para as ciências sociais, em geral, porque, conscientemente ou não, a maioria das ciências humanas e sociais mobiliza de alguma forma uma categoria histórica fundamental: o tempo ou a *duração social*.

Nessa passagem, Walter Benjamin destaca a interpenetração de duas temporalidades que constituem o *tempo histórico* ou a *duração social*, conforme a definição de Fernand Braudel (BRAUDEL, 1990), ou seja, a imbricação entre o passado e o presente, ao mesmo tempo em que aponta para uma interpretação diferente do próprio conceito de história. Em primeiro lugar, a visão superficial do passado como cadeia de acontecimentos é posta em questão com a perspectiva evocada pela figura (alegoria) do *anjo da história*, que o vê como uma *catástrofe única*, que lega às gerações do presente as ruínas que se acumularam no processo histórico. Em segundo lugar, ao revelar a interdependência entre as duas dimensões do tempo histórico, elenca a possibilidade de que o passado não possa ser salvo no presente, devido ao fato de os mortos e os fragmentos de suas existências terem sido soterrados nas ruínas que se acumularam no processo de desenvolvimento da realidade no tempo, ou seja, podem ser relegados ao esquecimento. Na possibilidade do passado ser salvo no presente, ocorrerá uma dupla transformação: a) o próprio passado se transforma, “porque este assume uma forma nova, que poderia ter desaparecido no esquecimento”; b) por outro lado, “transforma o presente porque este se revela como sendo a realização possível dessa promessa anterior, que poderia ter-se perdido para sempre, que ainda pode se perder se não a descobrirmos, inscritas nas linhas do atual [...]” (GAGNEBIN, 1987, p. 16).

A inovação de Walter Benjamin consiste em sua compreensão a respeito da história. Ao utilizar o termo *Geschichte* como *história*, o autor, segundo Jane Marie Gagnebin, “designa tanto o processo de desenvolvimento da realidade no tempo como o estudo desse processo ou um relato qualquer” e, neste sentido, complementa esta autora, “compreendemos que as teses ‘Sobre o conceito de história’ não são apenas uma especulação sobre o devir histórico ‘enquanto tal’, mas uma reflexão crítica sobre nosso discurso a respeito da história”, que também “é inseparável de uma prática política”. Tomado nesta perspectiva, o problema “da escrita da história remete às questões mais amplas da prática política e da atividade da narração [...]” (GAGNEBIN, 1987, p. 7).

A primeira dessas questões é ao mesmo tempo teórica e política, pois se refere à própria possibilidade de reconhecimento do passado no instante em que ele pode se perder para o sujeito histórico, cuja consequência imediata e duradoura é “a ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento [...]” (BENJAMIN, 1987, p. 224). Esta perspectiva leva Benjamin a estabelecer a diferença entre duas possibilidades de articulação histórica do passado.

A primeira possibilidade é oferecida pelo historicismo, em duas vertentes: “o historicismo burguês de Dilthey e Fustel de Coulanges, marcado pela *acedia* e o temperamento contemplativo; e o historicismo ‘progressista’ da Segunda Internacional, caracterizado por um necessitarismo ingênuo”, segundo Romero A. Freitas (FREITAS, 2006, p. 96). O historicismo burguês tem como fundamento o método da *empatia*, a partir do qual “o investigador historicista estabelece uma relação de empatia [...] com o vencedor” (BENJAMIN, 1987, p. 225). Esta perspectiva de articulação histórica do passado é problemática porque aqueles que dominam em um dado momento da história “são os herdeiros de todos os que venceram antes” e, complementa o autor,

[...] A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores [...]. **Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal**, em que os **dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão**. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. **Esses cortejos são o que chamamos bens culturais**. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois **todos os bens culturais** que ele vê **têm uma origem** sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram, como à corveia anônima dos seus contemporâneos. **Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie**. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, **tampouco, o processo de transmissão da cultura**. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua **tarefa escovar a história a contrapelo** (BENJAMIN, 1987, p. 225, grifo nosso).

Eis aqui um dos princípios metodológicos norteadores da tarefa de articulação histórica do passado e que será utilizado nesta pesquisa: *os registros (documentos) produzidos pelo Estado brasileiro para o planejamento e execução dos programas e projetos de desenvolvimento econômico, especialmente, para o desenvolvimento rural serão tomados como uma espécie de “bem cultural” que encarnam os valores das classes e categorias sociais vencedoras e dominadoras*. Esses documentos, além de estarem carregados dos valores, visões de mundo, ideologias e projetos políticos (projetos de sociedade) elaborados a

partir da ótica dos interesses de classe e frações de classe situados no campo hegemônico do poder também contemplam, embora de forma deturpada, a atualidade das classes e categorias sociais em vias de processos de mudança, deslocamento, desintegração e desaparecimento. Neste sentido, a única tarefa possível para revelar o presente transformado pelo passado, ou seja, “uma configuração saturada de tensões”, segundo Benjamin (1987), é a *tarefa de escovar a história a contrapelo*, questão que será melhor definida mais adiante.

A contribuição inovadora de Walter Benjamin, na interpretação de Freitas (2006, p. 98), reside no fato dele “rejeitar a empatia não apenas por razões metodológicas, mas por perceber nessa identificação” um problema mais grave que se revela na ocultação do “problema da dominação”. A empatia “é, na verdade, um encontro entre os dominadores de duas épocas distintas”. Nesta perspectiva,

Se a atenção do historiador não se concentrar nos interstícios dos documentos transmitidos, naquilo que não foi transmitido e que, pelo seu caráter inaudito, é quase intransmissível, a sua empatia será apenas uma repetição do ponto de vista de um antigo dominador/autor. A ‘inserção no contexto’ e a ‘compreensão do sentido’, dois motivos da hermenêutica clássica, não permitem que se alcance o elemento de violência recalcada que existe em cada texto. Por isso, não se deve dizer que a empatia falha: como o recalque freudiano, na maioria das vezes ela funciona bem; e é devido ao seu êxito que ela deve ser vista com desconfiança (FREITAS, 2006, p. 98).

A outra vertente do historicismo, a *progressista* da Segunda Internacional, está presente, por exemplo, na visão de Benjamin (1987, p. 229), na teoria e prática da socialdemocracia alemã da década de 1930, sintetizada no “conceito dogmático de progresso sem qualquer vínculo com a realidade”, resultando na “idéia de um progresso da humanidade na história [que] é inseparável da idéia de sua marcha no interior de um tempo vazio e homogêneo” e, nesse sentido, “[A] crítica a ideia do progresso tem como pressuposto a crítica da ideia dessa marcha”. Nesta vertente do historicismo, a história aparece como um processo reificado e dominado pela técnica, obscurecendo a subjetividade dos agentes em conflito.

Nestas duas vertentes do historicismo, o que no fundo está em jogo é a questão da atualidade do passado, pois toda abordagem historicista se fundamenta no princípio de que a forma como vemos o passado depende da localização do sujeito que observa, ou seja, os problemas do presente ditam a forma como interpretamos o passado. Assim, enquanto o tempo para as diversas vertentes do historicismo é o “tempo-processo da modernidade”, ou seja, o *continuum* da história que, ao recuperar o passado, o insere “numa totalidade, numa marcha para o futuro” (FREITAS, 2006, p. 98), numa linha infinita que os acontecimentos vêm preencher (GAGNEBIN, 1993), para Benjamin (1987, p. 229-30), o tempo tem outro

significado: é o “tempo saturado de ‘agoras’”, e sua representação não é nem a linha reta, nem a espiral. É uma constelação, no “livre céu da história”.

O tempo saturado de “agoras” é repleto de atualidades, isto é, cheio de pontos descontínuos como as estrelas no céu. O brilho de cada uma delas ajuda a compor a configuração do espaço sideral. Assim, o conceito de tempo, de acordo com os postulados benjaminianos, não é representado nem pelo círculo nem pela linha contínua. Com efeito, uma outra história pode vir à tona, pois há quebra da continuidade e os fatos não deslizam mais numa sequência temporal. Eles, dentro dessa visão, saltam, em vez de deslizarem. A reflexão de Benjamin sobre história, antes de qualquer outro pensamento, parte dessa noção de tempo (CARDOSO, 2007, p. 43).

Assim, na perspectiva de Benjamin (1987, p. 229 e passim), “A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de ‘agoras’”, cuja consequência é a implosão “do *continuum* da história [...]”. Neste sentido, na perspectiva do “materialista histórico não [se] pode renunciar ao conceito de um presente que não é transição, mas [que] pára no tempo e se imobiliza. Porque esse (sic) define exatamente *aquele* presente em que ele mesmo escreve a história”, diferentemente do “historicista [que] apresenta a imagem ‘eterna’ do passado [...]”.

Enquanto o historicista utiliza a massa dos fatos para preencher o tempo homogêneo, Benjamin oferece uma perspectiva metodológica bastante diferente. Para ele,

[...] Pensar não inclui apenas o movimento das idéias, mas também sua imobilização. Quando o pensamento para, bruscamente, numa configuração saturada de tensões, ele lhes comunica um choque, através do qual essa configuração se cristaliza enquanto mônada. Nessa estrutura, ele reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade revolucionária de lutar por um passado oprimido. Ele aproveita essa oportunidade para extrair uma época determinada do curso homogêneo da história; do mesmo modo, ele extrai da época uma vida determinada e, da obra composta durante essa vida, uma obra determinada. Seu método resulta em que na obra o conjunto da obra, no conjunto da obra a época e na época a totalidade do processo histórico são preservados e transcendidos. O fruto nutritivo do que é compreendido historicamente contém em seu *interior* o tempo, como sementes preciosas, mas insípidas” (BENJAMIN, 1987, p. 31, grifo do autor).

Pelo exposto até o momento, pode-se afirmar que o tempo é o fermento da história, mas não o tempo homogêneo, vazio e linear. É o tempo saturado de tensões e conflitos, o tempo perdido, destruído, soterrado, ocultado, mas que pode aflorar num lampejo messiânico. Ele, quase sempre, encontra-se ocultado, disfarçado, deturpado e fragmentado nos próprios registros feitos pelas gerações de vencedores e dominadores. Na perspectiva aqui tratada, compreendemos esses registros como indícios deixados pela tempestade chamada de

progresso ou *desenvolvimento*, portanto, como *documentos de barbárie*, porque a lógica que instaura as suas feitura, é a lógica dos que estão posicionados de forma privilegiada e hegemônica no campo do poder e representam interesses e projetos contrários às aspirações e necessidades das populações que são objeto das políticas de desenvolvimento.

Conforme tem sido indiretamente anunciado ao longo destas considerações preliminares a pesquisa documental constitui-se no método de investigação desta tese. A pesquisa documental é um método que utiliza técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos dos mais variados tipos permitindo acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social “que favorece a observação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, mentalidades, práticas etc.” e, pelo fato de possibilitar a realização de alguns tipos de reconstrução ou articulação histórica do passado o documento se apresenta como “uma fonte extremamente preciosa para todo pesquisador nas ciências sociais” (CELLARD, 2012, p. 295).

Seguindo as pistas de Carlo Ginzburg, para não incorrer no risco de descrever “a complexa e ambígua relação entre uma evidência e a sociedade da qual emerge” de maneira impressionista ou superficial “devemos antes aprender o código que norteou a construção da evidência” (GINZBURG, 2002, p. 2). Na perspectiva de Walter Benjamin, devemos realizar a leitura e interpretação à *contrapelo* desse tipo de documento, que o autor denomina de *documentos de barbárie* (pois registram a marcha dos vencedores sobre os corpos dos vencidos), aprendendo a ler os testemunhos às avessas, contra as intenções de seus produtores (BENJAMIN, 1987).

Uma particularidade das fontes documentais utilizadas na pesquisa diz respeito a sua origem: são documentos produzidos quase que exclusivamente pelas instituições envolvidas diretamente com o planejamento e execução das políticas agrárias e agrícolas na região Nordeste, como Presidência da República (que coordenava diretamente diversos órgãos voltados para o planejamento econômico), Ministério do Interior (MINTER), SUDENE, DNOCS, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), empresas privadas de consultoria, assessoria técnica e elaboração de projetos de desenvolvimento agropecuários, missões de cooperação técnica internacionais (para realização de estudos, elaboração ou avaliação de projetos de desenvolvimento rural), destacando-se as relações com a França, Alemanha, Israel e Espanha.

No entanto, o fato do acervo documental utilizado neste trabalho ter sido produzido pelas instituições diretamente envolvidas com as políticas de desenvolvimento rural não consiste em um problema para a pesquisa, pois adoto a perspectiva de que nenhuma

evidência (documento) produzida pelo homem é neutra, já que carrega, direta ou indiretamente, os interesses, projetos, valores e visões de mundo de seus produtores. É o caso da documentação utilizada nesta pesquisa que a classifico, de forma genérica, como *documentação de natureza técnico-institucional*, constituída, por um lado, de documentos de formulação de políticas agrárias e agrícolas, e, por outro, de documentos de elaboração, execução, acompanhamento e avaliação dessas políticas. Neste sentido, é importante que se compreenda uma característica fundamental das fontes documentais, dos arquivos e da arquivologia: são construções sociais e como tais, de acordo com Luciana Heymann e Leticia Nedel (NEYMANN; NEDEL, 2018, p. 8),

[...] não estão imunes aos valores e convenções dos contextos nos quais se inserem, mas os expressam, operando como agentes sócio-históricos, como instâncias nas quais o poder [...] é exercido sob a forma de legitimação – uma legitimação da autoridade e das hierarquias fundadas nos arquivos.

Na sequência farei o detalhamento desse acervo documental e indicarei as possibilidades de sua utilização para a análise das políticas agrárias e agrícolas formuladas e executadas na região do Vale do Jaguaribe, no interior do estado do Ceará, a partir da década de 1960.

Neste sentido, inicio a análise documental, a partir do terceiro capítulo, com a exploração do relatório *As atividades agrícolas do Brasil em 1939*, elaborado pelo Ministério da Agricultura, a partir do qual identifico a preocupação do Estado brasileiro com o desenvolvimento agrícola do país e a produção de alimentos e matérias primas para o abastecimento do mercado interno. O relatório dá destaque para algumas explorações agrícolas importantes como a oiticica, a carnaubeira, a mandioca, o algodão e o caju, além da fruticultura e horticultura.

Na sequência analiso um texto-relatório produzido pelo economista brasileiro Octavio Gouvêa de Bulhões, representante do Brasil na Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, a Missão Abbink¹⁵, chefiada pelo norte-americano John Abbink. Octávio Gouveia de Bulhões elaborou um texto-relatório muito significativo para pensarmos as relações entre a agricultura e o desenvolvimento industrial no Brasil. Em *À margem de um*

¹⁵ “Nome com que se tornou conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 por um grupo de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. Tendo por objetivo analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado de seus trabalhos, publicado em fevereiro de 1949, ficou conhecido como Relatório Abbink” (CALICCHIO, 2023b, n. p.).

relatório, Bulhões (1950) tece seus comentários e reflexões a respeito das conclusões a que chegaram os trabalhos da referida comissão.

Em seguida me detenho ao Plano Salte, plano de governo do presidente Eurico Gaspar Dutra (1946-1951), enviado ao congresso em 1948 e somente aprovado em 1950, no último ano de seu governo. O nome do plano derivou das iniciais dos setores chaves que o compunham (Saúde (S), Alimentos (A), Transporte (T) e Energia (E)). O Plano Salte dá continuidade a outras experiências brasileiras de planejamento que foram instituídas durante a Segunda Guerra Mundial: o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.058, de 19 de janeiro de 1937, e o Plano de Obras e Equipamentos, instituído pelo Decreto-Lei nº 6.144, de 29 de dezembro de 1943.

Os demais documentos analisados no terceiro capítulo são os seguintes: o *Relatório geral* (em dois tomos) produzido pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico (1954), os estudos realizados pelo Grupo Misto CEPAL-BNDE, intitulado *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*, o Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), finalizando com a análise dos quatro planos diretores da SUDENE, que cobriam o período de 1961 a 1973.

No quarto capítulo tomo como documento básico para analisar a formulação e operacionalização da política de valorização agrícola do Vale do Jaguaribe o primeiro volume do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, intitulado *Apresentação e Síntese*, tendo em vista a amplitude temática do Estudo Geral. Este estudo foi realizado pelo Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), um grupo misto franco-brasileiro responsável pela realização do inventário dos recursos naturais da bacia do rio Jaguaribe, efetuando o estudo dos solos e das águas disponíveis. Além dos inventários das potencialidades dos recursos hídricos, dos solos e das técnicas agrícolas e das estruturas agrárias, foram realizados estudos sobre os obstáculos econômicos e sociais ao desenvolvimento da região.

O quinto capítulo foi construído a partir de uma documentação raríssima: o levantamento cadastral da área de instalação do perímetro irrigado, que resultou na confecção dos cadastros das propriedades desapropriadas ou cadastros fundiários, elaborados pela Seção Regional de Desapropriação e Concessão de Terras do DNOCS. Os cadastros fundiários são realizados a partir do levantamento cadastral das propriedades e consistem em uma categoria de documento que faz o inventário da cobertura vegetal, das benfeitorias e da quantidade de terra existente em uma propriedade. Na pesquisa realizada em acervo documental do DNOCS encontrei 475 cadastros referentes às propriedades desapropriadas para a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova. As informações contidas nestes cadastros foram

sistematizadas em um banco de dados construído com a ferramenta Microsoft Access, um gerenciador de banco de dados que faz parte do Microsoft Office Professional. Esta ferramenta permite a criação de tabelas de dados, estabelecer conexão entre elas, efetuar consultas, gerar formulários e relatórios, entre outras possibilidades.

No sexto capítulo me debruço também sobre uma documentação muito rica: os contratos celebrados entre o DNOCS e os futuros irrigantes para a execução de serviços em fase experimental no Perímetro de Irrigação do Projeto Morada Nova que revelam as estratégias utilizadas para a transformação do agricultor ou assalariado agrícola em produtor familiar empresarial. Analiso também o arcabouço jurídico que fundamentou as desapropriações, assim como algumas ações de desapropriações promovidas pelo DNOCS contra os proprietários e moradores da região.

A análise desta documentação contribuiu para a elucidação dos elementos sócio-históricos das políticas de desenvolvimento rural, formuladas e executadas a partir da década de 1960, que resultaram na reorganização agrária de minifúndios, pequenas e médias propriedades agrícolas afetando diretamente a produção de alimentos, contribuindo para a desintegração da economia de base camponesa ou familiar nas áreas onde estas políticas foram postas em prática.

A concentração da propriedade fundiária e sua transformação em reserva de valor (patrimônio), o crédito agrícola subsidiado, o reordenamento das condições técnicas, socioeconômicas e socioculturais da produção, a mercantilização da matriz de insumos da agricultura, a desapropriação de terras agrícolas e outras formas de desapropriação e expropriação, a crescente mercantilização da subsistência, a produtividade do trabalho e da produção foram alguns dos elementos centrais dessas políticas de desenvolvimento rural e dos processos e dinâmicas da mudança agrária ocorridos no período de 1960 a 1980.

Esta tese demonstrará que as políticas agrárias e as políticas agrícolas formuladas e executadas a partir da década de 1960 resultaram, por um lado, na desintegração da economia de base camponesa ou familiar e, por outro, na concentração de terras a partir da implantação de grandes empresas agropecuárias e projetos de colonização privados em áreas de expansão da fronteira agrícola, constituindo aquilo que se costuma denominar de *modernização da agricultura*. Prefiro interpretar esses processos enquanto mudança agrária, com trágicas consequências para as populações rurais, o meio ambiente e a desorganização dos sistemas de produção agrícolas das regiões nas quais estas políticas foram planejadas e operacionalizadas.

2 UM CAMPO DE ESTUDO EM CONSTRUÇÃO: ENTRE DEMANDAS POLÍTICAS E SOCIAIS

O levantamento parcial sobre a produção acadêmica que tem como temática os perímetros irrigados existentes no Ceará revelou alguns aspectos importantes para a contextualização das políticas agrárias e agrícolas formuladas e executadas no estado do Ceará a partir do final da década de 1960: um deles consiste na concentração das pesquisas nas áreas de Ciências Agrárias, com destaque para a Economia Rural, na Universidade Federal do Ceará (UFC)¹ e Ciências e Tecnologia, Ciências Sociais Aplicadas e Ciências Humanas, na Universidade Estadual do Ceará (UECE).²

A produção científica e intelectual sobre perímetros irrigados realizada na Universidade Federal do Ceará, no período de 1990 a 2019, está concentrada, como afirmei acima, na área de Ciências Agrárias, totalizando 70 trabalhos (10 teses, 50 dissertações e 10 artigos). Em segundo lugar, vem o Centro de Tecnologia (03 teses, 01 dissertação e 02 artigos), seguido pelo Centro de Ciências (01 tese, 03 dissertações e 01 artigo), Faculdade de Medicina (02 dissertações e 01 artigo), Centro de Humanidades e Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAACC), com 02 trabalhos cada (02 teses no primeiro e 02 dissertações na segunda). A produção acadêmica da Faculdade de Educação (01 dissertação), do LABORMAR - Instituto de Ciências do Mar (01 tese) e 12 Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) completam o quadro de 102 trabalhos sobre perímetros irrigados, disponibilizados no Repositório Institucional da UFC.

Em outra consulta ao Repositório Institucional da UFC, utilizando o termo “irrigação”, identifiquei 445 trabalhos acadêmicos (266 dissertações, 83 teses, 50 artigos e 46

¹ Consulta realizada no Repositório Institucional UFC, que disponibiliza a produção científica e intelectual da comunidade universitária a partir de 1990. Nesse sentido, ela tem algumas limitações significativas: 1) a produção anterior a esse período não está disponível no repositório; 2) o período de 1990 a 1999, representa cerca de 6% do acervo; 3) o período de 2000 a 2009, representa cerca de 20%, sendo que a maior parte do acervo desse período se concentra no intervalo de 2007 a 2009. Assim, 74% do acervo do repositório institucional da UFC concentram-se no período de 2010 a 2019, o que impede uma visão mais completa da produção acadêmica dessa universidade. Este levantamento foi realizado em 2019 para a elaboração do texto do Exame de Qualificação da tese.

² Utilizo os dados e informações levantadas para a organização do DALATURE: Banco de Dados das Lutas e Resistências à Política de Modernização Territorial no Vale do Jaguaribe – CEARÁ, resultado de um projeto de pesquisa que desenvolvi no período de 2014 a 2017, na Universidade Estadual do Ceará. Também utilizo o levantamento das teses e dissertações sobre a região do Baixo Jaguaribe realizado por Leandro Vieira Cavalcante (CAVALCANTE, 2017).

Trabalhos de Conclusão de Curso),³ tendo como focos principais os temas da irrigação e drenagem, sistemas de irrigação, recursos hídricos, engenharia agrícola, manejo da irrigação, solos, questões agrônômicas e agricultura irrigada. Poucos trabalhos dão atenção às populações atingidas pelas políticas de desenvolvimento, pois se interessam, principalmente, pela eficiência dos sistemas técnicos de cultivo, irrigação, drenagem, aproveitamento das águas, produtividade das culturas agrícolas, melhoramento de sementes e animais, entre outros temas. O Centro de Ciências Agrárias (CCA) monopoliza a produção científica nesta área, com 308 trabalhos (219 dissertações, 59 teses e 30 artigos), destacando-se o Programa de Pós-Graduação em Engenharia Agrícola (com 138 trabalhos), o Programa de Pós-Graduação em Ciências do Solo (40), o Departamento de Economia Agrícola (39) e o Programa de Pós-Graduação em Agronomia – Fitotecnia (com 21 trabalhos). Em seguida vem o Centro de Tecnologia (CT), com 30 trabalhos (32 deles realizados no Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental) e o Centro de Ciências (CC), com 20 trabalhos (distribuídos, principalmente, entre o Departamento de Geologia, 05; Departamento de Geografia, 05; Departamento de Bioquímica e Biologia Celular, 03).

O que chama mais a atenção nos dados recenseados não é fato das pesquisas se concentrarem no Centro de Ciências Agrárias, uma área tradicional nesse campo de estudos, mas o fato de que o Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas, que pertence ao mesmo centro, só ter desenvolvido duas pesquisas sobre o tema, exatamente no mestrado profissional, que tem alunos de diversas instituições estatais envolvidas com políticas de desenvolvimento regional. O mestrado acadêmico deste programa de pós-graduação não havia desenvolvido até 2019 pesquisas que tivessem como objeto a avaliação das políticas de irrigação ou políticas de desenvolvimento rural, o que o coloca na mesma situação do Centro de Humanidades, da FEAACC e da FFOE – Faculdade de Farmácia, Odontologia e Enfermagem, que desenvolveram três pesquisas cada. A Faculdade de Medicina, por outro lado, desenvolveu seis trabalhos nessa área (04 dissertações e 02 artigos).

Na Universidade Estadual do Ceará (UECE) as pesquisas sobre as políticas de desenvolvimento rural, em geral, e sobre os projetos públicos de irrigação, em particular, concentram-se no Centro de Ciências e Tecnologia (CCT) e no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CESA) - sediados no Campus Itaperi, em Fortaleza - e na Faculdade de Filosofia

³ A importância desses dados reside no fato de que, geralmente, essas pesquisas têm como *locus empírico* os perímetros irrigados ou empresas do agronegócio instalados em terras aluviais e, a partir da identificação do foco de interesse das mesmas é possível fazer uma apreciação da relação entre o campo científico/acadêmico e o campo das políticas de desenvolvimento regional, que tomam a reestruturação da agricultura e a gestão dos recursos como elementos centrais do desenvolvimento rural. Não inclui nesse levantamento os dados referentes a capítulos de livros e relatórios de pesquisa.

Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), em Limoeiro do Norte. No Centro de Ciências e Tecnologia (CCT), as pesquisas estão centralizadas no Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) e no Curso de Geografia, enquanto no Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CESA), se concentram no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP). Na Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), destacam-se as pesquisas realizadas nos cursos de Geografia e História.

Uma característica das pesquisas realizadas na área de Geografia, no caso da Universidade Estadual do Ceará, consiste no predomínio da Geografia Agrária, baseadas fundamentalmente nos temas da modernização da agricultura, agronegócio e reestruturação socioespacial, como demonstram os trabalhos de Freitas (2012a; 2012b e 2010), Freitas e Almeida (2010), Bezerra (2008), Costa (2006), Chaves (2004), Chaves e Araújo (2009), Lima et. al. (2009). Em relação aos temas das desapropriações e das experiências das populações afetadas pelas políticas de desenvolvimento rural desenvolvidos, principalmente, nos cursos Geografia e História da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), elenco os trabalhos de Maia (2015), Moreira (1999), Nunes (2014), Nunes (2005), Oliveira (2016), Rodrigues (2006), Silva (2016) e Sousa (2004).

Uma das contribuições recentes de grande importância nesse campo de investigação tem sido o trabalho realizado pelo Núcleo Trabalho, Meio Ambiente e Saúde (TRAMAS) e pelo Programa de Pós-Graduação em Saúde Pública, ambos vinculados ao Departamento de Saúde Comunitária da UFC. As pesquisas sobre os temas que envolvem agrotóxicos, saúde, trabalho e meio ambiente relacionam-se diretamente com o tema das políticas de desenvolvimento rural, destacando-se os trabalhos de Pessoa (2012, 2010), Alexandre (2009), Rigotto (2011a, 2011b e 2003), Rigotto e Aguiar (2015), Rigotto e Augusto (2007), Rigotto et. al. (2013a, 2013b), Carneiro, Braga e Pessoa (2010), Carneiro, Rigotto e Pignati (2013), Pessoa e Rigotto (2012), Pontes et. al. (2013).

O breve levantamento dos temas de pesquisa e de suas áreas de concentração revela a intrínseca relação entre o campo científico e as demandas políticas e sociais. Por exemplo, a posição de destaque do Centro de Ciências Agrárias, do Centro de Tecnologia e Centro de Ciências, na Universidade Federal do Ceará, pode ser resultado dos investimentos e demandas feitas nas décadas de 1960 e 1970 às escolas de Agronomia e Engenharia, assim como aos institutos de Química e Física, pelas instituições responsáveis pelo financiamento, formulação e execução das políticas de desenvolvimento regional na região que contribuíram, inclusive, com a reformulação do currículo de alguns cursos destas instituições de ensino superior. Assim, estas demandas têm um caráter de demandas institucionais bastante

evidentes. Os diversos convênios e acordos realizados entre a SUDENE, a Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional (USAID/Brasil), o Conselho de Cooperação Técnica da Aliança para o Progresso (CONTAP), a Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional (SUBIN), Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação Ford e as universidades federais da região Nordeste constituem exemplos claros da relação entre a produção do conhecimento e as demandas institucionais.⁴ Alguns convênios e acordos visavam à melhoria de currículos e incremento às atividades de pesquisa, como o Programa de Educação Agrícola, criado em 1967, realizado em parceria com a Universidade do Arizona, conforme demonstram duas resoluções do Conselho Deliberativo da SUDENE (Resolução nº. 2.852, de 18 de janeiro de 1967, e Resolução nº. 5.661, de 21 de dezembro de 1970).⁵ A Faculdade de Economia também se beneficiou desses acordos ao coordenar o Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste, de acordo com a Resolução nº. 3.389, de 18 de outubro de 1967, assim como o Instituto de Física, através do *Programa de Melhoramento do Instituto de Física da Universidade Federal do Ceará*, que recebeu recursos de convênio celebrado entre a SUDENE, USAID, UFC e SUBIN, que criaria as pré-condições para a implantação do Curso de Pós-Graduação em Física (Resolução nº. 6.128, de 25 de junho de 1971).

Os investimentos ligados à formação de recursos humanos na forma de reequipamentos e bolsas de estudos realizados pela SUDENE na década de 1960 nas escolas de Agronomia e Engenharia e nos institutos de Física e Química da Universidade Federal do Ceará tinham como objetivo o aperfeiçoamento da formação de técnicos de nível superior para atuação nos projetos de desenvolvimento (BRASIL. SUDENE, nov. 1966). No entanto, os investimentos da SUDENE não se limitaram às áreas de ciência e tecnologia, ciências agrárias e ciências econômicas. A instituição também financiou projetos e programas na Faculdade de Medicina da UFC, como o Programa de Estágio Rural, e na Escola de Serviço Social (incorporada em 1975 à Universidade Estadual do Ceará).

Além dessas ações também foram realizados convênios e acordos para o treinamento de técnicos do Nordeste no Brasil e no Exterior. Por exemplo, em novembro de 1966 “[F]oram assinados 15 Ordens de Implementação de Projetos de Treinamento no valor

⁴ Em 1966, por exemplo, estavam em execução sete convênios com as universidades federais do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia.

⁵ Estas informações estão disponíveis no acervo digital da SUDENE, denominado de PROCONDEL. O Procondel é um projeto de preservação e disponibilização do acervo produzido pelo Conselho Deliberativo da Sudene – Condell, no período de 1959 a 2000. Realizado em parceria com a Universidade Federal de Pernambuco, o Procondel teve como meta, até 2016, a preservação do acervo e a universalização de seu acesso.

de CR\$ 72.752.740,00 e US\$ 265.800 para treinamento de 45 técnicos do Nordeste no Exterior”, distribuídos da seguinte forma: Administração, 2; Recursos Naturais, 3; Planejamento Econômico, 6; Saúde, 4; e Educação, 30 (BRASIL. SUDENE, nov. 1966, p. 24). Por outro lado, a USAID desembolsou, no mesmo período, CR\$ 2.239.697,00 (dois milhões, duzentos e trinta e nove mil e seiscentos e noventa e sete cruzeiros) referentes aos convênios Educação Econômica (Universidade Federal do Ceará), Educação Industrial – Senai, Organizações Voluntárias, Cruzada ABC – Colégio Agnes e Educação Elementar (Estado de Pernambuco) (BRASIL.SUDENE, nov. 1966, p. 24).

Tomando como analogia ou referência a discussão que Martins (1986) fez para o campo da sociologia rural, na qual observa que por trás da perspectiva que constrói o rural como objeto de conhecimento há um sujeito, um sujeito coletivo, que nela exprime a sua identidade. Esse sujeito coletivo é o público que demanda sociologia rural. O mesmo poderia ser dito de outros campos disciplinares que têm por natureza a intervenção nos campos social, econômico, cultural, educacional ou em dimensões do espaço físico ou espaço físico apropriado (território). Aqui estamos lidando com duas dimensões de uma mesma questão: o público que demanda conhecimento e o público da demanda do conhecimento. Nesse sentido, os campos de intervenção de determinadas ciências – por exemplo, Agronomia, Engenharia Hidráulica e Ambiental, Economia, Sociologia, Medicina, Pedagogia, Serviço Social entre outras – correspondem a grupos, instituições ou dimensões do espaço e da natureza que são objetos de estudos ou intervenção. Tomando a sociologia rural como referência pode-se afirmar que ela se apresenta

[...] como um instrumento de uma prática comprometida com a ideologia da mudança social, mas a mudança social aqui é a mudança concebível para o público que demanda conhecimento [...]. Já vimos que a mudança nesses termos é a mudança no sentido da superação da polarização rural-urbano através da urbanização do rural. Note-se, então, que o objeto, nesse caso é construído através da ótica do público *que* demanda o conhecimento. O público da demanda, o público-objeto, emerge na discussão sociológica através da perspectiva do público *que* demanda o conhecimento. As características dos processos sociais retidos numa análise desse tipo são características decorrentes do modo de ver as coisas, de um grupo social determinado – ou seja, de uma classe ou agrupamento de classes (MARTINS, 1986, p. 34).

É nessa perspectiva que situo a produção acadêmica sobre o Perímetro Irrigado de Morada Nova. Assim, os temas da eficiência econômica, viabilidade de mercado, rentabilidade das culturas agrícolas, eficiência dos sistemas de irrigação, qualidade dos solos e

os problemas hidráulicos estiveram no centro das preocupações das primeiras pesquisas acadêmicas realizadas entre o final da década de 1970 e o início da década de 1990.

Duas dissertações defendidas no Mestrado em Economia Rural da UFC abordam a questão da produtividade e rentabilidade do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Autran (1978), utilizando o método da programação linear determina a combinação ótima de atividades nesse projeto público de irrigação. A partir da utilização desse método matemático o autor pode definir quais atividades produtivas eram mais rentáveis e quais delas não eram. Assim, a pesquisa elenca as diversas possibilidades de combinação de culturas variadas que poderiam resultar em ganhos ou perdas para os colonos, recomendando que atividades poderiam ser desenvolvidas e aquelas que trariam prejuízos. O trabalho de Valente Júnior (1990) tem o objetivo de determinar a rentabilidade das explorações agrícolas do Perímetro Irrigado de Morada Nova e estimar os impactos para os municípios nos quais o projeto está inserido, assim como para o estado do Ceará. O autor elegeu as culturas mais importantes em termos de área cultivada, calculando a produtividade das atividades agrícolas e estimando a rentabilidade dos lotes do perímetro irrigado, assim como das produções agropecuárias anuais.

Para Valente Júnior (1990, p. xiii), o Perímetro Irrigado Morada Nova apresentava “um bom desempenho, em termos de rendimento físico das culturas”, melhor do que o de “outros projetos públicos de irrigação do DNOCS”. Em relação à questão da rentabilidade dos lotes agrícolas o autor elaborou três alternativas levando em consideração o custo da tarifa de água, chegando à conclusão de que sem nenhum subsídio a esta tarefa os lotes agrícolas se mostrariam inviáveis economicamente.

No que se refere ao tema do modelo de desenvolvimento rural Coimbra (1986) analisa a identidade do projeto Morada Nova em relação ao Projeto de Desenvolvimento Rural Integrado (PDRI), tomando como referência o êxito que outros países tiveram com programas de desenvolvimento rural, ao adotarem uma nova estratégia de desenvolvimento regional fundamentada nas concepções de desenvolvimento rural integrado. Tal estratégia tinha por fim, segundo o autor, proporcionar uma melhoria da oferta de emprego, agrícola e não agrícola, através da integração dos setores primário, secundário e terciário no próprio espaço rural, reduzindo o nível de pobreza absoluta e, simultaneamente, promovendo uma distribuição equânime da renda das comunidades integradas. Com a intenção de identificar se esse perímetro irrigado se enquadrava na concepção de um Projeto de Desenvolvimento Rural Integral, o autor realizou um diagnóstico do referido projeto chegando à conclusão de que algumas variáveis restringiam o reconhecimento do projeto como um PDRI: a) a dimensão

geográfica seria incompatível com as exigências mínimas de um PDRI; b) setor secundário praticamente inexistente; c) percentual muito elevado de mão de obra extrafamiliar, e; d) falta de integração interinstitucional.

Em relação aos temas do impacto na estrutura agrária, reestruturação territorial, dominação territorial, modernização da agricultura e impactos econômicos, sociais e ambientais destacam-se as pesquisas de Lima (1990), Nobre (2000), Ribeiro (2000), Sousa (2000), Oliveira (2002), Santos (2003), Braga (2004) e Santos (2015). A análise dos impactos do programa de irrigação pública do Nordeste na estrutura agrária em sua área de influência consiste na principal preocupação de Lima (1990). Para o autor, os investimentos em infraestrutura de irrigação provocaram uma elevação no índice de concentração fundiária do município de Morada Nova e que o preço da terra, em área de lavoura, foi influenciado pela instalação do perímetro irrigado, não contribuindo significativamente para a modernização da base tecnológica e das relações de produção da agricultura do município. Nobre (2000) retrata as consequências econômicas e sociais causadas pela implantação desse projeto no município de Morada Nova, mostrando que sua instalação acarretou reflexos econômicos positivos para o município de Morada Nova, ao mesmo tempo em que gerou prejuízos de ordem sociais e ambientais, por exemplo. O autor pinta um quadro social composto de comerciantes deslumbrados, ex-proprietários entristecidos, colonos despreparados, moradores curiosos e uma série de outros personagens que compõem o mosaico de uma cidade em transformação.

O trabalho de Oliveira (2002) analisa os riscos ambientais do Perímetro Irrigado de Morada Nova levando em conta as seguintes categorias ambientais: cobertura vegetal, áreas selvagens, primitivas e naturais, rios e sistemas fluviais, produtividade, qualidade da água, qualidade do solo e salinidade dos solos. A perspectiva adotada pelo autor amplia a compreensão dos impactos da irrigação pública sobre o meio ambiente, tendo em vista que ela seria responsável por alterações drásticas nas condições naturais das regiões objeto de intervenção de projetos de valorização hidroagrícola.

Em perspectiva semelhante, Santos (2002) aborda o processo de modernização da agricultura, intensificado a partir da segunda metade da década de 1960 que, com o apoio das políticas governamentais, resultou na subordinação crescente da agricultura. Para ele, esse processo acarretou numa série de impactos sociais, econômicos e ambientais na realidade produtiva do campo brasileiro. O entendimento de que o desenvolvimento capitalista no campo não se processou de maneira homogênea nas diversas regiões do Brasil orientou a realização do trabalho de pesquisa, segundo Santos (2002), que pretendeu analisar o processo de modernização da agricultura associado à política de irrigação e suas implicações no modo

de utilização das terras, na estrutura fundiária e nas relações sociais de produção do Perímetro Irrigado de Morada Nova. A pesquisa se concentra no período de 1975 a 2003. O autor mobilizou variáveis que permitiram a caracterização da estrutura agrária, a identificação das fontes de crescimento de diversas culturas agrícolas e do uso e preço da terra na região. Segundo o autor, os resultados obtidos apontaram para uma efetivação do processo de modernização agrícola no projeto de irrigação destacando-se no contexto da microrregião do Baixo Jaguaribe.

A relação entre Estado e território é tematizada por Ribeiro (2012), que mobiliza as categorias terra, água e sociedade na formação do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Na mesma perspectiva Sousa (2012) analisa o processo de “des-re-territorialização” e as novas dinâmicas socioespaciais decorrentes da instalação deste projeto público de irrigação. As duas pesquisas enveredam pela temática da dominação territorial, processo comum de todas as experiências de valorização hidroagrícola baseadas na instalação de perímetros irrigados. Braga (2003) analisa o tema da modernização da agricultura a partir das experiências dos primeiros irrigantes instalados no projeto, em 1970. Em seu trabalho se destaca o processo de aprendizado dos colonos com a agricultura irrigada, que se deu sob um forte aparato disciplinar, a partir da administração centralizada e autoritária do DNOCS. Para a autora, a “intervenção do Estado nos perímetros irrigados foi construída de cima para baixo, desprezando os valores culturais e as escolhas dos camponeses, impondo técnicas e comportamentos” (BRAGA, 2003, p. 136). Para a autora o sistema de relações sociais que tinha como fundamento “a agricultura irrigada estimulava, muitas vezes, o individualismo e a competição”, pois as cooperativas desempenhavam apenas funções de mercado, sendo “intermediária para compra de equipamentos e financiamento da produção” (BRAGA, 2003, pp. 136-7).

A temática dos recursos hídricos abordada a partir da perspectiva do gerenciamento constitui o objeto da pesquisa de Sampaio (2004), focando na questão do uso racional da água na irrigação, visto como uma condição para o sucesso ou fracasso dos projetos públicos de irrigação. Numa perspectiva mais ampla Rolim (2006) aborda o tema da relação entre sistemas técnicos e sustentabilidade. O autor aborda, tomando como referência o Perímetro Irrigado de Morada Nova, a relação entre a sustentabilidade da orizicultura e os sistemas técnicos adotados e suas correlações com a ordenação territorial do perímetro em foco. Rolim (2006) identifica que entre os colonos 98% possuíam financiamento em bancos para compras da colheita do arroz, 96% continuam plantando arroz, no entanto, 88% dependem da produção de leite e da aposentadoria para sobreviverem. O autor conclui que os

principais desafios desse perímetro irrigado eram de ordem técnica, econômica e cultural. No entanto, em minha compreensão, a autora adota uma perspectiva, no mínimo, problemática, partindo da hipótese de que o Perímetro Irrigado de Morada Nova “é insustentável, pois os colonos são agricultores com pouco conhecimento em técnicas agrícolas de irrigação modernas, limitando-se a irrigação por inundação”, tornando-se “um território cuja configuração é crítica [baseada] apenas [n]o sistema técnico de irrigação” (ROLIM, 2006, p. 16).

Outro tema que tem despertado interesse de pesquisa é o da transferência de gestão dos perímetros irrigados, que se configura como elemento-chave do “novo modelo de irrigação”, no qual o Programa de Emancipação de Perímetros Públicos de Irrigação (PROEMA), criado no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998), terá um papel importante na definição dos projetos públicos de irrigação que serão viáveis ou não. Sousa (2005) e Albuquerque (2008) analisam a transferência de gestão no Perímetro Irrigado de Morada Nova, que ocorreu no período de 2004 a 2007.

Albuquerque (2008) elege o Perímetro Irrigado de Morada Nova por representar um espelho de todos os perímetros implantados na década de 1970 e chega à conclusão de que o processo de transferência da gestão avançou na recuperação das infraestruturas, mas o trabalho de apropriação das novas técnicas de gestão pela comunidade dos usuários do sistema de irrigação foi insuficiente, revelando que não ocorreu a participação e envolvimento dos irrigantes no processo de transferência de gestão desse perímetro irrigado. O trabalho de Sousa (2005) observa que os indícios de mudança na Política Nacional de Irrigação surgem no final da década de 1980 quando se iniciou o processo de priorização dos investimentos públicos para irrigação privada, a orientação da produção para agronegócio, a limitação das competências do Estado, em especial para o DNOCS, a titulação fundiária por meio do “mercado de terras” e a “emancipação” dos perímetros irrigados. Estes elementos, na visão de Sousa (2005), constituem as premissas do “novo modelo de irrigação” que será posto em prática a partir do final da década de 1990.

Em toda essa literatura sobre o Perímetro Irrigado de Morada Nova um aspecto importante foi negligenciado. Diz respeito às populações que sofreram com os processos de expropriação e desapossamento, tendo em vista que por volta de 18 mil pessoas foram deslocadas dos povoados e distritos da região onde foi instalado o projeto, segundo dados de Hall (1976) e Banco Mundial (WORLD BANK, 2003).

2.1 Bases de sustentação teórica: discussão básica

Os estudos sobre o rural enquanto dimensão socioespacial diferenciada das sociedades humanas possibilitaram, desde a década de 1930, a constituição de saberes disciplinares preocupados com as distinções entre rural e urbano, campo e cidade, modo de vida rural, migrações, aspectos ocupacionais, densidade populacional etc. No entanto, como o surgimento das ciências sociais, em especial, a Sociologia, a Economia e a Antropologia se deu sob os marcadores da dualidade, a partir das oposições entre tradicional/moderno, cidade/campo e indústria/agricultura, as ciências sociais especiais voltadas para os estudos rurais também herdaram estas ambiguidades. Por ciências sociais especiais voltadas para os estudos rurais compreende-se, entre outras, a sociologia rural, a economia rural, a geografia rural ou agrária e a antropologia das populações rurais (um ramo da antropologia social).

Nesse sentido o *rural*, tanto enquanto categoria social como categoria sociológica, constitui-se numa singularidade *espaço-temporal* de extrema complexidade porque sua relação com a *sociedade total*, ou seja, sua relação com “a formação social que anima o espaço” (SANTOS, 2012, p. 39), é gestada historicamente. Assim, o rural enquanto espaço socialmente construído sintetiza as marcas do tempo, ou seja, sintetiza a *duração social* (BRAUDEL, 1990). O entendimento do rural como espaço construído e como singularidade, e não como isolamento e homogeneidade, nem como ambiguidade e dualidade, nos leva a buscar o entrelaçamento ou imbricação das dimensões sociais, políticas, econômica e cultural que o constituem e o constituem enquanto totalidade fracionada, cristalizada em objetos geográficos atuais, como afirma Milton Santos (SANTOS, 2014, 2012).

As posições contraditórias sobre o rural não são destituídas de fundamento. Ângela Duarte Ferreira (FERREIRA, 1999) tomando como referência o sociólogo espanhol Francisco Entrena Durán, afirma que “o que as faz divergir são distintas concepções sobre o rural, mais ou menos adequadas a um recorte espaço-temporal específico”, porque o “rural é construído socialmente e, como construção social está sujeito à mudança. Assim, experimentou sucessivos processos de construção, desconstrução ou reconstrução/reinvenção” (ENTRERA DURÁN, 1998, p. 14 apud FERREIRA, 1999, p. 147). Nesse sentido, o rural se apresenta como um conceito polissêmico, sendo origem e objeto de polêmicas sociais e intelectuais.

Para Ferreira (1999, p. 147), a forma adequada de se analisar o rural é “a que adota perspectivas histórico processuais, capazes de recuperar, em cada situação espaço-temporal, características e trajetórias de mudança próprias”. Na análise feita por Entrena Durán, como acentua Ângela Duarte Ferreira (FERREIRA, 1999, p. 147), “a concepção do

espaço territorial como âmbito da construção social e transformação do rural” é de grande relevância para a “discussão das manifestações e trajetórias particulares de cada caso concreto e os elementos viabilizadores de uma análise de alcance mais geral”. O importante a reter inicialmente é a compreensão de que o espaço é uma instância da sociedade, ou seja, é uma produção social. Por isso, como destaca Milton Santos (SANTOS, 2014, p. 12, grifo do autor).

Consideramos o espaço como uma instância da sociedade, ao mesmo título que a instância econômica e a instância cultural-ideológica. Isso significa que, como instância, ele *contém* e é *contido* pelas demais instâncias, assim como cada uma delas o contém e é por ela contida. A economia *está* no espaço, assim como o espaço *está* na economia. O mesmo se dá com o político-institucional e com o cultural-ideológico. Isso quer dizer que a essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a Natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual. Assim, temos, paralelamente, de um lado um conjunto de objetos geográficos distribuídos sobre um território, sua *configuração geográfica* ou sua *configuração espacial* e a maneira como esses objetos se dão aos nossos olhos, na sua continuidade visível, isto é, a paisagem; de outro lado o que dá vida a esses objetos, seu princípio ativo, isto é, todos os processos sociais representativos de uma sociedade em um dado momento. Esses *processos*, resolvidos em *funções*, realizam-se através de *formas*. Estas podem não ser originariamente geográficas, mas terminam por adquirir uma expressão territorial. Na verdade, sem as formas, a sociedade, através das funções e processos, não se realizaria. Daí por que o espaço contém as demais instâncias. Ele *está*, também, contido nelas, na medida em que os processos específicos *incluem* o espaço, seja o processo econômico, seja o processo institucional, seja o processo ideológico”.

As configurações espaciais ou objetos geográficos, por conterem frações do social, não se reduzem a formas, na perspectiva de Milton Santos. Eles são também “formas-conteúdo” e, por isso, “estão sempre mudando de significação, na medida em que o movimento social lhes atribui, a cada momento, frações diferentes do todo social”. Assim, “a forma, em sua qualidade de forma-conteúdo, está sendo permanentemente alterada e que o conteúdo ganha uma nova dimensão ao encaixar-se na forma” (SANTOS, 2014, pp. 12-3).

2.1.1 As Dimensões do espaço nas Ciências Sociais

O pensamento geográfico de Milton Santos constitui um exemplo de como uma teoria ou abordagem realizada em um campo disciplinar, no caso a Geografia, se relaciona de forma mais ampla com o pensamento ou a teoria social, alimentando-se dele ao mesmo tempo

em que contribui com sua renovação. O conceito de *espaço* é um dos exemplos desse intercâmbio entre saberes disciplinares particulares, teoria social e filosofia. Em primeiro lugar, ao contrário do que possa parecer, a categoria espaço não é exclusiva do campo científico da geografia, conforme lembram Alvarenga e Santana (2015). Para estes autores,

A categoria *espaço* não é exclusiva do campo científico da geografia (apesar de neste ser identitária), a palavra transita no senso comum com diferentes significados e também está presente em outros vários ramos do conhecimento científico (no urbanismo, na economia, na sociologia, na arqueologia, para citar apenas alguns). A construção epistemológica do conceito remonta, então, a um debate externo à Geografia, incorporado e reconstruído em debates internos à mesma (ALVARENGA; SANTANA, 2015, p. 2).

Na sociologia, em particular, e nas ciências sociais, em geral, o espaço também assume um papel importante na análise do mundo social. Entendido geralmente como *espaço social*, tem um lugar de destaque na obra *The Production of Space* do sociólogo francês Henri Lefebvre, originalmente publicada em 1974, que compreende o espaço como uma instância produzida por meio das práticas de diferentes agentes, sendo uma dimensão inter-reativa, dialeticamente relacionada a outras dimensões da vida social. Para o autor, o espaço é uma realidade social, um conjunto de relações e formas, portanto, ele é um produto social. O espaço contém dois tipos de relações sociais, a saber, relações de reprodução (biofisiológicas) e relações de produção (a divisão do trabalho e sua organização). Lefebvre (1991, p. 33, grifo no original, tradução nossa) propõe que a produção social do espaço ocorre partir de três elementos: 1) a “*prática espacial*, que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, que assegura a continuidade numa relativa coesão”; 2) as “*representações do espaço*, ligadas às relações de produção, à ‘ordem’ que elas impõem e, desse modo, ligadas aos conhecimentos, aos signos, aos códigos, às relações ‘frontais’”; e, 3) os “*espaços de representação*, [que] apresentam (com ou sem código) simbolismos complexos, ligados ao lado clandestino e subterrâneo da vida social [...]”. Em suma, esses três componentes da composição do espaço social podem ser resumidos da seguinte forma: a *prática espacial* está relacionada ao *percebido*; as *representações do espaço* dizem respeito ao *concebido*, ao espaço dos cientistas, planejadores, urbanistas e dos tecnocratas; enquanto os *espaços de representação* significam “o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos ‘habitantes’, dos ‘usuários’” (LEFEBVRE, 1991, pp. 38-9, grifo no original, tradução nossa).

Pierre Bourdieu, por outro lado, relaciona a noção de espaço social a de campo, com a qual trabalha em toda sua obra. O espaço social é compreendido, nesse sentido, “como estrutura de justaposição de posições sociais”, ou seja, “é definido pela exclusão mútua (ou distinção) das posições que o constituem”. Assim,

[O]s agentes sociais, e também as coisas - do modo como elas são apropriadas pelos agentes, e, portanto, constituídas como propriedades -, situam-se em um lugar do espaço social que pode ser caracterizado por sua posição relativa quanto aos outros lugares (acima, abaixo, entre etc.); e pela distância que o separa deles (BOURDIEU, 2013, p. 133).

Nesta afirmação está implícita outra dimensão do espaço: a dimensão física. Para Bourdieu “... o espaço social tende a se retraduzir, de maneira mais ou menos rigorosa, no espaço físico sob a forma de um determinado arranjo distributivo dos agentes e das propriedades”. Assim,

[...] todas as distinções propostas em relação ao espaço físico residem no *espaço social reificado* (ou, o que dá no mesmo, no *espaço físico apropriado*), que é definido (...) pela *correspondência entre uma determinada ordem de coexistência dos agentes e uma determinada ordem de coexistência das propriedades* (BOURDIEU, 2013, p. 133, grifo do autor).

Pode-se inferir sobre a relação entre campo, espaço social, espaço físico e espaço físico apropriado da seguinte afirmação:

Cada agente se caracteriza pelo lugar em que está situado de maneira mais ou menos permanente (...); e ele se caracteriza pela posição relativa que suas localizações temporárias (por exemplo os locais de honra, posicionamentos regrados pelo protocolo) e, sobretudo, permanentes (endereço privado e endereço profissional) ocupam em relação às localizações dos outros agentes. Ele caracteriza-se também pela posição que ocupa (juridicamente) no espaço, através de suas propriedades (casas, apartamentos ou escritórios, terras para cultivar, explorar ou construir etc.), que são mais ou menos espaçosas ou, como se diz às vezes, “*space consuming*” (a ostentação do espaço apropriado sendo uma das formas por excelência da ostentação do poder). Consequentemente, o lugar e o local ocupados por um agente no espaço físico apropriado constituem excelentes indicadores de sua posição no espaço social. É preciso notar, de passagem, que uma parte da *inércia* das estruturas constitutivas do espaço social resulta do fato de que elas estão inscritas no espaço físico, e só podem ser modificadas à custa de um *trabalho de transplantação*, de uma mudança das coisas, e de um desenraizamento ou de uma deportação das pessoas - operações necessariamente custosas (BOURDIEU, 2013, pp. 133-4, grifo do autor).

Na perspectiva acima tratada o espaço social é compreendido como uma estrutura que se manifesta “sob a forma de oposições espaciais, o espaço habitado (ou apropriado)

funcionando como uma espécie de metáfora espontânea do espaço social”. Para Pierre Bourdieu (BOURDIEU, 2013, p. 134),

[...] em uma sociedade hierarquizada, não existe espaço que não seja hierarquizado e que não exprima as hierarquias e as diferenças sociais de um modo deformado (mais ou menos) e, sobretudo, mascarado pelo efeito de naturalização acarretado pela inscrição durável das realidades sociais no mundo físico [...].

Nessa discussão vale a pena reter as diferenças apontadas por Pierre Bourdieu entre espaço social e espaço físico. Em primeiro lugar, “[O] espaço social não é o espaço físico, mas ele tende a se realizar de forma mais ou menos completa e exata nesse espaço”, por isso a dificuldade de pensá-lo “em estado separado”, pois, “[O] espaço, tal como nós o habitamos e como o conhecemos, é socialmente marcado e construído”. Nesse sentido, “o espaço físico só pode ser pensando enquanto tal” se ignorarmos “decididamente tudo o que ele deve ao fato de ser um espaço habitado e apropriado, isto é, uma construção social e uma projeção do espaço social, uma estrutura social em estado objetivado (...) a objetivação e a naturalização de relações sociais passadas e presentes”. Continuando o inventário dos espaços, Bourdieu (2013, p. 136) destaca que,

O espaço social, espaço abstrato constituído pelo conjunto dos subespaços ou dos campos (campo econômico, campo intelectual etc.), dos quais cada um deve sua estrutura à distribuição desigual de uma espécie particular de capital, pode ser apreendido sob a forma da estrutura da distribuição das diferentes espécies de capital que funcionam, simultaneamente, como instrumentos e objetos de lutas no conjunto dos campos (...). O espaço social fisicamente realizado (ou objetivado) se apresenta como distribuição, no espaço físico, de diferentes espécies de bens e serviços e também de agentes individuais e grupos fisicamente localizados (enquanto corpos ligados a um lugar permanente: domicílio fixo ou residência principal) e dotados de oportunidades de apropriação desses bens e serviços mais ou menos importantes (em função de seu capital, e também da distância física em relação a esses bens, a qual também depende de seu capital). É essa dupla distribuição no espaço dos agentes enquanto indivíduos biológicos, e dos bens, que define o valor diferencial das diversas regiões do espaço social realizado.

A objetivação do espaço social ou o espaço social realizado é produto das relações sociais, especialmente, das relações sociais de produção. Assim, a distribuição no espaço dos agentes e dos bens está ligada diretamente ao que Oskar Lange⁶ denomina de “acumulação material histórica da sociedade” (LANGE, 1966). Para Lange,

⁶ Oskar Lange se inspira no sociólogo, antropólogo e demógrafo polonês Ludwik Joachim Franciszek Krzywicki (1859-1941), que pertence à primeira geração de estudantes poloneses de Marx. Na edição espanhola feita pela

Na existência dessa ‘acumulação histórica’ (*dorobek dziejowy*), composta de objetos materiais, produtos do trabalho humano, e que constituem o cimento da rede de relações entre os homens, Krzywcki (sic) vê a razão da diferença entre o desenvolvimento histórico da sociedade humana e o caráter histórico dos rebanhos de animais (KRZYWICKI, 1951, p. 185 apud LANGE, 1966, p. 38, nota de rodapé 26).

No entanto, como demonstra Pierre Bourdieu, os objetos materiais ou “bens”, que são frutos do trabalho, são distribuídos de acordo com o lugar e a posição social que ocupam os agentes nos subcampos do espaço social. Assim,

O espaço ou, mais precisamente, os lugares e as posições do espaço social reificado ou do espaço físico apropriado, devem a sua raridade e o seu valor ao fato de serem um dos objetos de lutas de que os diferentes campos são o lugar, na medida que marcam ou asseguram uma vantagem mais ou menos decisiva nessas lutas (BOURDIEU, 2013, p. 137).

A apropriação dos “bens raros”, sejam eles públicos ou privados, é parte constitutiva da dominação do espaço apropriado e que, por sua vez, “depende do capital possuído”. Seguindo ainda Bourdieu (2013), resulta dessa apropriação das diferentes espécies de bens e serviços ou da acumulação material histórica, como afirma Oskar Lange (1966),

(...) que a estrutura da distribuição espacial dos poderes, isto é, das propriedades durável e legitimamente apropriadas e dos agentes com oportunidades desiguais de acesso ou de apropriação material ou simbólica (...) representa a forma objetivada de um estado das lutas sociais pelo que se pode denominar os *lucros do espaço* (BOURDIEU, 2013, p. 137-8, grifo do autor).

Os lucros espaciais são classificados em duas categorias: os *lucros de localização* e os *lucros de posição*. A primeira categoria pode ser dividida em duas classes: a) “as *rendas de situação*, que são associadas ao fato de se estar situado perto de coisas [bens e serviços] e de agentes (...) raros e desejáveis, ou longe de bens ou de agentes indesejáveis”; b) os *lucros de posição ou de gradação*, “caso particular dos lucros simbólicos de distinção que são associados à posse monopolista de uma propriedade distintiva”. A segunda categoria dos lucros espaciais diz respeito aos “*lucros de ocupação* (ou de medidas externas), a posse de um espaço físico (parques vastos, apartamentos amplos etc.) podendo ser uma maneira de manter

Fondo de Cultura Económica, do México, o termo *dorobek dzijowy* é traduzido como *patrimônio histórico*. Considero que a tradução mais adequada seria *acumulação material*, tendo em vista que em polonês o termo *dorobek dzijowy* significa literalmente *aquisição material*. Neste sentido, a expressão *acumulação material histórica da sociedade* é mais adequada do que *patrimônio histórico-material de la sociedade* como consta na edição espanhola. Faço essa observação a partir da tradução do Capítulo 2 feita por Maria de Fátima Freire-Dowbor e Ladislau Dowbor diretamente do original polaco, na base da terceira edição, definitiva, revista pelo autor em 1963 (Oskar Lange, *Ekonomia Polityczna*, Warszawa 1963, Pánstwowe Wydawnicwo Naukowe).

a distância toda espécie de intrusão indesejável (...)” (BOURDIEU, 2013, pp. 138-9). Assim, o poder sobre o espaço traz a possibilidade de colocar à distância coisas ou pessoas que incomodam, ao mesmo tempo em que coloca em descrédito os agentes que não se enquadram nos ordenamentos espaciais coordenados pelos detentores de capitais (político e econômico, por exemplo).

As noções de lucros espaciais e poder sobre o espaço dão um indicativo do grau de complexidade da dimensão espacial das sociedades humanas. As estruturas espaciais, resultantes das relações entre espaço social, espaço físico e espaço habitado ou apropriado são partes constitutivas das relações sociais mais amplas que envolvem a constituição de uma formação social particular. Nesse espaço tripartite estão inscritas as marcas da história humana e das lutas sociais pela imposição das formas de ser, fazer e viver.

Essa forma de compreensão do papel da dimensão espacial no próprio processo de constituição do social é, ou deveria ser, um tema-chave para as ciências sociais. A partir de meados da década de 1960, especialmente na França, o espaço passa a ocupar um lugar de destaque na sociologia, tanto que Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff fazem menção ao espaço social como novo paradigma da sociologia e das ciências sociais (ALVARENGA; MALTSCHEFF, 1980), capitaneado pelos estudos sobre as políticas de planejamento espacial e planejamento urbano. Para esses autores,

Foi de fato a partir de meados da década de 1960 que, ao mesmo tempo, as políticas de planejamento espacial e planejamento urbano surgiram como novos objetos de pesquisa no campo da sociologia. Esta pesquisa tem o efeito de liderar e legitimar novas questões sobre o espaço em si e não mais apenas sobre seus efeitos. Três sociólogos levam a formulações mais gerais, mas também mais explícitas. Este é o trabalho de Raymond Ledrut - Henry Lefebvre - Jacques Remy (ALVARENGA; MALTSCHEFF, 1980, p. 54, tradução nossa).

A produção do espaço, ou seja, o espaço como produto social, é um dos elementos centrais da concepção de espaço de Henry Lefebvre, conforme já ressaltado nesse texto. No entanto, conforme demonstram Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff, “Raymond Ledrut é o primeiro a abordar esse problema sob uma perspectiva estritamente sociológica” propondo “por trás de uma aparente variedade, uma contribuição efetiva e real para uma teorização do espaço social”. Na percepção daqueles autores a “contribuição original” de Raymond Ledrut consiste no fato de “dá conta da existência de uma organização do espaço urbano por meio do que ele chama de ‘função espacial’ e o papel desempenhado por esta parte do espaço na totalidade (...)” (ALVARENGA; MALTSCHEFF, 1980, p. 54, tradução nossa).

No artigo *espace et sociétés* (espaço e sociedades), publicado no mesmo volume citado acima, Raymond Ledrut desenvolve algumas noções-chaves sobre o tema da espacialidade. A primeira delas é a de representações espaciais que constituem um elemento importante “na constituição da própria estrutura coletiva. Estas representações não se somam à existência material da estrutura para executar uma função ‘psicológica’. Elas são constitutivas da própria individualidade social e de sua personalidade” (LEDRUT, 1980, p. 5). Nessa perspectiva, o espaço deixa de ser compreendido como um suporte ou meio para e das ações humanas. Na compreensão de Raymond Ledrut,

Hoje também temos uma sensação crescente de que o espaço não é um **meio** e não se limita à organização espacial. Todo espaço é inseparável do seu conteúdo, que não é o de um objeto particular, mas de um **sistema de operações** próprio de uma cultura ou de um tipo de cultura. Existe, portanto, uma representação do espaço geral e uma percepção de seu próprio espaço, em qualquer coletividade. E ambas são inseparáveis. Um grupo ‘moderno’ com uma constituição e funcionamento muito ‘racionalizados’ (no sentido técnico e econômico do termo) terá em sua própria forma uma percepção ‘científica’ que reflete sua representação do espaço (geométrico, homogêneo, etc.) e que domina tudo o que a percepção comum pode ter de mais vital ou orgânica (LEDRUT, 1980, p. 5, grifo do autor, tradução nossa).

Nessa mesma linha de pensamento Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff também observam que:

A dimensão espacial consistiu principalmente de relações quantitativas: distâncias, localizações, eixos de comunicação e troca, distribuição de homens e suas atividades, concebidas como isomórficas para um determinado território. Assim apreciado, o espaço manteve um status de categoria que poderia ser legado a certas doutrinas filosóficas (das quais o kantismo talvez seja a mais completa). Era de fato visto como "infinito, homogêneo e isotrópico, absoluto, onde homens e coisas se moviam: condição de sua objetivação. No entanto, também na geografia, a diversificação dos objetos de estudo levou a uma especialização cuja consequência foi a existência de uma multiplicidade de subdisciplinas que não causaram a unidade dessa mesma concepção. O espaço, portanto, não contribuiu como tal para qualquer tipo de explicação da realidade social como um todo. Ele estava lá apenas para ‘apoiá-la’. Isso merece ser sublinhado, quando se sabe que através de um número incalculável de obras e reflexões, a geografia foi dada como ciência do espaço, ainda que, a arquitetura também tenha reivindicado esse título. É esse conjunto de representações que avaliará criticamente os sociólogos [...] (ALVARENGA; MALTCHEFF, 1980, p. 57, tradução nossa).

Conforme já indicado anteriormente, esses autores destacam os trabalhos de três sociólogos franceses que trabalharam com a renovação do conceito de espaço numa perspectiva sociológica: “De várias maneiras [...] encontra[-se] nestes autores um tom chave:

a necessidade de abordar as inúmeras questões colocadas pelo espaço, contando com as práticas que abrange (Lefebvre), os usos que são feitos deles (Ledrut), as relações a que ele pode dar o propósito (Remy)”. Assim, a dualidade física “espaço-matéria na teoria da relatividade, o espaço e as ‘espécies vivas’ na biologia, ou o espaço e as práticas sociais na sociologia só podem ser concebidos através de uma ‘função’ de uso ‘e não mais uma única função de suporte’” (ALVARENGA; MALTCHEFF, 1980, pp. 57 e 66, tradução nossa). Assim,

O desenvolvimento desta nova problemática permitiu, como já indicamos, destacar um acervo primordial: **o espaço social é uma produção social**. Essas **análises críticas** têm outras **implicações** para a sociologia. A primeira diz respeito à **pluralidade dentro da noção de espaço**, isto é, a passagem de um espaço absoluto para um espaço relativizado. Em outras palavras, concebido como um produto da sociedade, o espaço apresenta tanta diversidade quanto as modalidades organizacionais da própria sociedade. Deste modo, a extrema variedade de ‘usos’ e ‘práticas’ só pode corresponder a uma multiplicidade de espaços cuja ‘ordem de diferenças’ precisamente será objeto de novos debates e dará origem à produção de novos discursos na sociologia. **A segunda consequência está relacionada mais aos próprios métodos dessa disciplina**. O **espaço**, pelas novas possibilidades que oferece, servirá como uma **grade de análise**, uma **ferramenta** que permitirá à sociologia interrogar de maneira recorrente e de maneira diferente seus objetos tradicionais [...] (ALVARENGA; MALTCHEFF, 1980, p. 60, tradução nossa, grifo nosso).

A compreensão do espaço social como uma produção social constitui o elemento-chave para as abordagens do espaço numa perspectiva estritamente sociológica, demarcando, assim, o espaço como objeto de preocupações teóricas e empíricas da sociologia. Cabe reter nesse momento, como faz Alberto Alvarenga e Jacques Maltcheff, as implicações para o campo sociológico das análises que tomam o espaço como produção da sociedade: em primeiro lugar, há o movimento do espaço absoluto para o relativizado, ou seja, o espaço percebido em sua pluralidade que se relaciona diretamente com os tipos ou formas de organização da sociedade, de forma geral, e com as formas de organização da produção, em particular; em segundo lugar, as implicações para os métodos da pesquisa sociológica quando a noção de espaço é utilizada como *ferramenta* ou *grade analítica*. Essas ordens de implicações trazem avanços importantes para o entendimento das relações entre homem, natureza e sociedade, pois o espaço é repostado ao seu lugar na ordem das coisas, ou seja, o lugar que ocupa nessas relações: ele (o espaço) deixa de ser simples *suporte* ou apoio às ações dos homens e passa a se constituir enquanto elemento da própria constituição das sociedades humanas, em um movimento dialético no qual exerce influência sobre os agentes sociais ao mesmo tempo em que é transformado por eles.

Na primeira metade da década de 1970, Paul Vieille⁷, com base na abordagem do *capitalismo organizado*⁸ (*capitalisme d'organisation*) e tomando como objeto de análise as transformações do espaço francês, questiona a respeito da relação histórica entre o espaço e a sociedade global, ou seja, como as normas do espaço e a ocupação efetiva do território correspondem à sucessão e à transformação dos modos de produção no decorrer da história e quais são os mecanismos da espacialidade e o papel do espaço no processo social. Assim, Paul Vieille questiona se “[A] organização espacial é apenas um reflexo, a projeção de uma organização social que é definida fora dela, autonomamente, ou intervém e como no processo histórico?” (VIEILLE, 1974, p. 3, tradução nossa). Partindo do conceito central de *espaço global*, assim como do conceito vizinho *espaço dominante*, adota uma definição operativa na qual inclui

[...] tanto a sua materialidade [do espaço global] quanto o aspecto prático-sensível sob o qual nos aparece e sua relação não teoricamente definida, a priori, com a sociedade. Diremos que o espaço ou espacialidade de uma sociedade é definido pelo conjunto de (i) **a distribuição espacial** real (estabelecimentos de produção, agrupamentos de aldeia [cidades], comunicações, etc.), (ii) **padrões que governam essa distribuição** (normas de ocupação do espaço, hierarquia econômica, agrupamentos políticos e culturais locais, tipos de comunicações, etc.), (iii) **mecanismos econômico-sociais nos quais o espaço é envolvido** como um efeito ou causa (produção social de formas espaciais, papel do espaço no processo histórico). Ao longo do caminho, encontraremos a necessidade de utilizar um conceito vizinho, o de **espaço dominante**: o espaço teórico, modelo para o qual tende em cada um dos seus estágios de desenvolvimento um modo de produção [...]. O espaço dominante é o conjunto de (i) **mecanismos econômico-sociais** que definem um espaço perfeitamente adaptado aos mecanismos de produção de um determinado período, (ii) **padrões de localização dos estabelecimentos** de produção, de troca e de residência, etc., que tendem a produzir esses mecanismos, (iii) uma **distribuição real** que resultaria da livre aplicação de mecanismos e normas ao espaço concreto anterior (VIEILLE, 1974, p. 3, tradução nossa, grifo nosso).

Essa definição de *espaço* ou *espaço global* comporta alguns elementos que merecem ser levados em consideração na pesquisa sociológica, principalmente, naquelas relacionadas aos usos e controles do território, seja urbano ou rural, tendo em vista que a distribuição espacial dos estabelecimentos de produção, por exemplo, e os padrões que

⁷ Sociólogo e antropólogo especializado no Mediterrâneo e no Irã. Diretor de pesquisa no CNRS de 1975 a 1998, professor na Universidade de Illinois (1988-2003) e fundador da revista "Peuples méditerranéens".

⁸ Segundo o autor “[E]m geral, podemos dizer que o capitalismo organizado procura ‘racionalizar’ a sociedade como instrumento de produção, troca e consumo e, conseqüentemente, organizar o espaço segundo sua própria lógica, que essas tendências necessariamente envolvem o Estado como instituição; coordenar interesses divergentes dentro da classe dominante, implementando mecanismos de regulação, integração, repressão, definindo e construindo o “melhor” planejamento espacial possível [...]” (VIEILLE, 1974, p. 3, tradução nossa).

governam esta distribuição, assim como os mecanismos econômicos e sociais nos quais o espaço é envolvido estão na base do ordenamento social, ou seja, fazem parte das dinâmicas e dos processos de uma formação social determinada. Por outro lado, a noção de *espaço dominante* se mostra extremamente rica para a análise sociológica porque revela os mecanismos socioeconômicos e políticos da própria dominação territorial que se traduz na imposição de uma nova lógica espacial sobre um espaço anterior, transformando assim os usos, as funções e a organização espacial através de novas práticas e representações espaciais.

Em sociedades marcadas pela predominância da *espacialidade agrícola*, como o caso da maior parte do Nordeste brasileiro até recentemente, as transformações dos usos, funções e práticas espaciais tiveram por objetivo o aperfeiçoamento dos mecanismos de drenagem ou apropriação dos excedentes agrários. A partir da segunda metade do século XX ocorreu em todo o mundo um movimento de transformação da espacialidade agrícola guiado por políticas de planejamento e uso do território, materializado na chamada *modernização da agricultura*. A partir desse momento se inauguram novas relações entre campo e cidade que uma sociologia do desenvolvimento não foi capaz de dar conta adequadamente, tendo em vista que esta tinha como fundamentação a teoria da modernização. Esta teoria concebe o processo de desenvolvimento como uma transição de uma sociedade rural tradicional para uma sociedade industrial moderna.

Uma das consequências dessa abordagem é a apreensão/percepção dualista da realidade expressa nas oposições atrasado/moderno, urbano/rural e agricultura de subsistência-camponesa/agricultura moderna-capitalista que impede ou dificulta a compreensão de alguns elementos importantes da espacialidade, seja do espaço urbano ou do rural. Um desses elementos, conforme denomina Paul Vieille, é “a espacialidade de compromisso, um equilíbrio relativo entre dois espaços virtualmente exclusivos”: o espaço da sociedade rural e o espaço urbano/industrial. “Entre os dois espaços, as relações são indiretas, mediadas por um aparato de troca concentrado e dirigido pelo Estado”. Esse “**equilíbrio é uma escolha política**, [pois] o espaço rural de forma antiga só sobrevive graças à proteção, com a ajuda do Estado”. Por outro lado, pode-se afirmar que o contrário também é verdadeiro, ou seja, o Estado também é o responsável por romper o equilíbrio entre o espaço da sociedade rural e o espaço da sociedade urbana/industrial. As políticas de modernização agrícola tanto podem contribuir para modernizar o campo e melhorar as condições de vida dos pequenos produtores rurais, como podem modernizar o campo e piorar as condições de vida destes produtores. Por exemplo, “[...] o autoconsumo no nível da unidade de exploração agrícola ou da pequena propriedade é muito maior nas áreas rurais não atingidas pela modernização,

particularmente por causa da policultura que permanece” nestas áreas (VIEILLE, 1974, p. 17, grifo no original).

Uma análise inspirada na teoria da modernização apreende esse fato como a representação do atraso na agricultura, pois associa o desenvolvimento rural à produção voltada exclusivamente para o mercado, por um lado, e ao assalariamento da mão de obra rural, por outro. A produção para o autoconsumo, quando é grande ou maior do que a produção que se destina à troca, é encarada como um elemento negativo e a responsável pela situação de pobreza absoluta vivida pelas populações, não compreendendo que a circulação representa o momento por excelência da apropriação da renda agrícola produzida pelos pequenos produtores rurais, tendo em vista que a apropriação do trabalho excedente se dá fora do processo de produção (VERGAPOULOS, 1977, OLIVEIRA, 2007; TAVARES DOS SANTOS, 1978).

2.2 O recorte de um campo sociológico: domínios temáticos e enfoques

A recensão das categorias relacionadas ao espaço realizada até aqui tem por fim lançar luz sobre a perspectiva analítica que orienta a realização desta pesquisa. Trata-se de uma abordagem de natureza interdisciplinar marcada pelo trânsito de conhecimentos disciplinares mobilizados da sociologia, história, economia política e geografia. Como em qualquer recorte analítico essa perspectiva de abordagem do problema é arbitrária, no entanto, ela segue a própria lógica ou natureza do objeto de investigação que, por sua constituição histórica, impõe a necessidade de uma abordagem interdisciplinar que reponha ao nível do pensamento a reconstituição de sua totalidade sócio-histórica.

Antes de avançar na recensão das demais categorias teóricas ou categorias mediadoras a serem mobilizadas nessa pesquisa definirei mais claramente o *campo sociológico* no qual se insere o trabalho. A noção de *campo sociológico* aqui adotada difere da noção tradicional de ramos da sociologia ou campos de estudo da sociologia, embora os contemple. Acompanho o raciocínio do historiador José D’Assunção Barros (BARROS, 2004), que adota a noção de *campo histórico* para analisar as especialidades da historiografia contemporânea e “a profusão de domínios em que está partilhado hoje o saber historiográfico” (BARROS, 2005, p. 230). Reconhecendo a multiplicidade de campos ou subdivisões da história, ou antes, a sua fragmentação, o autor propõe uma forma mais coerente de tratar as divisões ou campos da história, distribuindo os critérios dessas divisões em “dimensões”, “abordagens” e “domínios” da História que correspondem, respectivamente, aos *enfoques* ou

modos de ver (teorias), aos modos de fazer (métodos) e aos *domínios* ou áreas de concentração (temas).

Seguindo esse raciocínio a pesquisa se situa no *domínio* dos *Estudos Críticos do Desenvolvimento* e dos *Estudos Agrários Críticos*, dois campos de pesquisa interdependentes e inter-relacionados, ambos preocupados com os estudos do desenvolvimento em seus aspectos teóricos e práticos, por um lado, e com as alternativas ao desenvolvimento e as formas de desenvolvimento alternativo, por outro. Quanto ao enfoque, ou seja, quanto ao modo de ver, a economia política materialista constitui a abordagem através da qual se analisará as transformações agrárias decorrentes da intervenção do Estado na região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará, de forma que economia e política sejam percebidas de forma integrada, diferentemente da “economia liberal [que] é uma forma de economia política, uma abordagem centrada no mercado e no Estado ou políticas públicas” (VELTMEYER; ARY TAMINOUNE, p. 115, tradução nossa). O enfoque da economia política, como afirma Berch Berberoglu (BERBEROGLU, 2015), reconhece como central o papel das classes sociais e o papel decisivo do Estado capitalista, que durante o século XX foi o ator fundamental da ordem mundial pós-colonial estabelecida com os acordos de Bretton Woods.

2.2.1 O Domínio dos Estudos Críticos do Desenvolvimento

Início esta seção situando mais claramente a forma como entendo o campo dos *estudos críticos do desenvolvimento*. Segundo Henry Veltmeyer e Nasser Ary Tanimoune (VELTMEYER; ARY TANIMOUNE, 2015, p. 1, tradução nossa, grifo do autor), “uma abordagem crítica dos estudos do desenvolvimento envolve repensar teorias e práticas do desenvolvimento, reexaminar os conceitos usados para descrever o mundo real, mas também as suposições e crenças por trás desses conceitos”. Essa abordagem “[E]nvolve também a revisão das teorias formuladas para explicar as realidades da ordem estabelecida, particularmente as desigualdades estruturais e as injustiças profundas”. Nesse sentido, a abordagem crítica dos estudos do desenvolvimento “*critica* as grandes narrativas explicativas (ideologias) que descrevem a estrutura social de modo a apresentar os ‘perdedores’ do empreendimento social como cúmplices de sua própria exploração”, tendo em vista que “eles foram socializados para aceitar a superioridade dos ‘vencedores’”. Sua importância se amplia ao “revelar a função social dessas narrativas e as controvérsias fundamentais que elas transmitem sobre a realidade social”.

Assim, uma abordagem crítica dos estudos do desenvolvimento deve estar atenta à evolução das teorias do desenvolvimento, examinando seus conceitos fundamentais e suas ideias-chaves, revelando suas aplicações em análises e práticas, tendo em vista que “os conceitos e ideias moldam profundamente a maneira como percebemos a questão do desenvolvimento, determinam a forma apropriada de análise e consideram a ação social como possível, se não desejável”. Esse escrutínio crítico de conceitos e ideias é imprescindível, tendo em vista que eles “derivam de uma ideologia formulada para justificar a ascendência e dominação de uma classe ou grupo social, para abrir a porta à apropriação de recursos por essa classe ou grupo e para motivar a desapropriação estrutural de classes ou grupos subordinados” (VELTMEYER; ARY TANIMOUNE, 2015, p. 1, tradução nossa).

Escrutinar as teorias dominantes do desenvolvimento e seus desdobramentos históricos é uma condição para o entendimento da própria ideia de desenvolvimento. Para Henry Veltmeyer e Paul Bowles (VELTMEYER; BOWLES, 2017, p. 2, tradução nossa),

A evolução da ideia de desenvolvimento pode ser traçada e reconstruída, virtualmente, década após década, como uma série de respostas estratégicas às mudanças de condições - seja em um esforço para avançar o projeto de desenvolvimento (trazer um conjunto desejado de melhorias nas vidas e condições sociais de uma população definida ou direcionada) ou para refletir sobre as implicações do desenvolvimento e os resultados dessas condições mutáveis e ações estratégicas tomadas na direção do desenvolvimento, independentemente de sua definição ou compreensão.

O primeiro questionamento a ser feito em relação ao desenvolvimento, enquanto teoria e prática, diz respeito a sua localização temporal. A maioria dos analistas do desenvolvimento situa sua emergência no pós-1945, ou seja, após a Segunda Guerra Mundial, caracterizando-o como um projeto geopolítico para resgatar países libertados do domínio colonial, que os colocava longe da atração da esfera comunista e os conduziria por um caminho capitalista, como faz Wolfgang Sachs (SACHS, 2010). Essa maneira de compreender o desenvolvimento o associa diretamente ao imperialismo, em especial, ao imperialismo norte-americano, que o restringe a uma *forma de imperialismo* como faz o colombiano Arturo Escobar (ESCOBAR, 1999). O importante a reter nesse momento é a longa trajetória da ideia de desenvolvimento e as formas como o desenvolvimento foi pensado e praticado. A genealogia mais distante que podemos identificar e que relaciona o tema do desenvolvimento aos dias atuais foi traçada por Robert W. Shenton e Michael P. Cowen em *Doctrines of Development*, no qual examinam o desenvolvimento como ideia e prática desde sua invenção do início do século XIX até o final do século XX, quando questionam se o

desenvolvimento ainda teria um propósito. Nesse sentido, os autores traçam a ideia de desenvolvimento desde sua origem e a distinguem da ideia de progresso e da insatisfação com o progresso em momentos utilitaristas, positivistas, idealistas e críticos do pensamento ocidental.

A partir de estudos de caso do Canadá, Austrália e Quênia os autores demonstram porque e como a doutrina do desenvolvimento, desde o início, se relaciona com o capitalismo e, usando exemplos da Índia, América Latina e Áustria, examinam como a teoria do desenvolvimento faz parte da história da doutrina do desenvolvimento. Segundo os autores, “[O] objetivo desses estudos é mostrar como a teoria se apodera da prática oficial e como a prática se torna, por sua vez, parte da teoria da doutrina do desenvolvimento” (COWEN; SHENTON, 1996, p. xii, tradução nossa).

Uma compreensão mais ampla da teoria do desenvolvimento – tanto em sua dimensão teórica quanto prática, mas também na dimensão de sua historicidade ou temporalidade – é imprescindível se quisermos entender as políticas de desenvolvimento econômico e seus significados no ordenamento das sociedades contemporâneas. Essa preocupação tem um motivo especial: a maioria dos analistas do desenvolvimento situa a emergência deste tema no pós-1945, quando as teorias e doutrinas do desenvolvimento emergem como teoria do subdesenvolvimento e formuladas como “a prestação de assistência financeira e técnica no exterior aos países ‘economicamente atrasados’ do que mais tarde seria descrito como ‘o Terceiro Mundo’” (VELTMEYER; BOWLES, 2017, p. 1, tradução nossa; PARPART; VELTMEYER, 2015). Na introdução do segundo capítulo do livro *Doctrines of Development*, Michael Cowen e Robert Shenton apresentam, de forma sumária, uma visão geral desta problemática nos seguintes termos:

No capítulo anterior, argumentamos que a ideia da prática intencional de desenvolvimento não era uma invenção da ordem internacional pós-1945. A ideia de desenvolvimento foi inventada para lidar com o problema da desordem social na Europa do século XIX, por meio de tutela. Neste capítulo, mostraremos que, da mesma forma, a ideia de subdesenvolvimento também fazia parte do fenômeno geral do desenvolvimento em meados do século XIX. A ideia de subdesenvolvimento era referida então como 'corrupção', mas transmitia em seu uso muito do que o subdesenvolvimento deveria significar para o mundo depois de 1945. Nosso objetivo aqui é mostrar a afinidade entre as discussões do século XIX e do século XX. Essa afinidade, como argumentamos em nosso capítulo final, é crucial para entender uma parte substancial dos problemas das teorias atuais de autodescrição do 'desenvolvimento alternativo' (COWEN; SHENTON, 1996, p. 57, tradução nossa).

Os autores iniciam então pelo exame da teoria do subdesenvolvimento do pós-guerra e, em seguida, avançam para “uma discussão sobre o pensamento desenvolvimentista da América Latina do século XIX, que foi amplamente ignorado pelos teóricos da ‘dependência’” e exploram “um debate do século XIX sobre o desenvolvimento, que ocorreu, à primeira vista, no reino improvável da teologia cristã, a fim de mostrar as maneiras pelas quais ela renunciava o debate moderno sobre o subdesenvolvimento” (COWEN; SHENTON, 1996, p. 57, tradução nossa).

Um dos motivos que fizeram com que o desenvolvimento, enquanto teoria e prática, ganhasse evidência no segundo pós-guerra deve-se ao fato de que, segundo Veytmeyer e Bowles (2017, pp. 1-2, tradução nossa), enquanto uma ideia, um campo de estudo e “um projeto geopolítico adotado por governos e organizações internacionais no ‘Norte’, [ele] pode ser rastreado até o final da década de 1940, com particular referência às ideias pioneiras de economistas do desenvolvimento na tradição ‘estruturalista’ [...]”, cujas especificidades do período pós-1945 “justificam a noção de um lançamento do desenvolvimento pós-guerra”. Assim, pode-se “identificar seis ‘décadas de desenvolvimento’ de 1948 [...] à crise financeira global de 2008, que marcou o início de uma nova era pós-neoliberal - e possivelmente pós-desenvolvimento”. Na perspectiva desses dois autores:

Ao longo dessas seis décadas de desenvolvimento, três sob a égide do Estado desenvolvimentista e três sob a égide do Consenso de Washington e das virtudes do capitalismo de livre mercado, tanto a teoria quanto a prática do “desenvolvimento” evoluíram em uma série de mudanças paradigmáticas, tanto no mainstream do desenvolvimento como em vários modos alternativos. A história do que chamamos de “estudos críticos do desenvolvimento” - diversas ideias de desenvolvimento alternativo e alternativas ao desenvolvimento - podem ser traçadas ao longo do curso ou maldição dessas seis décadas (VELTMEYER; BOWLES, 2017, pp. 1-2, tradução nossa).

Dessa forma, ainda de acordo com Veltmeyer e Bowles (2017, pp. 2-3), o contexto para a evolução da teoria do desenvolvimento envolve os movimentos anticolonialistas e nacionalistas, o surgimento de uma luta ideológica entre o Oriente e o Ocidente, a Guerra Fria e um cenário de “crescimento econômico rápido sem precedentes dentro do marco institucional da ‘ordem econômica mundial’ estabelecida em Bretton Woods”, o que ficou conhecido como os anos dourados do capitalismo. Nessa perspectiva, o desenvolvimento é compreendido como um progresso relativo em termos de rendimento per capita decorrente dos processos de industrialização e modernização.

Assim concebido, o ‘desenvolvimento’ foi definido principalmente em termos econômicos e implicava: (i) um aumento na taxa de poupança e investimento - a acumulação de capital físico e financeiro; (ii) investimento deste capital na indústria (cada unidade de capital investido na indústria, em teoria, gerando até cinco vezes a taxa de retorno sobre o investimento na agricultura, com fortes efeitos multiplicadores tanto na renda quanto no emprego); (iii) na ausência ou fraqueza de uma classe capitalista endógena, o Estado assume as ‘funções básicas do capital’ - investimento, empreendedorismo e gestão; (iv) a nacionalização de empreendimentos econômicos em indústrias e setores estratégicos; (v) uma orientação interna da produção, que, juntamente com um aumento secular nos salários e vencimentos, expandiria o mercado interno; (vi) regulação deste e de outros mercados e a proteção (e apoio subsidiado) às empresas que produzem para o mercado, isolando-as das pressões competitivas da economia mundial; e (vii) modernização do aparato produtivo, do Estado e das instituições sociais, reorientando-os para valores e normas funcionais para o crescimento econômico (VELTMEYER; BOWLES, 2017, p. 3, tradução nossa).

Jane Parpart e Henry Veltmeyer questionam sobre os rumos da teoria depois de quase 60 anos de desenvolvimento e consideram que esse ainda é um campo fértil para a reflexão e “[C]ontinua a gerar ideias que inspiram as políticas públicas e orientam as ações dos vários atores nesse vasto e complexo campo”. No entanto, muitas das ideias sobre o desenvolvimento não vieram a se transformar em ações concretas servindo antes para alimentar intermináveis debates acadêmicos, de acordo com os autores, que ao agruparem “vários paradigmas [...] distingu[em] oito grandes escolas de pensamento”. Para eles, “[C]ada uma coloca o desenvolvimento em uma perspectiva teórica específica e cada uma oferece uma caixa de ferramentas de ideias úteis para orientar políticas e ações públicas”. Continuando nessa linha de pensamento, Jane Parpart e Henry Veltmeyer (PARPART; VELTMEYER, 2015, p. 13, tradução nossa), observam que:

Essas escolas de pensamento correspondem às seguintes categorias: 1) teorias do crescimento e da modernização, em suas formulações clássicas, atuais ou novas, e a ‘nova teoria do crescimento’ (Hounie, Pittaluga, Porcile e Scatolin, 1999); 2) o ‘neo-estruturalismo’ (Sunkel, 1993); 3) o desenvolvimento humano sustentável e formas de desenvolvimento local baseadas na comunidade como parte de ‘novo paradigma’ (Cornia, Jolly e Stewart, 1987, UNDP, 1990, 1996, 2002); 4) a economia política do desenvolvimento e do subdesenvolvimento, isto é, a teoria neo-marxista da dependência em sua versão reformulada da ‘teoria dos sistemas mundiais’ (Wallerstein, 1979); 5) a ‘nova economia política’ inspirada no paradigma neoclássico do livre mercado mundial e o modelo de escolha racional do comportamento econômico e político (Krueger, 1974, Bates, 1981); 6) ‘a economia política internacional’ em várias formas teóricas, por exemplo, teoria da crise, regulamentação, governança e transformação; 7) ‘o outro desenvolvimento’ em várias formas, mas por iniciativa de ‘base’ e ‘serviço às pessoas’; desenvolvimento propício à integração social dos indivíduos, independentemente de gênero, etnia e pobreza; desenvolvimento

participativo com uma dimensão humana, sustentável para o meio ambiente e para a subsistência (Antrobus, 1995; Chambers, 1987, 1995); e 8) o pós-desenvolvimento e ‘pós-modernismo popular’ (Esteve e Prakash, 1998; Escobar, 1997; Parpart, Rai e Staudt, 2002; Munck, 1999a).

Nessa categorização das escolas de pensamento sobre o desenvolvimento faltou arrolar uma escola de grande influência: o estruturalismo latino-americano (ELA). Segundo Cristóbal Kay (KAY, 2015, pp. 48-9, tradução nossa), “[A] contestação das teorias ortodoxas do desenvolvimento veio principalmente de proponentes de várias teorias inspiradas no modelo das relações ‘centro-periferia no interior do sistema capitalista mundial’, tendo emergido “após o apelo da Assembleia Geral das Nações Unidas para criar uma ‘nova ordem econômica internacional’”. Para o autor,

O modelo ‘centro-periferia’ e suas teorias derivadas mais tarde constituíram um novo paradigma do desenvolvimento. O paradigma centro-periferia está associado ao ‘estruturalismo latino-americano’, a escola de pensamento da Comissão Econômica para a América Latina (CELA, renomeada CEPAL após o acréscimo das Índias Ocidentais à sua área de intervenção), mas também à ‘teoria da dependência’ inspirada no cepalismo e no neo-marxismo (KAY, 2015, p. 49, tradução nossa).

O estruturalismo latino-americano, fundado pelo argentino Raúl Prebisch, em sua tese principal afirma que “a estrutura centro-periferia do comércio mundial é caracterizada pela exportação de matérias-primas e produtos primários em troca de produtos manufaturados”, o que é “prejudicial para os países periféricos devido à estrutura monopolista do comércio de produtos manufaturados, o que leva a uma deterioração dos termos de troca para os exportadores da periferia”. Os teóricos do estruturalismo latino-americano defendem a adoção de “uma política de industrialização por substituição de importações para quebrar a dependência do setor de consumo e criar as condições necessárias ao crescimento econômico autônomo”. Esse debate dominou o campo da economia do desenvolvimento por cerca de três décadas, de 1950 a 1980, particularmente com relação ao peso relativo do Estado e do mercado no processo de desenvolvimento (KAY, 2015, p. 49, tradução nossa).

2.2.2 O Domínio dos Estudos Agrários Críticos

O campo dos estudos agrários críticos está intimamente relacionado com as teorias do desenvolvimento, pois se relaciona diretamente com os estudos do desenvolvimento rural internacional. De acordo com A. Haroon Akram-Lodhi (AKRAM-LODHI, 2018, n. p., tradução nossa) o artigo *Critical Agrarian Studies: An Introduction*

(*Estudos Agrários Críticos: uma introdução*), publicado em 2017 na revista *Antipode*, por Marc Edelman e Wendy Wolford “representou uma intervenção significativa para tentar realinhar uma série de vertentes heterodoxas da teoria e prática do desenvolvimento rural em um campo pluralista de estudo, ação e defesa de direitos”. O artigo, na perspectiva de Akram-Lodhi, “representa a primeira tentativa de tentar mapear o significado do campo e, como tal, busca moldar ambiciosamente o futuro da pesquisa, prática e ativismo no campo mais amplo dos estudos do desenvolvimento rural internacional” (AKRAM-LODHI, 2018, n. p., tradução nossa).

Marc Edelman e Wendy Wolford argumentam que “[A] ascensão dos Estudos Agrários Críticos nos últimos anos tem estado intimamente ligada ao surgimento de quadros críticos relacionados que põem em causa os paradigmas dominantes” (EDELMAN; WOLFORD, 2017, p. 4, tradução nossa). Segundo Akram-Lodhi (2018), os estudos sobre desenvolvimento rural internacional tiveram como paradigma dominante e assim “permanecem, em essência, a teoria da modernização, que surgiu pela primeira vez na década de 1950”. Cristóbal Kay (2015, p. 231, tradução nossa), amplia esse quadro de referência, afirmando que:

Após a Segunda Guerra Mundial, quando a direção do desenvolvimento retornou ao Estado, várias teorias surgiram para explicar a mudança e o desenvolvimento nas áreas rurais. Essas teorias correspondem a três paradigmas ou escolas de pensamento: 1) o “núcleo capitalista em expansão” (a teoria do crescimento e modernização, a Revolução Verde); 2) ‘estruturalismo latino-americano’ (cepalismo); e 3) teoria neoclássica e contra-revolução neoliberal (privatização, descoletivização, liberalização e domínio do mercado global).

Além desses três paradigmas Cristóbal Kay (2015) ainda acrescenta duas abordagens que estão diretamente associadas à adoção do pós-Consenso de Washington: 5) a abordagem dos “meios de subsistência sustentáveis no meio rural” e, 6) a “nova ruralidade”. No entanto, uma ideia-chave está presente em pelo menos cinco dessas abordagens, com exceção da abordagem dos meios de subsistência sustentáveis no meio rural:

a ideia de que a agricultura “tradicional” de pequena escala e orientada para a subsistência deve ser transformada numa agricultura “moderna” orientada para o capital, e que isso requer que a maior parte dos agricultores acabe procurando meios de subsistência fora da propriedade como trabalhadores assalariados ou empreendedores na indústria e serviços (AKRAM-LODHI, 2018, n. p., tradução nossa).

Como carro-chefe da teoria da modernização essa abordagem ao desenvolvimento rural se mostra duradoura e resistente, pois permanece hegemônica dentro da gestão do Banco

Mundial, em algumas vertentes das Nações Unidas, como as divisões da Organização para a Agricultura e Alimentação (FAO), está presente nos currículos dos cursos de economia agrícola na maioria das universidades do mundo e, por fim, na maioria dos países em desenvolvimento constitui o alicerce sob o qual operam os ministérios da agricultura e desenvolvimento rural.

Na perspectiva de A. Akram-Lodhi (2018) e Edelman e Wolfort (2017) os Estudos Agrários Críticos constituem-se, ao mesmo tempo em: a) uma tradição de pesquisa, pensamento e ação política; b) um campo acadêmico institucionalizado e uma rede informal (ou várias redes) que vincula intelectuais profissionais, agricultores, revistas científicas, mídia alternativa e organizações não governamentais de desenvolvimento, além de ativistas de movimentos agrários, ambientalistas, agroecológicos, alimentícios, feministas, indígenas e de direitos humanos.

Embora a denominação de estudos agrários críticos seja recente, aparecendo pela primeira vez em 2009 com a *Initiatives in Critical Agrarian Studies* - ICAS (Iniciativas em Estudos Agrários Críticos) no International Institute of Social Studies - ISS (Instituto Internacional de Estudos Sociais), em Haia, como lembra Akram-Lodhi (2018), a constituição ou gênese desse campo de estudos data da década de 1960. Situando historicamente,

A origem dos estudos agrários críticos encontra-se nos estudos camponeses, que como um campo distinto de investigação emergiu durante os anos de 1960 e início dos anos de 1970 enraizados em um tríptico de abordagens epistemológicas complementares, mas distintas: teorias da mudança agrária derivadas da análise clássica da chamada “questão agrária” (Akram-Lodhi e Kay, 2010); análise quantitativa de grandes conjuntos de dados agrícolas em nível de explorações agrícolas, apresentados na análise da Escola de Organização e Produção (Chayanov, 1986), dos marxistas agrários (Cox e Littlejohn, 2015) e do debate indiano do “modo de produção” (Patnaik, 1990); e a análise etnográfica minuciosamente detalhada e intimamente detalhada que apareceu no trabalho de uma série de antropólogos que muitas vezes tiraram seu impulso inicial do trabalho de luminares como Eric Wolf, Maurice Godelier, Jack Goody e Sidney Mintz (AKRAM-LODHI, 2018, n. p., tradução nossa).

Como podemos observar a linhagem dos estudos agrários críticos é longa e eclética, no entanto, pode-se identificar um aspecto-chave que une, muitas vezes de forma tensa e desconfortável, essas diversas tradições teóricas: uma herança marxista compartilhada por todas as tendências dentro dos estudos agrários críticos, que consiste em “um reconhecimento da importância da análise das classes sociais agrárias e da política - forças econômicas que as chamam à existência ou as fazem desaparecer e que facilitam ou impedem sua reprodução” (EDELMAN; WOLFORT, 2017, p. 5). Assim, o ponto de partida constitui-

se no fato de “ir além do indivíduo e reconhecer as dimensões sociais da identidade, na forma de análise de classe” e tendo em vista que “as classes agrárias são histórica e contemporaneamente formadas, reproduzidas, transformadas e extintas é um componente central de sua estrutura analítica” (AKRAM-LODHI, 2018).

Três premissas analíticas conectam os estudos agrários críticos, segundo Edelman e Wolfort (2017, p. 8) e Akram-Lodhi (2018). Em primeiro lugar, as experiências vividas, as configurações estruturais e as representações das sociedades agrárias influenciam a contenção e os processos de modernização, política de desenvolvimento, democratização, globalização e urbanização. Assim, as categorias dualistas de rural e urbano, ou cidade e campo, são inadequadas. O rural e o urbano devem ser vistos como mutuamente constitutivos um do outro e, portanto, componentes interdependentes de toda uma formação social. Em segundo lugar, o trabalho sobre sociedades e temas agrários destaca a importância da economia política e cultural da produção, consumo, acumulação, distribuição e governança e exige entendimentos profundos de diversos tipos de relações e tensões entre campo e cidade, classes sociais, regiões, comunidades, setores econômicos e, muitas vezes, grupos étnicos e religiosos. Em terceiro lugar, compreender a dinâmica particular da sociedade rural em qualquer lugar e tempo requer a análise das experiências e da cultura política das classes e comunidades agrárias, das gerações de mulheres e homens e dos grupos e instituições urbanos que interagem e afetam o campo.

Essas três premissas analíticas são centrais para o questionamento dos argumentos fundamentais das teorias dominantes dos estudos do desenvolvimento rural, tendo em vista que o rural e o urbano ou campo e a cidade são dimensões conectadas de qualquer formação social, cuja dinâmica e existência dependem das relações de classe que determinam as formas como se realizam a produção e a distribuição dos frutos do trabalho social e as transformações das relações agrárias e do mundo rural.

Embora os estudos agrários críticos permaneçam firmemente enraizados nos estudos camponeses e em questões agrárias eles possuem uma abordagem muito mais ampla desses temas, que se reflete em suas linhas de pesquisa mais abertas e pluralistas. Para Akram-Lodhi (2018, n. p., tradução nossa),

[...] Sua base, parece-me, é basear sua teoria e seus dados empíricos, de alguma forma, dentro de variedades de estrutura versus agência. Estrutura, nesse sentido, refere-se a arranjos recorrentes que influenciam, e assim limitam, as oportunidades e, portanto, as escolhas dos indivíduos. Agência é a capacidade dos indivíduos agirem de forma autônoma nas escolhas que fazem. Assim, o debate estrutura versus agência dentro da sociologia do

desenvolvimento diz respeito a até que ponto o comportamento reflete o *continuum* de possibilidades desde os ditames da estrutura social e a socialização dos indivíduos até a completa autonomia dos indivíduos livres. Na estrutura existente e nas situações de agência, o poder é assimétrico e relacional, e, portanto, os estudos agrários críticos buscam descobrir as fontes do poder social. Embora os ativos e sua distribuição possam ser um importante determinante de poder, como nas questões agrárias, os estudos agrários críticos enfatizam a intersetorialidade da estrutura e da agência e, ao fazê-lo, não se concentram exclusivamente nos ativos e sua distribuição como única base ou expressão de poder.

Nesse sentido é importante destacar no que os estudos agrários críticos diferem dos estudos camponeses e da investigação de questões agrárias. Uma das diferenças analíticas dos estudos agrários críticos é que eles incorporam sua análise no contexto de processos mais globais, como o do *regime alimentar*, constituídos pelas relações internacionais de produção e consumo de alimentos e matérias-primas que podem ser diretamente ligadas a formas de acumulação em escala global, conforme apontam o trabalho seminal de Harriet Friedmann e Philip McMichael (FRIEDMANN; MICMICHAEL, 1989) e a revisão crítica da teoria dos regimes alimentares realizada Mark Tilzey (TILZEY, 2019). Na perspectiva deste autor,

[...] A Teoria do Regime Alimentar [Food Regime Theory – FRT] representa uma tentativa de fundamentar a compreensão da organização da produção, distribuição e consumo de alimentos em escala mundial na economia política - em outras palavras, entender como o capitalismo e o Estado moderno geram e estruturam essa organização. Como definido por Friedmann e McMichael (1989), os co-criadores da teoria, a Teoria do Regime Alimentar descreve três regimes alimentares globais: o primeiro (1870-1930s); o segundo (1950-1970); e o terceiro (de 1980 até o presente), este último descrito como o regime alimentar "corporativo" por McMichael (2013) e como o regime "corporativo-ambiental" por Friedmann (2005). Friedmann e McMichael articularam o regime alimentar como um agrupamento historicamente significativo de relações alimentares em escala global que contribuiu para estabilizar e garantir um período de crescimento no capitalismo global. Um regime alimentar compreendia uma série de relações-chave, muitas vezes consagradas na criação de regras e imposição (enforcing) de instituições. Seguindo, em parte, uma interpretação da Teoria da Regulação (TR) da história capitalista, essas relações se uniram para formar um padrão relativamente estável de acumulação (conjuntura histórica) ao longo de um período de tempo, antes desestabilizando e entrando em disjunção e crise [...]. (TILZEY, 2019, p. 2, tradução nossa).

A contribuição mais importante da Teoria do Regime Alimentar talvez seja a articulação que ela possibilita entre capitalismo, Estado e agricultura. Desta forma, é possível compreender de forma mais ampla a constituição das relações de produção de alimentos e matérias-primas em escala global e suas relações com os processos mais amplos de acumulação do capital a nível mundial, ao mesmo tempo em que permite identificar e analisar

as diversas escalas (local, nacional, mundial) nas quais se articulam a produção, a circulação ou distribuição e consumo de alimentos e matérias-primas. A formulação inicial da teoria do regime alimentar consistia na identificação de três regimes alimentares globais, que se constituíram a partir da década de 1870, conforme explicitado na citação acima. Mark Tilzey, ao revisar a teoria do regime alimentar, desenvolve uma base teórica significativamente revisada para pensar a dinâmica subjacente aos regimes alimentares e a utiliza como base para uma nova periodização dos regimes alimentares, incluindo um regime alimentar capitalista nacional, especificamente britânico, e dois regimes capitalistas internacionais, o primeiro antecedendo em ordem cronológica o primeiro regime alimentar internacional de Friedmann e McMichael, e o último o que denomina de "Pós-Neoliberal", ao qual dedica a última sessão do artigo para examiná-lo.

Assim, na definição de Mark Tilzey, os regimes alimentares capitalistas são: a) o Primeiro Regime Alimentar Capitalista Nacional, 1750-1846; b) o Primeiro Regime Alimentar Internacional, ou "Liberal", 1846-1870; c) o Segundo Regime Alimentar Internacional, ou 'Imperial', 1870-1930; d) o Terceiro Regime Alimentar Internacional, ou 'Produtivista Político', 1930-1980; e) o Quarto Regime Alimentar Internacional, ou 'Neoliberal', 1980-2010; e f) o Quinto Regime Alimentar Internacional, ou 'Pós-Neoliberal'.

A discussão sobre este último regime alimentar internacional traz à tona questões centrais para pensarmos a problemática do desenvolvimento rural ou, mais precisamente, o desenvolvimento do capitalismo na agricultura na atualidade, pois foca em elementos centrais do atual regime de acumulação como o retorno ao extrativismo, os fenômenos de apropriação de recursos naturais como terra e água pelo capital transnacional, especialmente o capital financeiro, e por frações do capital nacional, especialmente do agronegócio (que também está associado ao capital financeiro que não tem nacionalidade). Vale lembrar que o artigo também analisa o papel contraditório dos governos de centro-esquerda na América Latina, que denomina de "maré rosa", no que diz respeito às políticas neodesenvolvimentistas e neoextrativistas e a ascensão do populismo autoritário comandado pela extrema-direita.

Assim, as principais características e dinâmicas do Regime Alimentar "Pós-Neoliberal" são: a) a aparição da "apropriação de terras" e o neoextrativismo nas periferias; b) o surgimento da China, particularmente, como sub-imperium; c) a ascensão dos estados latino-americanos da "maré rosa" como resposta ao neoliberalismo e dentro da favorável conjuntura internacional definida pela ascendência da China; e d) a deslegitimação das políticas promovidas por estes Estados (com governos de centro-esquerda) e a ascensão do populismo autoritário comandado pela extrema-direita.

No entanto, para entendermos o surgimento do capitalismo como um novo tipo de lugar na história da humanidade é necessário entendermos de forma mais apropriada a alquimia entre capital, império e natureza. É o que faz Jason W. Moore em artigo publicado na revista *Journal of Agrarian Change* em 2010, dividido em duas partes (MOORE, 2010a, 2010b). Nesses dois textos o autor tenta realizar uma síntese mais elevada da história econômica crítica, da sociologia história e da história ambiental. O autor argumenta que

[...] a ascensão do capitalismo é melhor compreendida através do surgimento de um tipo peculiar de *lugar*, no qual a produção da natureza (capitalismo como ecologia do mundo) e a produção de capital (capitalismo como economia mundial) eram dois lados da mesma moeda. A interminável acumulação de capital e a interminável conquista da natureza revelam momentos distintos de um singular processo histórico-mundial (MOORE, 2010a, p. 34, tradução nossa).

Jason W. Moore elabora o conceito de *fronteira mercantil* (commodity frontier) para explicar a expansão dos impérios ultramarinos da Europa (especialmente Portugal e Espanha) e as transições agudamente irregulares para o capitalismo no noroeste da Europa – tendo Amsterdam como centro – como momentos diferenciados dentro da expansão geográfica da produção e da troca de mercadorias, mas que estavam intimamente relacionados. Para ampliar a compreensão desses processos Jason W. Moore procura unificar as preocupações distintas da historiografia da expansão europeia (ibérica) e a transição para o capitalismo no noroeste da Europa. Inicia então, na Parte I (MOORE, 2010, pp. 34-5, tradução nossa),

[...] com uma reformulação conceitual e metodológica da geografia histórica da ascensão do capitalismo, ofereço uma perspectiva analítica que acompanha a “diáspora da prata” do início da era moderna (Stein e Stein, 2000, p. 40). Esta análise segue a ecologia política da produção e comércio de prata dos Andes a Castela no “segundo” século XVI de Braudel (1953) (c. 1545–1648), revelando a candidatura de Filipe II ao poder mundial como um projeto ecológico e social. A prata aparece com uma ótica dupla, por um lado, oferecendo um ponto de vantagem sobre os fluxos de capital e poder imperial, por outro, uma janela sobre a produção da natureza. Onde a história econômica e a sociologia histórica privilegiaram a primeira e a história ambiental a segunda, a complexidade total das transformações em camadas múltiplas e em cascata do capital, do império e da natureza socializada só aparece unindo esses dois momentos na unidade dialética.

Na segunda parte (MOORE, 2010b) analisa como as contradições sócio-ecológicas do projeto castelhano se ligaram à ascensão dos holandeses à hegemonia mundial. A ascensão holandesa, na época denominada de Províncias Unidas, se baseou

em uma revolução ecológica global de escala, escopo e velocidade sem precedentes. Enquanto esta revolução ecológica encontrou expressão das Ilhas das Especiarias para o nordeste do Brasil, seu epicentro foi uma extensa zona do Atlântico Norte, cujo alcance global se estenderia às fundições de ferro dos Montes Urais, as serrarias da Finlândia e a pesca de bacalhau do noroeste do Atlântico até o final do século XVIII (MOORE, 2010a, p. 35, tradução nossa).

A abordagem baseada no conceito de *fronteira mercantil* nos ajuda a entender a profunda ruptura civilizacional da era moderna com o passado, tendo em vista que a expansão geográfica em épocas anteriores se baseou na expansão da *fronteira de recursos* como forma de resolução das crises ecológicas regionais, como as crises de explosão demográfica. No entanto, como observa Moore (2010a, p. 35, tradução nossa),

Na década de 1450, no entanto, a Europa começou a divergir acentuadamente desse padrão. A produção e troca de mercadorias, um aspecto duradouro da expansão civilizacional, estava rapidamente se tornando um fim em si mesmo. As *fronteiras mercantis* suplantaram cada vez mais as fronteiras de *recursos*. A expansão global, e não o acréscimo regional, tornou-se a primeira e melhor resposta aos problemas socio-ecológicos. E onde a expansão uma vez aliviou as tensões geradas pela pressão demográfica, um capitalismo ascendente transformou essa lógica em seu guia. Antes, o comércio seguia as pessoas. Agora, as pessoas seguem a mercadoria.

Essa expansão global não brotou de uma ordem capitalista totalmente formada. Pelo contrário, ela foi uma condição do nascimento desta ordem capitalista. Assim, a estratégia da fronteira mercantil do capitalismo primitivo consistia “em sacrificar a natureza extra-humana no altar do trabalho social abstrato e da lei do valor”, com o objetivo de “maximizar a produtividade do trabalho tratando a natureza não-capitalizada como substituto do maquinário”. Estava em jogo uma nova lógica civilizacional baseada “[n]uma nova valorização da natureza” que tomava “forma nesses séculos, [e] que tinha tudo a ver com a lei do valor. A produtividade do trabalho, e não da terra, moldaria os (bio)ritmos de acumulação”, segundo Jason W. Moore, “que sustentou o surgimento do capitalismo como um novo tipo de lugar na história da humanidade” (MOORE, 2010, pp. 35-6).

Esse novo tipo de lugar se torna cada vez mais moderno em um sentido fortemente geográfico, ou seja, aquele em que a história local é transformada em história mundial através de interconexões possibilitadas pela expansão das fronteiras mercantis. Assim, na visão de Moore (2010, p. 37), “[O] capitalismo não se formou na Europa e depois se expandiu”. Ele é fruto dessa expansão, tanto dentro como fora da Europa. O conceito de fronteira mercantil, assim, parece ser o mais adequado para se pensar o surgimento do

capitalismo e a conexão entre o local e o mundial sob a lei do valor e da exploração da natureza extra-humana.

2.2.3 Modos de Ver: O Enfoque da Economia Política Agrária

Passemos agora ao *enfoque* da pesquisa, ou seja, ao modo de ver o objeto. Como indicado anteriormente, o enfoque teórico é o da economia política materialista, entendendo por economia política, de acordo com Henry Bernstein (2017, pp. 7-8), “o campo das relações sociais e processos/dinâmicas de produção e reprodução”, que “[A]plicado a alguns tipos de sociedade, e notadamente a sociedades capitalistas, o elemento fundamental, embora não exclusivo, da economia política são as relações de classes e as dinâmicas de produção e reprodução”. Assim, de acordo com o autor, as preocupações da economia política podem ser resumidas em quatro questões relativas às relações sociais de propriedade e produção, divisões do trabalho, distribuição do produto do trabalho e seus usos na reprodução. Essas quatro perguntas são: quem possui o quê? Quem faz o quê? Quem consegue o quê? O que eles fazem com isso? (BERNSTEIN 2017, 2011). E como se trata de questões analíticas “elas podem ser aplicadas em diferentes locais e escalas da realidade social, desde famílias agrícolas individuais até unidades de investigação socioeconômicas locais, regionais e nacionais e à economia mundial”. Nesse sentido, “[O] que distingue a economia política como estrutura e abordagem teórica é o reconhecimento de que tudo o que é produzido deve ser *reproduzido*, incluindo os produtores em uma base cotidiana e geracional” (BERNSTEIN 2017, p. 8, grifo do autor).

Assim, Henry Bernstein observa que “os próprios elementos do processo de produção têm de ser produzidos. Até a terra usada na lavoura [...] é mudada pela interação dos seres humanos com ela [...]”. Essa necessidade de produzir constantemente as condições de produção “se chama *reprodução*: reprodução dos meios de produção [...], de produtores atuais e futuros e das relações sociais entre produtores” (BERNSTEIN, 2011, p. 23, grifo do autor). Para que as condições de produção sejam constantemente reproduzidas há a necessidade da constituição de fundos de reprodução que constituem as divisões do produto social pelo seu uso. De acordo com a classificação feita por Eric Wolf (1976) os fundos de reprodução são: consumo, manutenção ou substituição, cerimonial, arrendamento ou aluguel e lucro (este último tipo de fundo não é desenvolvido pelo autor, apenas pressuposto).

O *fundo de consumo* garante a reprodução biofisiológica. Refere-se à necessidade imediata e cotidiana de comida (o mínimo calórico), assim como de abrigo, descanso e outras

necessidades básicas. Desta forma, parte da colheita deve ser reservada para o consumo dos produtores e dos que dele dependem.

O *fundo de manutenção ou substituição* garante a substituição dos instrumentos de trabalho e dos insumos necessários à produção, assim como é responsável por produzir a próxima geração de produtores, a chamada *reprodução geracional*. Nessa categoria, é incluído o trabalho feminino na tarefa de manter a geração atual de produtores com as atividades de trabalho doméstico nas atividades produtivas das unidades produção agrícolas. As demandas ao fundo de manutenção são muitas. Por exemplo, as sementes, além de serem reservadas para a safra seguinte, uma parte delas destina-se à alimentação dos animais domésticos e de trabalho (tração). Além disso, ainda há o tempo e esforços despendidos no reparo e manutenção de cercas, currais, armazéns e moradia. Para Eric Wolf o fundo de manutenção não deve ser pensado apenas em termos técnicos, ele deve ser pensado também em termos culturais, pois “os instrumentos e técnicas que constituem uma tecnologia específica são resultados de um prolongado processo de acumulação cultural que vem do passado” (WOLF, 1976, p. 19).

Para Eric Wolf, os fundos de consumo e de manutenção são os principais fundos que garantem a reprodução física e social dos camponeses. Nesse sentido, “[N]ão existem razões técnicas ou sociais que justifiquem um esforço adicional a essa cota diária de trabalho”. Assim, “produzir além do mínimo de calorias necessárias e do nível exigido pelo fundo de manutenção ocorre somente quando existem regras ou incentivos sociais nesse sentido” (WOLF, 1976, pp. 19-20).

O terceiro tipo de demanda à produção é o *fundo cerimonial* que para as sociedades camponesas e rurais tem um papel importante na dimensão das sociabilidades. Refere-se à reserva dos produtos do trabalho para atividades que criem e recriem as culturas e as relações sociais das comunidades que vivem da lavoura. Esses fundos devem cobrir as despesas, por exemplo, com casamentos, batizados, festas religiosas etc. Assim, “em todos os lugares onde houver a necessidade de se estabelecer e manter um fundo cerimonial, êste resultará na produção de excedentes acima do fundo de manutenção discutido” (WOLF, 1976, p. 22).

O quarto tipo de demanda à produção é o *fundo de arrendamento* que se refere aos pagamentos que os lavradores têm que fazer a outros: que podem ser os donos da terra, que se apropriam da renda em gêneros, mão de obra ou dinheiro ou os Estados, que cobram pagamentos sob a forma de tributos, gêneros ou trabalho. Esses outros também podem ser autoridades religiosas ou agiotas ou comerciantes, aos quais os lavradores fazem empréstimos

dando como garantia a próxima colheita. A existência desse fundo, na compreensão de Eric Wolf, deve-se a um imperativo social importante, as relações assimétricas, baseadas no exercício do poder. Essas relações assimétricas acarretam um ônus permanente à produção camponesa, que pode ser resgatado em bens, trabalho ou dinheiro. Nesse sentido, constituem exigências que não derivam do trabalho na terra. Assim, a “*produção de um fundo de aluguel é o que distingue, criticamente, o camponês do cultivador primitivo*”, tendo efeitos estruturais importantes na maneira pela qual se organiza o campesinato, resultando em vários tipos de campesinato. Assim, o “termo camponês denota nada mais nada menos que uma relação estrutural assimétrica entre produtores de excedentes e o grupo dominante” (WOLF, 1976, p. 24, grifo do autor).

Segundo Bernstein (2011, p. 26), “os três fundos, consumo, substituição e cerimonial, existem em sociedades centradas nas necessidades e atividades de “subsistência” dos seus integrantes e que podem ter pouca diferenciação social, além do gênero e da geração”, enquanto o fundo de arrendamento “é uma esfera bem diferente das relações sociais”.

O fundo de arrendamento evidencia as relações sociais de exploração, pois representa a capacidade de apropriação do trabalho excedente, que nas sociedades capitalistas torna-se uma das formas de acumulação, pois se baseia na exploração do trabalho estimulada pela necessidade de expandir a capacidade de produção e aumentar a produtividade para obter lucro. Talvez nisso consista o *fundo de lucro* que Wolf, também denomina de *fundo de poder*, tendo em vista que “o que é perda para o camponês é ganho para os detentores do poder, pois o fundo de aluguel levantado pelo camponês é parte do ‘fundo de poder’ através do qual os dominadores se alimentam” (WOLF, 1976, p. 24).

Neste ponto da exposição avançarei para a questão do desenvolvimento do capitalismo na agricultura ou, como aborda Samir Amin (AMIN, 1977), a dominação do capitalismo sobre a agricultura. Aqui me interessa, particularmente, identificar o lugar ocupado pela agricultura no desenvolvimento do capitalismo, destacando o papel da propriedade fundiária, ou seja, da renda da terra e da produção em pequena escala realizada a partir do trabalho familiar ou camponês no desenvolvimento do capitalismo e a subsunção do trabalho ao capital em suas mais variadas formas. Nesse sentido, não me reterei nas discussões sobre as transições agrárias para o capitalismo e sim nas mudanças agrárias no interior do capitalismo, tentando perceber as dinâmicas de classe dos processos e relações

agrárias⁹. O ponto de partida para a análise da transição agrária é a obra de Karl Marx, especialmente os capítulos históricos apresentados nos vários volumes de *O capital*, entre eles, o capítulo sobre a acumulação primitiva do capital no qual Marx delineia os aspectos elementares do processo histórico que caracteriza o capitalismo, ou seja, as suas relações sociais, resultantes do encontro de dois tipos distintos de possuidores de mercadorias: os proprietários dos meios de produção e os vendedores da própria força de trabalho, sendo a expropriação do campesinato, na perspectiva de Marx, o segredo da acumulação primitiva do capital (MARX, 2017, livro I).

De forma alguma esta afirmação é incorreta, no entanto, ela se aplica concretamente a um caso particular de transição agrária: a via inglesa. A este respeito Bernstein (2011, p. 44) destaca duas concepções contrastantes de capitalismo agrário. A primeira, segundo o autor, “se baseia numa generalização da via inglesa original e da sua estrutura de classes, com propriedade capitalista de terras e capital agrário que emprega mão de obra assalariada sem terra (proletária), como capaz de definir o capitalismo agrário”. A segunda concepção é a desenvolvida pelo indiano Jairus Banaji que rejeita toda concepção que compreende o capitalismo agrário como “isolado, uniforme ou ‘puro’” e sugere “que é melhor ‘pensar no capitalismo agrário como [...] baseado na expropriação e no controle da mão de obra pelas classes agrárias dedicadas à lavoura como empresa’” (BANAJI, 2002, p. 115 apud BERNSTEIN, 2011, pp. 44-5). Nesse sentido, “[...] há muitas formas concretas de expropriação e controle da mão de obra agrária pelo capital em circunstâncias históricas diferentes”, resultando em “diversas trajetórias da subsunção do trabalho ligadas a trajetórias distintas de acumulação” (BERNSTEIN, 2011, p. 45).

Outra divergência entre essas duas abordagens diz respeito às abstrações formuladas por Marx para teorizar o modo de produção capitalista industrial. A questão colocada é se essas abstrações “poderiam e deveriam ser aplicadas *retroativamente* para entender a origem e o início do desenvolvimento do capitalismo em sociedades primariamente agrárias” (BERNSTEIN, 2011, p. 45, grifo do autor).

A partir dessa divergência Henry Bernstein levanta uma série de questões que tem como pano de fundo a relação entre capital e trabalho nas diversas fases e formas concretas de manifestação do capitalismo mundial. Algumas dessas questões demonstram o potencial para

⁹ Para uma visão sucinta das diversas vias de transição agrária para o capitalismo, uma boa referência é o livro de Henry Bernstein sobre as dinâmicas de classe da mudança agrária, especialmente o segundo capítulo (BERNSTEIN, 2011, pp. 31-46). Para uma visão panorâmica recente do debate da transição agrária na historiografia brasileira, o livro de Daniel de Pinho Barreiros (BARREIROS, 2008) representa uma contribuição extremamente valiosa para o entendimento das formas como o capitalismo agrário figura na história das ideias no Brasil.

se pensar as origens e o desenvolvimento do capitalismo de uma forma mais ampla: a) com que precisão a distinção entre capital investido na produção e na circulação de mercadorias se aplica à história do capitalismo mercantil antes da industrialização? b) com que precisão a força de trabalho, base da apropriação de mais-valia, deve se limitar à mão de obra empregada como trabalhadores assalariados livres? c) diante da grande variedade histórica de formas concretas de capital e trabalho como decidir quais delas são ou não capitalistas? No caso de não serem definidas como capitalistas estas formas específicas de capital e trabalho deveriam ser denominadas de pré-capitalistas ou que representam formas menos avançadas de capitalismo nos vários lugares e momentos do seu desenvolvimento? d) essas formas menos avançadas de capital e trabalho em setores e ramos específicos de um sistema capitalista mais amplo estariam ligadas a formas mais avançadas como elemento constituinte do desenvolvimento do capitalismo em escala mundial (BERNSTEIN, 2011, p. 45-6)?

Chegou o momento de avançar mais um passo na formulação do enfoque teórico desta pesquisa. Em primeiro lugar considero, conforme a análise de Armando Bartra sobre as classes agrárias e o estatuto da produção camponesa (BARTRA, 2011, p. 1), que “Marx não esgotou o estudo do problema camponês tal como este se apresenta no sistema capitalista mundial altamente desenvolvido”, no entanto, não se pode “emprender um estudo do campesinato do século XX sem tomar como ponto de partida o estudo de Marx”, pois, segundo o autor, “sem o apoio de uma compreensão crítica da economia capitalista, nada podemos dizer sobre uma economia camponesa que se reproduz submetida à lógica do capital global [...]”.

O que Bartra (2011) denomina de economia política do campesinato, Bernstein (2011, p. 5) qualifica de economia política agrária, que diz respeito às ““relações sociais, tanto históricas quanto contemporâneas, e a dinâmica de produção e reprodução, propriedade e poder em formações agrárias e os seus processos de mudança””. No entanto, tanto a produção camponesa como os processos de mudança agrária só podem ser compreendidos no contexto do capitalismo e do seu desenvolvimento. Segundo Bartra (2011, p. 2),

No capitalismo, todo produto lançado no mercado assume a forma de mercadoria capitalista independentemente do processo específico de produção que lhe deu origem. Dessa mesma maneira, a partir de uma perspectiva do capital global, todo meio de produção inscrito em seu ciclo aparece como “capital”, independentemente de sua forma de apropriação específica ser ou não capitalista. Por último, sob o ponto de vista do capital global, todo rendimento que se destina ao consumo do trabalhador direto forma parte do capital variável total e é parte constitutiva dos “salários”, seja qual for a forma em que se tenha obtido.

Porntanto, é necessário entender que os meios de produção do camponês se reproduzem pela dinâmica do capital e que todo excedente produzido pelo produtor direto se transforma em mais-valia capitalizada, assim como todo rendimento orientado para o consumo do trabalhador funciona como parte do capital variável global. Nesse sentido, um dos grandes desafios da economia política do campesinato, de forma particular, e da economia política agrária – também chamada de economia política da mudança agrária ou das relações agrárias na formulação de diversos autores das revistas *Journal of Peasant Studies* e *Journal of Agrarian Change* – de forma geral, é a compreensão da produção de mercadorias em pequena escala no interior da teoria de um modo de produção, pois, na perspectiva de Bartra (2011, p. 3), “[A] a teoria de um modo de produção é a teoria da lei básica que preside sua reprodução, o que implica não apenas sua formulação geral e abstrata, mas também o desenvolvimento de suas determinações”, que significa “a explicação das mediações e contradições por meio das quais opera”.

Para Ariovaldo Umbelino de Oliveira, uma das grandes referências da geografia agrária brasileira,

O desenvolvimento do modo capitalista de produção, entendido como processo contraditório de reprodução ampliada do capital, pressupõe a criação capitalista de relações não-capitalistas de produção, uma vez que o capital, ao reproduzir-se, reproduz também de forma ampliada as suas contradições (OLIVEIRA, 2007, p. 20).

Nesse sentido, o capital lança mão de uma relação contraditória que consiste na “criação e recriação de relações não-capitalistas de produção para realizar a produção não-capitalista do capital” (OLIVEIRA, 2007, p. 20). Essa relação contraditória constitui uma das mediações fundamentais do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira que foi teorizada inicialmente por José de Souza Martins na década de 1970, inspirado nas análises de Marx sobre a renda territorial na sociedade capitalista e as relações sociais não capitalistas de produção do capital (MARTINS, 1973, 1975, 1979). Nessa perspectiva,

Na verdade, o que caracteriza a penetração do capitalismo no campo não é a instauração de relações sociais de produção típicas formuladas em termos de compra e venda de força de trabalho por dinheiro. O que a caracteriza é a instauração da propriedade privada da terra, isto é, a mediação da renda capitalizada entre o produtor e a sociedade (MARTINS, 1975, pp.49-50).

A pequena propriedade e a produção em pequena escala aparecem como expressão do desenvolvimento do capitalismo no campo em termos de subordinação, expropriação e exploração do trabalho pelo capital, tendo como mediação a renda capitalizada

da terra. Assim, de acordo com Ariovaldo Umbelino (OLIVEIRA, 2007, p. 32), quando o capital “submete o camponês aos seus ditames [também] está sujeitando a renda da terra”. Dessa forma, converte “a renda da terra embutida no produto produzido pelo camponês e sua família em capital. Está se apropriando da renda sem ser o proprietário da terra. Está produzindo o capital pela via não especificamente capitalista”. Uma das contradições do desenvolvimento da agricultura sob o capitalismo é exatamente a atuação do capital e, do Estado, quando as classes capitalistas são incapazes de conduzirem os processos de acumulação, na criação e recriação das condições para o desenvolvimento da agricultura camponesa, sujeitando, no entanto, a renda da terra ao capital.

O elemento central desse processo, tendo na renda capitalizada o seu segredo, é a apropriação da renda produzida pelos produtores de mercadorias agrícolas em pequena escala na forma de trabalho incorporado nos produtos. Essa apropriação da renda ocorre na circulação, o que dá a falsa ideia de que os pequenos produtores têm uma certa autonomia e que produzem segundo uma lógica específica, o *modo de produção camponesa*, que os distanciam do modo de produção capitalista. Esse outro modo de produção é visto de diferentes maneiras. Para alguns, especialmente os adeptos das teorias da modernização, é sinônimo de atraso, pois não está de acordo com a lógica capitalista de produção de mercadorias. Para outros, é necessário defender o modo de vida camponês contra todas as ameaças impostas pelo capitalismo. Neste caso, estamos diante de ideias essencialistas sobre o camponês. A esse respeito Bernstein e Byres (2001, p. 7, tradução nossa), afirmam que:

Essas ideias essencialistas não se prendem a nenhuma posição ideológica ou programa. Podem informar tanto a versão da esquerda como da direita sobre o desaparecimento do campesinato necessário ao progresso econômico, social e cultural (“desenvolvimento”). Elas podem inspirar variedades de populismo que celebram a “resistência” à civilização urbana e industrial e seus descontentamentos (“antidesenvolvimento”), ou que defendem um programa de desenvolvimento mais humano e efetivo, que libere as energias produtivas e os benefícios sociais e virtudes morais do campesinato de sua condição histórica de subjugação e exploração [...].

Para Bernstein e Byres (2001, pp. 6-7, tradução nossa), “[A] questão metodológica mais importante do essencialismo camponês é seu argumento [...] de que os elementos centrais da ‘sociedade’ camponesa”, como família, parentesco e comunidade, “produzem (ou expressam) uma lógica interna ou dinâmica distinta, quer cultural, sociológica ou econômica, ou em alguma combinação [...]”. O essencialismo camponês despreza ou desconhece um elemento fundamental da produção em pequena escala: a sua subsunção ao capital, que se apropria do trabalho excedente contido nos produtos agrícolas que entram na

circulação (MARTINS, 1975, 1979, 1980; TAVARES DOS SANTOS, 1978, 1982; VERGAPOULOS, 1977; AMIN, 1977; OLIVEIRA, 2007, 1991). Essa subordinação ao capital, através do mercado, Bernstein (2017) denomina de “mercantilização da subsistência”. Para ele, a mercantilização da subsistência,

Refere-se aos processos pelos quais os “camponeses”/pequenos produtores se integram nas relações de mercadorias no desenvolvimento do capitalismo, e através dos quais eles têm que se reproduzir. É claro que isso não acontece imediatamente, de maneira uniforme ou pelos mesmos mecanismos. Por exemplo, na Europa e no mundo colonial, meios políticos diretos - de expropriação (ou a ameaça de expropriação), imposição de determinadas culturas e tributação em dinheiro (em vez de espécie) - foram usados para obrigar os camponeses a entrarem na produção de mercado. A profundidade e o grau dessa “mercantilização da subsistência” não seguiram trajetórias lineares, mas um índice útil de extensão e intensidade é uma sequência da mercantilização (a) de culturas e gado produzidos por camponeses; (b) de terra; (c) de instrumentos de produção (por exemplo, arados e enxadas feitos em fábricas) e (d) da força de trabalho. Um momento particular é atingido quando camponeses/pequenos agricultores não conseguem se reproduzir fora das relações mercantis (BERNSTEIN, 2017, p. 14, tradução nossa).

A “mercantilização da subsistência” constitui o primeiro tema que diferencia a economia política agrária de outras abordagens sobre o desenvolvimento do capitalismo na agricultura e do destino do campesinato nas sociedades contemporâneas. O segundo tema é o da pequena produção de mercadorias. Na compreensão de Bernstein (2017, p. 15, tradução nossa, grifo do autor),

A “mercantilização da subsistência” leva à constituição de explorações agrícolas camponesas como pequenas empresas de produção de mercadorias no capitalismo, isto é, combinando capital e trabalho. Em suma, eles precisam reproduzir tanto seus meios de produção (terra, ferramentas, sementes, gado etc.) como o capital e a si próprios como trabalho. A pressão na reprodução geralmente leva à familiar condição de endividamento dos camponeses. O principal ponto para a economia política agrária é que, embora nem todos os aspectos da agricultura camponesa sejam (uniformemente) mercantilizados, um ponto determinante é alcançado quando os camponeses não podem se reproduzir fora dos mercados, quando de fato as relações de mercadorias são *internalizadas* no trabalho das famílias e explorações camponesas.

O terceiro tema é o da diferenciação de classes do campesinato. O modelo de *enclausuramento* ou *cercamento* de terras desenvolvido por Marx com base na análise histórica da via de transição agrária inglesa para explicar a gênese do capitalismo no campo (MARX, 2017, livro I, cap. 24), parte do fato de que a terra anteriormente camponesa foi apropriada para a agricultura capitalista em larga escala, e os camponeses assim despossados tornaram-se um componente importante do proletariado. Podemos classificar esse processo de

diferenciação de classe como um processo *a partir de cima*, ou seja, imposto pelos interesses do capital agrário.

Lenin, ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na Rússia, a partir da segunda metade do século XIX, inova na explicação da diferenciação de classes do campesinato ao propor um modelo de desenvolvimento da agricultura capitalista através da diferenciação de classes *a partir de baixo*, ou seja, a partir da própria dinâmica interna das relações agrárias, distinguindo três classes (emergentes), à medida que os camponeses foram sendo incorporados cada vez mais nas relações de mercadorias capitalistas: camponeses ricos, médios e pobres. Essa continua a “ser uma análise central da economia política agrária, mesmo que se considere que Lenin exagerou a extensão da diferenciação de classe camponesa na Rússia no final do século XIX” (BERNSTEIN, 2017, p. 15).

Em *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia* Lênin aborda a questão da diferenciação do campesinato numa perspectiva histórica utilizando farta documentação sobre os censos estatísticos dos estabelecimentos agrícolas produzidos pelos *zemstvos*, que eram formas de autoadministração locais sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, criados em 1864, após a reforma que aboliu a servidão, tendo como uma de suas funções a elaboração de estatísticas, especialmente, sobre os estabelecimentos agrícolas (LÊNIN, 1982). O subtítulo do livro, denominado de *O processo de formação do mercado interno para a grande indústria*, revela uma dimensão importante para se pensar a relação entre produção agrícola, diferenciação do campesinato e a formação do mercado interno numa formação social capitalista. Em linhas gerais, seguindo o argumento de Lênin, a diferenciação do campesinato “constitui a base sobre a qual se forma o mercado interno na produção capitalista” (LÊNIN, 1982, p. 35). Por outro lado, se a diferenciação de classe constitui um dos elementos para a criação do mercado interno para a grande indústria, a condição camponesa ou a forma social da produção camponesa é um elemento indispensável numa economia mercantil ou economia de mercado, tendo em vista que mesmo em regiões agrícolas “atrasadas”, o “camponês está inteiramente subordinado ao mercado” [pois depende] “dele tanto para seu consumo pessoal como para sua atividade” (LÊNIN, 1982, p. 113).

Nesse sentido, ao invés de ser um empecilho à produção capitalista a produção camponesa é elemento importante no processo de reprodução ampliada por meio da subordinação do trabalho camponês ao capital, quando o trabalho excedente é apropriado pelo capital mercantil e/ou industrial no momento da circulação. Assim, numa sociedade de mercado a produção camponesa cumpre duas tarefas essenciais: por um lado, é fonte de

fornecimento de mão de obra para a indústria e outros ramos da economia como o comércio, garantindo a manutenção dos salários em nível muito baixo, e, por outro, fornece alimentos para uma população não agrícola, cuja tendência de crescimento acompanha o processo de aprofundamento da divisão social do trabalho e do predomínio da vida urbana sobre a rural.

Esse ângulo de observação da relação entre agricultura e capitalismo nos remete ao tema mais geral da questão agrária, que diz respeito ao desenvolvimento do capitalismo na agricultura e de seus impactos socioeconômicos, a partir da “intervenção estatal como forma de adequação e direcionamento do meio rural aos objetivos gerais de desenvolvimento e da análise das mudanças nas estruturas fundiária e produtiva” (MIELITZ NETO, 2010, p. 7).

Em síntese, os elementos centrais de uma abordagem da economia política agrária são: a) a *mercantilização da subsistência*, processo pelo qual os camponeses podem perder a capacidade de se reproduzirem fora da relação mercantil e do mercado, sem necessariamente serem expropriados da terra e de outros meios de produção, constituindo-se numa forma mais genérica de subordinação do trabalho ao capital do que a expropriação pura e simples (BERNSTEIN; BYRES, 2001); b) a pequena produção de mercadorias, a partir da constituição de explorações agrícolas camponesas como pequenas empresas de produção de mercadorias no capitalismo, isto é, combinando capital e trabalho. A especificidade dessas explorações agrícolas é ser condição para a reprodução dos meios de produção, do capital e dos próprios camponeses como trabalho, não havendo, no plano da exploração agrícola, a contradição entre capital e trabalho; e, c) a diferenciação de classes do campesinato, que pode ocorrer tanto pelos processos de expropriação como pela própria diferenciação interna, ou seja, a diferenciação do campesinato em camponeses pobres, médios e ricos, e, nas situações mais extremas de mercantilização da subsistência, em trabalhadores assalariados, no campo e na cidade.

A economia política agrária faz um contraponto crítico à outra abordagem bastante influente: o populismo agrário, inspirado, principalmente, nas interpretações de Alexander Chayanov (1888-1937), “o nome mais importante da chamada Escola da Organização da Produção e da Agronomia Social” (ABRAMOVAY, 1998, p. 73). Para ilustrar as diferenças e complementariedades entre as duas abordagens retomarei os três temas apresentados acima, agora sob o ponto de vista do populismo agrário, ao mesmo tempo em que indicarei algumas contribuições das ciências sociais brasileiras ao que se pode chamar de uma *economia política agrária brasileira* (algumas dessas contribuições já foram abordadas nesse texto, como as de José de Souza Martins e José Vicente Tavares dos Santos).

Em relação ao primeiro tema, o da *mercantilização da subsistência*, algumas “versões idealizadas de uma posição populista”, segundo Bernstein (2017, p. 14, tradução nossa), “caracterizam a agricultura camponesa como uma forma distinta de produção de ‘subsistência’, na qual as famílias tentam reter sua ‘autonomia’, ou controlam sua própria reprodução”. Elaboraões mais avançadas, sob a perspectiva de Alexander Chayanov, reconhecem que a produção para os mercados se torna cada vez mais central para a reprodução camponesa no capitalismo, mas o desejo de autonomia ainda é o guia dessas interpretações, ao afirmarem que os camponeses/agricultores familiares buscam e encontram formas de regular ou limitar seu envolvimento nos mercados, buscando alcançar uma forma adequada da produção para o consumo doméstico e a reposição dos meios de produção.

Essa interpretação desconhece ou despreza o fato de que esse tipo de subordinação do trabalho ao capital não se dá diretamente no processo produtivo, ou seja, os produtores em pequena escala não são explorados diretamente pelo capital mercantil ou industrial, já que não foram expropriados da terra e dos meios de produção. Assim, é vantajoso para o capital essa suposta *autonomia* da produção familiar ou camponesa, pois cria a falsa impressão de que a produção é realizada segundo uma lógica econômica e cultural própria, desvinculada ou articulada parcialmente ao modo de produção dominante. Na concepção de Bartra (2011, p. 3),

[...] O que frequentemente são considerados ‘modos de produção subordinados ao capitalismo dominante’ não são mais do que relações socioeconômicas (formas de produção ou circulação, relações jurídicas, políticas ou ideológicas etc.) excêntricas, ou seja, em si mesmas não capitalistas e que, no entanto, se reproduzem por meio da operação do modo de produção capitalista. A condição de possibilidade de sua existência somente pode ser explicitada pela teoria do modo de produção dentro do qual tais relações são reproduzidas e não por aquela relacionada aos modos de produção diferentes ou anteriores.

Nesse sentido, concordo com Armando Bartra quando afirma que “[...] a teoria de uma formação social não pode ser a teoria da articulação de dois ou mais modos de produção, um deles sendo dominante”, tendo em vista que em uma formação social determinada “a lei econômica básica que preside sua reprodução é somente uma [...]” (BARTRA, 2011, p. 3).

Quanto ao tema da pequena produção de mercadorias o populismo agrário reconhece as pressões que as condições de mercado impõem à reprodução das famílias camponesas, porém, como afirma Bernstein e Byres (2001, p. 15, tradução nossa),

os populistas se contrapõem ao tipo de teorização da pequena produção de mercadorias argumentando que o estoque de meios de produção camponeses não constitui “capital”, mesmo que tenha que ser substituído, pelo menos em parte, por transações de mercado, e que a lógica da reprodução doméstica molda os repertórios das práticas camponesas de acordo com o valor permanente da “autonomia”.

Não podemos negligenciar o fato de que no capitalismo todo produto que é lançado no mercado, independente da forma como foi produzido, assume a forma de mercadoria capitalista. Nesse sentido, a “existência da pequena e média produção agropecuária nas sociedades capitalistas”, conforme Bartra (2011, p. 4), “deve ser explicada logicamente pela lei econômica básica do capitalismo”: a máxima valorização do capital. O que a economia política agrária revela é o fato de que o pequeno produtor familiar ou camponês não é explorado diretamente pelo capital no processo de produção de mercadorias. A exploração ocorre no momento da circulação de mercadorias quando o capital se apropria do trabalho contido nos produtos agrícolas captados pelo mercado, conforme demonstram Tavares dos Santos (1978, 1982), Martins (1973, 1975, 1979, 1980), Oliveira (1991, 2007) e Vergapoulos (1977).

Quanto ao tema da diferenciação de classe do campesinato os populistas agrários defendem que a abordagem da diferenciação de classe entre os camponeses é quase sempre exagerada. Segundo Bernstein (2017, p. 16, tradução nossa),

Uma razão bem conhecida deriva dos estudos de Chayanov sobre a Rússia de sua época, a saber, que as diferenças observáveis nas propriedades e outros meios de produção das famílias camponesas devem-se à expansão e contração no ciclo doméstico do lar. Essa assim chamada “diferenciação demográfica” é cíclica e auto-ajustada versus as tendências à diferenciação de classe persistente e duradoura enfatizada por Lênin. Outro (forte) limite à diferenciação de classe camponesa, aduzido em muitos casos, é a (contínua) potência de mecanismos de “nivelamento” que operam em comunidades camponesas basicamente igualitárias.

Estou de acordo com Henry Bernstein (2017) quando afirma que uma abordagem materialista ou da economia política agrária da diferenciação de classe do campesinato não deve descartar instâncias de diferenciação demográfica, que se baseia no número de trabalhadores-consumidores da família camponesa como nexos explicativos da sua existência e da lógica da exploração agrícola, assim como a abordagem populista não deve desprezar os mecanismos de diferenciação de classe, quando estes existirem concretamente. Por exemplo, quando a família camponesa aumenta sem que ocorra também um incremento na produtividade da unidade familiar de produção, alguns membros são obrigados a deixarem a

atividade agrícola à procura de trabalho em outros setores. Outra situação ocorre quando aumenta a produtividade do trabalho alguns membros da família podem, por exemplo, se dedicarem a outras atividades, como aos estudos, que podem reverter em benefícios para a própria unidade familiar de produção. Por exemplo, aqueles que conseguem remuneração de atividades urbanas podem retornar com investimentos ou contratação de mão de obra que resultam no aumento da produção agrícola, o que pode levar a diferenciação de classe.

Os temas tratados até aqui para comparar as abordagens da economia política agrária e do populismo agrário alimentam um quarto tema: o da investigação sobre o destino do campesinato no capitalismo contemporâneo que retoma o debate clássico do desaparecimento e da persistência do campesinato, agora sobre as condições da globalização e do neoliberalismo. Em primeiro lugar, as duas abordagens compartilham de um certo consenso a respeito da diminuição de produtores camponeses e/ou familiares na produção agrícola em nível global. No entanto, em segundo lugar, as duas abordagens compreendem de forma diferente essas tendências. Na perspectiva de Bernstein (2017, p. 16, tradução nossa),

O primeiro investiga-os através dos processos mencionados acima, como a ‘mercantilização da subsistência’, a dinâmica da pequena produção de mercadorias no capitalismo, a diferenciação de classe (e gênero) dos pequenos agricultores e o crescente número de classes de trabalhadores rurais, além das práticas de “capital agrário além dos estabelecimentos agrícolas”, incluindo as empresas do agronegócio e seus efeitos, e a natureza e os efeitos das políticas estatais. De fato, uma atenção especial deve ser dada aos efeitos da globalização dos mercados agrícolas e do agronegócio (e da globalização do capitalismo em geral) para a formação de classes e contradições no campo atualmente.

Na perspectiva do populismo agrário, ainda segundo Bernstein (2017, p. 17, tradução nossa),

O agronegócio global e as políticas estatais prejudiciais são destacadas, às vezes quase exclusivamente - à custa da atenção à diferenciação de classe no campo - na análise populista que reconhece as conseqüentes e enormes pressões sobre a reprodução de pequenos agricultores no capitalismo hoje. Ao mesmo tempo, o populismo agrário abraça e aplaude o que vê como a resiliência da “lógica camponesa” (Chayanov) e do “caminho camponês” (*a Via Campesina*) em lutas por uma agricultura socialmente justa e ecologicamente sustentável baseada na luta pela “autonomia” do (pequeno) agricultor, por exemplo, com noções de “soberania alimentar”. De fato, isso leva alguns escritores populistas a argumentar que o “camponês” é acima de tudo uma categoria política e não analítica, assim como é para a economia política materialista [...].

Um paradoxo que deve ser esclarecido é que as posições que orientam a abordagem do populismo agrário são mais normativas e políticas – pró-camponês – do que analíticas. E isso é um problema, inclusive para a própria definição de camponês. Partindo de uma perspectiva essencialista, os populistas agrários fazem críticas pontuais a aspectos-chaves do capitalismo contemporâneo que afetam a vida dos agricultores e defendem *o caminho camponês* como o antídoto e as alternativas necessários. Esse caminho é perigoso. Em primeiro lugar, porque não permite o avanço necessário, na teoria e na prática, ao enfrentamento dos fundamentos e das contradições do capitalismo. Em segundo lugar, acabam contribuindo com a *violência demoníaca* do capitalismo ao adotar suas próprias lógicas de convencimento e coesão, como os discursos do desenvolvimento sustentável, do empoderamento dos pobres, do novo rural, da ruralidade e da pluriatividade no campo, conceitos e discursos elaborados nas entranhas de instituições do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional e adotados de forma muitas vezes acrítica pelas ciências sociais.

Não podemos desprezar, analítica e politicamente, os processos de formação e diferenciação de classe no campo e os processos altamente diversificados, dinâmicos e contraditórios da mudança agrária do capitalismo mundial na atualidade, assim como suas causas e consequências.

2.3 A contribuição da abordagem da economia política agrária nos estudos do desenvolvimento e nos estudos agrários no Brasil

Uma inovação pioneira na compreensão do desenvolvimento capitalista na agricultura brasileira foi elaborada por Caio Prado Júnior em *A Revolução Brasileira*, publicada em 1966, pela Editora Brasiliense. Um dos aspectos dessa inovação foi o questionamento da tese feudal, ainda influente nos meios intelectuais e políticos na década de 1960, para explicar o desenvolvimento capitalista na sociedade brasileira. A outra, resultado de uma rara combinação de análise crítica e ativismo político, consistiu na construção de uma postura intelectual pluridisciplinar a partir da articulação de saberes dos campos disciplinares da história, da economia e da filosofia (REIS, 1999). Na compreensão do historiador José Carlos Reis (REIS, 1999, n. p.), “[S]ua obra se iniciou em 1933 com *Evolução Política do Brasil*, prosseguiu com as publicações de *Formação do Brasil Contemporâneo* (1942), *História Econômica do Brasil* (1945)” e chegando ao seu ápice com a publicação de *A Revolução Brasileira*, que “constituem o esteio da sua obra histórica”. Esta última obra, ainda segundo José Carlos Reis, se destaca pela “síntese que ela representou e pelo caloroso debate

que ela manteve com o PCB e com o marxismo brasileiro dos anos 1922/50, sobre a análise mais adequada à realidade brasileira e à sua mudança revolucionária”.

Essa nova interpretação da sociedade brasileira se fundamenta em uma concepção de história mais ampla e profunda. Por um lado, compreende a *duração social*, ou seja, o tempo histórico, como um caleidoscópio de múltiplos tempos (REIS, 1999; D'INCAO, 1989; IANNI, 1994). Por outro, numa visão dialética de tradição marxiana, lida “com fatos em termos de relações, processos e estruturas, localiza e explica desigualdades, diversidades, contradições sociais” (REIS, 1999, n. p.). Essas duas características do pensamento de Caio Prado Júnior o colocam numa posição de vanguarda no campo da história e o tornam uma referência para as ciências sociais no que diz respeito à compreensão do desenvolvimento do capitalismo e da sociedade brasileiros.

Um conceito histórico que será mobilizado por Fernand Braudel em sua tese de doutorado defendida em 1947, intitulada *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II*, publicada pela editora francesa Armand Colin em 1949, introduziu uma nova abordagem dos acontecimentos históricos: aqueles que transcorrem na longa duração. Braudel teoriza a *longa duração* no artigo *Histoire et Sciences sociales: la longue durée*, publicado em 1958 na revista *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, reconhecendo a pluralidade dos tempos históricos (estrutura/conjuntura/evento).

Em 1942, no entanto, em a *Formação do Brasil Contemporâneo*, Caio Prado Júnior já esboçava uma compreensão de tempo histórico muito semelhante ao que mais tarde Fernand Braudel teorizaria como a *longa duração*. No primeiro parágrafo da introdução desse livro Caio Prado Júnior assim se refere à formação histórica do Brasil contemporâneo:

O início do séc. XIX não se assinala para nós unicamente por estes **acontecimentos relevantes** que são a transferência da sede da monarquia portuguesa para o Brasil e os **atos preparatórios da emancipação política** do país. Ele marca uma etapa decisiva em nossa evolução e **inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova. Debaixo** daqueles **acontecimentos** que se passam na **superfície**, elaboram-se **processos complexos** de que eles não foram senão o **fermento propulsor**, e, na maior parte dos casos, **apenas a expressão externa**. Para o historiador, bem como para qualquer um que procure compreender o Brasil, inclusive o de nossos dias, o momento é decisivo. O seu interesse decorre sobretudo de duas circunstâncias: de um lado, ele nos oferece, em **balanço final**, a **obra realizada por três séculos de colonização** e nos apresenta o que nela **se encontra de mais característico e fundamental**, eliminando do quadro ou pelo menos **fazendo passar ao segundo plano, o acidental e intercorrente daqueles trezentos anos de história**. É uma síntese deles. Doutro lado, **constitui uma chave**, e chave preciosa e insubstituível **para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje**. Nele se contém o passado que nos fez; alcança-se aí o

instante em que os elementos constitutivos da nossa nacionalidade – instituições fundamentais e energias – organizados e acumulados desde o início da colonização, desabrocham e se completam. Entra-se então na fase propriamente do Brasil contemporâneo, erigido sobre aquela base (PRADO JÚNIOR, 1999, p. 9, grifo nosso).

Na perspectiva de Caio Prado Jr. os fatos e os acontecimentos imediatos não podem ser compreendidos se não forem mobilizados os elementos constitutivos da nacionalidade, que ele denomina de instituições fundamentais e energias, que foram organizados e acumulados desde o início da colonização. Na citação acima estão presentes e se articulam as três temporalidades históricas teorizadas por Braudel (1990): a) a história de longa duração, *a obra realizada por três séculos de colonização*; b) a conjuntura, que *inicia em todos os terrenos, social, político e econômico, uma fase nova*; e c) o acontecimento, externalização dos processos complexos e dos elementos constitutivos da nacionalidade, organizados e acumulados desde o início da colonização.

Além desse caleidoscópio de múltiplos tempos Caio Prado também desenvolve uma epistemologia histórica só comparada a outro fundador da escola dos Annales, o historiador Marc Bloch, que refutou qualquer redução da história ao estudo do passado. Para Bloch (2001), a história é a ciência dos homens no tempo, ou seja, o objeto principal da história não é o passado por si mesmo e sim as suas relações com o presente. Para Caio Prado Júnior, o presente é o momento decisivo, a síntese dos três séculos de colonização e a *chave preciosa e insubstituível para se acompanhar e interpretar o processo histórico posterior e a resultante dele que é o Brasil de hoje*, que os historiadores e demais cientistas sociais devem tomar como referência para suas pesquisas.

Na perspectiva em que compreendo a formação histórica da sociedade brasileira Caio Prado Júnior foi o primeiro a realizar uma profunda interpretação dos três séculos de colonização portuguesa na América, desenvolvendo a tese de que o Brasil desde o seu início, integrado à expansão mercantil, é capitalista, compartilhando do mesmo sistema e das mesmas relações econômicas que deram origem ao capitalismo. Para Prado Júnior (1999), a colonização toma o aspecto de uma vasta empresa comercial destinada a explorar os recursos naturais de um “território virgem” em proveito do comércio europeu, sendo este o verdadeiro sentido da colonização tropical, do qual o Brasil é uma das resultantes. É com esse objetivo, exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras.

A contribuição de Caio Prado Jr., no entanto, não se esgota na compreensão da particularidade brasileira no conjunto da economia mundial. O autor também avança na

compreensão da dinâmica interna da sociedade brasileira com especial atenção aos processos e dinâmicas de classe das relações agrárias responsáveis pelos “ínfimos” padrões de existência da maioria da população brasileira que vive de seu trabalho na terra. Nas páginas da *Revista Brasiliense*, fundada por ele e que circulou de 1955 a 1964, quando foi fechada pelo regime militar, Caio Prado Júnior escreveu diversos artigos que estimularam o debate sobre a estrutura agrária brasileira e a sua mudança na década de 1950. Uma de suas preocupações foi a relação entre estrutura agrária e desenvolvimento econômico e social, atribuindo à concentração fundiária a causa do baixo padrão de vida das populações que viviam no campo, ou seja, a relação entre estrutura agrária e a exploração do trabalhador rural, fosse ele camponês ou outra categoria de trabalhador que estivesse a serviço dos capitais agrário, comercial ou industrial.

Considero que os problemas e alternativas analíticas e metodológicas colocadas por Caio Prado Júnior em diversos números da *Revista Brasiliense* e na síntese realizada no livro *A Revolução Brasileira* (1966), constituem a evidência de uma nova abordagem da questão agrária brasileira. Esta é, sem dúvida, a *abordagem da economia política agrária*. O ponto de partida dessa abordagem, a meu ver, foi anunciado por Caio Prado Júnior em um artigo publicado em 1960, no número 28 da *Revista Brasiliense* e reeditado em 1979 no livro *A Questão Agrária* (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 18), quando afirma que “[...] em primeiro e principal lugar, [deve ser colocado o problema da] relação de efeito e causa entre a miséria da população rural brasileira e o tipo da estrutura agrária”, tendo em vista que seu “traço essencial consiste na acentuada concentração da propriedade fundiária [...]”. Essa demarcação do ponto de partida é necessária porque, na perspectiva de Caio Prado Júnior,

[...] não faltam esforços em diferentes setores da literatura social, econômica e política brasileira, bem como nas diretrizes da administração pública, para situar o assunto em outros terrenos, e particularmente no da “agricultura” tomada em bloco, e como setor a ser considerado unicamente em contraste com outros setores econômicos, como a indústria. Visualizado o assunto desse ângulo, a análise dele deriva então para questões relativas ao aparelhamento técnico, comercial e financeiro das atividades agrárias, relegando-se a um plano secundário, e posição de simples efeito de uma deficiente política de amparo à agricultura, as condições de vida da população rural e a maneira com que é dado à maioria esmagadora dessa população utilizar a terra (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 18-9).

No sentido proposto por Caio Prado Jr. o problema agrário brasileiro não pode ser visto apenas por suas relações externas com outros setores da economia, por exemplo, com o setor industrial. Deve-se, inicialmente, voltar a atenção para os problemas internos ao campo,

seus processos e dinâmicas de classes que são responsáveis pela miséria da grande maioria das pessoas que vivem e trabalham no campo, pois “[...] os problemas agrários são aí propostos em termos de que excluem inteiramente as questões relativas ao próprio fundamento em que assentam as atividades agrícolas e pastoris, a saber, a terra e sua apropriação”, repetindo-se, numa alusão crítica ao economista Celso Furtado, “o grave erro de confundir os diferentes setores, categorias e classes diretamente ligadas às atividades agrárias, no conceito genérico de ‘agropecuária’ [...]” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 20). Nessa perspectiva, o autor compreende os problemas agrários, da mesma maneira que outros problemas sociais e econômicos: são problemas “humanos”.

E são por isso os homens e a posição própria que respectivamente ocupam nas atividades agropecuárias, que devem ser considerados em primeiro e principal lugar, e como elemento central que configura todas as questões a serem analisadas. Ora, **a parcela de humanidade que vive em função da agropecuária brasileira, nada tem de homogênea, e muito pelo contrário, se encontra profundamente diferenciada e classificada em setores largamente apartados** que são, de um lado, uma pequena minoria de grandes proprietários, que com suas respectivas famílias, e mais administradores e outros empregados de alta categoria que gerem seus estabelecimentos, não atingem provavelmente 10% da população rural brasileira; e doutro lado, a grande maioria dessa população que vive, ou antes vegeta nas condições a que nos temos já referido, e que são aliás, hoje em dia, de conhecimento geral e notório (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 20, grifo nosso).

Na citação acima o autor aborda um tema que ainda é muito problemático no pensamento social brasileiro: a diferenciação do campesinato. Se a apartação entre os pequenos produtores, trabalhadores rurais e sem-terra, de um lado, e grandes proprietários, de outro, é abismal, não deixa de ter menor significado a diferenciação social no próprio seio das categorias que estão na base da pirâmide das relações e estruturas agrárias. E neste aspecto a posição de Caio Prado Júnior é nova e polêmica. Sua compreensão é de que, diferentemente dos países que vivenciaram o feudalismo, “no Brasil a agricultura camponesa não constitui a base das relações sociais existentes e predominantes no setor agrícola brasileiro e, em consequência, ela não é determinante de sua estrutura e de sua organização econômica”, pois, “[...] predomina, historicamente, a grande exploração que tem por base a grande propriedade e o trabalho organizado coletivamente” (WANDERLEY, 1985, p. 14).

Nesse sentido, na leitura de Maria de Nazareth Baudel Wanderley, “[A]s relações sociais de produção não são correspondentes a uma economia camponesa, mas se estabelecem enquanto relações particulares de compra e venda da força de trabalho”, mesmo que essa

operação mercantil não seja feita em dinheiro (WANDERLEY, 1985, p. 14). Nesta situação, em particular, “o produtor perde a autonomia que teria se fosse um camponês”, pois se submete inteiramente em sua atividade produtiva à direção do proprietário da terra (WANDERLEY, 1985, p. 15).

Analisando os dados do Censo Agropecuário de 1950 Caio Prado Júnior dar uma indicação mais clara de como entende a exploração camponesa, o trabalho de outras categorias de trabalhadores rurais e a diferenciação social dos que vivem do trabalho agrícola no Brasil. Para Prado Júnior (1979, pp. 17-8), o quadro, dramático, é o seguinte: a) “[...] enquanto os pequenos estabelecimentos, cujo número representa 85% do total, ocupam somente 17% da área recenseada, os médios (6% do número total) ocupam 8% da área, e os grandes, que são apenas 9%, ocupam 75% da área”, o que revela uma alta concentração da propriedade agrária; b) por outro lado, demonstrando a existência de uma diferenciação social profunda e que completa o quadro acima, “[H]á que lembrar ainda [...] a situação de cerca de cinco milhões [...] de trabalhadores rurais, entre assalariados e parceiros, empregados a serviço alheio”; c) o quadro se torna ainda mais problemático porque essa “estrutura e distribuição da propriedade fundiária [...] faz com que, de um lado, uma considerável parcela da população rural se encontre insuficientemente aquinhoadada, e não disponha de terras suficientes para sua manutenção em nível adequado”; e, d) ainda há uma grande parcela da população rural que “não dispõe de terra própria alguma, nem de recursos e possibilidades para ocupar e explorar terras alheias a título de arrendatário autônomo”, obrigando-se, desta forma, “a buscar emprego em serviço alheio”, fazendo com que seja rebaixado o valor da mão de obra empregada no setor. Esta é “a razão principal dos ínfimos padrões do trabalhador rural brasileiro, inclusive nas regiões mais desenvolvidas do País [...]”.

O quadro esboçado acima revela a diversidade e heterogeneidade da população rural ocupada com o trabalho agropecuário e as contradições da estrutura fundiária brasileira. Pode-se inferir a existência de: a) pequenas explorações camponesas, constituídas de pequenos proprietários e arrendatários, que conseguem se reproduzir a partir do trabalho familiar, mesmo que empregue trabalho alheio pago em dinheiro ou *in natura*; b) uma camada de médios produtores, que podem ser camponeses ou não; c) grandes proprietários rurais ou arrendatários, que constituem a burguesia rural; d) trabalhadores rurais, empregados nos três tipos de propriedade (pequena, média e grande), que se reproduzem a partir da venda de sua força de trabalho. Estas quatro categorias representam a diferenciação social mais visível das classes agrárias, no entanto, ainda existe um contingente expressivo da população rural que não se enquadra nessa classificação clássica. Assim, é necessário complementar esse quadro

com outras categorias, da seguinte forma: e) minifundistas ou possuidores de pequenas propriedades que não conseguem se reproduzir a partir do trabalho nas mesmas e não tem condições de arrendar terras para complementar a produção dos minifúndios; f) pequenos produtores que trabalham em propriedade alheia seja através do arrendamento ou outra forma de cessão pelo proprietário da terra, mas que também não conseguem se reproduzir com essa atividade.

Essas duas últimas categorias como não conseguem se reproduzir plenamente a partir do trabalho agrícola, ou seja, reproduzir tanto seus meios de produção (terra, ferramentas, sementes, gado etc.), assim como o capital e a si próprios como trabalho, encontram-se mais próximas daquilo que Bernstein (2017) define como uma população rural que vive em condições de *sub-subsistência*, não conseguindo, muitas vezes, nem mesmo satisfazer o mínimo calórico (WOLF, 1976), necessário à reprodução fisiobiológica, a partir da constituição de um fundo de consumo.

O segundo elemento que leva a identificação do *enfoque da economia política agrária* em Caio Prado Júnior é de natureza metodológica. Para ele,

Ao se considerar um problema econômico ou social, como esse que temos em vista, é preciso definir inicialmente, e em seguida ter sempre presente, o objetivo prático que se procura atingir. Qualquer análise social é sempre afetada, consciente ou inconscientemente, pela posição política do analista. Ele deve por isso fazer que o seja *conscientemente*, a fim de não embaralhar a matéria e divagar sem rumo preciso. Assim a análise da agropecuária brasileira pode ser feita de diferentes ângulos, e qualquer deles pode e deve merecer a atenção e interesse do pesquisador e economista. O importante e indispensável, contudo, é que ele se coloque deliberadamente, de cada vez, numa única perspectiva, e que ela seja bem caracterizada e definida. O que não exclui, e antes torna possível, uma posterior acomodação recíproca e síntese dos diferentes pontos de vista considerados. Se nos propomos analisar e corrigir a deplorável situação de miséria material e moral da população trabalhadora do campo – e nisso consiste preliminarmente, sem dúvida alguma, a nossa questão agrária – é disso que devemos nos ocupar em primeiro e principal plano. O que não exclui, e antes impõe, a posterior consideração dos problemas que dizem respeito ao “negócio” da agropecuária e que interessam sobretudo, nas condições atuais, grandes proprietários e fazendeiros, como sejam, entre outros, redução dos custos de produção (mas eufemisticamente designados por “aumento da produtividade”), comercialização e financiamento da produção etc. (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 22-3, grifo do autor).

Em sua interpretação, “[O] que não é lícito, é confundir essas duas perspectivas, e passar inadvertida ou arbitrariamente de uma para outra” (PRADO JÚNIOR, 1976, p. 23). Essa observação metodológica de Caio Prado Júnior é mais do que oportuna, pois ela constitui a estratégia discursiva de todas as políticas agrícolas e agrárias que orientam a

intervenção do Estado na agricultura em qualquer parte do mundo. Caio Prado desnuda de forma simples um roteiro clássico percorrido pelos teóricos e praticantes do desenvolvimento rural:

Começar por exemplo, como tão frequentemente se observa, com a exposição e crítica dos baixos padrões do trabalhador rural – **o que representa a perspectiva do trabalhador** -; e passar, logo em seguida, para as questões relativas às dificuldades de ordem técnica, comercial e financeira que embaraçam o progresso e o desenvolvimento da produção agropecuária – **o que já constitui, essencialmente, perspectiva do fazendeiro**. Esse tratamento da matéria só pode levar, na melhor das hipóteses, a confusões inextricáveis. Essas confusões somente são evitáveis (evidentemente quando se quer evitá-las) se se mantiverem sempre bem distintos e separados, os vários aspectos *humanos* dos problemas considerados. Isto é, **os interesses respectivos das diferentes classes e categorias sociais em jogo**. É somente depois de completada a análise metódica e discriminada do conjunto da questão, e colocado cada ponto em devido lugar, que se faz possível uma apreciação geral que permita derivar a política adequada a ser seguida, e na qual se ponderarão os diferentes interesses em jogo e a maneira de dar maior satisfação àqueles que do ponto de vista geral da coletividade brasileira tomada em seu todo, devem prevalecer, e em que medida (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 23, os grifos em itálico são do autor e os em negrito são nosso).

A recomendação metodológica para que o pesquisador leve em conta na análise os interesses em jogo das diferentes classes e categorias sociais é imprescindível para o entendimento da dinâmica de classe da questão agrária. Somente identificando esses interesses divergentes e, muitas vezes, contraditórios, é que se pode colocar os problemas no seu devido lugar e apontar os caminhos teóricos e práticos para a apreciação deles. Confundir as duas perspectivas, ainda no ponto de partida, impede a compreensão e as soluções para os graves problemas que atingem as populações rurais. A partir dessa postura metodológica é possível perceber “desde logo a vacuidade de certos lugares-comuns que se repetem como verdades definitivas”, como é caso, de atribuir “as deficiências que hoje se observam na agropecuária brasileira [...] a ‘erros’ passados de orientação econômica e tecnológica”. Esse lugar-comum, na perspectiva de Caio Prado, esconde o fato de que a agropecuária brasileira “[...] foi no passado, e é em boa parte ainda hoje, uma empreitada coroada de grande êxito [...]” (PRADO JÚNIOR, 1979, pp. 23-4).

A partir do ponto de vista da economia política agrária (que estar presente em Caio Prado Júnior), o sucesso do “negócio” da agropecuária brasileira constituem as circunstâncias negativas que são responsáveis pelo baixo nível de vida da população rural brasileira, pois se baseiam em dois pilares fundamentais: a) a grande disponibilidade de terras que foi apropriada por um número reduzido de “empreendedores” e; b) disponibilidade de

força de trabalho de baixo custo, fornecida aos grandes proprietários pela massa da população rural que se formou e se constituiu para esse fim. Esse monopólio da terra nas mãos de uma minoria de grandes proprietários “obriga a massa trabalhadora a buscar ocupação e sustento junto a esses mesmos proprietários, empregando-se a serviço deles” (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 26).

Nessa perspectiva, ao confundir os interesses de classes e categorias sociais agrárias as políticas agrárias e agrícolas elaboradas e executadas pelo Estado até agora não conseguiram resolver o principal problema agrário brasileiro, que é o baixo padrão de vida das populações rurais. As soluções encontradas até o momento consistiram na elevação do nível técnico da produtividade que não se traduziram em melhoria das condições de vida do trabalhador. Pelo contrário, geralmente, tenderam a agravar a situação. É nesse contexto que Caio Prado situa a questão agrária brasileira. Para ele,

E ela [a questão agrária] se resume nisto que a grande maioria da população rural brasileira, a sua quase totalidade, com exclusão unicamente de uma pequena minoria de grandes proprietários e fazendeiros, embora ligada à terra e obrigada a nela exercer sua atividade, tirando daí seu sustento, se encontra privada da livre disposição da mesma terra em quantidade que baste para lhe assegurar um nível adequado de subsistência. Vê-se assim forçada a exercer sua atividade em proveito dos empreendimentos agromercantis de iniciativa daquela mesma minoria privilegiada que detém o monopólio virtual da terra [...] (PRADO JÚNIOR, 1979, p. 32).

Como se pode inferir da passagem acima a questão agrária brasileira não se detém exclusivamente na relação entre exploração camponesa e a exploração dos empreendimentos agromercantis em grande escala. Ela é mais ampla porque envolve um contingente bem maior das populações rurais que vive do trabalho na terra. Nesse sentido, é preciso enfrentar uma questão complexa na história do desenvolvimento da agricultura sob o domínio do capital: a questão do campesinato no Brasil.

Inicialmente, gostaria de esclarecer a forma como compreendo a noção de camponês. Para mim o camponês é uma categoria de trabalhador rural que se diferencia de outras categorias de trabalhadores rurais através de um elemento central: a capacidade de reprodução de seus meios de produção, de capital e de si mesmo como trabalho, em terra própria ou arrendada, não havendo, neste caso, a contradição capital e trabalho, característico das relações entre trabalhadores rurais assalariados e capital agrário. No primeiro caso, não há contradição entre capital e trabalho porque a exploração do trabalho (que é sempre familiar) é feita em função e proveito da unidade familiar de produção, embora os recursos possam ser distribuídos desigualmente em virtude de diferenciação de idade e sexo. Por exemplo, aos

homens podem ser destinadas quantidades maiores de calorias do que às mulheres com base na repartição sexual das tarefas a serem realizadas ou ser despendido quantidade maior de recursos com os filhos recém-nascidos, operação que pode ser feita com a restrição da dieta alimentar ou do vestuário dos filhos mais velhos, mas que ainda não atingiram idade suficiente para as tarefas agrícolas. Em casos extremos as restrições podem atingir a todos os membros da família para garantir a sobrevivência de um indivíduo que comporá a futura geração de trabalhadores.

Nesse sentido, compreendo o camponês e o campesinato como uma relação social, cuja característica principal se constitui na não contradição entre capital e trabalho que garante a reprodução endógena (interna) da unidade familiar de produção. Para efeito de comparação, o trabalhador assalariado só existe enquanto portador de força de trabalho seja ele urbano ou rural, ou seja, só existe enquanto mercadoria. Daí a relação fundamental ser a contradição entre capital e trabalho, pois o trabalhador só usufrui de parte do produto social produzido por ele como pagamento pela única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Nesta situação em particular, o trabalhador só existe em ato, ou seja, no processo de trabalho. “A utilização da força de trabalho”, afirma Marx, “é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia* [em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador [...]” (MARX, 2017, vol. I, p. 255).

O processo de trabalho resulta na elaboração de um produto ou mercadoria na qual o proprietário é o comprador da mercadoria força de trabalho, enquanto o produtor da mercadoria é pago apenas por uma fração do trabalho incorporado nela. Nesse sentido, o vendedor da força de trabalho se reproduz a partir do trabalho, mas com três diferenças marcantes em relação aos trabalhadores camponeses: 1) o trabalho é transformado em mercadoria, ou seja, é necessária a alienação (transformação em mercadoria, em valor de uso) de uma parte do trabalhador para que ele possa se reproduzir enquanto trabalho; 2) parte do trabalho incorporado na mercadoria não é pago ao trabalhador e, neste caso, a exploração e apropriação do trabalho contido na mercadoria, o trabalho excedente, ocorre diretamente no processo produtivo, e; 3) a contradição entre capital e trabalho cria duas classes antagônicas: de um lado, o trabalhador assalariado (proletário), que se reproduz com a venda de sua força de trabalho e, do outro, o capitalista, proprietário dos meios de produção, que se reproduz como capital a partir da apropriação do trabalho não pago (mais-valia).

A discussão sobre o processo de trabalho e a constituição do trabalhador assalariado feita acima é fundamental para a compreensão do que é o camponês. Em primeiro

lugar, na perspectiva adotada aqui, o camponês não constitui uma classe social no capitalismo, porque lhe falta um elemento essencial: a apropriação do trabalho excedente no processo produtivo. Segundo Tavares dos Santos (1978, p. 2),

[...] O conceito rigoroso de classe social pressupõe uma apropriação do trabalho, gerado por uma classe de produtores diretos, por outra classe de não-produtores, no próprio interior do processo de trabalho. No modo de produção capitalista, constituem-se uma classe de trabalhadores expropriados de seus meios de vida e produção e uma classe de proprietários do capital que vão se apropriar da mais-valia gerada pelos trabalhadores no processo produtivo. No caso do camponês, a apropriação do trabalho excedente do produtor direto não se verifica no interior do processo de trabalho, mas é realizada pelo capital, mediante um conjunto de determinações que subordinam o processo de trabalho camponês. Contudo, ainda que o capital domine e determine este processo e dele extraia continuamente o trabalho excedente, nem por isso o desestrutura. Ou seja, tentarei reconstruir a especificidade do processo de trabalho camponês reproduzido historicamente pelo modo de produção camponês.

Sobre a caracterização do camponês partilho inteiramente o ponto de vista de José Vicente Tavares dos Santos, inclusive sua afirmação de que “parece-me possível vir a considerar o camponês [...] como componente das classes subalternas da sociedade capitalista, unidas pela vivência comum da dominação pelo capital” (TAVARES DOS SANTOS, 1978, pp. 2-3). Entender o campesinato como componente das classes subalternas coloca o camponês no conjunto mais geral da classe trabalhadora, portanto, como categoria social produtora de trabalho excedente que será apropriado pelo capital.

No campo das ciências sociais brasileiras esse foi um tema bastante explorado desde meados da década de 1960 até o final da década de 1980, como demonstram os trabalhos de Maria de Nazareth Baudel Wanderley (WANDERLEY, 1979, 1985, 2012). A autora analisa o espaço da produção familiar camponesa no interior da sociedade capitalista e elabora uma formulação teórica, que tem como eixo a compreensão do camponês como trabalhador para o capital, diferente do trabalhador assalariado, mas igualmente “agente e portador de força de trabalho” (WANDERLEY, 1985, p. 13). Nesse texto, a autora faz um exercício analítico para compreender a presença do campesinato nas sociedades capitalistas, tarefa que considera complexa “[T]anto ao nível teórico, como ao nível político, [pelo] muito [que] já se falou e se praticou sobre ela e em função dela, discursos e práticas que frequentemente se entrecrocaram, pela diversidade de percepções e direções que assumem”.

Para ela as interrogações que orientaram os debates até aquele momento não foram adequadas para se pensar o problema, pois se baseiam em pares de oposição e não em

visão dialética. Assim, o fio condutor das reflexões desenvolvidas no texto é orientado por termos que se articulam dialeticamente como “pequeno produtor e trabalhador rural; autonomia versus subordinação; eliminação de uma forma particular da produção camponesa e reprodução de um trabalhador não proletário para o capital” (WANDERLEY, 1985, p. 14).

Nesse sentido, as abordagens baseadas nos estudos agrários críticos e nos estudos críticos do desenvolvimento e no enfoque da economia política agrária poderão contribuir para uma compreensão mais profunda das estruturas agrárias brasileiras, assim como das diversas categorias de trabalhadores agrícolas e produtores rurais e as relações entre Estado e agricultura.

3 RASTREANDO A AGRICULTURA COMO OBJETO DE POLÍTICA PÚBLICA

A divisão das atividades econômicas em três setores distintos é um produto recente na história da economia mundial, datada de meados do século XIX, quando o capitalismo industrial se tornou a forma dominante de reprodução do capital em nível internacional. Assim, a agricultura se torna um setor distinto da atividade econômica compondo a base de uma nova divisão internacional do trabalho que coloca, de um lado, os países produtores de produtos manufaturados ou industrializados e, de outro, os produtores de matérias-primas e alimentos agrícolas. Esses produtores de mercadorias diferenciadas se encontram no mercado, no qual os preços são regulados pelos produtores de manufaturas, que se tornam os maiores consumidores de matérias-primas para alimentar suas indústrias e de alimentos agrícolas para alimentar suas classes trabalhadoras, diminuindo o custo da mão de obra empregada nessas indústrias e em outros setores econômicos, como o comércio. Esse quadro caracteriza bem o período que vai de meados do século XIX até o final da década de 1920, quando estourou a grande crise do capitalismo mundial em 1929.

No entanto, a instituição do livre-mercado já tinha iniciado seu processo de colapso durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) que selou a falência de algumas instituições criadas no século XIX, quando a economia de mercado atingiu a sua plenitude. Karl Polanyi (POLANYI, 2000), ao analisar as origens política e econômica da ruína da *civilização do século XIX*, identificou seus quatro pilares fundamentais: a) o sistema de equilíbrio de poder; b) o padrão internacional do ouro, que simboliza uma organização única na economia mundial; c) o mercado autorregulado; e, d) o Estado Liberal (SILVA; CARVALHO, 2019).

Após a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) os quatro pilares da civilização construídos durante o século XIX não mais existiam e uma nova ordem mundial começou a ser construída, sem o Estado liberal, que fora sacrificado junto com a economia de mercado. Nessa nova ordem mundial, como indicam Silva e Carvalho (2019, p. 67),

[...] o equilíbrio de poder passou a ser exercido por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU) e suas comissões e agências especializadas. O Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Internacional de Reconstrução de Desenvolvimento (BIRD/Banco Mundial), ambos criados em 1944 na qualidade de agências especializadas do Sistema das Nações Unidas, incorporaram a *haute finance* – instituição hegemônica no plano internacional entre último terço do século XIX e o primeiro terço do século XX, conforme observou o húngaro Karl Polanyi. Nesse sentido, o Banco Mundial e o FMI funcionam como o elo principal entre a organização política e a economia mundial, definindo as políticas de desenvolvimento

econômico a serem executadas em cada país ou região, já que assumiram o controle da organização e técnicas das finanças internacionais.

Nesse novo cenário uma herança do século XIX sobreviveu e se conectou mais profundamente à nova ordem da economia mundial que estava sendo retomada no segundo pós-guerra: as ideias de progresso e de desenvolvimento. Assim, as condições para o desenvolvimento ou subdesenvolvimento passavam pela planificação da economia e a utilização racional (planejada) dos recursos naturais, humanos e financeiros tornando-se o tema central das políticas de desenvolvimento. Estas passaram a ser coordenadas a nível internacional pela Organização das Nações Unidas (ONU), através de seu Conselho Econômico e Social e de suas agências especializadas e das demais instituições integrantes do Sistema das Nações Unidas.

Uma das ações concretas para a coordenação das políticas de desenvolvimento consistiu na criação de cinco comissões regionais para coordenação dos trabalhos da ONU em todo o mundo: a Comissão Econômica para a África (CEA), a Comissão Econômica para a Europa (ECE), a Comissão Econômica e Social para a Ásia e o Pacífico (ESCAP), a Comissão Econômica e Social para a Ásia Ocidental (ESCWA) e a Comissão Econômica e Social para a América Latina e Caribe (CEPAL). Criada em 1948, a CEPAL teve como função o estudo e a promoção de políticas para o desenvolvimento da região e sua presença no Brasil teve início em 1952 com a criação do Grupo Misto de Estudos CEPAL/BNDE, presidido por Celso Furtado a partir de 1953, responsável pela elaboração do estudo *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*, no qual realiza o diagnóstico da economia brasileira e um programa de desenvolvimento para o período de 1955-1962 (GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE, 1957). Celso Furtado considera que o trabalho do Grupo Misto CEPAL-BNDE foi fundamental para “aplicar uma metodologia que era recente e que se aplicou pela primeira vez no Brasil” (FURTADO, 2009, p. 108), que acabou resultando na elaboração do Plano de Metas do governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), tendo como meta principal para o desenvolvimento a industrialização do país.

A partir desse momento, segunda metade da década de 1950, teve início a elaboração de uma nova compreensão do papel da agricultura no quadro mais geral do desenvolvimento da economia nacional. E também teve início a formulação de políticas públicas que tomavam a agricultura voltada para a produção de alimentos como objeto de intervenção do poder público. No entanto, isso não significa que a agricultura não tenha recebido a atenção do Estado em períodos anteriores. Na verdade, ela sempre esteve no foco das políticas governamentais desde o período colonial, no entanto, priorizavam as atividades

agrícolas voltadas para a produção de matérias-primas e alimentos para a exportação como o café e o açúcar, por exemplo.

A partir da década de 1950 a produção de alimentos para abastecimento interno também se torna objeto de política, sendo que as motivações para isso estavam relacionadas ao entendimento do papel da agricultura como suporte ao desenvolvimento industrial. O rastreamento das mudanças nas políticas governamentais, assim como a evolução em nível de formulação e execução de políticas agrárias e agrícolas, pode ser realizado a partir de uma extensa documentação produzida pelas instituições estatais, que pode ser classificada em duas categorias: a primeira, constituída de documentos de formulação geral das políticas agrárias e agrícolas e, outra, constituída de documentos que revelam a formulação efetiva dessas políticas.

Em virtude da amplitude da documentação que trata dessas questões restringir-me-ei à indicação de como o tema da produção de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno foi abordado nesse conjunto de fontes documentais, destacando apenas algumas delas.

3.1 A produção agrícola para o abastecimento do mercado interno nas formulações gerais das políticas agrárias e agrícolas

A partir do primeiro conjunto de fontes documentais produzidas pelas instituições estatais pode-se rastrear a gestação da agricultura, em especial, da produção de alimentos agrícolas como objeto de intervenção política através do planejamento econômico e, nesse sentido, compreender sua inserção nos projetos de desenvolvimento econômico nacionais. Identificar o lugar ocupado pela produção de alimentos no conjunto da economia nacional é um passo significativo também para a compreensão do lugar ocupado pelos produtores diretos de alimentos agrícolas e culturas industriais nas políticas agrárias e agrícolas formuladas, em nível mais geral, nos planos de desenvolvimento econômico do governo federal e como vão sendo construídos os marcos institucionais para a formulação efetiva dessas políticas através de órgãos como a SUDENE e de organizações mais antigas como o DNOCS.

No entanto, é preciso destacar que as preocupações mais recentes com a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno remontam pelo menos ao final da década de 1930. Em uma mensagem dirigida a Getúlio Vargas pelo ministro da Agricultura, em 1939, pode-se identificar a preocupação do Estado com o desenvolvimento agrícola do país. No documento intitulado *As atividades agrícolas do Brasil em 1939* o então ministro da

Agricultura Fernando Santos afirma que “Dentro do vasto programa administrativo, traçado por V. Excia., com o fim de incrementar as nossas riquezas, o Ministério da Agricultura se vem preparando lentamente, mas com segurança, para a execução de seus objetivos”, destacando que “[P]ela reforma, por que acabam de passar todos os seus setores, Departamentos e Serviços, já existentes, foram especializados (sic) e criados novos outros para acudir às necessidades de ramos ainda em estado incipiente de exploração”, sendo que para atingir este fim “[M]uitas leis foram decretadas, com o elevado intuito de incentivar as diversas fontes de riqueza agro-pecuária (sic) do país” (BRASIL, 1939, p. 1). Na apresentação do documento o ministro elenca uma série de iniciativas nos campos da produção vegetal, animal, mineral e de águas para organizar a produção agropecuária do país. Em sua compreensão, tendo como referência o impacto da Segunda Guerra Mundial na produção de alimentos e na reorganização da economia mundial,

Os produtos animais terão cada dia maior procura, *maximé* quando as reservas mundiais se acharem esgotadas. E os seus preços, no novo mundo nascido da presente conflagração mundial, devem ser de mais e mais, compensadores. Se já agora as tendências modernas da economia social, pelo amparo ao proletário, à criança, à maternidade, através de melhoria dos salários, da alimentação e da higiene, em suma, da elevação de nível de vida, estão a indicar o aumento da capacidade aquisitiva dos povos, o que não devemos esperar das sociedades futuras, nascidas das duras provas do presente e em que a valorização do homem será a primeira consequência? (BRASIL, 1939, p. 1, grifo do autor).

É evidente que a Segunda Guerra Mundial contribuiu para o aumento das exportações brasileiras, mas como aponta o relatório “É bem verdade que o atual conflito europeu abriu largos horizontes para a nossa exportação, mas isso só não bastaria para justificar o surto de progresso que ora experimentamos”. O documento destaca que “Riquezas que viviam no mais completo abandono são hoje objeto de aproveitamento sistematizado, contribuindo, com partículas bem ponderáveis, para o aumento de nossa produção”, sendo o caso “por exemplo, [d]os produtos de plantas oleaginosas, de cerealíferas, de têxteis, principalmente os destinados à cordoalha e sacaria, de ceríferas, etc, figurar entre os antigos produtos de exportação”. Neste sentido, “Para a obtenção do ritmo acelerado com que se vem processando o desenvolvimento de nossa produção agrícola, muito tem contribuído a constante ação orientada do Fomento da Produção Vegetal”. Pelo relatório se tem uma visão geral das formas de fomento à produção vegetal: cooperação com as prefeituras e serviços estaduais, assim como diretamente com o “lavrador”, através dos campos de multiplicação de

sementes e mudas. Uma das modalidades são os “Serviços de Acordo”, estabelecidos com os governos estaduais (BRASIL, 1939, p. 2).

O relatório dá destaque para algumas explorações agrícolas importantes como a oiticica, a carnaubeira, a mandioca, o algodão e o caju, além da fruticultura e horticultura. A exploração da oiticica, da carnaubeira e da mandioca é de interesse particular para esta pesquisa. “A oiticica, riqueza nativa do Nordeste, é o mais recente produto de exportação lançado pelo Brasil nos mercados do mundo”, aponta o documento (BRASIL, 1939, p. 21).

Estabeleceu-se imediatamente no Nordeste a mais nova de suas indústrias, de tal modo que em dois ou três anos montavam-se quatorze fábricas de óleo de oiticica no Ceará, três na Paraíba, duas no Rio Grande do Norte e uma no Piauí, capazes de consumir cerca de 80.000 toneladas de sementes por ano, com um capital total de 33.000 contos (BRASIL, 1939, p. 22).

O resultado imediato do desenvolvimento dessa atividade produtiva foi “uma rápida e sensível valorização das fazendas e terras povoadas com árvores da oiticica até então desprezada e mesmo combatida pela inconveniência de sua sombra para as lavouras e pastagens”, sendo que “O aproveitamento dessa riqueza nativa modificou a fisionomia económica (sic) e comercial de muitos trechos e cidades do interior nordestino” (BRASIL, 1939, p. 22). No entanto, como aponta o documento,

A parte industrial está perfeitamente resolvida dentro do país e nos mercados consumidores estrangeiros. Não é possível dizer o mesmo da parte agrícola. A oiticica é mais uma exploração que carece sair da fase extrativa para a cultura sistemática, dentro das possibilidades que o Nordeste oferece em matéria de solo e de clima favoráveis.

Esse e outros detalhes de um campo inteiramente novo estão exigindo a estação experimental que já foi autorizada a este Ministério fundar e no coração da zona produtora, não só para a oiticica como também para a carnaubeira, — plantas de tão alto valor económico e que nunca foram experimentalmente estudadas (BRASIL, 1939, pp. 23-4).

Quanto à exploração da carnaubeira, o relatório aponta o seguinte:

Nenhum campo mais indicado, portanto, para o poder público entrar com sua ação eficaz, como cooperador do engrandecimento dessa riqueza que é um privilégio nacional, estabelecendo um sistema de financiamento que permita ao proprietário a fundação e manutenção de carnaubais, sistemática e tecnicamente plantados, como também uma compensação em forma de prêmios materiais, aos que já o tenham feito (BRASIL, 1939, pp. 24-5).

O relatório demonstra a preocupação do Estado com o processo de plantio e de extração do pó da carnaubeira, apontando também para as ações que deveriam ser tomadas

para facilitar a sua exploração econômica, especialmente no que diz respeito à questão do financiamento desta atividade. As cifras sobre o extrativismo da carnaubeira são impressionantes, tendo em vista que em 1939 a produção de cera de carnaúba foi de 10 mil toneladas, no valor de 120 mil contos de réis. O documento apontava a perspectiva de aumento da produção para 20 mil toneladas nos anos seguintes com valor de 240 mil contos de réis. O texto afirma ainda que

Evidentemente é uma operação de grandes vantagens para a economia particular e para a riqueza pública, ainda mais tendo-se em vista a volta integral dos recursos mobilizados e o considerável aumento de renda decorrente dos impostos sobre aquele aumento de produção (BRASIL, 1939, p. 25).

Para atender às demandas da produção agrícola o Ministério da Agricultura passou por algumas reformulações, sendo criado o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas (C.N.E.P.A.), composto pelo “o Instituto de Experimentação Agrícola (I.Exp.A.), o Instituto de Ecologia Agrícola (I.E.A.), o Instituto de Química Agrícola (I.Q.A.), a Escola Nacional de Agronomia (E.N.A.) e o Laboratório Central de Enologia” (L.C.E.) (BRASIL, 1939, p. 95).

O Ministério não poupa esforços para a expansão das culturas que representam as bases de nossa riqueza, mas essa expansão para se realizar racional e eficientemente tem que se subordinar a normas que assegurem uma produção econômica. E essas normas só poderão ser estabelecidas através de trabalhos experimentais e de pesquisas executadas nas diversas regiões do país. — Os resultados de trabalhos dessa natureza permitirão o fomento da produção nacional dentro de diretrizes certas (BRASIL, 1939, p. 93).

O Instituto de Experimentação Agrícola, criado pelo Decreto-Lei n.º 982, de 23 de dezembro de 1938, tinha como objetivo investigar experimentalmente os problemas técnicos da agricultura brasileira, tendo como encargo superintender os trabalhos das Estações Experimentais do Ministério da Agricultura. Estas estações, antes da reforma do Ministério da Agricultura, estavam subordinadas aos antigos Serviços de Plantas Têxteis, de Fruticultura, do Café e do Fomento da Produção Vegetal.

Além do Instituto de Experimentação Agrícola, com sede no Rio de Janeiro, o governo federal tinha planejado a construção de mais cinco institutos agronômicos, um para cada região do país. O Instituto Agronômico do Norte, sediado em Belém do Pará, já estava em operação em 1939 (BRASIL, 1939, p. 97).

Estas ações no campo do ensino e pesquisa agrônômicos se somaram às ações na área da experimentação agrícola. Segundo o relatório,

E antes de entrar em pormenores, que dizem respeito ao Instituto Agrônômico do Norte, é necessário que se ponha em destaque que a organização desses cinco Institutos Agrônômicos, ligados administrativa e tecnicamente ao Instituto de Experimentação Agrícola, em Santa Cruz, no Rio de Janeiro, é um dos empreendimentos dos mais notáveis, que o Governo Nacional pretende realizar no Brasil. É sabido que, quando a Inglaterra sentiu necessidade de provocar o aumento de produção agrícola, em suas colônias, não se abalçou a isso, impensadamente. Assim, após demorado estudo desse relevante assunto e depois de ter ouvido a opinião dos seus técnicos mais eminentes, resolveu e pôs (sic) em execução imediata a fundação de uma rede de estações experimentais, que, pela sua aparelhagem e pelo seu pessoal dirigente, são absolutamente idênticas aos Institutos Agrônômicos em apreço. Concedeu-lhes meios pecuniários para que funcionassem modelarmente e a importância das quantias em libras esterlinas a elas destinadas ultrapassam a dotação orçamentária integral do nosso Ministério da Agricultura (BRASIL, 1939, p. 122).

Noutra perspectiva sobre o problema o economista brasileiro Octavio Gouvêa de Bulhões, representante brasileiro na Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, a Missão Abbink¹, chefiada pelo norte-americano John Abbink, elaborou um texto-relatório muito significativo para pensarmos as relações entre a agricultura e o desenvolvimento industrial no Brasil. Em *À margem de um relatório*, Bulhões (1950) tece seus comentários e reflexões a respeito das conclusões a que chegaram os trabalhos da referida comissão. O relatório preparado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos (Comissão Abbink), “é um documento que procura correlacionar os diferentes problemas que se prendem aos investimentos necessários ao progresso de nossa economia” apresentando “o interessante aspecto de fazer sugestões não só ao Govêrno do Brasil, como, também, ao Governo dos Estados Unidos”. O relatório se baseava em “duas premissas que serviram de base a tôda a argumentação do documento [...]”. A primeira delas referia-se ao papel da iniciativa privada no processo de desenvolvimento que deveria ser responsável direta pela realização dos empreendimentos econômicos, cabendo ao governo a coordenação dos investimentos (BULHÕES, 1950, p. 5).

¹ “Nome com que se tornou conhecida a Comissão Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, formada em 1948 por um grupo de técnicos norte-americanos enviados ao Brasil sob a direção de John Abbink e por um grupo de técnicos brasileiros chefiados por Otávio Gouveia de Bulhões. Tendo por objetivo analisar os fatores que tendiam a promover ou a retardar o desenvolvimento econômico brasileiro, essa comissão mista retomava o princípio da cooperação econômica estabelecido pela Missão Cooke em 1942. O resultado de seus trabalhos, publicado em fevereiro de 1949, ficou conhecido como Relatório Abbink” (CALICCHIO, 2023b, n. p.).

A segunda premissa era a de que, em virtude da existência de obstáculos à expansão econômica, haveria a necessidade de uma política governamental com o objetivo de desencorajar a formação de receitas pecuniárias e de incentivar o aumento da renda em função do aperfeiçoamento da produção. Nas palavras de Bulhões (1950, p. 8), “a base principal dessa orientação econômica reside num amplo e intenso sistema de política monetária que, obviamente, envolve a política de investimentos”. Resumidamente, as premissas que orientaram o relatório da Missão Abbink são: atividade econômica baseada na iniciativa privada e na intervenção do Estado destinada a coordenar os investimentos.

A Comissão deu orientações que seriam capazes de destacar as atividades desenvolvidas pelo Estado das ações da iniciativa privada. Na perspectiva de Bulhões (1950, p. 10), “[...] a Comissão [conseguiu] esboçar um roteiro de conduta de política econômica pela compreensão da amplitude dos fenômenos monetários, por meio dos quais o Estado pode coordenar o desenvolvimento da produção, em plena harmonia com a iniciativa particular”.

Das medidas sugeridas a que se referia à produção agrícola consistia na

“intensificação e aperfeiçoamento da produção agropecuária, com o objetivo especial de impedir qualquer escassez, em futuro próximo, e, dêse modo, facilitar, consideravelmente, a estabilidade do custo de vida, que muito contribui para a redução do custo da produção manufatureira e elevação do salário real” (BULHÕES, 1950, p. 11).

No entanto, o relatório aponta para o problema da balança de pagamentos e o aumento dos preços no final da década de 1940, tendo como causas principais a concentração das exportações em poucos produtos, o crescimento das cidades associado à industrialização e o relativo atraso da produção agropecuária, apontado como “a razão básica do inferior padrão de vida”. A este respeito, Bulhões (1950, pp. 77-8) afirma que:

O atraso em que se encontra a produção agropecuária, fora dos ramos principais da agricultura destinados à exportação, torna-se um fator preponderante para a elevação dos preços [...]. Grande parte da produção de gêneros alimentícios, tanto para o consumo dos próprios produtores como para os mercados internos, é oriunda de pequenos lavradores, meeiros, arrendatários e colonos. A expansão da produção agrícola é prejudicada pela falta de capital, pela falta de conhecimentos ou de meios financeiros para o emprego de técnicas agrícolas modernas e por analfabetismo. Os métodos atrasados de produção, de par com a deficiência de meios de armazenamento e transporte, atraindo a interferência de vários intermediários, torna o custo de gêneros alimentícios elevado em relação ao rendimento da maioria dos habitantes das cidades pequenas ou grandes. Como uma apreciável percentagem desses rendimentos é sempre dispendida na alimentação, qualquer acréscimo desses preços nas cidades do Brasil, causado pela procura e oferta no mercado interno ou pela procura externa dos gêneros alimentícios brasileiros, resulta na criação de pressões sociais para a

obtenção de salários majorados. Por sua vez, qualquer aumento nos empregos e salários urbanos acarreta uma ação majorativa imediata nos preços dos gêneros alimentícios.

Na passagem acima se pode observar a íntima relação entre o desenvolvimento industrial, a urbanização e o desenvolvimento da agricultura, além de demonstrar que a produção de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno era realizada por pequenos produtores. Conforme observa Bulhões (BULHÕES, 1950, p. 81),

O desenvolvimento industrial e o agrícola devem caminhar par a par, e deve ser mantido equilíbrio entre ambos. Um rápido aumento do equipamento e do emprego poderia elevar rapidamente a renda total da Nação. Porém, deverá haver também um aumento da produção agrícola “per capita”. Visto que a população agrícola continuará sem dúvida a crescer, isto significa que será necessário um aumento ainda maior da produção agrícola total. Sòmente desta maneira pode a produção agrícola proporcionar aos habitantes das fazendas uma alimentação melhor, e ao mesmo tempo, abastecer as cidades em desenvolvimento e dar margem a um excedente de exportações agrícolas sòbre as importações de gêneros alimentícios [...].

Na sequência o autor faz uma importante observação sobre a relação problemática entre agricultura e desenvolvimento industrial. Em sua compreensão,

[...] é inútil discutir se mais vale estimular a industrialização ou encorajar o desenvolvimento agrícola. É óbvio que o Brasil exige maior desenvolvimento de suas indústrias e também substancial aperfeiçoamento de sua agricultura. Os interesses da indústria e da agricultura não precisam estar em contraposição, devendo, ao contrário, ser perfeitamente coordenados. Melhorando a agricultura e tornando-a mais produtiva, facilitar-se-á a industrialização, uma vez que será possível produzir mais economicamente e obter maior quantidade de matérias primas para serem beneficiadas nas indústrias nacionais. Sobrariam, também, mais braços para a indústria, sem que isso implicasse em perigo de diminuir o suprimento de gêneros alimentícios à produção industrial e urbana, ou provocasse aumento do seu custo. Haveria, demais, um mercado mais amplo para os produtos industriais (BULHÕES, 1950, p. 162).

Bulhões (1950, p. 169), aponta ainda os principais deficiências que impediam o “progresso agrícola” do país, entre eles:

- 1) um sistema de transporte pouco desenvolvido; 2) um sistema de mercados inadequados, com escassês (sic) de instalações para armazenamento e conservação; 3) falta de crédito agrícola suficiente e apropriado; 4) preços relativamente baixos obtidos pelos agricultores; 5) falta de suprimentos adequados de fertilizantes comerciais a preços, ao alcance dos agricultores; 6) predomínio de doenças nas populações rurais; e 7) alto grau de analfabetismo.

Como podemos observar por essa passagem os problemas apontados dizem respeito, principalmente, às condições técnicas da produção, deixando de lado as condições sociais presentes na produção social da existência das populações agrícolas como o acesso à terra e a concentração da propriedade fundiária. Assim, a assistência técnica constitui uma das ações sugeridas para o enfrentamento dos problemas da produção agrícola do país, como podemos observar nesta outra passagem,

É óbvio que o agricultor deve ser ajudado na solução de seus vários problemas, tais como: 1) mecanização, 2) conservação do solo e da água, 3) uso de fertilizantes, 4) irrigação, 5) melhoramento das espécies vegetais e animais, 6) defesa contra os insetos e doenças, 7) silvicultura, 8) organização da propriedade rural, e 9) industrialização rural (BULHÕES, 1950, p. 173).

Seis anos antes da publicação das conclusões de outro importante diagnóstico da economia brasileira, o realizado pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, o presidente Eurico Dutra enviou uma mensagem ao Congresso Nacional com o plano de governo denominado Plano Salte. O referido plano econômico foi apresentado ao Congresso Nacional em 10 de maio de 1948 através da Mensagem Presidencial nº 196. Foi aprovado, após dois anos de tramitação, pela Lei nº 1.102, de 18 de maio de 1950. Em uma das passagens da mensagem o presidente apresenta o plano nos seguintes termos:

Enfrento essa oportunidade com a convicção [...] de que os problemas fundamentais que desafiam a capacidade dos brasileiros de conquistarem os benefícios da civilização atual, podem ser resumidos em quatro grandes grupos, a saber: Saúde (S), Alimentos (AL), Transporte (T) e Energia (E), cujas iniciais, SALTE, foram utilizadas para formar a denominação abreviada deste Plano de Govêrno, que espero ver aprovado e executado, exatamente conforme se acha cuidadosamente elaborado [...].

É imprescindível que os Poderes Públicos exerçam, efetivamente, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem, começando, simultaneamente, por auxiliá-lo a curar as moléstias que o afligem ou ameaçam; por facilitar-lhe os recursos e os instrumentos de trabalho, que o habilitem a produzir maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios, para o seu consumo e o seu comércio; por conceder-lhe os meios de transporte que reclama, desde os tempos coloniais, para o integral povoamento e compensatória exploração do solo, e, finalmente, por colocar ao seu alcance a energia e os combustíveis de que necessita, para o maior rendimento do seu trabalho, sem o que não lhe será, jamais, possível desfrutar os benefícios da civilização que o progresso tecnológico incorporou ao patrimônio da humanidade (BRASIL, 1950, pp.5-6).

Referindo-se especificamente à produção de alimentos a mensagem enfatiza o seguinte:

Os diversos problemas que integram o Setor denominado “Alimentos” do Plano Salte somente poderão ser resolvidos em conjunto e em coordenação com os compreendidos nos demais Setores do mesmo Plano. Seria impraticável qualquer solução unilateral porque o aspecto agrônômico deve ser encarado em relação às atividades de ordem econômica, financeira, política, social e administrativa. As fórmulas parciais são inoperantes e comprometedoras do esforço governamental. Produzir não é apenas preparar as safras. É necessário, também, dispor de uma rede de transportes capaz de colocá-la no mercado consumidor a preços aceitáveis; assistir social e profissionalmente os trabalhadores; proporcionar crédito aos produtores com juros e prazos tecnicamente fixados; estabelecer uma política de preços que impossibilite a exploração do intermediário sobre o produtor; manter uma organização de silos e armazéns para lutar contra a deterioração; evitar, tanto quanto possível, a flutuação de preços, as manobras dos mercados externos e, ainda, orientar uma política inteligente junto aos organismos internacionais, distribuidores de cotas de importação e exportação, porque, sem máquinas e matérias-primas essenciais, nada se pode realizar na agricultura e nas indústrias. Problemas nacionais requerem soluções de amplitude nacional. Desconhecer esta verdade é acariciar uma ilusão que só benefícios trará ao País (BRASIL, 1950, p. 11).

Mais adiante afirma que

As possibilidades proporcionadas à nossa exportação serão grandes. O Plano Salte, embora procure, predominantemente, atender aos nossos problemas internos, visa, igualmente, ao ajustamento de nossa produção às solicitações externas, a fim de melhorar a nossa balança de pagamentos (BRASIL, 1950, p. 13).

A precariedade da produção de alimentos para o mercado interno e as péssimas condições de alimentação das populações rurais podem ser observadas na referência feita à cultura do feijão “que constitui, com a mandioca, a base da alimentação das nossas populações rurais de norte a sul do País e, talvez, graças a essa feliz combinação é que o nosso homem de campo ainda tem a sua alimentação mais ou menos equilibrada” (BRASIL, 1950, p. 13).

O Plano Salte dar continuidade a outras experiências brasileiras de planejamento que foram instituídas durante a Segunda Guerra Mundial: o Plano Especial de Obras Públicas e Aparelhamento da Defesa Nacional, instituído pelo Decreto-Lei nº 1.058, de 19 de janeiro de 1937, e o Plano de Obras e Equipamentos, instituído pelo Decreto-Lei nº 6.144, de 29 de dezembro de 1943. Os problemas diagnosticados no Plano Salte, embora elencados por setores específicos, exigiam uma solução conjunta para os mesmos. Por exemplo, o problema da saúde estava diretamente relacionado com o problema da produção de alimentos, pois a fome crônica e o elevado índice de mortalidade infantil e de probabilidade de morte dos adultos de mais de 30 anos de idade eram problemas diagnosticados no campo da saúde, mas

que estavam diretamente relacionados com os problemas alimentares do país. Desta forma, a mensagem presidencial destaca que:

Das colunas da imprensa às tribunas parlamentares; dos comícios de rua às conversações em família; das sugestões dos órgãos técnicos do Governo às representações das entidades de classe; por tôda parte e por todos os meios que a liberdade de opinião e de crítica assegura ao cidadão, em nosso País, no ambiente de irrestritas franquias democráticas em que vivemos, um denominador comum, ou um truísmo que todos repetem, parece apontar o caminho para onde convergirão tôdas as soluções parciais dos problemas relacionados com as legítimas aspirações da Nação, de progredir e fortificar-se: o aumento da produção (BRASIL, 1950, p. 4).

A resolução conjunta dos problemas apontados no plano é indicada na seguinte passagem:

E' imprescindível que os Poderes Públicos exerçam, efetivamente, uma vigorosa e perseverante política de valorização do homem, começando, simultâneamente, por auxiliá-lo a curar as moléstias que o afligem ou o ameaçam; por facilitar-lhe os recursos e os instrumentos de trabalho, que o habilitem a produzir maior quantidade e melhor qualidade de gêneros alimentícios, para o seu consumo e o seu comércio; por conceder-lhe os meios de transporte que reclama, desde os tempos coloniais, para o integral povoamento e compensatória exploração do solo, e, finalmente, por colocar ao seu alcance a energia e os combustíveis de que necessita, para o maior rendimento do seu trabalho, sem o que não lhe será, jamais, possível desfrutar os benefícios da civilização que o progresso tecnológico incorporou ao patrimônio da humanidade (BRASIL, 1950, pp. 4-5).

Mais uma vez destaco a íntima relação entre os problemas e as soluções apontadas neste documento. No tocante à relação entre os problemas de saúde e alimentação observa-se que “Não poderá haver produção eficiente, do ponto de vista qualitativo ou quantitativo, e, portanto, enriquecimento geral, bem-estar coletivo, progresso social, com o elemento humano arruinado fisicamente, debilitado em sua vontade e em suas fôrças, pelas doenças”. Assim, “Qualquer ação, conseqüentemente, que vise àquele supremo objetivo do engrandecimento do País, terá, preliminarmente, que considerar o problema da assistência médica” (BRASIL, 1950, p. 6).

Em síntese, o Plano Salte apresenta os seguintes objetivos:

Embora seja também “qüinqüenal”, seus objetivos são bem mais modestos e resultam da observação de fatos inequívocos, em particular da urgente necessidade de resguardar a saúde periclitante de centenas de milhares, senão mesmo de milhões de brasileiras; de aumentar a produção de gêneros alimentícios exigidos pelo abastecimento da Nação, assim de consumo interno como de exportação, para compra no estrangeiro de máquinas e mercadorias de forçada importação; e, com êsse objetivo, da modernização e

do reaparelhamento dos sistemas nacionais de transporte ferroviário, marítimo e fluvial, bem como do indispensável aumento das fontes de energia.

As medidas propostas no Plano Salte tinham caráter social e não eram comercialmente atraente para os organismos internacionais de financiamento, fazendo com que o plano encontrasse grandes dificuldades em sua execução. Além disso, o plano sofreu grandes alterações no segundo governo Vargas, sendo alterado pela Lei nº 1504, de 15 de dezembro de 1951. Há duas razões principais para o fracasso do Plano Salte: 1) a evidente incapacidade de cumprir seus objetivos, e; 2) os estudos em curso realizados por economistas brasileiros e por missões norte-americanas de assistência técnica identificaram, por um lado, a necessidade urgente de se resolverem pontos críticos da economia brasileira e, por outro, de se colocar em prática um programa de industrialização do país. Assim, os esforços do segundo governo Vargas (1951-1954) se concentraram no setor de transportes e na produção de energia elétrica. Dessa forma, a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno foi negligenciada em virtude da prioridade dada ao programa de industrialização (CALICCHIO, 2023a). Podemos observar este fato nos relatórios do Plano Nacional de Reaparelhamento Econômico, plano econômico aprovado pela Lei nº 1.474, de 26 de novembro de 1951, que criou também o Fundo de Reaparelhamento Econômico. Este plano nacional ficou conhecido com o nome de Plano Lafer por ter sido preparado durante a gestão de Horácio Lafer no Ministério da Fazenda, tendo como principal executor o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), que era o “agente do governo nas operações de natureza financeira do plano de reaparelhamento e fomento da economia brasileira” (EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, 1953, p. 1). Um dos problemas imediatos para a execução do programa foi a questão do financiamento externo e interno. De acordo com o primeiro relatório anual do BNDE, referente ao exercício de 1952,

O exame da situação demonstrou, de imediato, que o êxito de qualquer iniciativa no campo do desenvolvimento dependeria da obtenção de moeda estrangeira para a aquisição, no exterior, do equipamento que a indústria nacional não estava ainda em condições de produzir. Paralelamente, a situação do país em fevereiro de 1951 despertava pessimismo quanto à possibilidade de obter-se, internamente, a parcela de recursos, em cruzeiros, que deveria ser despendida dentro das fronteiras nacionais (EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO, 1953, p. 2).

Nesse sentido, a execução do Plano Nacional de Reparcelamento Econômico dependeria do estabelecimento de parcerias com o governo norte-americano e instituições financeiras norte-americanas. A criação da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos ainda no final de 1950 teve como objetivo o estudo dos problemas básicos da economia brasileira e a elaboração de propostas para a solução dos mesmos.

As preocupações com a assistência técnica e com o equacionamento entre investimentos públicos e privados constitui uma das principais tendências das ações externas dos Estados Unidos no segundo pós-guerra. As relações entre os dois países se intensificaram a partir da Segunda Guerra Mundial, através de diversos acordos bilaterais e multilaterais. No campo bilateral “duas missões de técnicos norte-americanos efetuaram estudos gerais sobre problemas econômicos brasileiros que foram aproveitadas pela Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o desenvolvimento Econômico” (COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, 1954, t. 1, p. 19)².

A primeira, denominada de Missão Técnica Americana (Missão Cooke), visitou o Brasil em 1943 e “formulou recomendações sobre medidas destinadas a estimular a produção de determinados artigos, essenciais e escassos, a desenvolver indústrias locais cujos produtos substituíssem importações durante a guerra” e resolver problemas relativos à conservação do sistema de transportes, assim como estabelecer uma base sólida para o desenvolvimento industrial (CMBEU, 1954, t. 1, p. 19). A segunda foi a Missão Abbink, realizada em 1948, já tratada brevemente nesse texto, que “se empenhou na análise geral dos problemas brasileiros sob os aspectos econômico e financeiro”. Diferente das duas comissões anteriores, “[A] Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico se destinou, por sua vez, a criar um instrumento de trabalho capaz de alcançar resultados práticos no campo da cooperação econômica entre os dois países [...]” (CMBEU, 1954, t. 1, p. 20).

A participação norte-americana nesta comissão foi respaldada em dispositivos da Lei sobre o Desenvolvimento Internacional, conhecida como Programa do Ponto IV, parte da lei n. 535 do 81º Congresso dos Estados Unidos da América. Segundo o documento em análise, embora fosse reconhecida a necessidade de inversão de capital estrangeiro “para auxiliar a correção de deficiências em setores básicos da economia e para promover condições favoráveis a um crescimento mais rápido” não havia “projetos concretos e tènicamente (sic) bem trabalhados, suscetíveis de imediata apreciação por instituições financeiras” como o

² Nas referências seguintes aos trabalhos da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico utilizarei a sigla CMBEU para indicar a fonte.

Banco de Exportação e Importação de Washington e o Banco Mundial. Nesse sentido, as expectativas dos dois governos eram que,

mediante a utilização de assistência técnica, dentro do contexto e objetivos do Ponto IV, grande progresso poderia ser alcançado na elaboração de projetos capazes de induzir um fluxo de empréstimos para desenvolvimento por parte de instituições financiadoras internacionais ou norte-americanas, do que, a seu turno, resultaria um estímulo maior à inversão de capitais privados. Ambos os governos reconheciam a necessidade de investimentos privados, mas se lhes afigurava igualmente claro que empréstimos de fundos públicos eram também indispensáveis para a prévia eliminação de pontos de estrangulamento em alguns setores básicos, como transporte e energia, sem o que as oportunidades para inversões privadas sofreriam grave constrição. Tratava-se de um claro exemplo em que capitais públicos e privados tinham função complementar e não antagônica (CMBEU, 1954, t. 1, p. 20).

O relatório destaca que as comissões Cooke e Abbink contribuíram para esclarecer a natureza essencial dos problemas econômicos do Brasil, mas não ultrapassaram “o estágio de investigação e análise”. Nessa nova ação dos dois governos a assistência técnica “visando tornar possível a elaboração de projetos específicos de investimento, que resultassem, em última análise, num fluxo crescente de financiamento estrangeiro para o Brasil, seja de fontes públicas, seja de investidores privados” (CMBEU, 1954, t. 1, p. 21).

O objetivo final da comissão consistia na “Criação de condições para incremento do fluxo de investimentos públicos e privados, nacionais e estrangeiros, requeridos para acelerar o desenvolvimento econômico, assim como a eliminação de obstáculos que se apresentavam como barreiras a esses investimentos”, tendo como objetivo imediato a “preparação de projetos para inversões de capitais em setores básicos, sadiamente concebidos para assegurar um crescimento equilibrado e ordeiro da economia brasileira e tecnicamente ajustados aos requisitos de instituições de financiamento estrangeiro ou internacional [...]”. O meio escolhido para a consecução desses objetivos foi a prestação de assistência técnica, através do intercâmbio de experiência e conhecimentos tecnológicos (CMBEU, 1954, t. 1, p. 21).

Nesse quadro mais geral cabe observar o lugar ocupado pela agricultura no processo de desenvolvimento econômico. Para a CMBEU, o vigor do crescimento industrial e urbano dependia “grandemente do desempenho do setor agrícola, como supridor de alimentos, matérias primas e mão-de-obra para cidades e indústrias e principal fornecedor de divisas” (CMBEU, 1954, t. 1, p. 33). Nesta compreensão do desenvolvimento o relatório da CMBEU destacava ainda que

Observaram-se muitos exemplos concretos de interrelação entre agricultura e indústria, mas a Comissão Mista notou, com particular interesse, em que pesem reflexos desfavoráveis de curta duração sobre a agricultura, que o rápido desenvolvimento industrial e a urbanização constituíram forças atuantes das mais poderosas, no sentido da adoção de métodos agrícolas modernos. Em particular, a mecanização, economizadora de trabalho braçal, em grande parte respondeu à dificuldade com que lutavam os fazendeiros para assegurarem-se mão-de-obra abundante e barata. Da mesma maneira, as grandes indústrias, como a têxtil, bem como a de artigos de alimentação, constituíram-se em crescente mercado interno para a agricultura. A indústria brasileira está virtualmente absorvendo a totalidade da produção de juta da Amazônia, a maior parcela da produção de fibras como sisal e o carotá, uma substancial percentagem de couros e peles, assim como de cêras e óleos vegetais (CMBEU, 1954, t. 1, p. 43).

No entanto, persistia o problema do peso da alta dos preços dos gêneros alimentícios sobre a inflação devido ao fato de que “a estrutura da agricultura brasileira de exportação não se funda em alimentos básicos que poderiam ser diretamente, e com imediato efeito, desviados para o consumo interno”, constituindo-se em “uma das pressões inflacionárias primárias, isto é, a alta de preços dos gêneros alimentícios” (CMBEU, 1954, t. 1, p. 81).

A CMBEU tinha em sua composição uma subcomissão dedicada ao setor de Alimentação e Agricultura, tendo em vista que em suas diretrizes constavam que deveria realizar “Exame do grau de assistência técnica mais conveniente ao Brasil para acelerar a elaboração de determinados projetos, com prioridade daqueles que se relacionem com transportes, energia elétrica e agricultura” (CMBEU, 1954, t. 2, p. 19). Esta subcomissão estudaria ou elaboraria projetos relacionados com a Alimentação e Agricultura, dando atenção aos seguintes pontos: 1) o estabelecimento de matadouros industriais, frigoríficos, silos e armazéns com serviços de expurgo, em locais considerados vantajosos para os produtores e escolhidos em articulação com os projetos de melhoria de serviços ferroviários, com o plano rodoviário e com os projetos de distribuição de energia, e; 2) projetos destinados a aumentar a produção e distribuição de fertilizantes.

A elaboração de projetos relacionados às duas áreas indicadas acima eram considerados como “os mais urgentes e dispendiosos”, por isso “a Comissão Mista deveria reservar, no mínimo, 60% da verba que lhe fôr destinada aos trabalhos da respectiva subcomissão, durante os seis primeiros meses de funcionamento” (CMBEU, 1954, t. 2, p. 21). Na sequência os trabalhos dessa subcomissão deveria se estender às atividades geológicas e agropecuárias, destacando-se, entre elas: o levantamento e classificação do solo, quanto às suas características agrícolas em relação às culturas habituais do país; conservação do solo e

defesa contra a erosão; expurgo e conservação dos produtos agrícolas; estudos bromatológicos e agrostológicos, inclusive de processos para a produção de alimentos concentrados; estudos e investigações sobre doenças produzidas por vírus; tecnologia para industrialização de carnes, leites e outros produtos animais; tecnologia da pesca e da industrialização do pescado; combate aos parasitas, principalmente, carrapatos e bernes.

Em síntese, as propostas da comissão para a área de alimentação e agricultura priorizavam o armazenamento, produção de fertilizantes e estudos geológicos como solução para os problemas da produção de alimentos agrícolas no país. Em relação ao armazenamento, o relatório da comissão observava o seguinte:

A instalação de matadouros e estabelecimentos de industrialização da carne em certos pontos do interior do Brasil oferece enormes vantagens, tanto para o produtor como para o consumidor. Atualmente, o transporte de gado em pé a longas distâncias acarreta sérios prejuízos aos produtores, sobrecarrega as ferrovias e perturba o suprimento de carne aos consumidores. A situação foi bem examinada no relatório de 1949 da Comissão Mista Técnica Brasil-Estados Unidos [...].

Do mesmo modo, a urgência da instalação de uma cadeia de armazéns gerais, dispondo de recursos de processamento e expurgo, foi destacada no mencionado relatório, bem como no Plano SALTE. As perdas que sofrem os fazendeiros por falta desses armazéns ou silos são enormes. Sofrem eles perdas durante a colheita pela necessidade que têm de vender rapidamente sua produção aos intermediários, para não incorrer no risco de rápida deterioração. Obtêm crédito com dificuldade por não poderem oferecer as necessárias garantias. O crédito agrícola será grandemente facilitado com a segurança de conservação do produto (CMBEU, 1954, t. 2, pp. 25-6).

Quanto à produção de fertilizantes, o relatório fez as seguintes considerações:

A urgência de intensificação da produção de fertilizantes e a possibilidade de sua expansão são examinadas minuciosamente no relatório da Comissão Mista Técnica. Relaciona-se com o assunto a urgência na prospecção de fosfatos. O consumo de fertilizantes fosfatados, no Brasil, é de 60 000 toneladas anuais, quando deveria ser de 500 000 para atender às necessidades. É preciso iniciar um programa intensivo de estudos e pesquisas cobrindo tôdas as faces do problema, tais como a natureza dos minérios, os métodos de mineração, a tecnologia da industrialização e a economia de sua utilização em bases comerciais (CMBEU, 1954, t. 2, p. 26).

Nesse sentido, o relatório destacou as ações a serem tomadas para impulsionar a produção e utilização de fertilizantes na agricultura do país.

No sentido de encorajar o uso de fertilizantes, são dignas de consideração as sugestões seguintes: (1) intensificação do estudo das jazidas de fosfato e assistência do Governo para impulsionar sua exploração; (2) campanha pública visando ensinar o emprego de fertilizantes verdes ou orgânicos e

pesquisas para determinar aqueles que melhor se prestam à agricultura do país; (3) estabelecimento de planos de utilização dos resíduos de matadouros e de refugos; (4) instalação de fábricas de fertilizantes químicos, principalmente de amônia sintética e de superfosfatos; (5) importação de fertilizantes pelo Ministério da Agricultura, para revenda aos fazendeiros (CMBEU, 1954, t. 2, p. 27).

Observando mais atentamente os projetos elaborados por essa comissão podemos constatar que a atenção dada à agricultura foi bastante reduzida em comparação aos demais setores. Dos 41 projetos elaborados, somente dois estavam voltados para a agricultura e se referiam especificamente à aquisição de equipamentos agrícolas, os projetos 13 e 15. O Projeto nº 13, voltado para a concessão de um crédito ao governo do Estado de Minas Gerais pelo Banco de Exportação e Importação (o Eximbank), para importação de maquinaria agrícola, no montante de U\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de dólares), e o Projeto nº 15, que tinha como beneficiário o Ministério da Agricultura. Este projeto objetivava a compra de equipamentos agrícolas de importação de vários tipos, para revenda aos agricultores, até a importância de U\$ 18.000.000,00 (dezoito milhões de dólares), mediante financiamento concedido pelo Banco de Exportação e Importação. Segundo o relatório, “Trata-se de programa urgente que, realizado, permitirá ao Brasil processar, em ritmo razoável, durante os próximos anos, a progressiva mecanização de sua agricultura” (CMBEU, 1954, t. 2, p. 56). A aprovação do projeto pelos governos do Brasil e dos Estados Unidos em período relativamente rápido³ indica que os problemas da produção agrícola eram entendidos, principalmente, como de ordem técnica, tendo na mecanização da agricultura a demanda mais urgente a ser atendida.

Acredito que os analistas da economia brasileira desse período tomaram como parâmetro para a compreensão da dinâmica e desenvolvimento dos setores econômicos individuais a indústria, que se apresentava como o setor mais importante do período, tanto pelo volume como pela diversificação da produção. Conforme o relatório da CMBEU (1954, t. 1, p. 47),

Os índices disponíveis de produção industrial referem-se não somente à indústria manufatureira propriamente dita, como ainda à indústria de construção e à de produção de energia. Em 1950, a produção da indústria manufatureira subira de 118% relativamente a 1939, a de construção, de 53% e a de produção de energia, de 150%. A produção manufatureira nesse sentido lato, atingira, em 1951, duas vezes e meio o nível de pré-guerra. A diversificação configurou o desenvolvimento industrial brasileiro no período. As duas principais indústrias, alimentos e tecidos, por motivos

³ O projeto n.º 15 foi aprovado pelo Governo Brasileiro em 12 de agosto de 1952. Em 7 de agosto de 1953, o Banco de Exportação e Importação concedeu ao Ministério da Agricultura o empréstimo solicitado, na importância de US\$ 18 000 000 (CMBEU, 1954, t. 2, p. 56).

fáceis de compreender, acusaram menor crescimento (os níveis de 1951 achavam-se, respectivamente, 49% e 75% acima dos níveis de 1939). Isto contrasta com as indústrias de transformação de ferro e aço, cuja produção aumentou de quase 500%; a de cimento, que cresceu além do dobro; a de artigos de borracha que se expandiu de nove vezes; a indústria químico-farmacêutica e a de beneficiamento de óleos vegetais, que duplicou no período em tela. Além disso, toda uma categoria industrial: material rodante, material elétrico e artigos de eletricidade, assim como a de fabricação de máquinas de todos os tipos, atingiu um nível de produção muitas vezes superior ao de pré-guerra.

Se comparado com os dois ramos da indústria que tiveram a menor taxa de crescimento no período de 1939 a 1951 - o da produção de alimentos e de tecidos - o crescimento da agricultura foi pouco expressivo quando comparado ao crescimento populacional. De acordo com o relatório da Comissão Mista, “Uma média ponderada do produto real no setor da agricultura brasileira acusa um acréscimo de 29%, entre 1939 e 1950, enquanto que, no mesmo período a população cresceu pouco mais de 27%”, estando incluídas nesta cifra “a produção agrícola que aumentou de 30%, as de carnes que subiu de 24% e a extrativa vegetal que cresceu de 32%” (CMBEU, 1954, t. 1, p. 49).

O relatório apontava ainda para outra tendência no interior do próprio setor da produção agrícola, que se revelava na disparidade de crescimento entre a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno e a produção para exportação. No período entre 1937 e 1952 o volume de produção agrícola para o abastecimento do mercado interno cresceu 74% enquanto que a produção agrícola para exportação cresceu apenas 19%. Assim,

A produção de subsistência lentamente aumentou anteriormente à II Guerra Mundial, mas, em 1945, a produção dos seis principais gêneros alimentícios acusou o incremento de 46%, relativamente ao período 1931/1935, ao passo que a produção de 1952 foi quase dupla da registrada nos primeiros anos da década de 1930. Os três principais artigos agrícolas de exportação, de outro lado, expandiram-se na década de 1930 até atingir nível 40% mais alto no findar dela, para, a seguir, cair abaixo desse nível durante a guerra e mais ainda no pós-guerra. Nos últimos anos a produção desses artigos apenas ligeiramente excedeu os níveis de pré-guerra [...] (CMBEU, 1954, t. 1, p. 49).

O aumento da área plantada e a melhoria da produtividade foram apontadas pela CMBEU como os dois principais fatores responsáveis pelo substancial incremento da produção de gêneros alimentícios, assim como pela recuperação da agricultura de exportação. Observando os índices do volume de produção das principais culturas agrícolas, produção de carnes e indústria extrativista vegetal no período de 1939 a 1951, montado pela CMBEU a partir de dados coligidos pelo Ministério da Agricultura, tem-se uma visão mais ampla da evolução da produção agrícola brasileira.

Tabela 1 - Índice do Volume de Produção Agrícola (1939=100)

Discriminação	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951
Culturas	97	104	96	107	110	103	114	113	116	124	130	125
Carnes	99	102	106	95	89	89	100	106	118	124	124	(126)
Ind. extrativista vegetal	105	108	99	87	100	123	119	114	122	120	132	-
Total	100	105	100	96	100	105	111	111	119	123	129	125

Fonte: Adaptado pelo autor a partir do relatório da COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1954. t. 2, p. 154).

O índice do volume de produção das culturas agrícolas contemplava 21 produtos importantes para os quais foram coligidos dados de produção, referentes ao período 1939/1952, pelo Ministério da Agricultura, respondendo por 85% do valor total da produção agrícola. Entre os produtos agrícolas para o abastecimento do mercado interno (produtos alimentícios) destacavam-se a produção de arroz, feijão, mandioca, açúcar, milho e trigo, enquanto na produção agrícola para exportação destacava-se a produção de café, algodão e cacau. No período de 1940 a 1945 o desempenho da produção de culturas agrícolas foi irregular, apresentando queda no volume de produção em dois anos (1940 e 1942) e pequeno crescimento durante os anos de 1941 e de 1943 a 1945. No entanto, no período de 1946 a 1951 o desempenho melhorou significativamente com crescimento acima dos 10% nos três primeiros anos e no final da série com crescimento acima de 20%.

Quanto ao volume de produção de carnes o índice foi consolidado a partir da média ponderada da produção de carne bovina, suína e ovina. Nos seis primeiros anos da série (1940-1945) houve uma ligeira redução no volume de produção de carnes em 1940, voltando a se recuperar no período de 1941-1942. Porém, de 1943 a 1945 houve uma queda expressiva no volume de produção, chegando a reduzir em 5%, em 1943, e em 11% nos dois anos seguintes, comparando com o volume de produção de 1939. Somente em 1946 o volume de produção de carnes voltou ao nível de 1939, tendo crescimento mais forte a partir de 1947, com um crescimento de 6% (em relação ao ano base da série) e 17% em relação a 1945. Tomando ainda como base 1939, o ano de 1948 apresentou um crescimento de 18%, passando a 24% nos dois anos seguintes até alcançar 26% em 1951.

A indústria extrativista vegetal seguiu quase a mesma tendência da produção das culturas agrícolas e da produção de carnes, com um desempenho fraco nos primeiros anos da década de 1940 e aumento da produção a partir da segunda metade da década. Outro parâmetro importante para a análise do lugar da produção agrícola na economia brasileira entre o final da década de 1930 até o início da década de 1950 estava relacionado ao valor da

produção agrícola. As tabelas 2 e 3 demonstram o desempenho da mesma diante os demais setores da economia.

Tabela 2 - Produto Nacional a Preços Constantes (em bilhões de cruzeiros a preços de 1939)

Discriminação	1939	1947	1948	1949	1950	1951
Agricultura	11,9	13,3	13,8	14,8	15,4	14,9
Mineração	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,3
Indústria de transformação	6,2	10,4	11,5	12,4	13,4	14,9
Comércio	4,5	6,6	6,7	7,8	8,2	8,9
Transportes	2,4	3,3	3,7	4,3	4,7	5,1
Governo	3,5	4,1	4,3	4,6	4,9	5,2
Serviços	4,7	6,9	7,0	7,3	7,6	8,0
Aluguéis	2,3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5
Total	35,7	47,9	50,5	54,8	57,8	60,8

Fonte: COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1954. t. 2, p. 154).

Tabela 3 - Distribuição percentual do Produto Nacional a Preços Constantes (em bilhões de cruzeiros a preços de 1939)

Discriminação	1939	1947	1948	1949	1950	1951
Agricultura	33,3	27,8	27,3	27,0	26,6	24,5
Mineração	0,6	0,4	0,6	0,6	0,5	0,5
Indústria de transformação	17,4	21,7	22,8	22,6	23,1	24,5
Comércio	12,6	13,6	13,3	14,2	14,2	14,6
Transportes	6,7	6,9	7,3	7,9	8,1	8,4
Governo	9,8	8,5	8,5	8,4	8,5	8,5
Serviços	13,2	14,4	13,9	13,3	13,1	13,2
Aluguéis	2,3	3,1	3,2	3,3	3,4	3,5
Total	100	100	100	100	100	100

Fonte: COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (1954. t. 2, p. 154).

Como demonstram os dados do final da década de 1930 a agricultura representava mais de $\frac{1}{3}$ (um terço) do valor da produção nacional, chegando ao início da década de 1950 ocupando cerca de $\frac{1}{4}$ (um quarto) desse valor. No entanto, essa queda no valor da produção agrícola não significa necessariamente que houve queda na produção. Na verdade houve um aumento no valor da produção que passou de 11,9 bilhões de cruzeiros para quase 15 bilhões de cruzeiros. O que explica essa queda percentual foi o aumento do valor da produção industrial, que aumentou de 17,4% para 24,5%, aumentando em termos de valor de 6,2 bilhões de cruzeiros para 14,9 bilhões, igualando ao valor da produção da agricultura.

Os demais setores da economia apresentaram pouquíssima variação percentual no valor da produção nacional. Os setores do comércio e do transporte apresentaram pequeno crescimento na participação do valor da produção nacional, com 2% e 1,7%, respectivamente.

A participação do governo caiu em mais de 1%, enquanto os setores de mineração e aluguéis também tiveram pequena queda. O setor de serviços apresentou um pequeno aumento entre 1947 e 1949, mas em 1951 voltou aos patamares de 1939, com a participação de 13,2% no valor da produção brasileira.

Conforme podemos observar pelos dados apresentados acima, o setor econômico que mais cresceu em termos de valor da produção foi o da indústria de transformação. Na perspectiva da CMBEU a explicação para este crescimento consistia no fato de que

O processo de industrialização acelerado começou nos primeiros anos da década de 1930, quando, por um extenso período, a produção cafeeira demonstrou-se pouco lucrativa. Repetidas e violentas desvalorizações da taxa cambial, a instituição de controle cambial, ao lado de um certo grau de inflação interna, tornaram a industrialização muito atraente, dada a alta de preços dos produtos de importação. Dêsse modo, o espírito de iniciativa e a capacidade dos homens de empresa, que não mais encontravam objetivo na produção do café, foram solicitados pelos empreendimentos industriais. A II Guerra Mundial, com seus reflexos na situação de abastecimento interno, constituiu um novo e forte estímulo para o desenvolvimento da indústria, principalmente em vista de que um mínimo essencial de matérias-primas e de produtos semi-acabados de natureza crítica foi acessível ao Brasil durante todo o período da guerra. Êsses fatores, ajudados pela existência de disponibilidades de energia, propiciaram a constante ampliação da indústria, que naturalmente mostrou a tendência de se expandir naqueles setores onde as restrições de importação mostraram-se mais severas, dessa maneira criando oportunidades incomuns de investimento lucrativo ou de incremento da produção pelo emprêgo intensivo do equipamento existente. Por algum tempo, a indústria têxtil do Brasil tornou-se fornecedora de muitos mercados latino-americanos e até da África do Sul, ao mesmo tempo que se processava em São Paulo importante expansão de empresas fabricantes de máquinas-ferramentas e de trabalho de metais. A instalação da usina siderúrgica de Volta Redonda sob o patrocínio estatal foi seguida de um aumento importante de produção da siderurgia particular, particularmente a de São Paulo e Minas Gerais.

Outro elemento importante em favor da industrialização na década de 1930 e no período da II Guerra Mundial foi o reforço do apoio governamental, apoio êsse em parte originário da crescente influência político-econômica dos industriais. O auxílio governamental revelou-se de decisiva importância no período de pós-guerra, quando a proteção da indústria revestiu-se da forma de controles diretos de importação que em vários casos se traduziam pela exclusiva reserva do mercado interno para a indústria nacional. [...] Apesar da Comissão Mista manter dúvidas sobre a sabedoria a longo prazo dessa orientação, foi ela fator poderoso juntamente com a manutenção de uma taxa cambial progressivamente super-valorizada, (constituindo de fato um subsídio aos bens de importação necessários à indústria) para assegurar aos industriais brasileiros a proteção da expansão conseguida durante a guerra, assim como a crescente diversificação da produção industrial (CMBEU, 1954, t. 1, pp. 47-8).

O crescimento acelerado da produção industrial no período que vai da década de 1930 ao início da década de 1950 pode ser explicada tanto por fatores externos como internos. A pouca lucratividade da produção cafeeira, apontada no relatório, pode ser classificada como um fenômeno interno e externo, ao mesmo tempo. Enquanto principal produto da pauta de exportações brasileira a atividade cafeeira sempre sofreu com as variações dos preços internacionais. No relatório da Comissão Mista a queda no valor das exportações foi apontada como um dos motivos que contribuíram para o desenvolvimento da indústria brasileira. As quedas na lucratividade da atividade cafeeira aliada aos problemas cambiais como a desvalorização da moeda nacional e a alta da inflação e dos preços dos produtos de importação tornaram a industrialização muito atrativa. A Segunda Mundial foi outro fator de aceleração do processo de industrialização brasileira, pois teve reflexos diretos no abastecimento interno. A intervenção estatal pode ter sido um dos fatores primordiais para a ascensão da indústria sobre os demais setores da economia, pois as ações governamentais voltadas para a restrição de importações tornou-se um fator decisivo para o aumento e a diversificação da produção industrial do país.

O estudo elaborado pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL intitulado *Análise e Projeções do desenvolvimento econômico*⁴ consistiu numa excelente contribuição para entendermos o desempenho da economia brasileira do final da década de 1930 até meados da década de 1950. Em relação ao crescimento da produção real no período de 1939 a 1954, segundo o estudo do Grupo Misto BNDE-CEPAL, a economia brasileira teve um crescimento de mais de 102% no período. A Tabela 4 demonstra a contribuição dos principais setores econômicos para o conjunto da produção real brasileira. Um dado que chama a atenção foi o de que a agricultura brasileira apresentou na primeira metade da década de 1940 um crescimento real abaixo do índice de crescimento de 1939, o ano base para o cálculo do índice de crescimento da produção real. A partir de 1946 o índice da produção real voltou a ficar acima do *quantum* de 1939, com 7,5% de crescimento. No final desta série histórica o índice da produção real na agricultura havia crescido em 40%.

⁴ O Grupo Misto CEPAL/BNDE foi criado em 1952. Análise e projeções do desenvolvimento econômico reúne dois trabalhos anteriormente publicados, em espanhol e inglês, pelas Nações Unidas. O primeiro, *Introdução a Técnica da Programação*, elaborado pela Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), constitui um trabalho pioneiro no continente americano. O segundo, *O Desenvolvimento Econômico do Brasil*, refere-se a um estudo realizado pelo BNDE em cooperação com a CEPAL, com vistas a estudar o processo de desenvolvimento da Economia Brasileira, no período de 1939-54, e tentar a formulação de um programa de desenvolvimento para o período de 1955-62. Para facilitar a referência a este documento no corpo do texto o trabalho *Introdução à Técnica de Programação* será referenciado como Parte I e *O Desenvolvimento Econômico do Brasil* será referenciado como Parte II.

Tabela 4 - Índice da produção real (1939=100)

Setores	1939	1940	1941	1942	1943	1944	1945	1946	1947	1948	1949	1950	1951	1952	1953	1954
Agricultura	100	94,7	100,3	93,9	98,4	98,7	97,7	107,5	108	113,6	119,7	125,2	125	131	131,1	140
Indústria	100	105,1	116,1	112	125	130,1	137,1	160,2	167,2	183,1	194,2	216,1	233,6	249,1	265,9	284,5
Comércio	100	94,8	100,8	91,6	98,5	103,9	106,6	120,9	134,9	137	131,2	154,5	174,5	175,3	170,7	190,3
Transporte	100	107,3	115,4	111,6	115,9	124,2	125,9	128,2	136,5	154,5	165	180	198,8	211,6	232,6	243,1
Habitações	100	102	105	108	110	114	118	125	132	138,1	143,1	149,1	156,1	165,1	176,1	185,6
Governo	100	100	96,9	96,9	84,4	87,5	100	106,3	96,9	109,4	115,6	128,1	134,4	131,3	134,1	137,9
Outros serviços	100	100	102,7	102,7	102,7	113,5	137,8	154	194,6	197,3	191,9	194,6	229,7	281,1	225,1	231,3
Total	100	100,1	104,9	101,6	104,4	109,6	117,1	128,6	138,9	146,8	150,8	161,9	173	180,2	187,7	202,2

Fonte: GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE (1957, Parte II, p. 15).

Observações: 1) o relatório informa que o índice global é do tipo “Paasche”, usando-se como ponderação da série de valor real, para cada ano, o índice de preço obtido pela divisão do índice do valor de cada setor pelo índice de “quantum” correspondente; 2) o índice do comércio foi obtido através da agregação das séries, a preços de 1949, de produção industrial, produção industrial, produção agrícola e importações.

Tabela 5 - Valor da produção agrícola (em bilhões de cruzeiros)

Anos	Total	De mercado interno	De exportação
1939	10,6	7,0	3,6
1940	11,6	8,3	3,3
1941	12,9	9,5	3,4
1942	14,1	10,8	3,3
1943	18,4	13,5	4,9
1944	23,9	17,7	6,2
1945	27,1	20,8	6,3
1946	35,2	26,0	9,2
1947	39,8	29,8	10,0
1948	47,6	36,6	11,0
1949	53,6	39,2	14,4
1950	66,0	42,1	23,9
1951	76,6	49,9	26,4
1952	90,6	60,4	30,2
1953	106,3	75,6	30,7
1954	114,3	73,5	40,8

Fonte: GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE (1957, Parte II, p. 87) - (Quadro XX, Apêndice estatístico).

No entanto, comparando o crescimento do índice da produção real na agricultura com o crescimento do índice da produção industrial, este último teve um crescimento mais expressivo, crescendo 131% no período de 1940 a 1954, conforme demonstra a Tabela 4.

Mas o que mais nos interessa é entender de forma mais ampla o lugar da agricultura ou da produção agrícola no conjunto da economia brasileira. A Tabela 5 trata do valor da produção agrícola no período de 1939 a 1954, distribuída entre a produção para o mercado interno e a produção para a exportação.

Os dados apresentados nas tabelas 5 e 6, além de demonstrarem a evolução do valor da produção agrícola no período entre 1940 e 1954, trazem outro dado importante que sobre o peso da produção agrícola para o mercado interno em relação à produção para exportação, que manteve uma taxa média de 70% do valor da produção neste período. Embora as taxas de crescimento anual da produção agrícola tenham ficado abaixo das taxas de crescimento da indústria e do setor de serviços, a agricultura desempenhou um papel muito importante no crescimento da renda e da produção. No período de 1940 a 1954 as taxas de crescimento anual da produção foram de 2,3% na agricultura, 7,2% na indústria e 4,7% no setor de serviços. De 1940 a 1945 a produção agrícola cresceu menos de 0,5% anualmente, enquanto de 1940 a 1949 cresceu a uma taxa anual de 1,8%. Nos cinco anos seguintes (1950-1954), o crescimento anual foi de 3,3% (GRUPO MISTO BNDE-CEPAL, 1957). A Tabela 7

demonstra o crescimento da produção para o mercado interno, enquanto as exportações permaneceram estacionárias ou declinaram durante o período considerado.

Tabela 6 - Porcentagem da produção para o mercado interno e para exportação em relação valor da produção agrícola

Anos	Total	De mercado interno	De exportação
1939	10,6	66	34
1940	11,6	72	28
1941	12,9	74	26
1942	14,1	77	23
1943	18,4	73	27
1944	23,9	74	26
1945	27,1	77	23
1946	35,2	74	26
1947	39,8	75	25
1948	47,6	77	23
1949	53,6	73	27
1950	66,0	64	36
1951	76,6	65	34
1952	90,6	67	33
1953	106,3	71	29
1954	114,3	64	36

Fonte: Elaboração do autor a partir da Tabela 5.

Tabela 7 - Distribuição da produção entre os mercados interno e externo (Em bilhões de cruzeiros de 1952)

Ano	Produção territorial	Exportação	Produção para o mercado interno	% da exportação sobre a produção
1939	200,3	39,4	170,9	19,7
1940	200,3	32,5	167,8	16,2
1941	210,0	25,7	184,3	12,2
1942	203,5	28,1	175,4	13,8
1943	209,0	28,9	180,1	13,8
1944	219,4	31,7	187,7	14,4
1945	234,6	34,1	200,5	14,5
1946	257,5	42,2	215,5	16,4
1947	278,3	39,8	238,5	14,3
1948	294,1	40,1	254,0	13,6
1949	302,1	36,1	266,0	11,9
1950	324,1	31,7	292,4	9,8
1951	346,5	34,9	311,6	10,1
1952	360,9	26,1	334,8	7,2
1953	376,1	30,9	345,2	8,2
1954	409,9	29,0	380,9	7,1

Fonte: GRUPO MISTO BNDE/CEPAL (1957, Parte II, p. 16) - (Quadro 10, Capítulo I).

Nota: Em nota o Grupo Misto BNDE-CEPAL faz a observação de que os dados de exportação baseiam-se num índice do quantum, aos preços de 1948. A série de produção para o mercado interno é residual.

O valor das exportações de 1939 na tabela acima evidentemente está incorreto, pois a soma das exportações com a produção para o mercado interno ultrapassa o valor da produção territorial de 1939, que foi de 200,3 bilhões de cruzeiros. Levando em consideração a evolução desta série histórica, provavelmente o valor da exportação seria de 29,4 bilhões de cruzeiros, totalizando 14,7% do valor total da produção agrícola. Para o Grupo Misto BNDE/CEPAL (1957, Parte II, p. 16),

Comparando o quantum das exportações com o total da produção [...] comprovaremos que a participação da primeira na segunda decresceu de 19,7 por cento em 1939, para menos de 10 por cento, em 1952-54. Explica-se, assim, que a produção para o mercado interno haja crescido a uma taxa anual por habitante de 3,0 por cento, no período 1940-54, quando a taxa correspondente ao conjunto da produção foi apenas de 2,4 por cento.

O declínio relativo da produção para o mercado externo provocou modificações sensíveis na estrutura da produção brasileira. Medida a preços constantes, a produção agrícola que, em 1939, representava 39,3 por cento da produção global, teve, em 1953, essa participação reduzida para 29,5 por cento. Enquanto isso, a participação da produção industrial crescia de 14,4 para 22,0 por cento. Contudo, se observamos os valores correntes, essas modificações estruturais não são perceptíveis. Os preços relativos dos produtos agrícolas cresceram suficientemente para anular a perda causada pelo atraso relativo da produção nesse setor. Este fenômeno está intimamente relacionado com a melhora na relação de preços do intercâmbio externo. A elevação relativa dos preços de exportação acarretou, como seria de esperar, um aumento relativo dos preços agrícolas dentro do país, dilatando a participação do setor agrícola na renda [...].

Conforme observa o Grupo Misto BNDE/CEPAL, o aumento da produção para o mercado interno ocorreu tanto no setor industrial como no agrícola, pois a produção agrícola destinada ao mercado interno aumentou, entre 1939 e 1954, em 84 por cento. Portanto, “o declínio relativo da produção agrícola reflete”, em grande parte, “a estagnação do setor externo, cuja importância relativa diminuiu em todo o período considerado” (GRUPO MISTO BNDE/CEPAL, Parte II, 1957, p. 17).

Com base nos dados apresentados até o momento fica evidente que nos estudos e diagnósticos da economia brasileira realizados nesse período, a produção agrícola voltada para a exportação foi o ramo da economia que apresentava os principais problemas a serem enfrentados pelo governo brasileiro, tendo em vista que sua participação na produção e na renda nacionais decaíram no período.

O Plano de Metas, programa de governo do Presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), que tinha como lema 50 anos de progresso em cinco anos de realizações, representava um ideal desenvolvimentista consolidado num conjunto de 30 objetivos a serem

alcançados em diversos setores da economia. O Plano de Metas foi elaborado com base em estudos e diagnósticos realizados desde o início da década de 1940 por diversas comissões e missões econômicas, que indicavam a necessidade de eliminar os pontos de estrangulamento da economia brasileira, pois os mesmos afetavam setores críticos que não permitiam um adequado funcionamento da economia.

O Plano de Metas definiu cinco setores básicos da economia, abrangendo várias metas cada um, para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados, sendo que os setores que mais recursos receberam foram energia, transportes e indústrias de base. Os setores menos prestigiados no plano foram o da alimentação e educação.

O setor de alimentação contemplava seis metas (da 13^a a 18^a) e somente uma estava voltada à produção agrícola propriamente dita - a produção de trigo. As outras cinco metas relacionadas a este setor foram as seguintes: armazéns e silos; armazéns frigoríficos, matadouros industriais, mecanização da agricultura e fertilizantes. As metas relacionadas ao setor de alimentos foram as seguintes:

ALIMENTAÇÃO

13. Aumento da produção de trigo de 600.000 para 1.200.000 toneladas.
14. Construção de armazéns e silos para uma capacidade estática de 742.000 toneladas.
15. Construção e aparelhamento de armazéns frigoríficos novos para uma capacidade estática de 45.000 toneladas.
16. Construção de matadouros industriais com capacidade de abate diário de 3.550 bovinos e 1.300 suínos.
17. Aumento do número de tratores em uso na agricultura de 45.000 para 72.000 unidades.
18. Aumento da produção de adubos químicos de 18.000 toneladas para 300.000 toneladas de conteúdo de nitrogênio e anidrido fosfórico (PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHKEK, 1958, pp. 18-9).

No relatório de acompanhamento da execução do Plano de Metas, elaborado em 1959, pode-se constatar a situação da produção de alimentos agrícolas no período. Em relação à produção do trigo, a única cultura agrícola incluída no plano de metas, o relatório de acompanhamento da execução do mesmo apontava o seguinte cenário:

- O estudo, pelo Governo, da situação do trigo, levou às seguintes conclusões, em 1956:
- a) a produção tritícola nacional é setor básico da economia brasileira;
 - b) a produção nacional cresceu, rapidamente: a área cultivada, nos Estados do Sul, passou, em dez anos, de 400 .000 a 1.200.000 hectares;
 - c) em dez anos, a produção triplicou, passando de 300.000 para 900.000 toneladas e o valor do trigo nacional passou de Cr\$ 930 milhões para Cr\$ 4,5 bilhões;

- d) a política de operação genética das sementes alcançou resultado satisfatório;
- e) o problema do armazenamento, estocagem e transportes, ainda não alcançou, contudo, solução à altura da importância do setor; não existem silos em quantidade e capacidade suficientes e os transportes ainda são de regularidade precária;
- f) a produção, embora em aumento, ainda está longe de poder suprir às necessidades do consumo interno, sempre crescente, e o país sempre foi obrigado a recorrer a fornecedores estrangeiros (PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, 1959, pp. 121-2).

Conforme o próprio relatório indicou a preocupação com a produção do trigo, a única meta voltada para a produção agrícola propriamente dita, era prioritária. Esta preocupação devia-se ao fato de que o trigo, em minha percepção, representa uma das matérias primas essenciais para a indústria produtora de alimentos para o mercado interno. Além disso, com o aumento da população urbana e da renda cresceu a demanda por alimentos. Conforme o relatório do Grupo Misto BNDE/CEPAL (1957, Parte I, p. 39):

A projeção da procura de produtos agrícolas apresenta algumas características especiais de grande interesse. De modo geral, esta procura abrange três grandes categorias de produtos: produtos de exportação, matérias-primas para a indústria e alimentos [...]. O principal aspecto da procura de alimentos e a tendência que apresenta seu coeficiente de elasticidade-renda para declinar, à medida que a renda per capita se eleva. Constitui quase um truísmo a assertiva de que a proporção da renda gasta em alimentos tende a ser menor nos grupos de maior renda do que naqueles de renda menor. No entanto, esta afirmação parece merecer algum exame.

Nesse sentido, a elasticidade da procura nos grupos de menor renda poderia ser bastante elevada e um aumento da renda, ao determinar a elevação do nível de remuneração dos setores menos favorecidos da população, resultaria em aumento muito maior na procura de alimentos. Como na procura de alimentos poderia ser incluídos tanto os produtos *in natura* como os elaborados, ou seja, os bens industriais, o trigo tinha um papel importante na indústria de alimentos.

Em suma, a produção agropecuária, em geral, e a produção de alimentos agrícolas, em particular, ocuparam um lugar específico nos diagnósticos sobre a economia brasileira no período que vai do final da década de 1930 até a segunda metade da década de 1950. A partir da análise da documentação apresentada nesta seção identificamos dois momentos distintos sobre a compreensão do lugar da agricultura no desenvolvimento da economia brasileira.

Até o final da década de 1940 a agricultura e, em especial, a produção agrícola para o abastecimento do mercado interno foram entendidas como essenciais para atender as

necessidades da industrialização do país, pois seriam responsáveis por produzir alimentos em maior quantidade para atender a uma mão de obra não agrícola cada vez mais crescente, ao mesmo tempo em que poderia contribuir para baixar os preços dos alimentos. As preocupações com as questões de infraestrutura como transporte e armazenagem dos produtos agrícolas não estavam ausentes, no entanto, não eram tratados como os entraves principais para o aumento da produção agropecuária do país, assim como o problema dos fertilizantes. No entanto, na década de 1950 houve uma mudança de perspectiva na forma de se compreender os problemas da produção agropecuária brasileira, quando os problemas infraestruturais foram tomados como os grandes gargalos da economia agrícola brasileira. Assim, a preocupação com os transportes, armazéns e silos, frigoríficos industriais, matadouros e fertilizantes passaram a fazer parte das ações a serem implementadas pelo Estado brasileiro para resolver os problemas da produção agropecuária. Em outras palavras, tomavam os problemas técnicos da produção agrícola e os gargalos relacionados ao armazenamento e escoamento da produção como os principais dilemas a serem enfrentados para melhorar a produção agrícola no Brasil.

Na próxima seção dedicar-me-ei a indicar as ações efetivas tomadas para a melhoria ou ampliação da produção agrícola no país a partir do início da década de 1960 que teve na criação da SUDENE uma das principais instituições que contribuíram para repensar o papel da economia agrícola na solução dos problemas de disparidade de renda e crescimento econômico entre as principais regiões brasileiras.

3.2 As formulações efetivas das políticas agrárias e agrícolas brasileiras

Nesta seção serão analisadas algumas ações realizadas pelo Estado a partir da década de 1960 voltadas para a formulação efetiva de políticas agrárias e agrícolas para o país. A diferença entre as formulações gerais e efetivas das políticas agrárias e agrícolas consistiam, principalmente, na alteração do quadro da estrutura agrária, das condições materiais e sociais da produção e, por fim, no aumento da produção agrícola.

As formulações gerais de políticas agrícolas geralmente focavam apenas no aumento da produção agrícola e nos aspectos de infraestrutura como armazéns e silos, armazéns frigoríficos, transportes e equipamentos agrícolas, sem tentar resolver os problemas relacionados às disparidades regionais de crescimento e renda e os problemas específicos enfrentados pelas regiões de baixa renda e baixo crescimento econômico. As políticas

agrícolas formuladas e executadas até o final da década de 1950 priorizaram especialmente as regiões Sudeste e Sul do país.

A disparidade de renda monetária e *per capita* entre as principais regiões brasileiras consistia em um indicativo da disparidade de desenvolvimento do país. A tabela abaixo demonstra esta situação, pois pelos dados apresentados na Tabela 8 pode-se observar a disparidade de renda entre as regiões brasileiras. A divisão regional adotada pelo *I Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste*, elaborado pela SUDENE para o triênio 1961-1963, consistiu numa adaptação das divisões regionais definidas pelo IBGE nas décadas de 1940 e 1950, sendo diferente das divisões regionais adotadas a partir da década de 1970.

Tabela 8 - Renda monetária e per capita das principais regiões do país

ANO	NORTE	NORDESTE				CENTRO-SUL	TOTAL
		Ocidental	Oriental	Meridional	Total		

Renda total (Cr\$ 1.000.000)

1948	4.066	2.689	15.703	8.740	27.132	132.522	163.720
1957	21.337	13.375	76.210	42.344	131.929	731.766	885.030
1958	23.451	16.166	82.890	51.817	150.873	877.535	1.051.861

Renda total (distribuição percentual)

1948	2,6	9,9	57,9	32,2	17,1	80,3	100,0
1957	2,5	10,3	57,7	32,0	15,3	82,2	100,0
1958	2,3	10,7	54,9	34,3	14,5	83,2	100,0

Renda per capita (Cr\$)

1948	2.306	1.076	1.665	1.663	1.579	4.349	3.313
1957	9.851	4.266	6.602	6.676	6.276	19.065	14.444
1958	10.583	5.026	7.021	8.000	7.018	22.279	16.756

Fonte: PLANO DIRETOR DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO NORDESTE I: 1961-1963 (1966a).

A região denominada de “Centro-Sul” envolvia os estados litorâneos, do Espírito Santo ao Rio Grande do Sul, e os estados mediterrâneos, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás. Pela divisão regional do IBGE de 1945 o Norte era formado pelos estados do Amazonas e Pará, os territórios do Acre, Amapá, Rio Branco e Guaporé (atual Rondônia), enquanto a região Nordeste foi dividida em ocidental e oriental. No Nordeste ocidental, encontravam-se

Maranhão e Piauí. O Nordeste oriental era formado por Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, além do território de Fernando de Noronha. Nesta divisão territorial a região Sudeste ainda não existia. Em seu lugar existia uma região chamada Leste, dividida em setentrional e meridional. Os estados de Sergipe e Bahia estavam na parte setentrional, enquanto na meridional, ficavam Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro. A região Sul incluía os estados de São Paulo, Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul, além do território de Iguazu. E a região Centro-Oeste era formada pelos estados de Mato Grosso e Goiás e o território de Ponta Porã.

No I Plano Diretor da SUDENE os estados de Sergipe e Bahia compunham a região denominada de Nordeste meridional. Voltando à análise dos dados da Tabela 8 constata-se que a distribuição percentual da renda total pelas regiões do país era extremamente desigual. A região Centro-Sul, composta pelos estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso e Goiás concentrava 82,5% da renda nacional. A região Nordeste vinha em segundo lugar com pouco mais de 15%, em média, no período. A região Norte era a de menor renda, com 2,5%.

Tabela 9 - Índices da produção agropecuária e industrial

ANOS	AGROPECUÁRIA		INDÚSTRIAS	
	Nordeste	Centro-Sul	Nordeste	Centro-Sul
1948	100,0	100,0	100,0	100,0
1949	102,3	104,1	101,1	105,3
1950	107,5	107,8	103,9	118,8
1951	88,2	114,3	110,5	132,3
1952	95,9	123,5	113,0	141,9
1953	98,0	121,1	121,3	148,2
1954	114,1	129,6	128,6	160,7
1955	118,7	137,5	142,5	168,9
1956	125,2	132,4	149,8	181,2

Fonte: GTDN (1967, p. 23) - (Quadro 5).

A Tabela 9 traz os índices de produção agropecuária e industrial entre 1948 e 1956 das regiões Centro-Sul e Nordeste, o que ajuda a explicar a disparidade de crescimento e de renda entre as duas principais regiões brasileiras.

O I Plano Diretor da SUDENE recupera em grande parte o relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para Nordeste*, de 1959, que colocava a reestruturação

da economia da região semiárida como condição primordial para o desenvolvimento do Nordeste. O diagnóstico sobre o subdesenvolvimento nordestino realizado neste relatório resgata as interpretações de Celso Furtado sobre o desenvolvimento brasileiro e os estudos da CEPAL sobre planejamento e desenvolvimento econômicos. A relação entre o Nordeste e o Centro-Sul é compreendida a partir da análise cepalina da relação centro-periferia, a partir da qual são demonstradas as disparidades entre as duas regiões (SILVA; CARVALHO, 2019). O relatório elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN) situava a região no quadro mais geral do desenvolvimento nacional, realizando “uma análise sucinta do problema que representa o Nordeste [...] e um conjunto de recomendações concretas [...] que poderão modificar os dados desse problema e encaminhar uma solução definitiva do mesmo” (GTDN, 1967, p. 9).

A Tabela 8 revela que o descompasso dos ritmos de crescimento era bem maior no setor industrial do que no agropecuário entre as regiões Nordeste e Centro-Sul. Segundo o relatório “[...] a agropecuária nordestina cresceu a uma taxa de 2,8 por cento [...] um pouco mais da metade da taxa correspondente ao setor industrial, que alcançou 5,2 por cento”, enquanto que no “Centro-Sul a taxa de aumento da agropecuária foi de 3,6, ou seja, menos da metade da do setor industrial: 7,7 por cento” (GTDN, 1967, pp. 22-3). A queda da produção agropecuária na região nordestina entre os anos de 1951 e 1953 estava relacionada com as secas que atingiram a região no período, mas havia outros fatores que contribuíram para que o nível da produção agropecuária nordestina ficasse abaixo do nível de produção da região Centro-Sul, como a crise de produção resultante da característica principal da economia nordestina – formada pelo complexo de pecuária extensiva e agricultura de baixo rendimento, conforme apontava o relatório produzido pelo GTDN.

O objetivo principal do primeiro Plano Diretor da SUDENE consistia em “apresentar um conjunto orgânico de diretrizes de política econômica, que possam servir de base a um esforço progressivo de ordenação dos investimentos do Governo Federal, no Nordeste”. Neste sentido, “o poder público desempenha o principal papel no processo de formação de capital, cabendo-lhe a liderança do desenvolvimento econômico regional” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 18).

As diretrizes de política econômica elaboradas para o Nordeste brasileiro baseavam-se no seguinte diagnóstico:

[...] O Nordeste, zona de antiga colonização, continua a ser uma das menos conhecidas do Brasil. Sua base de recursos naturais apenas foi vislumbrada. Sua estrutura econômica ainda não foi devidamente analisada. Com certeza,

apenas sabemos que a região abriga um terço da população do Brasil e que grande parte dessa população sobrevive em condições precaríssimas. Também podemos admitir como certo que, no nível da técnica moderna, a região apresenta possibilidades de desenvolvimento e a miséria de sua população não reflete atitude fatalista ou inaptidão ingênita para o progresso. Por último, devemos reconhecer que somente a ação do Poder Público poderá assumir a liderança de um movimento para incorporar o Nordeste, em futuro não muito distante, na corrente do desenvolvimento nacional (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 18).

O primeiro Plano Diretor da SUDENE anunciou 16 diretrizes com o objetivo de reorganizar e reorientar a ação do poder público e promover o desenvolvimento da região Nordeste. Resumidamente, as diretrizes foram as seguintes: 1) a sistematização dos investimentos em transportes, principalmente o rodoviário; 2) investimentos no setor de energia elétrica; 3) reformulação da política dos recursos de água; 4) reestruturação da economia rural, com foco no aproveitamento mais racional dos recursos de terra, aproveitamento das possibilidades de irrigação e a criação de uma economia resistente às secas; 5) reorientação e intensificação da pesquisa agrônômica; 6) intensificação do levantamento e a prospecção dos recursos minerais; 7) orientação dos movimentos populacionais, com colonização ou povoamento de terras subutilizadas no Maranhão e sul da Bahia; 8) medidas para melhorar as condições de abastecimento, enfrentar a elevação dos preços dos alimentos e criação de uma reserva estratégica de alimentos para o caso de secas; 9) ampliar e coordenar os incentivos à iniciativa privada, principalmente para o setor industrial; 10) incentivos para consolidação de um parque manufactureiro, com implantação de indústrias de base com força germinativa para integração da estrutura industrial; 11) mobilização dos meios para salvar as indústrias tradicionais que tinham viabilidade econômica e vantagens locais na região; 12) prestação de assistência técnica e financeira aos produtores artesanais; 13) prioridade aos serviços de abastecimento d'água urbanos, no interior da região, como medida principal para a melhoria das condições sanitárias; 14) necessidade de melhor compreensão das reações das populações rurais às medidas de reestruturação da economia rural, prestar assistência às mesmas na identificação de seus problemas, na assimilação de técnicas simples de caráter sanitário ou econômico; 15) reforma do sistema administrativo para que os objetivos da política de desenvolvimento fossem alcançados, e; 16) necessidade de unidade de direção no planejamento dos investimentos públicos e descentralização na execução dos projetos e financiamentos.

A seguir serão abordadas algumas das diretrizes que orientaram a elaboração do primeiro Plano Diretor da SUDENE, na tentativa de compreender o papel da economia

agrícola e as políticas agrárias e agrícolas que deveriam ser desenvolvidas para a solução dos problemas da economia nordestina.

O aproveitamento racional dos recursos hídricos, a reestruturação da economia agrícola e a industrialização constituíam as principais preocupações das instituições responsáveis pela elaboração e execução das políticas de desenvolvimento.

3.2.1 Aproveitamento racional dos recursos hídricos, a reestruturação da economia agrícola e a industrialização

O primeiro Plano de Diretor da SUDENE partia da constatação de que as disponibilidades de águas condicionaram, muitas vezes, o aproveitamento dos demais recursos da região. Reconhecendo que “a formulação de uma política de aproveitamento racional dos recursos hidrológicos” era de “alta prioridade em um plano de desenvolvimento”. Nesse sentido, a instituição “promoveu um levantamento sistemático dos dados disponíveis sobre a matéria, que indicou [...] ser muito baixo o nível atual do conhecimento sobre os recursos de água [...] do Nordeste”. A deficiência apontada devia-se “a uma aguda falta de dados básicos, à ausência de estudos e análises interpretativas das poucas informações disponíveis e a falta de pessoal especializado em hidrologia” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 21).

O programa da SUDENE para o aproveitamento dos recursos hidrológicos voltava-se para os seguintes aspectos:

- a) promover o treinamento de técnicos e pessoal auxiliar, além de se incentivar a realização de trabalhos técnicos e científicos relacionados com os recursos de água;
- b) iniciar a ativação de um sistema de coleta de dados básicos, envolvendo todas as fases do ciclo hidrológico, mas dando-se ênfase especial aos trabalhos de pluviometria, água subterrânea, evaporação e pluviometria;
- c) avaliar os recursos e as possibilidades hidrológicas de sua utilização, nas bacias do Jaguaribe, Piranhas e Açú; e dos aquíferos, no Araripe, Apodi, Ibiapaba, Iguatu e Baixo Jaguaribe (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 21).

Este plano diretor adotou duas inovações conceituais da época tendo em vista o desenvolvimento global dos recursos hídricos. O primeiro foi o conceito dos projetos para múltiplas finalidades e o segundo o da unidade das bacias fluviais “que reconhece a interrelação entre os vários elementos que compõem os recursos de água de uma dada bacia, estabelece a necessidade de considerar êsses elementos como um todo”, presumindo “que os

projetos de múltiplo fim possam ser levados a cabo em harmonia com o desenvolvimento global da bacia” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 95).

Nesse sentido as bacias hidrográficas foram consideradas como “as unidades ideais para o desenvolvimento da utilização dos recursos de água”, se contrapondo à compreensão até então dominante na região Nordeste de “considerar como unidades independentes e separadas, para fins de utilização, os vários cursos de água tributárias ou mesmo apenas um elemento físico-hidrográfico” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 95).

A partir de um levantamento sistemático, realizado pelo antigo Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (CODENO⁵), dos dados disponíveis sobre os recursos hídricos do Nordeste e a forma como esses dados foram utilizados, a SUDENE observou que as causas básicas da deficiência “dos conhecimentos e da utilização da água são várias, complexas e interdependentes”, sendo que uma causa fundamental “se destaca das demais: o insuficiente conhecimento [...] da importância dos dados básicos e da necessidade de obtenção sistemática dos mesmos” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 95).

A compreensão da SUDENE na época era a de que “sem o conhecimento das características de sua disponibilidade, não se pode ter água, nem usá-la bem; e, para conhecer, é preciso observar, analisar, interpretar” (BRASIL. SUDENE, 1966, p. 96). A existência de pessoal técnico para enfrentar os diversos problemas do conhecimento dos recursos hídricos e do planejamento de sua utilização, por um lado, e a necessidade de uma entidade com interesses específicos nos problemas da água na região dissociada de qualquer atividade executiva, por outro, foram apontadas como uma possibilidade de solução para o problema da falta de conhecimento dos recursos hídricos e de sua utilização.

Quanto à reestruturação da economia agrícola a SUDENE reconhecia, em seu primeiro plano diretor, que a dupla natureza das dificuldades que se faziam sentir na agropecuária nordestina no período relacionava-se à “incapacidade estrutural para responder às solicitações do mercado, em anos normais, e impacto das secas, determinando uma seqüência de crises de produção, com bruscas interrupções no processo de capitalização”. Apontava ainda que diante “da baixa capitalização e da escassez relativa de terras acessíveis à agricultura, a tendência do desenvolvimento do setor tem sido no sentido de uma maior pressão sobre as áreas densamente povoadas do Agreste, do Brejo e das Serras”. Por outro lado, a “expansão das lavouras pelo Sertão semi-árido, a distância cada vez maiores dos

⁵ O Codeno, instalado no dia 25 de abril de 1959, antecedeu a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), instituída em 15 de dezembro de 1959.

centros consumidores do Litoral, [tornava] tôda a economia regional ainda mais vulneráveis às sêcas” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 22).

Tomando como referência as condições apresentadas acima, o primeiro Plano Diretor orientou suas ações na seguinte direção: a) aumento da oferta de terras disponíveis para a agricultura, tanto nas zonas úmidas como na semiárida, com o aproveitamento intensivo das possibilidades de irrigação; b) reorganização da economia da zona semiárida, tornando-a mais resistente às secas, e; c) reorientação e intensificação da pesquisa agrônômica e da experimentação agrícola, visando o aumento da produtividade.

A ampliação da oferta de terras se daria nas bacias de irrigação dos açudes, no Submédio São Francisco e no Baixo São Francisco. A reorganização da economia da zona semiárida voltava-se para as culturas do algodão arbóreo, da mamona, oiticica e forrageiras. A Tabela 10, que trata dos números-índices da produção real do Nordeste, demonstra o lugar da produção agropecuária no conjunto da economia da região.

Tabela 10 - Números-índices da produção real do Nordeste (Base: 1950-100)

Discriminação	1949	1950	1951	1952	1953	1954	1955	1956	1957	1958
Setor primário (1)	93	100	83	92	94	109	113	117	124	100
Indústrias (2)	91	100	103	98	107	113	130	140	170	...
Transporte	90	100	111	124	137	154	171	178	183	204
TOTAL (3)	93	100	93	97	102	112	118	123	133	...
Todos os Estados										
Lavoura	94	100	81	91	94	113	117	122	132	108
Pecuária	92	100	79	92	95	106	114	120	120	80
Excluindo o Maranhão										
Alimentos agrícolas (4)	103	100	84	96	97	118	117	125	135	104
Culturas industriais	97	100	98	101	123	114	121	126	129	122
Prod. de exportação (5)	97	100	67	79	76	98	104	108	146	121
Total das lavouras	98	100	78	88	91	107	111	117	140	116

Fonte: Adaptado de (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 114) - (Quadro I).

Notas: (1) Agropecuária, produção extrativa vegetal e pesca; (2) Inclusive produção e refino de petróleo; (3) Inclusive comércio, outros serviços e aluguéis; (4) Não incluída a produção de cana de açúcar, que figura nas culturas industriais; (5) Culturas predominantemente de exportação: algodão, sisal, mamona e cacau.

Os dados compilados na tabela acima demonstram que a produção agropecuária nordestina, segundo a própria SUDENE reconhecia, caracterizava-se por um ritmo de crescimento lento e que se agrava nos períodos de secas, como na calamidade climática de 1951 a 1953. Os efeitos das crises climáticas eram mais dramáticos para a pecuária, tanto “porque os rebanhos sofrem o flagelo com maior intensidade, mas também porque sua recuperação [...] é mais lenta”. Neste sentido, além da pecuária nordestina registrar perdas na ordem de 20% nos períodos de seca, “tem a sua expansão constantemente perturbada pelo

desgaste periódico a que é submetido, contra o qual, até o presente momento, não pode adquirir a necessária resistência” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 115).

Mas as deficiências da produção de alimentos na região Nordeste não se restringiam ao problema das secas. A produção insuficiente de alimentos, a baixa produtividade e os preços relativamente caros foram outros fatores que tornaram a produção agropecuária nordestina deficiente, na perspectiva da SUDENE. Por outro lado, os suportes dos meios de transporte, das redes de armazenamento para defesa dos produtores, da reorganização dos esquemas de financiamento, destinados a regularizar o mercado agrícola, consistiam também em fatores que deviam ser levados em conta no equacionamento dos problemas da produção agropecuária nordestina no período.

A produção agropecuária, especialmente a produção de culturas industriais, mantinha uma relação íntima com o setor industrial. Nesse sentido, o primeiro Plano Diretor da SUDENE partia da constatação de que a industrialização do Nordeste encontrava bases sólidas para sua consolidação, tanto do ponto de vista da existência de mercado local para produtos de consumo geral como pela disponibilidade de matérias-primas e oferta elástica de energia elétrica nos principais centros urbanos, além das vantagens representadas pela existência de mão de obra. Entre as ações que orientaram a formulação da política industrial da SUDENE que estavam intimamente relacionadas com a economia agrícola podem ser destacadas: a) a criação de uma adequada estrutura de transportes e energia que possibilitasse a distribuição geográfica da atividade industrial, em função dos mercados e das fontes de matéria-prima; b) reorganização e reequipamento das indústrias tradicionais que foram prejudicadas em seu desenvolvimento como a indústria têxtil; c) aproveitamento em larga escala de matérias-primas locais de oferta estruturalmente excedentária, visando estabilizar a atividade no setor primário, e; d) formação de mão de obra especializada ou semiespecializada, tanto para as novas indústrias como para o aumento da eficiência das indústrias tradicionais. De acordo com o primeiro Plano Diretor da SUDENE (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 151):

O papel dinâmico do investimento industrial e da atividade manufatureira não se limita à criação de emprego fora das zonas rurais. Expressa-se em estímulo à própria atividade agropecuária, com a ampliação do mercado interno, em maior estabilidade econômica, maior receita para o Governo e, portanto, melhores serviços públicos. Somente com o desenvolvimento industrial será possível modificar a estrutura econômica nordestina, facilitando a transição para uma distribuição menos desigual da renda e um sistema econômico de maior dinamismo interno.

A indústria têxtil algodoeira era uma das indústrias que tinham grande ligação com a economia agrícola. Esta indústria ocupou, em média, no período 1949-1957, por volta de 73 mil pessoas, sendo que em 1957 o volume de emprego gerado por ela representava mais de 37% de toda a mão de obra utilizada no setor industrial da região e 36% de todos os salários pagos pelos estabelecimentos industriais.

Em virtude dos baixos níveis de renda per capita nordestina a demanda efetiva dependia em grande parte “da indústria têxtil, cuja massa de salários assegura [...] a continuidade das indústrias de consumo voltadas para o mercado interno [...] e a manutenção dos serviços, inclusive comércio [...]”. Nessa perspectiva, tanto pelo volume de emprego direto como pelas condições que criou para a instalação de indústrias de bens de consumo, a indústria têxtil desempenhou “papel saliente na absorção parcial dos excedentes estruturais de mão-de-obra agrícola” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 165).

A indústria têxtil do Nordeste contava com três condições importantes para sua instalação e expansão, entre fins do século XIX e as três primeiras décadas do século XX: a) um mercado relativamente amplo e protegido; b) uma abundante e crescente mão de obra, e; c) disponibilidade de matéria-prima em quantidade e qualidade suficientes, que era o algodão. Esta última condição esteve diretamente relacionada com o desenvolvimento da economia agrícola da região.

3.2.2 Racionalização do abastecimento alimentar e a política de colonização

O diagnóstico realizado pelo primeiro Plano Diretor da SUDENE constatou que as dificuldades do abastecimento alimentar, no Nordeste, podiam ser caracterizadas por três aspectos principais: a) insuficiência da oferta regional; b) distribuição ineficiente e a falta de instalações e meios financeiros para constituir estoques regularizadores do mercado e enfrentar as crises intermitentes de produção, causadas pelas secas; c) baixo nível dietético, aquém das necessidades calóricas da população, mesmo em anos normais (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 24). A situação alimentar na região no período era a seguinte:

Do ponto de vista quantitativo (expressa a alimentação em calorias), o nordestino consome menos de 70% do que consome um habitante do Centro-Sul. Como na dieta de ambas as regiões os produtos de origem animal e vegetal têm quase a mesma participação relativa [os produtos de origem animal participam com cerca de 15% do total calórico, os de origem vegetal com 85%, nas duas regiões], a grande deficiência da alimentação nordestina está, fundamentalmente, no seu menor valor energético. É claro que, nessas condições, depara-se na região com uma carência muito acentuada dos

chamados elementos protetores; além disso, o padrão alimentar é mais monótono, pois somente o consumo de mandioca fornece cerca de 1/3 do total calórico, ao passo que o Centro-Sul há maior participação dos cereais, equilibrando-se o consumo dos três produtos básicos: arroz, farinha e feijão (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 193).

Segundo o documento em análise havia uma íntima relação entre a pobreza da alimentação e o baixo crescimento da renda real da população nordestina. Assim, se “o padrão de vida da população estivesse melhorando de maneira sensível, a alta elasticidade da procura de alimentos protéicos (sic) e de cereais, que se pode comprovar na região, teria determinado evolução diferente” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 193).

Dessa forma, ao reconhecer a necessidade de atuar diretamente sobre a produção a SUDENE propôs em seu primeiro plano diretor as seguintes linhas de ação para a dinamização da economia agrícola da região: a) abertura de novas frentes agrícolas no Maranhão, na faixa irrigável dos grandes rios e nas bacias dos açudes; b) conversão parcial da área canavieira à produção de alimentos; c) dinamização e ampliação dos créditos a curto prazo, para formação das safras, defesa dos preços mínimos e constituição de estoques; d) expansão de cooperativas de produção; e) desenvolvimento da pesquisa agrônômica, e; f) ajustamento de uma política consistente de subsídios.

Quanto à racionalização da distribuição de alimentos a SUDENE estabeleceu as seguintes ações: a) construção de uma rede regional de armazéns; b) constituição de estoques de emergência contra as crises de produção provocadas pelas secas e para o equilíbrio do mercado nos períodos de entressafra; c) construção de centros de abastecimento nas grandes cidades e remodelação das feiras e mercado de bairro existentes, acompanhadas da construção de mercados do produtor, onde se localizavam as principais feiras do interior; d) criação de sociedades mistas de comercialização ligadas às redes de armazenagem; e) estabelecimento de convênios especiais de financiamento para dinamizar os fluxos comerciais; f) coordenação das compras de alimentos cobertas por verbas ou fundos rotativos do poder público.

As medidas planejadas pela SUDENE, em seu primeiro plano diretor, no âmbito da produção e da distribuição de alimentos, revelavam a urgência com que deveriam ser tratados os problemas das culturas agrícolas voltadas para o abastecimento do mercado interno. Segundo o documento em análise:

Dentro dessa perspectiva - que propiciará acentuada expansão da procura de alimentos - torna-se imperioso providenciar as medidas paralelas do fomento que ajam de forma a aumentar a oferta agrícola e facilitar a sua distribuição. No diagnóstico da economia nordestina [...] concede-se a essas medidas a

mesma prioridade atribuída à intensificação dos investimentos industriais, considerando que a industrialização do Nordeste tem sido seriamente dificultada pela inadequada oferta de alimentos nos principais centros urbanos da região. E o relatório [...] afirma claramente que “a solução do problema do abastecimento desses centros constitui pré-requisito para o êxito de qualquer política de industrialização” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 193).

O problema básico relacionava-se com o fato de que a população nordestina, além de consumir menos, em virtude da pobreza, as condições de abastecimento ainda eram precárias. Nesse sentido, a oferta local de gêneros alimentícios era insuficiente e, além disso, sofria com as crises periódicas de produção determinadas pelas secas. Por outro lado, o abastecimento alimentar tinha uma dependência muito grande em relação aos produtos importados de longa distância que, em virtude dos custos de transportes rodoviário e marítimo, acabavam aumentando os custos dos alimentos na região. Assim, a dependência da alimentação nordestina das importações contribuiu para a evolução dos preços ao consumidor quando comparados aos do Centro-Sul. As conclusões a que chegou a SUDENE, em seu primeiro plano diretor, foram que a oferta local insuficiente e a dependência das importações de alimentos demonstravam que “a agricultura nordestina não está preparada para apoiar a industrialização da região, viga mestra do esforço de desenvolvimento que se pretende realizar”. Além disso, havia o problema do excesso de mão de obra e a escassez de terras para a produção de alimentos. Outra face da economia agrícola da região que contribuía para ampliar o problema da produção de alimentos consistia no fato de que a economia regional estava “voltada para a instável exportação de matérias-primas, açúcar e cacau que [...] 40% da área cultivada se destina a esses produtos [...]” (BRASIL. SUDENE, 1966a, pp. 194-5).

No entanto, mesmo com o aumento da produção de alimentos pela agricultura nordestina em virtude dos estímulos da alta dos preços,

a região continua na contingência de ter de importar mais da terça parte dos cereais consumidos, mais da quarta parte das carnes e do pescado e cerca de 30% dos laticínios. No Centro-Sul, exportador de carnes e laticínios, essa dependência é de ordem de 5%, para cereais e pescados (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 195).

Em linhas gerais, a estrutura agrícola do período revelava um dado importante: a baixíssima produtividade da agricultura nordestina. Segundo a SUDENE, em “relação ao Centro-Sul, o Nordeste ocupa mão-de-obra cerca de 70% mais numerosa por unidade de cultura, mas cada agricultor produz pouco mais de 2/5 do que produz a sua contraparte centro-sulina” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 197).

As ações da SUDENE relacionadas com a produção partiam do reconhecimento da necessidade de aumento da produção de alimentos exigindo a implantação de novas áreas agrícolas, a melhor adequação do crédito e o fomento do progresso tecnológico como eixos essenciais que complementaríamos os programas de irrigação em larga escala, a racionalização dos transportes e suprimento de energia elétrica. A pretensão final da instituição era desenvolver a cultura de cereais e legumes e a reestruturação dos rebanhos.

A implantação de novas áreas dedicadas à produção de alimentos teve atenção especial no primeiro plano diretor da SUDENE, em virtude da urgência de se providenciar maior oferta regional, dando atenção às “potencialidades mal aproveitadas dos vales úmidos, das faixas irrigáveis dos grandes rios e das bacias dos açudes”, além da ocupação de áreas cultiváveis no estado do Maranhão.

As ações voltadas para a produção e distribuição de alimentos agrícolas seriam complementadas com a política de colonização, baseada em três aspectos (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 26):

- a) absorção de excedentes populacionais da região, sobretudo da zona semi-árida, cuja economia tenderá para atividades especializadas, adaptadas ecologicamente, com baixa densidade populacional;
- b) complementar a oferta de mão-de-obra onde quer que a sua escassez se constitua um ponto de estrangulamento do desenvolvimento regional;
- c) aumentar a produção agrícola regional, principalmente de alimentos, como suporte do desenvolvimento industrial da área.

Os objetivos da política de colonização estavam diretamente relacionados com o desenvolvimento agropecuário e do abastecimento interno, que deveriam ser cumpridos mediante o aproveitamento de terras de boa qualidade e não aproveitadas, por falta de investimentos corretos, em vales úmidos do litoral e em bacias de irrigação na região semiárida. Pretendia também aproveitar terras de boa qualidade não sujeitas a riscos de clima, no Maranhão ou no Sul da Bahia, e as terras que se tornassem disponíveis pela reorganização da atividade econômica em zonas da Mata de Pernambuco, Paraíba e Alagoas.

A SUDENE considerava que a longo prazo o desenvolvimento industrial da região resolveria o problema do emprego dos excedentes populacionais. No entanto, a necessidade de intensificação do desenvolvimento industrial apoiado na oferta maior de alimentos exigia a utilização dos excedentes populacionais para atividades produtivas de alimentos, em terras fora da zona semiárida. Por outro lado, em algumas áreas do Nordeste, como Maranhão e sul da Bahia, começavam “a viver uma fase de desenvolvimento em

extensão, com enorme procura de mão-de-obra, que não pode ser satisfeita com a população natural” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 237).

Nesse sentido, a política de colonização consistiria na intensificação das migrações para áreas de reconhecido potencial, como Maranhão e sul da Bahia, e numa reorientação das emigrações que se realizavam das zonas de instabilidade crescente para zonas valorizadas por investimentos públicos, “cuja reorganização econômica pede a absolvição de novas massas de trabalhadores, como nos vales úmidos do litoral e bacias de irrigação” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 238).

A política de colonização da SUDENE, segundo a própria instituição, não era fundamentada em “qualquer atividade ‘paternalista’ em relação às populações cuja migração se vai patrocinar”. Neste sentido, a transferência de populações somente ocorreria mediante a existência das condições reais de vinculação ao processo de desenvolvimento, tendo como matriz principal a industrialização do Nordeste e de outras áreas do país. Assim, a participação da SUDENE nesse processo estaria relacionada à “criação das condições infraestruturais que permitam maior produtividade social da colonização” (BRASIL. SUDENE, 1966a, p. 239).

3.3 A continuidade das formulações das políticas agrárias e agrícolas nos II, III e IV Planos Diretores da SUDENE

Além do I Plano Diretor a SUDENE ainda elaborou mais três: o II Plano Diretor - 1963-1965; o III Plano Diretor, 1966-1968; e o IV Plano Diretor, 1969-1973, elaborado em 1968. As diretrizes gerais e as linhas de ações previstas no primeiro plano diretor continuaram nos planos seguintes, sendo ampliadas ou corrigidas (BRASIL. SUDENE, 1966b).

No que se refere à ação direta no desenvolvimento econômico o II Plano Diretor concentrava-se em cinco linhas de ações: a) reestruturação da economia agropecuária; b) política de industrialização; c) desenvolvimento da pesca; d) racionalização do abastecimento de gêneros alimentícios, e; c) ajuda técnica-financeira ao artesanato.

Quanto à reestruturação da economia agropecuária o II Plano Diretor continuou dando atenção à ampliação da oferta terras com o povoamento do Maranhão e aproveitamento de terras públicas próximas aos grandes centros urbanos, melhoramento da pecuária, desenvolvimento da economia algodoeira, pesquisa e experimentação agrônômicas, extensão e organização rural, reflorestamento e fruticultura, mecanização e conservação de solos,

irrigação do Submédio São Francisco, Desenvolvimento Integrado do Vale do Jaguaribe, Projeto do Alto Piranhas e aproveitamento das águas subterrâneas.

Nesse conjunto de ações destaco a ação de Desenvolvimento Integrado do Vale do Jaguaribe. Em ação pioneira em termos de política de desenvolvimento rural a SUDENE, com cooperação do DNOCS e a assistência técnica francesa, constituiu o Grupo de Estudos da Bacia do Jaguaribe ou Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ). Os trabalhos do GEVJ visavam “o duplo objetivo de estabelecer o método a aplicar no desenvolvimento das demais bacias hidrográficas da zona semi-árida, permitindo o rápido aproveitamento das grandes quantidades de água já represada no Jaguaribe e seus afluentes (BRASIL. SUDENE, 1966b, p. 42).

Quanto à política de industrialização destaca-se o reaparelhamento da indústria têxtil do Nordeste, aproveitamento industrial do sal e das águas-mães de salinas no Rio Grande do Norte, desintoxicação da torta de mamona para uso animal e determinação de novas aplicações para as proteínas contidas na mesma, óleos vegetais e indústrias de curtumes nordestinas. A partir das ações elencadas pode-se observar a íntima relação da política industrial e a política de desenvolvimento agrícola, especialmente ao que se referem à indústria têxtil, as aplicações com torta de mamona, óleos vegetais e a indústria de couros. O desenvolvimento da indústria de produtos agropecuários impacta diretamente na produção agrícola, pois exigiria o aumento quantitativo e qualitativo da mesma.

Quanto à racionalização do abastecimento de gêneros alimentícios destaca-se a construção de uma rede de armazéns e silos, centrais de abastecimento em Salvador, Recife e Fortaleza, estocagem de emergência e para regularização do mercado e, por último, informações de mercado.

As centrais de abastecimento foram pensadas como grandes mercados atacadistas “para onde convergem as transações de gêneros alimentícios, colocando os produtores o mais diretamente possível em contacto com os agentes distribuidores”, oferecendo “em suas instalações modernas tôdas as facilidades exigidas por êsses ramos do comércio”. Estas centrais de abastecimento disporem “de armazéns coletivos e individuais, frigoríficos, serviços de classificação dos produtos, padronização e aproveitamento de embalagens, etc. Os bancos, emprêsas de seguros e de transportes poderão estabelecer agências nas Centrais” (BRASIL. SUDENE, 1966b, p. 57).

O III Plano Diretor manteve os objetivos dos dois planos anteriores, que consistiam no incremento da oferta de alimentos e de matérias-primas e no aumento da produtividade do setor. No entanto, se distinguia dos anteriores pela ênfase que deu aos

investimentos destinados à melhoria do sistema de comercialização dos produtos agrícolas (BRASIL. SUDENE, 1966c, p. 111).

No entanto, a definição das prioridades do planejamento para o setor agropecuário neste III Plano Diretor levou em consideração duas dificuldades a serem enfrentadas. A primeira era a de que o processo de industrialização do Nordeste poderia ser frustrado se não houvesse, em curto prazo, a regularização do mercado de alimentos agrícolas e não ocorresse um aumento substancial na oferta de alimentos e de matérias primas para a indústria regional. A segunda consistia no fato de que o incremento da produção agrícola regional havia ocorrido de forma puramente extensiva, provocando altas nos custos de produção e que acabava interferindo no próprio processo de desenvolvimento. E, também em virtude da escassez de fundos para o investimento no setor, as linhas gerais do planejamento agropecuário compreendiam dois objetivos considerados de importância estratégica: a) medidas com efeitos a curto e médio prazos destinadas à regularização e ao aumento da oferta de alimentos nos grandes centros consumidores e de matérias-primas para a indústria, e; b) medidas de efeitos a longo prazo com o objetivo de elevação dos níveis de produtividade e a diversificação da produção agrícola regional, onde os critérios econômicos a determinassem.

As medidas a curto e médio prazos deveriam superar dois fatores limitantes da agricultura nordestina que dificultavam o atendimento à demanda de bens alimentares e matérias-primas provocada pelo processo de industrialização. Uma delas consistia nas “deficiências da estrutura agrária vigente, cujas condições estão longe de estimular os investimentos agropecuários, acarretando má distribuição dos recursos produtivos”, seja no âmbito da unidade agrícola, seja no âmbito do conjunto da economia do setor. A outra se relacionava à

interferência de estruturas oligopsônicas no sistema de comercialização dos produtos agropecuários, ao submeter a produção do setor a uma série de intermediações, separa completamente o produtor do consumidor final, o que impede que ele usufrua os incentivos dos mercados urbanos, além de onerar os preços agrícolas pelo aumento excessivo dos serviços relacionados com a produção (BRASIL. SUDENE, 1966c, pp. 111-2).

Em relação à primeira dificuldade, as deficiências da estrutura agrária, a SUDENE considerava que suas possibilidades de ação eram limitadas em virtude de uma série de obstáculos de ordem institucional que a impedia de “atuar diretamente, a não ser [...] através do sistema de cooperativas, da execução de projetos-pilotos de organização agrária ou [...] da administração de uma política de incentivos aos empreendimentos agrícolas com o fim de modificar a estrutura existente” (BRASIL. SUDENE, 1966c, p. 112). A segunda dificuldade,

a interferência de estruturas oligopólicas no sistema de comercialização, seria cabível uma ação mais direta e profunda que resultasse em curto prazo em considerável incremento na oferta de culturas alimentares a partir de uma maior intervenção no mercado ou com a melhoria do sistema de comercialização.

Nesse sentido, de acordo com a SUDENE (BRASIL. SUDENE, 1966c), o essencial na compreensão do complexo nordestino como um problema de desenvolvimento econômico seria entender que os projetos de curto e médio prazo como abastecimento, cooperativismo e serviços de promoção e extensão rural poderiam contribuir para vencer os obstáculos cuja superação não implicasse em mudanças institucionais ou tecnológicas.

As pesquisas econômica e agropecuária estariam incluídas na execução de projetos de longo prazo que permitissem obter um conhecimento sistemático dos recursos disponíveis, das melhores possibilidades do uso desses recursos, da tecnologia mais adaptável à região e às diversas fases do desenvolvimento do setor. A realização de pesquisas econômicas e agropecuárias tinha por finalidade propiciar uma visão compreensiva da agricultura nordestina, permitindo encontrar soluções para as mudanças necessárias à expansão continuada da economia agrícola. Assim, o estabelecimento de programas capazes de influenciar decisivamente no processo de desenvolvimento do setor primário dependeria “da construção de um quadro explicativo da evolução e modificações estruturais” do setor, em virtude da “deficiência, quer de estatísticas atualizadas e tanto quanto possível precisas, como de informações de outra natureza de interesse dos técnicos dedicados aos problemas do desenvolvimento” (BRASIL. SUDENE, 1966c, p. 114).

Portanto, a construção de um modelo de desenvolvimento do setor agropecuário seria uma condição para a obtenção de maior racionalidade dos programas de investimentos. As linhas gerais de um programa de pesquisas que viesse atenuar as dificuldades percebidas no decurso da explicação e execução dos programas agrícolas e pecuários foram definidas da seguinte forma: a) a análise global da economia agrícola nordestina, situando-a no contexto da economia regional e definindo suas principais tendências de curto, médio e longo prazos; b) o estudo analítico dos problemas de estrutura agrária levando em conta as implicações do uso e da propriedade da terra, as relações de trabalho, os obstáculos institucionais no campo e que afetam a vida das populações rurais; c) os estudos que permitissem à SUDENE estabelecer uma política de preços para os produtos agropecuários nordestinos; d) a análise dos recursos humanos, físicos, tecnológicos e do capital disponíveis, empregados nas atividades do setor primário, e; e) a análise de antecedentes, especialmente sobre a estrutura da oferta e da demanda dos produtos agropecuários (BRASIL. SUDENE, 1966c, p. 114).

O IV Plano Diretor refletia, de forma direta, os problemas que a SUDENE passaria a enfrentar com o Regime Militar instalado em 1964. O novo regime foi alicerçado sobre a centralização de poderes nas mãos da Presidência da República, apoiado em três pilares: financeiro, administrativo e político. Na compreensão de Colombo (2013, pp. 154-5),

Pelo lado financeiro, os recursos concentravam-se no Executivo Federal, que tinha o arbítrio para repassá-los a estados e municípios. O governo central também controlava a atuação administrativa nos três níveis administrativos. Finalmente, o Executivo Federal controlava das eleições às governadorias, evitando assim oposição ao regime.

Em relação ao planejamento e à questão regional o regime militar concentrou em sua órbita as tarefas que antes estavam sob a competência da SUDENE, que perdeu o posto de ser ligada à Presidência da República, passando a integrar o Ministério Extraordinário para a Cooperação dos Organismos Regionais (Mecor) transformado, posteriormente, em Ministério do Interior (Minter). Mas “o principal golpe na Sudene foi o corte no orçamento, reduzido abruptamente, que a transformou em um órgão de apoio financeiro e técnico a projetos nacionais e não mais regionais” (COLOMBO, 2013, p. 155).

A seção destinada à agricultura e ao abastecimento, no IV Plano Diretor, deixa este fato bastante evidente. Conforme indicado desde o I Plano Diretor, as grandes linhas de ação programadas pela SUDENE a partir do trabalho do GTDN consistiam basicamente em: a) ampliação da oferta de terras; b) reorganização da economia da zona semiárida; c) orientação e incremento da pesquisa e experimentação agrônômica, e; d) racionalização do abastecimento e comercialização da produção agropecuária.

Em relação às terras a serem colonizadas, por exemplo, a SUDENE havia se limitado até 1968 à instalação do Projeto de Povoamento do Maranhão. As metas programadas para a execução deste projeto não foram atingidas, segundo a SUDENE, pela “ausência de estudos básicos que permitissem um maior conhecimento da área e a inexistência de uma infra-estrutura, principalmente de estradas, comprometeram sensivelmente os resultados esperados” (BRASIL. SUDENE, 1968, p. 89).

Quanto ao aproveitamento das bacias dos açudes públicos que consistia na dinamização das atividades de irrigação a cargo do DNOCS, racionalizando o emprego dos recursos. Na perspectiva da SUDENE, os “resultados obtidos foram extremamente limitados, em virtude, principalmente, da dificuldade de encontrada na coordenação das atividades dos órgãos federais” (BRASIL. SUDENE, 1968, p. 89). Nesta passagem fica claro a dificuldade que a SUDENE encontrava na execução dos programas de desenvolvimento, em virtude do

fato desta instituição ter perdido a condição de centralidade no processo de elaboração e execução dos programas e projetos de desenvolvimento para a região Nordeste.

A escassez de recursos e falta de coordenação dos programas foram apontados como os principais motivos para não terem sido alcançados os objetivos para superação dos problemas do desenvolvimento econômico na região. Foi o caso da utilização dos tabuleiros costeiros, que tornaria possível o aumento da oferta de terras agricultáveis, a reestruturação da economia canavieira, a política de reorganização da economia da zona semiárida, com ênfase no fomento da cultura do algodão arbóreo e a pecuária bovina. Por fim,

O processo de comercialização, ao lado de uma inadequada estrutura agrária, apresenta-se com um dos principais pontos de estrangulamento do desenvolvimento do setor agrícola regional. Desde sua criação a SUDENE tem dado uma importância toda especial a êste problema, desenvolvendo programas voltados para: a) estudos e pesquisas sobre os principais canais de comercialização; b) projetos de comercialização com a formação de estoques reguladores e estoques de emergência; c) organização de um sistema de centrais de abastecimento; d) criação de uma infra-estrutura complementar pela construção de mercados urbanos e rurais e de armazéns. O nível de realizações destes programas foi pouco expressivo, em virtude da escassez dos recursos, se comparado com as dimensões do problema (BRASIL. SUDENE, 1968, p. 90).

Atuando na região desde 1961 a SUDENE reconhecia, em 1968, que a economia nordestina vinha apresentando certo dinamismo que tinha permitido uma redução das disparidades entre esta região e as mais adiantadas do país. Além do crescimento pelo qual passou a região no período, havia outros fatores positivos a serem considerados na orientação da política de desenvolvimento a ser adotada no futuro. Esses elementos positivos são os seguintes: a) as condições favoráveis que a infraestrutura de transporte rodoviário, energia e saneamento básico já implantada que ofereciam as possibilidades de desenvolvimento da atividade econômica em nível de maior racionalidade, possibilitando uma maior integração dos mercados regionais e destes com os de outras regiões do país; b) a eficiência da política de industrialização adotada que permitiu a mobilização de poupanças nacionais e sua utilização na implantação no Nordeste de empresas industriais em ritmo acelerado; c) o avanço do conhecimento dos recursos naturais e sua exploração que puseram em relevo as vantagens locais da região e que deveriam ser mais explorados no processo de desenvolvimento regional; d) a criação de uma mentalidade voltada para o desenvolvimento econômico aliada a uma tomada de posição consciente diante dos problemas regionais e do fortalecimento do espírito empresarial, e; e) modificações ocorridas em setores da

administração pública, federal e estadual, com vistas à adoção de métodos de trabalho mais racionais (BRASIL. SUDENE, 1968, p. 105).

No entanto, mesmo diante destes aspectos positivos, o nível de renda e o padrão de vida de grande parte da população nordestina continuaram baixos, assim como a absorção da mão de obra em empregos produtivos não acompanhou o crescimento da força de trabalho. Mesmo no interior da própria região havia consideráveis disparidades de renda entre Estados e entre sub-regiões que tinham problemas específicos que exigiam tratamento diferenciado.

[...] Êsses aspectos, aliados ao da baixa produtividade de alguns setores e ao da permanência de determinados entraves de natureza institucional, mostram que, no curto prazo de sua aplicação, a política do Governo ainda não foi suficiente para promover as transformações necessárias a um desenvolvimento satisfatório (BRASIL. SUDENE, 1968, p. 106).

Considerados os principais componentes do sistema regional e o estágio do desenvolvimento econômico no final da década de 1960, o IV Plano Diretor destacava os papéis a serem desempenhados pelos principais setores da economia: o industrial, o agropecuário e o setor público. Nesse sentido, o setor industrial deveria, no longo prazo, “constituir um centro dinâmico capaz de possibilitar um crescimento com maior grau de autonomia e orientado pelas próprias forças produtivas da Região”, cabendo ao setor, “em grande parte, a função relevante de modernizar a economia”. Quanto ao setor agropecuário, caberia ao mesmo, “ter sua produtividade aumentada, de maneira significativa, pela melhor utilização dos fatores, sobretudo no que concerne a matérias-primas para a indústria regional e a bens de exportação”. Na compreensão da SUDENE, este constituía o setor que mais sentia a concorrência de outras regiões, no entanto, caberia à agricultura a função de absorver parte do excedente da força de trabalho da região. O setor público, por outro lado, que “conjugava as funções estabelecidas para os demais setores de produção, deverá ser orientado com vistas à captação de poupanças de outras regiões de outros países e entidades internacionais, e sua transferência para o Nordeste”, com o fim de realizar as aplicações diretamente “na forma de investimentos públicos, ou de utilizá-las em apoio ao setor privado através de incentivos para a implantação de empresas industriais e agrícolas [...]” (BRASIL. SUDENE, 1968, pp. 106-7).

Para finalizar este capítulo cabe destacar o papel central do Estado e dos investimentos públicos na formulação e execução de políticas agrárias e agrícolas entre as décadas de 1930 e 1960. A produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e de matérias-primas para a indústria ocupou um espaço significativo no campo das

preocupações governamentais a respeito do desenvolvimento econômico. Nesse processo é possível distinguir três momentos distintos.

No primeiro momento, do final da década de 1930 até 1945, a agricultura foi pensada a partir dos problemas internos do próprio setor, ou seja, foi tomada como questões centrais o aumento da produção de alimentos e matérias-primas para abastecimento do mercado interno como forma de aumentar a oferta de alimentos para atender as necessidades das populações urbanas e rurais. Para isso, as medidas adotadas ou formuladas estariam relacionadas com o aumento da área cultivada, o melhoramento genético de sementes e de plantas a partir da experimentação agrícola e ações voltadas para a saúde do trabalhador. Em suma, as preocupações com a produção agrícola estavam mais voltadas para o atendimento das demandas alimentares da população brasileira e a produção de matérias-primas para a indústria.

O segundo momento identificado pode ser situado entre a segunda metade da década de 1940 até 1958. Uma característica marcante deste período foi o fato de a agricultura ter sido pensada a partir de sua relação com o processo de industrialização, ou seja, a dinâmica interna do setor agrícola não foi tomada como referência para a formulação de políticas agrícolas. Assim, o aumento da produção agrícola estava relacionado com a necessidade de ampliação da oferta de alimentos para atender ao processo de industrialização e urbanização crescentes que resultariam na baixa dos preços dos alimentos agrícolas, diminuindo assim o impacto sobre a inflação. No entanto, diferentemente do período anterior, as ações voltadas para o aumento da produção não se relacionavam com a alteração das condições materiais e/ou sociais da produção agropecuária. Os problemas da agricultura brasileira, chamados de *gargalos* na documentação analisada, se relacionavam com problemas de infraestrutura como transportes, armazenagem e conservação de alimentos. Assim, os investimentos deveriam ser voltados para a construção de rodovias ou ferrovias, silos e armazéns e câmaras frigoríficas. A mecanização da agricultura seria a única ação que estaria relacionada à alteração das condições técnicas da produção. Os investimentos na agricultura deveriam ser feitos somente na medida em que contribuíssem com o processo de industrialização.

O terceiro momento foi inaugurado com o diagnóstico realizado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, publicado em 1958. O documento elaborado pelo GTDN inaugura uma nova forma de compreensão dos problemas da economia brasileira, colocando a questão regional no centro do debate político-econômico do país. Em primeiro

lugar são apontados os principais problemas da economia brasileira, constituído pela conjugação de dois fatores: as disparidades de renda e de crescimento regionais, que foram agravados pelo crescimento acelerado do setor industrial entre as décadas de 1930 e 1960 e o crescimento da população urbana a partir da década de 1950⁶.

Nesta terceira fase a agricultura não aparece mais como uma coadjuvante ou apêndice do setor industrial, embora a premissa básica continue a mesma, ou seja, o aumento das ofertas de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e de matérias-primas para a indústria. Sem a realização desta função básica pela agricultura fracassaria a tentativa de desenvolvimento industrial, daí a atenção especial dada à alteração das condições sociais e técnicas da produção agropecuária. Os problemas relacionados à infraestrutura de apoio à economia agrícola também não foram deixados de lado, no entanto, os investimentos em rodovias, armazenagem e distribuição só fazem sentido quando a própria produção agropecuária é transformada.

Por fim, é somente nesta terceira fase que se pode observar a formulação efetiva de políticas agrárias e agrícolas com o objetivo de alterar sensivelmente as condições sociais e técnicas da produção agropecuária. A SUDENE desempenharia um papel fundamental na formulação e execução destas políticas atuando, principalmente, na criação das condições para a ampliação da oferta de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e o aumento da produção de matérias-primas para a indústria.

As ações da SUDENE voltadas para o setor agropecuário foram baseadas em cinco grandes eixos, definidos com mais clareza em seu IV Plano Diretor (BRASIL. SUDENE, 1968): a) a análise da economia agrícola, com o objetivo de analisar a estrutura socioeconômica e funcionamento do setor primário; b) a pesquisa e experimentação agrícola, com o objetivo de formar uma infraestrutura que possibilitasse um desenvolvimento mais amplo das atividades de pesquisa e experimentação e, também, à execução de projetos considerados prioritários, com vistas a promover o aumento da produtividade; c) a organização agrária, com o objetivo de fortalecimento do cooperativismo e estímulo a novas formas de organização agrária; d) o abastecimento, com o objetivo de melhorar o sistema de comercialização e do financiamento da produção e o estabelecimento de uma política de preços, e; e) a promoção agropecuária, com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos e de matérias-primas tanto para o mercado regional quanto para a exportação.

⁶ Em 1950 a população urbana era constituída de 36,2 por cento da população total, passando a 45,1 por cento em 1960. Somente na década de 1970 a população urbana ultrapassa a população rural, chegando a 56 por cento da mesma. Em 1980 a população urbana atinge a marca de 67,7 por cento da população total (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 1980).

A promoção agropecuária constituía a ação mais diretamente voltada para as atividades agrícolas e da pecuária. As medidas voltadas para as atividades agrícolas eram constituídas do aumento da oferta de sementes selecionadas, maior utilização de adubos, melhoria das condições fitossanitárias, racionalização dos tratos agrícolas e utilização intensiva de máquinas e de equipamentos adequados. Quanto às atividades da pecuária, o aumento da oferta de alimentos, o aumento da oferta de água, melhoramento do estado sanitário dos rebanhos e a introdução de reprodutores selecionados constituíam as principais medidas para a melhoria do setor.

A formulação e execução destas políticas agrárias e agrícolas contribuiriam, na perspectiva da SUDENE, para a criação das condições essenciais para o desenvolvimento da economia agrícola e industrial nordestinas, atacando de frente os dois principais problemas da economia regional: a disparidade de renda e crescimento em relação ao Sudeste do país.

3.4 O movimento histórico das políticas de desenvolvimento rural do semiárido nordestino

O movimento histórico das políticas de desenvolvimento regional iniciadas na década de 1960 tem como ponto de partida a reestruturação agrária dos vales de rios da região semiárida, nos quais foram instaladas unidades de exploração agropecuária baseadas no trabalho familiar, como núcleos de futuras empresas familiares.

Este movimento histórico será constituído por, ao menos, três movimentos distintos e inter-relacionados. No primeiro, realiza-se a reorganização da estrutura agrária, cuja característica principal do sistema de uso e posse da terra consistia no predomínio de minifúndios e pequenas propriedades rurais responsáveis, por um lado, pela produção de alimentos agrícolas como feijão, milho e arroz para o abastecimento de mercados regionais e, por outro, pela produção de culturas industriais como o algodão, e matérias-primas como a cera de carnaúba e oiticica⁷, voltadas para o abastecimento das indústrias de bens não duráveis de consumo locais e regionais.

O segundo movimento das políticas de desenvolvimento regional consiste nos “estímulos selecionados à iniciativa privada, com vistas a um desenvolvimento industrial rápido e adequado às necessidades regionais” (SUDENE, 1964, p. II). Este movimento acaba

⁷ A Oiticica (*Licania rigida*, Benth.) é uma árvore da família das *Rosáceas*. É típica de matas ciliares do sertão nordestino, essa árvore é encontrada nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba. De suas sementes é extraído um óleo que serve para a produção de tintas, vernizes e biocombustíveis, sendo que da polpa do fruto é produzido sabão (VIEIRA et. al., 2010).

se tornando um elemento importante na desarticulação das principais linhas de ação planejadas para o desenvolvimento da agricultura, principalmente, no que diz respeito à “diversificação das culturas em benefício da produção de alimentos” e a “multiplicação de unidades agrícolas familiares e de cooperativas” (SUDENE, 1964, p. I). Além disso, não ocorreu a “absorção progressiva dos excedentes de mão-de-obra das zonas urbanas, pela criação de formas permanentes de emprego em indústrias e serviços correlatos, capazes de tornar mais variada a estrutura econômica” (SUDENE, 1964, pp. I-II). Isso ocorreu, em parte, porque as indústrias instaladas na região Nordeste, a maioria vindas de São Paulo e da região Sudeste do país, se especializaram na produção de bens intermediários, que eram exportados para as outras regiões do país, o que indica o grau de concentração da indústria de transformação no Sudeste, especialmente, em São Paulo, da qual importava serviços e insumos. Segundo Araújo (1997, p. 19), “[D]os serviços que usa [as indústrias incentivadas], 40% vêm do Sudeste (90% desses de São Paulo); das matérias-primas que processa, 17% são produzidas no Sudeste (dois terços em São Paulo [...])”. No entanto, o problema maior estava relacionado ao mercado de produtos, como observa Araújo (1997, p. 19), pois “a relação é predominantemente extra-regional, com destaque para a região Sudeste e, dentro dela, São Paulo”. Esta característica da “indústria incentivada” (a indústria instalada no Nordeste com incentivos fiscais e financeiros) reforça a montagem de um parque industrial voltado para fora, tendo em vista que

Das vendas realizadas pela indústria incentivada, pouco mais de um terço se destina à própria região Nordeste (36%). O destino principal é o Sudeste, que compra 44% da produção da indústria incentivada (71% dos quais adquiridos por São Paulo). O mercado internacional participa com apenas 10% das vendas totais desse segmento da economia nordestina (ARAÚJO, 1997, p. 20).

Por outro lado, enquanto os saldos comerciais da região Nordeste com o exterior continuaram positivos, o que já era uma característica anterior às políticas de desenvolvimento regional, iniciadas na década de 1960, nas trocas inter-regionais esses saldos se tornaram cada vez mais negativos, tornando a região nordestina numa “região-mercado”, como observa Araújo (1997, p. 22), “pois nos anos 50 as compras efetuadas de outras regiões representavam 1,2 vezes as vendas do Nordeste para o resto do país. No período 1975-1980 tal relação havia aumentado para 2,5 vezes”. E, nestas compras, além de bens de consumo duráveis e não duráveis produzidos com bens intermediários das “indústrias incentivadas”, a região Nordeste também passou a importar alimentos agrícolas, *in natura* e processados,

produzidos em outras regiões, como demonstram os dados apurados pelo Departamento Estadual de Estatística, entre 1959 e 1973.⁸

E, assim, chega-se a um terceiro movimento das políticas de desenvolvimento rural, que é marcado pela reorientação da política de desenvolvimento agrícola, que tinha como fundamento a diversificação das culturas agrícolas em benefício da produção de alimentos e a multiplicação de unidades agrícolas familiares e de cooperativas, instaladas em projetos públicos de irrigação. Esse modelo de desenvolvimento rural passou a ser visto pelo próprio DNOCS como indesejável, tendo início, na década de 1980, a um processo de avaliação dos perímetros irrigados instalados até aquele momento. A partir daí cresceram as pressões para que os perímetros irrigados administrados pelo órgão fossem emancipados, ou seja, se livrassem da tutela do Estado ou, o que não é a mesma situação, o Estado se livrasse deles. Uma das justificativas para esta reorientação baseava-se, por um lado, no argumento de que o público selecionado como “irrigantes” ou “colonos” não havia se adaptado a uma agricultura moderna e empresarial e, por outro, que os investimentos eram muito altos, principalmente, pelos custos com a instalação da infraestrutura hidroagrícola. No entanto, os motivos reais foram propositalmente ocultados.

Em minha percepção, há pelo menos dois elementos importantes para o entendimento da reorientação das políticas de desenvolvimento agrícola baseadas em projetos públicos de irrigação. O primeiro, de ordem interna, relaciona-se com a própria política de desenvolvimento industrial que, ao incentivar a instalação de indústrias de produção de bens intermediários, cria as condições para fortalecer as matrizes dessas indústrias instaladas na região Sudeste, especialmente, em São Paulo. Assim, a região Nordeste se torna exportadora de bens intermediários produzidos a baixo custo, em virtude dos incentivos fiscais, financeiros e de mão de obra excedente e barata, ao mesmo tempo em que se torna uma “região-mercado” para os produtos industrializados, muitas vezes, produzidos com os bens intermediários exportados pelas “indústrias incentivadas”. Uma consequência imediata consistiu na destruição das indústrias locais que tinham um perfil de indústrias rurais produzindo, principalmente, bens de consumo não duráveis e semiduráveis (óleo vegetal (de algodão), bolsas, chapéus, calçados de couro e palha, tecidos entre outros). O segundo, um elemento externo, relaciona-se com o crescente interesse do capital rentista nacional e internacional pelo setor agrícola, que enxerga no mesmo as condições para garantir a

⁸ O Departamento Estadual de Estatística do Ceará realizou a apuração dos dados referentes às exportações do Ceará, por vias internas, no período de 1959 a 1973, que foram publicados pelo IBGE na coleção intitulada *Comércio Interestadual por Vias Internas: exportação do Ceará*.

reprodução ampliada do capital. Neste sentido, esse segundo elemento relaciona-se diretamente relacionado com a reestruturação do capital que necessitava de novos espaços de investimento após a crise estrutural do capitalismo na década de 1970. No plano internacional o Banco Mundial estará na dianteira desse movimento como demonstra o estudo elaborado por Gary P. Kutcher e Pasquale L. Scandizzo, em 1981, intitulado *The Agricultural Economy of Northeast Brazil*. Para Kutcher e Scandizzo (1982, pp. 3-4, tradução nossa),

O “problema” do Nordeste é o da enorme disparidade econômica e social, agravada por uma aparente intratabilidade. Por mais de um século, a situação do Nordeste tem sido uma fonte de vergonha para os brasileiros, de frustração implacável para os políticos e de um enigma para os planejadores econômicos. Mais recentemente, o problema tornou-se uma grande preocupação de outros governos e organizações internacionais do Hemisfério Ocidental, porque exemplifica o caso extremo de um grande e persistente receptáculo (pocket) de pobreza em um país de outra forma dinâmico e em rápido desenvolvimento.

A preocupação oficial não faltava. Várias intervenções maciças foram tentadas ao longo deste século. Estratégias inovadoras de desenvolvimento foram elaboradas e vastos recursos - brasileiros e internacionais - foram gastos. No entanto, houve pouco crescimento ou desenvolvimento no Nordeste como um todo. O Nordeste rural, de fato, pode não ter experimentado nenhum crescimento per capita: continua mantendo a maior concentração de pobreza no hemisfério. O problema do Nordeste continua sendo um constrangimento para os brasileiros e um imenso desafio para os planejadores econômicos e sociais.

A novidade dessa argumentação, que estará na base discursiva do Banco Mundial a partir do início da década de 1980, consiste em tomar a pobreza absoluta como objeto de intervenção política, como demonstra o relatório elaborado por Alan Berg (BERG, 1981), intitulado *Malnourished People: a policy view* (Pessoas desnutridas: uma visão política), da *Poverty and Basic Needs Series* (Série Pobreza e Necessidades Básicas), do Banco Mundial. No prefácio deste relatório Robert McNamara, presidente do Banco Mundial de 1968 a 1981, destacou como indicadores da pobreza absoluta as condições de vida limitadas por desnutrição, doença, analfabetismo, baixa expectativa de vida e alta taxa de mortalidade infantil, cabendo aos governos dos países em desenvolvimento fornecerem melhor acesso “aos pobres absolutos de serviços públicos essenciais, como educação básica, atenção primária à saúde e água potável”. Para ele, “[E]sses serviços fundamentais - combinados com melhor moradia e nutrição [...] são a chave para que os pobres possam atender às suas próprias necessidades básicas”, tornando-os mais produtivos e, conseqüentemente, aumentar o poder aquisitivo dos mesmos (McNAMARA, 1981, n. p., tradução nossa).

O tema da desnutrição ganha força nesse período e, ao que parece, passa a ser utilizado pelo Banco Mundial como um argumento para a revisão das políticas agrícolas e agrárias formuladas e executadas até o início da década de 1980. Tomando como referência Brasil, Índia, Paquistão, Bangladesh e Marrocos, Berg (1981, p. 31, tradução nossa) observou que, embora “as famílias com renda muito baixa gastem a maior parte de sua renda com alimentação, muitas delas ainda não consomem quantidades nutricionalmente adequadas de alimentos”, pois, conforme os dados apresentados “[A]s dietas de mais de 40% da população nos cinco países examinados [...] são deficientes em energia, e as dietas de 15% ou mais são deficientes em mais de 400 calorias”. Para o autor,

Muitos dos desnutridos são famílias de pequenos agricultores que ganham sua renda principalmente com o cultivo de terras próprias ou arrendadas. A maioria, porém, são trabalhadores agrícolas sem terra ou quase sem terra, aqueles que trabalham em outros empregos rurais ou urbanos mal remunerados ou desempregados. Assim, eles se beneficiam apenas indiretamente de programas de produção para o pequeno agricultor. No estado de Maharashtra, na Índia, por exemplo, 40% daqueles cuja renda é baixa demais para poderem fornecer nutrição adequada são pequenos agricultores, 40% são trabalhadores agrícolas e o restante está desempregado ou em empregos mal remunerados. Para aqueles que não são pequenos agricultores, o que mais importa é a relação entre sua renda, que é determinada pela demanda por mão de obra dentro e fora das fazendas e pelo custo dos alimentos. Para eles, os programas nutricionalmente importantes são aqueles que fornecem empregos para mão de obra não qualificada, incluindo obras públicas ou programas de alimentos por trabalho (BERG, 1981, pp. 81-2, tradução nossa).

Ao incentivar programas de “alívio” da pobreza absoluta e da desnutrição baseados em ações como a aquisição de alimentos por trabalho, muito comuns nos períodos de secas na região Nordeste do Brasil, com as chamadas “frentes de serviço” ou “frentes de emergência”, o Banco Mundial contribuiu com a institucionalização de práticas assistencialistas que mais tarde serão criticadas pela própria instituição. O mais interessante nesta nova abordagem do problema da pobreza é que não há intenção de resolver a questão, tendo em vista que as ações são tomadas como medidas paliativas ou de “alívio”, de forma que evitem a morte em larga escala em decorrência da fome. Dessa forma, se nas décadas de 1960 e 1970, tanto as políticas como as pesquisas agrícolas estavam voltadas para ampliar as culturas comerciais, a partir do início da década de 1980, as orientações foram outras:

O bem-estar nutricional deve ser um objetivo primordial da pesquisa agrícola, e a **produção de alimentos de baixo custo que são consumidos principalmente pelos pobres** precisa ser enfatizada. Sem tecnologia aprimorada, por exemplo, os produtores de milho e sorgo nas regiões

semiáridas podem permanecer pobres e desnutridos. As instituições de pesquisa agrícola começaram a dedicar atenção substancial às **culturas de raízes e grãos e leguminosas**, que são as **fontes mais baratas de energia e proteína alimentar** e que geralmente **são os alimentos básicos dos pobres**. Entre as raízes que parecem oferecer melhores rendimentos está a **mandioca**, a **fonte básica de energia alimentar** para cerca de 300 milhões de pessoas, a maioria das quais é pobre [...]. Geralmente, a pesquisa é realizada em resposta a forças do mercado que refletem mais o poder de compra do que a necessidade nutricional e foram construídas sobre o trabalho de pesquisa dos países desenvolvidos. **A ênfase deve ser dada às culturas favoritas e nas condições enfrentadas pelos pobres** e deve se estender a todos os aspectos dos serviços de extensão agrícola, fornecimento de insumos, crédito e comercialização, levando em consideração a viabilidade social, técnica e financeira dos pobres. Em muitos países, **essa reorientação exigiria uma mudança substancial na visão dos planejadores agrícolas** (BERG, 1981, p. 32, tradução nossa, grifo nosso).

Na avaliação dos formuladores e planejadores das políticas agrícolas brasileiras nas décadas de 1960 e 1970 uma das causas do atraso da agricultura relacionava-se à produção de culturas alimentares, o que denominavam de *agricultura de subsistência*. Assim, o foco das pesquisas e da produção agrícolas deveriam ser as culturas comerciais ou industriais, voltadas para o abastecimento do mercado de alimentos e o fornecimento à indústria de produção de bens de consumo e bens semiduráveis. No caso do Perímetro Irrigado Morada Nova, embora a mandioca tenha sido identificada como uma cultura existente na região onde o projeto foi implantado, ela não aparece nos planos de exploração durante a década de 1970. Quanto ao feijão, o anteprojeto de valorização hidroagrícola do vale do Banabuiú observava “que em comparação com outras atividades possíveis, essa cultura não [seria] muito rentável para a irrigação. Entretanto, considerando os hábitos de consumo, é evidente que os agricultores dedicar-se-ão a essa cultura”. No entanto, “apesar da fraca rentabilidade, uma pequena superfície para o feijão em cada exploração” deveria ser reservada (BRASIL. MINTER. SUDENE; SCET/COOP, 1969, p. 28).

Na percepção de Berg (1981), também partilhada pelo Banco Mundial – já que desde 1978 essa instituição financeira vinha desenvolvendo estudos e formulando orientações de políticas de planejamento alimentar – as políticas agrícolas que privilegiaram a expansão de culturas comerciais resultaram na piora do quadro nutricional dos pobres. Nesta perspectiva os planejadores deveriam cuidar para que as mudanças na tecnologia ou nas políticas agrícolas não tivessem efeitos nutricionais prejudiciais, como ocorreu em um projeto de desenvolvimento rural em Tabasco, México, no qual a produção agrícola aumentou “seis vezes - enquanto a população dobrou - o estado nutricional dos 30% mais pobres da população da área do projeto caiu”. Neste caso, “[O]s objetivos de maximizar as exportações

e o retorno do investimento foram alcançados com o custo de reduzir a diversidade de culturas e atrapalhar o crescimento da oferta local de alimentos” (BERG, 1981, pp. 33-4, tradução nossa).

Esse foi um dos argumentos que estava na base das críticas feitas aos projetos de desenvolvimento rural baseados na irrigação intensiva. Paul Duane, do Departamento de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Banco Mundial, elaborou um estudo para discussão interna entre os funcionários da instituição, no qual avaliou 17 projetos de irrigação financiados pela instituição no período de 1961 a 1968, localizados em Taiwan, Índia, Paquistão, México, Turquia, Malásia, Colômbia e Ceilão (atual Sri Lanka). Duane (1975) observava ainda que a política do Banco Mundial exigia uma recuperação de pelo menos os custos de operação e manutenção (O&M) do setor público e até 100% de todos os custos públicos diretos de qualquer projeto de irrigação, com receitas e custos em anos futuros adequadamente descontados e ajustados pela inflação geral e com custos medidos a preços de mercado interno. Para o autor,

Na prática, as taxas de recuperação negociadas nos projetos do Banco realmente excederam os custos de O e M, mas ficaram muito aquém dos custos totais. De acordo com uma pesquisa de 17 projetos de irrigação do Banco, as recuperações previstas tiveram uma média de apenas 30% dos custos totais. A política permitiu, portanto, uma ampla margem de manobra na definição do nível de encargos, pelo menos em relação aos custos públicos. As justificativas das cobranças propostas se referem principalmente à necessidade de ajudar os usuários, principalmente os mais pobres, e, ocasionalmente, à necessidade de preservar os incentivos. Infelizmente, a ausência de uma estrutura sólida para incorporar objetivos distributivos e outros à avaliação das cobranças levou a regras bastante simplistas e vagas para definir seu nível; e essas regras podem ter contribuído para o fraco registro das recuperações estimadas. Este documento tem como objetivo auxiliar as decisões sobre recuperação de custos, fornecendo uma estrutura apropriada para determinar os meios desejáveis e o grau de recuperação de custos (DUANE, 1975, n. p, tradução nossa).

No Brasil destaco o financiamento pelo Banco Mundial de dois projetos de irrigação na década de 1970, localizados no vale do rio São Francisco, em virtude das orientações e recomendações feitas pela instituição ao conceder estes empréstimos, que considero importantes para entender as críticas feitas aos projetos públicos de irrigação, a partir da década de 1980. O primeiro projeto foi aprovado em 1970 com o intuito de financiar uma estação de bombeamento principal no rio São Francisco, cinco estações de bombeamento secundárias, um sistema de irrigação completo para 6.000 ha, o assentamento de 1.000 famílias em unidades de seis ha cada, a construção de sete agrovilas para a instalação de

colonos e a criação da autoridade do projeto para supervisionar a construção, operar as instalações de irrigação e direcionar o desenvolvimento e a comercialização agrícolas. A Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE), subordinada ao Ministério do Interior e responsável pelo desenvolvimento da irrigação no Vale do São Francisco, seria responsável pela construção e operação do projeto de irrigação (WORLD BANK, 1970).

Em 1969 o Setor de Pesquisa Agrícola do Banco Mundial havia examinado as prioridades setoriais gerais da agricultura no Brasil, identificando um potencial substancial para melhoria da produtividade na agricultura de sequeiro, combinando práticas adequadas de manejo do solo e de água com o uso de insumos, como sementes melhoradas e fertilizantes. No entanto, embora identificando “alguma margem para o aumento do desenvolvimento da irrigação em pequena escala de bolsões dispersos de bons solos aluviais nas margens dos rios”, o potencial para projetos de irrigação em larga escala no Nordeste foi considerado limitado e não sendo “de alta prioridade” (WORLD BANK, 1970, p. 1, tradução nossa). As razões identificadas pelo banco para não considerar a irrigação em larga escala como de alta prioridade incluíam

[...] o alto custo de capital para o desenvolvimento da irrigação; a dificuldade de implantar a tecnologia avançada necessária para a produção de culturas de alto valor; o potencial para o aumento da produção de frutas e legumes de sequeiro para atender à demanda no Nordeste; e as longas distâncias para os principais mercados das cidades do Sul [do país]. A Pesquisa recomendou, no entanto, que alguns projetos individuais de irrigação pudessem ser justificados, desde que fossem economicamente sólidos e mostrassem uma taxa de retorno satisfatória; que servissem de protótipos de uma série de projetos de natureza semelhante; e que os mesmos tivessem um amplo impacto educacional (WORLD BANK, 1970, p. 1, tradução nossa).

O segundo projeto financiado pelo Banco Mundial, em 1979, foi projetado para aumentar a produção e a renda agrícolas de cerca de 2.700 famílias de pequenos agricultores, cuja renda anual estava abaixo do nível de pobreza absoluto, vivendo no vale do Baixo São Francisco, abrangendo partes dos estados de Alagoas e Sergipe. Previa a instalação de sistemas de irrigação, o desenvolvimento de áreas agrícolas familiares de propriedade cooperativa, o fortalecimento dos serviços e infraestrutura de apoio agrícola e social e o desenvolvimento institucional das principais agências executoras locais. O principal risco enfrentado pelo projeto, segundo o Banco Mundial, relacionava-se à capacidade institucional da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF) para implementação do projeto. Por isso, o financiamento do projeto incluía um componente

substancial de assistência técnica projetada para fortalecer suas capacidades, particularmente em áreas como desenvolvimento rural e gestão de cooperativa (WORLD BANK, 1979).

As críticas formuladas pelo Banco Mundial ao modelo de desenvolvimento rural baseado no assentamento de colonos em projetos públicos de irrigação foram formuladas no relatório intitulado *Brazil - Rural development programs for the Northeast: an interim assessment*, publicado em 1983. O relatório tinha o objetivo de revisar os programas federais de desenvolvimento rural e os recursos hídricos usados ou que poderiam ser usados para ajudar pequenos agricultores no Nordeste do Brasil. Esta avaliação, de natureza provisória, fazia parte do diálogo entre o governo brasileiro e o Banco Mundial sobre estratégias de redução da pobreza e desenvolvimento rural para a região Nordeste, assim como sobre a natureza e extensão da participação do Banco nos esforços de desenvolvimento rural nos anos seguintes. Na avaliação do Banco Mundial, em mais de 90 anos de atuação o governo brasileiro havia investido recursos consideráveis e tentado várias estratégias diferentes para estimular o desenvolvimento rural no Nordeste, como a construção de barragens e instalação de grandes projetos de irrigação, apoio a culturas específicas, promoção da agroindústria e projetos de reassentamento. No entanto, esses esforços iniciais haviam se baseado na crença de que o problema poderia ser resolvido através de intervenções de engenharia, sem considerar as origens socioeconômicas da pobreza, o que tornavam os problemas de desenvolvimento mais complexos (WORLD BANK, 1983). Assim, o Banco Mundial só voltaria a financiar projetos públicos de irrigação em 1988, quando foi iniciada a construção de um novo formato para a irrigação pública no Brasil, como a criação dos distritos privados de irrigação para operar os projetos; pesquisa aplicada, para fornecer recomendações concretas para a gestão da água e práticas agrícolas irrigadas; o desenvolvimento da irrigação privada; descentralização do planejamento e da execução dos investimentos em irrigação; e o que passou a ser denominado de *desenvolvimento institucional*, uma maneira de se referir a reestruturação dos órgãos responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento rural (WORLD BANK, 1988a, 1988b).

Nesse sentido, as demandas políticas e econômicas ditadas por instituições como o Banco Mundial têm orientado, em grande parte, a escolha dos temas de pesquisas considerados socialmente relevantes, principalmente, os que dizem respeito às políticas de desenvolvimento rural. O que tenho verificado na história social da problemática do desenvolvimento rural é a tendência das organizações responsáveis pela formulação e execução das políticas de desenvolvimento de imporem, através de suas demandas, o que é

relevante para a pesquisa acadêmica. Assim, o primeiro passo para a desconstrução dessa tendência histórica reside na compreensão profunda e detalhada dos objetos de investigação.

Por isso, esta pesquisa situa-se na temática mais geral da mudança agrária que, em linhas gerais, está relacionada à constituição do “setor agrícola”, resultado de uma divisão global do trabalho entre produção agrícola e comércio inaugurado a partir do final do século XV com a expansão marítima e a colonização moderna das ilhas atlânticas, Américas e África, com a constituição de uma economia política dos descobrimentos (ALENCASTRO, 1998) e se universaliza, a partir do século XIX, com a instituição dos *regimes alimentares internacionais* (international food regimes), quando o mercado internacional passa a ser regulado pelos preços dos alimentos e matérias-primas (FRIEDMANN, 2004; TILZEY, 2019). Para Henry Bernstein,

A noção de 'setor agrícola' foi criada e aplicada a partir do surgimento e desenvolvimento das economias 'modernas', isto é, capitalistas. Marx percebeu que a divisão social do trabalho entre agricultura e indústria, e entre o meio rural e a cidade, surgiu como uma característica do desenvolvimento do capitalismo. Só fez sentido distinguir o setor agrícola, quando o setor industrial se tornou proeminente no hemisfério norte; e, posteriormente, quando a industrialização passou a ser o principal objetivo econômico do 'desenvolvimento nacional' nos países do hemisfério sul, depois de conquistarem sua independência do domínio colonial (BERNSTEIN, 2011b, p. 57).

Enquanto setor distinto da produção social a agricultura na economia moderna (capitalista) alia-se “aos interesses econômicos e suas instituições e atividades especializadas (agricultura a montante e a jusante), que afetam as atividades e a reprodução dos agricultores” (BERNSTEIN, 2011b, p. 57). Uma das maneiras que a mudança agrária, na perspectiva aqui compreendida, afeta as atividades e as formas de reprodução dos agricultores se relacionarem com a produção especializada de produtos agrícolas, especialmente, as culturas industriais como o algodão, que resultam na “mercantilização da subsistência”, devido ao avanço do setor agrícola moderno sobre a produção de alimentos para o autoconsumo e o abastecimento do mercado interno e o atendimento de outras demandas que garantam a existência da forma camponesa de produção. Essas demandas são compreendidas em termos de *fundos* ou *reservas* que são feitas à produção agrícola que garantem as condições mínimas de reprodução biofísica e social dos grupos que dependem da exploração da terra para sobreviverem.

4 A FORMULAÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO AGRÍCOLA DO VALE DO JAGUARIBE

As políticas agrárias e agrícolas formuladas pela SUDENE e executadas pelo DNOCS na região do Baixo Jaguaribe, Estado do Ceará, tinham como objetivo principal a reorganização da estrutura agrária e da produção agropecuária da região, a partir da instalação de um polo de desenvolvimento agrícola baseado na agricultura irrigada e no assentamento de colonos e suas famílias, como núcleo de futuras empresas familiares voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento dos mercados regionais de Fortaleza, no Ceará, e Mossoró, no Rio Grande do Norte.

A intervenção da SUDENE na região do Vale do Jaguaribe foi iniciada com a criação do Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), em 1961. O GEVJ foi um grupo misto franco-brasileiro criado em parceria com a Association pour L'Organisation des Missions de Cooperation Technique (ASMIC), do Ministério dos Assuntos Econômicos da República Francesa, para realização do inventário dos recursos naturais da bacia do rio Jaguaribe, efetuando o estudo dos solos e das águas disponíveis. A bacia do Jaguaribe - com 73.000 km² - foi escolhida como região-padrão, representativa do Polígono das Secas, cujos resultados e a experiência adquirida seriam utilizados para a definição das modalidades de abordagem e estudo de uma região natural. Além dos inventários das potencialidades dos recursos hídricos, dos solos e das técnicas agrícolas e das estruturas agrárias foram realizados estudos sobre os obstáculos econômicos e sociais ao desenvolvimento da região.

Os trabalhos do GEVJ resultaram na elaboração do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, constituído de nove relatórios técnicos (Fotointerpretação, Pedologia, Hidrologia, Monografia Hidrológica, Agricultura, Hidrogeologia, Políticas das Águas, Aspectos Socioculturais e Aspectos Econômicos) e um relatório síntese, no qual foram apresentados os resultados gerais dos estudos e indicadas as recomendações para a valorização agrícola da região.

Tendo em vista os meios limitados do GEVJ foi estabelecida “uma prioridade de intervenções, de maneira a rentabilizar [...] os esforços públicos e privados, bem como uma concentração geográfica setorial” (SUDENE. DRN. GJVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 75). Neste sentido, o GEVJ considerou como prioritários os seguintes programas: 1) a valorização dos aluviões irrigáveis dominados pelas grandes barragens; 2) a organização, para as zonas irrigadas, de uma assistência eficaz e rápida ao agricultor, através da criação de um organismo único de desenvolvimento: a Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe

(CODEJA), e; 3) o melhoramento da produtividade do rebanho bovino, através do melhoramento da alimentação, proteção sanitária e melhoramento genético. Além destes três programas prioritários o Estudo Geral de Base do Vale Jaguaribe também reconhecia a necessidade de outras intervenções como: a) o melhoramento da produção e da produtividade das zonas cultiváveis não irrigáveis, especialmente as culturas do milho e do algodão mocó; b) a reorganização da produção da cera de carnaúba, cujo desaparecimento brutal ocasionaria graves problemas sociais, em virtude do aumento do desemprego, e; c) a organização de redes comerciais racionais e de crédito agrícola. Esse conjunto de ações constituíam as grandes linhas de um programa de intervenção, marcada por três fases distintas: a primeira fase foi constituída pelos trabalhos que resultaram no Estudo Geral, a segunda fase contemplaria a realização dos programas prioritários 1 e 2, sendo que a última fase seria a de execução propriamente dita da valorização da região do Vale do Jaguaribe, com a instalação dos grandes perímetros de irrigação. A segunda fase desempenharia um papel fundamental na atuação do GEVJ, pois tinha como principal objetivo a pesquisa de resultados didáticos e demonstrativos.

Dos três programas, os dois primeiros foram considerados “os de maior prioridade e os mais urgentes, como também os mais abandonados”, constituindo “a parte essencial da operação ‘Jaguaribe – segunda fase’ [...] sob a responsabilidade do próprio Grupo do Jaguaribe e da SUDENE [...]” (SUDENE. DRN. GJVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 75).

O Programa 1, a valorização dos aluviões irrigáveis dominados pelas grandes barragens, tinha como prioridade a irrigação de 150.000 hectares. No entanto, “[Tendo] em vista a falta de experiência em matéria de irrigação, tanto dos agricultores como dos técnicos, o Grupo do Jaguaribe atribuir[ia] prioridade à instalação de perímetros-pilotos irrigados”, com áreas reduzidas e com dois objetivos: por um lado, de “formar os primeiros especialistas em irrigação, no que concerne à elaboração de projetos e à gestão de perímetros” e, por outro, “constituir os primeiros núcleos de agricultura moderna, formar líderes camponeses e vulgarizar as técnicas de irrigação” (SUDENE. DRN. GJVJ; ASMIC, 1967, v. 1, pp. 75-6). Os perímetros-pilotos irrigados deveriam ser instalados

em áreas representativas das futuras zonas irrigáveis, isto é, no Baixo Jaguaribe – Icó – Cariri, no centro dos futuros setores preferenciais de progresso. Escolheremos, por exemplo, Jaguaruana, Quixaba (Limoeiro) e Russas no Baixo Jaguaribe, Lima Campos e Iguatu no Médio Jaguaribe, e Quixabinha no Cariri – Leste (SUDENE. DRN. GJVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Esses perímetros ocupariam, cada um deles, uma área de 50 a 100 ha, aproximadamente, com “financiamento exclusivamente de ordem nacional, oriundo do orçamento da SUDENE-DNOCS e Ceará”, tendo um “caráter representativo”, ou seja, variando “as características [...] de maneira a escolher os que [fossem] representativos das regiões a serem valorizadas e dos problemas a resolver” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Na falta de um serviço especializado competente, o GEVJ serviria “de núcleo para um futuro organismo a ser criado, encarregado da elaboração dos projetos”, tendo em vista que “a construção e gestão dos perímetros deverão ser confiadas a um organismo especializado (sic)”. Assim, “[Depois] de vários anos de gestão dirigida ou semidirigida, cada perímetro-piloto será absorvido por um setor mais vasto, para o qual servirá de núcleo e de modelo [...]” (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, p. 76).

Para a concretização da segunda fase de atuação do GEVJ o Conselho Deliberativo da SUDENE aprovou a criação, em março de 1966, de uma sociedade anônima de economia mista, denominada de Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe (CODEJA), com a finalidade de atuar em todos os setores da economia, especialmente, no agropecuário e industrial (SUDENE. Conselho Deliberativo, 2 de março de 1966). Assim, caberia à CODEJA: a) estudar, definir e programar o Plano de Desenvolvimento Agrícola da região; b) provocar a harmonização das intervenções públicas e privadas e sua integração no Plano de Desenvolvimento; c) determinar a elaboração dos projetos de valorização hidroagrícola e, particularmente, da rede de irrigação e drenagem; d) promover e controlar os investimentos e construções hidráulicas, agrícolas e para-agrícolas; e) instalar as estruturas de assistência aos produtores: assistência material, técnica e comercial; f) contrair os empréstimos a longo, médio e curto prazo, necessários às operações de valorização, nos organismos de financiamento; g) fornecer aos produtores os créditos individuais de que necessitassem e, h) procurar transferir progressivamente aos agricultores a responsabilidade pelas diversas tarefas de gestão dos perímetros através de cooperativas ou associações de produtores.

A CODEJA deveria ser o único intermediário dos agricultores e pecuaristas, assim como dos serviços públicos de financiamento e assistência técnica, desempenhando o papel central de elemento de coordenação e dinamização para a região do Vale do Jaguaribe. Os principais integrantes da companhia seriam a SUDENE, o DNOCS e o Estado do Ceará, aos quais poderiam se associar o Banco do Nordeste (BNB), o Ministério da Agricultura, os municípios da região e os organismos profissionais (entidades de classe). A instituição

deveria ter sua sede localizada em Limoeiro do Norte e não em Fortaleza, para evitar a burocratização e manter o contato permanente com os produtores. O GEVJ, o DNOCS e o Estado do Ceará colocariam à disposição da companhia os técnicos indispensáveis à sua instalação, assim como o seu financiamento seria assegurado com recursos próprios, a partir de serviços prestados e por subvenções das três principais entidades integrantes.

O programa da CODEJA para o período de 1965 a 1968 consistia dos seguintes tópicos (SUDENE. DRN. GVJ; ASMIC, 1967, v. 1, pp. 79-80): a) **Estudos**: colaborar com os estudos e projetos elaborados pelo GEVJ e DNOCS; b) **Implantações-pilotos**: definir os polos de progresso preferencial e instalar as primeiras equipes de assistência aos produtores e definir um primeiro programa de intervenções agrícolas ou econômicas; c) **Perímetros irrigados**: construir e gerenciar os projetos-pilotos de irrigação previstos pelo GEVJ em Limoeiro do Norte (Quixaba), Jaguaruana e Russas, assim como preparar a implantação dos perímetros maiores, como o de Morada Nova, e; d) **Coordenação**: obter dos diversos organismos públicos uma coordenação dos investimentos e realização, particularmente no que se referia à infraestrutura: estradas e eletrificação rural e centros de abastecimento. Em relação ao crédito agrícola ao produtor, deveria assegurar uma descentralização, flexibilidade e rapidez na liberação; assumir progressivamente o controle e a responsabilidade das operações em andamento entre os produtores: programas da SUDENE para o algodão, carnaúba e pecuária, assim como os programas voltados para a comercialização, sementes e adubos.

A criação e operacionalização da CODEJA representaria um grande passo para a política de valorização hidroagrícola da região do Vale do Jaguaribe. No entanto, no final de 1967, a criação da companhia foi revogada, tendo como um dos argumentos a elaboração, pela SUDENE, de “um projeto específico de irrigação – o Projeto Morada Nova que vai servir de experiência para uma operação naquela área, inclusive do mecanismo operacional do sistema, o qual poderá ser adotado para outras regiões do Vale do Jaguaribe” (SUDENE. Conselho Deliberativo, 26 de outubro de 1967, p. 1).

A revogação da criação da CODEJA se relaciona diretamente com as mudanças operadas nas ações do poder executivo federal nas políticas de desenvolvimento econômico e na questão regional, a partir da instalação do regime militar no país em 1964. Para começar, a SUDENE teve suas funções reduzidas neste novo contexto, pois saiu da órbita da presidência da República para se subordinar inicialmente ao Ministério Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais (MECOR), de 1964 a 1967, e posteriormente ao

Ministério do Interior (MINTER)¹. O MECOR foi criado com as seguintes atribuições: a) coordenar e superintender as atividades dos órgãos subordinados; b) baixar normas sobre organização e execução de obras ou serviços; c) aprovar as propostas orçamentárias, os planos, programas e projetos, em geral, de cada órgão e fiscalizar a sua execução; d) acompanhar a execução orçamentária e a gestão administrativa dos órgãos subordinados e promover inspeções e verificações relacionadas com a eficiência e regularidade dos trabalhos dos mesmos; e) realizar estudos e pesquisas referentes às atividades operacionais dos órgãos subordinados; f) estabelecer o planejamento global das atividades do Ministério, fixando a coordenação, as propriedades e os controles das obras e serviços; g) propor ao Presidente da República para nomeação aos nomes dos dirigentes de cada órgão subordinado, ou designá-los quando fosse o caso; h) decidir os recursos interpostos das decisões dos órgãos subordinados; i) exercer outras funções e encargos que lhe fossem atribuídos pelo Presidente da República (BRASIL, 1964).

O papel desempenhado pelo MECOR revelava o grau crescente da centralização em favor do poder executivo federal que ocorreu a partir de 1964 e que frustrou diretamente a ação das instituições que tinham certa autonomia financeira e administrativa, como foi o caso da SUDENE. A criação da CODEJA representou um avanço em termos de descentralização e autonomia administrativa e financeira. A revogação de sua criação refletiu diretamente as mudanças que estavam sendo operadas a nível federal, o que afetou a execução do cronograma dos programas prioritários elaborados pelo Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe.

De acordo com o *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, os grandes perímetros irrigados somente seriam instalados depois que os perímetros-pilotos de Jaguaruana, Limoeiro do Norte e Russas, localizados no Baixo Jaguaribe, Lima Campos e Iguatu, no Médio Jaguaribe, e Quixabinha, na região do Cariri estivessem em operação. Os perímetros-pilotos tinham previsão para serem instalados na segunda fase do convênio celebrado entre a SUDENE e o governo francês, ou seja, no período de 1965 a 1968. Nesta fase caberia à SUDENE, com a colaboração do GEVJ, a elaboração de anteprojeto técnico-econômico internacional de valorização agrícola e não-agrícola do Vale do Jaguaribe, incluindo nele o Projeto Morada Nova. O objetivo da elaboração desse anteprojeto internacional voltava-se para a captação de recursos do Banco Mundial (BIRD) e do Banco

¹ O Ministério do Interior (MINTER) foi criado pelo decreto-lei n. 200, de 25 de fevereiro de 1967, com a absorção dos órgãos subordinados ao Ministério Extraordinário para Coordenação dos Organismos Regionais, pasta criada pela lei n. 4344, de 21 de junho de 1964.

Interamericano de Desenvolvimento (BID). No entanto, com a revogação da criação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe, o cronograma de implantação dos programas prioritários foi alterado, passando ao primeiro plano a instalação de um grande perímetro irrigado, o Projeto Morada Nova, que serviria de modelo para os demais projetos a serem instalados na região.

Enquanto laboratório experimental, este projeto público de irrigação servirá de modelo para a instalação dos demais perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe, assim como na área de atuação dessas duas autarquias federais. Nas próximas seções deste capítulo concentrar-me-ei na análise do primeiro aspecto ou dimensão das políticas agrárias e agrícolas que resultou na instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova: a seleção do território e a dominação territorial, um dos elementos centrais para a compreensão e elucidação das estratégias utilizadas pelo Estado na dinâmica da transformação agrária na região do Vale do Jaguaribe, no interior do estado do Ceará.

As transformações ou mudanças agrárias ocorridas na região do Baixo Jaguaribe resultaram na reestruturação do sistema de uso e posse da terra, responsáveis pela destruição das unidades econômicas camponesas e/ou familiares; imposição de novas técnicas de produção agropecuária, com a utilização intensiva de insumos e maquinários agrícolas, fazendo com que aumentassem os desníveis da produtividade do trabalho e da produção agrícolas na região; reorientação das relações entre produção agrícola e mercado interno, com a definição de que tipos de alimentos e culturas industriais deveriam ser produzidos; subsunção da produção agrícola e do produtor familiar ao mecanismo do crédito rural; imposição de uma cultura empreendedora que se impõe, a partir de uma visão individualista, baseada na ideologia do sucesso pessoal e empresarial; e a expropriação e expulsão de produtores camponeses, pequenos produtores de mercadorias e trabalhadores rurais que foram obrigados a migrarem para as periferias das cidades do entorno do projeto ou para outros povoados nos quais tentam reproduzir suas condições de existência.

4.1 A seleção do território e a dominação territorial: o Vale do Jaguaribe enquanto região-padrão para as políticas de valorização agrícola

O primeiro aspecto ou dimensão a ser analisado no contexto das políticas de desenvolvimento agrícola é o da *seleção do território*, a partir do qual se produz uma nova relação, a *dominação territorial*. O agente central da *seleção do território* e da *dominação territorial* é o Estado, a partir de uma *intervenção substantiva* (JESSOP, 1982), ou seja, a

partir de uma intervenção direta. A *seleção do território* e a *dominação territorial* envolvem uma série de ações, que se inicia com a realização de estudos que resultam na elaboração de representações do espaço, ou seja, o espaço concebido por cientistas (engenheiros, agrônomos, arquitetos, geólogos, sociólogos, antropólogos, economistas etc.) e planejadores, conforme a compreensão de Henri Lefebvre (LEFEBVRE, 1991). A partir dessas representações do espaço são construídas tipologias e classificações que são fundamentais para as intervenções posteriores do Estado e da iniciativa privada. Assim, os recursos da natureza - ou seu patrimônio biofísico - são inventariados e classificados de acordo com suas utilizações ou potenciais econômicos, ao mesmo tempo em que são identificadas as fragilidades e deficiências do espaço natural ou físico e do espaço físico apropriado, para usar uma expressão de Pierre Bourdieu.

As representações do espaço elaboradas no *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, realizado entre 1962 e 1965, contribuíram para a definição das áreas que seriam objeto de valorização hidroagrícola com a instalação de perímetros irrigados em zonas representativas da bacia do Jaguaribe. Pelo volume de recursos envolvidos nessa primeira etapa de atuação do Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe tem-se uma dimensão do tamanho e importância do trabalho realizado. Até 1965 o governo brasileiro, através da SUDENE, havia gasto Cr\$ 809.000.000,00 (oitocentos e nove milhões de cruzeiros), o equivalente a US\$ 950.000,00 (novecentos e cinquenta mil dólares americanos), enquanto a França havia despendido FRF 3.205.999,00 (três milhões duzentos e cinco mil e 999 francos franceses), totalizando US\$ 1.592.000,00 (um milhão quinhentos e noventa e dois mil dólares americanos) na época (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 23).

O Vale do Jaguaribe foi, sem dúvida, a região mais estudada do semiárido nordestino na década de 1960. Escolhida como região prioritária ou região-padrão pela SUDENE, esta região se tornou um laboratório experimental para os estudos, elaboração, planejamento e execução de políticas agrárias e agrícolas que tinham por objetivo a sua *valorização econômica*, através da reestruturação do sistema de posse e usos da terra e da produção agropecuária e da implantação de projetos públicos de irrigação com o intuito de criar as bases para uma agricultura familiar empresarial que ocuparia uma área de 80 mil hectares nas planícies fluviais dos municípios de Tabuleiro do Norte, Limoeiro do Norte, Russas, Quixeré, Jaguaruana e Itaiçaba, situados no baixo curso do rio Jaguaribe, e do município de Morada Nova, situado no baixo curso do rio Banabuiú.

No entanto, antes de dar prosseguimento à análise da atuação do Estado no processo de *seleção do território* e da *dominação territorial*, se faz necessário algumas

advertências teórico-metodológicas em relação ao conceito de região. Enquanto *região*, o termo *Vale do Jaguaribe* é utilizado, pelo menos, com quatro significados diferentes: o primeiro refere-se à área de drenagem do rio Jaguaribe, ou seja, é utilizado para designar a sua bacia hidrográfica; a segunda utilização do termo refere-se a uma das regiões de planejamento criadas pelo estado do Ceará; em terceiro lugar, o uso do termo relaciona-se com a divisão territorial e administrativa em regiões geográficas (mesorregiões e microrregiões geográficas) instituída pelo IBGE em 1990 e; a quarta forma de utilização do termo tem um sentido mais *sociológico*, pois designa um *espaço representacional*, ou seja, o espaço vivido pelos indivíduos, estando relacionado com o processo de ocupação colonial na região a partir do final do século XVII, quando teve início o processo de doação de sesmarias para a instalação das fazendas de gado. Nesse sentido, também se trata de uma *prática espacial*, ou seja, um espaço da produção e da reprodução sociais.

Os primeiros estudos realizados na década de 1960, como o *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, do Grupo de Estudo do Vale do Jaguaribe (GEVJ), instituído pela SUDENE, em 1961, para a realização do inventário dos recursos naturais da bacia do Jaguaribe, se deparam com essa problemática. A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe ocupa uma área de 75.000 km², aproximadamente, representando 51,1% da área total do território cearense (BRASIL, 1981) e está situada em sua quase totalidade dentro dos limites do Estado do Ceará, com ínfima parcela estendendo-se ao sul para o Estado de Pernambuco, ocupando parte dos municípios de Exu, Moreilândia e Serrita, sendo que as cabeceiras de suas sub-bacias servem de limite entre o Ceará e os Estados do Piauí, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte. O rio Jaguaribe percorre a extensão de cerca de 610 km, desde as nascentes a sudoeste até o litoral a nordeste, abrangendo 17 microrregiões, com o total de 80 municípios no Estado do Ceará e três no Estado de Pernambuco, sendo que vários destes estão incluídos apenas parcialmente (GATTO; IBGE, 1999). Pela extensão e área ocupada por sua bacia de drenagem, até a década de 1950, quando foi perenizado pelo Açude Orós, o rio Jaguaribe era considerado o maior rio seco do mundo (PITOMBEIRA, 2015). Bacia Hidrográfica é uma área onde toda chuva que cai drena, por riachos e rios secundários, para um mesmo rio principal, localizada num ponto mais baixo de paisagem sendo separada das outras bacias por uma linha divisória denominada divisor de água.

O Estado do Ceará, segundo o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, está dividido em 12 Bacias Hidrográficas. Bacia hidrográfica é uma área onde toda chuva que cai drena, por riachos e rios secundários, para um mesmo rio principal, localizada num ponto mais baixo de paisagem sendo separada das outras Bacias por uma linha divisória denominada

divisor de água. O Estado do Ceará, segundo o Plano Estadual dos Recursos Hídricos, está dividido em 12 Bacias Hidrográficas.

A bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, por ser muito grande e heterogênea, foi dividida em cinco regiões hidrográficas ou sub-bacias: Salgado, Alto Jaguaribe, Médio Jaguaribe, Baixo Jaguaribe e Banabuiú, conforme demonstra a Figura 1. Esta divisão é utilizada pelo governo do estado do Ceará para a “gestão” dos recursos hídricos a partir dos chamados comitês de bacias.

Figura 1 – Bacia hidrográfica do rio Jaguaribe - Ceará



Fonte: Castro et. al. (2020)

A segunda forma de utilização do termo *Vale do Jaguaribe* está relacionada à divisão do Estado do Ceará em regiões de planejamento (Figura 2), “criadas com vistas ao

aperfeiçoamento das atividades de planejamento, monitoramento e implementação de políticas públicas de forma regionalizada”, passando a ser empregada na elaboração dos instrumentos de planejamento legal, como, por exemplo, o Plano Plurianual (PPA) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) (IPECE, 2015, p. 4).

Figura 2 – Regiões de Planejamento do Estado do Ceará



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (2023)

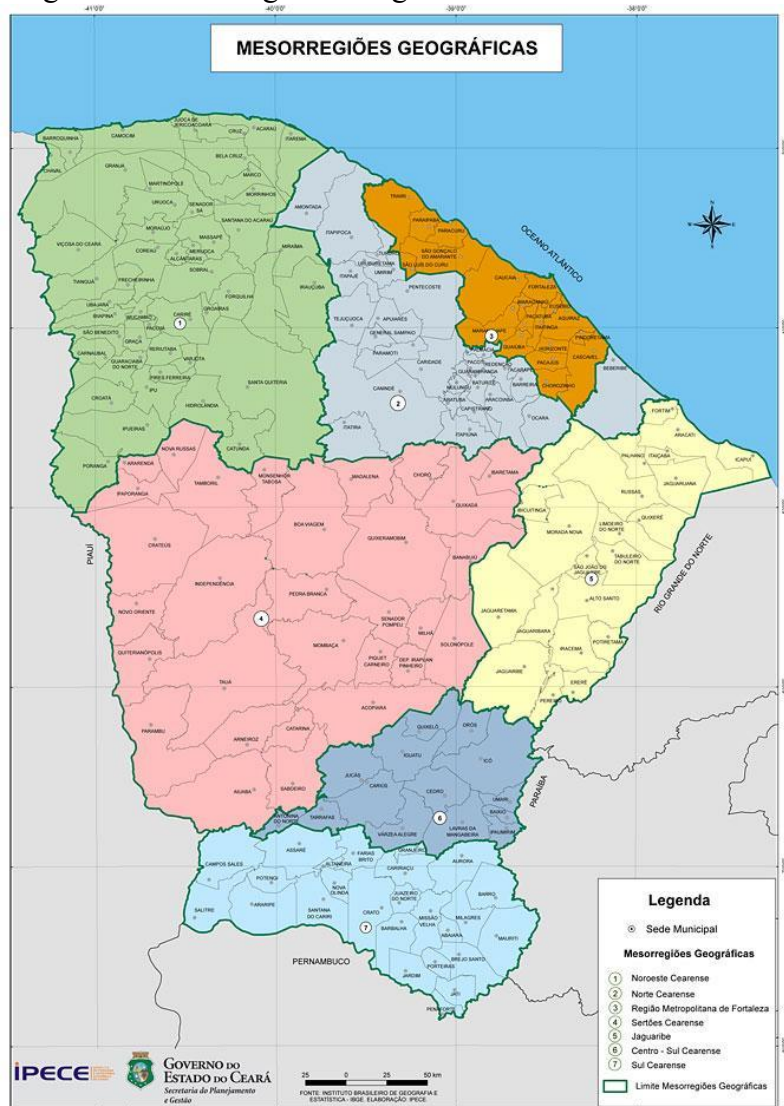
Antes da criação das regiões de planejamento o estado do Ceará utilizava, para elaboração e execução de suas políticas de planejamento econômico, a divisão em mesorregiões geográficas que classificavam os municípios do Estado em apenas sete áreas ou macrorregiões (Figura 3). Com a nova divisão,

as regiões de planejamento possuem quatorze territórios, distinguindo áreas que antes eram agregadas no modelo das macrorregiões, a exemplo das regiões da Ibiapaba, Sobral, Litoral Leste, Vale do Jaguaribe, Cariri, Centro Sul, Litoral Norte e Litoral Oeste/Vale do Curu. Este detalhamento

possibilita o planejamento regional de forma mais eficaz ao consentir o delineamento das vocações regionais de cada região de forma individualizada (IPECE, 2015, p. 4).

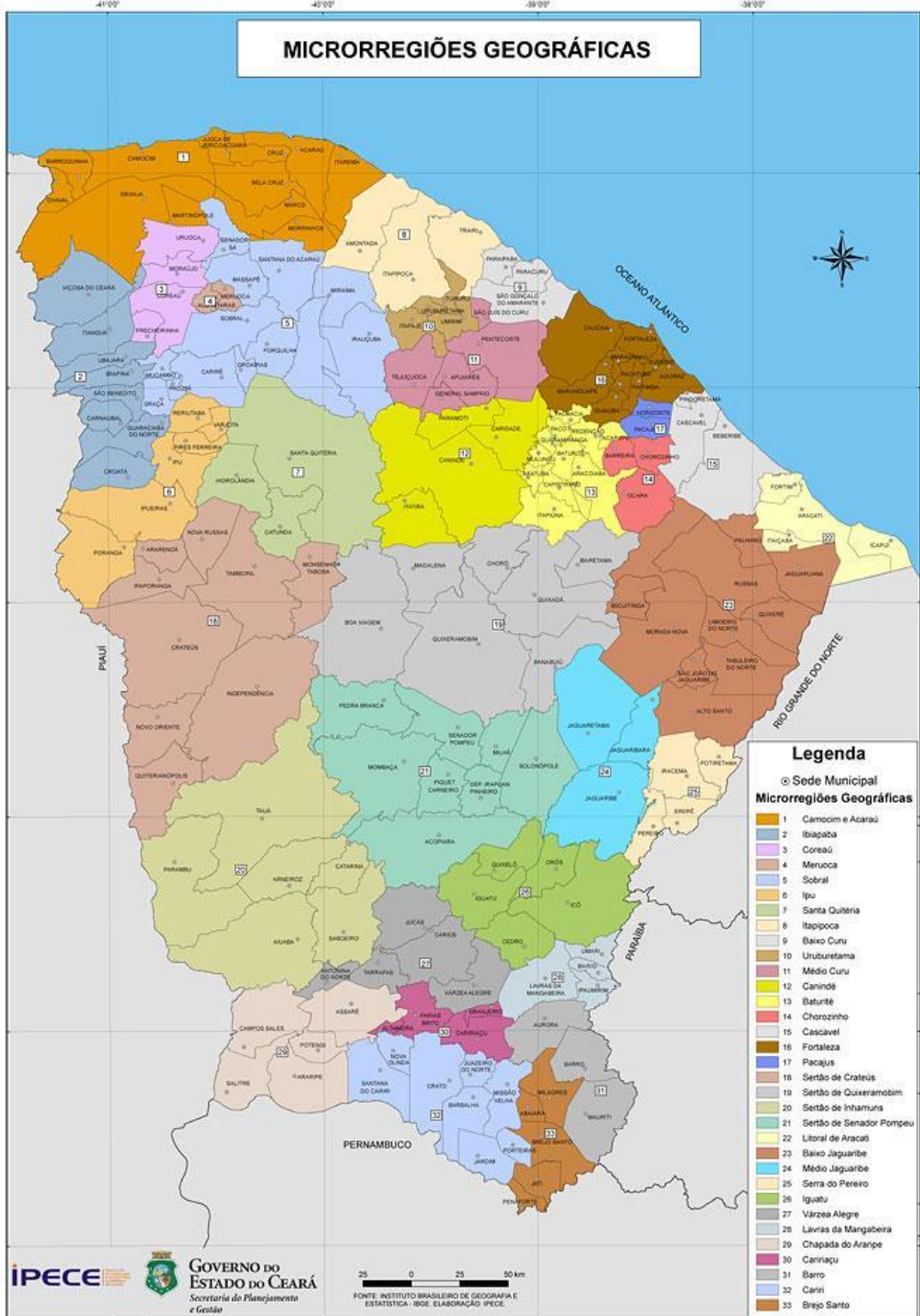
A divisão em regiões de planejamento (Figura 2), na qual figura nominalmente a *Região de Planejamento Vale do Jaguaribe*, ela ainda não é muito conhecida fora dos círculos de planejamento e administrativo mais próximos da Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado do Ceará. Até mesmo os pesquisadores mais ligados à temática do planejamento territorial e espacial, dentre eles os geógrafos, parecem ainda desconhecer o tema, continuando ainda a usarem as divisões territoriais criadas pelo IBGE: a mesorregião do *Jaguaribe* e as microrregiões do *Baixo* e *Médio Jaguaribe*, que são associadas à terceira forma de utilização do conceito de região (figuras 3 e 4).

Figura 3 – Mesorregiões Geográficas – Ceará



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (2023)

Figura 4 – Microrregiões Geográficas - Ceará



Fonte: INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ (2023)

A atual divisão regional brasileira, que é de 1990, constituindo a última das três divisões territoriais realizadas no século XX (em breve teremos a primeira divisão regional do século XXI, pois desde 2017 o IBGE estuda e tenta implementar uma nova divisão regional do Brasil, no estudo *Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias* (IBGE. Coordenação de Geografia, 2017). Antes, duas outras divisões foram criadas, uma em 1942, baseada na concepção de zonas fisiográficas, e outra,

em 1970, baseada na ideia de regiões homogêneas. Conforme destaca Octávio Ianni (IANNI, 1986), o planejamento estatal brasileiro tem seu início na década de 1930, quando Getúlio Vargas iniciou um processo de reformulação, redimensionamento e integração de órgãos governamentais bem como a criação de novos. Dessa forma,

nos anos de 1930-45, o governo federal criou comissões, conselhos, departamentos, institutos, companhias, fundações e formulou planos. Além disso, promulgou leis e decretos. E incentivou a realização de debates, em nível oficial e oficioso, sobre os problemas econômicos, tecnológicos e outros. As medidas adotadas pelo governo alcançaram praticamente todas as esferas da sociedade nacional. Tratava-se de estudar, coordenar, proteger e incentivar as atividades produtivas em geral. Ou seja, tratava-se de formalizar, em novos níveis, as condições de intercâmbio e funcionamento das forças produtivas em geral. Além disso, pretendia-se, também, estabelecer novos padrões e valores, ou reafirmar os padrões e valores específicos das relações e instituições de tipo capitalista [...] (IANNI, 1986, p. 34).

Entre as preocupações do Estado Novo estava o tema da divisão territorial do país, tratada como forma de coesão nacional (PENHA, 1993). O IBGE, criado em 1938 a partir da junção do Conselho Brasileiro de Geografia (criado em 1937) ao Instituto Nacional de Estatística (criado em 1934), assume todas as funções ligadas à produção de informações geográficas sobre o território nacional, “tornando-se o grande centro de estudos geográficos do país” (ANDRADE, 1977 apud CONTEL, 2014, n. p.).

A primeira divisão regional oficial do Brasil foi realizada no final da década de 1930 e institucionalizada em 1942, tendo como principal articulador teórico o geógrafo Fábio Macedo Soares Guimarães, que era o chefe da Divisão de Geografia do Conselho Nacional de Geografia do IBGE na época. Criticando as divisões regionais anteriores, Fábio Macedo Soares Guimarães defendia que o “bom funcionamento da divisão político-administrativa dependeria fundamentalmente de uma divisão regional ‘científica’ do território”, baseada em regiões naturais (CONTEL, 2014, n. p.), por apresentar “uma unidade de conjunto, resultante da correlação entre os diversos fatos geográficos que nela se observem” (GUIMARÃES, 1942, p. 3). No entanto, embora defendesse uma divisão baseada em regiões naturais, ele tentou evitar, segundo Fábio Betioli Contel, o determinismo geográfico das concepções mais rígidas de regiões naturais “[V]alendo-se dos mais proeminentes geógrafos do século XX”, como Vidal de la Blache, Lucien Gallois, Jean Brunhes, André Cholley e Camille Valaux (CONTEL, 2014, n. p.).

A segunda mudança na divisão regional do Brasil foi iniciada em 1967, quando pesquisadores e técnicos do IBGE passaram a pensar o território levando em conta variáveis

econômicas, sendo institucionalizada em 1970, partindo da preocupação com as modificações das formas regionais do espaço em função do intenso processo de urbanização. Nesse sentido, “[A]s ‘regiões naturais’ não mais explicariam um território cada vez mais urbanizado e tecnificado, e tampouco a divisão regional de 1942 teria efetiva capacidade de organizar as estatísticas territoriais e dar subsídios para a consecução dos Planos do Governo Federal [...]”, segundo Fábio Contel. A partir de 1967 o IBGE ficaria subordinado ao Ministério do Planejamento e da Coordenação Econômica, passando “a cumprir um papel diretamente ligado ao conhecimento do território voltado para o aprimoramento da intervenção estatal e do planejamento”, tendo como uma das atividades mais voltadas para esse fim a realização dos censos econômicos em um ritmo mais acelerado, por exemplo, a realização dos censos da indústria e da agricultura (CONTEL, 2014, n. p.).

Na segunda fase do pensamento territorial e geográfico do IBGE as influências intelectuais vieram de três paradigmas diferentes: a *nova geografia*, de matriz anglo-saxã, que retoma a teoria dos lugares centrais (regiões nodais) e de regiões uniformes ou homogêneas (BERNARDES, 1982); a *teoria dos polos de crescimento* ou de *desenvolvimento*, derivada das propostas dos economistas franceses François Perroux e Jacques Boudeville, que defendiam que as regiões poderiam ser definidas como “homogêneas”, “polarizadas” e “regiões-programa” e tendo na industrialização a variável-chave para o desenvolvimento econômico (CONTEL, 2014), partindo da “concepção segundo a qual o crescimento não surgiria por toda parte de uma só vez. Manifestava-se, ao invés, com intensidade variável em pontos ou pólos que se expandiriam pelo conjunto da economia por meio de determinados canais”, que seriam os eixos de desenvolvimento como transportes e infraestrutura (BONFIM, 2015, p. 369); a *metodologia de redes urbanas* do geógrafo francês Michel Rochefort, um importante nome do planejamento francês e que manteve fortes relações com o IBGE e universidades brasileiras, orientando as políticas de planejamento no Brasil por cerca de cinco décadas (BONFIM, 2015).

A partir dessas influências e do próprio conhecimento produzido pelo IBGE é que foi realizada a nova divisão regional do Brasil que, em linhas gerais, ainda se mantém até hoje, com algumas alterações realizadas entre 1989 e 1990 (a última divisão regional feita no século XX). Pela divisão regional de 1968-1970 o Brasil foi dividido nas atuais cinco Grandes Regiões: Região Norte, Região Nordeste, Região Sudeste, Região Sul e Região Centro-Oeste. Além dessa divisão também foram criadas as microrregiões regiões homogêneas com o objetivo de possibilitar o levantamento e sistematização de informações sobre a população e suas atividades, que correspondessem às bases física, demográfica e econômica de cada

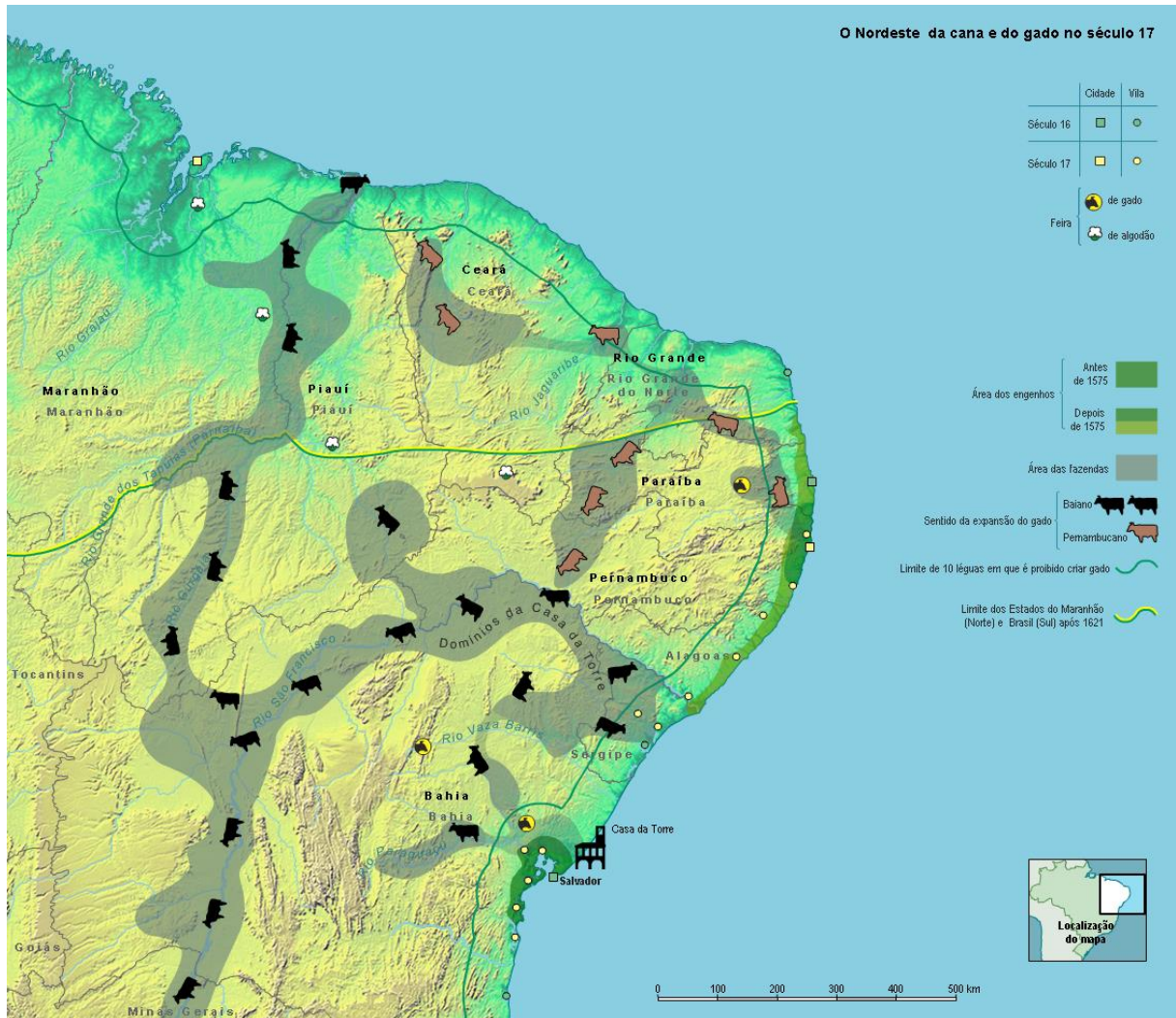
parcela do espaço nacional (IBGE, 1970). Em 1976 foi complementado o quadro que vigora até hoje, com a criação das mesorregiões homogêneas. As mudanças realizadas em 1990 não alteraram o conteúdo da divisão regional anterior, mas apenas a forma, pois as mesorregiões e microrregiões homogêneas foram renomeadas para mesorregiões geográficas e microrregiões geográficas (IBGE, 1990).

Por fim, o último significado atribuído ao termo *Vale do Jaguaribe* é mais sociológico do que geográfico, ou como diria Nilo Bernardes, relaciona-se com a noção de “região histórica”, que seria “um tipo de região humana definível por um consenso geral resultante de uma longa tradição” (BERNADES, 1982, p. 410). A expressão envolve, nesse sentido, uma área geográfica que se estende de Aracati, no litoral cearense, a Jaguaribe, no médio curso do rio Jaguaribe, equivalente também a outra noção utilizada para referir-se sociologicamente a essa região: a de *região jaguaribana*. Em termos históricos, o processo de ocupação efetiva realizada pelos colonizadores portugueses teve início na segunda metade do século XVII com a instalação das fazendas de gado. As primeiras cartas de sesmarias foram distribuídas em 1679 e, segundo Clóvis Ramires Jucá Neto (JUCÁ NETO, 2012, p. 135),

a fazenda de gado dispersa no sertão sediou o povoamento. Foi a sede das sesmarias, da unidade familiar, da atividade produtiva e também onde se encontraram as condições propícias para os primeiros sinais de acumulação de renda no sertão. Além disso, foi sede da vida política local, de toda autarquia sertaneja e suas famílias, com poderes quase que absolutos, e da rede de mandos e desmandos que pautou a organização territorial. Cumpriu, ainda, o papel de defesa diante da população indígena ou perante outros sesmeiros na luta pela posse das terras.

O gado, ou mais precisamente, a pecuária tornou-se a atividade que comandou a expansão da fronteira mercantil para o interior das capitanias do norte da colônia (Figura 5), assim como a principal justificativa para exterminar as populações nativas e/ou escravizá-las e incorporá-las aos novos empreendimentos mercantis. De 1679 a 1699 foram distribuídas 261 sesmarias na capitania do Ceará, sendo que 254 delas foram solicitadas para instalação de fazendas de gado, enquanto apenas sete se destinaram a atividades mistas de pecuária e agricultura (PINHEIRO, 2008).

Figura 5 – Expansão da fronteira mercantil da pecuária no século XVII

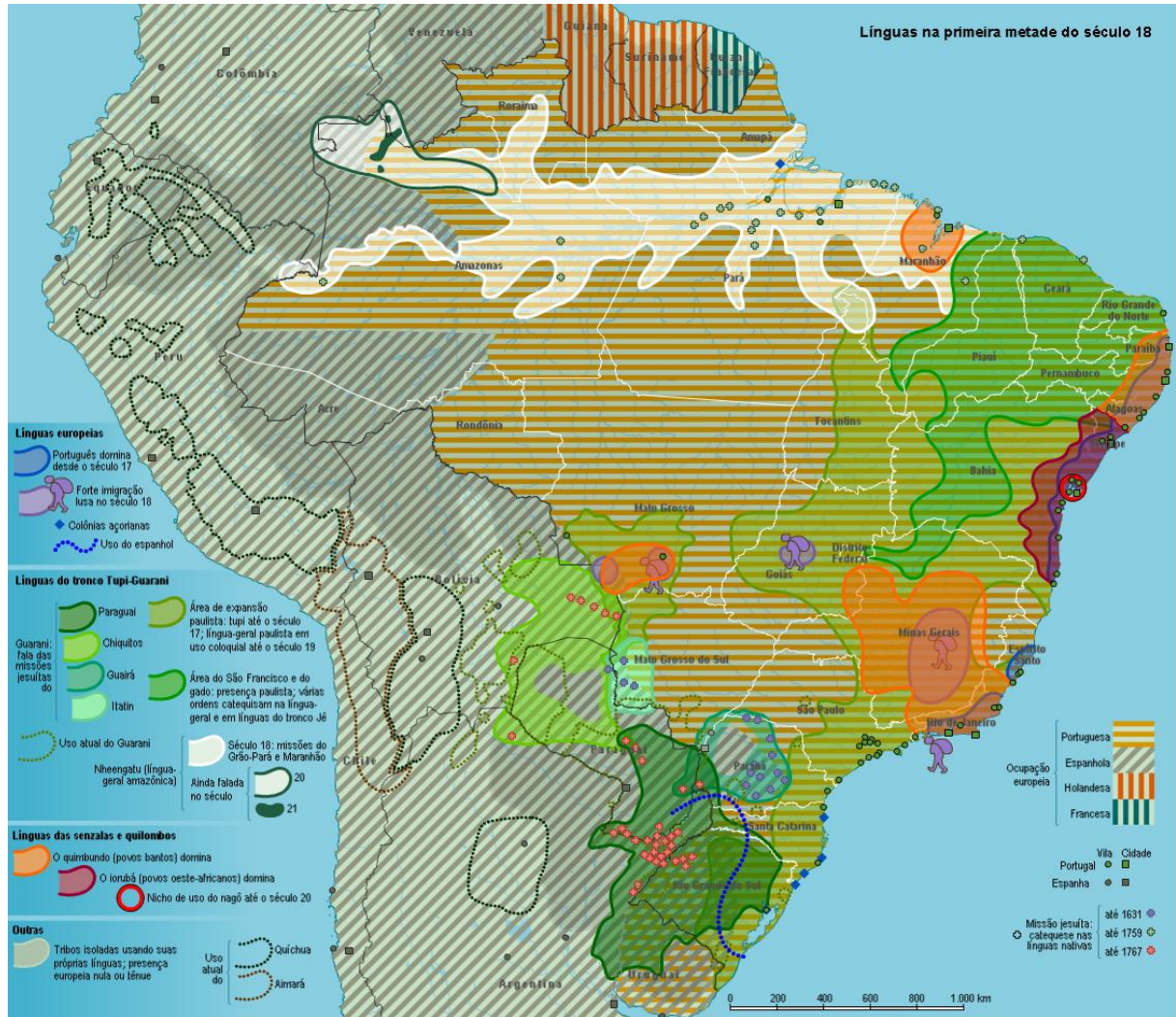


Fonte: ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL (2023)

A Figura 5 demonstra a grande capacidade que a criação de gado teve na expansão da empresa colonial, avançando sobre os territórios ocupados por povos nativos milenares, conforme demonstra a Figura 6. Nesse sentido, creio que seja um grande erro falarmos de ocupação do território pelos colonizadores porque esse território já era ocupado. O que houve foi uma apropriação do território pelos colonizadores a partir do confronto direto com as populações nativas que resultou na destruição física e cultural desses povos e na assimilação dos que sobreviveram como mão de obra remunerada ou não na nova fronteira mercantil. A figura acima mostra o caminho percorrido pelo gado da região açucareira, no litoral, até o interior das capitanias da Bahia, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão. Na capitania do Ceará, os criatórios de gado se concentraram inicialmente no baixo curso do rio Jaguaribe, onde se localizam os atuais municípios de Jaguaruana, Itaiçaba, Russas, Quixeré, Limoeiro do Norte, Tabuleiro do Norte, São João do

Jaguaribe e Morada Nova. Depois as fazendas de gado se expandiram por toda a *ribeira do Jaguaribe* (como era chamada a área de ocupação ou fronteira mercantil até atingir o norte da capitania, na *ribeira do Acaraú*, onde está localizado o município de Sobral).

Figura 6 – Manchas de ocupação do território, segundo as línguas faladas na primeira metade do século XVIII



Fonte: ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL (2023).

Na primeira metade do século XVIII as línguas nativas ainda eram dominantes na colônia, enquanto as línguas europeias eram faladas em áreas restritas do território, conforme demonstra a Figura 6. Comparado ao território ocupado pelos povos nativos antes do início da colonização (Figura 7), a persistência das línguas nativas revela um fato que a historiografia e as ciências sociais brasileiras parecem ainda não ter dado atenção suficiente: o destino das populações indígenas remanescentes.

Figura 7 – Ocupação do território antes da colonização europeia no século XVI



Fonte: ISTOÉ BRASIL, 500 Anos. Atlas Histórico, 1988, p. 10.

Essas populações indígenas remanescentes, juntamente com a população negra livre e os brancos pobres, engrossada pelas diversas categorias de *pobres livres*, constituem o que mais tarde passou a ser denominada de população sertaneja e, mais recentemente, de camponeses. É essa população que constituirá a maioria da população do interior nordestino, dedicada a atividades ligadas à agricultura e à pecuária que, com o trabalho, seja na produção de alimentos e algumas culturas industriais por conta própria ou na venda de sua força de

trabalho para os empreendimentos rurais capitalistas, sustentam ou dão suporte à economia agrícola, o comércio e as atividades industriais do interior nordestino (PINHEIRO, 2008; GIRÃO, 1989; FUNES, 2004; PORTO ALEGRE, 1989, 1992; NOGUEIRA, 2011).

Figura 8 – Carta Chorographica da Província do Ceará, de 1861, com destaque das vilas e povoados



Fonte: THÉBERGE (1861).

A Figura 8 mostra a ocupação do território cearense na segunda metade do século XIX, com destaque para vilas, distritos, povoados, fazendas e arraiais. Se observarmos especificamente o baixo curso do rio Jaguaribe, podemos identificar as duas vilas existentes na época, Aracati e Russas, os distritos de Caatinga do Goes (atual Jaguaruana), Morada Nova, Taboleiro de Areia (atual Tabuleiro do Norte), São João (atual São João do Jaguaribe) e os povoados de Passagem de Pedras (atual Itaiçaba), Giqui, Limoeiro, entre outros, demonstrando o quanto a região era povoada, principalmente, nos cursos dos rios.

Essa reconstituição histórica feita até aqui é importante porque, geralmente, historiadores e sociólogos tendem a importar conceitos de outras ciências sociais e ciências humanas sem atentarem para o fato de que os conceitos têm sua própria história, ou seja, passaram por um processo de elaboração em outro campo disciplinar. Esse é o caso do conceito de *região*, cuja história social de sua elaboração extrapola, inclusive, o próprio campo no qual foi elaborado. Nesse sentido, pode-se afirmar que o conceito de *região* é um legado compartilhado pelo *sensu comum erudito*, em particular, e pelo *sensu comum*, de forma geral.

Uma última observação diz respeito à utilização do termo *Vale do Jaguaribe* pelos atores e instituições responsáveis pela elaboração e execução das políticas de planejamento e desenvolvimento rural na região, entre eles a SUDENE, o DNOCS e o próprio Ministério do Interior (MINTER), ao qual estas duas autarquias ficaram subordinadas a partir de 1967. No *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, o GEVJ operou três classificações ou regionalizações do Vale do Jaguaribe: a primeira, baseada na regionalização do fator solo, a partir da qual se avaliou o potencial das águas e dos solos da região, permitindo a identificação dos solos irrigáveis com agricultura intensiva (150 mil hectares), dos solos cultiváveis com agricultura seca (1,5 milhão de hectares) e os solos não cultiváveis (no total de 4,5 milhões de hectares); a segunda foi a classificação em zonas agrícolas decorrentes do desenvolvimento agrícola e hidroagrícola da bacia, dando origem às zonas agrárias do Baixo Jaguaribe, do Médio Jaguaribe, do Cariri, do quadrilátero agropastoril e do sertão pastoril; e, a terceira, consistia na proposta de redistribuição geográfica baseada na concepção de regiões homogêneas ou zonas de vocação, que cinco anos mais tarde seria incorporada oficialmente à divisão regional feita pelo IBGE: Zona do Banabuiú/Baixo Jaguaribe, Zona do Médio Jaguaribe/Salgado, Zona do Cariri, Zona Central e Zonas Sudeste e Centro Leste.

Como já observei anteriormente, o Vale do Jaguaribe foi a região do semiárido nordestino mais estudada na década de 1960 e, por isso, foi escolhida como “região-padrão” para a elaboração e execução de políticas de desenvolvimento rural, entre elas, a política de

irrigação, servindo assim, de experiência-modelo de desenvolvimento agrícola e hidroagrícola para as demais regiões da área de atuação da SUDENE e do DNOCS. Nesse mesmo sentido, a região também foi escolhida como experimento do que se passou a denominar de *desenvolvimento rural integrado*, concepção que aparece explicitamente no *Plano de Emergência: projetos para execução imediata e carentes de financiamento*, elaborado pela Presidência da República, em 1961 e, de forma mais elaborada, no II Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste (1963-1965), elaborado pela SUDENE, em 1963.

4.2 O estudo integrado de uma região: as contribuições do Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe

O *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, como o próprio título indica, representa o estudo mais amplo já realizado sobre a bacia hidrográfica do rio Jaguaribe. A preparação do Estudo Geral foi iniciada em 1961, com a chamada “operação Jaguaribe”, quando a ASMIC enviou à região consultores nas áreas de pedologia, hidrogeologia, hidrologia, agronomia e fotointerpretação, encarregados de definir com a SUDENE a organização e o programa do GEVJ. A primeira tarefa deste grupo foi a realização, de forma preliminar, do inventário da documentação existente e dos estudos já realizados até aquele momento. Este inventário foi realizado em 1962, sendo apresentado em relatório elaborado pela Missão Francesa que salientava os seguintes aspectos: a insuficiência da cartografia existente; a importância primordial da água na região do Jaguaribe e a ignorância sobre o potencial hidrológico da mesma; a abundância de arquivos pluviométricos e fluviométricos (escoamentos), instalados desde 1905, porém pouco analisados; a raridade de informações quantitativas e qualitativas sobre os solos do Jaguaribe, e; a ausência de experimentações agrônomicas que servissem de base para um programa de ação (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 21).

Essas observações iniciais fornecidas pelo inventário da documentação existente possibilitaram que o GEVJ orientasse a realização dos estudos futuros sob a perspectiva de que os problemas suscitados pela valorização agrícola deveriam ser conduzidos “conjunta e simultaneamente, em todos os seus aspectos, dentro de um programa de estudos integrados”.

Um exemplo típico apresentado ao GEVJ foi a valorização hidroagrícola do Baixo Jaguaribe baseada em propriedades familiares, irrigadas por cataventos e bombeamento do lençol freático. O futuro econômico de tal

hipótese (comumente admitida como viável em 1961) estava fundado em um conhecimento preciso das reservas dinâmicas do lençol freático (hidrogeologia), o qual necessitava de uma avaliação precisa sobre a realimentação através de cheias e inundações (hidrologia) e sobre a permeabilidade dos solos inundados (pedologia). A presença dos diversos técnicos em um mesmo grupo permitiu efetuar este estudo em melhores condições e em prazos mais breves, o que não ocorreria se o trabalho fosse realizado pelas divisões do DRN isoladamente. Graças, também, a esse fato é que se deve a realização em 30 meses do inventário completo e a cartografia dos recursos naturais da Bacia do Jaguaribe (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 21).

Um princípio básico que orientou os trabalhos do GEVJ foi a publicação de documentos, considerados “instrumentos de compreensão e de utilização fácil para os futuros usuários, conciliando, assim, a exatidão científica indispensável e apresentação prática dos resultados”. Esta orientação fez com que, na visão de alguns integrantes do grupo, os resultados dos trabalhos fossem publicados ainda incompletos. Um dos motivos para a publicação dos relatórios incompletos ainda em 1965 visava respeitar os prazos estabelecidos para a conclusão dos trabalhos. O outro motivo dizia respeito ao fato de que “as populações do Jaguaribe são sub-alimentadas e precisam de uma melhoria imediata de 10 a 20% sobre as condições de vida atuais, em vez de almejarem um progresso de 100% em um século” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 22).

Pela complexidade e a dimensão que tomaram os estudos a serem realizados, o GEVJ foi dividido em sete seções: Fotointerpretação, Hidrologia, Hidrogeologia, Pedologia, Agronomia e Topografia.

Cabia à Seção de Fotointerpretação a elaboração das cartas planimétricas, morfológicas, geológicas e de vegetação que serviriam de base para as outras seções. Além disso, colaborou diretamente com os trabalhos das seções de Pedologia, Hidrologia e Hidrogeologia. Quanto à Seção de Hidrologia, coube a ela a tarefa de realizar o balanço hidrológico do rio Jaguaribe, reunindo e analisando sistematicamente os arquivos existentes. A Seção de Hidrogeologia, responsável pelo balanço das águas subterrâneas, foi incumbida de: a) efetuar uma fotointerpretação geológica de reconhecimento para delimitar as zonas aquíferas possíveis; b) realizar o estudo geofísico do Baixo Jaguaribe; c) fazer perfurações prospectivas nas zonas mais indicadas para verificações geológicas, natureza e espessura dos aquíferos; d) promover uma série de ensaios de bombeamento para quantificação dos aquíferos; e) apresentar uma carta quantitativa e qualitativa das águas subterrâneas.

A Seção de Pedologia, responsável pelo balanço dos solos do Jaguaribe, ficou encarregada de realizar uma carta geral de todos os solos, assim como as recomendações

sumárias sobre sua valorização futura. A Seção de Agronomia, por ter uma equipe mais reduzida, teve por único objetivo a realização de um quadro sumário da situação da agricultura no Vale do Jaguaribe, definindo os obstáculos a seu desenvolvimento e apresentando as recomendações quanto às principais intervenções a serem efetuadas. A Seção de Topografia, criada somente em 1964, teve como finalidade a elaboração de diversas cartas técnicas: 70 folhas para impressão e publicação e 15 folhas para uso interno do GEVJ.

Na seção seguinte destacarei as principais contribuições da Seção de Agronomia, tendo em vista o objetivo deste capítulo que consiste na análise da formulação e operacionalização da política de valorização agrícola do Vale do Jaguaribe e, em especial, o estudo do processo de seleção e dominação territoriais. Pela amplitude da documentação, continuarei utilizando como referência o volume 1 do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, intitulado *Apresentação e Síntese*.

4.2.1 O meio agrícola e os fatores de desenvolvimento: as estruturas agrárias e agrícolas do Vale do Jaguaribe

Ao realizar a descrição do meio agrícola o GEVJ partiu da constatação de que desde a instalação dos primeiros núcleos populacionais no Ceará, durante os séculos XVII e XVIII, que as atividades agrícolas no Vale do “Jaguaribe foram caracterizadas por uma **economia de colheita**, a qual se mantém até o presente, a despeito do crescimento demográfico observado”. O texto não explicita o significado de “economia de colheita”, mas é possível interpretar como sendo atividades extensivas, pois

A atividade de colheita manifesta-se, tanto na criação de rebanhos bovinos confiados aos ‘vaqueiros’, como na cultura do Algodão Mocó arbustivo, confiada aos moradores, arrendatários ou parceiros, ou ainda, na exploração dos carnaubais, cobertura vegetal natural das aluviões pesadas inundáveis. Êstes três ‘produtos’ representam 60% da Produção Agrícola Bruta (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 54).

A pecuária extensiva continuava sendo, na década de 1960, “a atividade dominante da região, onde 70% das terras são ocupadas com pastagens e zonas de pecuária extensiva e 10% com a agricultura”. No entanto, em virtude da pecuária ser realizada de forma extensiva ocupando cinco milhões de hectares do sertão e da caatinga que servia de pastagens para 860 mil bovinos e quase o dobro de caprinos e ovinos, empregando somente 10% da população economicamente ativa, mas contribuindo com apenas 18% da Produção Bruta regional. Por outro lado, a agricultura ocupava mais de 50% da população ativa e

representava mais de 50% da renda regional total. Mesmo apresentando este lugar de destaque na economia regional a agricultura foi representada a partir das seguintes características:

- A **agricultura é primitiva**, realizada pela mão do homem; apenas 10% das terras são cultivadas com arado, os 9/10 restantes com a enxada, não obstante a existência potencial de 500.000 animais de tração: 380.000 cavalos, burros, asnos e 100 a 200.000 bovinos.

- A **produtividade dos agricultores, muito baixa**, é da ordem de 10 a 20 kg de cereais por dia de trabalho; em média, porém, satisfaz as necessidades anuais de auto-subsistência: a região do Jaguaribe satisfaz suas necessidades de cereais, proteínas vegetais, açúcar, banana, pelo menos de um modo global, e em um ano normal.

- **As disponibilidades financeiras ou poder aquisitivo dos agricultores são muito limitadas**, sendo sua renda média anual per-capita inferior à 100US\$.

- **É muito acentuada a precariedade da agricultura, em razão das secas periódicas**, o que costuma acontecer, pelo menos, uma vez em dez anos. A seca de 1958 provocou um déficit de 55% na produção agrícola regional, anulando, quase totalmente, a colheita de arroz e feijão [...]. Sómente o algodão Mocó foi que apresentou boa resistência, representando 2/3 da renda agrícola regional do ano.

[...]

- A **natureza hostil** do Sertão **não é o único fator determinante do estado de pobreza** em que vive mais de um milhão **de rurícolas**, pois o agricultor, inclinado sobre sua enxada, continua, hoje em dia, tão abandonado à sua própria sorte, como ocorria com os primeiros colonos desta região. De cinco adultos quatro são **analfabetos**; para os **camponeses** esta porcentagem é de **90 a 95%**. A **precariedade das estradas e vias de comunicação** acentuou o **isolamento** do camponês; as doenças endêmicas (esquistossomose) o atrofiam ainda mais. Analfabeto e isolado, não tem mais condições de permanecer em 'sua terra', a que se acha vinculado, às vezes, por um **sistema de posse precária**, através de um contrato anual. Esta situação de fato em que se encontra leva-o a preferir a colheita à agricultura propriamente dita, cujos riscos procura limitar. Podemos afirmar que, na atualidade, **os agricultores do Jaguaribe**, de modo geral, **não estão capacitados para reagir perante qualquer proposição de modernização**, sobretudo se esta conduz a um circuito de intercâmbios financeiros, para o qual não estão preparados.

- Estando esta **massa rural condenada à quase estagnação**, cabe aos **líderes regionais dinamizá-la**. Contudo [...] **não existem praticamente líderes locais, capazes de estabelecer núcleos e vitalizar uma região; apenas os proprietários poderiam desempenhar este papel**; estes, todavia, **são geralmente desinteressados**, contentando-se em auferir a fração de lucro que lhes cabe na renda fornecida pela colheita do algodão ou pelo crescimento anual do gado; os lucros anuais são investidos, não na propriedade, mas na indústria ou comércio e, geralmente, fora do Nordeste [...].

- O **Poder Público**, por sua vez, **não procurou suprir suficientemente esta necessidade de dinamização da agricultura**: os podêres públicos, preocupados com a repercussão política de seus atos, preferiram sempre as intervenções isoladas, mais espetaculares do que as intervenções em profundidade. **Quanto aos técnicos**, pouco numerosos e sem apoio, **não dispõem de meios financeiros nem da continuidade indispensável**. O imposto territorial rural poderia proporcionar-lhes os meios de trabalhos necessários, obrigando o proprietário a valorizar realmente suas terras não cultivadas. Seria necessário, entretanto, que políticos e proprietários não constituíssem uma única classe, para que fosse instituída uma regulamentação adequada deste imposto.

- Ao que parece, a conscientização em relação a este estado de empobrecimento crescente das massas rurais coincide com a sêca de 1958 e com a criação da SUDENE. Instrumento de desenvolvimento regional, desvinculado das contingências municipais ou eleitorais, a SUDENE poderia intervir em profundidade, pesquisando as exatas causas da situação atual, suas repercussões e seu alcance, para definir, em seguida, os meios necessários para remediá-los (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, pp. 54-5, grifo nosso).

Diante de um quadro pintado em um tom tão sombrio é de admirar que a agricultura representasse mais de 50% da produção total regional e empregasse mais de 50% da população economicamente ativa na década de 1960. Para começar, a agricultura foi caracterizada como primitiva, pois era realizada pela mão do homem e não recorria à tração animal, muito abundante na região. O fato de ser primitiva resultava em baixa produtividade dos agricultores, no entanto, como a produtividade é uma grandeza relativa, a relação entre ela e a autossustentabilidade dos agricultores, em anos normais, seria adequada, pois atenderia à demanda principal da produção agropecuária, representada pelo fundo de consumo. No entanto, as demais demandas à produção poderiam ser comprometidas em virtude das disponibilidades financeiras ou poder aquisitivo dos agricultores serem muito baixos. Estas outras demandas são constituídas pelos fundos de manutenção ou substituição e o cerimonial. Não faço referência ao fundo de arrendamento, tendo em vista que boa parcela dos trabalhadores rurais era de não proprietários e, portanto, o arrendamento já fazia parte das próprias relações de parceria entre estes trabalhadores e os proprietários rurais, sendo pago antes do atendimento das necessidades de alimentação (fundo de consumo), manutenção dos meios e instrumentos de trabalho e produção (fundo de manutenção ou substituição) e atividades de socialização (fundo cerimonial).

Os elementos que condicionavam o nível de baixa produtividade e o atraso da produção agrícola resultavam no baixo grau de remuneração dos agricultores, constituindo uma agricultura considerada “primitiva”, que tinha sua precariedade aumentada em virtude das secas periódicas, aumentando o estado de pobreza das populações rurais. No entanto, a

natureza hostil não constituía o único fator determinante do estado de pobreza desta população: o analfabetismo e a precariedade das estradas e vias de comunicação contribuíam para o aumento do isolamento da população rural do Vale do Jaguaribe, especialmente do Baixo e Médio Jaguaribe, que haviam sido isolados do restante da província do Ceará a partir do final do século XIX, com a construção de duas estradas de ferro que, no decorrer do século XX, passaram a ligar o interior do Estado a sua capital, Fortaleza. Segundo Assis (2011, p. 7),

a capital da província do Ceará, durante o período de domínios portugueses até meados do oitocentos, vai permanecer secundária e quase que isolada, isso quando se pensa pelo viés das hierarquias econômicas comparadas as outras cidades quer no litoral (como o porto-cidade de Aracati) quer no sertão (como as cidades de Icó, Sobral, Crato, etc), sendo que essa falta de centralidade da capital, além de ser compreendida como mera descentralidade interna, refletia o poder político-econômico que as capitais de outras províncias mantinham no interior do Ceará, a partir do controle dos negócios em seus portos e nos núcleos urbanos no “sertão.

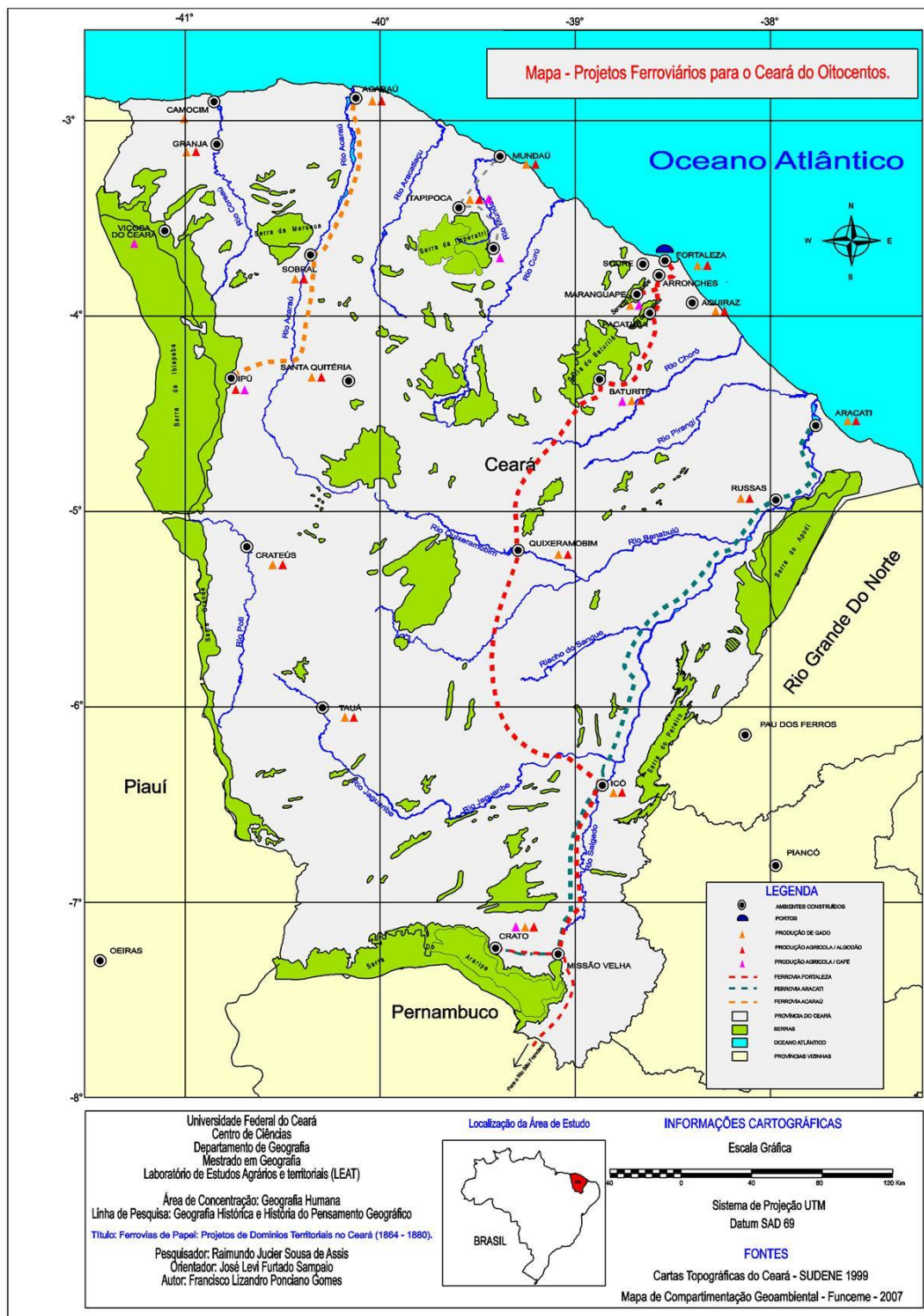
Entre 1864 e 1880 foram elaborados quatro projetos para construção de ferrovias no Ceará: 1) Projeto Fortaleza-Pacatuba-Baturité-Crato (1864); 2) Projeto Mundaú-Itapipoca-Imperatriz (1865); 3) Projeto Aracati-Icó-Crato (1873), e; 4) Projeto Acaraú-Sobral-Ipú (1873). Dos quatro projetos apenas dois foram executados, o Projeto Fortaleza-Pacatuba-Baturité (inaugurado em 1872) e o Projeto Acaraú-Sobral-Ipú (inaugurado em 1872). Cada um destes projetos tinha a função fundamental de facilitar o escoamento da produção e a movimentação de passageiros do interior para o litoral e ligar os principais centros produtores de cada região. Na compreensão de Assis e Sampaio (2012, p. 152),

O projeto Aracati-Icó-Crato, de 1872-1873, diferentemente dos projetos Fortaleza-Pacatuba-Baturité e Mundaú-Itapipoca-Imperatriz, foi um pedido ferroviário que iria ser produzido sobre um corredor espacial formado desde os tempos dos domínios portugueses. Na verdade, esse corredor entre Aracati-Icó foi o mais movimentado da província, formador de diversos currais, fazendas, vilas e cidades ao longo da estrada principal. Seguindo o leito do rio Jaguaribe, o corredor acabava por articular o litoral com Icó, cidade configurada territorialmente como o maior entreposto, e ligava a província, no lado ocidental, ao Piauí; ao sul, a Crato e Pernambuco, e ao oriente, à Paraíba e ao Rio Grande do Norte. Além disso, Icó também era o ponto de encontro dos povoados do centro do sertão, como Quixeramobim e Quixadá.

A Figura 9 possibilita uma visão geral da forma como os projetos de construção de ferrovias interligariam as principais regiões produtoras do Ceará no século XIX e a importância que teve a construção da Ferrovia Fortaleza-Pacatuba-Baturité-Crato para tornar

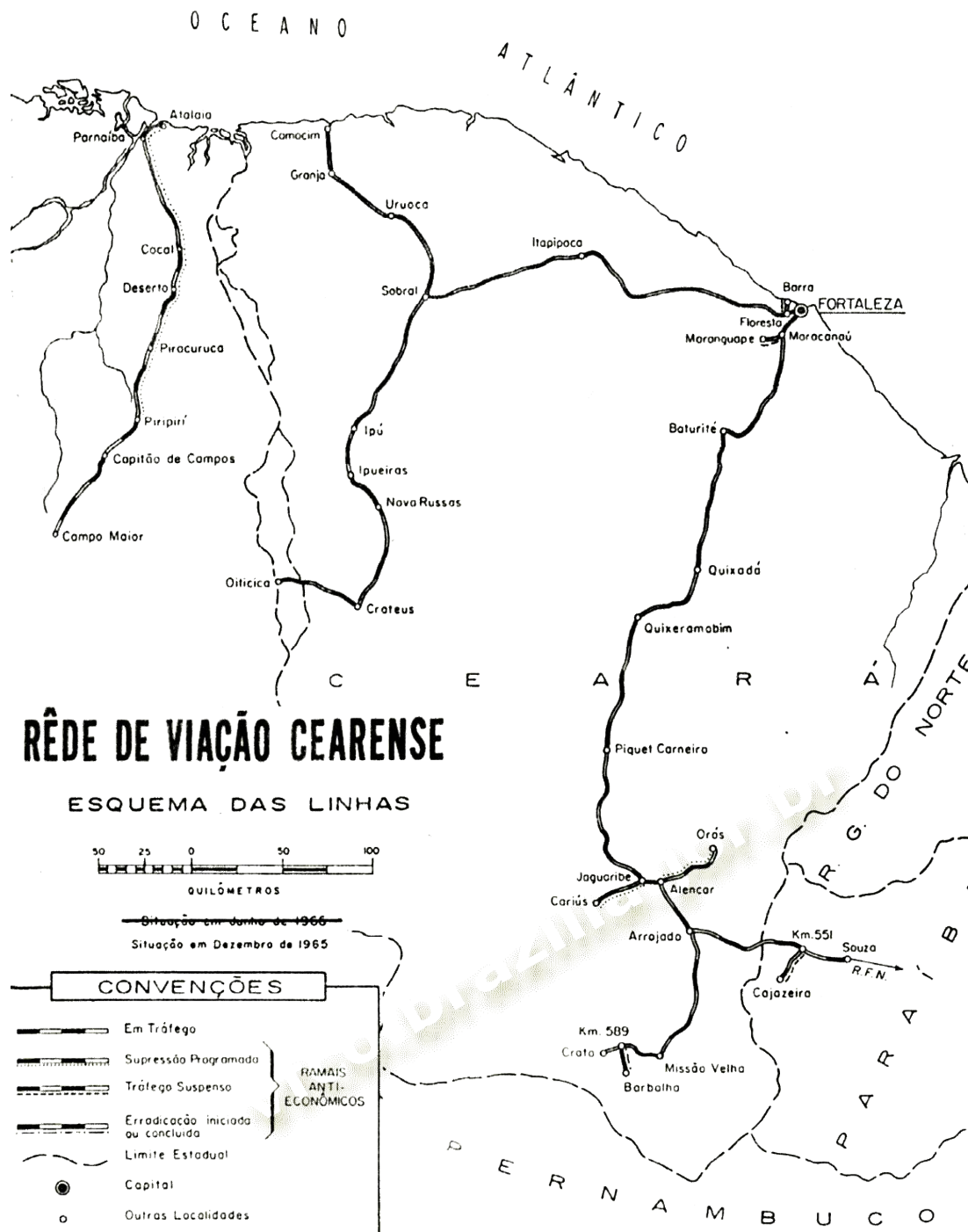
a capital cearense o centro hegemônico da província, no período imperial, e do Estado, no período republicano.

Figura 9 – Projetos ferroviários para o Ceará no século XIX



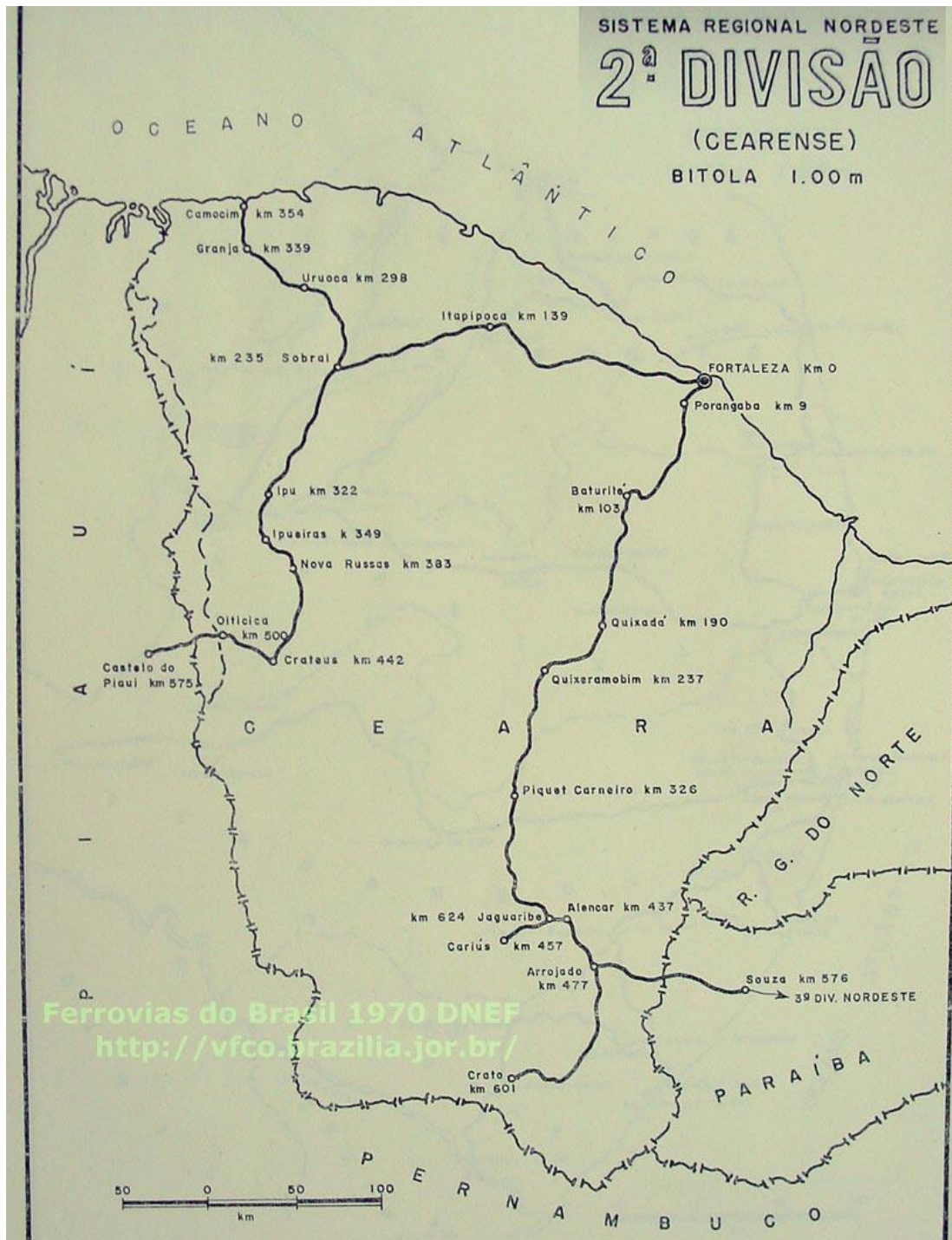
As figuras 12 e 13 demonstram a situação da rede ferroviária cearense nas décadas de 1960 e 1970, com a indicação dos principais municípios ligados pela Rede de Viação Cearense. Em 1965 os ramais que ligavam Iguatu aos municípios de Orós e Cariús constavam do plano de supressão programada. Em 1970, o ramal de Orós já havia sido suprimido.

Figura 12 – Mapa das ferrovias cearenses no ano de 1965



Fonte: REDE DE VIAÇÃO CEARENSE (2023)

Figura 13 – Mapa das ferrovias cearenses no ano de 1970



Fonte: REDE DE VIAÇÃO CEARENSE (2023)

Como demonstram as figuras de 11 a 13, grande parte da bacia do rio Jaguaribe estava coberta pela Rede de Viação Cearense na primeira metade do século XX, começando pelos principais produtores da sub-bacia do Banabuiú, onde estavam localizados os municípios de Quixadá e Quixeramobim. Na sub-bacia do Alto Jaguaribe, a ferrovia passava pelo município de Iguatu, com dois ramais que ligavam aos municípios de Cariús e Orós, este

já fazendo parte da sub-bacia do rio Salgado. Na sub-bacia do Salgado, estavam localizados os principais municípios da região: Lavras da Mangabeira, Cedro, Juazeiro do Norte, Barbalha e Crato.

As regiões do médio e baixo Jaguaribe foram as únicas que ficaram de fora da Rede de Viação Cearense na bacia do rio Jaguaribe. Reside neste fato um dos elementos que explica o isolamento da população do Vale do Jaguaribe e suas consequências para o campo econômico, principalmente para a produção agrícola. Assim, enquanto algumas regiões que dispunham de ferrovias para o transporte de mercadorias as regiões do baixo e médio Jaguaribe dispunham, no máximo, de caminhões. Além do mais, as estradas de rodagem eram de péssima qualidade, contanto apenas com a BR-116 que corta a região no sentido leste-sul, que foi inaugurada em 1933 com o trecho Feira de Santa-Fortaleza.

Além da precariedade das estradas e vias de comunicação ainda existia outro elemento importante a ser considerado: trata-se do sistema de posse da terra, que o GEVJ considerava como precária, pois era baseado em contratos anuais. Em minha compreensão o que o documento chama de contrato anual pode revelar diversas formas de uso e posse da terra, como as diversas formas de arrendamento e parceiras e as terras de morada, quando o proprietário sedia um pequeno pedaço de terra para que o agricultor construísse sua morada.

O que o documento denomina de líderes regionais ou a falta deles, capazes de dinamizar a economia, pode-se entender que está se referindo aos capitalistas e, no caso específico, referia-se aos proprietários rurais, que se contentavam com os lucros proporcionados pela colheita do algodão e com o crescimento anual do gado, além de constituírem a classe política que impedia a realização de alterações na estrutura agrária da região.

4.2.2 Os obstáculos ao desenvolvimento e a precariedade da renda e do equilíbrio da agricultura

O *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe* apontou diversos obstáculos ao desenvolvimento da região do Vale do Jaguaribe, destacando os freios naturais, os freios técnicos, os freios econômicos (ao nível do produtor agrícola) e os freios econômicos e sociais (ao nível das populações agrícolas).

Os freios naturais ou obstáculos naturais afetavam as atividades agrícolas de diversas formas. Entre eles foram apontadas as secas prolongadas e periódicas e a baixa quantidade de águas subterrâneas, que representavam apenas 8% das águas disponíveis. Outro

problema apontado foi a grande quantidade de água perdida por evapotranspiração, pois a evaporação dos açudes representava 98 vezes o consumo doméstico e animal.

Por outro lado, a localização das reservas de água pouco favoráveis às populações (pouca água subterrânea), ao rebanho (rios intermitentes e evaporação dos reservatórios) e às culturas agrícolas; a irrigação exigia reservatórios plurianuais, que eram os únicos resistentes às secas. No entanto, pelos custos de construção as grandes barragens só poderiam ser realizadas pelo poder público, desencorajando qualquer tentativa individual de irrigação. Dessa forma, “de 800.000 ha cultivados, menos de 40.000 ha recebem um umedecimento complementar (vazantes, escoamentos, águas subterrâneas, braços principais dos rios) e menos de 2.000 são irrigados por canais” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 55).

Outro obstáculo dizia respeito à distribuição natural dos solos que não seria favorável ao agricultor. Por exemplo, os solos úmidos, mais resistentes às secas, são pouco abundantes, representando apenas 8% dos solos da região, além de serem difíceis de cultivar por serem solos pesados. Por outro lado, os solos espessos dos tabuleiros ferruginosos tropicais adaptavam-se à agricultura de sequeiro, mas representavam apenas 40% dos solos da bacia do rio Jaguaribe. No entanto, estes solos não eram integralmente cultiváveis, por causa do relevo. Em virtude da natureza “esquelética”² e “rasa” do restante dos solos, ocasionada pela pluviometria irregular, fazendo com que a agricultura fosse desaconselhada para mais da metade da bacia do Jaguaribe, devendo ser utilizada com pastagens naturais melhoradas.

Quanto aos freios técnicos foram enumerados os seguintes problemas: a) subutilização das terras férteis, em razão da ausência de controle das águas; b) escassez de material para trato dos solos (em 1960 só existiam 831 tratores na região) e tratamento das culturas (defesa fitossanitária, colheita e estocagem); c) consumo de adubo quase inexistente, com média inferior a 1 kg/ha/ano; d) pesquisa aplicada, agrônômica e zootécnica em estado embrionário; e) desconhecimento das técnicas básicas: rotação, adubação, conservação das águas e do solo; e) emprego incorreto das águas de irrigação; f) desperdício das forragens em estação chuvosa e ausência de reservas em estação seca, e; g) proteção veterinária insuficiente, contando com um veterinário para 72.000 animais, 16.000 deles sendo bovinos. Assim,

Êstes diversos freios não são gerados apenas pela inexistência de técnicas apropriadas: estas existem e são conhecidas pelos admiradores, agrônomos,

² Solos pouco profundos, pedregosos e ácidos, ocorrendo em zonas de topografia acidentada e que resulta em pouca capacidade para promover o crescimento vegetal.

engenheiros e veterinários. São, todavia, frequentemente ignoradas pelos agricultores, permanecendo sempre fora de seu alcance. A tecnicidade atual, conquanto imperfeita, permitiria duplicar, desde já, a produção bruta, com a condição de que seja transmitida aos agricultores e que êstes estejam capacitados para aplicá-las (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, pp. 57-8).

Quanto aos obstáculos econômicos (freios econômicos) ao nível do produtor agrícola o Estudo destacou o papel desempenhado pela Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), atual EMATERCE – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará³. Em 1963 a ANCAR havia implantado 32 centros de dinamização dos agricultores e suas famílias, sendo que este esforço não havia provocado o impacto desejado.

Um dos motivos identificados foi que as formas de concessão dos créditos aos agricultores eram desencorajadoras, em virtude das formalidades longas, onerosas e mal adaptadas aos riscos agrícolas. Por isso, o agricultor fazia empréstimos com muito mais frequência com o comerciante do que com os bancos, pois o isolamento deixava-o “à mercê do comerciante, muito mais bem informado do que aquele em relação aos preços regionais dos produtos agrícolas e das tendências para a valorização ou desvalorização”. Neste sentido, “A ausência de crédito a curto prazo (despesas com plantio, estocagem das colheitas) faz com que o agricultor perca duas ou três vezes mais do que perderia pela ausência de técnicas modernas de cultivo” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 58).

Além dos obstáculos econômicos, ao nível do produtor agrícola, havia os obstáculos econômicos e sociais, ao nível das populações agrícolas, destacando-se o analfabetismo, as redes comerciais e controles dos preços, a situação fundiária e posse da terra, as dificuldades de intercâmbio e comunicação e as indústrias agrícolas. Quanto à questão do analfabetismo o Estudo Geral destacou que

Setenta e seis por cento dos adultos são analfabetos; de 2 crianças em idade escolar, 1 não vai à escola; de 3 alunos, 1 abandona o curso no meio [...]. Embora em 1960, somente 10% dos alunos inscritos concluísse o curso primário, 2.735 alunos terminaram o curso primário, formados por 4.750 professores divididos pelos 3.924 estabelecimentos existentes [...]. Isto basta para demonstrar o enorme obstáculo ao desenvolvimento constituído pelo analfabetismo (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 58).

³ Fundada em 16 de fevereiro de 1954, o Serviço de Extensão Rural do Ceará iniciou os trabalhos de campo começaram pelos municípios de Maranguape, Redenção e Quixadá. Em 1976, o Governo do Estado criou, com a aprovação da Lei 10.029, de 6 de julho daquele ano, a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Ceará – Ematerce. A EMATERCE é um órgão público estadual, de direito privado, sem fins lucrativos, vinculada à Secretaria do Desenvolvimento Agrário do estado do Ceará – DAS (EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ, 2023).

No que dizia respeito às redes comerciais e controle dos preços, a comercialização dos produtos agrícolas era realizada, em 1950, em toda a bacia do rio Jaguaribe, “por uma rede de 531 grossistas e 4.885 retalhistas”, demonstrando “a dispersão dos circuitos comerciais, fonte de margens de lucro elevadas”. A variação dos preços era agravada pela falta de um organismo encarregado do armazenamento, que poderia servir como um regulador de preços. Sobre este último aspecto é importante destacar que:

As intervenções governamentais, até 1964, eram intervenções de socorro extremo em caso de secas. A partir de então, a SUDENE e o Estado do Ceará decidiram instalar centros de armazenamentos (silos) contando com intervenções federais para sua construção [...]. Em 1965, havia apenas 3 depósitos em Juazeiro, Iguatu e Senador Pompeu. Os grossistas não dispunham de silos nem de depósitos organizados e só faziam estoques de algodão e oiticica. O milho e o feijão eram logo revendidos e geralmente armazenados em Fortaleza ou Recife (donde voltavam, às vezes, 4 meses depois de ter sido o preço duplicado) (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 61).

A questão fundiária e posse da terra, na perspectiva do Estudo Geral, embora não constituísse o principal obstáculo ao desenvolvimento agroeconômico, era considerado “um dos fatores determinantes de uma parte dos males atuais. Herança de séculos passados, as estruturas fundiárias são mal adaptadas à agricultura moderna”, pois o latifúndio favorecia a agricultura extensiva de colheita, a alienação dos proprietários, o subemprego das terras e dos homens. Por outro lado, o “fracionamento excessivo do minifúndio nas zonas mais povoadas constitui empecilho à modernização das técnicas culturais” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 58).

Na década de 1950, 83% das propriedades eram geridas pelo proprietário e 13,6% da população agrícola ativa era constituída de meeiro ou parceiros, que gozavam de alguma “estabilidade [...] não lhes cabendo, porém, nenhum direito real, que lhes assegure a posse definitiva da terra, limitando-se a conceber a agricultura como uma atividade de ‘colheita’ e não como uma atividade empresarial”. A grande massa da população agrícola ativa, 41% dos trabalhadores rurais, era utilizada como mão de obra agrícola, trabalhando com remuneração insuficiente (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 59).

Os obstáculos ao desenvolvimento do Vale do Jaguaribe se tornaram fatores importantes para a precariedade das rendas e do equilíbrio da agricultura na década de 1960. A renda média per capita no período era de Cr\$ 12.300,00 (doze mil e trezentos cruzeiros), equivalente a 100 dólares, com um crescimento médio de 0,53% ao ano desde a década de 1950. A produção agrícola seguiu o ritmo da curva de expansão demográfica havendo, desta

forma, “uma estagnação geral do meio rural, ou seja, de 85% da população”. A situação vivenciada pela agricultura na década de 1960 tenderia a se degradar, segundo o Estudo Geral, se não houvesse uma intervenção enérgica por parte do poder público. Os fatores que contribuiriam para o agravamento desta situação seriam os seguintes: a) a baixa frequente dos preços mundiais dos produtos primários (carnaúba, algodão, oleaginosas); b) a concorrência das regiões Sul e Centro-este do Brasil, mais bem organizadas e mais competitivas, e; c) o aumento dos salários na agricultura, determinado pelo desenvolvimento da indústria (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, pp. 62-3). Outra característica da agricultura do Jaguaribe no período era a de que se baseava na exploração primitiva dos recursos limitados do efetivo humano em crescimento.

[...] Esta atividade agrícola, do gênero ‘colheita’, processa-se através da utilização do fator ‘trabalho’, abundante, e até agora pouco oneroso, sem o emprego de fatores complementares (adubos, irrigação, mecanização). Os investimentos realizados não são forçosamente os mais produtivos: colheitas, ‘jeeps’, açudes. A produtividade do capital fundiário é, por sua vez, tão baixa, quanto a do trabalho: 10 kg de milho/d.t, 7 quilos de carne/ano/ha de pastagem. Há uma subexploração (ou má exploração) dos potenciais: solo, água, mão-de-obra do Jaguaribe (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 63).

Vale a pena destacar que esta situação era característica da década de 1960, pois até a década de 1950 esta situação não se apresentava de forma tão grave, pois havia “um relativo estado de equilíbrio e uma louvável adaptação a condições naturais, particularmente precárias”. No entanto, a partir da década de 1960 este equilíbrio estava destinado a desaparecer por três razões: a) pela pressão das massas rurais para obtenção de melhor nível de vida; b) pelas distorções crescentes entre o Nordeste e o Sul, a cidade e o campo, a agricultura e a indústria; c) pela situação marginal das culturas extrativas e semi-extrativas: carnaúba, rapadura, farinha de mandioca (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, pp. 63-4).

Esse era o quadro geral da agricultura do Vale do Jaguaribe apresentado pelo Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe. Na próxima seção apresentarei as recomendações e a orientação do GEVJ sobre as diretrizes para o desenvolvimento integrado da bacia do rio Jaguaribe. Estas recomendações e a orientação do GEVJ constituem o instrumento sob o qual se dará o processo de seleção e dominação territoriais, a partir da intervenção direta do poder público.

4.3 O fatores de desenvolvimento do Vale do Jaguaribe

Os obstáculos ou freios ao desenvolvimento apresentados na seção anterior não impediam a existência de diversos elementos motores e riquezas potenciais disponíveis que contribuiriam para o desenvolvimento da região do Vale do Jaguaribe. Um desses elementos eram os fatores físicos. Por exemplo,

As reservas de água, armazenadas ou armazenáveis, exploradas ou exploráveis, permitem, depois de satisfeitas as necessidades dos homens, dos animais e das indústrias, irrigar, de maneira econômica, 150.000 ha, ou seja, 30 vezes mais do que atualmente. Somente as águas já armazenadas nas barragens existentes permitem irrigar 70.000 ha, 35.000 dos quais poderiam ser irrigados pelo reservatório de Orós (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 64).

Quanto aos solos o *Estudo Geral* identificou reservas de solos de alto potencial de fertilidade, com mais de 400.000 ha, com a vantagem de serem dominados por barragens e, neste caso, com potencial para serem irrigados. Entre os solos não irrigáveis, 2.500.000 ha apresentavam aptidão para o desenvolvimento de uma agricultura semi-intensiva, que seria duas ou três vezes mais produtiva do que a agricultura do período. O aproveitamento das terras irrigáveis contribuiria para resolver o problema do subemprego da população rural, estimada no período em 50% da força de trabalho, tendo em vista que permitiria a implantação de culturas irrigadas em larga escala, responsável pela absorção de grande parte da mão de obra da região.

Por outro lado, a vocação para a pecuária, extensiva no Sertão e intensiva nos vales úmidos, coincidia com o déficit crescente de proteínas animais na região Nordeste. Até os fatores considerados negativos poderiam se transformar em fatores de desenvolvimento, como o baixo nível técnico e produtivo da agricultura e pecuária. O baixo nível técnico e produtivo tornar-se-ia “também um fator de desenvolvimento, em relação à situação inicial dos elementos de progresso introduzidos” pela constituição de “reservas forrageiras em estação seca, ensilagem, baixios irrigados [que] permitiram praticamente, duplicar a produção de carne do sertão” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 64).

Outro fator favorável ao desenvolvimento era a localização das zonas de produção agrícola por vocação que estavam cercadas de zonas consumidoras: as cidades de Fortaleza e Recife, os sertões do Piauí e do Rio Grande do Norte. Além disso, a bacia do rio Jaguaribe estava localizada, em sua totalidade, no estado do Ceará, o que evitaria qualquer dificuldade de ordem administrativa e política.

Quanto aos “fatores históricos de desenvolvimento” o vale do Jaguaribe vivenciava uma “situação nova, geradora de mutações e de progresso e que vem [...] possibilitar a decolagem da economia regional”, decorrente dos seguintes fatos: a) a criação da SUDENE, encarregada de coordenar e planificar os investimentos; b) a eletrificação do Ceará pela central CHESF de Paulo Afonso, permitindo o despertar das populações para um estilo de vida exigido pelo século XX e a industrialização regional: transformação de produtos primários, passagem de artesanato para a indústria; c) a criação de uma rede de comunicações modernas: estradas pavimentadas, telefones hartzianos de micro-ondas capazes de assegurar um contato permanente entre a capital e o interior e de dinamizar as pequenas cidades da zona rural; d) a regulamentação da reforma agrária, em 1964, forneceria um primeiro instrumento legal às autoridades encarregadas da valorização agrícola, e a lei de irrigação que complementava o estatuto da terra, e; e) a bacia do Jaguaribe foi o objeto de estudos técnicos mais aprofundados do que o de outras bacias hidrográficas do Nordeste. A região do Jaguaribe foi a única que dispunha de um balanço cartográfico completo dos recursos naturais e que havia recebido assistência técnica, nacional e internacional, eficiente e permanente.

A *seleção do território* e a *dominação territorial* seriam completadas pela regionalização do fator solo. O estudo das águas e dos solos do Jaguaribe demonstrou a importância de três categorias de solos que permitiria avaliar o seu potencial: os solos irrigáveis com agricultura intensiva, totalizando 150.000 ha aproximadamente (80.000 ha somente no Baixo Jaguaribe); os solos cultiváveis com “agricultura seca” (agricultura de sequeiro), totalizando cerca de 1.500.000 ha, e; os solos não cultiváveis, no total de 4.500.000 ha.

Tendo em vista a desproporção entre os potenciais pedológicos da bacia do Jaguaribe, a política de valorização agrícola da região deveria se adaptar a esta condição natural, além de uma política de infraestrutura e equipamentos, tendo em vista que “uma estrada no Baixo Jaguaribe é 50 vezes mais produtiva do que no sertão”. Tomando por base os potenciais pedológicos da região o *Estudo Geral* propôs uma “divisão do Jaguaribe em zonas de aptidão, diferente da antiga concepção das zonas fisiográficas, dando ênfase à geografia humana (vias de acesso, estruturas fundiárias, densidade de população) e ao clima” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 66).

A futura divisão do Jaguaribe em zonas de aptidão resultaria em nova elaboração das *representações do espaço*, ou seja, o espaço construído por cientistas e planejadores, a partir das quais seriam realizadas as intervenções do Estado e da iniciativa privada. Desta forma, o desenvolvimento agrícola e hidroagrícola da bacia do Jaguaribe daria origem,

progressivamente, às seguintes zonas (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, p. 66):

- 1) O Baixo Jaguaribe: abrangendo o triângulo Morada Nova – Tabuleiro do Norte – Jaguaruana. Zona de população densa, cultura intensiva, tecnologia avançada, unidades agrícolas de 5 a 15 ha irrigados.
- 2) O médio Jaguaribe, abrangendo as planícies de Icó e Iguatu. Zona de agricultura de subsistência, celeiro de todo o Jaguaribe Central, dividida em propriedades familiares irrigadas, possivelmente associadas, culturas secas e pecuária extensiva.
- 3) O Cariri, abrangendo o triângulo Crato – Juazeiro – Barbalha, Zona de cultura seca e ‘úmida’, semi-intensiva, dividida em propriedades familiares, assegurando o abastecimento das aglomerações urbanas e semi-industriais, e irradiando-se pelos estados limítrofes.
- 4) O quadrilátero agropastoril, ao sul, apoiado no Cariri, e a leste, no Vale do Salgado e a planície de Iguatu, remontando ao norte até Quixadá. Êste meridiano central do Jaguaribe conservará sua vocação atual baseada na trilogia milho - feijão - algodão mocó, com associação progressiva da pecuária e da cultura de tração. A unidade ideal para a sua utilização é a exploração familiar extensiva, de 50 a 500 ha; o fator de progresso é o melhoramento constante das técnicas culturais e de conservação das águas pluviais.
- 5) O sertão pastoril, uniforme em sua vocação, divisível em dois:
 - a oeste da bacia, desde o sertão S-W do Araripe até os podzols de Quixeramobim.
 - o sertão central, limitado por Orós, Quixadá e o Vale do Banabuiú. Zona de vocação pecuária extensiva, dividida em grandes propriedades superiores a 500 ha, com habitat disperso e população pouco densa.

A proposta de elaboração de uma nova divisão do Jaguaribe em zonas de vocação constituiu uma das condições para a planificação das ações de valorização agrícola e hidroagrícola da bacia do rio Jaguaribe, tendo como base *representações do espaço* que contribuiriam para a consolidação da *seleção do território* e da *dominação territorial*. Na base destas *representações do espaço*, elaboradas pelos técnicos e especialistas do GEVJ, estavam quatro “fatores de desenvolvimento” que deveriam ser administrados de “modo mais eficaz”: a água, a terra, o gado e o homem. Este último fator, abundante, disponível e subdesenvolvido, seria promovido a partir da valorização integral da bacia do rio Jaguaribe.

Nesse sentido, a “política do homem”, recomendada pelo GEVJ, deveria, em primeiro lugar, “fornecer trabalho à população rural, atualmente subempregada durante 7 meses do ano”, fazendo com que “Quatrocentos mil adultos no Jaguaribe deve[riam] encontrar na agricultura sua promoção e um meio para viver decentemente”.

Em linhas gerais, a política de valorização do homem deveria ser orientada pelas seguintes ações: a) promover as populações rurais através de um trabalho justo, remunerador e estável; b) assegurar ao agricultor uma melhor produtividade de seu trabalho, através de

uma segurança na produção (irrigação e proteção sanitária dos rebanhos), da intensificação de suas culturas (adubos e material de tração) e de uma comercialização honesta e eficaz; c) assegurar o respeito à legislação trabalhista, para os trabalhadores assalariados, ou promover uma situação equivalente, como a valorização do trabalho através do artesanato e meação, e; d) dividir de forma mais equitativa os riscos das secas entre o proprietário e o arrendatário. Além das ações de promoção do trabalho, considerada prioritária e urgente, a política de valorização do homem deveria “favorecer a promoção social, especialmente através da educação, assistência sanitária e social” (SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC, 1967, v. 1, pp. 73-4).

Por fim, a política de valorização do homem deveria substituir a “política paternalista dos fazendeiros e dos organismos públicos, por uma política de autoprogresso”, que permitisse “ao agricultor tomar consciência dos seus problemas e de suas responsabilidades”. Esta iniciativa permitiria “Substituir uma mentalidade de ‘assistido’ por uma mentalidade de ‘promotor’ e de dinamizador”. Esta mudança de mentalidade seria alcançada através de um trabalho intensivo junto às populações rurais e agrícolas que deveriam ser informadas, motivadas e associadas ao desenvolvimento.

A “política do homem”, recomendada pelo *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, tinha como fundamento uma política sobre o homem, tendo em vista que o Vale do Jaguaribe estava “condenado” pela natureza a ter como fonte de seu desenvolvimento a agricultura, conforme consta no capítulo dedicado às recomendações para a valorização do Jaguaribe. A política sob o homem jaguaribano fecha o ciclo do processo de *seleção do território* e da *dominação territorial*.

5 TERRA, TRABALHO E PRODUÇÃO: A OCUPAÇÃO TERRITORIAL E A ORGANIZAÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA ÁREA DE INSTALAÇÃO DO PERÍMETRO IRRIGADO DE MORADA NOVA

No capítulo anterior analisei o primeiro aspecto ou dimensão a ser considerado no processo de formulação e execução das políticas de desenvolvimento agrícola do Nordeste iniciados na década de 1960. Este aspecto ou dimensão é o da *seleção do território*, a partir do qual se produz uma nova relação, a *dominação territorial*. Os processos de *seleção do território* e da *dominação territorial* são responsáveis pela elaboração de novas representações do espaço que servirão de suporte para a execução e operacionalização das ações de valorização agrícola e hidroagrícola de uma região selecionada. A região em questão é a bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, localizada no estado do Ceará. A água, a terra, o gado e o homem constituem os fatores sobre os quais as ações do Estado deveriam ser realizadas, enquanto sujeito central da *seleção do território* e da *dominação territorial*.

Neste capítulo analisarei o segundo aspecto ou dimensão a ser considerado no processo de formulação e execução das políticas de desenvolvimento agrícola, que diz respeito ao *sistema de uso e posse da terra*, contemplando a relação entre *terra, trabalho e produção*. O agente central dessa dimensão são as populações rurais – entendida aqui em sua diferenciação social enquanto trabalhadores rurais assalariados, minifundistas, pequenos, médios e grandes produtores rurais - que se constituem no sujeito coletivo da ocupação territorial e organização do sistema produtivo local. Serão analisadas nessa dimensão as formas de ocupação territorial e de organização da produção que vigoravam na região antes do processo de *seleção do território* e da *dominação territorial*, que resultou na instalação do perímetro irrigado.

O foco da análise recairá sobre as condições materiais da produção agrícola, o sistema de uso e posse da terra (estrutura fundiária), as culturas alimentares e industriais produzidas, o capital investido na produção, condições de moradia, formas de ocupação da mão de obra e rendimento. Todos esses elementos caracterizam ou se tornam a materialização da *prática espacial*, ou seja, a dimensão do espaço social que engloba produção e reprodução, lugares especificados e conjuntos espaciais próprios a cada formação social, assegurando a continuidade numa relativa coesão, conforme compreende Henri Lefebvre. Assim, a análise dos elementos fundamentais da estrutura agrária e produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado Morada Nova, a partir do inventário fundiário das unidades econômicas desapropriadas, revelarão as condições de produção dos minifúndios, pequenas e

médias propriedades rurais e o nível de vida ou condições de reprodução social da população da região objeto de desapropriação para a implantação deste perímetro irrigado.

Para a elaboração deste capítulo utilizarei com fonte documental os cadastros fundiários das propriedades desapropriadas, elaborados pela Seção Regional de Desapropriação e Concessão de Terras do DNOCS. Os cadastros fundiários são realizados a partir do levantamento cadastral das propriedades e consistem em uma categoria de documento que faz o inventário da cobertura vegetal, das benfeitorias e da quantidade de terra existente em uma propriedade, além das informações sobre o ocupante e o conjunto familiar, com o propósito de realizar o cálculo do valor a ser pago pelo DNOCS a título de indenização pela desapropriação. Os dados sobre o ocupante da propriedade consistem no seguinte: nome do ocupante, condição (posseiro ou proprietário), nacionalidade e naturalidade, sexo, estado civil, data de nascimento e idade, grau de instrução, residência do ocupante (se vive no imóvel ou fora dele) e tempo de ocupação da propriedade. As informações sobre o conjunto familiar consistem no nome de cada membro, a relação com o chefe da propriedade, sexo, idade, estado civil e grau de instrução. Tomando como referência o levantamento cadastral da área de implantação do Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas cada cadastro de propriedade é organizado em uma pasta contendo os dados sobre o ocupante, o memorial descritivo do imóvel (georreferenciamento da propriedade), classificação da terra nua (solos irrigáveis e solos não irrigáveis), laudo de avaliação (inventário das benfeitorias e cobertura vegetal) e planta individual do imóvel (com a localização e o desenho de cada benfeitoria).

Calcula-se, de acordo com Hall (1976), que cerca de três mil famílias foram desalojadas de suas propriedades (terra e/ou moradia) pela instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova. Considerando a cifra de 3.000 famílias que foram desapropriadas, planejei iniciar a pesquisa documental em busca dos cadastros das propriedades desapropriadas na Biblioteca Central do DNOCS, localizada no edifício da Administração Central, no centro de Fortaleza¹. No entanto, não encontrei nenhuma indicação de que o levantamento cadastral da área do Projeto Morada Nova existisse, pois não havia referência ao mesmo no acervo da biblioteca. Com a assistência de uma das servidoras da biblioteca consegui autorização para realizar a pesquisa documental em um galpão do DNOCS localizado no Bairro Pici, onde

¹ Planejei iniciar a pesquisa documental, em busca dos cadastros das propriedades desapropriadas, pelo acervo da Biblioteca Central do DNOCS, tendo como referência o trabalho realizado pelo Núcleo de Estudos sobre Memória e Conflitos Territoriais (COMTER), coordenados pelo Prof. Mário Martins Viana Júnior, do Departamento de História da Universidade Federal do Ceará (UFC). O professor Mário Martins e sua equipe haviam encontrado os inventários fundiários das propriedades desapropriadas para a instalação do Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas, situado entre os municípios de Russas, Limoeiro do Norte e Morada Nova, que teve sua instalação iniciada no final da década de 1980.

estava armazenado o acervo da instituição que havia sido transferido com a desativação do Arquivo do DNOCS que funcionava na Praia de Iracema². Na pesquisa documental realizada no acervo improvisado do DNOCS encontrei 475 cadastros de propriedades, que representam 15,8% do total de famílias deslocadas para a implantação do projeto. No entanto, os cadastros fundiários ou de propriedades que utilizarei neste capítulo são constituídos somente do laudo de avaliação do imóvel (o inventário das benfeitorias e da cobertura vegetal), a classificação da terra nua (nos casos em que a terra nua foi objeto de indenização) e algumas informações sobre o ocupante e a propriedade, que se restringem ao nome do proprietário, o município e a localidade onde a propriedade estava instalada³. Dos cadastros das propriedades desapropriadas utilizados neste capítulo, 240 estavam localizadas em Morada Nova e 235 no município de Limoeiro do Norte.

Na seção seguinte farei uma breve exposição a respeito das informações básicas das propriedades desapropriadas para a instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova, como comunidades rurais atingidas, gênero dos desapropriados, formas de uso da terra, tipo de indenização recebida, grupos e subgrupos de área das propriedades, tipo de exploração, valores das indenizações e classificação em salário mínimo das mesmas.

5.1 Informações básicas sobre as propriedades desapropriadas

A análise de um sistema de produção agrícola geralmente é baseada em categorias da economia neoclássica como as de custo de produção, relação custo-benefício, eficiência, produtividade e lucro. Nesta seção tentarei apresentar os elementos que destacam a reprodução social como principal referência para a análise econômica do sistema de produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado Morada Nova. De acordo com o método do materialismo histórico e dialético “todo processo de produção ocorre no âmbito de

² Com a desativação do Arquivo do DNOCS todo o acervo documental da instituição foi colocado em um depósito que servia para a guarda de peças e equipamentos do setor de perfuração de poços e de serviços hidráulicos da instituição. Com a desativação do arquivo que funcionava na Av. Beira Mar, na Praia de Iracema, para a instalação do aquário público do Ceará, o acervo foi colocado em local improvisado e com grande risco à preservação dos documentos. O depósito onde foi colocado o acervo não é aberto ao público, mas com uma autorização de um servidor do DNOCS consegui acesso ao local e, a partir de agosto de 2018 iniciei um trabalho de pesquisa. No entanto, não existiam as condições para a realização da pesquisa e o trabalho se tornou extenuante, porque não tem nenhuma lógica de organização interna da documentação, além dos riscos à saúde em virtude da documentação ter sido submetida a tratamento químico para que fosse preservada de ataques de insetos, por exemplo.

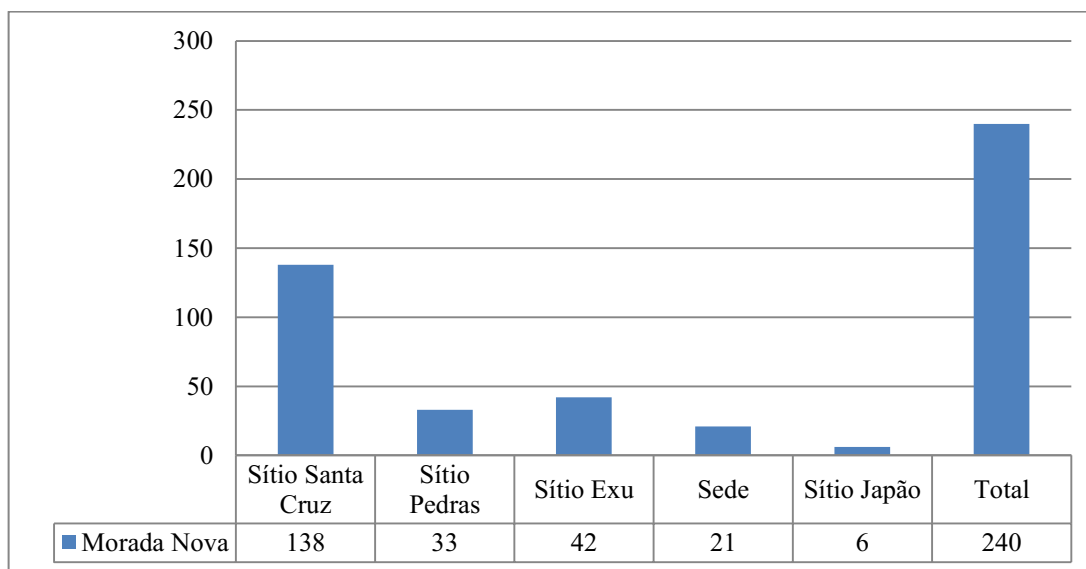
³ Os cadastros das propriedades analisados neste capítulo foram elaborados nos anos de 1971 e 1972. O levantamento cadastral da área de instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova possivelmente foi realizado entre 1968 e 1969.

um processo de reprodução social”, tendo em vista que “a produção material é realizada no seio de uma sociedade, cujas estruturas devem ser reconstituídas ao longo do tempo, isto é, reproduzidas” (SILVA NETO, 2016, p. 32).

Nesse sentido, no caso da agricultura, o processo de reprodução depende da categoria social específica do agricultor que, por sua vez, depende das relações de produção, de propriedade e de troca que o agricultor mantém com outros agentes que participam direta ou indiretamente do processo produtivo. O acesso, as formas de uso da terra e os tipos de atividades econômicas realizadas pelos agricultores são condições primordiais para a garantia e continuidade do processo de reprodução social.

O Gráfico 1 mostra a distribuição das propriedades de acordo com as localidades ou comunidades rurais atingidas pelas desapropriações no município de Morada Nova. O Sítio Santa Cruz foi a comunidade mais afetada pelas desapropriações representando 57,5% do total, em segundo vindo Sítio Exu, com 17,5%, seguido de Sítio Pedras com 13,75%. O distrito Sede completava o quadro das propriedades desapropriadas juntamente com a localidade de Sítio Japão, com 8,75% e 2,5%, respectivamente.

Gráfico 1 – Localidades afetadas pelas desapropriações no município de Morada Nova

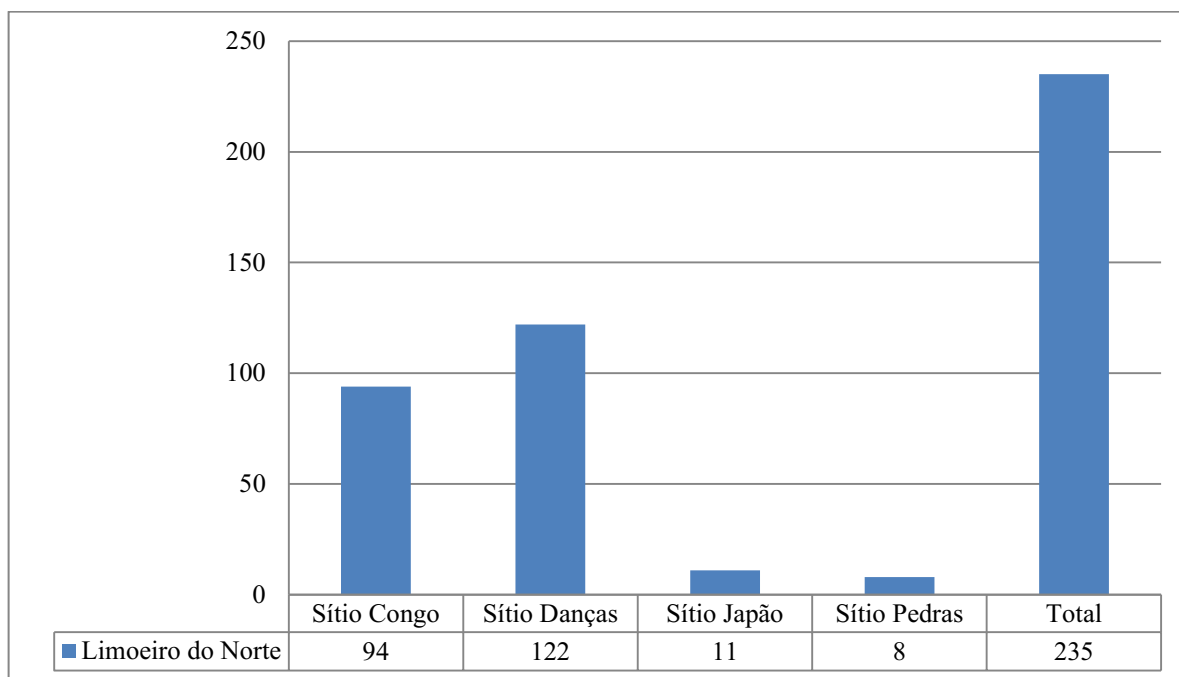


Fonte: Elaboração do autor

O Gráfico 2 mostra as comunidades rurais que foram afetadas pelo projeto no município de Limoeiro do Norte. As duas comunidades mais atingidas no município de Limoeiro do Norte foram Sítio Danças e Sítio Congo, com 51,9% e 40%, respectivamente. O Sítio Japão e o Sítio Pedras completavam o quadro com 4,7% e 3,4%, respectivamente. A

comunidade de Sítio Japão estava localizada nos municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova, conforme podemos inferir dos dados apresentados no Gráfico 1. O deslocamento destas populações, nos dois municípios, levaram algumas comunidades a serem extintas ou se concentrarem em pequenas vilas no entorno do perímetro irrigado, como foi o caso da comunidade de Sítio Danças, em Limoeiro do Norte, ou migrarem para as sedes dos municípios.

Gráfico 2 - Localidades afetadas pelas desapropriações no município de Limoeiro do Norte



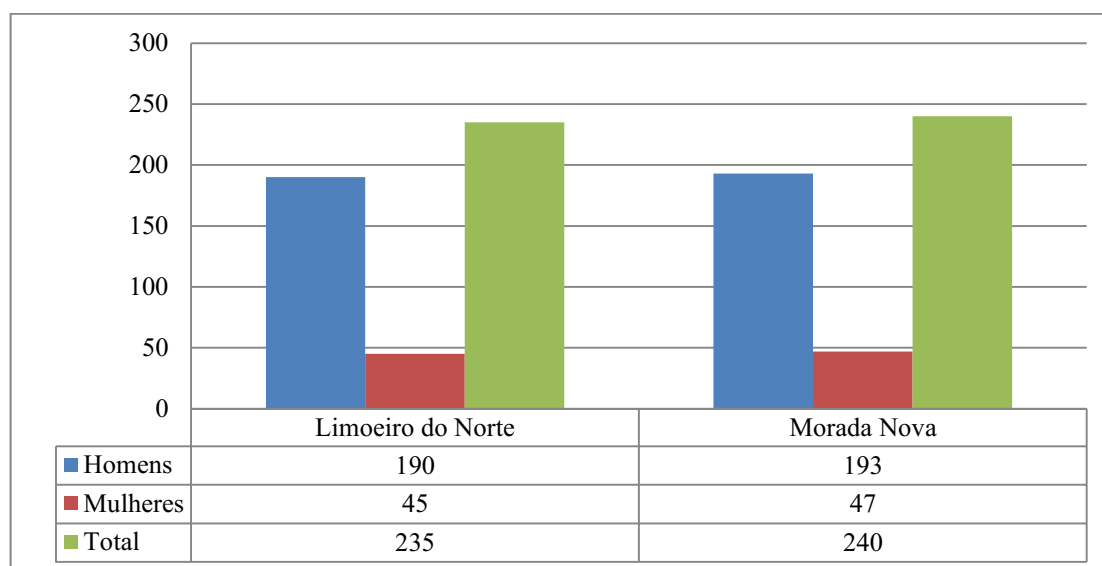
Fonte: Elaboração do autor

Os gráficos 3 e 4 trazem as informações a respeito do gênero dos proprietários cadastrados. Pelos dados apresentados a composição por sexo é quase a mesma nos dois municípios. Em Morada Nova, os homens representavam 80,5%, enquanto as mulheres 19,5%. Em Limoeiro do Norte, a proporção era a mesma, com 81% de proprietários do sexo masculino e 19,5% do sexo feminino. Estes gráficos revelam um dado importante que consiste no acesso desigual à propriedade da terra entre homens e mulheres.

De acordo com Deere e León (DEERE; LEÓN, 2003, p. 53), esse é um fenômeno característico de toda a América Latina. Em 2000, de acordo com as autoras, 54,2% das mulheres tinham a herança como forma principal de aquisição de terra, enquanto entre os homens a porcentagem caía para 22%. Esta porcentagem se inverte quando se trata da aquisição de terras através do mercado fundiário: entre as mulheres a porcentagem era de 37,4%, enquanto entre os homens aumentava para 73,1%. Dessa forma,

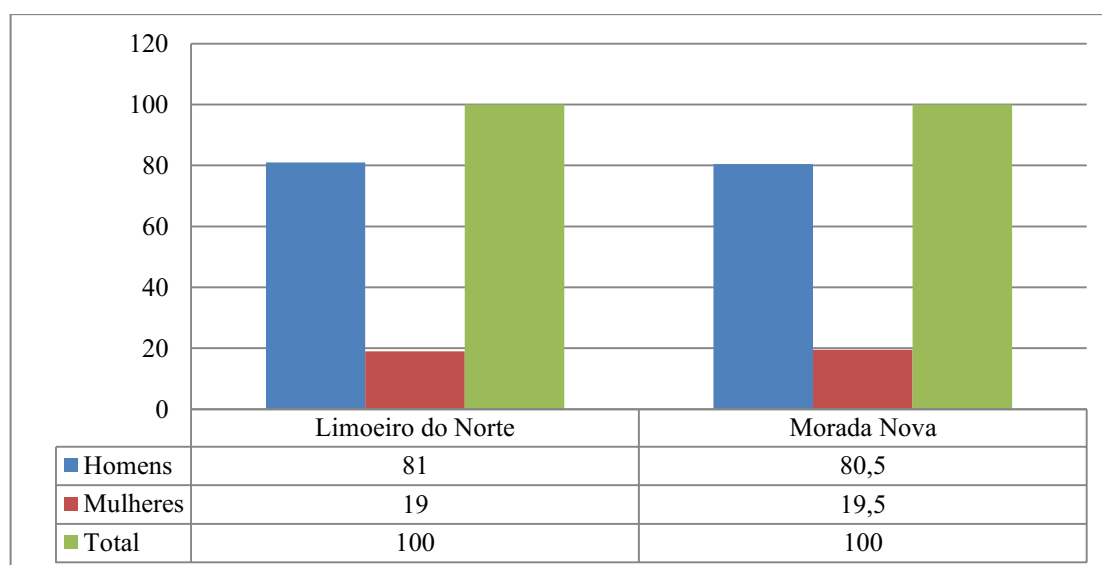
A diferença de gênero em relação à propriedade fundiária, na América Latina, é significativa. São poucos os países nos quais as mulheres constituem sequer um quarto dos proprietários. A desigualdade de gênero na posse de terras é relacionada à preferência masculina no momento da herança, ao privilégio masculino no casamento, ao viés masculino em programas comunitários e estatais de distribuição de terras, bem como ao viés de gênero no mercado fundiário, sendo que as mulheres têm menor probabilidade do que os homens de serem compradoras bem sucedidas [...] (DEERE; LEÓN, 2003, p. 53).

Gráfico 3 – Distribuição dos proprietários por sexo



Fonte: Elaborado pelo autor

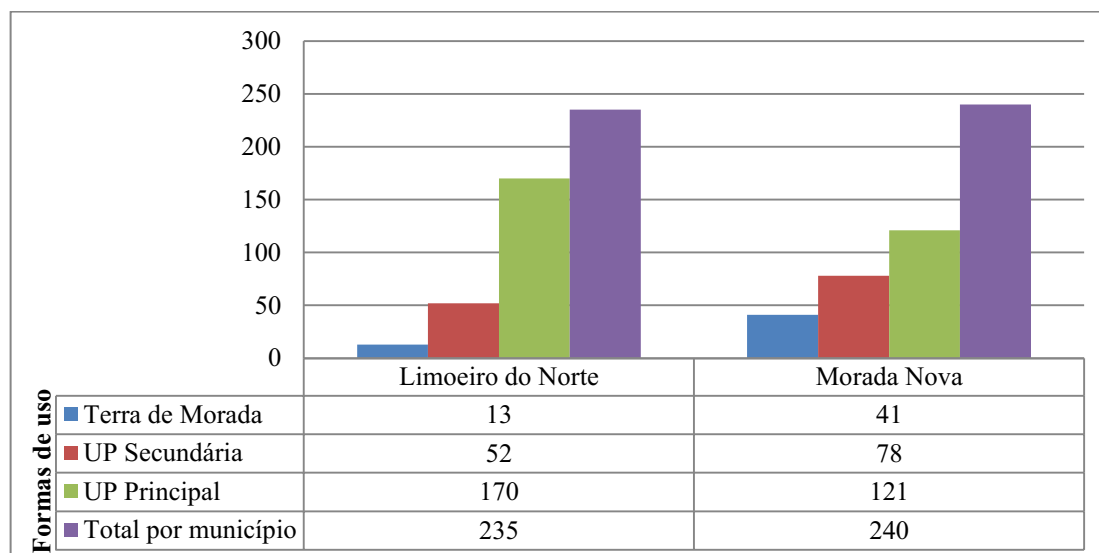
Gráfico 4 – Distribuição dos proprietários por sexo (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor

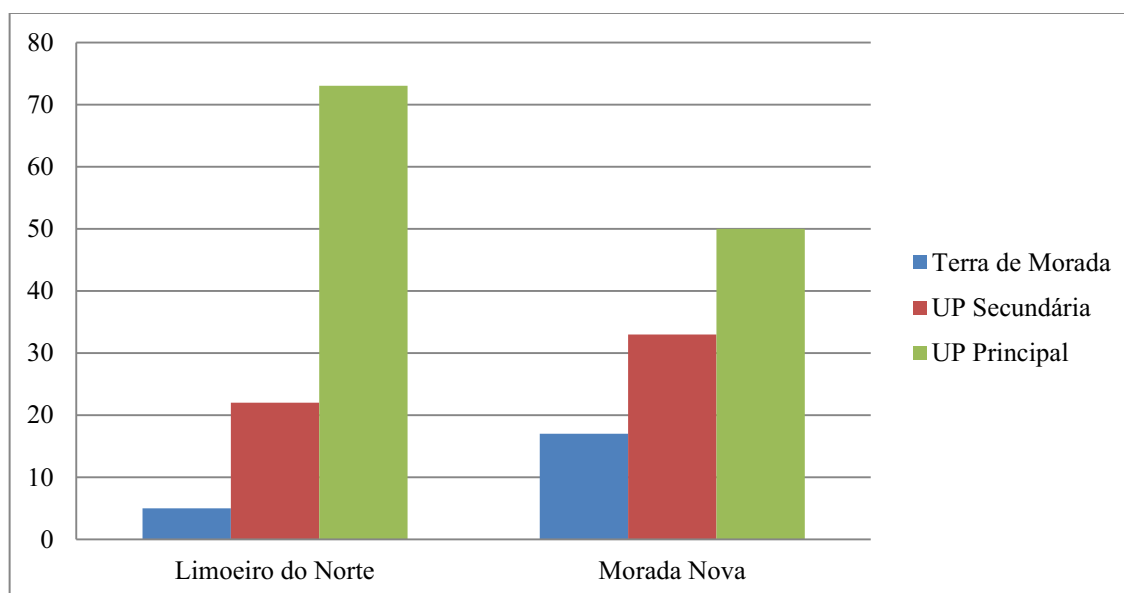
Os gráficos 5 e 6 apresentam os dados a respeito das finalidades ou formas de uso dos imóveis rurais desapropriados classificadas em *Terra de Morada*, *Unidade de Produção Secundária* (UP Secundária) e *Unidade de Produção Principal* (UP Principal).

Gráfico 5 – Formas de uso dos imóveis rurais desapropriados por município



Fonte: Elaboração do autor

Gráfico 6 – Formas de uso dos imóveis rurais desapropriados por município (%)



Fonte: Elaboração do autor

Através do Gráfico 6 observa-se que das *unidades de produção principal*, 73% estavam localizadas no município de Limoeiro do Norte e 50% no município de Morada Nova (no total dos cadastros representavam 61,3% das propriedades). As *unidades de produção secundária* representavam 27,3% do total dos cadastros das propriedades desapropriadas na

área, sendo que na região de Morada Nova chegavam a 33%, contra quase 22% em Limoeiro do Norte⁴. Relacionando essas categorias nos dois municípios pode-se observar que as *unidades de produção principal* representavam uma quantidade maior no município de Limoeiro, enquanto as *unidades de produção secundária* eram mais numerosas no município de Morada Nova. As *terras de morada* representavam apenas 11,4% das propriedades desapropriadas na totalidade dos cadastros, sendo um número maior no município de Morada Nova, com 17%, contra 5% no município de Limoeiro do Norte.

A categoria *unidade de produção* é utilizada nesta pesquisa com o sentido atribuído pelo engenheiro agrônomo Benedito Silva Neto (SILVA NETO, 2016) ao conceito de *Unidade de Produção Agropecuária (UPA)*, que adota a reprodução social como principal referência para a análise econômica de sistemas de produção agropecuária, inspirado no materialismo histórico e dialético (MHD). Para Silva Neto (2016, p. 33),

De acordo com o MHD, todo processo de produção ocorre no âmbito de um processo de reprodução social. Isto porque toda produção material é realizada no seio de uma sociedade, cujas estruturas devem ser reconstituídas ao longo do tempo, isto é, reproduzidas. Neste sentido, a reprodução social não depende apenas da manutenção de certas condições materiais, mas também de um conjunto de condições, de ordem política, sociológica² e antropológica, por exemplo, que assegurem a reprodução ao longo do tempo da estrutura social. O processo de reprodução social é, portanto, ao mesmo tempo econômico, político, sociológico, antropológico, etc. [...].

As categorias *Terra de Morada*, *UP Secundária* e *UP Principal* foram elaboradas no decorrer da investigação e sistematização dos dados coletados, pois nos cadastros das propriedades que estão sendo utilizados nesta pesquisa não havia nenhuma referência à condição dos desapropriados que não tinham acesso à terra, como morador, posseiro ou parceiro (arrendatário), por exemplo.

Chegou-se a estas categorias pelo cruzamento de algumas informações que permitiram estabelecer a condição do proprietário e as formas de uso do imóvel desapropriado. O critério utilizado para definição da condição de *Terra de Morada* foi o fato do desapropriado ter sido indenizado apenas pelas benfeitorias, que na maioria dos casos possuía apenas a residência ou *terra de morada*. Nesta categoria enquadram-se,

⁴ Nesta categoria estão incluídos os cadastros que inicialmente classifiquei como de arrendatários, que tinha pouca representatividade no conjunto das propriedades desapropriadas. Essa pouca representativa identificada nos cadastros não significa que o número de agricultores que trabalhavam em terras arrendadas fosse pequeno. Eles não aparecem na documentação porque, geralmente, se dedicavam ao plantio de culturas temporárias como feijão, milho e legumes. As culturas temporárias não foram objeto de indenização por parte do DNOCS, tendo em vista que o ciclo de produção destas culturas é curto. Assim, os posseiros ou agricultores sem terra faziam uso da terra através de alguma forma de arrendamento, já que não possuíam *terra de trabalho*.

principalmente os *posseiros*, que possuíam apenas uma casa de taipa, de pouco valor. Neste sentido, só possuíam as casas de morada, construídas em um pedaço de terra cedido por um proprietário com esse único fim, mas em alguns casos ainda podiam utilizar um pouco da *terra de morada* para plantar alguma cultura frutífera ou cultura temporária ou ainda criar animais. No entanto, só eram indenizados pela casa de morada, cobertura vegetal e alguma outra benfeitoria que tivessem realizado, como cercas e estábulos construídos no pequeno pedaço de terra.

A categoria *Unidade de Produção Secundária* (UP Secundária) foi construída levando em consideração alguns elementos centrais: a) a utilização da propriedade como *terra de morada* e/ou *terra de trabalho*; b) indenização somente de benfeitorias e/ou cobertura vegetal; c) realização de alguma atividade produtiva, como culturas industriais, culturas frutíferas ou extrativismo vegetal; d) propriedades encravadas em imóveis rurais pertencentes a outro proprietário rural, que tivesse sido indenizado pela terra nua; e) o desapropriado ter algum grau de parentesco com o proprietário do imóvel rural no qual estava encravado, geralmente identificado pelo sobrenome, e; f) em alguns casos, o imóvel desapropriado pertencer ao mesmo proprietário que havia sido indenizado pela terra nua em outro cadastro, mas utilizava esse imóvel como *terra de trabalho*, ou seja, realizava alguma atividade produtiva.

A categoria *Unidade de Produção Principal* (UP Principal) contempla todos os cadastros que tiveram a terra nua indenizada. Nesse sentido, a condição que diferencia esses cadastros de propriedades dos outros é a posse da terra, identificada na documentação pela indenização da terra nua, ou seja, a indenização do imóvel rural sem as benfeitorias e cobertura vegetal existentes. Assim, o proprietário recebeu a indenização pela terra nua e também pelas benfeitorias e cobertura vegetal, quando existentes na propriedade. As demais categorias foram indenizadas apenas pelas benfeitorias e/ou cobertura vegetal.

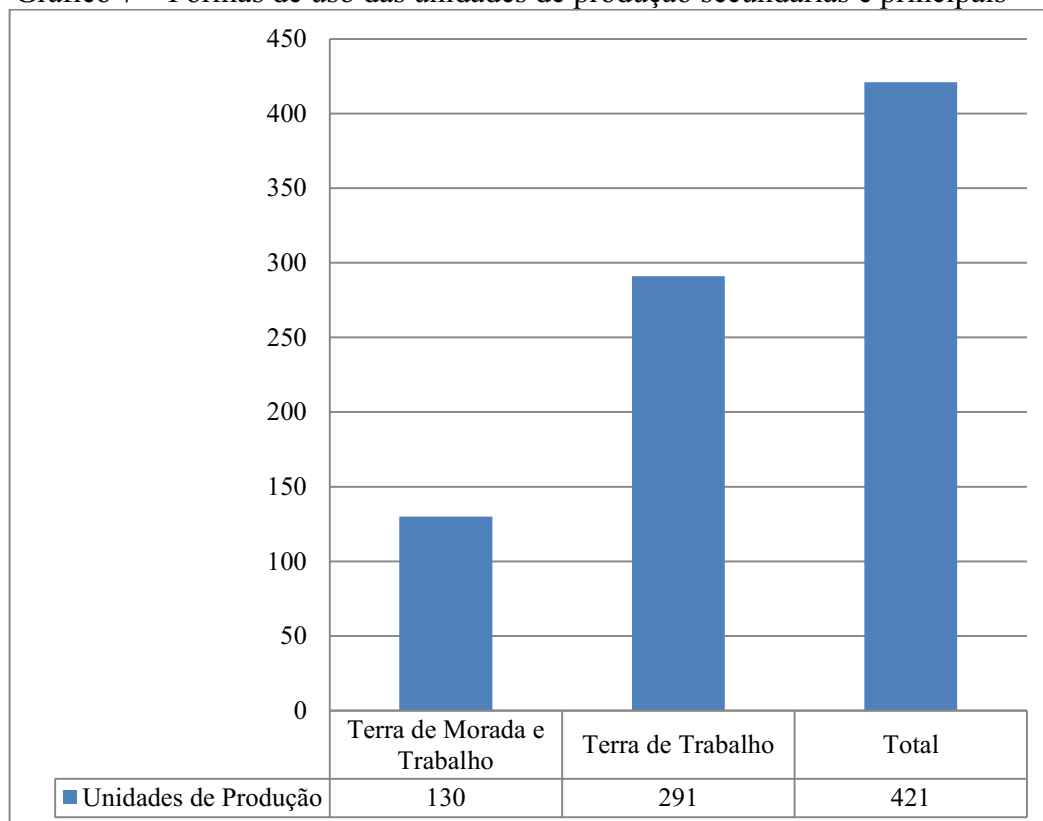
Pela importância dessas categorias na constituição da estrutura agrária e da economia agrícola da região afetada pela instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova as utilizarei como marcadores principais que orientarão a análise dos cadastros fundiários a partir de agora. Revelam também um aspecto importante que deve ser considerado na análise do sistema de produção agrícola local: o aspecto da diferenciação social, problema que será abordado no decorrer deste capítulo.

Nos gráficos 5 e 6, tendo como base as unidades de produção principal e secundária, faz-se a relação entre os proprietários que utilizavam a terra com as finalidades de

terra de morada e trabalho e aqueles que somente a utilizavam como meio de trabalho, ou seja, como *terra de trabalho*.

Conforme o Gráfico 7, 69% das propriedades desapropriadas eram utilizadas exclusivamente como *terra de trabalho*, ou seja, eram utilizadas somente para a produção, enquanto o restante (31%) era utilizado como *terra de trabalho e morada*.

Gráfico 7 – Formas de uso das unidades de produção secundárias e principais

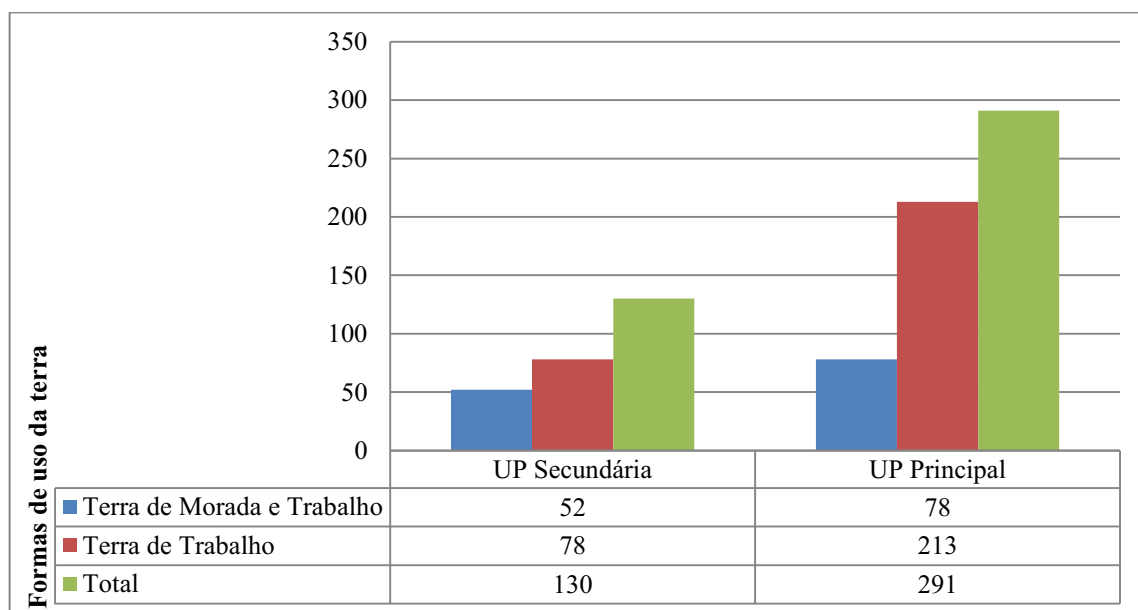


Fonte: Elaborado pelo autor

Nos gráficos 8 e 9 são apresentados os dados a respeito das formas de uso da terra pelas unidades de produção principal e secundária, classificadas como *terra de morada e trabalho* e *terra de trabalho*. As unidades de produção agrícolas utilizadas exclusivamente como *terra de trabalho* prevaleciam sobre as que eram dedicadas à *morada e trabalho*, totalizando 69% do conjunto das propriedades dedicadas à produção, excluindo as que tinham como forma exclusiva de uso a *moradia*. No entanto, se observarmos apenas as *unidades de produção principal*, as propriedades dedicadas ao trabalho eram muito superiores às aquelas dedicadas à *moradia e trabalho*, com 73% e 27%, respectivamente. Por outro lado, esta diferença era um pouco menor entre as *unidades de produção secundária*, pois entre as 130 propriedades desapropriadas 60% voltavam-se exclusivamente à *terra de trabalho*, enquanto 40% eram destinadas à *moradia e trabalho (terra de morada e trabalho)*.

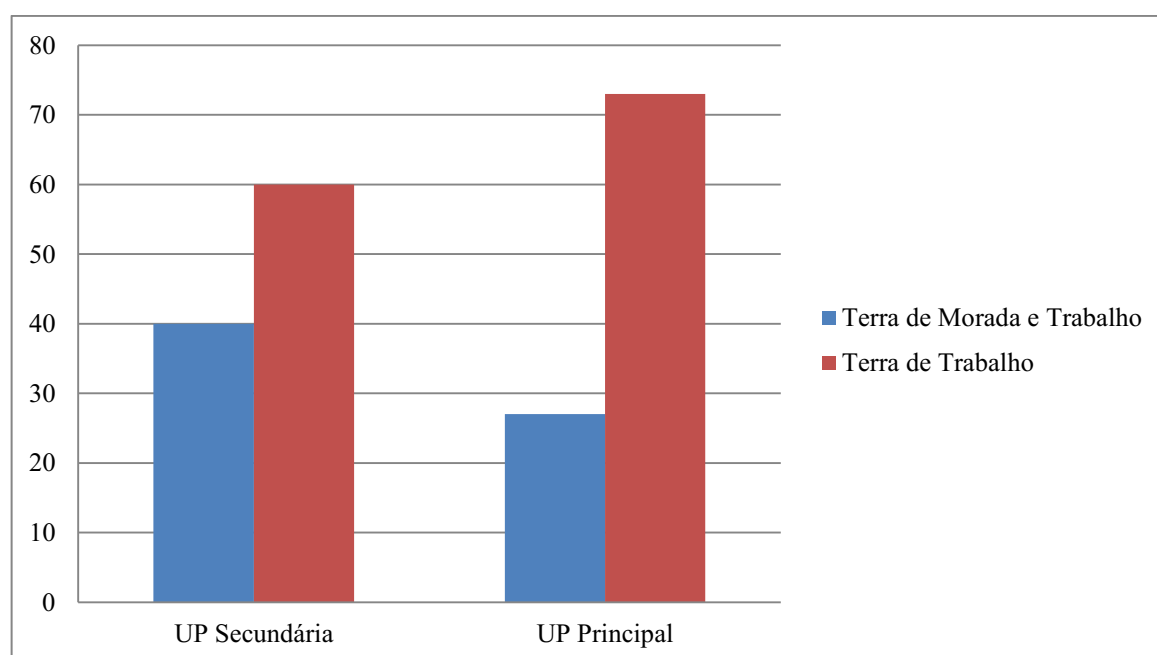
Esses dados são importantes para uma compreensão mais ampla das condições materiais e sociais do sistema de produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova. As formas de uso da propriedade fundiária constituem um dos elementos mais importantes para a reprodução social dos agricultores, estando na base dos processos de diferenciação social no interior desta categoria.

Gráfico 8 – Formas de uso da terra das unidades de produção principal e secundária



Fonte: Elaborado pelo autor

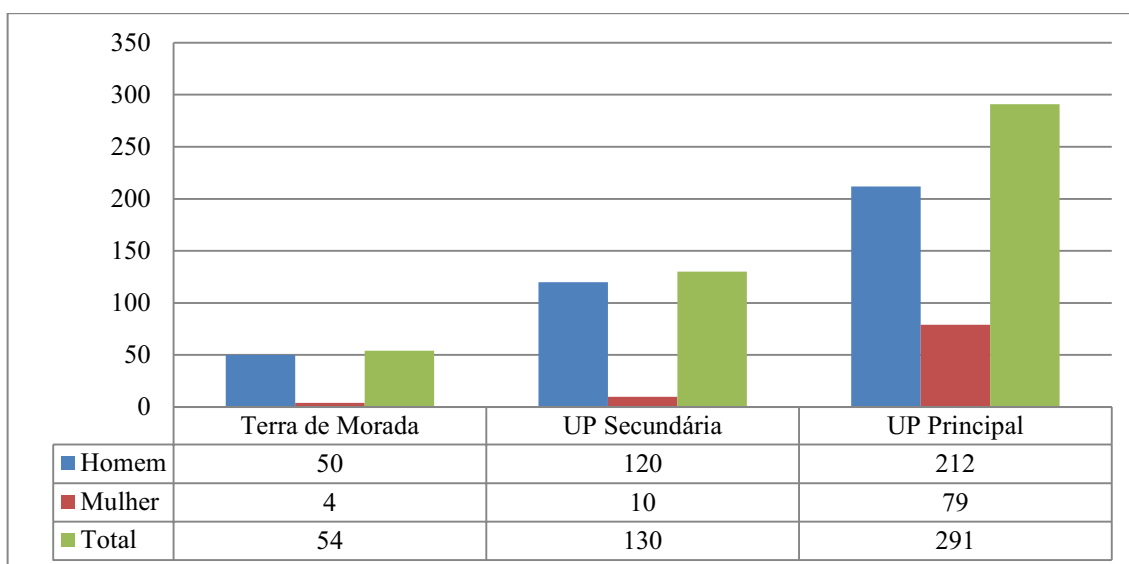
Gráfico 9 – Formas de uso da terra das unidades de produção principal e secundária (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor

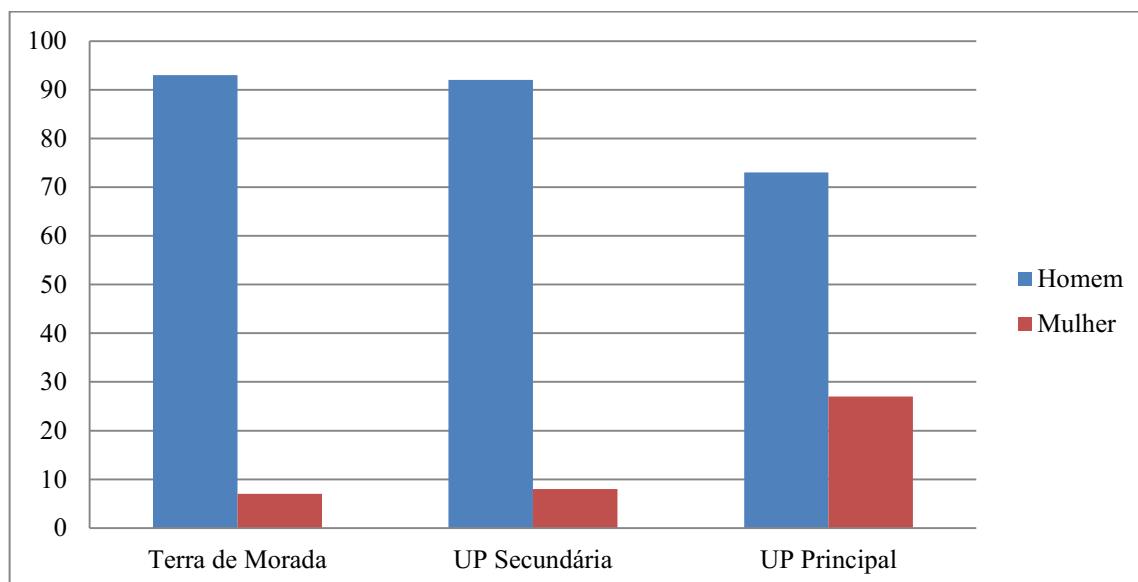
Os gráficos 10 e 11 trazem um dado importante a respeito da distribuição dos imóveis rurais de acordo com o sexo da população desapropriada. Na categoria *terra de morada* as mulheres representavam apenas 7%, enquanto na categoria *Unidade de Produção Secundária* representavam 8%, chegando a 27% na categoria *Unidade de Produção Principal*.

Gráfico 10 – Distribuição dos imóveis desapropriados, por sexo e por categoria



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 11 – Distribuição dos imóveis desapropriados, por sexo e por categoria (em %)



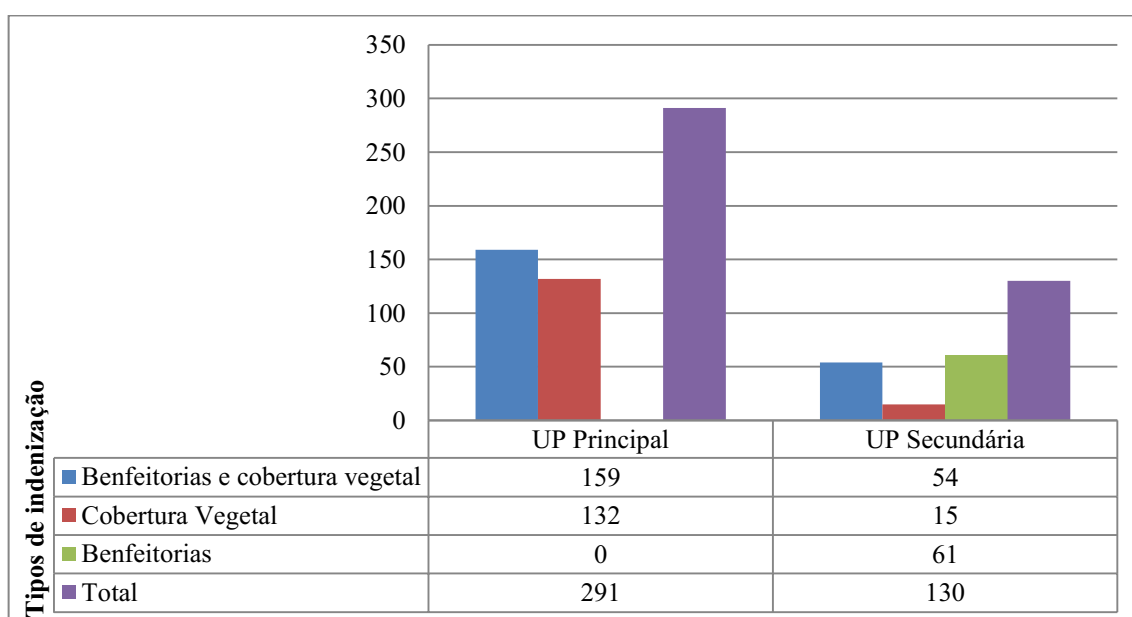
Fonte: Elaborado pelo autor

Embora as mulheres representassem pouco mais de um quarto nesta última categoria, essa proporção é bem significativa quando comparada com a quantidade de mulheres nas outras categorias. Revela, além disso, um fenômeno socioeconômico de longa

trajetória: o fato da posse da terra ser uma condição que privilegia o homem. O fato de pouco mais de 1/4 das *unidades de produção principal* pertencer a mulheres deve-se, muitas vezes, à subdivisão das propriedades entre herdeiros, muito comum em regiões onde predomina o minifúndio. A herança, segundo Deere e León (2003, p. 153), consiste no principal meio pelo qual a maioria das mulheres se torna proprietária, enquanto que os homens têm muito maior probabilidade do que as mulheres de adquirirem terras através da sua distribuição pelo Estado, e por meio do mercado.

Os gráficos 12 e 13 mostram os tipos de indenizações recebidas pelos proprietários das unidades de produção. As indenizações da terra nua não constam nos gráficos, tendo em vista que somente as *unidades de produção principal* eram indenizadas pela terra nua. Das 291 *unidades de produção principal*, 55% foram indenizadas pelas benfeitorias e cobertura vegetal, contra 45% das indenizações pela cobertura vegetal. As indenizações das benfeitorias e cobertura vegetal representaram 41,5% das indenizações das *unidades de produção secundária*, enquanto a cobertura vegetal constituiu o tipo de indenização de 11,5% desse tipo de propriedade desapropriada. Por outro lado, as indenizações por benfeitorias constituíram 47% das indenizações recebidas pelos proprietários das *unidades de produção secundária*. Nenhum proprietário de *unidade de produção principal* foi indenizado somente por benfeitorias, o que significa que os proprietários desta categoria exerciam algum tipo de atividade produtiva em suas propriedades.

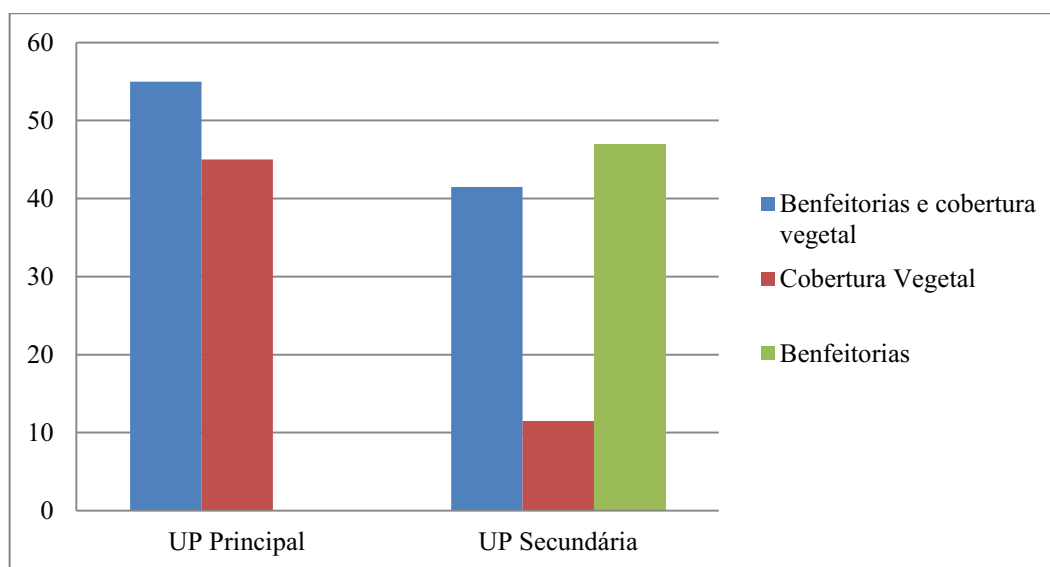
Gráfico 12 – Tipos de indenização por categoria de unidade de produção



Fonte: Elaborado pelo autor

Na maioria das vezes eram desenvolvidas atividades que se complementavam como, por exemplo, cultura frutífera, extrativismo vegetal para consumo e extrativismo vegetal comercial, conforme será demonstrado ainda nesta seção. O valor da produção bruta gerado pelas diferentes atividades desenvolvidas no interior de uma unidade de produção agrícola é de grande importância para a compreensão do processo de reprodução social dos agricultores.

Gráfico 13 – Tipos de indenização por categoria de unidade de produção (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor

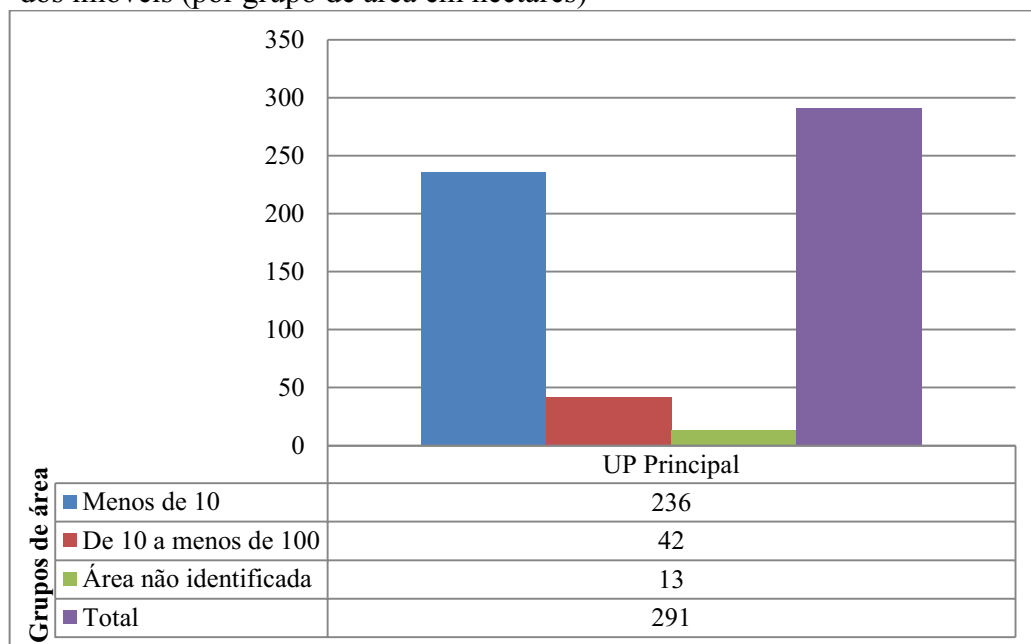
Os gráficos a seguir (14 e 15) classificam as unidades de produção desapropriadas pelo tamanho da propriedade, ou seja, pelos grupos e subgrupos de área (em hectares). Sistematizei os dados sobre o tamanho das propriedades em dois grupos de área: o primeiro com as propriedades com menos de 10 hectares e o segundo, com as propriedades de 10 a menos de 100 hectares, a mesma classificação usada pelo IBGE na realização dos censos agropecuários.

Conforme indica o Gráfico 15, das *unidades de produção principal* 81% tinham menos de 10 hectares, enquanto 14,5% tinham entre 10 e menos de 100 hectares. 4,5% das propriedades não tiveram sua área definida, em virtude de não existir nenhuma informação a respeito nos cadastros utilizados neste capítulo. Neste sentido, a área desapropriada para a instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova era marcada pela presença dos minifúndios.

Observando os subgrupos de área (gráficos 16 e 17), as propriedades com dimensões de menos de dois hectares consistiam em 40,5% e as com medidas entre dois e menos de cinco hectares representavam 28,5%. Apenas 12% das propriedades estavam no

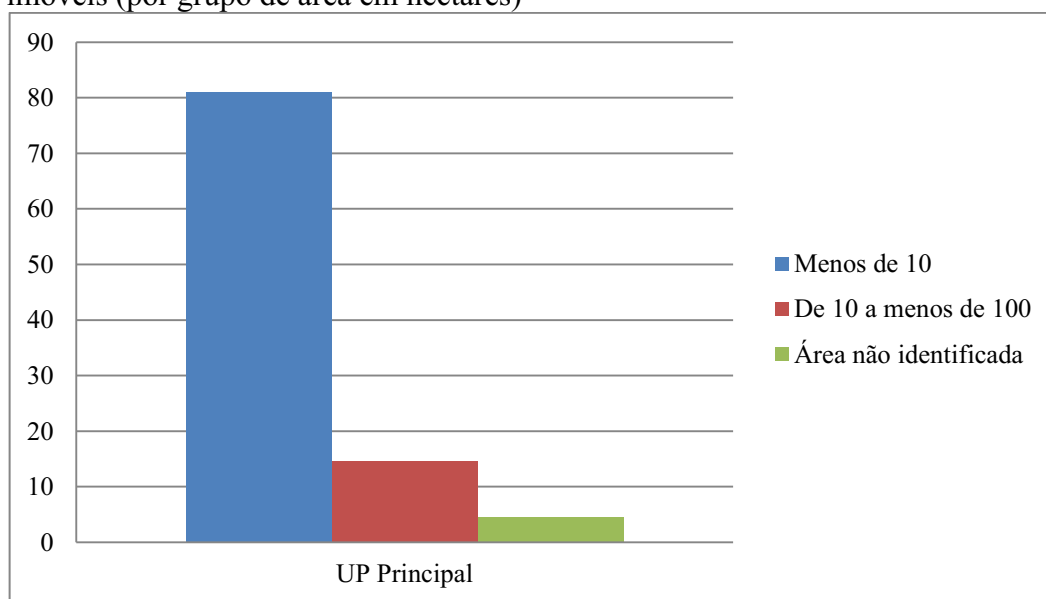
subgrupo com dimensões de cinco a menos de 10 hectares. Considerando apenas o grupo de área de 10 a menos de 100 ha, com 42 propriedades no total (Gráfico 14), 10% das propriedades tinham tamanho de 10 a menos de 20 ha, enquanto 4% tinham entre 20 e menos de 50 ha, enquanto apenas duas propriedades (1%) tinham entre 50 e menos de 100 ha. Em 4% das propriedades não havia dados sobre o tamanho das mesmas.

Gráfico 14 – Classificação das unidades de produção principal pela dimensão dos imóveis (por grupo de área em hectares)



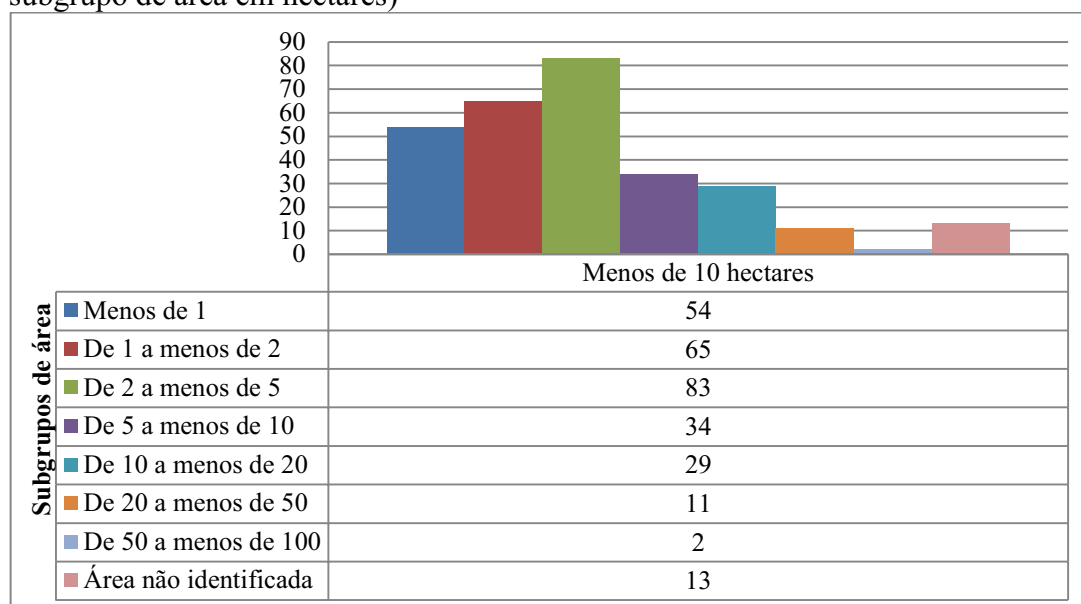
Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 15 – Porcentagem das *unidades de produção principal* pela dimensão dos imóveis (por grupo de área em hectares)



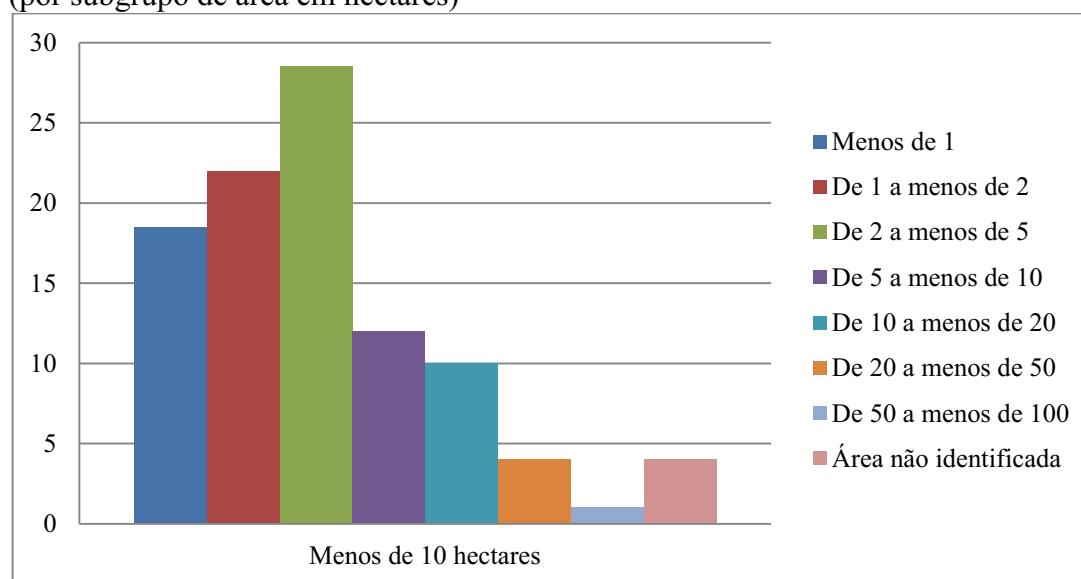
Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 16 – Número das *unidades de produção principal* pela área dos imóveis (por subgrupo de área em hectares)



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 17 – Porcentagem das *unidades de produção principal* pela área dos imóveis (por subgrupo de área em hectares)



Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados apresentados acima revelam um elemento importante para a compreensão da estrutura agrária da região: o predomínio de minifúndios. O Estatuto da Terra, criado pela Lei n.º 4.504, de 30 de novembro de 1964, estabelece algumas tipologias com o propósito de classificar os diversos tipos de propriedade rural, como imóvel rural, *propriedade familiar*, módulo rural, *minifúndio* e latifúndio (BRASIL, 1964). Imóvel rural foi definido como o prédio rústico, de área contínua que se destina à exploração extrativa

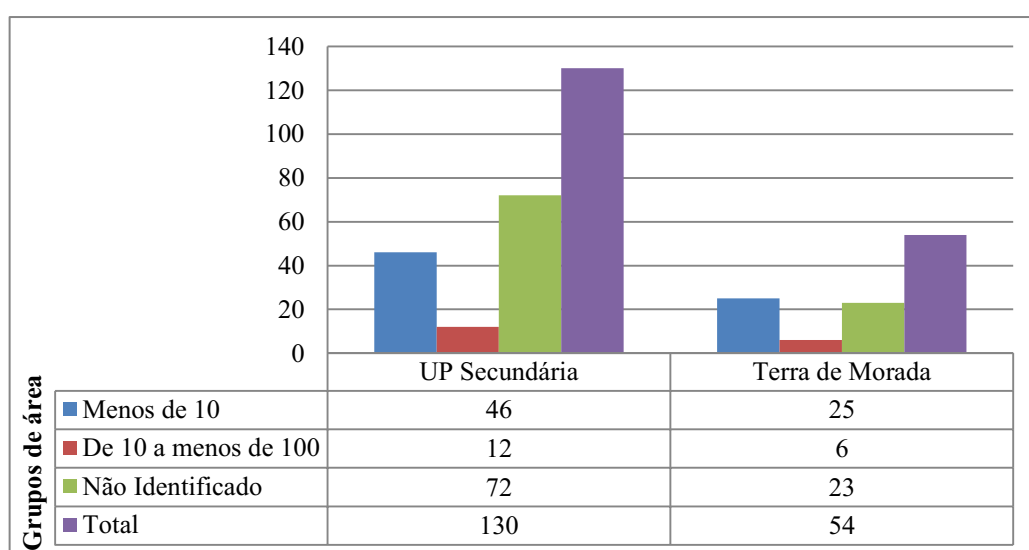
agrícola, pecuária ou agroindustrial. Por *propriedade familiar* compreendia-se o imóvel rural explorado direta e pessoalmente pelo agricultor e sua família, absorvendo toda a força de trabalho. A *propriedade familiar* teria como função garantir a subsistência e o progresso social e econômico da família, eventualmente utilizando trabalho com a ajuda de terceiros. Por outro lado, o Estatuto da Terra define o *minifúndio* como o imóvel rural de área e possibilidades inferiores às da propriedade familiar, ou seja, a propriedade que, por seu tamanho, não garantiria a absorção de toda a força de trabalho familiar, assim como a subsistência e o progresso social e econômico da família.

O Estatuto da Terra não definiu o tamanho que teria cada um desses imóveis rurais, o que só foi feito pela Lei nº 6.746, de 10 de dezembro de 1979, que definiu o módulo fiscal como uma unidade de medida, em hectares, cujo tamanho seria fixado pelo INCRA (na época denominado de IBRA – Instituto Brasileiro de Reforma Agrária) para cada município, levando-se em conta: (a) o tipo de exploração predominante no município (hortifrutigranjeira, cultura permanente, cultura temporária, pecuária ou florestal); (b) a renda obtida no tipo de exploração predominante; (c) outras explorações existentes no município que, embora não predominantes, fossem expressivas em função da renda ou da área utilizada; (d) o conceito de “propriedade familiar” (BRASIL, 1979).

A dimensão de um módulo fiscal varia de acordo com o município onde está localizada a propriedade, em virtude das diferenças econômicas e ecológicas regionais. Assim, a dimensão do módulo fiscal no Brasil varia de 5 a 110 hectares. Para efeitos de cálculo da quantidade de módulos fiscais de um imóvel rural divide-se a área aproveitável total deste imóvel pelo módulo fiscal do município. De acordo com a Instrução Especial/INCRA/N.º 20, de 28 de maio de 1980, que estabeleceu o Módulo Fiscal de cada município, os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte tiveram seus módulos fiscais estabelecidos em 55 hectares (BRASIL, 1980). Com a Lei nº 8.629/1993 (Art. 4, II e III), ficam estabelecidos os critérios para classificação do imóvel rural quanto ao tamanho e produtividade, ficando assim classificados: minifúndio (menos de 01 módulo fiscal), pequena propriedade (de 1 a 4 módulos fiscais), média propriedade (de 5 a 15 módulos fiscais) e grande propriedade ou latifúndio (acima de 15 módulos fiscais) (BRASIL, 1993). Nos municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, assim como nos demais municípios da microrregião do Baixo Jaguaribe, as propriedades rurais definidas como pequenas propriedades têm dimensões entre 55 e 220 hectares. No vale do rio Banabuiú, onde foi instalado o Perímetro Irrigado Morada Nova, propriedades rurais com essas dimensões são exceção, predominando os minifúndios, como demonstram os gráficos acima (14,15, 16 e 17).

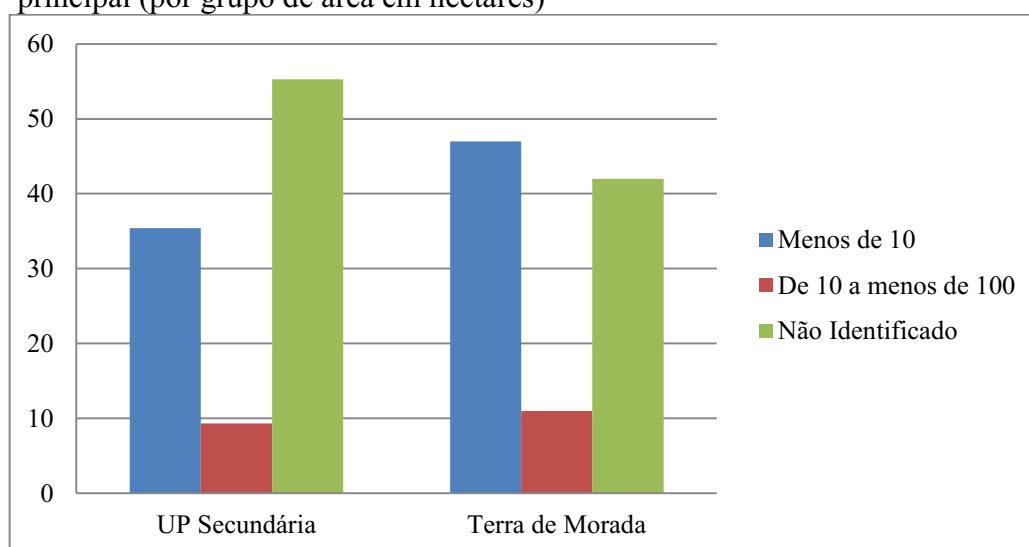
Dos 291 imóveis rurais classificados como *unidades de produção principal* 95,5% incluíam-se na categoria de minifúndio e apenas dois eram pequenas propriedades, representando 1% do total. Se desconsiderarmos as 13 propriedades para as quais não obtive os dados sobre a dimensão da área, o percentual de imóveis rurais classificados como minifúndios sobe para 99,3%.

Gráfico 18 – *Terras de morada e unidades de produção secundária* encravadas em territórios pertencentes a unidades de produção principal (por grupo de área em hectares)



Fonte: Elaborado pelo autor

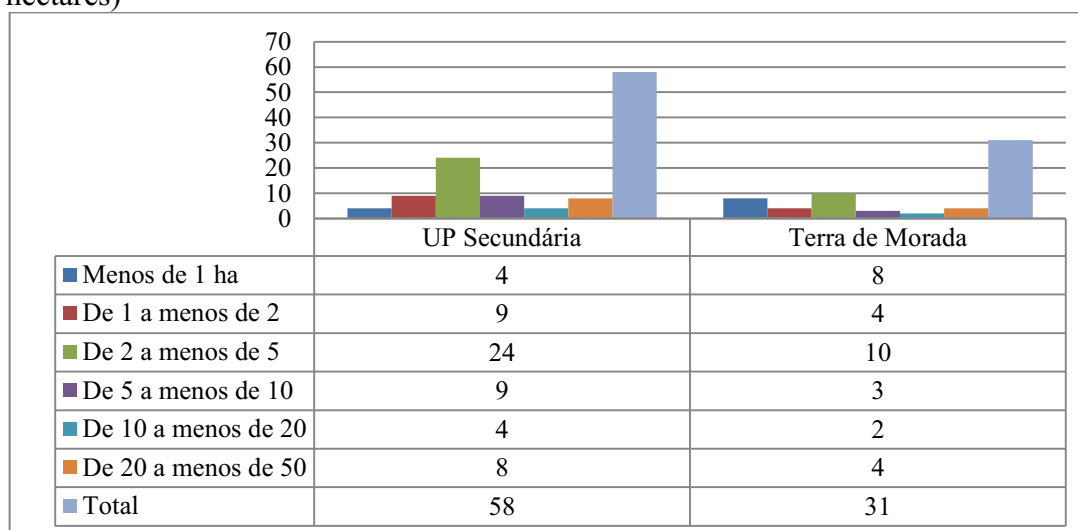
Gráfico 19 – Porcentagem das *terras de morada e unidades de produção secundária* encravadas em territórios pertencentes a unidades de produção principal (por grupo de área em hectares)



Fonte: Elaborado pelo autor

Os gráficos 18 e 19 destacam outro elemento do problema fundiário da região, o fato das *unidades de produção secundária* e *terras de morada* estarem encravadas em área das *unidades de produção principal*, o que reduzia ainda mais a superfície útil a ser aproveitada por estas últimas. Esses gráficos trazem ainda mais um elemento do complexo e difícil sistema fundiário da região do Baixo Jaguaribe, marcado pela preponderância do minifúndio. Assim, 47% das *terras de morada* e 35,4% das *unidades de produção secundária* estavam encravadas em propriedades com menos de 10 ha, enquanto 9,3% (*UP Secundária*) e 11% (*terras de morada*) estavam encravadas em áreas de 10 a menos de 100 hectares. Para 23 propriedades classificadas como *terra de morada* (42%) e 72 *unidades de produção secundária* (55,3%) não foi possível estabelecer os grupo e subgrupo de área aos quais pertenciam, em virtude da falta de informações. Foi possível identificar na documentação consultada que 8,7% das *unidades de produção secundária* não estavam encravadas em áreas de *unidades de produção principal*⁵, significando que estes proprietários tinham características de posseiros, ou seja, ocupavam terra devoluta ou abandonada e as cultivavam ou eram apenas mão de obra agrícola.

Gráfico 20 – *Terras de morada* e *unidades de produção secundária* encravadas em territórios pertencentes a *unidades de produção principal* (por subgrupos de área em hectares)



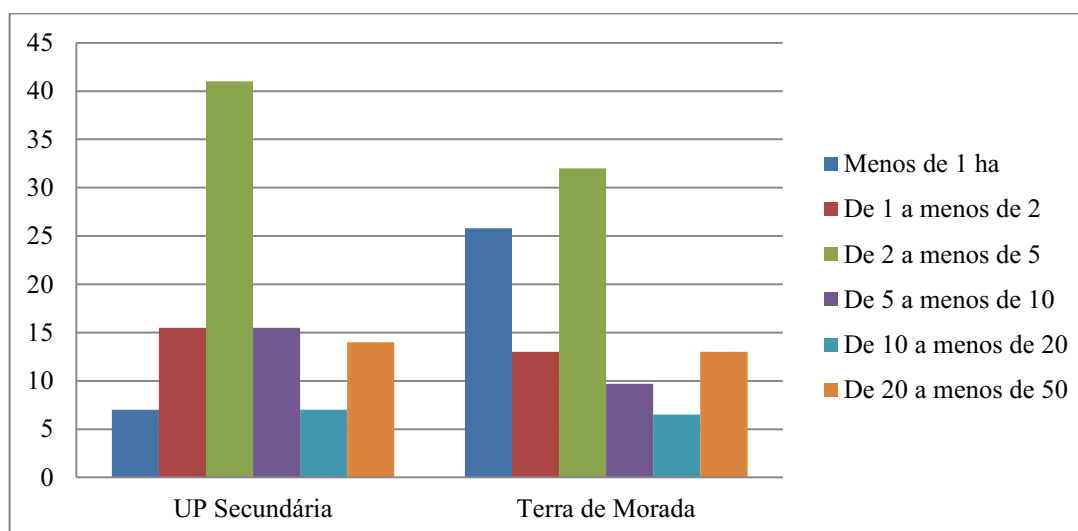
Fonte: Elaborado pelo autor

Considerando apenas as *terras de morada* e as *unidades de produção secundária* encravadas em propriedades com áreas definidas (gráficos 20 e 21), o quadro é seguinte: 32,8% estavam encravadas em *unidades de produção principal* com área de menos de 10

⁵ No conjunto das 291 *unidades de produção principal* somente 13 propriedades não tinham informações sobre o tamanho da área, ou seja, 4,5% das propriedades.

hectares, destacando-se as *terras de morada* com 25,8%; 28,5% estavam encravadas em propriedades com área entre um e menos de dois hectares (15,5% e 13%, respectivamente); 73% encravadas em propriedades com área entre dois e menos de cinco hectares (41% e 32%, respectivamente); 25,2% encravadas em propriedades com medidas entre cinco e menos de 10 hectares (15,5% e 9,7%, respectivamente). As propriedades (*terra de morada* e *unidades de produção secundária*) encravadas em *unidades de produção principal* no grupo de área de 10 a menos de 100 hectares estavam distribuídas da seguinte forma: o subgrupo de área de 10 a menos de 20 hectares contemplava 13,5% das propriedades (7% e 6,5%, respectivamente) e o subgrupo de área de 20 a menos de 50 hectares contemplavam 27% (14% e 13%, respectivamente)⁶. Nenhuma das propriedades relacionadas nestas duas categorias estava encravada em propriedades com dimensões entre 50 a menos de 100 hectares, demonstrando a tendência do fracionamento crescente do minifúndio.

Gráfico 21 – Porcentagem das *terras de morada* e *unidades de produção secundária* encravadas em territórios pertencentes a *unidades de produção principal* (por subgrupos de áreas)



Fonte: Elaborado pelo autor

As tabelas 11 e 12 mostram os dados referentes às indenizações definidas pelo DNOCS para o conjunto das propriedades aqui analisadas. As diferenças nos valores das indenizações entre as três categorias de propriedades desapropriadas e entre as diversas faixas salariais (de menos um a mais de 200 salários mínimos), serão um elemento importante para a compreensão da diferenciação e reprodução social dos agricultores.

⁶ As porcentagens que envolvem as duas categorias de propriedades desapropriadas (*unidades de produção secundária* e *terras de morada*) ultrapassam os 100%, tendo em vista que contabilizei os valores das categorias simultaneamente. Já as porcentagens que estão entre parênteses, diz respeito a cada categoria separadamente.

Tabela 11 – Dados sobre as indenizações das propriedades desapropriadas

Faixas Salariais	Terra de Morada			UP Secundária			UP Principal			TOTAIS		
	Qte. (A1)	S.M (B1)	Valor (C1)	Qte. (A2)	S.M (B2)	Valor (C2)	Qte. (A3)	S.M (B3)	Valor (C3)	A1+A2+A3	B1+B2+B3	C1+C2+C3
Menos de 1	3	2	279,98	36	16	2.270,90	12	8	1.200,93	51	26	3.751,81
De 1 a menos de 2	14	20	2.959,85	20	27	4.044,90	51	79	11.931,44	85	126	18.936,19
De 2 a menos de 5	21	65	9.923,85	28	93	13.994,20	67	218	33.034,45	116	376	56.952,50
De 5 a menos de 10	8	60	9.213,26	17	110	16.818,18	49	355	53.723,03	74	525	79.754,47
De 10 a menos de 20	6	69	10.398,31	16	242	36.736,61	37	559	84.451,09	59	870	131.586,01
De 20 a menos de 50	2	65	9.798,03	11	310	46.952,64	42	1.320	199.739,01	55	1.695	256.489,68
De 50 a menos de 100	-	-	-	2	109	16.521,12	17	1.247	188.565,58	19	1.356	205.086,70
De 100 a menos de 200	-	-	-	-	-	-	12	1.668	252.284,40	12	1.668	252.284,40
Mais de 200	-	-	-	-	-	-	2	560	84.521,40	2	560	84.521,40
N.I	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2	-	-
Subtotal	54	281	42.573,28	130	907	137.338,55	291	6.014	909.451,33	475	7.202	1.089.363,16

Fonte: Elaborado pelo autor

Notas: As siglas A1, A2 e A3 referem-se à quantidade de propriedades; B1, B2 e B3 referem-se à quantidade de salários mínimos; C1, C2 e C3 referem-se ao valor das indenizações em Cruzeiros (valores de 1971). S.M. é igual a salário mínimo.

Tabela 12 – Dados sobre as indenizações das propriedades desapropriadas (em %)

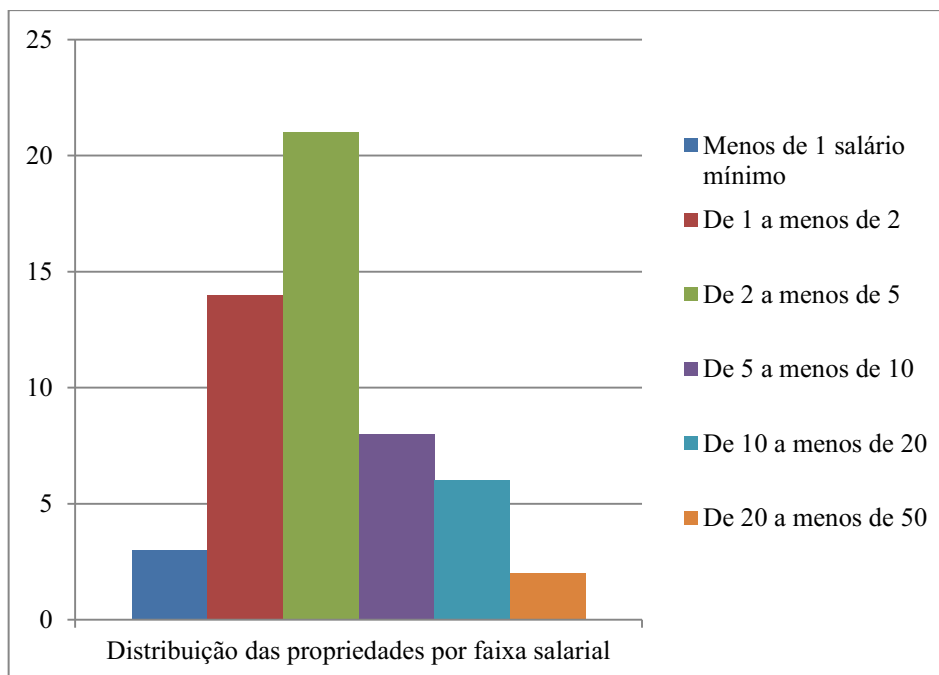
Faixas Salariais	Terra de Morada			UP Secundária			UP Principal			TOTAIS		
	Qte (A1)	S.M ^(B1)	Valor (C1)	Qte. (A2)	S.M (B2)	Valor (C2)	Qte. (A3)	S.M (B3)	Valor (C3)	A1+A2+A3	B1+B2+B3	C1+C2+C3
Menos de 1	6	1	1	28	2	2	4	0,001	0,001	12	1	1
De 1 a menos de 2	26	7	7	15	3	3	18	1	1	20	4	4
De 2 a menos de 5	39	23	23	22	10	10	23	4	4	28	12	12
De 5 a menos de 10	15	21	22	13	12	12	17	6	6	15	13	13
De 10 a menos de 20	11	25	24	12	27	27	13	9	9	12	20	20
De 20 a menos de 50	4	23	23	8	34	34	14	22	22	9	26	26
De 50 a menos de 100	-	-	-	2	12	12	6	21	21	2	11	11
De 100 a menos de 200	-	-	-	-	-	-	4	28	28	1	9	9
Mais de 200	-	-	-	-	-	-	1	9	9	0,2	3	3
N.I	-	-	-	-	-	-	1	-	-	0,2	-	-
Subtotal	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Elaboração do autor

Notas: As siglas A1, A2 e A3 referem-se à quantidade de propriedades; B1, B2 e B3 referem-se à quantidade de salários mínimos; C1, C2 e C3 referem-se ao valor das indenizações em Cruzeiros (valores de 1971). S.M. é igual a salário mínimo.

Inicialmente abordarei o valor das indenizações das *terras de trabalho* calculadas pelo DNOCS, no total de Cr\$ 42.572,28 (quarenta e dois mil quinhentos e setenta e dois cruzeiros e vinte oito centavos), que em valores atualizados, utilizando cálculos do IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas⁷, dariam R\$ 382.456,55 (trezentos e oitenta e dois mil quatrocentos e cinquenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos)⁸.

Gráfico 22 – Indenizações das *terras de trabalho*



Fonte: Elaborado pelo autor

Nota: O salário mínimo estabelecido para o Ceará em 1/05/1971 era de Cr\$ 151,20.

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1971).

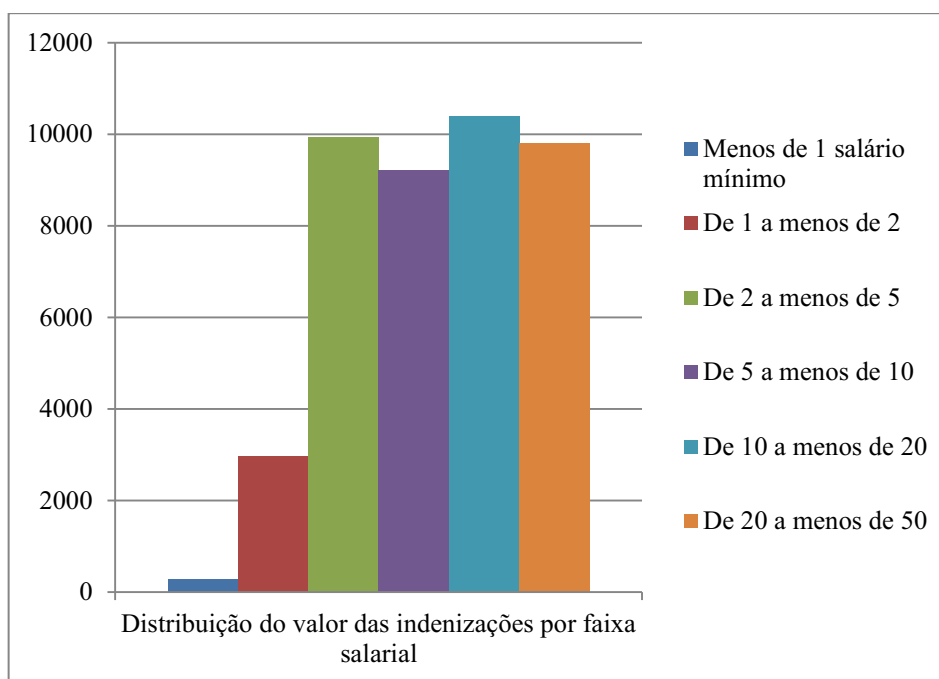
De acordo com os gráficos 22 e 23, a maior parte do valor das indenizações não ultrapassou a faixa de menos de cinco salários mínimos (representando 71% das propriedades e 31% do valor das indenizações em salários mínimos), enquanto 15% das propriedades

⁷ O Índice Geral de Preços (IGP) registra o ritmo evolutivo de preços como medida síntese da inflação nacional. Apresenta-se em três versões: Índice Geral de Preços - 10 (IGP-10), Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M) e Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). A diferença entre eles está no período de apuração das informações para cálculo do índice. O Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) é um indicador do movimento de preços que cobre todo o processo produtivo, desde preços de matérias-primas agrícolas e industriais, passando pelos preços de produtos intermediários até os de bens e serviços finais. É composto pela média aritmética ponderada do Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) (60%), do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) (30%) e do Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) (10%). Para efeito de coleta de preços, o IGP-DI mede a evolução de preços no período compreendido entre o primeiro ao último dia do mês de referência. O conceito de Disponibilidade Interna (DI) refere-se à produção nacional e às importações, excluindo as exportações. Fonte: Fundação Getúlio Vargas, Conjuntura Econômica - IGP (FGV/Conj. Econ. - IGP).

⁸ Para o cálculo da atualização dos valores das indenizações utilizei como referência o período de janeiro de 1971 a janeiro de 2023 e utilizei a “Calculadora do cidadão”, uma ferramenta do Banco Central, para a realização dos cálculos.

estavam na faixa de cinco a menos de 10 salários mínimos (com 21% do valor equivalente em salários mínimos). Na faixa de 10 a menos de 20 salários mínimos o valor das indenizações foi de 25% (referente a 11% das propriedades), enquanto 4% das propriedades indenizadas entre 20 e 50 salários mínimos tiveram o valor das indenizações calculadas em 23% do total.

Gráfico 23 – Valor das indenizações das *terras de morada*

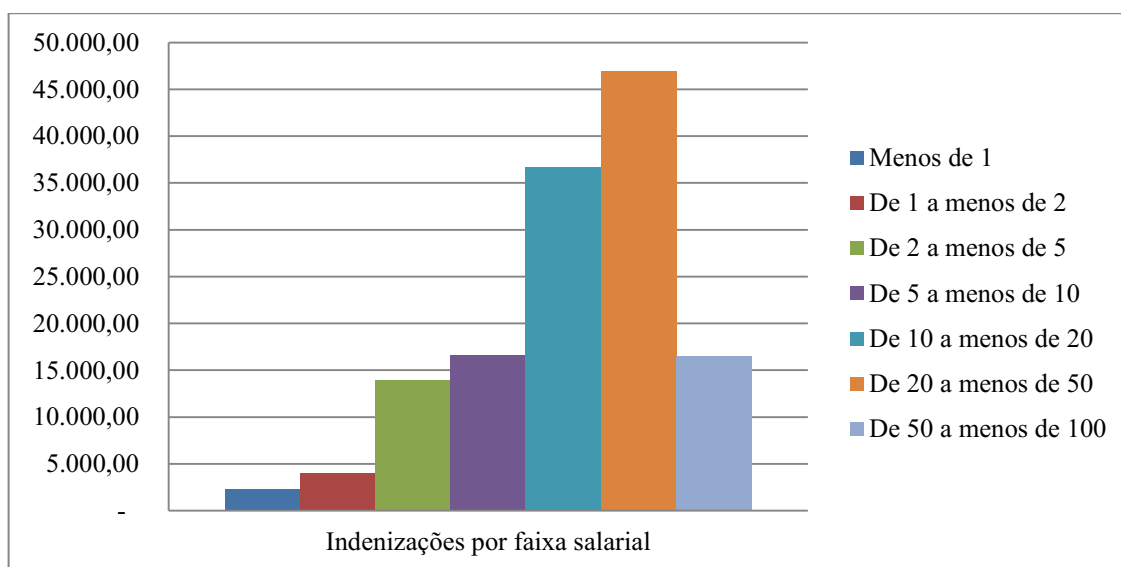


Fonte: Elaborado pelo autor

As 46 propriedades (86% das propriedades) cujo cálculo das indenizações estava na faixa de menos de 10 salários mínimos ficaram com 53% do valor total das indenizações, ou seja, Cr\$ 22.376,00 (em valores atualizados dariam R\$ 201.019,00). 15% das propriedades (08 propriedades) classificadas nas faixas salariais de 10 a menos de 20 e de 20 a menos de 50 salários mínimos tiveram as indenizações calculadas Cr\$ 20.196,00 (em valores atualizados dariam R\$ 181.434,79), equivalentes a 47,3% do valor total das indenizações, sendo que apenas duas propriedades foram indenizadas com 23% do valor total, ou seja, foram avaliadas em Cr\$ 9.798,00 (equivalente a R\$ 88.022,28 em valores atuais). As menores indenizações ficaram com três propriedades que foram avaliadas em menos de um salário mínimo cada, cabendo a elas a indenização de Cr\$ 298,98 (duzentos e noventa e oito e noventa e oito centavos, equivalente a R\$ 2.685,95 em valores atualizados). As indenizações recebidas por mulheres representaram 4,4% no valor de Cr\$ 1.858,71 (equivalente a R\$ 16.698,09 em valores atualizados).

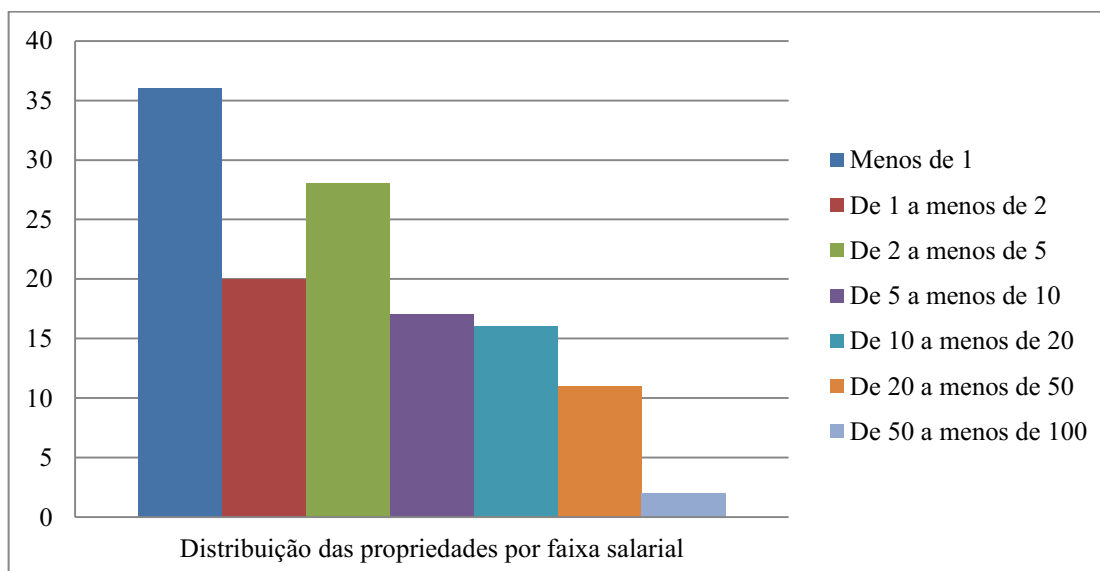
O Gráfico 24 mostra os valores das indenizações calculadas para as propriedades classificadas como *unidades de produção secundária*, totalizando Cr\$ 137.138,55 (equivalente a R\$ 1.232.011,47 (um milhão duzentos e trinta e dois mil onze reais e quarenta e sete centavos)), conforme indica a Tabela 11. O cálculo das indenizações para as propriedades classificadas nesta categoria equivalia a 907 salários mínimos em 1971 (o salário mínimo era de Cr\$ 151,20, sendo que em valores atualizados seria de R\$ 1.358,34).

Gráfico 24 – Valor das indenizações das *unidades de produção secundária* (em Cr\$)



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 25 – Indenização das *unidades de produção secundária* (por faixa salarial)



Fonte: Elaborado pelo autor

Em termos percentuais o cálculo das indenizações na faixa de menos de 10 salários mínimos equivalia a apenas 27% do valor total calculado para as *unidades de produção secundária* (Tabela 12), ou seja, Cr\$ 38.900,00 (R\$ 349.465,00 em valores atualizados), do valor total e correspondendo a 78% das propriedades desapropriadas nesta categoria (Gráfico 25), totalizando 246 salários mínimos, conforme demonstra o Gráfico 26. Esta foi a mesma porcentagem (27%) da faixa de 10 a menos de 20 salários mínimos, que só representavam 12% das propriedades.

Por outro lado, apenas 11 propriedades (Gráfico 25) classificadas na faixa salarial de 20 a menos de 50 hectares, que representavam 8% das propriedades desapropriadas (ver Tabela 12), ficaram com 34% do valor das indenizações, ou seja, Cr\$ 46.952,00 (equivalente a R\$ 421.802,00 em valores atualizados). Duas propriedades, com indenizações na faixa de 50 a menos de 100 salários mínimos, tiveram as indenizações calculadas em 12% do valor total, o que demonstra uma pequena diferenciação social no interior desta categoria de proprietários, como demonstram os gráficos 24 e 25.

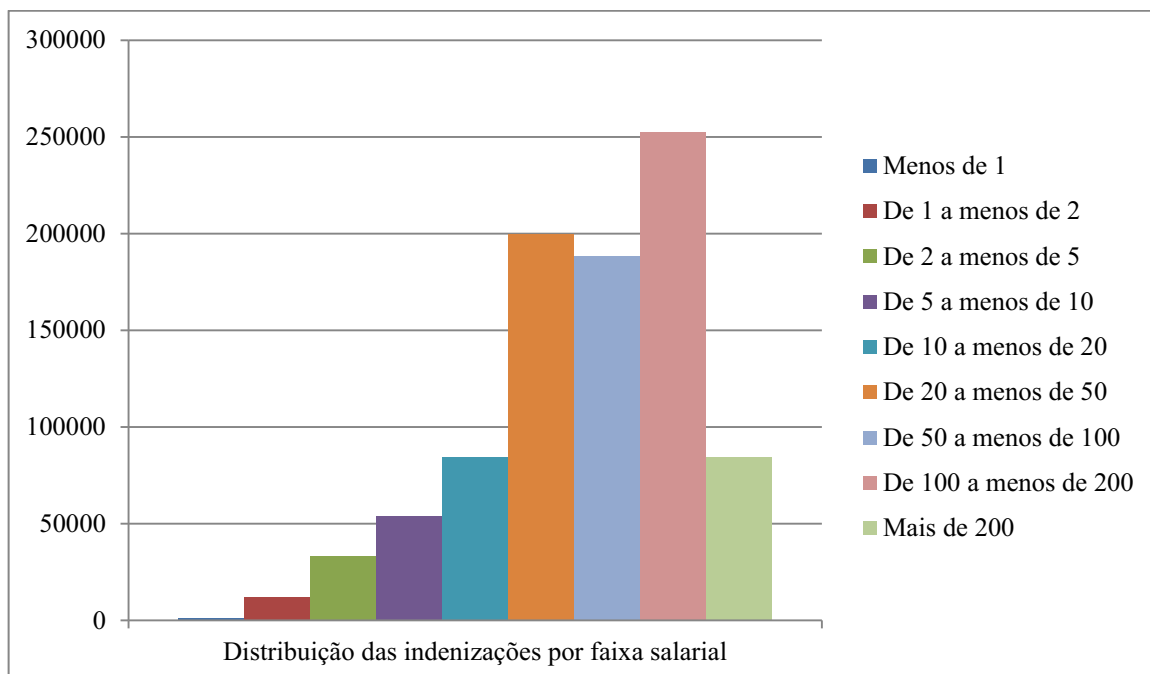
Observando os dados sobre as indenizações das *unidades de produção secundária* pela quantidade de salários mínimos (ao valor vigente em 1971), tem-se o seguinte quadro: 78% das propriedades (Tabela 12), cujas indenizações estavam na faixa salarial de menos de 10 salários mínimos, tiveram as indenizações calculadas em 246 salários mínimos (Tabela 11). As propriedades que tiveram as indenizações classificadas na faixa de 10 a menos de 20 salários mínimos (12% das propriedades) tiveram a indenização calculada em 242 salários (equivalente a 27%), enquanto 11 propriedades (8% do total) da faixa de 20 a menos de 50 salários mínimos, tiveram suas indenizações calculadas em 310 salários mínimos ou 34% dos salários. Na faixa salarial de 50 a menos de 100 salários só tiveram duas propriedades, indenizadas em 109 salários mínimos (12% do total).

Observando os dados sobre as indenizações para estas duas categorias de propriedades pode-se inferir uma tendência, que será melhor observada quando forem analisados os dados referentes aos valores das indenizações das *unidades de produção principal*: trata-se do processo de diferenciação social no interior desta categoria de produtores e trabalhadores agrícolas.

Iniciarei a análise dos dados referentes à indenização das *unidades de produção principal* pelo valor calculado para estas propriedades que revelarão as disparidades internas e em relação às demais categorias. O valor total calculado foi de Cr\$ 909.451,33 (novecentos e nove mil quatrocentos e cinquenta e um cruzeiros e trinta e três centavos, equivalente R\$

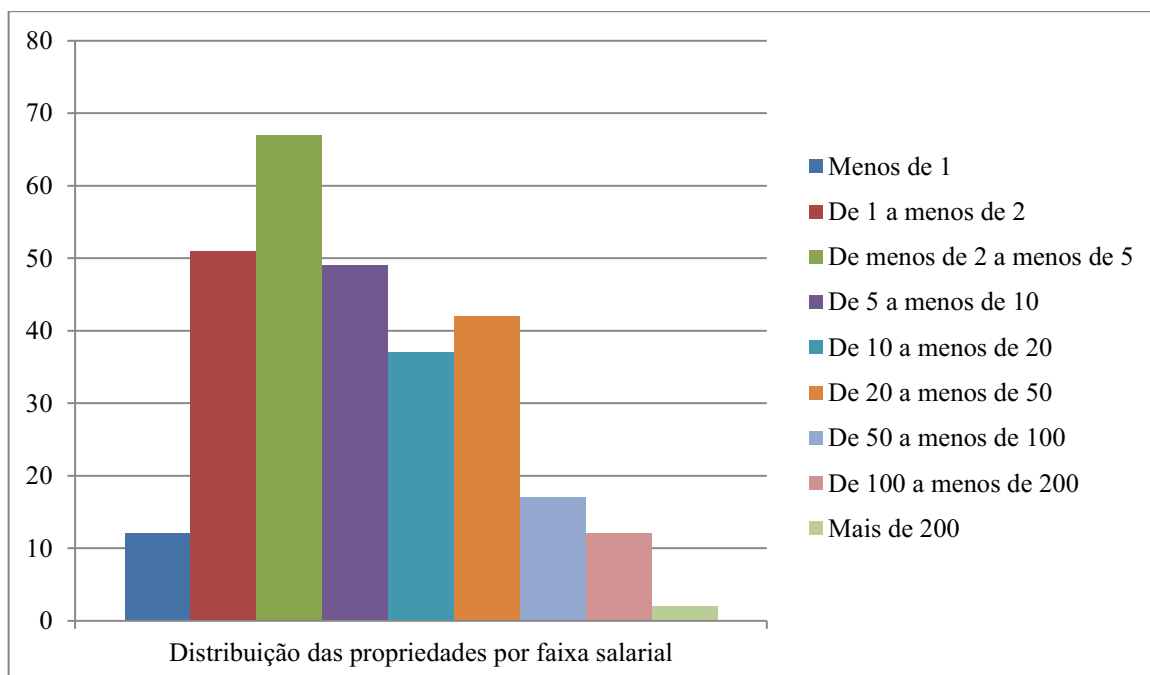
8.170.237,11 (onze milhões cento e setenta mil duzentos e trinta e sete reais e onze centavos)), totalizando 6.014 salários mínimos.

Gráfico 26 – Indenizações das *unidades de produção principal* (em Cr\$)



Fonte: Elaborado pelo autor

Gráfico 27 – Indenizações das *unidades de produção secundária* (em %)



Fonte: Elaborado pelo autor

Nesta categoria de propriedades desapropriadas, conforme demonstram os gráficos 26 e 27, há uma disparidade muito grande entre o valor das desapropriações e a quantidade de propriedades distribuídas por faixas salariais. A partir da análise dos dados sobre o valor das indenizações das *unidades de produção principal* pode-se constituir o quadro esboçado a seguir.

Na faixa salarial de menos de 10 salários mínimos o elemento central, de acordo com as tabelas 11 e 12, consiste no fato de que o aumento da proporção de propriedades até a faixa de dois a menos de cinco salários mínimos foi acompanhado pelo aumento vertiginoso do valor das indenizações (o número de propriedades aumentou em 258% e o valor da indenização em 2.728%), enquanto diminui a quantidade de propriedades na faixa de cinco a menos de 10 salários mínimos, o valor das indenizações aumenta em mais de 50% (a diminuição no número de propriedades foi de 27%, enquanto o valor da indenização aumentou em 58%), conforme se infere dos dados demonstrados abaixo:

- ✓ A indenização de 12 propriedades (4%), na faixa de menos de um salário mínimo, teve o valor da indenização calculada em Cr\$ 1.200,93 (R\$ 10.788,79 em valores atualizados), equivalentes a oito salários mínimos, representando menos de 1% da indenização total das propriedades desta categoria;
- ✓ A indenização de 51 propriedades (18%), na faixa de um a menos de dois salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 11.931,44 (R\$ 107.188,47 em valores atualizados), equivalentes a 79 salários mínimos, representando 1% da indenização total;
- ✓ A indenização de 67 propriedades (23%), na faixa de dois a menos de cinco salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 33.931,44 (R\$ 296.771,56 em valores atualizados), equivalentes a 218 salários mínimos, representando 4% da indenização total;
- ✓ A indenização de 49 propriedades (17%), na faixa de cinco a menos de 10 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 53.723,03 (R\$ 482.631,54 em valores atualizados), equivalentes a 355 salários mínimos, representando 6% da indenização total.

Na faixa salarial de 10 a menos de 100 salários mínimos o elemento central, de acordo com as tabelas 11 e 12, consiste no fato de que o pequeno aumento na quantidade de propriedades entre as faixas salariais de 10 a menos de 20 e de 20 a menos de 50 salários mínimos foi acompanhado por um grande aumento do valor das indenizações (o aumento no número de propriedades foi apenas de 14%, enquanto o aumento do valor das indenizações foi de 137%), enquanto a diminuição da quantidade de propriedades na faixa de 50 a menos de 100 salários mínimos, não foi acompanhada da mesma queda no valor das indenizações (a queda no número de propriedades nessa faixa salarial foi de 60%, enquanto o valor das

indenizações teve uma queda de apenas 6%), conforme se depreende dos dados demonstrados abaixo:

- ✓ A indenização de 37 propriedades (13%), na faixa de 10 a menos de 20 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 84.451,09 (R\$ 758.683,18 em valores atualizados), equivalentes a 559 salários mínimos, representando 9% da indenização total para esta categoria de propriedades;
- ✓ A indenização de 42 propriedades (14%), na faixa de 20 a menos de 50 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 199.739,01 (R\$ 1.794.395,17 em valores atualizados), equivalentes a 1.320 salários mínimos, representando 22% da indenização total;
- ✓ A indenização de 17 propriedades (6%), na faixa de 50 a menos de 100 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 188.565,58 (R\$ 1.694.016,44 em valores atualizados), equivalentes a 1.247 salários mínimos, representando 21% da indenização total.

Na faixa salarial de 100 a mais de 200 salários mínimos o elemento central, de acordo com as tabelas 11 e 12, consiste no fato de que, ao se comparar com as propriedades e indenizações na faixa de 50 a menos de 100 salários mínimos, visualiza-se outro quadro: verifica-se uma queda de 29% na quantidade de propriedades, por um lado, mas o valor das indenizações aumentou em 34%. Por outro lado, na relação entre as propriedades indenizadas na faixa de 100 a menos de 200 salários mínimos e as propriedades indenizadas com mais de 200 salários constatou-se o seguinte: a queda no número de propriedades foi de 83%, enquanto a queda no valor das indenizações foi apenas de 66%. Apenas duas propriedades foram avaliadas em mais de 200 salários mínimos (valor quase igual ao da indenização de 37 propriedades da faixa de 10 a menos de 20 salários mínimos), conforme se conclui dos dados demonstrados abaixo:

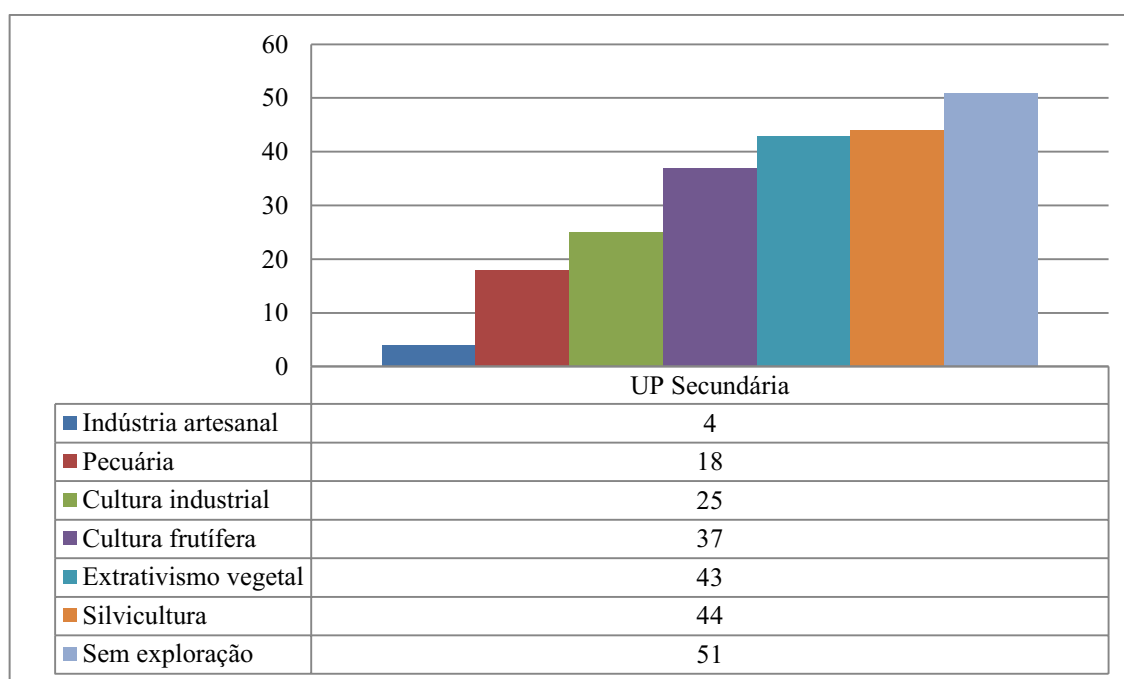
- ✓ A indenização de 12 propriedades (4%), na faixa de 100 a menos de 200 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 252.284,40 (R\$ 2.266.447,14 em valores atualizados), equivalentes a 1.668 salários mínimos, representando 28% da indenização total para esta categoria de propriedades;
- ✓ A indenização de duas propriedades (1%), na faixa de mais de 200 salários mínimos, teve o valor calculado em Cr\$ 84.521,40 (R\$ 759.314,83 em valores atualizados), equivalentes a 560 salários mínimos, representando 3% da indenização total.

Para concluir esta seção analisarei os tipos de atividades produtivas desenvolvidas nas unidades de produção agrícolas da área desapropriada. O Gráfico 28 mostra os tipos de atividades produtivas realizadas pelas *unidades de produção secundária* que consistiam em cultura frutífera, cultura industrial, extrativismo vegetal, indústria artesanal, pecuária e silvicultura. Nas culturas frutíferas incluíam-se o cultivo de abacate, banana, caju, coco,

laranja, limão, goiaba, graviola, manga, mamão, sapoti e tangerina. O algodão (herbáceo e mocó) constituía a única cultura industrial. O extrativismo vegetal foi classificado em duas categorias: a) extrativismo vegetal comercial, constituído da exploração da oiticica e da carnaubeira, e b; extrativismo vegetal para consumo, constituído de fruteiras como ateira, fruta-do-conde, cajarana, cajazeira, romãzeira, seriguela e tamarindo.

O que denomino de indústria artesanal se constituía de atividades de transformação de produtos vegetais que resultavam na produção de cera de carnaúba, farinha de mandioca ou carvão vegetal. Esse tipo de exploração foi identificado na documentação pela existência de casas de farinha, forno de alvenaria e caldeiras. A identificação da pecuária foi feita por meio indireto, através da existência de estábulos ou currais e pela própria existência de cercas de arame farpado que indicavam a existência de criação de animais de grande porte, como gado bovino. A silvicultura é constituída da exploração de árvores ou plantas nativas como angico, aroeira, cumaru, pau-branco, pau d'arco, pereiro e umburana.

Gráfico 28 – Distribuição das atividades produtivas realizadas pelas *unidades de produção secundária*



Fonte: Elaborado pelo autor

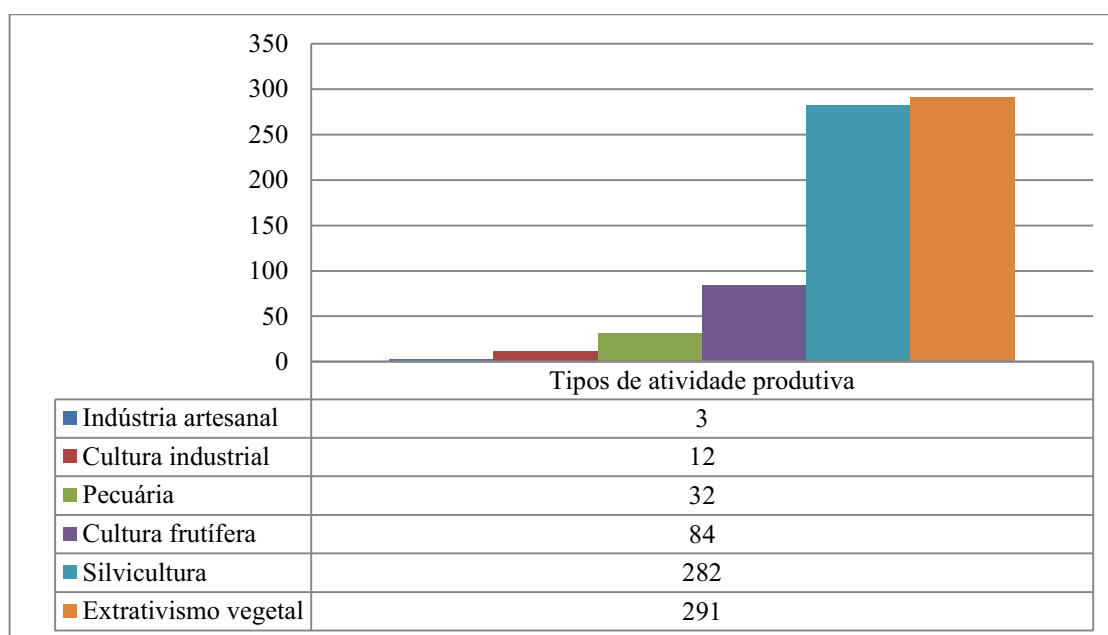
Em 39,2% das *unidades de produção secundária* (no total de 130) não foi identificado nenhum tipo de atividade produtiva, o que não significa que não pudessem realizar algum tipo de atividade, por exemplo, o cultivo de culturas temporárias, como milho e feijão, assim como a criação de animais. Outro elemento que deve ser levado em conta, que os

estudos agrários não têm considerado, é o fato de que estas unidades de produção têm um peso significativo na reprodução geracional, ou seja, na manutenção das gerações atuais de produtores e trabalhadores agrícolas e na formação das gerações futuras de trabalhadores, seja pressionando as demandas sobre os fundos de consumo e manutenção ou aumentando o dispêndio de trabalho em outras propriedades agrícolas ou atividades não agrícolas.

Em 33,8% das propriedades existiam árvores nativas (com possibilidade de desenvolvimento da silvicultura), enquanto em 33% poderia ser explorado o extrativismo vegetal. As árvores frutíferas estavam presentes em 28,5% das *unidades de produção secundária* e a cultura do algodão (cultura industrial) em 19,2%, enquanto 13,8% poderiam desenvolver a pecuária (pelo fato da existência de estábulos ou cercas de arame farpado). Em 3% das propriedades haviam estruturas que indicavam a existência de indústria artesanal (uma casa de farinha e três fornos de alvenaria).

O Gráfico 29 demonstra a distribuição das atividades produtivas realizadas pelas *unidades de produção principal*. Todas as propriedades desta categoria, que compreende 291, realizavam algum tipo de extrativismo vegetal, o que indica a possibilidade de exploração comercial ou para consumo. Esta atividade produtiva constituía a principal fonte de receitas para a maioria dos proprietários rurais da região e a que ocupava parte da mão de obra agrícola. Os carnaubais e as oiticicas eram as principais árvores nativas que existiam nestas propriedades, conforme será abordado ainda neste capítulo.

Gráfico 29 – Distribuição das atividades produtivas realizadas pelas *unidades de produção principal*



Fonte: Elaborado pelo autor

A grande quantidade de outras plantas nativas da caatinga permitia também a extração de lenha e madeiras, outra atividade de extrema importância para as receitas das propriedades rurais e ocupação da mão de obra agrícola. Das 291 *unidades de produção principal* 97% delas tinham potencial de praticar a silvicultura, ou seja, explorar comercialmente a lenha e madeira extraída das propriedades ou incorporá-las nos fundos de consumo e manutenção.

As culturas frutíferas poderiam ser exploradas por cerca de 30% das propriedades. Uma das características observadas na região é que as culturas frutíferas geralmente são incorporadas aos fundos de consumo e manutenção, ou seja, servem para o consumo das famílias (fundo de consumo) e para alimentação dos animais (fundo de manutenção).

Os rebanhos e outros tipos de animais não eram indenizados nos processos de desapropriação, no entanto, é possível inferir a existência de atividades como a pecuária, a partir da existência de alguns tipos de benfeitorias como estábulos e currais, que seriam referências diretas para a confirmação da existência desta atividade produtiva. Uma referência indireta consistia na existência de cercas, fosse de pau a pique, ou de arame farpado. Nesse sentido, em 11% das propriedades desta categoria poderia existir a atividade pecuária. Em 5% das propriedades havia exploração de culturas industriais e indústria artesanal.

Conforme o exposto até o momento pode-se destacar alguns elementos centrais do sistema de produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova, entre eles: a) predomínio de minifúndios, pois das 278 propriedades com os tamanhos de áreas identificados, 276 podem ser consideradas minifúndios e somente duas se enquadram na categoria de pequena propriedade, de acordo com a legislação em vigor; b) o predomínio dos homens em relação à posse e uso da terra, com mais de 80% em favor dos mesmos; c) o predomínio das propriedades utilizadas como *terra de trabalho* sobre as *terras de morada e trabalho* e as propriedades utilizadas exclusivamente como *terra de morada*; d) um processo de diferenciação social evidente, demonstrado pela disparidade das indenizações entre as propriedades utilizadas como terra de trabalho e as utilizadas como terras de morada.

Na próxima seção analisarei os dados sobre a estimativa do valor da produção bruta das *unidades de produção secundária e principal*, tomando como referência o valor estimado para as culturas frutífera e industrial, extrativismo vegetal e silvicultura. Assim, tentarei compor um quadro destacando a dimensão econômica da reprodução social dos proprietários rurais e da mão de obra agrícola da região na qual foi instalada o Perímetro Irrigado de Morada Nova.

5.2 O valor da produção bruta das unidades de produção agrícola

Um dos grandes problemas verificados nos estudos a respeito da produção agrícola na região Nordeste consiste no fato de não se levar em consideração a complexidade dos fatores socioeconômicos e ambientais vivenciados pelas unidades de produção agrícola e a relação destes fatores com a questão social, tendo em vista “a realidade agrária brasileira ser portadora de uma enorme diversidade de tipos de UPAs”, resultado de um processo sócio-histórico “de diferenciação social e de infinitas possibilidades de combinações entre fatores de produção, contextos regionais e formas sociais”, conforme observam Miguel e Schereiner (2022, pp. 4-5). No caso da região do Vale do Jaguaribe, estado do Ceará, o processo de colonização e integração dessa região à coroa portuguesa se deu pela distribuição de terras a sujeitos que se tornariam os principais atores sociais da dominação territorial.

As unidades de produção agrícola são formadas por produtores rurais e trabalhadores agrícolas que organizam suas atividades produtivas a partir de determinadas condições materiais e naturais (tipos de solos, disponibilidade de água, ciclo de chuvas), assim como do legado sócio-histórico. Assim, elas são resultado de diversas combinações e estratégias utilizadas em seu interior em relação aos processos de trabalho e utilização dos recursos disponíveis (como a terra e força de trabalho, seja ela familiar ou mão de obra agrícola remunerada).

Os resultados econômicos obtidos por uma unidade de produção agrícola, como as analisadas neste capítulo, é uma propriedade que emerge do sistema de produção nela praticado, conforme observa Silva Neto (2016), significando que cada atividade produtiva praticada no interior de uma unidade de produção tem um papel importante para os resultados alcançados em determinado período. Por exemplo, a palha da carnaúba depois de ter sido beneficiada para a retirada do pó poderia ser utilizada como adubo ou os frutos de árvores nativas poderiam servir de alimentação para porcos ou galinhas, assim como a madeira retirada de uma propriedade poderia ser usada para construção de casas, estábulos ou cercas.

Nesta seção analisarei a estimativa do valor da produção bruta das propriedades desapropriadas para a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova. A estimativa do valor da produção bruta agrícola (VPB) será realizada a partir do cruzamento dos dados sobre a cobertura vegetal extraídos dos cadastros com os preços dos produtos agrícolas praticados no ano de 1970. O VPB consiste no valor produzido por uma unidade de produção agrícola durante um ano, sem descontar os custos intermediários (CI) e a depreciação dos equipamentos de trabalhos utilizados na produção.

Tabela 13 – Produção e valor de produção de culturas frutíferas, culturas industriais, extrativismo comercial e silvicultura em 1970 (em Cr\$)

Atividade produtiva	Produto	Medida	BRASIL		CEARÁ		Limoeiro do Norte		Morada Nova	
			Produção	Valor da produção (Cr\$)	Produção	Valor da produção (Cr\$)	Produção	Valor da produção (Cr\$)	Produção	Valor da produção (Cr\$)
Extrativismo comercial	Cera de carnaúba	Kilo	7.157.000	14.142.000	3.871.000	7.770.000	242.000	452.000	190.000	364.000
	Oiticica	Kilo	2.582.000	445.000	2.094.000	333.000	10.000	2.000	56.000	13.000
	Castanha de caju	Kilo	26.459.000	11.918.000	22.909.000	10.894.000	8.000	3.000	11.000	6.000
Silvicultura	Lenha	Metro cúbico	97.331.000	375.363.000	4.198.000	13.580.000	20.000	49.000	33.000	190.000
Cultura industrial	Algodão arbóreo	Kilo	146.819.000	172.437.000	70.562.000	73.970.000	114.000	105.000	162.000	166.000
	Algodão herbáceo	Kilo	1.261.704.000	919.850.000	171.898.000	173.365.000	*	*	*	*
Culturas frutíferas	Abacate	Fruto	203.116.000	21.188.000	12.575.000	957.000	1.000	*	**	**
	Banana	Cacho	246.275.977	303.677.000	15.001.016	14.457.000	177.590	241.000	23.755	28.000
	Coco-da-baía	Fruto	405.410.000	100.966.000	25.599.000	5.363.000	60.000	14.000	2.000	1.000
	Goiaba	Fruto	304.603.000	6.879.000	9.416.000	154.000	42.000	1.000	5.000	**
	Laranja	Fruto	15.409.983.000	353.107.000	155.100.000	10.127.000	3.200.000	89.000	119.000	6.000
				0	0	0	0	0	0	0
	Limão	Fruto	831.905.000	15.755.000	22.227.000	223.000	11.943.000	106.000	34.000	*
	Manga	Fruto	647.127.000	19.812.000	97.254.000	1.907.000	206.000	8.000	6.000	*
	Mamão	Fruto	75.596.000	17.111.000	1.517.000	314.000	143.000	20.000	3.000	1.000
Tangerina	Fruto	772.783.000	17.876.000	3.827.000	95.000	5.000	*	**	**	

Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) Os dados sobre a produção brasileira foram coligidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970a), das seguintes tabelas: tabela 101, p. 196; tabela 102, p. 199; tabela 103, pp. 201-2, 208-9 e 213; tabela 104, p. 214; tabela 106, pp. 259-60, 264.

(2) Os dados para o Ceará foram coligidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 1970b), das seguintes tabelas: tabela 101, pp. 304-6; tabela 102, pp. 309-10; tabela 103, pp. 311-25; tabela 104, pp. 326-9; tabela 106, pp. 380-8.

(*) Sem informação.

(**) Sem produção.

A Tabela 13 mostra algumas das atividades produtivas que eram importantes para a economia cearense no início da década de 1970, como a produção de cera de carnaúba e a coleta de frutos da oiticica, dois produtos do extrativismo comercial que tinham como destaque os municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova que, de acordo com os preços unitários (Tabela 14), constituíam-se em importantes fontes de receitas monetárias.

Tabela 14 – Preço unitário dos principais produtos agrícolas no Ceará, Limoeiro do Norte e Morada nova em 1970

Atividade Econômica	Produto¹	Medida	Ceará	Lim. do Norte	Morada Nova	Média²
EXTRATIVISMO COMERCIAL	Cêra de carnaúba	Kilo	2,01	1,87	1,92	1,90
	Oiticica	Kilo	0,16	0,20	0,23	0,22
	Castanha de caju	Kilo	0,48	0,38	0,55	0,47
SILVICULTURA	Lenha	Metro cúbico	3,23	2,45	5,76	4,11
CULTURA INDUSTRIAL	Algodão arbóreo**	Kilo	1,05	0,92	1,02	0,97
	Algodão herbáceo	Kilo	0,73	*	*	*
	Abacate	Fruto	0,08	*	*	*
CULTURAS FRUTÍFERAS	Banana	Cacho	0,96	1,36	1,18	1,27
	Côco-da-baía	Fruto	0,21	0,23	0,5	0,37
	Goiaba	Fruto	0,02	0,02	0,02	0,02
	Laranja	Fruto	0,07	0,03	0,05	0,04
	Limão	Fruto	0,01	0,01	0,01	0,01
	Manga	Fruto	0,02	0,04	*	0,02
	Mamão	Fruto	0,21	0,14	0,33	0,24
Tangerina (1)	Fruto	0,02	*	*	*	

Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) Dados extraídos do Censo Agropecuário do Ceará – 1970 e do Anuário Estatístico do Brasil - 1971. As razões para a utilização dessas duas fontes estatísticas são as seguintes: a) Anuário Estatístico do Brasil. Utilizou-se essa fonte quando a quantidade e valor da produção foram subestimados (caso da cêra de carnaúba, frutos de oiticica, banana, caju (castanha), coco-da-baía, laranja e mamão) ou, no caso da produção de lenha, quando o valor da produção ficou muito abaixo na pesquisa do Censo Agropecuário de 1970; b) Os dados sobre produção e valor da produção do Censo Agropecuário do Ceará de 1970 foram utilizados quando as informações referiam-se apenas aos dados gerais da produção brasileira (foi o caso das culturas do abacate, goiaba, limão, manga e tangerina).

(2) Média dos preços unitários dos municípios de Limoeiro do Norte e Morada Nova.

(*) Sem informações.

No que se refere à produção de cera de carnaúba o Ceará era o maior produtor do país, com 55% do valor da produção nacional. Limoeiro do Norte e Morada Nova eram

responsáveis por 6% e 5% da produção estadual, respectivamente. Além da cera de carnaúba e oiticica Morada Nova se destacava na produção de lenha, algodão e banana, enquanto Limoeiro do Norte se destacava na produção de algodão, banana, laranja e limão (a produção de limão representava 48% do valor da produção do Ceará). No conjunto destes produtos agrícolas Limoeiro do Norte era responsável por 4% da produção estadual, conforme demonstra a Tabela 13.

É importante destacar que nem todas as atividades agrícolas desenvolvidas em uma determinada unidade de produção resultavam em receita monetária, mas isso não significa que não possam ser quantificados o seu valor de mercado. O fato de parte ou toda a produção ser consumida por seus produtores não retira o seu valor. Neste caso a produção realiza, no mínimo, uma função básica: atende às demandas dos fundos de consumo e manutenção, conforme analisarei mais adiante.

O objetivo desta seção consiste em demonstrar que os resultados econômicos das unidades de produção agrícola se constituem, em primeiro lugar, em um indicador importante para a compreensão dos processos de diferenciação social dos produtores e trabalhadores agrícolas da região, ao mesmo tempo em que indicam as condições materiais da reprodução social destas categorias. Em segundo lugar, demonstram o quanto à destruição da natureza afetou as dimensões socioeconômicas e socioambientais da região, pois a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova foi acompanhada do deslocamento populacional e da destruição da cobertura vegetal.

Antes de iniciar a análise dos dados sobre o valor da produção bruta agrícola (VPB) das propriedades desapropriadas para a Instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova farei uma observação importante: os dados apresentados representam apenas uma estimativa calculada a partir dos dados disponíveis nos cadastros das propriedades: os cálculos foram feitos a partir da seguinte fórmula: $VPB = N \times Pa \times V$, onde,

VPB = o valor da produção bruta agrícola, compreende a produção realizada no período de um ano sem descontar os custos intermediários (CI) e a depreciação dos instrumentos de trabalho (D)

N = o número de plantas ou árvores frutíferas existentes em uma propriedade

Pa = produção anual de cada planta ou árvore frutífera

V = valor unitário de cada unidade produzida (fruto, cacho, kg, metro cúbico)

A tabela abaixo demonstra como foi realizado o cálculo da produção anual das culturas frutíferas, cultura industrial, extrativismo comercial e silvicultura, com notas explicativas a respeito da consolidação das informações.

Tabela 15 – Cálculo da produção anual da cobertura vegetal

Identificação			Produção e valor por unidade (em Cr\$)		
Tipo (1)	V. I.(2)	Medida (5)	Produção anual (6)	Preço Unitário (7)	Valor anual (8)
Abacateiro	32,50	Fruto	100	0,08	8,00
Bananeira	2,21	Cacho	1	1,18	1,18
Cajueiro (castanha)	7,28	Kg	9	0,53	4,77
Coqueiro	17,29	Fruto	30	0,22	6,60
Laranjeira	33,80	Fruto	307	0,07	21,49
Limoeiro	1,30	Fruto	1000	0,01	10,00
Goiabeira	2,60	Fruto	350	0,024	8,40
Gravioleira	1,30	Fruto	30	0,21	6,30
Mangueira	27,04	Fruto	200	0,02	4,00
Mamoeiro	4,29	Fruto	30	0,21	6,30
Tangerina	33,80	Fruto	307	0,02	6,14
Algodão herbáceo	218,40	Kg/ha	192,5	1,01	194,43
Algodão mocó	218,40	Kg/ha	238	1,05	249,90
Carnaubeira (cera)	0,81	Kg	0,14	2,11	0,30
Oiticica	32,50	Kg	100	0,14	14,00
Angico (formado)³	0,65	M ³	0,25	3,81	0,95
Angico (crescimento)⁴	0,39	M ³	0,13	3,81	0,50
Aroeira (formada)	0,65	M ³	0,25	3,81	0,95
Aroeira (crescimento)	0,39	M ³	0,13	3,81	0,50
Cumaru (formado)	0,65	M ³	0,25	3,81	0,95
Cumaru (crescimento)	0,39	M ³	0,13	3,81	0,50
Pau branco (formado)	0,39	M ³	0,25	3,81	0,95
Pau branco (crescimento)	0,26	M ³	0,13	3,81	0,50
Pau d'arco (formado)	0,65	M ³	0,25	3,81	0,95
Pau d'arco (crescimento)	0,39	M ³	0,13	3,81	0,50
Pereiro (formado)	0,39	M ³	0,25	3,81	0,95
Pereiro (crescimento)	0,26	M ³	0,25	3,81	0,95
Umburana (formado)	0,65	M ³	0,25	3,81	0,95
Umburana (crescimento)	0,39	M ³	0,13	3,81	0,50

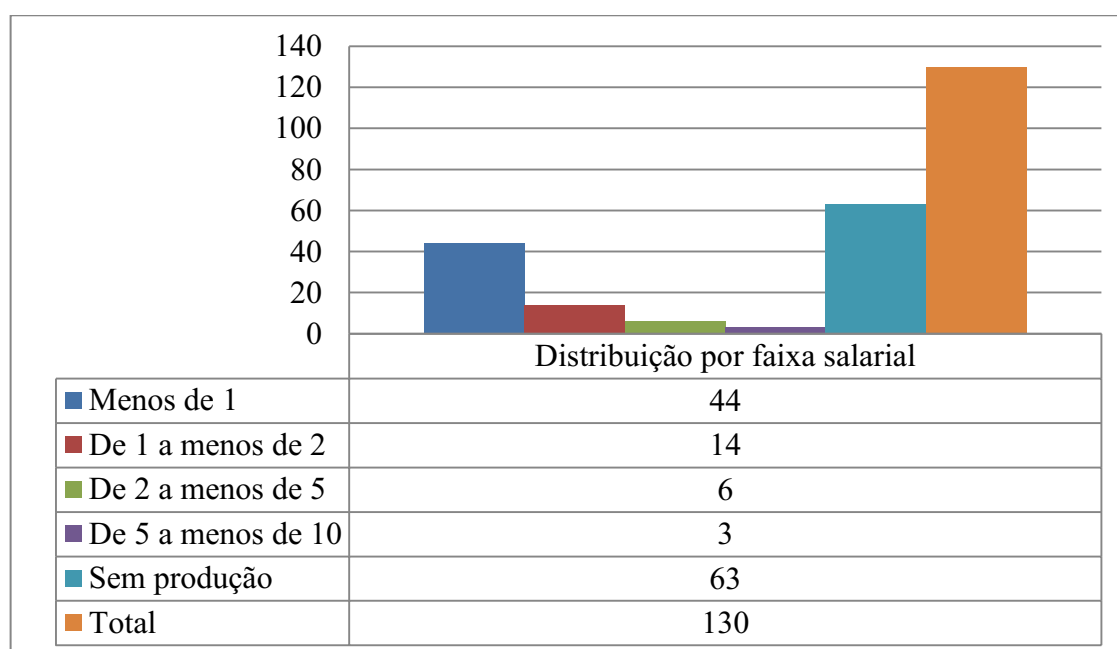
Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) Tipo de cultura ou exploração econômica, no entanto, não foram incluídas as culturas frutíferas em crescimento e o extrativismo vegetal para consumo, em virtude de não comporem o valor da produção bruta agrícola. (2) Valor da indenização calculado pelo DNOCS. (3) Árvore com mais de três metros de caule. (4) Árvore entre um e três metros de cálculo. (5) Unidade de medida: fruto, cacho, quilograma por hectare (kg/ha) e metro cúbico (m³). (6) A produção anual por unidade calculada a partir do cruzamento de diversas informações consultadas, principalmente, no banco de dados da EMBRAPA. No caso da silvicultura (extração de lenha, medida em metros cúbicos) fiz uma estimativa a partir de experiência própria (enquanto produtor e trabalhador), complementado com observação *in loco*. No caso da cera de carnaúba realizei consulta junto aos produtores. (7) O preço unitário foi calculado a partir do Censo Agropecuário do Ceará – 1970 e do Anuário Estatístico do Brasil – 1971. (8) O valor da produção foi calculado a partir da multiplicação da produção anual pelo preço unitário.

5.2.1 O valor da produção bruta das unidades de produção secundária

Os gráficos 30 e 31 apresentam os dados sobre a estimativa do valor da produção bruta agrícola das unidades de produção secundária distribuído por faixa salarial, sendo que 48% das propriedades não registraram nenhum tipo de atividade produtiva. Entre as propriedades com estimativa de valor de produção bruta, 34% delas enquadram-se na faixa de menos de um salário mínimo, 11% na faixa (de 1 a menos de 2), 5% na faixa (de 2 a menos de 5) e 2% na faixa (de 5 a menos de 10).

Gráfico 30 – Distribuição da estimativa do valor da produção bruta das *unidades de produção secundária* por faixa salarial

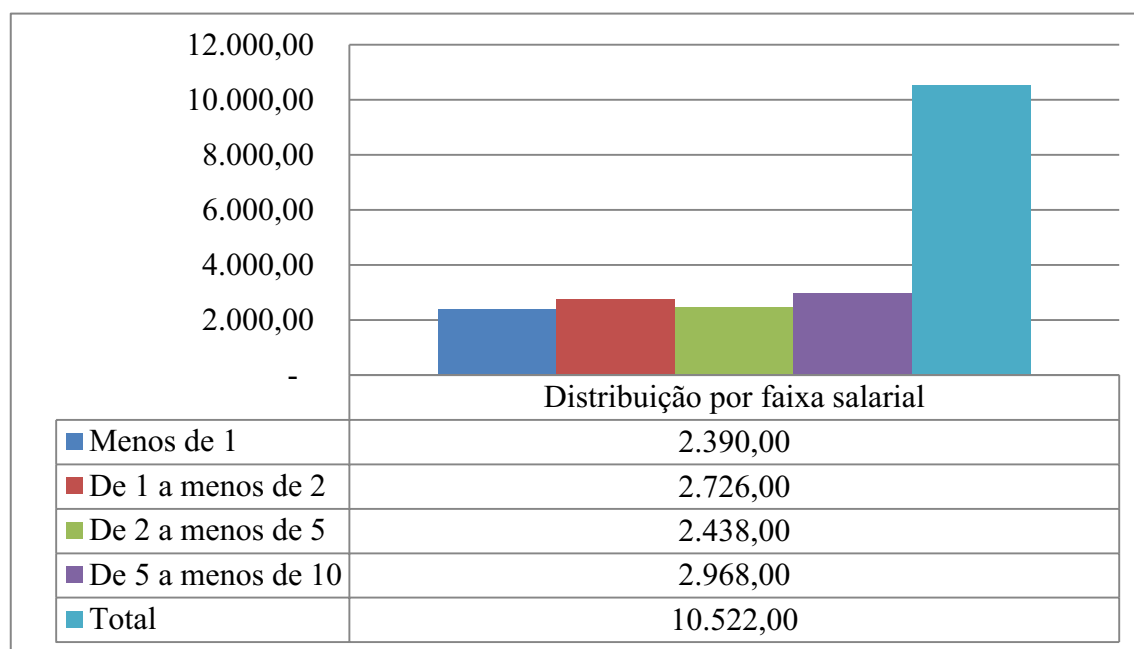


Fonte: Elaboração do autor

Em termos de estimativa de valor da produção bruta há certa aproximação entre os valores das diversas faixas salariais, no entanto, considerando o número de propriedades em cada faixa salarial há diferenças muito marcantes. Por exemplo, as faixas salariais com menos de um salário mínimo e a de dois a menos de cinco tiveram o valor de produção bruta calculado em 23% cada, no entanto, a primeira faixa salarial tinha 733% mais propriedades do que as da segunda faixa. O mesmo pode ser observado entre as outras duas faixas salariais, com estimativa de 26% e 28% do valor da produção bruta. No entanto, as propriedades com valor de produção estimado na

faixa de um a menos de dois salários eram superiores em termos quantitativos em 233% em relação àquelas na faixa de cinco a menos de 10 salários mínimos.

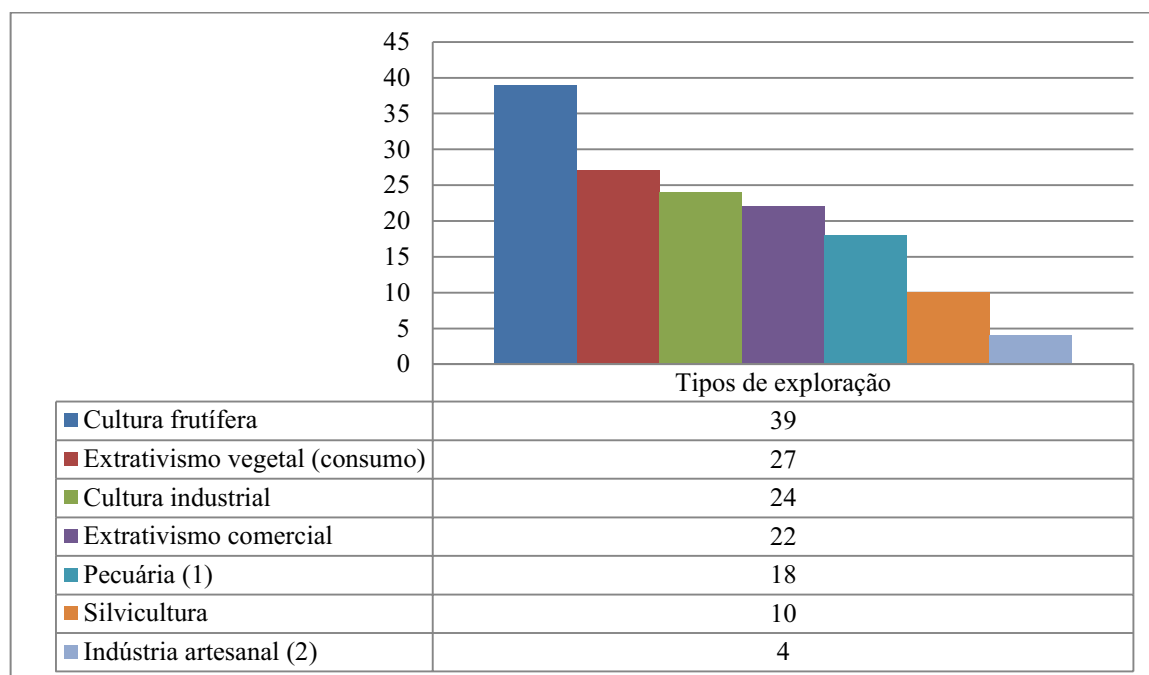
Gráfico 31 – Estimativa do valor da produção bruta das *unidades de produção secundária*



Fonte: Elaboração do autor

Há duas observações importantes que podem ser feitas a partir destes dados. A primeira diz respeito aos tipos de produtos agrícolas produzidos pelas *unidades de produção secundária*. A segunda refere-se às propriedades que não realizavam nenhum tipo de produção ou não foi possível estimar o valor da mesma.

O Gráfico 32 permite o esboço de um quadro, cuja pintura será feita nas páginas seguintes. Conforme demonstra este gráfico a maioria das unidades de produção que realizava algum tipo de atividade produtiva tinha nas culturas frutíferas a principal atividade, seguido pelo extrativismo vegetal para consumo, cultivo do algodão (cultura industrial), extrativismo comercial, pecuária e indústria artesanal. Como demonstrarei no desenvolvimento desta seção as *unidades de produção secundária* têm um papel importante na estabilização e manutenção do sistema de produção agrícola da região, contribuindo de forma significativa para o processo de reprodução social dos produtores rurais e da mão de obra agrícola através do incremento dado aos fundos de consumo e de manutenção que se constituem nas principais demandas feitas à produção agrícola da região.

Gráfico 32 – Tipos de exploração econômica nas *unidades de produção secundária*

Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) Sem valor da produção pecuária; (2) Sem valor da produção da indústria artesanal.

A tabela abaixo (Tabela 16) mostra a quantidade de árvores ou fruteiras existentes e o valor estimado da produção bruta de cada atividade.

Tabela 16 – Quantidade árvores ou fruteiras e o valor da produção bruta de cada atividade em 1970

Tipos de atividades econômicas							
Indicador	Cultura frutífera	Extrativismo vegetal (consumo)	Carnaubeira	Oiticica	Silvicultura	Cultura industrial	Total
Quant.	1.531	100	2.638	29	142	**	4.440
VPB¹ (em Cr\$)	5.236,34	*	779,27	406,00	135,00	3.886,00	10.442,58
Salários mínimos²	42	*	6	3	1	31	83

Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) O valor da produção bruta foi elaborado a partir de informações do ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1970) para a produção agrícola de 1970.

(2) O salário mínimo para o Ceará em 1970 era de Cr\$ 124,80 (cento e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos), definido pelo Decreto n.º. 66.523, de 30 de abril de 1970.

(*) Não havia preços de mercado para os produtos deste grupo (atas, cajarana e seriguela, por exemplo).

(**) O valor da produção bruta da cultura industrial foi calculado a partir da área plantada, que era de 16 hectares.

Um dado relevante a destacar a respeito das informações apresentadas acima se refere à questão da monetarização das atividades agrícolas desenvolvidas por uma unidade de produção, pois nem todas as atividades resultam em receitas financeiras. O extrativismo vegetal para consumo constitui um exemplo de atividade que tem um papel importante para os fundos de consumo e manutenção, servindo de complemento calórico para a família e de ração (insumo) para os animais. Além disso, a existência de algumas árvores frutíferas como cajaraneira, serigueleira, ateira, fruta-do-conde e tamarindeira, que levam muitos anos para entrarem em produção e depois continuam produzindo por décadas, revelam o caráter de permanência da família em um mesmo local, o que contribui para a consolidação de determinados tipos de relações sociais fundamentais para a sua reprodução social.

As culturas frutíferas como banana, caju, coco, goiaba, laranja, limão, manga e graviola, representavam as principais frutas produzidas nestas unidades de produção. Elas tinham valor comercial e poderiam representar fonte de receita financeira para as famílias envolvidas com seu cultivo, no entanto, apenas duas propriedades indicavam a possibilidade de exercerem comercialmente a fruticultura. O senhor João Silvino de Moraes, morador do Sítio Pedras, em Morada Nova, cultivava em sua propriedade 86 fruteiras entre cajueiros, coqueiros, goiabeiras, laranjeiras, mangueiras, mamoeiros, entre outras, com o valor de produção bruta estimado em Cr\$ 1.042,92 (equivalente a R\$ 9.441,42 em valores atualizados⁹), ou nove salários mínimos. Já o senhor José Holanda Mendes, morador do Sítio Danças, em Limoeiro do Norte, cultivava em sua propriedade 519 fruteiras entre bananeiras, coqueiros, goiabeiras, laranjeiras, limoeiros, mamoeiros e mangueiras com um valor de produção estimado em Cr\$ 1.128,44 ou pouco mais de nove salários mínimos (equivalente a R\$ 10.215,62 em valores atualizados).

Tendo como referência os dois proprietários acima citados pode-se destacar outro elemento que poderá completar a pintura do quadro que vem sendo esboçado nesta seção. O senhor João Silvino de Moraes teve o valor de sua indenização calculada em 26,2 salários mínimos (Cr\$ 3.953,70), enquanto a indenização do senhor José Holanda Mendes foi calculada em 18,8 salários mínimos (Cr\$ 2.831,28). Comparando os valores das indenizações com a estimativa do valor da produção bruta das duas propriedades pode-se observar que a reprodução social das famílias destes dois produtores pode ter sido ameaçada de forma significativa, tendo em vista que a vida de uma árvore frutífera como uma mangueira, por exemplo, poderia ser compartilhada por mais de uma geração dos familiares destes

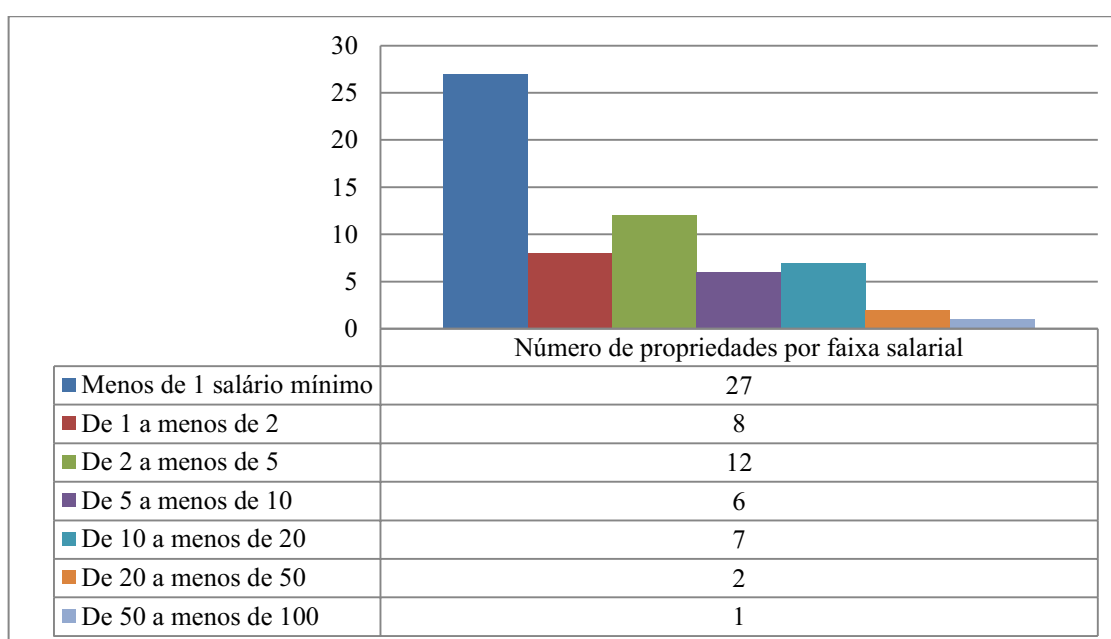
⁹ Valores corridos pelo IGP-DI (FGV), tomando como referência o período de dezembro de 1970 a janeiro de 2023.

proprietários. Considerando que uma laranjeira em franca produção teve seu valor calculado pelo DNOCS em Cr\$ 33,80 (equivalente a R\$ 303,65 em valores atualizados), este valor poderia ser superado em menos de dois ciclos produtivos, pois de acordo com os cálculos realizados nesta pesquisa a mesma fruteira poderia produzir até Cr\$ 21,49 anualmente (equivalente a R\$ 194,55 em valores atualizados).

A segunda observação a ser feita refere-se às propriedades que não realizavam nenhum tipo de atividade produtiva ou não foi possível estimar o seu valor, em virtude das atividades produtivas não terem sido registradas nos cadastros como a pecuária e indústria artesanal, exemplo da produção de farinha e outros derivados da mandioca. O Gráfico 33 revela que todas as unidades indenizadas nas faixas de menos de um e de um a menos de dois salários mínimos eram *terra de trabalho* e o pouco valor das indenizações reflete apenas que não havia nenhum tipo de cobertura vegetal. Nesse sentido, estas propriedades provavelmente eram utilizadas com o plantio de culturas temporárias como feijão, milho e legumes resultando no aumento das disponibilidades dos fundos de consumo e manutenção.

As propriedades indenizadas na faixa salarial de dois a menos de cinco salários mínimos se dividiam em *terra de trabalho* (representando 33%) e *terras de morada e trabalho* (representando 66% das propriedades). Também não possuíam cobertura vegetal, mas três propriedades tinham possibilidades de desenvolver a pecuária, tendo em vista que possuíam estábulos ou currais e cercas.

Gráfico 33 – Distribuição das unidades de produção secundária por valor das indenizações em faixas salariais



Fonte: Elaboração do autor

As propriedades com indenizações na faixa de cinco a menos de 10 salários mínimos tinham uma particularidade: 83% se constituíam em *terra de morada e trabalho* (05 propriedades). Uma delas teve o valor da indenização calculada em mais de nove salários mínimos, enquanto as demais (quatro propriedades) foram indenizadas em torno de seis salários mínimos. Em duas destas propriedades as instalações físicas indenizadas indicavam a possibilidade de existência da pecuária em uma delas, enquanto a outra poderia desenvolver a pecuária e a indústria artesanal.

As propriedades com indenizações na faixa salarial de 10 a menos de 20 salários mínimos (sete propriedades) tiveram os valores de indenizações calculadas entre Cr\$ 1.500,00 e Cr\$ 2.900,00, sendo que duas delas tinham a possibilidade de exercerem a pecuária e outras duas a indústria artesanal.

Dois propriedades indenizadas com 30 salários mínimos cada uma, tinham características semelhantes. A propriedade do senhor Antonio Barros Guerreiro, morador do Sítio Exú, em Morada Nova, era uma *terra de morada* com uma casa de alvenaria de tijolo com anexo e calçada e dispunha de um tanque para armazenamento de água e um cacimão, avaliados em Cr\$ 4.493,05 (equivalente a R\$ 40.364,21 em valores atualizados). A propriedade de João Antonio Maia, morador do Sítio Pedras, localizado no município de Morada Nova, também era uma *terra de morada* constituída de uma casa de alvenaria de tijolo, com calçada e muro, avaliada em Cr\$ 4.627,99 (em mais de R\$ 40 mil em valores atualizados).

A propriedade com maior valor de indenização entre as *unidades de produção secundária* foi a do senhor Acelino Javy de Sousa, também no município de Morada Nova, localizada no Sítio Santa Cruz, avaliada em Cr\$ 8.202,94 (ou R\$ 73.692,74 em valores atualizados). As benfeitorias desta propriedade se constituíam de uma casa de alvenaria, com calçadas e anexos, tanques de alvenaria, calçadas e cercas.

Conforme demonstram os dados acima estas propriedades representavam condições materiais e sociais que contribuía com o processo de reprodução social dos produtores e mão de obra agrícola que foram desapropriados na região e, mesmo nos casos em que não foi possível fazer a estimativa do valor da produção agrícola, estas propriedades não deixavam de ter importância na dinâmica do sistema de produção agrícola da região, tendo em vista garantirem a estabilização e manutenção de determinadas relações sociais que permitiam, mesmo que em condições precárias para a maioria da população, a continuidade da vida no campo.

5.2.2 O valor da produção bruta das unidades de produção principal

372.155 não representa apenas um número. Ele constitui a moldura de um quadro socioambiental no qual se distribuíam abacateiros, bananeiras, cajueiros, coqueiros, laranjeiras, limoeiros, goiabeiras, gravioleiras, mangueiras, mamoeiros, tangerineiras, carnaubeiras, oiticicas, angicos, aroeiras, cumarus, pau-brancos, pau d'arcos, pereiros e umburanas que existiam em 291 *unidades de produção principal* e foram destruídas para a instalação do Perímetro Irrigado Morada Nova.

372.155 representam uma ínfima parte de outras centenas de milhares de árvores e plantas de valor econômico ou não que foram eliminadas no processo de desapropriação e deslocamento das populações que viviam na região.

Nesta seção apresentarei a estimativa do valor da produção bruta das *unidades de produção principal* que foram desapropriadas, fazendo um esforço para mapear as condições materiais que estavam na base do processo de reprodução social dos produtores e da mão de obra agrícola da região do Baixo Jaguaribe.

A Tabela 17, na página seguinte, demonstra a contribuição de cada atividade econômica na formação do valor bruto da produção agrícola do sistema de produção agrícola local (na verdade, cada unidade de produção representa um sistema particular de produção agrícola, combinando de diversas formas as várias atividades desenvolvidas em seu interior).

A soma de todas as atividades produtivas combinadas resultou em um valor da produção bruta estimada em Cr\$ 230.792,00 (equivalente a R\$ 2.089.330,80 em valores atualizados¹⁰), distribuído da seguinte forma: cultura industrial (1%), cultura frutífera (12%), silvicultura (38%) e extrativismo comercial (49%), conforme demonstra o Gráfico 34 (ver gráfico na página 252). A pequena contribuição da cultura do algodão deve-se a dois fatores interligados: a pequena área plantada e o pequeno número de propriedades produtoras, sendo que apenas 13 produtores estavam envolvidos com esta atividade cultivando uma área de nove hectares, situação bem diferente se comparado com o seu lugar na formação do valor bruto da produção das UP Secundária, onde ocupava o segundo lugar.

Quanto à fruticultura, diferentemente das UP Secundária, o seu papel na formação do valor bruto da produção é bem menor, enquanto aumenta significativamente a contribuição da extração de lenha (silvicultura) na composição do valor total.

¹⁰ Correção monetária feita pelo IGP-DI (FGV) utilizando como referência o período de dezembro de 1970 a janeiro de 2023.

Tabela 17 – Distribuição do valor da produção bruta das unidades de produção principal

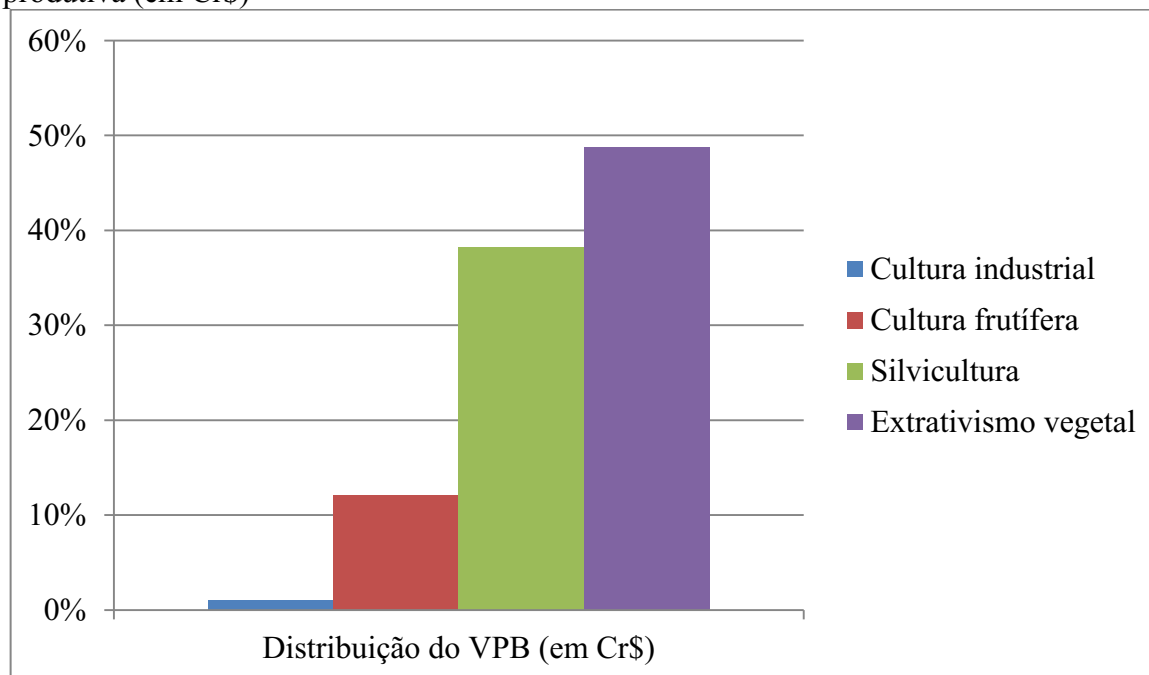
Grupos de área											
	Menos de 10 ha					De 10 a menos de 100 ha					
Atividades produtivas	(> 1 ha)	(1 a > 2)	(2 a > 5)	(5 a > 10)	Subtotal	(10 a > 20)	(20 a > 50)	(50 a > 100)	Subtotal	N.I.	Total
Cultura frutífera ⁽¹⁾	5	11	25	18	59	16	7	1	24	1	84
Nº de sal. mínimos	3	3	34	25	65	67	90	0,5	157,5	0	222,5
VPB (em Cr\$)	417,00	387,00	4.266,00	3.049,00	8.119,00	8.447,00	11.246,00	63,00	19.756,00	0	27.875,00
Cultura industrial ⁽²⁾	-	1	8	-	9	2	-	1	3	-	12
Nº de sal. mínimos	-	1,8	11,2	-	13	4,2	-	0,5	4,7	-	17,7
VPB (em Cr\$)	-	224,00	1.390,00	-	1.614,00	519,00	-	60,00	579,00	-	2.193,00
Ext. Comercial ⁽³⁾	54	65	83	34	236	29	11	2	42	13	291
Nº de sal. mínimos	26	60	196	114	396	220	234	23	477	24	897
VPB (em Cr\$)	3.312,00	7.541,00	24.534,00	14.303,00	49.690,00	27.563,00	29.295,00	2.889,00	59.747,00	3.117,00	112.554,00
Silvicultura ⁽⁴⁾	52	63	81	34	230	27	11	2	40	12	282
Nº de sal. mínimos	18	33	166	124	341	137	154	19	310	51	702
VPB (em Cr\$)	2.326,00	4.172,00	20.837,00	15.553,00	42.888,00	17.114,00	19.221,00	2.470,00	38.805,00	6.477,00	88.170,00
SÍNTESE											
	Menos de 10 ha					De 10 a menos de 100 ha					
Discriminação	(> 1 ha)	(1 a > 2)	(2 a > 5)	(5 a > 10)	Subtotal	(10 a > 20)	(20 a > 50)	(50 a > 100)	Subtotal	N.I.	Total
Ativ. produtivas ⁽⁵⁾	111	139	197	86	533	74	29	6	109	26	668⁽⁶⁾
Nº de sal. mínimos	48	98	412	263	821	428	478	43	949	76	1.846
VPB (em Cr\$)	6.055,00	12.324,00	51.027,00	32.905,00	102.311,00	53.643,00	59.762,00	5.482,00	118.887,00	9.594,00	230.792,00

Fonte: Elaboração do autor

Notas: (1) Número de propriedades que exploravam a fruticultura; (2) número de propriedades que cultivavam o algodão (cultura industrial); (3) número de propriedades que exploravam o extrativismo comercial (cera de carnaúba e frutos da oiticica); (4) número de propriedades com possibilidade de extração de lenha (silvicultura); (5) soma das atividades econômicas realizadas nas unidades de produção principal; (6) o valor supera o número de propriedades existentes porque representa os tipos de atividades produtivas realizadas, sendo assim numa mesma propriedade pode ser desenvolvidas a fruticultura, a silvicultura e o extrativismo comercial de forma combinada.

A produção de cera de carnaúba e a coleta de frutos de oiticica representam quase a metade do valor estimado da produção bruta agrícola desta categoria de propriedades. Esta atividade econômica se tornava ainda mais relevante em virtude de todas as propriedades contarem com carnaubais e árvores de oiticica.

Gráfico 34 – Distribuição do valor de produção bruta das UP Principal por atividade produtiva (em Cr\$)



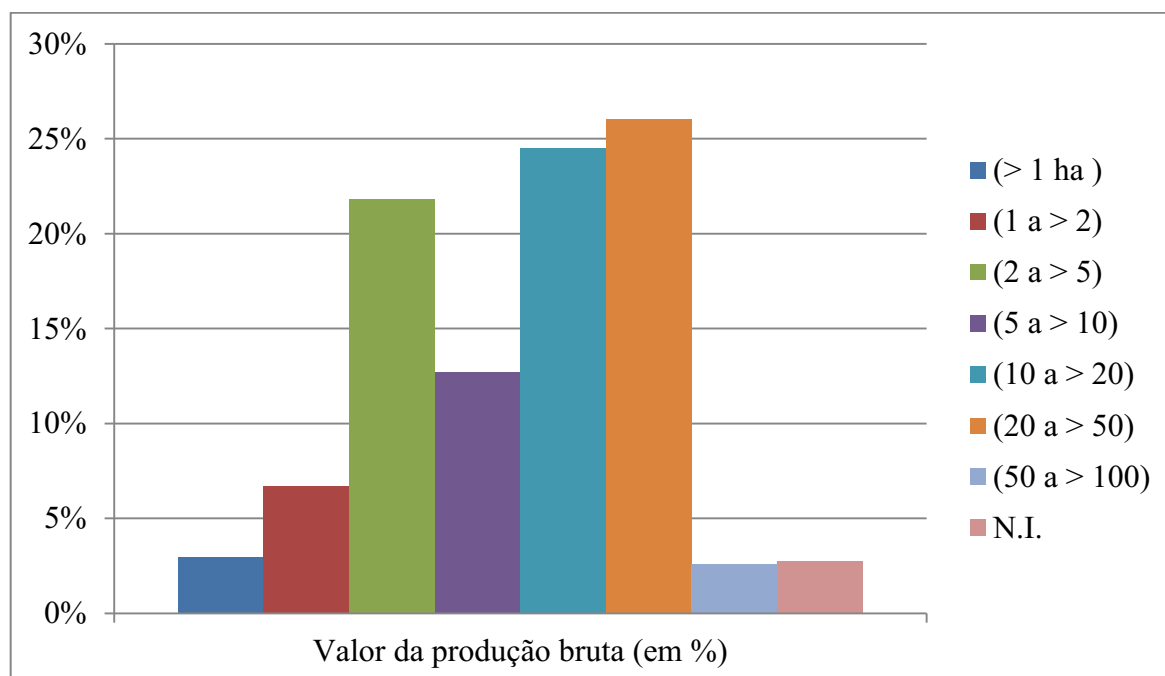
Fonte: Elaboração do autor

O Gráfico 35 demonstra que a maior parte do valor da produção bruta estimada se concentrava nas propriedades com área entre dois e menos de 50 hectares, distribuído da seguinte forma: de dois a menos de cinco hectares (22%), de cinco a menos de 10 hectares (13%), de 10 a menos de 20 hectares (24%) e de 20 a menos de 50 hectares (26%). Os demais grupos de área representam apenas 13% do valor da produção bruta estimada, enquanto as propriedades sem tamanho de área identificado representam 3% do total.

No entanto, observando a quantidade de propriedades em cada grupo de área pode-se observar que o valor da produção bruta estimada seria distribuído de forma desigual, conforme demonstra o Gráfico 36. As propriedades com área até dois hectares, responsáveis por 10% do valor estimado da produção bruta, representam 41% do total das propriedades, enquanto as unidades de produção com área entre 10 e menos de 50 hectares seriam responsáveis por 50% do valor da produção, representando apenas 14% das propriedades. A diferença entre quantidade de propriedades por grupo de área e o valor bruto da produção

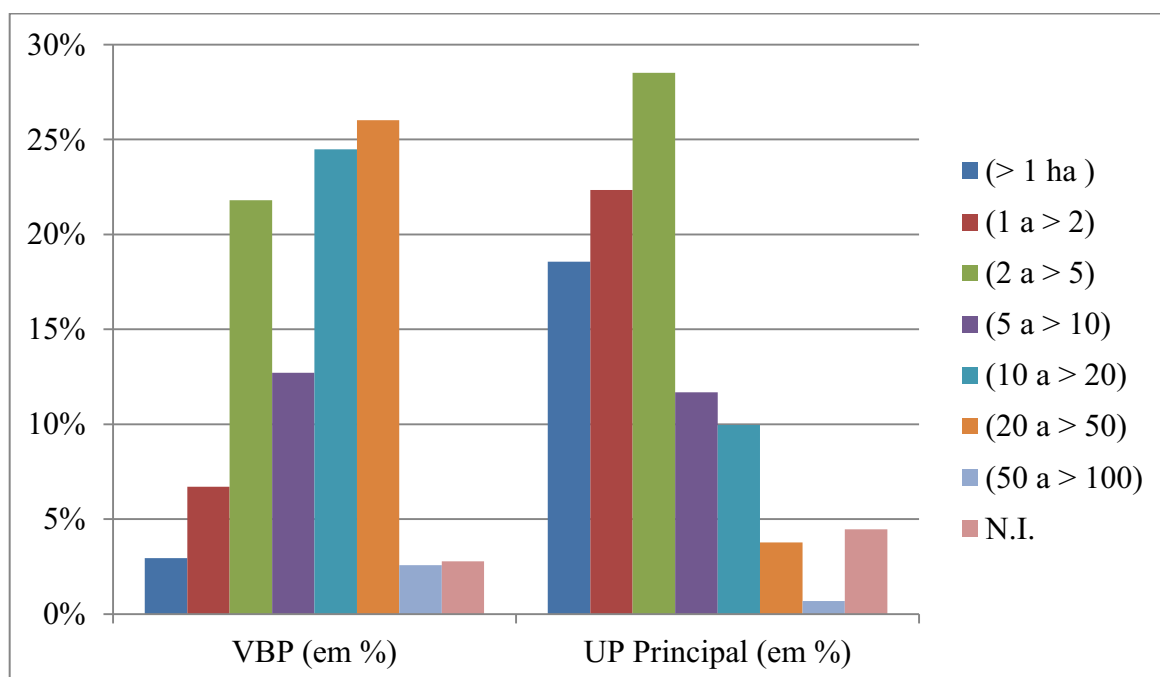
seria menor entre os grupos de área de dois a menos de 10 hectares, que concentram 41% das unidades e 35% do valor da produção bruta estimada.

Gráfico 35 – Distribuição do valor da produção bruta por subgrupos de área (em %)



Fonte: Elaboração do autor

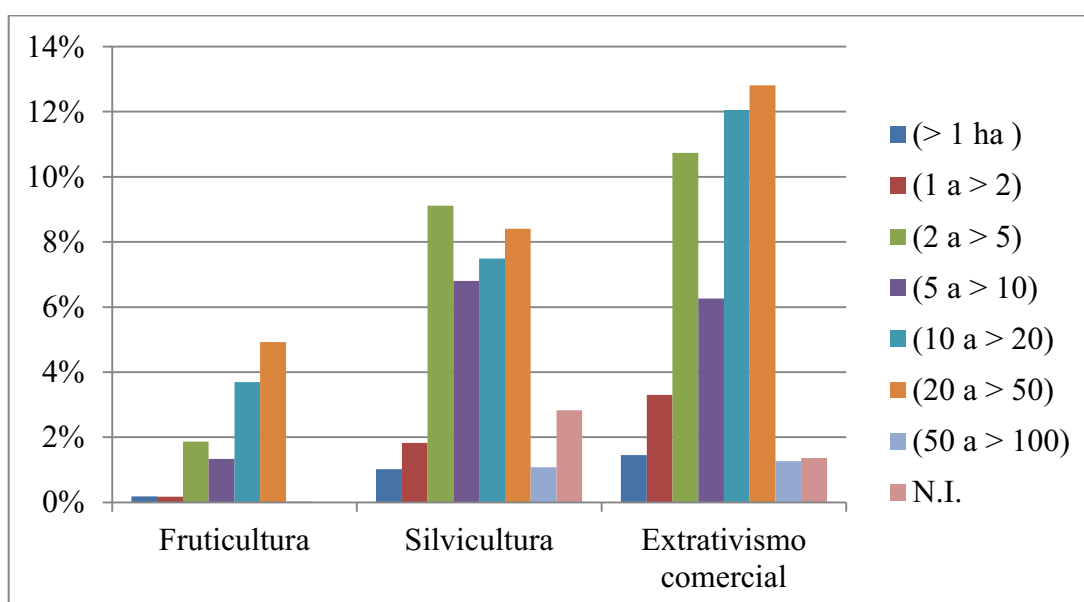
Gráfico 36 – Comparação percentual entre quantidade de propriedades e o VPB por subgrupos de área



Fonte: Elaboração do autor

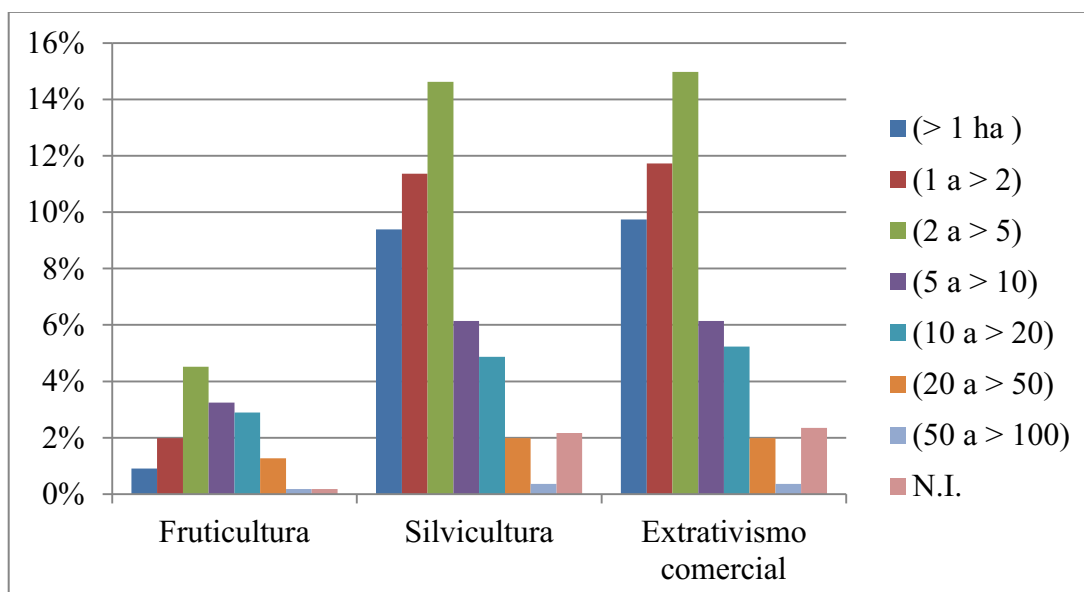
Comparando a relação entre as três atividades produtivas principais (cultura frutífera, silvicultura e extrativismo comercial) com a quantidade de propriedades que realizavam estas atividades produtivas podem-se observar, de acordo com os gráficos 37 e 38, alguns elementos importantes para a compreensão das condições materiais do processo de reprodução social dos produtores rurais e da mão de obra agrícola da região, conforme será demonstrado nas páginas seguintes.

Gráfico 37 – Distribuição do VPB por subgrupos de área (em %)



Fonte: Elaboração do autor

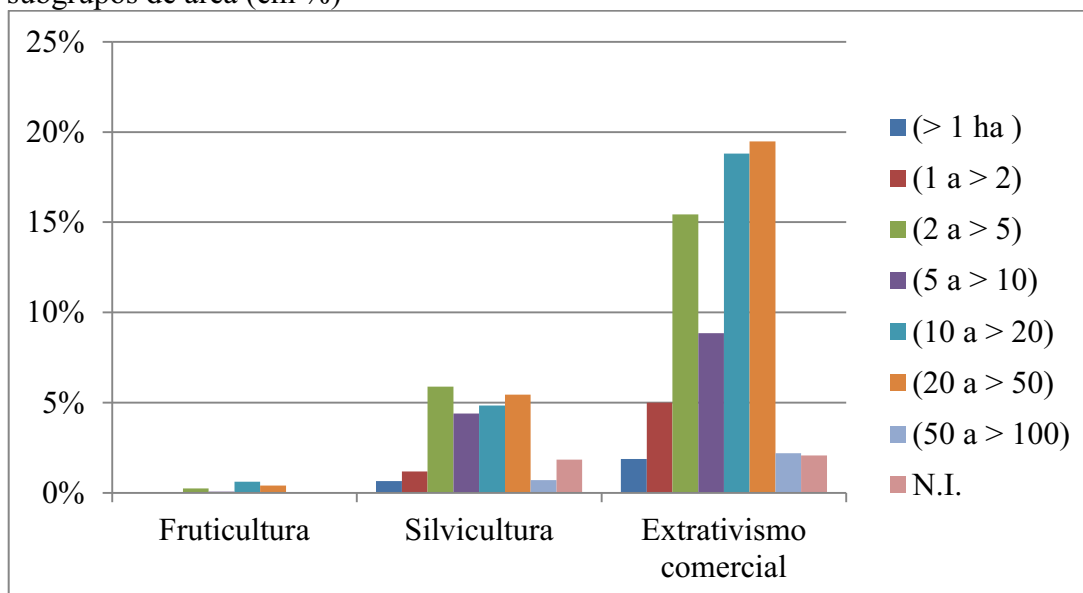
Gráfico 38 – Atividades produtivas por subgrupos de área (%)



Fonte: Elaboração do autor

O primeiro deles refere-se ao fato de que as propriedades com menos de um hectare seriam responsáveis por pouco mais de 2% do valor da produção bruta (a fruticultura com valor de produção praticamente nulo, contribuindo a silvicultura e o extrativismo comercial com 1% cada), enquanto reuniam 20% das atividades produtivas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (1%), silvicultura (9%) e extrativismo comercial (10%). A cobertura vegetal era constituída de 9.439 árvores, sendo 41 fruteiras, 2.443 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (1%), 6.854 carnaubeiras e 101 oiticicas (que representavam juntas 2% do total do estoque vegetal existente nas propriedades com este tamanho de área, conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 39).

Gráfico 39 – Distribuição da cobertura vegetal segundo as atividades produtivas por subgrupos de área (em %)



Fonte: Elaboração do autor

O segundo elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de um a menos de dois hectares seriam responsáveis por pouco mais de 5% do valor da produção bruta (novamente a contribuição da fruticultura para a formação do valor bruto da produção seria praticamente nula, contribuindo a silvicultura e o extrativismo comercial com 1% e 5%, respectivamente), enquanto reuniam 25% das atividades produtivas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (2%), silvicultura (11%) e extrativismo comercial (12%). A cobertura vegetal era constituída de 22.992 árvores, sendo 67 fruteiras, 4.381 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (pouco mais de 1%), 18.280 carnaubeiras e 264 oiticicas (que representavam juntas 5% do total da cobertura

vegetal das propriedades com este tamanho de área, conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 39).

O terceiro elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de dois a menos de cinco hectares seriam responsáveis por 22% do valor da produção bruta (fruticultura (2%), silvicultura (9%) e extrativismo comercial (11%)), enquanto reuniam 35% das atividades realizadas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (5%), silvicultura (15%) e extrativismo comercial (15%). A cobertura vegetal era constituída de 80.064 árvores, sendo 891 fruteiras (menos de 1%), 21.877 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (6%), 56.609 carnaubeiras e 687 oiticicas (que representavam juntas 15% do total da cobertura vegetal existente em propriedades com este tamanho de área, conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 39). Um aspecto importante a ser levado em consideração foi o aumento expressivo da quantidade de carnaubeiras e oiticicas neste grupo, o que explicaria o crescimento da participação da produção extrativista no valor bruto da produção estimado.

O quarto elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de cinco a menos de 10 hectares seriam responsáveis por 14% do valor da produção bruta (fruticultura (1%), silvicultura (7%) e extrativismo comercial (6%)), enquanto reuniam 15% das atividades produtivas realizadas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (3%), silvicultura (6%) e extrativismo comercial (6%). A cobertura vegetal era constituída de 49.450 árvores, sendo 272 fruteiras (menos de 1%), 16.329 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (4%), 32.448 carnaubeiras e 401 oiticicas (que representavam juntas 9% do total da cobertura vegetal das propriedades com este tamanho de área). Um aspecto importante a ser levado em consideração consiste na diminuição na quantidade de atividades produtivas realizadas em propriedades neste grupo, mas que não seria acompanhada de uma queda significativa na participação do valor da produção bruta. Também consiste no único grupo de área onde a participação da silvicultura na formação do valor da produção seria maior do que a do extrativismo comercial.

O quinto elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de 10 a menos de 20 hectares seriam responsáveis por 23% do valor da produção bruta (fruticultura (4%), silvicultura (7%) e extrativismo comercial (12%)), enquanto reuniam 13% das atividades realizadas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (3%), silvicultura (5%) e extrativismo comercial (5%). A cobertura vegetal era constituída de 90.257 árvores, sendo 2.257 fruteiras (1%), 17.968 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (5%), 69.234 carnaubeiras e 641 oiticicas (que representavam juntas 19%

do total da cobertura vegetal das propriedades com este tamanho de área, conforme demonstram a Tabela 11 e o Gráfico 39). Neste grupo de propriedades ocorre o seguinte movimento: enquanto haveria um aumento da participação no valor da produção em relação ao grupo anterior em 61%, a quantidade de atividades produtivas diminuiu em 12%. O aumento da participação no valor da produção resultaria do grande aumento no estoque de árvores e fruteiras que foi de 45%, comparando-se com o grupo de área anterior.

O sexto elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de 20 a menos de 50 hectares seriam responsáveis por 26% do valor da produção bruta (fruticultura (5%), silvicultura (8%) e extrativismo comercial (13%)), reunindo apenas 5% das atividades produtivas em propriedades com este tamanho de área, assim distribuídas: fruticultura (1%), silvicultura (2%) e extrativismo comercial (2%). A cobertura vegetal era constituída de 90.257 árvores, sendo 2.257 fruteiras (1%), 17.968 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (5%), 69.234 carnaubeiras e 641 oiticicas (que representavam juntas 19% do total da cobertura vegetal das propriedades com este tamanho de área). Neste grupo de propriedades ocorre o seguinte movimento: a relação entre quantidades de atividades produtivas em propriedades desse grupo de área seria diametralmente inversa, pois enquanto as atividades diminuem em 61% a participação no valor da produção aumentaria em 10%. O aumento da participação no valor da produção ocorreria em virtude do aumento no estoque de árvores e fruteiras que foi de 4%, comparando-se com o grupo de área anterior.

O sétimo elemento a destacar refere-se ao fato de que as propriedades com área de 50 a menos de 100 hectares seriam responsáveis por 2% do valor da produção bruta distribuído entre silvicultura e extrativismo comercial, com 1% cada. A cobertura vegetal era constituída de 10.768 árvores, sendo oito fruteiras, 2.594 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (1%), 8.123 carnaubeiras e 43 oiticicas (que representavam juntas 3% do total da cobertura vegetal das propriedades com este tamanho de área). O fato da participação percentual das atividades produtivas na formação do valor da produção ser muito pequena, não significa que o desempenho econômico das propriedades deste grupo de área não tivesse destaque, tendo em vista que somente duas propriedades se incluíam nesta categoria de área. Por exemplo, a propriedade da senhora Anália Chagas, localizada no sítio Exú, município de Morada Nova, tinha 95 hectares com uma cobertura vegetal composta por 6.803 carnaubeiras que poderiam produzir em torno de uma tonelada de cera anualmente, que renderia mais de Cr\$ 2 mil cruzeiros, equivalente a 16 salários mínimos. Em sua propriedade também existiam 2.501 árvores nativas que poderiam fornecer lenha e madeira com uma estimativa de valor de produção de Cr\$ 2.382,00 (ou 19 salários mínimos).

Por fim, destaco as propriedades sem área identificada que seriam responsáveis por 4% do valor da produção bruta distribuído entre silvicultura (1%) e extrativismo comercial (3%), enquanto reuniam apenas 4% das atividades produtivas em propriedades sem área identificada, distribuídas entre silvicultura (2%) e extrativismo comercial (2%). A cobertura vegetal era constituída de 14.501 árvores, sendo apenas três fruteiras, 6.800 plantas nativas fornecedoras de lenha e madeira (2%), 7.616 carnaubeiras e 65 oiticicas (que representavam juntas 2% do total da cobertura vegetal das propriedades sem área identificada). Pela quantidade de propriedades nesta categoria e a participação no valor da produção agrícola bruta estimada guarda uma relação estreita com as atividades produtivas e as propriedades com área de um a menos de cinco hectares.

A exposição detalhada das atividades produtivas e os resultados econômicos estimados, assim como o detalhamento a respeito da cobertura vegetal existente nas 291 propriedades consideradas como *unidades de produção principal* teve uma finalidade básica: demonstrar a complexidade do sistema agrário da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova.

Em primeiro lugar, deve-se destacar a diferenciação e a dinâmica do sistema agrário da região, marcado pela predominância do minifúndio, tendo em vista que 95% das propriedades com área identificada tinham menos de 50 hectares, sendo que 81% delas estavam incluídas no grupo de área de menos de 10 hectares¹¹. Na perspectiva de Reoul (1976), a compreensão adequada da diferenciação e da dinâmica interna dos sistemas agrários passa pela análise do padrão tecnológico, do contexto econômico e social, assim como da própria desigualdade da sociedade tradicional nos quais os sistemas estão inseridos. As formas de uso e posse da terra se constituíam em fatores de constrangimento ou de potencialidades para a estabilização e manutenção do sistema agrário local, assim como os fatores edafoclimáticos, tecnológicos, sociais, culturais e econômicos.

Na perspectiva de Mazoyer e Roudart (2010), um sistema agrário constitui-se em uma expressão teórica de um tipo de agricultura historicamente constituído e geograficamente localizado, composto de um ecossistema cultivado e de um sistema social produtivo definido. Nesse sentido,

[...] a teoria dos sistemas agrários é um instrumento intelectual que permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura e de perceber, em grandes linhas, as transformações históricas e a diferenciação geográfica das agriculturas humanas. Para compreender o que é um sistema agrário é

¹¹ Utilizo como referência para a reflexão sobre o conceito de sistema agrário um artigo de Claude Reoul publicado na revista *Économie Rurale* (REBOUL, 1976) e Marcel Mazoyer e Laurence Roudart (MAZOYER; ROUDART, 2010).

preciso, em princípio, distinguir, de um lado, a agricultura tal qual ela é efetivamente praticada, tal qual pode-se observá-la, formando um *objeto real de conhecimento*, e, por outro lado, o que o observador pensa desse objeto real, o que diz sobre ele, constituindo um conjunto de conhecimentos abstratos, que podem ser metodicamente elaborados para construir um verdadeiro objeto concebido, ou *objeto teórico de conhecimento* e de reflexão (MAZOYER; ROUDART, 2010, p. 71, grifo no original).

Nesse sentido, em primeiro lugar, o conceito de sistemas agrários permite apreender a complexidade de cada forma de agricultura, assim como as transformações históricas e a diferenciação geográfica das formas de produção agrícola desenvolvidas em contextos particulares. Em segundo lugar, um sistema agrário é constituído de um grupo de componentes que operam conjuntamente para atingir uma mesma finalidade (por exemplo, atender a demanda feita à produção pelo fundo de consumo), capazes de reagir aos estímulos externos e terem limites definidos, nos quais se realizam as atividades que tenham algum significado ou importância para a reprodução social, seja de uma família ou de um grupo social específico, como agricultores ou produtores agrícolas.

Conforme demonstrado no decorrer desta seção as unidades de produção principal, assim como as secundárias, combinavam de diversas formas os seus componentes internos (atividades produtivas, por exemplo), a partir das condições oferecidas pelas estruturas agrárias e ambientais apresentadas pelo espaço rural, praticando um sistema de produção agrícola baseado na combinação de fruticultura, cultura industrial, extrativismo vegetal e silvicultura, variando de acordo com a dimensão dos estabelecimentos agrícolas e a quantidade de plantas cultivadas.

Por fim, é importante pensar as características básicas do sistema social produtivo da região. De acordo com Mazoyer e Roudart (2010, p. 73), um sistema social produtivo é composto por *homens e mulheres* (que representam força de trabalho, conhecimento e *saber-fazer*), *meios inertes* (meios de produção) e de *matéria viva* (plantas cultivadas e animais domésticos) utilizados por uma população agrícola para o desenvolvimento de atividades de exploração de um ecossistema cultivado, cuja finalidade é a satisfação das necessidades desta população. Os meios de produção e as atividades produtivas são organizados em estabelecimentos (considerados nesta pesquisa como unidades de produção) caracterizados pelo sistema de produção que eles praticam e pela categoria social à qual eles pertencem.

Como foi demonstrado, o sistema de produção de um estabelecimento agrícola se define pela combinação de suas atividades produtivas e de seus meios de produção, enquanto a categoria social de um estabelecimento se define pelo estatuto social de sua mão de obra (familiar ou assalariada, por exemplo), pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à

terra (posseiro, parceria, proprietário e arrendamento, por exemplo) e pela dimensão do estabelecimento agrícola (MAZOYER; ROUDART, 2010).

Um dos indicadores para mensurar a eficiência de um sistema social produtivo consiste na capacidade anual de renovação de seus meios de produção e de suas atividades produtivas, ou seja, se a produção total de cada unidade de produção agrícola é capaz de cobrir a totalidade de suas despesas e bens de produção, assim como os bens de consumo.

Na seção final deste capítulo analisarei a capacidade do sistema social produtivo da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova em cobrir, no mínimo, os bens de consumo e a renovação dos meios de produção necessários à reprodução social dos homens e mulheres que exerciam suas atividades produtivas nas unidades de produção agrícolas desapropriadas para a instalação do referido projeto.

5.3 A capacidade do sistema social produtivo em atender as demandas feitas à produção agrícola da região

Uma das finalidades do sistema de produção de um estabelecimento agrícola consiste no atendimento das necessidades que permitam a reprodução social da categoria social que realiza as atividades produtivas neste estabelecimento ou unidade de produção agrícola. Conforme indicado no final da seção anterior a categoria social de um estabelecimento agrícola se define pelo estatuto social de sua mão de obra, pelo estatuto do agricultor e pelo seu modo de acesso à terra. Estas três condições são responsáveis por definir as formas como esta categoria social se reproduz que podem ser como trabalho, como mercadoria ou como capital (ou outras combinações destas formas três formas de reprodução social).

Como os dados disponíveis não permitiram estimar os custos da produção agrícola realizada pelas unidades de produção analisadas neste capítulo tomarei como indicador a produção agrícola bruta que foi estimada a partir da cobertura vegetal existente nos estabelecimentos constantes dos cadastrados analisados.

Conforme Mazoyer e Roudart (2010) indicam, um dos elementos que compõe um sistema social produtivo é a *matéria viva*, ou seja, as plantas cultivadas e os animais domésticos existentes em um estabelecimento agrícola. As plantas cultivadas fazem parte da cobertura vegetal, consistindo de culturas permanentes, culturas temporárias, árvores e vegetação nativas.

No entanto, como nas indenizações feitas pelo DNOCS só foram consideradas as culturas permanentes, as culturas industriais e a vegetação nativa de valor comercial o cálculo sobre o valor da produção bruta dos estabelecimentos desapropriados não levou em conta a participação de outras atividades produtivas como as culturas temporárias (feijão e milho, por exemplo) e os animais domésticos. Nesse sentido, o valor da produção agrícola bruta estimada das atividades produtivas realizadas pelas unidades de produção desapropriadas tem um déficit significativo, pois não considera a participação das culturas temporárias e a criação de animais domésticos e domesticados.

Mesmo tendo consciência do déficit no cálculo da estimativa do valor da produção agrícola bruta, os dados sistematizados e analisados neste capítulo permitem a visualização da capacidade do sistema social produtivo em atender ou não as demandas feitas à produção agrícola. Em outras palavras, o valor da produção agrícola bruta estimado será utilizado como um indicador para a análise da capacidade do sistema social produtivo de atender a totalidade das demandas feitas à produção agrícola, demandas estas representadas pelos fundos de consumo, manutenção, cerimonial e arrendamento.

Utilizarei como referência o valor do salário mínimo para estabelecer a capacidade das atividades produtivas desenvolvidas nos estabelecimentos agrícolas em atender as demandas dos produtores/agricultores desta região. O salário mínimo constitui a condição mínima para a reprodução social e, neste sentido, será tomado como um indicador importante para mensurar as condições em que operam um determinado sistema social produtivo. Tomarei como referência o salário em vigência no ano de 1970 para a região Nordeste, que era de Cr\$ 124,80 (cento e vinte e quatro cruzeiros e oitenta centavos).

A Tabela 18 traz as informações sobre o salário mínimo e a sua destinação segundo as despesas para os estados da região nordestina no ano de 1970, conforme indicado no Anuário Estatístico do Brasil de 1970. Conforme os dados fornecidos por esta tabela apenas no estado do Maranhão as despesas com alimentação ficou abaixo de 50% do valor do salário mínimo, enquanto nos demais estados esse tipo de despesa girava entorno de 51% a 56%, estando o Ceará com 51%, Piauí e Sergipe com 53% cada um, Bahia com 54%, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco com 55% cada e Alagoas com 56%. Quanto às despesas com habitação os estados de Sergipe (34%), Bahia (30%), Ceará (30%) e Maranhão (29%) representavam os que mais despendiam parcela do salário com esta despesa, seguido por Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas com 27% cada. O estado do Piauí representava 26% das despesas com habitação. No Anuário Estatístico não há nenhuma referência a respeito do que consistia a despesa com habitação, mas creio que esteja

relacionada aos aluguéis e as despesas de manutenção do domicílio, quando de propriedade do morador. As demais despesas referiam-se ao vestiário, sendo que os estados do Maranhão e Piauí representavam os que despendiam maior parcela do salário mínimo, com 16% cada, e o que despendia menor parcela o estado de Sergipe, com 8%. A última despesa a ser coberta pelo salário mínimo consistia em transporte, com Pernambuco (5%) e Ceará (3%), representando os estados com maior desconto no salário mínimo e os demais com 1%, com exceção do Piauí, que consumia 2% do salário mínimo.

Tabela 18 – Salário mínimo estabelecido para os estados nordestinos e a distribuição de acordo com as despesas em 1970

Estado	Salário mínimo (Cr\$)		% do salário mínimo para efeito de desconto ¹				
	Mensal	Diário	Alimentação	Habitação	Vestiário	Higiene	Transporte
Ceará	124,80	4,16	51	30	13	5	3
Maranhão	124,80	4,16	49	29	16	5	1
Piauí	124,80	4,16	53	26	16	6	2
Rio Grande do Norte	124,80	4,16	55	27	11	6	1
Paraíba	124,80	4,16	55	27	11	5	1
Pernambuco	124,80	4,16	55	27	12	5	5
Alagoas	124,80	4,16	56	27	10	6	1
Sergipe	124,80	4,16	53	34	8	4	1
Bahia	124,80	4,16	54	30	10	5	1

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL (1970)

Nota: (1) O cálculo dos descontos para o salário mínimo ultrapassa 100% para todos os estados da região nordestina. No Anuário Estatístico do Brasil não há nenhuma explicação sobre o fato. Suponho que o recenseador tenha aplicado alguma regra de arredondamento para cima.

Conforme os dados apresentados na Tabela 18 pode-se observar que o salário mínimo cobria poucas das despesas necessárias à reprodução social. Por exemplo, saúde e educação não estavam incluídas nas demandas a serem atendidas pelo salário mínimo e, com certeza, na região de instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, o salário mínimo não cobriria nem todas as despesas colocadas em nível de estado do Ceará.

As tabelas 19 e 20 representam a relação entre o valor da produção bruta dos estabelecimentos agrícolas desapropriados e a capacidade dos mesmos cobrirem as despesas mínimas que garantissem a reprodução social dos produtores e da mão de obra agrícola, ou seja, a capacidade das atividades produtivas cobrirem, no mínimo, as despesas com os fundos de consumo e manutenção, condição essencial para a renovação dos meios de produção e atendimento das necessidades de consumo.

Tabela 19 – Relação entre valor da produção bruta e a capacidade de cobertura das despesas de consumo e manutenção das unidades de produção principal

Dimensão dos estabelecimentos											
	Menos de 10 ha					De 10 a menos de 100 ha				N.I.	Total
Discriminação	(> 1 ha)	(1 a > 2)	(2 a > 5)	(5 a > 10)	Subtotal	(10 a > 20)	(20 a > 50)	(50 a > 100)	Subtotal		
Propriedades (A)	54	65	83	34	236	29	11	2	42	13	291
Sal. mínimos (B)	48	98	412	263	821	428	478	43	949	76	1.846
Relação B/A	0,89	1,51	4,96	7,74	3,48	14,76	43,45	21,50	22,60	5,85	6,34
Capacidade de cobertura das despesas	7%	13%	41%	64%	29%	123%	362%	179%	188%	49%	53%

Fonte: Elaborado pelo autor

Tabela 20 – Relação entre valor da produção bruta e a capacidade de cobertura das despesas de consumo e manutenção das unidades de produção secundária

Dimensão dos estabelecimentos										
	Encravada em propriedades com menos de 10 ha					Encravada em propriedades de 10 a menos de 100 ha			N.I.	Total
Discriminação	(> 1 ha)	(1 a > 2)	(2 a > 5)	(5 a > 10)	Subtotal	(10 a > 20)	(20 a > 50)	Subtotal		
Ativ. Produtivas (A)	4	9	24	9	46	4	8	12	72	130
Salários mínimos (B)	0	4	5	4	13	0	4	4	65	82,0
Relação B/A	-	0,44	0,21	0,44	0,28	-	0,50	0,33	0,90	0,63
Capacidade de cobertura de despesas	0%	4%	2%	4%	2%	0%	4%	3%	8%	5%

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme demonstram as tabelas acima o sistema de produção envolvendo os 421 estabelecimentos classificados como unidades de produção principal e secundária operavam, em sua totalidade, abaixo da capacidade de renovação dos meios de produção e de suas atividades, assim como de fornecimento dos bens de consumo necessários à reprodução social da população agrícola da região em estudo, pois as atividades produtivas realizadas nestes estabelecimentos cobririam apenas 58% das despesas necessárias à manutenção desta população.

Tomando apenas as atividades produtivas realizadas pelas unidades de produção principal pode-se observar o seguinte quadro:

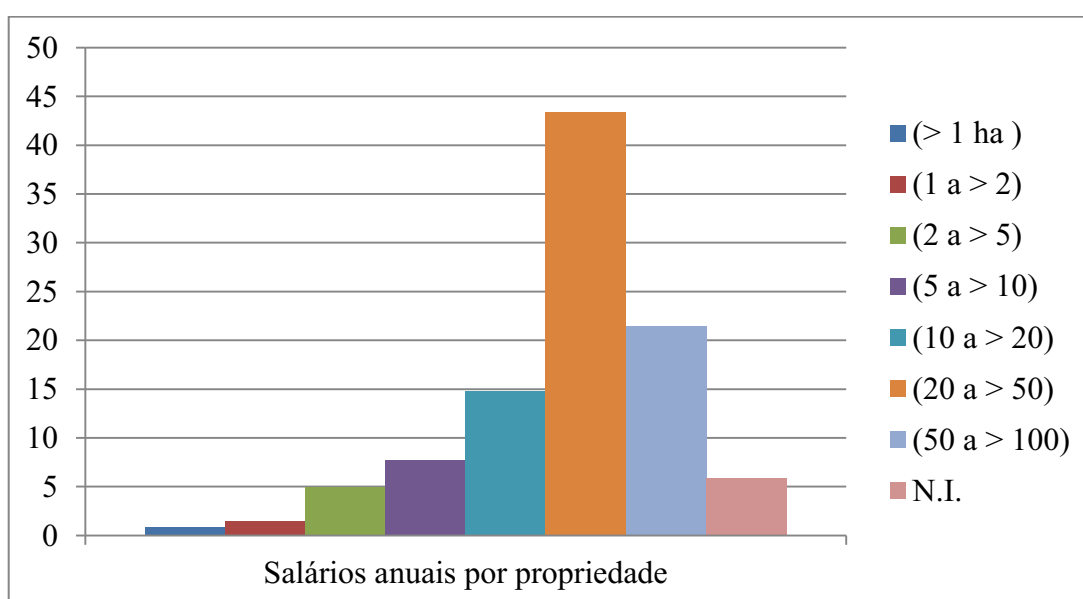
- 1) As atividades produtivas dos estabelecimentos com dimensões de menos de 10 hectares cobririam apenas 29% das necessidades dos fundos de consumo e manutenção: as propriedades com menos de um hectare cobririam apenas 7%, as de um a menos de dois (13%), as de dois a menos de cinco (41%) e as de cinco a menos de 10 cobririam 64%.
- 2) As atividades produtivas realizadas nos estabelecimentos com dimensões de 50 a menos de 100 hectares, por outro lado, ultrapassariam a capacidade de cobertura das despesas com os fundos de consumo e manutenção em quase 90%: as propriedades com dimensões de 10 a menos de 20 hectares, com 23% acima do mínimo necessário, as propriedades com dimensões de 20 a menos de 50 hectares, com 262% acima do mínimo necessário para cobrir as despesas com os referidos fundos e, por fim, as propriedades com dimensões de 50 a menos de 100 hectares, com 79% acima do mínimo necessário.
- 3) As propriedades com tamanho de área não identificada tinham uma situação semelhante a das propriedades com dimensões de dois a menos de cinco hectares.

O Gráfico 40, que compara a média anual de salários mínimos, contribui para entendermos melhor a situação do sistema de produção destes estabelecimentos agrícolas. A partir destes dados pode-se inferir que as atividades produtivas dos estabelecimentos agrícolas com menos de 10 hectares dificilmente permitiriam a reprodução social dos agricultores apenas como trabalho, mesmo que as culturas temporárias e a criação de animais viessem a complementar a produção, exceção talvez para as propriedades com dimensões entre cinco e 10 hectares.

Neste caso, para a complementação das despesas com os fundos de consumo e manutenção seria necessário recorrer ao assalariamento de parte dos membros da família para

que a reprodução social fosse possível. Assim, a reprodução como mercadoria consistiria em uma das alternativas para muitos que viviam ou possuíam propriedades com estas dimensões. Outra possibilidade seria o arrendamento ou o trabalho em parceria com outros proprietários rurais. Portanto, essa categoria de pequenos agricultores se aproximava muito mais de uma mão de obra agrícola assalariada do que do campesinato, tendo em vista que não seria capaz de se reproduzir apenas como trabalho, necessitando vender sua força de trabalho para garantir sua reprodução social.

Gráfico 40 – Quantidade de salários mínimos anuais por estabelecimento agrícola em 1970 (Cr\$)



Fonte: Elaboração do autor

Por fim, as atividades produtivas realizadas nos estabelecimentos agrícolas entre 10 e menos de 100 hectares permitiriam que os seus proprietários se reproduzissem como trabalho, com mão de obra familiar ou, até mesmo, como trabalho e capital, empregando mão de obra familiar e assalariada. Os estabelecimentos com dimensões acima de 20 hectares apresentavam, pelo nível de produção de valor, características de uma agricultura patronal, ou seja, a agricultura cuja produção não seria voltada para a subsistência da família. A preocupação principal da agricultura patronal volta-se para o mercado interno e para a exportação, com mão de obra assalariada, trabalhadores semiespecializados, utilização de insumos agrícolas e tecnologias que assegurem a rentabilidade do empreendimento agrícola. A extração da cera de carnaúba e a cajucultura constituíam a atividade produtiva principal desta agricultura patronal na referida região.

No sistema de produção dos estabelecimentos agrícolas com dimensões acima de 10 hectares pode-se observar um processo de diferenciação social a partir do qual é possível identificar a existência de pequenos e médios camponeses e empresários rurais. Dessa forma, a reprodução social dos agricultores que possuíam estabelecimentos com dimensões acima de 10 hectares poderia ser realizada de três formas: como trabalho, como trabalho e capital ou somente como capital.

No primeiro caso a reprodução social estaria garantida apenas com o trabalho da própria família em sua unidade de produção agrícola. No segundo caso, além do trabalho familiar poderiam utilizar mão de obra assalariada, em pequena escala e, no último caso, o proprietário não seria o trabalhador, ou seja, a reprodução social estaria garantida a partir da exploração da mão de obra agrícola disponível na região. A atividade de extração da cera de carnaúba era a que mais utilizava o recurso da mão de obra assalariada.

Nesse sentido, é importante retomar a discussão que realizei no primeiro capítulo a respeito da definição de camponês. Em minha compreensão o camponês é uma categoria de trabalhador rural que se diferencia de outras categorias de trabalhadores rurais através de um elemento central: a capacidade de reprodução de seus meios de produção, de capital e de si mesmo como trabalho, em terra própria ou arrendada, não havendo, neste caso, a contradição entre capital e trabalho, característico das relações entre trabalhadores rurais assalariados e capital agrário, conforme ocorria na exploração do extrativismo comercial. No primeiro caso, não há contradição entre capital e trabalho porque a exploração do trabalho (que é sempre familiar) é feita em função e proveito da unidade de produção agrícola, embora os recursos possam ser distribuídos desigualmente em virtude de diferenciação de idade e sexo. Assim, compreendo o camponês e o campesinato como uma relação social, cuja característica principal se constitui na não contradição entre capital e trabalho que garante a reprodução endógena (interna) da unidade familiar de produção. Para efeito de comparação, o trabalhador assalariado só existe enquanto portador de força de trabalho seja ele urbano ou rural, existindo, no processo de reprodução social, somente enquanto mercadoria. Daí a relação fundamental ser a contradição entre capital e trabalho, pois o trabalhador só usufrui de parte do produto social produzido por ele como pagamento pela única mercadoria que possui: sua força de trabalho. Nesta situação em particular, o trabalhador só existe em ato, ou seja, no processo de trabalho, conforme o entendimento de Marx:

A utilização da força de trabalho é o próprio trabalho. O comprador da força de trabalho a consome fazendo com que seu vendedor trabalhe. Desse modo, este último se torna *actu* [em ato] aquilo que antes ele era apenas *potentia*

[em potência], a saber, força de trabalho em ação, trabalhador. Para incorporar seu trabalho em mercadorias, ele tem de incorporá-lo, antes de mais nada, em valores de uso, isto é, em coisas em que sirvam à satisfação de necessidades de algum tipo. Assim, o que o capitalista faz o trabalhador produzir é um valor de uso particular, um artigo determinado. A produção de valores de uso ou de bens não sofre nenhuma alteração em sua natureza pelo fato de ocorrer para o capitalista e sob o seu controle, razão pela qual devemos, de início, considerar o processo de trabalho independentemente de qualquer forma social determinada (MARX, 2017, vol. I, p. 255, grifo no original).

O processo de trabalho resulta, nesse sentido, na elaboração de um produto ou mercadoria no qual o proprietário é o comprador da mercadoria força de trabalho, enquanto o produtor da mercadoria é pago apenas por uma fração do trabalho incorporado nela. Assim, o vendedor da força de trabalho se reproduz a partir do trabalho, mas com três diferenças marcantes em relação aos trabalhadores camponeses: 1) o trabalho é transformado em mercadoria, ou seja, ocorre a alienação (transformação em mercadoria, em valor de uso) de uma parte do trabalhador para que ele possa se reproduzir enquanto trabalho; 2) parte do trabalho incorporado na mercadoria não é pago ao trabalhador e, neste caso, a exploração e apropriação do trabalho contido na mercadoria, o trabalho excedente, ocorre diretamente no processo produtivo, e; 3) a contradição entre capital e trabalho cria duas classes antagônicas: de um lado, o trabalhador assalariado (proletário), que se reproduz com a venda de sua força de trabalho e, do outro, o capitalista, proprietário dos meios de produção, que se reproduz como capital a partir da apropriação do trabalho não pago (mais-valia).

A discussão sobre o processo de trabalho e a constituição do trabalhador assalariado feita acima é fundamental para a compreensão do que é ser camponês. Na perspectiva adotada nesta pesquisa, o camponês não se constitui enquanto classe social no capitalismo, porque lhe falta um elemento essencial: a apropriação do trabalho excedente no processo produtivo por outra classe social, o capitalista.

Os dados analisados neste capítulo sobre as propriedades desapropriadas, apoiados na abordagem da economia política agrária, permitiram a identificação das diversas categorias de produtores/trabalhadores agrícolas da região em estudo. Em primeiro lugar, a maioria dos desapropriados realizava seu processo de reprodução a partir da *mercantilização da subsistência*, processo pelo qual os camponeses ou trabalhadores rurais perdem a capacidade de se reproduzirem fora da relação mercantil e do mercado, sem necessariamente serem expropriados da terra e de outros meios de produção, constituindo-se numa forma mais genérica de subordinação do trabalho ao capital do que a expropriação pura e simples.

Em segundo lugar, identifiquei a existência da pequena produção de mercadorias realizada em estabelecimentos agrícolas organizados como pequenas empresas de produção de mercadorias, isto é, a partir da combinação capital e trabalho. A especificidade destas explorações agrícolas seria servir de condição para a reprodução dos meios de produção, do capital e dos próprios agricultores como trabalho, não havendo, no plano da exploração agrícola, a contradição entre capital e trabalho.

Por fim, identifiquei um processo de diferenciação social interna marcado pela presença de produtores/agricultores pobres, médios e ricos. A maioria dos proprietários desapropriados somente poderia garantir o processo de reprodução social a partir da *mercantilização da subsistência*, tendo em vista que as necessidades dos fundos de consumo e manutenção não poderiam ser satisfeitas pelas atividades produtivas realizadas nos estabelecimentos agrícolas.

6 A POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO DO HOMEM NO BAIXO JAGUARIBE: O AGRICULTOR FAMILIAR EMPRESARIAL

O processo de transformação dos pequenos produtores rurais e mão de obra agrícola em agricultor familiar empresarial constitui a terceira dimensão a ser considerada no processo de formulação e execução das políticas de desenvolvimento agrícola. O núcleo central da análise recai sobre a cultura do empreendedorismo, sendo o Estado o responsável pela transformação das condições técnicas e sociais da produção e o propagador da ideologia da agricultura familiar empresarial. O *colono* ou *irrigante*, cobaia para a experimentação da agricultura familiar empresarial, será tomado como o objeto dessa política agrícola, tendo em vista que o perímetro irrigado constitui-se no laboratório experimental desta nova agricultura, do planejamento econômico e do planejamento agrícola e os colonos serão as cobaias, submetidos a um controle rígido, que não se restringe à forma de organização da produção, mas também se manifesta sobre a própria organização da moradia, das práticas higienistas e das formas de sociabilidade baseadas na cooperação entre famílias que buscam o sucesso individual da unidade de produção.

O modelo da agricultura familiar empresarial tem dois marcadores essenciais que o diferenciam das formas de produção baseadas nas unidades de produção agrícolas existentes na região (geralmente pequenos e médios produtores rurais que produziam para o autoconsumo e para o mercado interno e/ou externo): o mercado de terras e o crédito agrícola. Estes dois marcadores materializam a subordinação dos colonos e da produção agrícola ao sistema bancário, ou seja, a financeirização da agricultura constitui o elemento estratégico da cultura empreendedora vivenciada nos perímetros públicos de irrigação, instalados a partir do final da década de 1960.

A financeirização da agricultura pode ser relacionada, ao mesmo tempo, ao êxito e ao fracasso do modelo de perímetro irrigado baseado na instalação de colonos como futuros núcleos de empresas familiares, como foi o caso dos perímetros irrigados de Morada Nova e Jaguaruana, nos quais os colonos enfrentam a dramática condição de endividamento e sem as condições de produção que inicialmente foram oferecidas.

O Perímetro Irrigado de Morada Nova teve sua implantação e operacionalização prevista para ser realizada no período de 1970 a 1979, cobrindo uma superfície de mais de 12.500 ha, equivalente a uma área efetivamente irrigável e cultivável de 8.300 ha, conforme demonstra a Tabela 21, sendo que na primeira etapa seria implantada uma área de 2.500 ha no período de 1970 a 1974, denominada de Projeto Morada Nova, próximo à sede do município

de mesmo nome, e 10.000 ha no período de 1974 a 1979, seguindo o curso do rio Banabuiú até o seu encontro com o rio Jaguaribe, em Limoeiro do Norte. De Limoeiro do Norte até o povoado de Flores, no município de Russas, seriam implantados outros projetos de irrigação, cuja possibilidade já era apontada no anteprojeto de valorização hidroagrícola do vale do rio Banabuiú, como pode ser observado a partir da Figura 14, mas que seria formulado em estudo de viabilidade de implantação de 26 projetos de irrigação em todo o curso do Baixo Jaguaribe, a partir do município de Tabuleiro do Norte.

Tabela 21 – Cronograma de instalação dos irrigantes do Projeto de Irrigação Morada Nova

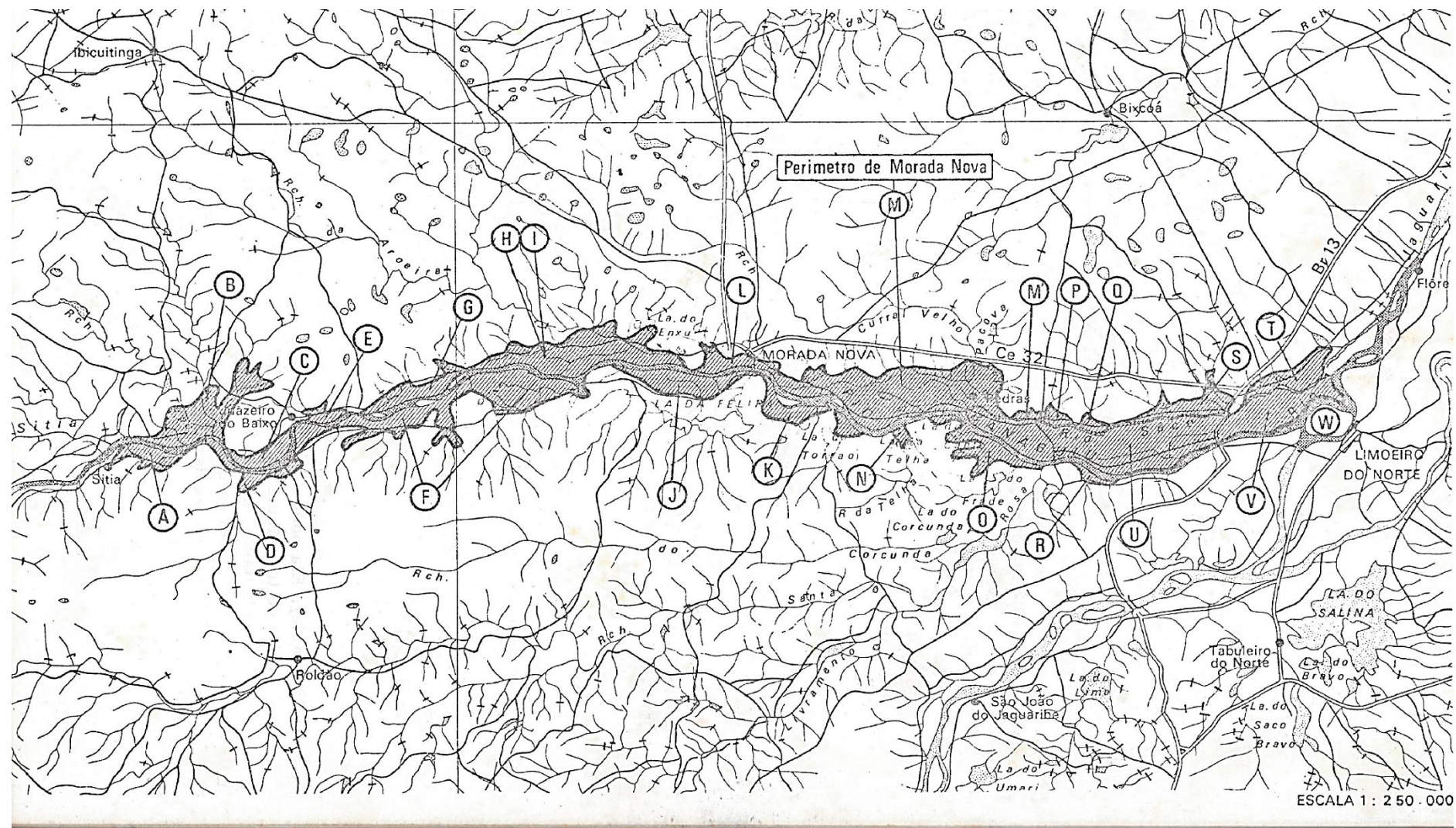
Especificações	Morada Nova 1970-74	1974	1975	1976	1977	1978	1979	Total
Instalação das explorações	290	142	208	318	297	208	163	1.626
Superfície Agrícola Útil (ha)	1.500	742	1.100	1.582	1.439	1.079	845	8.287
Superfície geográfica (ha)	2.500	1.141	1.693	2.434	2.213	1.658	1.300	12.939

Fonte: BRASIL. MINTER; SUDENE. SCET/COOP (1969)

O anteprojeto de valorização hidroagrícola do vale do rio Banabuiú previa a instalação de 1.626 explorações agrícolas (lotes familiares) “com planos de produção orientados essencialmente para a satisfação das necessidades das grandes cidades próximas: região de FORTALEZA e MOSSORÓ, com cêrca de 2 milhões de habitantes em 1980 [...]” (BRASIL. MINTER; SUDENE. SCET/COOP, 1969, p. 10). A Figura 14 apresenta a disposição dos perímetros que seriam instalados no período de 1970 a 1979, sendo cada perímetro assinalado por uma letra (A, B, ...). O Perímetro Morada Nova é indicado pela letra M. A superfície desses perímetros variava de 100 ha a mais de 2.500 ha, ocupando uma superfície total de 15.000 ha das terras de aluvião. Tomando como referência apenas a área de instalação do Perímetro Morada Nova, indicado pela letra M na Figura 14, o anteprojeto de valorização do vale do rio Banabuiú traz as seguintes informações sobre o município de Morada Nova:

Segundo o recenseamento de 1960, a população do Município de MORADA NOVA é de 39.000 habitantes aproximadamente, e apresenta uma taxa de crescimento demográfico de 2,5% por ano. A densidade demográfica, para o conjunto do Município, é de 12 habitantes por km². A única aglomeração ‘urbana’ do Vale é a cidade de MORADA NOVA, com mais de 3.000 habitantes. A população rural é dispersa ou agrupada em povoados de algumas dezenas de pessoas (BRASIL. MINTER; SUDENE. SCET/COOP, 1969, p. 24, grifo no original).

Figura 14 - Detalhamento do Projeto de Irrigação de Morada Nova em 1969



Fonte: BRASIL. MINTER; SUDENE.SCET/COOP (1969)

A população rural que seria atingida pelo Perímetro Irrigado de Morada Nova, ainda segundo este documento, seria de 3.700 pessoas, com uma média de 5,5 pessoas por família. No entanto, segundo Hall (1976), a SUDENE subestimou de forma significativa a população atingida, que foi de 18 mil pessoas.

Na área de instalação do perímetro irrigado as estruturas agrárias eram características de uma *agricultura extensiva*, segundo o anteprojeto de valorização hidroagrícola do vale do Banabuiú. As pesquisas feitas para a instalação da primeira etapa do projeto indicavam que 50% das propriedades ocupavam apenas 9% da superfície total, enquanto que 8% das propriedades ocupavam 58% da superfície, com as unidades de produção agrícola com média de 50 hectares e mediana de 27 ha. Um dos elementos identificados na área de instalação do Projeto Morada Nova (primeira etapa) foi o subemprego, tendo em vista que entre os trabalhadores agrícolas declarados, o tempo de trabalho efetivo era muito inferior à capacidade de emprego.

A remuneração dos assalariados agrícolas permanentes era feita *in natura*, ou seja, o pagamento era realizado com moradia, utilização da terra e divisão dos produtos, enquanto os trabalhadores temporários tinham os salários pagos em espécie: o trabalhador, além de alimentação, recebia de NCr\$ 1,50 a NCr\$ 3,00 (em Cruzeiro Novo) por dia de trabalho (o equivalente de R\$ 19,30 a R\$ 38,60 em valores atualizados¹).

O anteprojeto estimou a renda média anual das famílias rurais em NCr\$ 1.300,00 por ano (equivalentes a R\$ 16.727,18 em valores atualizados), no entanto os desvios em torno dessa média eram bastante consideráveis, pois a renda agrícola mediana era de NCr\$ 700,00 (equivalentes a R\$ 9.000,00 em valores atualizados). No entanto, 50% das famílias de agricultores ou de assalariados agrícolas dispunham de rendas inferiores a este valor.

Em relação às condições agroeconômicas o anteprojeto realizou a avaliação da produção agrícola destacando a produção animal, as culturas temporárias, as culturas frutíferas e as culturas extrativas. A produção animal identificada referia-se apenas ao gado bovino, cujo valor da produção foi estimado em NCr\$ 30,00 (trinta cruzeiros novos) por hectare (equivalente a R\$ 386,00 em valores atualizados), sendo 33% referente à produção de leite e 67% à produção de carne.

As superfícies cultivadas com culturas temporárias eram dedicadas especialmente ao milho, feijão, mandioca e, em menor escala, ao algodão. Segundo o anteprojeto, o

¹ Esses valores foram atualizados pela correção monetária do IGP-DI (FGV), tendo como referência o período de dezembro de 1968 a janeiro de 2023. Todas as atualizações monetárias realizadas neste capítulo tomaram este intervalo como referência.

rendimento era muito fraco: milho, 430 kg/ha; feijão, 250 kg/ha; mandioca, 0,9 T/ha. Além disso, não se utilizava adubo e os trabalhos eram realizados manualmente e à tração animal. O produto bruto médio por hectare de cultura era de NCr\$ 62,00 (sessenta e dois cruzeiros novos) equivalente à R\$ 798,00 em valores atualizados.

As culturas frutíferas eram pouco difundidas, encontrando-se pomares com bananeiras, agrumes (cítricos), coqueiros e mangueiras que eram irrigados por meio de bombeamento no lençol freático a partir de cata-ventos. As culturas frutíferas tiveram o valor bruto de produção por hectare estimado em NCr\$ 60,00 (sessenta cruzeiros novos) equivalente a R\$ 772,00 em valores atualizados².

As culturas extrativas (carnaúba e oiticica) eram abundantes em certos perímetros, particularmente à jusante de Morada Nova (entre o município de Morada Nova e Limoeiro do Norte), com um valor de produção por hectare avaliado em NCr\$ 66,00 (sessenta e seis cruzeiros novos) equivalente a R\$ 850,00 em valores atualizados. A Tabela 22 apresenta o valor da produção agrícola referente ao ano de 1968 para a região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova.

Tabela 22 – Valor da produção agrícola da área de instalação do PIMN em 1968 (em NCr\$)

	Culturas temporárias	Produção animal	Culturas extrativas	Pomares	TOTAL
Perímetros situados à montante de Morada Nova	115.444 31%	180.668 48%	33.420 9%	46.800 12%	376.332 100%
Perímetros situados à jusante de Morada Nova	68.200 16%	176.727 42%	133.452 31%	44.400 11%	442.779 100%
TOTAL	183.644 23%	357.415 45%	166.872 21%	91.200 11%	799.111 100%

Fonte: BRASIL. MINTER; SUDENE. SCET/COOP (1969)

A Tabela 22 traz alguns dados importantes para analisarmos o impacto da instalação do perímetro irrigado na região. Em primeiro lugar, tanto os dados sobre o valor da produção como os referentes à população atingida foram subestimados, pois pelos cálculos realizados no anteprojeto 3.700 pessoas seriam desapropriadas, ou seja, em torno de 672 famílias (5,5 pessoas por família). No capítulo anterior, analisei uma amostra dos proprietários desapropriados que representava cerca de 15% do total das desapropriações,

² No anteprojeto o valor bruto da produção das culturas frutíferas por hectare está superestimado, pois foi avaliado em NCr\$ 600 (seiscentos cruzeiros novos) equivalente a R\$ 772,00.

consistindo de 475 cadastros. Com base na estimativa do valor da produção bruta realizada por 291 propriedades classificadas como *unidades de produção principal*, estimei o valor da produção para o ano de 1970 em Cr\$ 230.792,00 (duzentos e trinta mil setecentos e noventa e dois cruzeiros), sendo que neste cálculo não foram incluídos os valores da produção das culturas temporárias e da produção animal. O valor da produção calculado no anteprojeto para toda a área de instalação do projeto seria de NCr\$ 799.111,00 (setecentos e noventa e nove mil cento e onze cruzeiros novos) que corrigidos em valores de 1970 representaria Cr\$ 1.144.540,00 (um milhão cento e quarenta e quatro mil e quinhentos e quarenta cruzeiros).

O segundo dado importante a destacar refere-se aos valores da produção das culturas temporárias e da produção animal, que representavam juntas 68% da produção total realizadas pelas unidades de produção agropecuárias na área de instalação do projeto, revelando a importância que estas atividades econômicas para o sistema de produção agrícola da região, tendo em vista que estas atividades tinham um peso importante no atendimento dos fundos de consumo e manutenção.

6.1 O colono ou irrigante: a elaboração do agricultor familiar empresarial

Os futuros irrigantes ou colonos seriam selecionados desta população agrícola que reproduzia a si mesmo e seus meios de produção com a criação de animais e o cultivo de milho, feijão, algodão e mandioca e algumas culturas frutíferas.

O DNOCS teria como primeira tarefa transformar esta população e suas atividades produtivas em unidades familiares empresariais de produção agrícola. Os contratos celebrados entre o DNOCS e os futuros irrigantes para a execução de serviços em fase experimental no Perímetro de Irrigação do Projeto Morada Nova revelam as estratégias utilizadas para a transformação do agricultor ou assalariado agrícola em produtor familiar empresarial (DNOCS, 1970).

O contrato para execução de serviços, em fase experimental, no Perímetro de Irrigação do Projeto Morada Nova constituía-se de 15 cláusulas nas quais se definiam: o objeto do contrato, a execução dos serviços, as obrigações do DNOCS, as obrigações do irrigante, as proibições, os financiamentos, a comercialização da produção, os prazos do contrato, a produção agrícola, as benfeitorias, entre outros aspectos.

A cláusula primeira tratava do objetivo do contrato que visava a realização de serviços, em fase experimental no perímetro de irrigação do Projeto Morada, previsto para implantação entre 1970 e 1974, conforme o cronograma apresentado na Tabela 21.

A segunda cláusula do contrato de serviços dizia respeito à execução de serviços. Nesta cláusula o DNOCS colocava à disposição do *irrigante* um lote agrícola e um lote habitacional. No lote agrícola o *colono* ou *irrigante* deveria executar os seguintes serviços: preparo de solo, plantio de culturas previstas no plano agrícola, construção de cercas e outros trabalhos determinados pelo DNOCS e constantes de seus planos para a mencionada área.

Deter-me-ei um pouco na análise desta cláusula, pois ela revela o processo de aprendizagem do DNOCS em relação à instalação e operacionalização de perímetros irrigados e na constituição de um *campo técnico* ou *burocrático* capaz de lidar com a organização dos irrigantes, da produção e da comercialização. Para o ex-diretor do DNOCS José Osvaldo Pontes (PONTES, 1977, n. p.),

Os objetivos do Programa de Irrigação do Nordeste são muito ambiciosos, não só em termos de metas físicas, número de hectares irrigados como principalmente pelas transformações que pretendeu introduzir nas relações sócio-econômicas da agricultura nordestina.

Desde cedo evidenciadas as grandes dificuldades em organizar e preparar os agricultores, que estavam num estágio muito atrasado, para ingressar numa exploração agrícola de moderna tecnologia voltada à produção do mercado.

O êxito do programa dependia, entre outros fatores, do tipo de organização das comunidades de irrigantes, haja vista que o DNOCS optou pelo sistema de colonização para a exploração de seus projetos.

Neste sentido, uma das ações do DNOCS para enfrentar esses problemas consistiu na mobilização de seus arquitetos para a apresentação das soluções referentes à organização do Projeto Morada Nova, que acabaram servindo de referência para a instalação de outros projetos de irrigação. A solução adotada pela Diretoria de Engenharia da instituição foi a instalação dos lotes habitacionais separados dos lotes agrícolas. Segundo Neves (1977, n. p.),

Caracterizado como um projeto de desenvolvimento agrícola de caráter regional, conceituou-se a exploração agrícola como do tipo familiar, recebendo cada colono um lote agrícola de dimensões compatíveis com a força de trabalho familiar que proporcione um rendimento previamente estabelecido a fim de que ele possa, além de amortizar a dívida do investimento inicial, dispor de um excedente que lhe possibilite novas inversões. Além do lote residencial com área suficiente para abrigar a casa, estábulo, paiol e quintal.

A solução encontrada foi bastante diferente da proposta inicial que maximizava a relação colono/lote irrigado dentro de um enfoque puramente agrônômico, denominado de sistema disperso, pois colocava a habitação e seus complementos ao lado do lote irrigado.

Nesse sentido, buscou-se a adequação do conceito agrônômico (sistema disperso) “aos aspectos sócio-culturais, dentro de uma visão da realidade nordestina e da dissecação das propostas importadas”, trazidas pelas consultorias internacionais (NEVES, 1977, n. p.).

A solução adotada pelo DNOCS baseou-se na definição de uma política de assentamento humano que tinha como ponto de partida os seguintes postulados: a) o meio rural é naturalmente disperso; b) esta dispersão leva ao isolamento individual; c) o homem como ser social necessita relacionar-se, e; d) a dispersão acarreta custos altos a partir do instante em que se pretende levar à população serviço de qualquer natureza. Assim, o DNOCS utilizará um sistema baseado na concentração dos lotes habitacionais, tornando-se “uma experiência pioneira que se constituiu no marco inicial das interferência (sic) do arquiteto no campo do planejamento físico rural do Nordeste (NEVES, 1977, n. p.).

A terceira cláusula do contrato definia as obrigações do DNOCS, que consistiam em: prestar assistência e orientação aos irrigantes, em todas as fases das operações agrícolas; executar o plano de trabalho para a área, de modo a atender, quanto possível aos interesses dos irrigantes e as demandas na área de comercialização da produção; fornecer água para a irrigação de acordo com os planos estabelecidos e mediante o pagamento, por parte do irrigante, das taxas regulamentares; preparar serviços concernentes ao preparo do solo ou outros que exigiriam grandes investimentos individuais, mediante o devido pagamento das taxas determinadas; orientar e colaborar na aquisição de sementes, mudas, inseticidas, adubos e outros insumos; alugar ao irrigante máquinas e implementos agrícolas necessários à execução dos serviços objeto do contrato; orientar a comercialização da produção e colaborar na colocação dos produtos no mercado, e; orientar o irrigante na obtenção de empréstimos em entidades de crédito e na utilização dos recursos conseguidos, visando à liquidação dos compromissos dentro dos prazos contratuais.

A quarta cláusula estabelecia as obrigações do irrigante, que deveria se comprometer em: residir, com sua família, no lote habitacional que lhe seria destinado; pagar, nos prazos determinados, as taxas referentes à operação e manutenção da irrigação, preparo do solo e água; manter em perfeito estado de conservação os trechos de canais de irrigação sob sua responsabilidade; manter desobstruídos e em pleno funcionamento dos drenos compreendidos na sua área; manter seus animais, quando permitida a criação, em currais seguros e responder pelos danos que viessem a causar danos a terceiros; manter em bom estado de conservação a casa que ocuparia, bem como as cercas de proteção às áreas cultivadas, quer fossem construídas pelo DNOCS ou pelo irrigante, se autorizadas pela Administração do Perímetro; fornecer com exatidão as informações necessárias ao

levantamento dos custos de produção e de toda a estatística da irrigação; aceitar a orientação do DNOCS no que se referia: a) ao tipo de exploração do seu lote; b) à escolha das espécies e variedades a cultivar; c) à prática e operação da irrigação; d) à defesa e combate às pragas e moléstias; e) à comercialização da produção.

As cláusulas terceira e quarta do contrato de execução e serviço, conforme demonstrado, trazem alguns elementos importantes para a compreensão do processo de “construção” do colono enquanto o responsável por dirigir uma unidade de produção agrícola familiar empresarial. Na cláusula terceira incluíam-se entre as obrigações do DNOCS a prestação de assistência e orientação em todas as fases das operações agrícolas, desde a preparação dos solos, aquisição de sementes, mudas, inseticidas e adubos, maquinário agrícola, aquisição de empréstimos financeiros, abertura de mercados e comercialização da produção. No entanto, um item deste contrato chama a atenção pelo fato de indicar o processo de disciplinarização do colono e sua submissão ao mecanismo da financeirização da produção: algumas das obrigações do DNOCS só seriam realizadas mediante pagamento de taxas fixadas para a execução de determinados serviços, como o fornecimento de água para a irrigação e aluguel de maquinários agrícolas para o preparo dos solos. Outro elemento identificado diz respeito à execução do plano de trabalho para a área, que deveria atender na medida em que fosse possível os interesses do colono. Neste caso, os interesses prioritários a serem atendidos seriam os do DNOCS.

Quanto às obrigações do colono ou irrigante, estipuladas na cláusula quarta, fica mais evidente o processo de disciplinarização. A primeira destas obrigações consistia na obrigatoriedade do colono de residir no lote habitacional com sua família. Neste caso, todos os membros da família seriam responsáveis por cumprir as obrigações estabelecidas no contrato de serviços, entre elas a manutenção e conservação de toda a infraestrutura dos lotes habitacional e agrícola. Mas as principais obrigações consistiam na aceitação das orientações do DNOCS quanto ao tipo de exploração que deveria ser realizado no lote agrícola, à escolha das espécies e variedades a serem cultivadas, à prática e operação da irrigação, à defesa e combate às pragas e moléstias e à comercialização da produção.

A quinta cláusula referia-se especificamente às proibições, pois não seria permitido ao colono: transmitir ou arrendar o lote a outra pessoa; explorar o lote em regime de parceria; alterar o regime de funcionamento dos canais de irrigação e utilizar meios ilícitos para aumentar a sua cota d'água de irrigação; obstruir drenos com terra ou outro material, bem como fazer plantação de qualquer espécie no seu leito; criar animais em local não indicado pela Administração do Perímetro; caçar, em qualquer época do ano, nas terras do

projeto de irrigação, a não ser para combater os animais considerados nocivos à agricultura, desde que autorizada pela administração; fabricar telhas, tijolos, louça ou carvão, dentro de sua área de trabalho; cortar, queimar cercas existentes e construir novas sem autorização; ausentar-se do lote por mais de uma semana sem o prévio entendimento com a administração do perímetro.

Essas proibições visavam, principalmente, à mudança de práticas e comportamentos comuns ao sistema de produção agrícola da região, como o arrendamento de parte da área de uma propriedade ou o trabalho em parceria com outros produtores e trabalhadores agrícolas. A proibição da caça também visava mudanças de práticas e comportamentos, pois constituía uma das atividades das populações agrícolas que complementava a dieta, principalmente com o fornecimento de proteína animal. O trabalho artesanal com barro e a produção de carvão também ficavam proibidos, pois estas atividades desviariam a força de trabalho para atividades não agrícolas.

A sexta cláusula tratava do financiamento, a partir da qual o DNOCS autorizaria o colono a contrair financiamentos no Banco do Brasil ou outras instituições oficiais de crédito, cuja garantia seria a colheita das lavouras a serem fundadas. Nota-se aqui a estreita relação entre a produção e o crédito agrícola, uma novidade para a maioria dos colonos instalados no Perímetro Irrigado de Morada Nova.

A cláusula nona (a oitava tinha como objeto o prazo do contrato) tratava da produção agrícola, estabelecendo que fosse de propriedade do irrigante toda e qualquer produção oriunda do lote a ele destinado e resultante da execução dos serviços referidos no contrato. No entanto, conforme o parágrafo único desta cláusula, o colono ficaria sujeito, através de um encontro de prestação de contas, a indenizar ao DNOCS a quantia correspondente à aquisição de sementes, mudas, inseticidas, adubos e outros insumos, taxas de utilização da água para a irrigação e ocupação da área. Por isso, o colono não poderia negociar a produção sem o prévio consentimento da Administração do Perímetro.

Pode-se observar, neste sentido, a total submissão da produção agrícola e do próprio colono aos mecanismos da financeirização e das bases técnicas da produção agrícola, baseada no crédito e na indústria de insumos e tecnologias agrícolas.

As cláusulas décima e décima primeira tratavam da vinculação do irrigante com o DNOCS e da rescisão, respectivamente. O colono reconhecia (cláusula décima), ao firmar o contrato, que não existiria nenhum vínculo empregatício ou estatutário entre ele e o DNOCS, bem como entre ele e o pessoal que utilizasse na realização dos serviços objeto do contrato, comprometendo-se assim, em caso de dispensa, a nada reclamar contra o DNOCS ou contra a

União no que se referia a indenizações, tanto no âmbito da Justiça Trabalhista ou comum, dada a finalidade experimental dos serviços que não representavam para o DNOCS atividade econômica.

Quanto às rescisões por justa causa (cláusula décima primeira), além do descumprimento das cláusulas anteriores, o contrato poderia ser rescindido por parte do DNOCS, pelos seguintes motivos: vício ou mau procedimento do irrigante, imperícia do colono em relação à execução dos serviços constantes do contrato e enfermidade ou qualquer outra causa que tornasse o colono incapaz para a realização dos serviços previstos.

O colono também poderia rescindir o contrato, no entanto ficaria sujeito a indenizar ao DNOCS o valor correspondente às sementes, mudas, inseticidas, adubos e outros insumos que tivesse utilizado e, também, ao pagamento referente às taxas devidas, respondendo a produção realizada no lote agrícola pelo financiamento que tivesse conseguido de qualquer entidade de crédito.

Sobre as benfeitorias, tratada na cláusula décima segunda, o contrato estabelecia que todas as benfeitorias introduzidas pelo colono no lote a ele destinado integrariam a área de propriedade do DNOCS, não podendo ser objeto de indenização. A décima quarta cláusula referia-se ao aproveitamento do colono, em contrato experimental, para a instalação definitiva no Perímetro Irrigado. Para isso, o colono deveria ter apresentado ou demonstrado, durante o período de vigência do contrato experimental, qualidades de adaptação aos planos e sistemas de culturas previstos na fase de experiência. Essas qualidades de adaptação seriam as principais condições que assegurariam o direito de aquisição da área, através de contrato de promessa de compra e venda dos lotes agrícolas e instalação definitiva no perímetro irrigado.

A falta de adaptação às exigências do DNOCS constitui um dos principais motivos para o afastamento de colonos no Perímetro Irrigado de Morada Nova. José Alfredo de Albuquerque (ALBUQUERQUE, 2008), em dissertação de mestrado sobre este perímetro de irrigação, identificou que cerca de um terço dos colonos foram afastados no período de 1970 a 1991, conforme demonstra a Tabela 23. Comparando esta tabela com a Tabela 21 pode-se observar que até 1991 só haviam sido ocupados 58% dos lotes previstos no cronograma inicial, ou seja, de 1.626 lotes somente 946 colonos haviam sido instalados. No entanto, considerando apenas os lotes que foram efetivamente ocupados, excluindo os colonos afastados, a taxa de ocupação cai para 39%, o que representa menos da metade da capacidade de operacionalização deste perímetro irrigado.

Observando o cronograma de instalação dos colonos verificou-se o seguinte: no cronograma inicial estava prevista a instalação de 432 colonos, 290 no Projeto Morada Nova e

142 nos demais perímetros do Projeto de Irrigação de Morada Nova de 1970 a 1974. No entanto, até 1973 só haviam sido instalados 234 colonos, sendo que 42 haviam sido afastados, totalizando apenas 192 efetivamente instalados. No ano de 1974 não houve nenhuma instalação, sendo que de 1975 a 1977 foram instalados 279, com 26 afastamentos, totalizando 445 colonos instalados.

Tabela 23 - Instalação de colonos no Perímetro Irrigado de Morada Nova (1970-1991)

Ano	Colonos instalados	Colonos afastados	Total acumulado
1970	21	3	18
1971	31	7	42
1972	67	13	96
1973	115	19	192
1974	0	0	192
1975	88	0	280
1976	136	9	407
1977	55	17	445
1978	53	50	448
1979	15	9	454
1980	35	15	474
1981	16	6	484
1982	10	27	467
1983	2	10	459
1984	0	16	443
1985	0	31	412
1986	1	13	400
1987	3	0	403
1988	130	0	533
1989	0	0	533
1990	19	0	552
1991	149	69	632
TOTAL	946	314	632

Fonte: Albuquerque (2008)

Em 1978 a quantidade de entrada e saída de colonos quase se equiparou, pois enquanto entraram 53, foram afastados 50. Outro dado chama a atenção: entre 1983 e 1987 praticamente não houve entrada de colonos, enquanto o afastamento cresceu, pois entraram cinco e foram afastados 70, havendo uma queda no total de colonos instalados no perímetro, caindo de 474 (em 1980) para 403 em 1987. Segundo Hall (1976, p. 107, tradução nossa),

Em setembro de 1975, metade da terra irrigada havia sido preparada e 255 das 550 famílias alojadas. As metas de 2.500 hectares irrigados e 550 famílias assentadas na terra deveriam ser oficialmente cumpridas até o final

de 1975, mas isso claramente não foi possível. Para isso, serão necessários pelo menos mais dois ou três anos de trabalho.

Segundo Hall (1976, p. 107), o Perímetro Irrigado de Morada Nova havia conseguido um progresso considerável em comparação com a maioria dos outros projetos do DNOCS, que ainda estavam em fase de planejamento. Até o final de 1975, apenas 12 perímetros irrigados do DNOCS haviam começado a funcionar. O órgão considerava Morada Nova sua vitrine por excelência e o apresentava como exemplo do que esperava alcançar com a irrigação. Consideráveis recursos humanos e financeiros tinham sido dedicados para fazer este projeto funcionar. Se fosse para definir o padrão para projetos futuros, o conhecimento de como ele se desenvolveu poderia fornecer lições sobre prováveis desenvolvimentos posteriores.

Hall (1976) avaliou o impacto da irrigação sobre economia agrícola do sertão, tomando como referência as metas oficiais: o efeito sobre o emprego, os rendimentos e a produção agrícola e a eficácia desta política no combates aos efeitos das secas. Para este autor,

O impacto geral da irrigação na criação de empregos estáveis foi baixo, enquanto o número de pessoas forçadas ao desemprego pelo processo de deslocamento de suas casas foi consideravelmente maior. Em todos os projetos estudados, seis vezes mais pessoas foram obrigadas a deixar as terras que trabalhavam por causa da expropriação, do que até agora as que foram reabsorvidas pelos sistemas de irrigação posteriormente construídos nessas áreas. Tais custos sociais severos certamente não são levados em consideração pelos métodos tradicionais de análise de custo-benefício [...]. Frequentemente, é uma fonte de grande constrangimento para o pessoal do DNOCS e a política de deslocamento é difícil de justificar, se a irrigação pretende absorver mão-de-obra. Isso se reflete no fato de que os administradores superiores muitas vezes não estavam dispostos a revelar a verdadeira extensão dos deslocamentos e, em várias ocasiões, forneceram informações enganosas que, posteriormente verificadas, provaram ser falsas. Os estudos de viabilidade geralmente evitam mencionar ou subestimam grosseiramente o tamanho do êxodo forçado dos vales dos rios que necessariamente acompanha a irrigação em sua forma atual. De um modo geral, era considerado como um mal necessário. No entanto, “fixar o homem a terra” como slogan perde o sentido ao ponto do absurdo quando se percebe que para acomodar 100 famílias o DNOCS teve que expulsar de 500 a 600 famílias de suas casas (HALL, 1976, pp. 113-4, tradução nossa).

A descrição que Anthony L. Hall faz da situação das populações deslocadas pela instalação dos perímetros irrigados é muito preocupante. Para ele,

Os vales fluviais do sertão, por sua própria natureza, são áreas privilegiadas que abrigam da seca prolongada ou da estiagem, mesmo que os próprios rios não sejam perenes. A produção por meio da agricultura de vazante permite o

cultivo de alimentos básicos de subsistência em quaisquer condições, exceto nas mais severas e durante a parte mais seca do ano, quando o cultivo na caatinga não é possível. Assim, a população rural se concentrou nos vales, enquanto por gerações a herança e a venda de terras causaram extensa fragmentação das propriedades. Um grande número de pequenos proprietários que usam a mão-de-obra familiar, meeiros, arrendatários e posseiros são, portanto, capazes de obter uma renda adequada, se não substancial, cultivando intensivamente suas pequenas parcelas [...] (HALL, 1976, p. 114, tradução nossa).

Diante das possibilidades apresentadas pelo sistema produtivo da região para a reprodução social o sistema de compensação (indenização) dos desapropriados pouco contribuiu para corrigir o desequilíbrio causado pela forte taxa de migração forçada das bacias hidrográficas. Um grande número de famílias não possuía terras nos vales onde viviam e trabalhavam, e não tinham direito a qualquer tipo de pagamento para compensar a perda de uma casa ou de um emprego. No Vale do Banabuiú (Morada Nova), dois terços dos expulsos da terra eram não proprietários, ou cerca de 2.000 famílias, conforme observa Anthony L. Hall. O resultado, portanto, foi devastador para a maioria da população forçada ao deslocamento.

O resultado líquido de tudo isso para a população obrigada a se deslocar é, no mínimo, nada agradável. A maioria não recebe nada em compensação por seu êxodo involuntário, enquanto aqueles que se qualificam recebem indenizações que dificilmente são suficientes para permitir um novo começo em outro lugar nas mesmas bases de antes. Pode-se dizer que apenas a elite dos proprietários maiores recebe dinheiro suficiente para compensá-los por sua perda, precisamente aqueles com maior probabilidade de ter outros ativos em outro lugar aos quais podem recorrer (HALL, 1976, pp. 118-9, tradução nossa).

Uma grande proporção de agricultores desapropriados e outros que trabalhavam nas áreas expropriadas tornaram-se inelegíveis para participar dos projetos de irrigação. Para se candidatar, o agricultor deveria ser chefe de família com idade entre 19 e 49 anos e ter nacionalidade brasileira. Além disso, deveria ter ganhado a vida exclusivamente na agricultura e não ter terra suficiente para ter uma vida digna. Também deveria residir no mesmo local há pelo menos três anos, assim como ele e sua família deveriam ter “boa conduta” comprovada (DNOCS apud Hall, 1976).

Como seria de se esperar a atmosfera local quanto à expropriação foi de uma oposição acalorada. Na área de instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, onde a desapropriação foi apressada e as pessoas forçadas a deixarem suas terras abruptamente o conflito permaneceu por anos, com famílias se recusando a deixar a área ou questionando o

valor das indenizações estabelecidas. Por este motivo, até o início da década de 1990 algumas ações de desapropriações promovidas pelo DNOCS ainda não haviam sido concluídas.

6.2 Os fundamentos legais das desapropriações e o problema do preço justo das indenizações

As ações de desapropriações para a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova tiveram início com a publicação do primeiro decreto de desapropriação. O Decreto nº. 61.185, de 21 de agosto de 1967, da Presidência da República, em seu artigo 1º definia que:

Fica declarada de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas, a área de terreno com 828.600.000m² (oitocentos e vinte e oito milhões e seiscentos mil metros quadrados), representada na planta que com êste baixa, devidamente rubricada pelo Secretário-Geral do Ministério do Interior, necessária à implantação do Projeto de Irrigação do Açude Público Banabuiú, no município de Morada Nova, Estado do Ceará (BRASIL, 21 ago. 1967, n. p.).

O artigo 2º estabelecia a urgência da desapropriação da área amparada no artigo 15 do Decreto-lei nº. 3.365, de 21 de junho de 1941. Com base neste artigo o expropriante, no caso o DNOCS, ao realizar o depósito em juízo da quantia definida para a indenização o juiz da comarca deveria imitar provisoriamente a posse das terras desapropriadas em favor da instituição. Além disso, depois de ter sido feita a declaração de utilidade pública ficavam as autoridades administrativas autorizadas a adentrarem nas propriedades compreendidas na declaração, podendo recorrer, em caso de oposição, ao auxílio da força policial. O artigo 20 estabelecia que a contestação por parte do expropriado pudesse versar somente sobre vício de processo ou impugnação do preço, sendo que qualquer outra questão deveria ser decidida por ação direta, ou seja, o expropriado deveria entrar na justiça para assegurar um direito próprio (BRASIL, 21 jun. 1941).

A Lei nº. 2.786, de 21 de maio de 1956 (BRASIL, 21 mai. 1956) alterou o artigo 15 do Decreto-lei de 1941, acrescentando dois parágrafos. O parágrafo 1º estabelecia que a imissão provisória de posse pudesse ser feita, independentemente da citação do réu mediante o depósito do valor definido pelo expropriante. O parágrafo 2º estabelecia que a alegação de urgência não pudesse ser renovada, obrigando o expropriante a requerer a imissão provisória dentro do prazo improrrogável de 120 dias.

Em 1975 o governo federal publicou novo decreto de desapropriação para dar continuidade à instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, atingindo propriedades que

não haviam sido contempladas no primeiro decreto. Trata-se do Decreto nº. 75.481, de 17 de março de 1975, que declarou “de utilidade pública e interesse social área de terra abrangida pelo Projeto de Irrigação ‘Banabuiu-Morada Nova’, nos Municípios de Quixadá, Morada Nova e Limoeiro do Norte” (BRASIL, 17 mar. 1975, n. p.). Com base neste decreto o DNOCS promoveu ações de desapropriação para dar continuidade à instalação do referido projeto de irrigação.

No Processo nº 041/75, por exemplo, o DNOCS promoveu a Ação de Desapropriação na Justiça Federal do Ceará contra o Sr. Otávio Virgílio Carneiro e outros nove proprietários³. Segundo a Ação de Desapropriação (DNOCS, 1975, n. p.),

A Segunda Diretoria Regional do DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS (DNOCS), entidade autárquica federal, com sede em Fortaleza [...] vinculada ao Ministério do Interior, vem [...] propor a seguinte Ação de Desapropriação, com pedido de imissão de posse provisória, contra os Srs. OTÁVIO VIRGÍLIO CARNEIRO e outros, todos residentes em Canto Grande, Município de Morada Nova, pelo que expõe e requer:
[...]

O necessário levantamento topográfico e cadastral foi executado pelo órgão expropriante, ficando constatado que os expropriados são possuidores dos lotes:

Nº. 127 – OTÁVIO VIRGÍLIO CARNEIRO, brasileiro, solteiro, agricultor;
Nº. 128 – MAMÉDIA VIRGÍLIO CARNEIRO, brasileira, solteira, doméstica;
Nº. 073, 119 – RAIMUNDO NONATO NETO, brasileiro, solteiro, mecânico;
Nº. 071, 120 – SEBASTIÃO NONATO FILHO, brasileiro, solteiro, agricultor;
Nº. 070 – RAIMUNDO NONATO FILHO, brasileiro, casado, agricultor;
Nº. 107 – EDUARDO RODRIGUES DA SILVA, brasileiro, casado, comerciante;
Nº. 074 – MARIA DE FÁTIMA LIMA, brasileira, casada, doméstica;
Nº. 063 – SEBASTIÃO NONATO FILHO, brasileiro, casado, agricultor;
Nº. 121 – MARIA DE FÁTIMA LIMA, brasileira, casada, doméstica;
Nº. 088 – VICENTE DA COSTA LIMA, brasileiro, casado, agricultor,

com áreas, limites e valores conforme memoriais descritivos, anexos, em que se encontra o preço oferecido.

Foram portanto, referidas glebas avaliadas pela importância total de Cr\$ 3.365,08 (Três mil, Trezentos e Sessenta e Cinco Cruzeiros e Oito Centavos).

Como a indenização oferecida é criteriosa e, considerando a absoluta urgência de se contar com a faixa de terra, referida acima, para garantir a continuidade das obras do Projeto de Irrigação, vem o departamento suplicante, com base no art. 15, do referido Decreto-lei nº. 3.365/41, alegar

³ No acervo do DNOCS localizei 23 ações de desapropriação promovidas pela instituição tendo como réus os proprietários de terras localizados na área de implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova.

urgência, e solicitar expedição de guia para o depósito da importância já citada [...] ser efetuada na Caixa Econômica Federal, no Ceará, à disposição desse honrado Juízo.

Requer a intervenção do Ministério Público de conformidade com o art. 82, item III, do Código de Processo Civil.

Requer, ainda, que V. Exa., ato contínuo, ordene expedição por precatória dirigida à Comarca de Morada Nova – Ceará, do Mandado de Imissão de Posse Provisória, sendo o mesmo executado “independentemente da citação do Réu”, como diz a Lei, assegurando-lhe o cumprimento com as cláusulas de arrombamento, remoção e requisição de força policial, tão logo seja dito depósito comprovado.

Após a diligência acima pedida, sejam os suplicantes citados no endereço acima referido.

Caso contestada seja a Ação, protesta o promovente por todos os meios de prova, depoimento pessoal dos suplicados e outros meios de instrução, tudo para que, no fim, V. Exa. julgue a ação procedente e condene os réus em honorários de advogado, custas processuais e demais cominações legais.

[...]

Nestes termos,

Pede deferimento.

Fortaleza, 10 de outubro de 1975.

Wilma Martins Viana

Advogada II-B OAB-CE 1239

Chefe Serviço Contencioso

As ações de desapropriação promovidas pelo DNOCS contra os proprietários instalados na área de implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova foram baseadas em um arcabouço legal que favorecia a instituição, pois depois de ser realizado o depósito legal do valor referente à indenização o juiz da comarca local (Morada Nova ou Limoeiro do Norte) estaria obrigado a emitir o mandado de imissão de posse provisória do terreno, podendo utilizar para isso a força policial.

Diante da pouca força ou poder de reação dos desapropriados seria muito difícil que houvesse alguma contestação à ordem de um juiz federal, além do mais quando estava autorizado o uso da coerção física, psicológica e financeira, pois no caso de contestação da ação de desapropriação os réus (desapropriados) poderiam ser condenados a pagarem os honorários de advogados, custas processuais e outras exigências legais.

Na ação de desapropriação em análise os nove réus (excluindo o réu principal, em nome do qual foi promovida a ação de desapropriação) que foram arrolados no processo somavam juntos uma pequena parcela de terras, totalizando em torno de 10,8 ha. Mesmo assim, recorreram contra a ação promovida pelo DNOCS. As ordens de pagamento do valor das indenizações foram autorizadas pela 1ª Vara da Justiça Federal do Ceará em junho de

1977 e os autos de Imissão Provisória na Posse só foram emitidos em 19 de setembro de 1979 (DNOCS, 1975).

Alguns dos proprietários alvos da ação de desapropriação desenvolveram estratégias para retardar a execução das sentenças judiciais, conforme demonstra uma petição do DNOCS dirigida à Justiça Federal no Ceará, em 13 de dezembro de 1979 e anexada ao Processo nº 041/75. Consta na petição o seguinte:

[...]

Imissão promovida (autos de fls. 108/117)

Citações pessoais na forma regular.

Sejam citados por edital Mamédia Virgílio Carneiro e Raimundo Nonato Neto.

Por edital também requer a promovente sejam citados Eduardo Rodrigues da Silva e Vicente da Costa Lima porque a certidão de fls. 101/101v não precisou seus endereços, apenas afirmando que residem, respectivamente, em Limoeiro do Norte e Tabuleiro do Norte-CE, municípios de extensas áreas, fato que importa na impraticabilidade de suas citações pessoais (DNOCS, 1975, n. p.).

Em abril de 1980 o DNOCS solicitou à Justiça Federal que fossem juntados aos autos do processo recortes dos editais de citação à Mamédia Virgílio Carneiro publicados no Diário da Justiça e no Jornal Tribuna do Ceará, edições de 25 de março de 1980 e 31 de março/01 de abril de 1980, respectivamente. O problema da citação dos réus parece ter sido um fator que o DNOCS enfrentou para concretizar as ações de expropriação. Em 11 de setembro de 1980 solicitou novamente ao juiz federal da 1ª Vara no Ceará para que fosse anexada xerocópia do Diário Oficial, de 11 de novembro de 1976, no qual havia sido publicado “edital para ciência de terceiros e interessados” (DNOCS, 1975, n. p.).

Como os decretos de desapropriação estavam baseados na declaração de utilidade pública não havia margem para a contestação das ações de desapropriação. No máximo, os desapropriados poderiam questionar os valores das indenizações, que também parecia pouco provável, tendo em vista que em todas as ações de desapropriação eram utilizadas a justificativa de que a indenização havia sido calculada de forma criteriosa, baseada na preparação de “competentes laudos de avaliação” e confecção de memoriais descritivos e plantas. Desta forma, na perspectiva do DNOCS, uma avaliação técnica garantiria a justiça do processo desapropriação.

Analisando o Processo nº 517/79, de 09 de outubro de 1979, que promoveu a ação de desapropriação com pedido de imissão provisória na posse contra o espólio de Maria das Dores de Jesus, representado por Joaquim Francisco Filho, pode-se observar a compreensão

de um juiz da 1ª Vara da Justiça Federal no Ceará sobre o tema da indenização justa (DNOCS, 1979, n. p.):

Segundo a inicial, foi elaborado pelo expropriante o levantamento topográfico e cadastral da área expropriada, sendo constatado ser o promovido proprietário do lote nº. 16, com 2.5572 hectares de área, avaliado em Cr\$ 4.980,90 (quatro mil, novecentos e oitenta cruzeiros e noventa centavos).

Afirma o expropriante que o preço oferecido representa criteriosa indenização, porém o promovido não se interessou em celebrar amigavelmente a desapropriação.

Após formular alegação de urgência, pede o expropriante que seja autorizado a efetuar o depósito do valor da oferta, requerendo, por último, a imissão provisória na posse do imóvel e a citação do representante legal do expropriado para os termos da ação.

Conforme consta no processo o referido lote encontrava-se sob a posse do DNOCS desde 1976, tendo sido, inclusive, instalado colono no mesmo. Isso significa que a ação de desapropriação com pedido de imissão provisória na posse foi realizada cerca de três anos após a expropriação de fato. Neste caso em particular o expropriado ou seu representante legal contestou o preço oferecido e pediu que o imóvel fosse reavaliado, sendo designado perito oficial pela Justiça Federal no Ceará para confecção de laudo de avaliação. Nos fundamentos da decisão o juiz federal Vicente Leal de Araújo afirmou o seguinte:

[...]

Em tema de desapropriação, o princípio fundamental que orienta o Juiz é o da *justa indenização*, apregoado sucessivamente em nossas Constituições, como corolário do direito de propriedade e segundo o espírito idealizado no antigo brocardo latino “*nemo potest locupletari aliena jactura*” [“ninguém pode ser enriquecido pela perda do outro”].

Assim, a *res in judicio deducta* [o assunto levado a julgamento] consiste, objetivamente, na determinação do justo preço do imóvel expropriado.

O perito designado por este Juízo, de reconhecida idoneidade, ofereceu substancioso laudo, fixando, ao final dos trabalhos de avaliação, o valor total da indenização em Cr\$ 117.924,00 (cento e dezessete mil, novecentos e vinte quatro cruzeiros) [...].

[...]

De outra parte, é de se frisar que a justeza e a razoabilidade dos preços fixados na perícia se evidenciam, inclusive, pela circunstância de não haver o DNOCS contestado o laudo.

No mais, os elementos contidos no laudo do experto oficial autorizam o convencimento de que a mencionada avaliação está coerente, adequada às circunstâncias reais do valor venal e corresponde ao justo preço pelo que foi expropriado.

Na fixação do preço da indenização, deve-se buscar uma maior aproximação do ideal JUSTO, de modo que o sacrificio imposto ao particular não lhe desequilibre o patrimônio, empobrecendo-o, nem sirva para aumentar o patrimônio do Estado injustamente.

Assim, tenho como *justo preço* para indenização do bem expropriado o indicado no laudo [...] por atender aos princípios e cânones legais que regem a desapropriação.

[...]

Em face do acima expendido e com esteio nas regras do direito aplicáveis à espécie, JULGO procedente a presente ação para declarar consumada a desapropriação do imóvel [...] e, em consequência, ordeno que seja o mesmo definitivamente adjudicada ao Departamento Nacional de Obras Contra as Secas DNOCS, que fica autorizado a promover o competente registro imobiliário (DNOCS, 1979, n. p., grifos no original).

Além de fixar o valor da desapropriação em Cr\$ 117.924,00 (cento e dezessete mil, novecentos e vinte e quatro cruzeiros) ainda determinou que o DNOCS realizasse o pagamento de: a) juros, à base de 12% ao ano, incidentes a partir da Imissão na posse sobre o valor não corrigido no laudo, daí passando a incidir sobre o valor corrigido; b) juros moratórios, à base de 6% ao ano, incidentes sobre o valor corrigido a partir do trânsito julgado da ação; c) correção monetária, se o pagamento ocorresse após um ano da avaliação judicial, que foi realizada em 17 de junho de 1982. Nesse sentido, há uma diferença muito grande do valor da indenização definida na ação e o valor da oferta do DNOCS, que foi apenas de Cr\$ 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta cruzeiros). A diferença foi de Cr\$ 112.944,00 (cento e doze mil novecentos e quarenta e quatro cruzeiros). A essa diferença foi somada a correção monetária de Cr\$ 41.989,00 (quarenta e um mil novecentos e oitenta e nove cruzeiros). Em 1986 o DNOCS ainda não havia realizado o pagamento da indenização, que já somava Cr\$ 7.258.367 (sete milhões, duzentos e cinquenta e oito mil e trezentos e sessenta e sete cruzeiros), somando a indenização corrigida com os juros e inflação do período (DNOCS, 1979).

Além disso, o juiz federal em sua decisão ainda condenou o DNOCS ao pagamento da remuneração do perito, arbitrada em dois salários mínimos, e honorários advocatícios, arbitrado em 10% sobre a diferença entre a oferta e a efetiva indenização, o equivalente a Cr\$ 13.000,00 (treze mil cruzeiros).

A decisão da Justiça Federal revela que o valor da indenização proposto pelo DNOCS não era justo, pois teria como resultado imediato a anulação das condições de reprodução social do expropriado. Se este já fosse pobre as suas condições de vida piorariam ainda mais, tendo em vista que perdera uma condição básica para a realização das atividades produtivas, o acesso a terra.

Observando mais atentamente os laudos apresentados pelo perito oficial, designado pela Justiça Federal, e do perito designado pelo DNOCS, pode-se observar o quanto a avaliação realizada por esta instituição afetava os desapropriados e poderia ser

considerada injusta, tanto do ponto vista legal, como do moral⁴. No laudo produzido pelo perito do DNOCS destaco um dos quesitos apresentado pelo expropriado que consiste no seguinte:

06 – Acham os Srs. Peritos que a “ESTIMATIVA” inicial para efeito de imissão liminar de posse de desapropriante nas citadas terras, que variam em média entre Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 230,00 (duzentos e trinta cruzeiros), o ha, dando em correspondência, o valor de Cr\$ 0,35 (Trinta e cinco centavos) e Cr\$ 0,25 (Vinte e cinco centavos) para o METRO QUADRADO (mt.2), pode ser considerada justa?

R – Para a época em que foi desapropriada, foi justa o valor calculado das indenizações pelo DNOCS para posteriores pagamentos, pois as propriedades naquela época eram desprovidas de uma infra-estrutura, muito diferente do que ocorre hoje, quando o DNOCS cumprindo um programa de irrigação, deu condições para a agricultura irrigada e uma assistência técnica permanente (DNOCS, 1979, n. p, grifo no original).

Em 1981, segundo o perito do DNOCS, o valor das terras de mesmo teor edáfico no município de Morada Nova que não haviam sido valorizadas em virtude da infraestrutura de irrigação era de Cr\$ 15.000,00 por hectare. Retomando a questão do valor justo da indenização, ao responder o item seis dos quesitos dos expropriados o perito oficial destaca que:

[...] Achamos – excessivamente, injusta a avaliação de Cr\$ 350,00 o Ha., que corresponde a C\$0,035 (três e meio centavos) e não C\$0,35 (trinta e cinco centavos), que também seria muito injusto, enquanto que a nossa avaliação foi de C\$60.000,00 / ha, ou sejam, C\$6,00/m² (DNOCS, 1979, n. p).

No laudo produzido pelo perito do DNOCS há um quesito que trata da questão da supervalorização das terras adjacentes ao Perímetro Irrigado de Morada Nova em virtude da infraestrutura destinada à irrigação. Segundo o laudo,

Houve uma valorização de todas as terras, objeto de expropriação e daquelas adjacentes em virtude de uma infra-estrutura construída pelo DNOCS na região e que ao lado das modernas técnicas de irrigação desenvolvidas pelo citado órgão nos perímetros irrigados, quando assegura uma produtividade constante e um perfeito suprimento dos mercados oferecendo produtos selecionados da mais alta qualidade. Os perímetros de irrigação tem se caracterizado como um grande fator de fixação do homem a terra, oferecendo um meio bastante satisfatório de ter lucros. Com as técnicas de irrigação empregadas a produtividade p/hectare aumento (sic) sobremaneira, fazendo a renda percapta (sic) da população empregada dar um salto significativo e ter um valor realmente mensurável. A partir de então as terras irrigáveis começaram a se valorizar e o homem do campo com os resultados

⁴ Os laudos produzidos pelos peritos, o oficial e o do DNOCS, consistiam de quesitos (perguntas) apresentados pelo autor da ação e pelo desapropriado.

da irrigação viu grandes possibilidades de bons lucros nas suas terras, tendo no trabalho desenvolvimento (sic) pelo DNOCS, um grande exemplo para aqueles que trabalham na agricultura (DNOCS, 1979, n. p).

Na passagem acima é possível identificar uma questão que ainda não foi tematizada neste trabalho. Trata-se do processo de cientificização e tecnificação do espaço, ou melhor, para usar o conceito de Milton Santos, diz respeito ao processo de constituição de um meio técnico-científico-informacional que “é um meio geográfico onde o território inclui obrigatoriamente ciência, tecnologia e informação”, constituindo “a nova cara do espaço e do tempo” (SANTOS, 2013, p. 41). Esta questão será desenvolvida na seção seguinte.

6.3 A tecnificação do espaço como justificativa para a negação da indenização justa aos desapropriados

O valor da indenização oferecida na ação de desapropriação movida pelo DNOCS contra o Sr. Otávio Virgílio Carneiro e mais nove proprietários rurais foi calculada em Cr\$ 3.365,08 (três mil, trezentos e setenta e cinco cruzeiros e oito centavos), em 10 de outubro de 1975. Sete meses depois este valor foi revisto e a indenização baixou para Cr\$ 2.507,52 (dois mil quinhentos e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos). Esta revisão foi anexada ao processo com a justificativa de que (DNOCS, 1975, n. p.):

Dado ao vultoso número de processos de desapropriação a serem ajuizados, e a deficiência de pessoal para a execução dos trabalhos, e sua posterior conferência, foi dado ao processo em tela a importância de Cr\$ 3.365,08 [...] como sendo o valor da causa.

Ocorre entretanto que, quando da remessa das terceiras vias dos processos administrativos para o setor de pagamento, constatamos uma diferença a mais de Cr\$ 857,56 (oitocentos e cinquenta e sete cruzeiros e cinquenta e seis centavos).

Face ao exposto, e visto a inicial apresentar irregularidade, pede-se a V. Exa. seja o valor da causa corrigida para Cr\$ 2.507,52 (dois mil, quinhentos e sete cruzeiros e cinquenta e dois centavos), quantia realmente a ser depositada.

Com esta nos autos, pede deferimento.

Fortaleza, 19 de maio de 1976.

No processo em análise não há referência ou indicação do momento em que os desapropriados recorreram contra a ação de desapropriação movida pelo DNOCS, mas foi possível identificar os laudos elaborados em 1981 pelos peritos designados pela Justiça

Federal do Ceará e pelo DNOCS. O perito oficial (designado pela justiça) calculou o valor do hectare de terra em Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros), enquanto o perito do DNOCS avaliou em Cr\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos cruzeiros). Em 1976, quando o DNOCS ajuizou a ação de desapropriação o valor de um hectare foi avaliado entre Cr\$ 350,00 (trezentos e cinquenta cruzeiros) e Cr\$ 230,00 (duzentos e trinta cruzeiros).

Conforme demonstrado na sessão 6.2 deste capítulo o valor da indenização proposto pelo DNOCS no Processo 041/75 foi de Cr\$ 3.365,08 (três mil trezentos e sessenta e cinco cruzeiros e oito centavos). Em 29 de março de 1982, quando foram julgados todos os recursos relacionados a esta ação de desapropriação, o DNOCS foi condenado a pagar uma indenização de Cr\$ 544.500,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros). Além deste valor a instituição ainda foi obrigada a realizar o pagamento da indenização atualizada monetariamente pelo Índice de Correção Monetária, assim como os juros compensatórios e juros moratórios, honorários advocatícios e remuneração do perito, totalizando Cr\$ 1.353.415,88 (um milhão trezentos e cinquenta e três mil quatrocentos e quinze cruzeiros e oitenta e oito centavos), distribuídos da seguinte forma (DNOCS, 1975, p. 333):

A) Indenização corrigida	869.072,09
B) Juros	<u>234.760,53</u>
C) Soma	1.103.832,62
D) Honorários Advocatícios	110.383,26
E) Remuneração do Perito (10 SMR)	139.200,00
F) Remuneração do Assistente Técnico	–
G) Reembolso de Custas	–
H) SOMA GERAL	1.353.415,88

O cálculo acima foi realizado em 21 de julho de 1982 pela Seção de Cálculos de Execuções e Liquidações de Sentença da Justiça Federal do Ceará após decisão do Tribunal Federal de Recursos (atual Superior Tribunal de Justiça) ter confirmado a sentença e negado o recurso de apelação impetrado pelo DNOCS. No entanto, parece ser importante analisar os argumentos utilizados no recurso de Apelação para o Egrégio Tribunal Federal de Recursos interposto pelo DNOCS em novembro de 1981. Neste documento o procurador do DNOCS inicia a apelação desqualificando o laudo elaborado pelo perito designado pela Justiça Federal, alegando que “os preços encontrados na perícia avaliatória contida no Laudo [...] não correspondem à realidade imobiliária do local” (DNOCS, 1975, n. p.). No segundo ponto da

apelação o procurador se dirige aos ministros da 5ª Turma do Tribunal Federal de Recursos nos seguintes termos (DNOCS, 1975, n. p., grifo no original)⁵:

antes de tecer considerações acerca do laudo, convém salientar que as terras objeto da expropriação são integrantes de um dos Projetos de Irrigação do Departamento Apelante, precisamente o de Morada Nova, no Ceará.

É notório e sabido quão volumosos são os recursos aplicados pelo Governo Federal na irrigação do Nordeste.

Para se ter uma idéia da infra-estrutura implantada em cada Projeto de Irrigação, forçoso é alinhar alguns de seus elementos constitutivos, como, v.g., a construção de pontes de derivação d'água nos rios, canais adutores, secundários e parcelares; extensas redes de drenagem, estradas de acesso ao Projeto e a todos os lados; sistema de iluminação elétrica, serviço de abastecimento d'água residencial; construção de núcleos habitacionais; armazéns, escolas, centros de saúde e recreativos, etc. etc.

Estas são algumas das obras indispensáveis à operação [de] um Perímetro Irrigado, nos moldes de como criado e conduzido pelo DNOCS.

Desnecessário, portanto, sublinhar que a implantação de toda essa infra-estrutura induz, inquestionável e necessariamente, na supervalorização das terras porque antes da expropriação nada disso existia.

O Perímetro Irrigado de Morada Nova, conforme se pode observar na passagem acima, representa a passagem de um “meio natural” para um “meio técnico”. O geógrafo Milton Santos afirma que “A história das chamadas relações entre sociedade e natureza é, em todos os lugares habitados, a substituição do meio natural, *dado* a uma determinada sociedade, por um meio cada vez mais artificializado, isto é, sucessivamente *instrumentalizado* por essa mesma sociedade [...]” (SANTOS, 1997, p. 186, grifo do autor). Na percepção deste autor a história do meio geográfico pode ser dividida, de forma geral, em meio natural, meio técnico e meio técnico-científico-informacional.

Na citação anterior fica evidente a substituição de um meio geográfico natural por um meio *instrumentalizado* ou meio técnico. O meio natural generalizado, como afirma Santos (1997, pp. 187-8), era utilizado pelos homens sem grandes transformações técnicas, pois estas “e o trabalho se casavam como dádivas da natureza”, tendo em vista que os homens escolhiam “da natureza aquelas suas partes ou aspectos considerados fundamentais ao exercício da vida, valorizando, diferentemente, segundo os lugares e as culturas, essas condições naturais que constituíam a base material da existência do grupo”. O procurador do DNOCS, após falar das mudanças técnicas do espaço com a instalação de uma infraestrutura hidráulica, hidroagrícola, de eletrificação e urbanização desqualifica o espaço anteriormente

⁵ As próximas citações diretas serão feitas do mesmo documento.

existente, afirmando que nele nada existia, referindo-se aos objetos técnicos e ao espaço mecanizado ou instrumentalizado que triunfaram sobre as forças naturais.

No meio geográfico natural anterior à instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, segundo o documento em análise, “predominava [...] a agricultura arcaica, artesanal, baseada exclusivamente na exploração de carnaubais nativos e de uma ou duas variedades de fruteiras cítricas, como a laranjeira e o limoeiro” (DNOCS, 1975, n. p., grifo no original). Conforme demonstrado no capítulo anterior, os sistemas agrários da região do Vale do Jaguaribe não eram tão simples como faz supor o representante do DNOCS. Certo que os sistemas técnicos não tinham existência autônoma, pois pensando na perspectiva de Milton Santos, “A sociedade local era, ao mesmo tempo, criadora das técnicas utilizadas, comandante dos tempos sociais e dos limites da sua utilização”, resultando em uma “harmonia socioespacial [...] respeitosa da natureza herdada, no processo de criação de uma nova natureza”. Ao produzir essa nova natureza “a sociedade territorial produzia, também, uma série de comportamentos, cuja razão é a preservação e a continuidade do meio de vida” (SANTOS, 1997, p. 188).

O meio natural generalizado comporta algum nível de meios técnicos, pois a categoria de meio geográfico é inseparável da noção de técnica, como afirma Santos (1997, p. 187). Neste sentido, as práticas de pousio, rotação de culturas e de terras, por exemplo, podem ser consideradas como técnicas que respeitam as regras sociais e as regras territoriais. O laudo do perito oficial destacou os tipos de solos e a qualidade da terra para realizar o cálculo dos rendimentos agrícolas das propriedades alvo da ação de desapropriação. O procurador do DNOCS contestou o método utilizado pelo perito designado pela Justiça Federal (o perito oficial), alegando que o rendimento agrícola dos projetos de irrigação não resulta somente do tipo de solo ou da qualidade da terra, “mas desta e dos métodos científicos empregados para a obtenção do maior índice de produtividade possível”. E continua em seguida afirmando que:

Assim é que nos Perímetros Irrigados a assistência técnica agrônômica é diuturna. O emprego de defensivos é constante. A adubação de determinadas áreas por vezes é requerida para reativação do solo. As áreas são previamente analisadas e escolhidas por critérios técnicos para exploração de determinadas variedades culturais. Não se planta, por exemplo, arroz em toda a área irrigada, mas tão somente naquela em que há previsibilidade de seu maior rendimento ou, pelo menos, que seja economicamente viável sua cultura (DNOCS, 1975, n. p.).

Nesta passagem do documento há outro elemento que merece um destaque: a cientificização do meio geográfico. A união entre técnica e ciência é crucial para a criação de

“um verdadeiro tecnocosmo [...] uma situação em que a natureza natural [...] tende a recuar, às vezes brutalmente”, resultando em uma cientificização e uma tecnificação da paisagem (SANTOS, 1997, p. 191).

A cientificização e tecnificação do espaço foram utilizadas como argumentos centrais na apelação dirigida ao Tribunal Federal de Recursos (TFR) questionando os critérios utilizados para a fixação do valor das indenizações, afirmando que “não há terras semelhantes entre particulares”, tendo em vista “que as terras que foram submetidas a todo esse processo técnico são, comparativamente, muito mais valorizadas e produtivas”. Em seguida, o apelante acrescentou a seguinte alegação,

A Autarquia Apelante, tão somente para argumentar, até pode reconhecer que as terras em alusão alcancem o preço encontrado pela perícia (perito oficial). Mas não para ser compelida a indenizá-las por tal, pois sua valorização decorreu justamente em virtude de todo o referido processo científico e tecnológico empregado e da infra-estrutura implantada.

Ao que parece o Perito, ante o deslumbramento, pois não há sistema irrigatório correspondente em todo o Nordeste, quiçá no Brasil, atribuiu valor real, ou seja, terra mais benfeitorias (estas realizadas pelo DNOCS), quando aquele valor deveria ser histórico ou, pelo menos, atual, mas desprezada a parcela de valorização pelas benfeitorias referidas, pois sobre ele a Autarquia ainda terá de arcar com as cominações da lei, como, por exemplo, juros moratórios, compensatórios e correção monetária, já fixados na sentença (DNOCS, 1975, n. p., grifos no original).

Esta apelação foi remetida pelo do Juízo da 1ª Vara da Justiça Federal do Ceará, conforme solicitação do DNOCS, ao Tribunal Federal de Recursos. O voto do ministro-relator Justino Ribeiro reafirma que a sentença prolatada pelo juiz federal era irrepreensível, tendo em vista se situar “em perfeita consonância com a pacífica e torrencial jurisprudência desta Corte”. Para ele,

Toda a argumentação do Apelante gira em torno da valorização das terras expropriadas pelos serviços por ele executados na região.

Mas, como é curial (sic), essa mais-valia deverá ser cobrada através de uma taxa de melhoria, que atingirá indistintamente a todos os beneficiados e não apenas aos proprietários das pequenas glebas expropriadas.

De resto, a r. sentença, alicerçada em sólidos e irrespondíveis fundamentos, dispensa maior defesa.

Adotando tais fundamentos como razão de decidir, nego provimento ao recurso (DNOCS, 1975, pp. 313-4).

A negação do recurso de apelação pelo Tribunal Federal de Recursos revela um elemento importante: embora o DNOCS e a SUDENE tenham sido os grandes responsáveis pelas mudanças ou transformações ocorridas na região do Vale do Jaguaribe, a partir do final da década de 1960, não puderam controlar todas as consequências ou efeitos advindos dessas

mudanças, como demonstra o caso da valorização das terras e propriedades localizadas no entorno do projeto de irrigação.

Por fim, a cientificização e tecnificação do espaço ou meio geográfico fecha o movimento das transformações agrárias ocorridas na região do Baixo Vale do Jaguaribe iniciado na década de 1960. Esse movimento teve início com a seleção e dominação territoriais, a alteração das práticas espaciais vigentes no período anterior à instalação do projeto de irrigação, a emergência do pequeno agricultor familiar empresarial e a instrumentalização do território a partir dos processos de cientificização e tecnificação do meio geográfico, marcando a passagem do meio natural para o meio técnico em uma pequena parcela do espaço dessa região.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho explorei um campo tradicionalmente estudado pela Sociologia: o dos estudos do desenvolvimento rural, mediante o estudo das políticas agrárias e políticas agrícolas formuladas e executadas pelo Estado brasileiro a partir do início da década de 1960. Neste campo tradicional de estudos, busquei delinear um ângulo imprevisto ao desenvolver uma análise crítica do padrão de desenvolvimento rural, tomando como *locus* empírico o Perímetro Irrigado Morada Nova, que foi escolhido no final da década de 1960 como laboratório experimental de um modelo de desenvolvimento rural no semiárido nordestino, com o objetivo de criar núcleos de agricultura familiar como base de futuras empresas agrícolas familiares, voltadas para a produção de alimentos e culturas industriais que abasteceriam os mercados e indústrias regionais.

Assim sendo, a partir do estudo deste “laboratório” de desenvolvimento rural, problematizei as políticas agrárias e agrícolas brasileiras que vinham sendo tematizadas desde o final da década de 1930. No que diz respeito ao objeto de estudo desta pesquisa a década de 1960 constitui o marco para observação do problema da valorização agrícola do Vale do Jaguaribe, considerado numa perspectiva histórica, marcando o ponto de partida dos estudos que possibilitaram a formulação de políticas agrárias e agrícolas que seriam postas em prática a partir de 1968, com a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, denominado na época de Projeto Morada Nova ou Projeto Banabuiú-Morada Nova, instalado no vale do rio Banabuiú, entre os municípios de Morada Nova e Limoeiro do Norte, no Baixo Jaguaribe.

Os perímetros irrigados ou projetos públicos de irrigação, enquanto elemento central da valorização agrícola do Vale do Jaguaribe e envolvendo a alteração da estrutura agrária e da produção agrícola, materializam as políticas agrárias e agrícolas que servirão de referência para as ações do governo federal na região Nordeste, na área de atuação conjunta da SUDENE e do DNOCS. Constituem, por outro lado, a materialização da agricultura capitalista sob o comando do Estado, caracterizada por mudanças drásticas nas condições técnicas e sociais da produção.

O Perímetro Irrigado de Morada Nova materializa, neste sentido, as políticas agrárias e agrícolas formuladas pela SUDENE e executada pelo DNOCS, cujo objetivo principal consistia na reorganização da estrutura agrária e da produção agropecuária da região do Vale do Jaguaribe, a partir da instalação de um polo de desenvolvimento agrícola, baseado na agricultura irrigada e no assentamento de colonos e suas famílias, como núcleo de futuras

empresas familiares voltadas para a produção de alimentos para o abastecimento dos mercados regionais de Fortaleza (CE) e Mossoró (RN).

Enquanto laboratório experimental o Perímetro Irrigado de Morada Nova constituiu-se em modelo para a instalação dos demais perímetros irrigados na região do Vale do Jaguaribe, assim como na área de atuação dessas duas autarquias federais, servindo, inclusive, para a preparação de um quadro técnico de profissionais do DNOCS, capacitados na elaboração de projetos e gerenciamento dos perímetros irrigados. Além disso, este projeto público de irrigação pode ser tomado como uma das chaves para a explicação do movimento histórico das políticas de desenvolvimento regional iniciadas na década de 1960, que teve como ponto de partida a reestruturação agrária dos vales de rios da região semiárida, nos quais foram instaladas unidades de exploração agropecuária baseadas no trabalho familiar, como núcleos de futuras empresas familiares.

O objetivo central desta pesquisa consistiu na análise e explicitação do papel desempenhado pelas políticas agrárias e agrícolas no que diz respeito à gênese do processo de mudança agrária no Vale do Jaguaribe, iniciado na segunda metade do século XX, a partir do estudo do processo de planejamento, elaboração e implantação do Perímetro Irrigado de Morada Nova, que constituiu uma experiência modelo ou protótipo da política de irrigação e desenvolvimento rural coordenada pela SUDENE e executada pelo DNOCS no Nordeste brasileiro, partindo-se da hipótese de que o Estado constitui o elemento central nas transformações agrárias que se realizaram através de ações de “valorização agrícola” da região do Baixo Jaguaribe, a partir da década de 1960.

Nestas considerações finais reconstituirei as camadas analíticas desenvolvidas no percurso deste trabalho que evidenciam a tese da pesquisa. Em primeiro lugar, o trabalho torna evidente a compreensão de que no campo do conhecimento das ciências sociais há um sujeito coletivo que demanda conhecimentos produzidos por esta área do saber científico, exprimindo nos objetos de conhecimento a sua identidade. Neste sentido, destacou-se o problema das “representações partilhadas do mundo social” que refletem as relações que o pesquisador estabelece com os objetos de conhecimento. Enquanto relação social, os objetos de conhecimento se apresentam como configurações vivas, portanto, “nunca é puro conhecimento”, no dizer de Pierre Bourdieu (BORUDIEU, 2007, p. 24).

As “representações partilhadas do mundo social” são carregadas de visões normativas, pois têm como fonte o *sensu comum* ou o *bom senso científico*. Consciente desta característica da produção do conhecimento científico nas ciências sociais delimitou-se um *campo sociológico* a partir do qual a pesquisa foi realizada. A noção de *campo sociológico*

tem o mesmo sentido da noção de *campo histórico* utilizada pelo historiador José D'Assunção Barros (BARROS, 2004) que a mobiliza para analisar as especialidades da historiografia contemporânea, reconhecendo a multiplicidade de campos ou subdivisões da história, ou antes, a sua fragmentação, propondo uma forma mais coerente de tratar as divisões ou campos da história, distribuindo os critérios dessas divisões em “dimensões”, “abordagens” e “domínios” da História que correspondem, respectivamente, aos *enfoques* ou modos de ver (teorias), aos modos de fazer (métodos) e aos *domínios* ou áreas de concentração (temas).

Os *Estudos Críticos do Desenvolvimento* e os *Estudos Agrários Críticos*, dois campos de pesquisa interdependentes e inter-relacionados, ambos preocupados com os estudos do desenvolvimento em seus aspectos teóricos e práticos, por um lado, e com as alternativas ao desenvolvimento e as formas de desenvolvimento alternativo, por outro, constituem os domínios ou área de concentração nos quais a pesquisa se situou.

Os *estudos críticos do desenvolvimento* constituem-se numa abordagem crítica dos estudos do desenvolvimento que envolve repensar teorias e práticas do desenvolvimento, reexaminando os conceitos usados para descrever o mundo real, mas também as suposições e crenças por trás desses conceitos, de acordo com Henry Veltmeyer e Nasser Ary Tanimoune (VELTMEYR; ARY TANIMOUNE, 2015, p. 1). Por outro lado, esta abordagem possibilita também a revisão das teorias formuladas para explicar as realidades da ordem estabelecida questionando as grandes narrativas explicativas (ideologias) que descrevem a estrutura social de modo a apresentar os ‘perdedores’ do empreendimento social como cúmplices de sua própria exploração, em virtude dos processos de socialização condicionar à aceitação da superioridade dos vencedores, tendo em vista que os conceitos e as ideias moldam a forma como percebemos e compreendemos a questão do desenvolvimento. Neste sentido, a abordagem dos *estudos críticos do desenvolvimento* possibilitou o escrutínio da evolução das teorias do desenvolvimento, examinando seus conceitos fundamentais e suas ideias-chaves, revelando suas aplicações em análises e práticas. Uma compreensão mais ampla das teorias do desenvolvimento é imprescindível ao entendimento das políticas de desenvolvimento econômico e seus significados no ordenamento das sociedades contemporâneas.

No que se refere ao campo dos *estudos agrários críticos* destaca-se a sua relação íntima com as teorias do desenvolvimento, pois se relaciona diretamente com os estudos do desenvolvimento rural internacional. Três premissas analíticas que conectam os *estudos agrários críticos* são essenciais para a compreensão da dinâmica das sociedades agrárias e seus sistemas sociais produtivos. Em primeiro lugar, as experiências vividas, as configurações estruturais e as representações das sociedades agrárias influenciam os processos de

modernização e as políticas de desenvolvimento, democratização, globalização e urbanização. Em segundo lugar, o trabalho sobre sociedades e temas agrários destaca a importância da economia política e cultural da produção, consumo, acumulação, distribuição e governança e exige entendimentos profundos de diversos tipos de relações e tensões entre campo e cidade, classes sociais, regiões, comunidades, setores econômicos e, muitas vezes, grupos étnicos e religiosos. Em terceiro lugar, a compreensão da dinâmica particular das sociedades agrárias em qualquer lugar e tempo requer a análise das experiências e da cultura política das classes e comunidades agrárias, das gerações de mulheres e homens e dos grupos e instituições urbanos que interagem e afetam o campo. Estas três premissas analíticas são centrais para o questionamento dos argumentos fundamentais das teorias dominantes dos estudos do desenvolvimento rural, tendo em vista que o rural e o urbano ou o campo e a cidade são dimensões conectadas de qualquer formação social, cuja dinâmica e existência dependem das relações de classe que determinam as formas como se realizam a produção e a distribuição dos frutos do trabalho social e as transformações das relações agrárias e do mundo rural.

Para a compreensão das relações sociais e processos/dinâmicas da produção e reprodução elegeu-se como *enfoque* ou modos de ver a *economia política agrária*. Os elementos fundamentais da economia política são as relações de classes e as dinâmicas de produção e reprodução que podem ser aplicados a alguns tipos de sociedade, em especial, às de tipo capitalista. As preocupações centrais da economia política estão relacionadas às relações sociais de propriedade e produção, divisões do trabalho, distribuição do produto do trabalho social e seus usos na reprodução, distinguindo-a de outras abordagens teóricas pelo fato da ênfase no reconhecimento de que tudo o que é produzido deve ser reproduzido, incluindo os produtores em sua base cotidiana e geracional (BERNSTEIN, 2017, p. 8).

A necessidade de que sejam produzidas constantemente as condições de produção é o que se denomina de reprodução: reprodução dos meios de produção, dos produtores atuais e futuros e das relações entre os produtores. A *economia política agrária* se dedica à elucidação do processo através do qual as condições de produção são constantemente reproduzidas. Para que as condições de produção sejam constantemente reproduzidas há a necessidade da constituição de fundos de reprodução que constituem as divisões do produto social pelo seu uso, em outras palavras, constituem as demandas feitas à produção. Os fundos de reprodução são classificados em fundo de consumo, fundo de manutenção ou substituição, fundo de cerimonial e fundo de aluguel (BERNSTEIN, 2017; WOLF, 1976). Os fundos de consumo, manutenção e cerimonial existem em sociedades centradas nas necessidades e atividades de subsistência dos seus integrantes e que podem ter pouca diferenciação social,

além do gênero e geração, enquanto o fundo de arrendamento revela outra esfera de relações sociais, evidenciando relações sociais de exploração, pois representa a capacidade de apropriação do trabalho excedente, consistindo em uma das formas de acumulação.

Neste sentido, a *economia política agrária*, também chamada de economia política da mudança agrária ou das relações agrárias, aborda as relações sociais e a dinâmica de produção e reprodução, propriedade e poder em formações agrárias e seus processos de mudança (BERNSTEIN, 2011, p. 5), sendo que tanto a produção camponesa como os processos de mudança agrária só podem ser compreendidos no contexto do capitalismo e do seu desenvolvimento (BARTRA, 2011, p. 2).

Os elementos centrais de uma abordagem da economia política agrária são os seguintes: a) a *mercantilização da subsistência*, processo pelo qual os camponeses podem perder a capacidade de se reproduzirem fora da relação mercantil e do mercado, sem necessariamente serem expropriados da terra e de outros meios de produção, constituindo-se numa forma mais genérica de subordinação do trabalho ao capital do que a expropriação pura e simples (BERNSTEIN, 2011; BYRES, 2001); b) a pequena produção de mercadorias, a partir da constituição de explorações agrícolas camponesas como pequenas empresas de produção de mercadorias no capitalismo, isto é, combinando capital e trabalho. A especificidade dessas explorações agrícolas é ser condição para a reprodução dos meios de produção, do capital e dos próprios camponeses como trabalho, não havendo, no plano da exploração agrícola, a contradição entre capital e trabalho; e, c) a diferenciação de classes do campesinato, que pode ocorrer tanto pelos processos de expropriação como pela própria diferenciação interna, ou seja, a diferenciação do campesinato em camponeses pobres, médios e ricos (que já não seriam camponeses e sim capitalistas agrários), e, nas situações mais extremas de mercantilização da subsistência, em trabalhadores assalariados, no campo e na cidade.

O *campo sociológico*, constituído pelos *estudos críticos do desenvolvimento e estudos agrários críticos*, enquanto domínio temático no qual se inseriu a pesquisa, e pela *economia política agrária*, enquanto enfoque teórico, foi completado por uma terceira dimensão, as formas de fazer ou métodos. O método de pesquisa foi o da pesquisa documental que possibilitou a análise de uma documentação que trata da formulação e execução de políticas agrárias e agrícolas desde o final da década de 1930. A partir desta documentação realizei o escrutínio da agricultura, em sua condição de setor econômico, e da produção de alimentos e matérias-primas, enquanto atividades produtivas, numa perspectiva histórica e sua

relação com a dinâmica de classes e com as categorias que foram objeto das políticas de desenvolvimento regional.

A análise de um *corpus* documental constituído por um relatório produzido pelo Ministério da Agricultura em 1939, intitulado *As atividades agrícolas do Brasil em 1939*, pelo relatório-síntese elaborado, em 1950, pelo economista brasileiro Octávio Gouvêa de Bulhões a respeito dos trabalhos da Comissão Abbink, intitulado *À margem de um relatório*, o Plano Salte, de 1948, o relatório da *Comissão Mista Brasil-Estados Unidos para o Desenvolvimento Econômico*, de 1954, em dois volumes, o estudo elaborado pelo Grupo Misto BNDE-CEPAL, com o título de *Análise e projeções do desenvolvimento econômico*, de 1957, e os quatro planos diretores da SUDENE: 1961-1963, 1963-1965, 1966-1968 e 1969-1973, confirma o papel central do Estado e dos investimentos públicos no desenvolvimento do setor agropecuário a partir da formulação e execução de políticas agrárias e agrícolas entre o final da década de 1930 e o final da década de 1960, sendo que a produção de alimentos para o abastecimento do mercado interno e a de matérias-primas para a indústria ocupou um espaço significativo no campo das preocupações governamentais a respeito do desenvolvimento econômico brasileiro.

No entanto, uma das descobertas feitas por esta pesquisa consistiu na captura do movimento histórico no qual ocorreram as formulações e execuções das políticas agrárias e agrícolas neste período, sendo possível distinguir três momentos distintos. No primeiro momento deste movimento histórico, que vai do final da década de 1930 até 1945, a agricultura foi pensada a partir dos problemas internos deste setor econômico. Durante este período os problemas centrais consistiram no aumento da produção de alimentos e matérias-primas para o abastecimento do mercado interno como estratégia para o aumento da oferta de alimentos que atendesse às necessidades das populações rurais e urbanas e o desenvolvimento industrial do país. As políticas formuladas ou adotadas consistiam no aumento da área cultivada, com o melhoramento genético de sementes e de plantas a partir da experimentação agrícola e ações voltadas para a melhoria da saúde do trabalhador.

O segundo momento desse movimento histórico situa-se entre a segunda metade da década de 1940 até 1958. Uma mudança significativa no período foi o fato de que a agricultura foi pensada a partir de sua relação ou subordinação ao processo de industrialização, significando que a dinâmica interna do setor agropecuário não foi tomada como referência para a formulação das políticas agrícolas e agrárias do período. Os princípios destas políticas continuaram os mesmos, ou seja, o aumento da produção agrícola para atender à necessidade de ampliação da oferta de alimentos em virtude dos processos de

industrialização e urbanização crescentes que resultariam na baixa dos preços dos alimentos agrícolas diminuindo, assim, o impacto sobre a inflação. Neste sentido, as ações voltadas para o aumento da produção agropecuária não se relacionavam diretamente com a alteração das condições materiais e sociais da produção, restringindo-se ao enfrentamento dos gargalos da agricultura brasileira que estavam relacionados com os problemas de infraestrutura como transportes, armazenamento e conservação dos alimentos. Desta forma, a prioridade deveria ser dada à construção de rodovias ou ferrovias, silos, armazéns e câmaras frigoríficas. A mecanização da agricultura figura como a única ação voltada para a alteração das condições técnicas da produção agrícola.

O terceiro momento do movimento histórico das políticas agrárias e agrícolas brasileiras pode ser evidenciado através de um diagnóstico elaborado pelo Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), intitulado *Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, publicado em 1958, inaugurando uma nova forma de compreensão dos problemas econômicos, colocando a questão regional no centro do debate político-econômico do país. Nesta fase a agricultura não aparece mais como um setor coadjuvante ou apêndice do industrial, embora a premissa básica continue a mesma, ou seja, o aumento das ofertas de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e de matérias-primas para a indústria. Sem a realização desta função básica pela agricultura fracassaria a tentativa de desenvolvimento industrial, daí a atenção especial dada à alteração das condições sociais e técnicas da produção agropecuária, sem que tenham sido deixados de lado os problemas relacionados à infraestrutura de apoio à economia agrícola como os investimentos em rodovias, armazenagem e distribuição da produção. É nesta terceira fase que se pode observar a formulação efetiva de políticas agrárias e agrícolas com o objetivo de alterar sensivelmente as condições sociais e técnicas da produção agropecuária. A SUDENE desempenharia um papel fundamental na formulação e execução destas políticas atuando, principalmente, na criação das condições para a ampliação da oferta de alimentos agrícolas para o abastecimento do mercado interno e o aumento da produção de matérias-primas para a indústria.

Neste sentido formulação e execução das políticas agrárias e agrícolas foram conduzidas pela SUDENE, em parceria com outras autarquias federais como o DNOCS, e sintetizadas em cinco grandes eixos: a) a análise da economia agrícola, com o objetivo de analisar a estrutura socioeconômica e funcionamento do setor primário; b) a pesquisa e experimentação agrícola, com o objetivo de formar uma infraestrutura que possibilitasse um desenvolvimento mais amplo das atividades de pesquisa e experimentação e, também, à

execução de projetos considerados prioritários, com vistas a promover o aumento da produtividade; c) a organização agrária, com o objetivo de fortalecimento do cooperativismo e estímulo a novas formas de organização agrária; d) o abastecimento, com o objetivo de melhorar o sistema de comercialização e do financiamento da produção e o estabelecimento de uma política de preços, e; e) a promoção agropecuária, com o objetivo de aumentar a oferta de alimentos e de matérias-primas tanto para o mercado regional quanto para a exportação.

A formulação e execução destas políticas agrárias e agrícolas contribuiriam, na perspectiva da SUDENE, para a criação das condições essenciais para o desenvolvimento da economia agrícola e industrial nordestinas, atacando de frente os dois principais problemas da economia regional diagnosticados no final da década de 1950: a disparidade de renda e de crescimento em relação ao Sudeste do país. Neste sentido, é somente no final da década de 1950 e início da década de 1960 que o Nordeste passa a compor de forma mais concreta as ações voltadas para o desenvolvimento econômico do país.

Nesta pesquisa identifiquei que a atuação da SUDENE no Nordeste brasileiro, no que diz respeito às políticas agrárias e agrícolas, teve como *locus* privilegiado a região do Vale do Jaguaribe, no Estado do Ceará. A intervenção da SUDENE na região do Vale do Jaguaribe foi iniciada com a criação do Grupo de Estudos do Vale do Jaguaribe (GEVJ), em 1961, responsável pela realização do inventário dos recursos naturais da bacia do rio Jaguaribe, efetuando o estudo dos solos e das águas disponíveis. A bacia do Jaguaribe foi escolhida como região-padrão, representativa do Polígono das Secas, cujos resultados e a experiência adquirida seriam utilizados para a definição das modalidades de abordagem e estudo de uma região natural. Além dos inventários das potencialidades dos recursos hídricos, dos solos e das técnicas agrícolas e das estruturas agrárias foram realizados estudos sobre os obstáculos econômicos e sociais ao desenvolvimento econômico da região.

Os trabalhos do GEVJ resultaram na elaboração do *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, realizado entre 1962 e 1965. As principais contribuições do *Estudo Geral* consistiram em inventariar os recursos naturais (solos e água), identificar os problemas socioeconômicos e culturais e indicar as recomendações para a valorização agrícola da região. A esta fase das intervenções do Estado na região do Vale do Jaguaribe a denominei de *seleção e dominação territoriais*. A *seleção do território* produziu uma nova relação, a *dominação territorial*. A partir desta nova relação com o espaço a SUDENE e o DNOCS realizaram a alteração do *sistema de uso e posse da terra* afetando a relação entre *terra, trabalho e produção*, dando início ao processo de transformação dos pequenos produtores rurais de mão

de obra agrícola em agricultor familiar empresarial, tendo no *colono* o protótipo deste novo agricultor.

A *seleção e dominação territoriais* envolveu uma série de ações que resultaram em elaborações de representações do espaço a partir das quais foram construídas tipologias e classificações que orientarão as intervenções posteriores do Estado e da iniciativa privada. As representações do espaço elaboradas no *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe* contribuíram para a definição das áreas que seriam objeto de valorização hidroagrícola com a instalação de perímetros irrigados em zonas representativas da bacia do Jaguaribe. Uma das principais contribuições do *Estudo Geral* foi a realização de um programa de estudos integrados de uma região.

Uma das representações a respeito da agricultura elaborada pelo *Estudo Geral* a apresentou a partir das seguintes qualificações negativas: primitiva, realizada pela mão do homem, ou seja, sem o emprego de maquinário ou força de tração animal; produtividade do trabalhador baixa; poder aquisitivo dos agricultores muito baixo; acentuada precariedade da agricultura em razão das secas periódicas; precariedade das estradas e vias de comunicação; população rural condenada à estagnação e falta de líderes locais capazes de vitalizar uma região e falta de ação do poder público. No entanto, mesmo diante deste cenário a agricultura foi apontada como sendo responsável por mais de 50% da renda regional total, ocupando mais de 50% da população economicamente ativa.

O *Estudo Geral* apontou diversos obstáculos ao desenvolvimento da região, destacando os freios naturais, os freios técnicos, os freios econômicos (ao nível do produtor agrícola) e os freios econômicos e sociais (ao nível das populações agrícolas). O *Estudo* apontou também os fatores de desenvolvimento da região que são a água, a terra, o gado e o homem. Para a otimização ou aproveitamento dos três primeiros fatores (água, terra e gado) foi elaborada a proposta de uma nova divisão da bacia do Jaguaribe em zonas de vocação, constituindo uma das condições para a planificação das ações de valorização agrícola e hidroagrícola tendo como base *representações do espaço* que contribuíram para a consolidação da *seleção e dominação territoriais*. O último fator de desenvolvimento, o homem, que era um fator abundante, disponível e subdesenvolvido, deveria ser promovido a partir da valorização integral da bacia do rio Jaguaribe. A “política do homem”, recomendada pelo *Estudo Geral de Base do Vale do Jaguaribe*, tinha como fundamento uma política sobre o homem, tendo em vista que o Vale do Jaguaribe estava “condenado” pela natureza a ter como fonte de seu desenvolvimento a agricultura. A “política do homem” jaguaribano fecha o ciclo do processo de *seleção do território* e da *dominação territorial*.

A *seleção e dominação territoriais* torna-se uma dimensão importante para a análise do processo que se seguiu na execução da política de valorização hidroagrícola do Baixo Jaguaribe, com a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Trata-se da alteração do *sistema de uso e posse da terra*, contemplando a relação entre *terra, trabalho e produção*, tendo como agente central dessa dimensão as populações rurais, entendida em sua diferenciação social enquanto trabalhadores rurais assalariados, minifundistas, pequenos e médios produtores rurais - que se constituem no sujeito coletivo da ocupação territorial e organização do sistema produtivo local.

A análise recaiu sobre a *prática espacial*, a dimensão do espaço que engloba a produção e a reprodução, que são lugares específicos e conjuntos espaciais próprios a cada formação social (LEFEBVRE, 1991), detendo-se nos elementos fundamentais da estrutura agrária e da produção agrícola da região na qual foi instalado o Perímetro Irrigado de Morada Nova, a partir dos inventários fundiários das unidades agrícolas desapropriadas que revelaram as condições de produção dos minifúndios e das pequenas propriedades rurais, assim como o nível das condições de reprodução social da população da região objeto de desapropriação para a instalação do referido projeto de irrigação. De acordo com os cálculos realizados por Anthony L. Hall (HALL, 1976) cerca de três mil famílias foram desalojadas de suas propriedades. Nesta pesquisa analisei 475 cadastros das propriedades desapropriadas, os quais continham os inventários da cobertura vegetal e das benfeitorias de cada propriedade.

Na análise empreendida tomei a categoria *reprodução social* como a principal referência para a compreensão do sistema de produção agrícola da região. Neste sentido, compreende-se que o processo de reprodução, no caso da agricultura, depende da categoria social específica do agricultor que, por sua vez, depende das relações de produção, de propriedade e de troca que este mantém com outros agentes que participam direta ou indiretamente do processo produtivo, sendo que o acesso e as formas de uso da terra, assim como os tipos de atividades econômicas realizadas pelos agricultores são condições primordiais para a garantia e continuidade dos processos de reprodução social. A partir da análise dos castrados fundiários identifiquei alguns elementos centrais do sistema de produção agrícola da região como o predomínio de minifúndios, predomínio dos homens em relação à posse e uso da terra, o predomínio das propriedades utilizadas como *terra de trabalho* sobre as *terras de morada e trabalho*, assim como as propriedades utilizadas exclusivamente como *terra de morada* e, por fim, um processo de diferenciação social bastante evidente, demonstrado pela disparidade das indenizações entre as propriedades utilizadas como *terra de trabalho* e as utilizadas somente como *terra de morada*.

Analisando os dados sobre a estimativa do valor da produção das *unidades de produção secundária* e das *unidades de produção principal*, tomando como referência o valor estimado para as culturas frutífera e industrial, o extrativismo vegetal e a silvicultura foi possível compor um quadro que deu destaque à dimensão econômica da reprodução social dos proprietários rurais e da mão de obra agrícola da região. A pesquisa demonstrou que os resultados econômicos das unidades de produção agrícola se constituem, em primeiro lugar, em um indicador importante para a compreensão dos processos de diferenciação social dos produtores e trabalhadores agrícolas da região, ao mesmo tempo em que indicam as condições materiais da reprodução social destas categorias. Em segundo lugar, demonstrou o quanto à destruição da natureza afetou as dimensões socioeconômicas e socioambientais da região, pois a instalação do Perímetro Irrigado de Morada Nova foi acompanhada do deslocamento populacional e da destruição da cobertura vegetal.

Os dados sobre as propriedades desapropriadas, apoiados na abordagem da economia política agrária, permitiram a identificação das diversas categorias de produtores/trabalhadores agrícolas da região em estudo. Em primeiro lugar, a maioria dos desapropriados realizava seu processo de reprodução a partir da *mercantilização da subsistência*, processo pelo qual os camponeses ou trabalhadores rurais perdem a capacidade de se reproduzirem fora da relação mercantil e do mercado, sem necessariamente serem expropriados da terra e de outros meios de produção, constituindo-se numa forma mais genérica de subordinação do trabalho ao capital do que a expropriação pura e simples. Em segundo lugar, identifiquei a existência da pequena produção de mercadorias realizada em estabelecimentos agrícolas organizados como pequenas empresas de produção de mercadorias, isto é, a partir da combinação capital e trabalho. A especificidade destas explorações agrícolas seria servir de condição para a reprodução dos meios de produção, do capital e dos próprios agricultores como trabalho, não havendo, no plano da exploração agrícola, a contradição entre capital e trabalho. Por fim, identifiquei um processo de diferenciação social interna marcado pela presença de produtores/agricultores pobres, médios e ricos. A maioria dos proprietários desapropriados somente poderia garantir o processo de reprodução social a partir da *mercantilização da subsistência*, tendo em vista que as necessidades dos fundos de consumo e manutenção não poderiam ser satisfeitas pelas atividades produtivas realizadas nos estabelecimentos agrícolas.

Por fim, analisei nesta pesquisa o processo de transformação dos pequenos produtores rurais e da mão de obra agrícola em agricultor familiar empresarial, constituindo a terceira dimensão a ser considerada no processo de formulação e execução das políticas de

desenvolvimento agrícola na região do Baixo Jaguaribe. O núcleo central da análise tomou o Estado como o agente responsável pela transformação das condições técnicas e sociais da produção e o propagador da ideologia da agricultura familiar empresarial. A análise demonstrou que o *colono* ou *irrigante* tornou-se uma cobaia através da qual foi realizada a experimentação da agricultura familiar empresarial, tendo em vista que o perímetro irrigado constituiu-se no laboratório experimental desta nova agricultura, do planejamento econômico e do planejamento agrícola. No processo os colonos foram tomados como as cobaias, submetidos a um controle rígido, que não se restringiu às formas de organização da produção, estendendo-se à organização da moradia, às práticas higienistas e às formas de sociabilidade baseadas na cooperação entre famílias que buscavam o sucesso individual da unidade de produção.

No entanto, as metas de instalação dos colonos no Perímetro Irrigado de Morada Nova não foram atingidas, pois o cronograma inicial previa o assentamento de 1.626 colonos no período de 1970 a 1979. Levando em consideração que até 1991 haviam sido instalados apenas 946 colonos, ou seja, apenas 58% das explorações agrícolas haviam sido ocupadas. A situação se torna mais grave quando se observa a taxa de ocupação efetiva das unidades agrícolas ou lotes, pois quando se retira da contagem os colonos que foram afastados, a taxa de ocupação cai para 39% tendo em vista que 314 colonos foram afastados nesse período, restando assim 632 colonos efetivamente assentados.

Conforme demonstrado no último capítulo da tese os benefícios trazidos pelo Projeto Irrigado de Morada Nova andaram longe de compensar os danos causados à população local, que foi deslocada compulsoriamente, e os danos causados ao meio ambiente que foi completamente modificado, resultando na cientificização e tecnificação do espaço ou meio geográfico.

A cientificização e tecnificação do espaço ou meio geográfico fechou o movimento das transformações agrárias ocorridas na região do Baixo Vale do Jaguaribe iniciado na década de 1960. Esse movimento teve início com a seleção e dominação territoriais, a alteração das práticas espaciais vigentes no período anterior à instalação do projeto de irrigação, a emergência do pequeno agricultor familiar empresarial e a instrumentalização do território a partir dos processos de cientificização e tecnificação do meio geográfico, marcando a passagem do meio natural para o meio técnico em uma pequena parcela do espaço dessa região, servindo de referência ou modelo para as ações da SUDENE e do DNOCS em outras regiões do semiárido nordestino.

FONTES E DOCUMENTOS

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v. 31, p. 1-832, 1970.

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL. Rio de Janeiro, IBGE, v. 32, p. 1-832, 1971.

ATLAS HISTÓRICO DO BRASIL. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/marcos/caminhos-dogado/mapas/o-nordeste-da-cana-e-do-gado-no-seculo-17>. Acesso em: 13 fev. 2023.

BERG, Alan. **Malnourished people**: a policy view (English). Poverty and basic needs series. Washington, DC: The WorldBank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/503091468780872322/Malnourished-people-a-policy-view>. Acesso em: 15 out. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Instrução Especial do INCRA nº 20, de 1980. Aprovada pela Portaria MA 146/80 - **DOU** 12/6/80, Seção I, p. 11.606. Estabelece o Módulo Fiscal de cada Município, previsto no Decreto nº 84.685, de 06 de maio de 1980. Disponível em: https://www.gov.br/incra/pt-br/centrais-de-conteudos/legislacao/ie20_1980.pdf. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 54.026, de 17 de julho de 1964**. Define as atribuições do Ministério de Estado Extraordinário para a Coordenação dos Organismos Regionais e dá outras providências. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-54026-17-julho-1964-394007-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 4.504, de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra; e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 6.746, de 10 de Dezembro de 1979**. Altera o disposto nos arts. 49 e 50 da Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964 (Estatuto da Terra), e dá outras providências. Brasília, DF: Casa Civil, 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.629, de 1993**. Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal. Brasília, DF: Casa Civil, 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 fev. 2023.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA. SECRETARIA-GERAL. PROJETO RADAMBRASIL. **Folhas SB. 24/25 Jaguaribe/Natal**: geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, Projeto RADAMBRASIL, 1981. 744 p. il., 7 mapas (Levantamento de Recursos Naturais, 23).

BRASIL. MINTER. SUDENE. SCET/COOP. **Vale do rio Banabuiú**: anteprojeto de valorização hidroagrícola. Síntese. [s.l.], SUDENE, 1969.

BRASIL. SUDENE. **A problemática e a política da terra e água no Nordeste**. Recife: SUDENE, 1985. 296p. (Projeto Nordeste; v.7).

BRASIL. SUDENE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste I**: 1961-1963. 2 ed. Recife: SUDENE Divisão de Documentação, 1966a. (Série Planejamento).

BRASIL. SUDENE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste II**: 1963-1965. 2ª ed. Recife: SUDENE Divisão de Documentação, 1966b. (Série Planejamento).

BRASIL. SUDENE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste III, 1966-1968**. 2 ed. Recife: SUDENE Divisão de Documentação, 1966c. (Série Planejamento).

BRASIL. **Decreto nº 61.185, de 21 de agosto de 1967**. Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, a área de terreno que especifica no município de Morada Nova, Estado do Ceará. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-61185-21-agosto-1967-402559-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. SUDENE. **Plano Diretor de Desenvolvimento Econômico e Social do Nordeste IV**. 1969-1973. Recife: Divisão de Documentação, 1968. (Série Planejamento).

BRASIL. SUDENE. **Relatório da Secretaria Executiva – novembro/66**. [s.l.]:[s.n.], nov. 1966.

BRASIL. **Lei nº 2.786, de 21 de maio de 1956**. Altera a lei sobre desapropriação por utilidade pública. Brasília: DF: Câmara dos Deputados, 1956. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2786-21-maio-1956-355051-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO. **O Plano Salte**. Mensagem n. 196, de 10 de maio de 1948, e Anexo - Lei n. 1.1.2, de 18 de maio de 1950 que o aprova - e Decreto n. 28.225, de 12 de junho de 1950, que o regulamenta. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941**. Dispõe sobre desapropriações por utilidade pública. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 1941. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decllei/1940-1949/decreto-lei-3365-21-junho-1941-413383-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 30 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **As atividades agrícolas do Brasil em 1939**. Rio de Janeiro: Serviço de Informação Agrícola, 1939. v. 1

BULHÕES, Octavio Gouvêa de. **À margem de um relatório**. Texto das conclusões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos (Missão Abbink). Rio de Janeiro, Edições Financeiras S. A., 1950.

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Relatório Geral**. Rio de Janeiro, Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1954. t. 1

COMISSÃO MISTA BRASIL-ESTADOS UNIDOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. **Relatório Geral**. Rio de Janeiro, Conselho Técnico de Economia e Finanças, 1954. t. 2

DNOCS. **Proc. nº. 041/75 – Otávio Virgílio Carneiro**. Fortaleza: Serviço de Desapropriação, 1975. Datilografado [pasta contendo excertos do referido processo].

DNOCS. **Proc. nº. 517/79 – Espólio de Maria das Dores de Jesus**. Fortaleza: Serviço de Desapropriação, 1979. Datilografado [pasta contendo excertos do referido processo].

DNOCS. **Levantamento cadastral da área de implantação do Perímetro de Irrigação Morada Nova**. Fortaleza: Seção Regional de Desapropriação e Concessão de Terras, 1970. 3v. mimeo.

DNOCS. **Contratos firmados pelo DNOCS e os irrigantes do Perímetro de Irrigação de Morada Nova**. Fortaleza, 1970.

DUANE, Paul. **A policy framework for irrigation water charges (English)**. Staff working paper; no. SWP 218. Washington, D.C.: The World Bank, 1981. Disponível em <http://documents.worldbank.org/curated/en/703771467997609713/A-policy-framework-for-irrigation-water-charges>. Acesso em: 15 out. 2019.

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO CEARÁ. Disponível em: <https://www.ematerce.ce.gov.br/institucional/>. Acesso em: 18 fev. 2023.

EXPOSIÇÃO SOBRE O PROGRAMA DE REAPARELHAMENTO ECONÔMICO. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1953. Disponível em: <http://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/2726>. Acesso em: 19 mai. 2020.

GRUPO MISTO DE ESTUDOS CEPAL/BNDE. **Análise e projeções do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico, 1957. 290 p.

IBGE. Coordenação de Geografia. **Divisão regional do Brasil em regiões geográficas imediatas e regiões geográficas intermediárias**: 2017. - Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE. **Divisão do Brasil em Mesorregiões e Microrregiões Geográficas**. Vol I. Rio de Janeiro: Fundação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Diretoria de Geociências (DGC) e Departamento de Geografia (DEGEO). Rio de Janeiro. 1990. 137 p.

IBGE. **Sinopse preliminar do Censo Demográfico, IX recenseamento geral do Brasil - 1980**. Rio de Janeiro: IBGE, 1980.

IBGE. **Censo Agropecuário**: Brasil. Rio de Janeiro, IBGE, 1970a. 333 p. : tab - (VII Recenseamento Geral - 1970: série nacional; v. 3).

IBGE. **Censo Agropecuário**: Ceará. Rio de Janeiro, IBGE, 1970b. 465 p. : tab. - (VII Recenseamento Geral - 1970: série regional; v. 3, t. 8)

IBGE. **Divisão do Brasil em Microrregiões Homogêneas 1968**. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coord. Geral /Fundação IBGE. 1970. 564p.

IBGE. Conselho Nacional de Estatística. **Exportação do Ceará por vias internas: 1959**. Rio de Janeiro, Diretoria de Levantamentos Estatísticos, 1959.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ – IPECE. **As regiões de planejamento do estado do Ceará**. Textos para Discussão – nº 111, nov. 2015. Disponível em: https://www.ipece.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/45/2014/02/TD_111.pdf. Acesso em: 27 set. 2019.

INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ - IPECE. Ceará em Mapas: informações georreferenciadas e espacializadas para os 184 municípios cearenses. Disponível em: <http://www2.ipece.ce.gov.br/atlas/lista/index.htm>. Acesso em: 13 fev. 2023.

McNAMARA, Robert Strenge. Preface. In: BERG, Alan. **Malnourished people: a policy view** (English). Poverty and basic needs series. Washington, DC: The WorldBank. Disponível em: <http://documents.worldbank.org/curated/en/503091468780872322/Malnourished-people-a-policy-view>. Acesso em: 15 out. 2019.

PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK. Estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de setembro de 1959. Rio de Janeiro: Presidência da República; Serviço de Documentação, 1959.

PROGRAMA DE METAS DO PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK. Estado do plano de desenvolvimento econômico em 30 de junho de 1958. Rio de Janeiro: Presidência da República; Serviço de Documentação, 1958.

REDE DE VIAÇÃO CEARENSE: mapas ferroviários. In **Centro-Oeste - Brasil** [Online]. Disponível em: <http://vfco.brazilia.jor.br/ferrovias-historia/1907-CIB/EF-Baturite.shtml>. Acesso em: 17 fev. 2023.

SUDENE. GEVJ; FRANÇA. ASMIC. **Estudo geral de base do Vale do Jaguaribe**. Recife: SUDENE, 1967. v. 1

SUDENE. Conselho Deliberativo. **Proposição n.º 41/67, de 26 de outubro de 1967**. Solicita revogação da autorização para constituição da “Companhia de Desenvolvimento do Vale do Jaguaribe. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br/acervo/PRO_041_1967.pdf. Acesso em: 2 dez. 2018.

SUDENE. Conselho Deliberativo. **Resolução n.º 2.176, de 2 de março de 1966**. Autoriza a Secretaria Executiva a promover a organização de uma Sociedade Anônima de Economia Mista, destina a incentivar o desenvolvimento da região no Vale do Jaguaribe, obedecidas as linhas gerais na Proposição nº 06/1966. Recife, 1966. Disponível em: http://procondel.sudene.gov.br/acervo/RES_02176_1966.pdf. Acesso em: 2 dez. 2018.

SUDENE. Coordenação do Plano Diretor. **Relatório da Secretaria Executiva – novembro/66**. [s.l.], nov. 1966

SUDENE. **Relatório das atividades em 1963 (Redação provisória)**. - Recife, SUDENE, 1964.

THÉBERGE, P. **Carta chorographica da Província do Ceará com divisão eclesiastica e indicação da civil judiciária até hoje**. 1861. 1 mapa. Disponível em:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249878/cart249878.html. Acesso em: 25 Mar. 2023.

WORLD BANK. **Brazil - Irrigation Subsector Project (English)**. Washington, DC: World Bank, 1988a. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/908171468005699561/Brazil-Irrigation-Subsector-Project>. Acesso em: 15 out. 2019.

WORLD BANK. **Brazil - Jaiba Irrigation Project (English)**. Washington, DC: World Bank, 1988b. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/672411468015865411/Brazil-Jaiba-Irrigation-Project>. Acesso em: 15 out. 2019.

WORLD BANK. **Brazil - Rural development programs for the Northeast: an interim assessment (English)**. A World Bank country study. Washington, D.C.: The World Bank, 1983. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/267301468239134265/Brazil-Rural-development-programs-for-the-Northeast-an-interim-assessment>. Acesso em: 15 out. 2019.

WORLD BANK. **Brazil - Second Sao Francisco Irrigation Project (English)**. Washington, DC: World Bank, 1979. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/881261468227668931/Brazil-Second-Sao-Francisco-Irrigation-Project>. Acesso em: 15 out. 2019.

WORLD BANK. **Brazil - Sao Francisco Valley Irrigation Project (English)**. Agriculture projects series; no. PA 67. Washington, DC: World Bank, 1970. Disponível em:

<http://documents.worldbank.org/curated/en/866131468225892781/Brazil-Sao-Francisco-Valley-Irrigation-Project>. Acesso em: 15 out. 2019.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, Ricardo. O admirável mundo novo de Alexander Chayanov. **Estud. av.**, São Paulo, v.12, n.32, p. 69-74, abr. 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000100006. Acesso em: 11 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141998000100006>.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo: HUCITEC, 1992.

AKRAM-LODHI, A. Haroon. What is Critical Agrarian Studies? **Review of African Political Economy**, mar. 2018. (Seção Critical Agrarian Studies). Disponível em: <http://roape.net/2018/03/28/what-is-critical-agrarian-studies/>. Acesso em: 20 jul. 2019.

ALBUQUERQUE, José Alfredo de. **Avaliação do Programa de Transferência da Gestão em Perímetros Públicos de Irrigação: o caso de Morada Nova**. Dissertação (Mestrado em Avaliação de Políticas Públicas). Universidade Federal do Ceará, Centro de Ciências Agrárias, Fortaleza, 2008.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de. A economia política dos descobrimentos. *In*: NOVAES, Aduino (org.). **A descoberta do homem e do mundo**. Editora Schwarz Ltda., 1998. pp. 193-

ALEXANDRE, Severino Ferreira. **Exposição a agrotóxicos e fertilizantes químicos: agravos à saúde dos trabalhadores no agronegócio do abacaxi, em Limoeiro do Norte-Ce**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - UFC, Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://www.saudepublica.ufc.br/imagens/uploads/dissertacoes/172def51d4ce042df50c8bfd178f2ba6.pdf>. Acesso em: 29 mar.2016

ALPELDOORN, Bastiaan van; GRAAFF, Naná de; OVERBEEK, Henk Overbeek. The Reconfiguration of the Global State–Capital Nexus. **Globalizations**, v. 9, n. 4, pp. 471-486, ago. 2012. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1080/14747731.2012.699915>. Acesso em: 27 abr. 2019.

ALVARENGA, Alberto; MALTCHIEFF, Jacques. L'espace social, nouveau paradigme? **Espaces et sociétés: revue critique internationale de l'aménagement, de l'architecture et de l'urbanisation**, n^{os} 34-35, pp. 47-73, juillet-décembre 1980. Disponível em: <https://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5619593w/f4.item>. Acesso em: 11 jun. 2019.

ALVARENGA, Manuela Mendonça de; SANTANA, Simão Bossi. O conceito de produção do espaço no pensamento geográfico. *In*: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 15., 2015, La Habana. **Anais [...]**. La Habana, 2015. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal15/Teoriaymetodo/Pensamientogeografico/04.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2019.

AMIN, Samir. O capitalismo e a renda fundiária (A dominação do capitalismo sobre a agricultura). *In*: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pp. 9-40 – (Pensamento crítico, v. 15).

ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Herança de diferenciação e futuro de fragmentação. **Estud. av.**, São Paulo, v. 11, n. 29, p. 7-36, abr. 1997. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/ea/v11n29/v11n29a02.pdf>. Acesso em: 24 out. 2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141997000100002>.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de. **Ferrovias de papel**: projetos de domínios territoriais no Ceará (1864-1880). 2011. 166 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Centro de Ciências, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

ASSIS, Raimundo Jucier Sousa de; SAMPAIO, José Levi Furtado. Formação territorial do Ceará: dos caminhos antigos aos projetos ferroviários (1817-1877). **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 32, n. 2, p. 139-157, 2012. DOI: 10.5216/bgg.v32i2.21082. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/bgg/article/view/21082>. Acesso em: 15 fev. 2023.

AUTRAN, Henrique Roberto Correia. **Determinação da combinação ótima de atividades no perímetro irrigado de Morada Nova, Ceará, através da programação linear**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, Fortaleza, 1978. 130p

BARREIROS, Daniel. **Debates sobre a Transição**: ideias e intelectuais na controvérsia sobre a origem do capitalismo. Niterói, EDUFF, 2008.

BARROS, José D'Assunção. História, espaço e tempo: interações necessárias. **Varia hist.**, Belo Horizonte, v. 22, n. 36, p. 460-475, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/vh/v22n36/v22n36a12.pdf>. Acesso em: 22 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-87752006000200012>.

BARROS, José D'Assunção. O campo histórico – considerações sobre as especialidades na historiografia contemporânea. **História Unisinos**, v. 9, n. 3, pp. 230-242, set./dez. 2005. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/historia/article/view/6433>. Acesso em: 07 jul. 2019.

BARROS, José D'Assunção. **O campo da história** – especialidades e abordagens. Petrópolis, Vozes, 2004. 220 p.

BARTRA, Armando (Bartra Vergés). **Os novos camponeses**: leituras a partir do México profundo. Trad. Maria Angélica Pandolfi; revisão técnica Bernardo Mançano Fernandes, João Pedro Stédile, Silvia Beatriz Adoue. – São Paulo: Cultura Acadêmica; Cátedra Unesco de Educação do Campo e Desenvolvimento Rural, 2011.

BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito da história. *In*: **Obras Escolhidas**, vol. 1, trad. Sérgio Paulo Ruanet; prefácio Jane Marie Gagnebin. 3ª ed. - São Paulo, Brasiliense, [1940] 1987. p. 222-232.

BERBEROGLU, Berch. Les classes sociales au centre d'une approche critique en études du développement. *In*: VELTMEYER, Henry; ARY TANIMOUNE, Nasser (eds). **Des outils pour le changement**: une approche critique en études du développement. Ottawa: University of Ottawa Press, 2015, pp. 118-122. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.30>. Acesso em: 29 jul. 2019.

BERNARDES, Nilo. O pensamento geográfico tradicional. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, ano 44, n. 3, p. 391-414, jul./set. 1982.

BERNSTEIN, Henry. Political economy of agrarian change: Some key concepts and questions. **RUDN Journal of Sociology**, v.17, n. 1, p.7-18, dez. 2017. Disponível em: <http://journals.rudn.ru/sociology/article/view/15452>. Acesso em: 17 jul. 2019. doi: 10.22363/2313-2272-2017-17-1-7-18.

BERNSTEIN, Henry. Some Reflections on Agrarian Change in China. **Journal of Agrarian Change**, Vol. 15, n. 3, p. 454-477, jun. 2015. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/joac.12116>. Acesso em: 01 abr. 2019. doi: 10.1111 / joac.12116

BERNSTEIN, Henry. **Dinâmicas de classe da mudança agrária**. Tradução de Beatriz Medina. São Paulo: Unesp, 2011a. 171p.

BERNSTEIN, Henry. A dinâmica de classe do desenvolvimento agrário na era da globalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v.13, n. 27, p. 52-81, ago. 2011b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222011000200004&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 mar. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S1517-45222011000200004>.

BERNSTEIN, Henry; BYRES, Terence J. From Peasant Studies to Agrarian Change. **Journal of Agrarian Change**, v. 1, n. 1, pp. 1-56, jan. 2001. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/1471-0366.00002>. Acesso em: 30 mar. 2019.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e a nova divisão social e territorial do trabalho agropecuário formal no Nordeste**. Dissertação (Mestre em Geografia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2008. Disponível em: http://www.uece.br/mag/dmdocuments/juscelino_bezerra_eudamidas.pdf. Acesso em: 09 mar 2016.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício de historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BLOCH, Marc; FEBVRE, Lucien. À nos lecteurs. **Annales**, v. 1, n. 1, p. 1-2, jan. 1929. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/ahess_0003-441x_1929_num_1_1_1031. Acesso em: 22 set. 2019.

BOMFIM, Paulo Roberto de Albuquerque. Michel Rochefort e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística na década de 1960. **Sociedade e Natureza**, Uberlândia, v. 27, n. 3, p. 365-378, dez. 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-45132015000300365&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 28 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/1982-451320150301>.

BOURDIEU, Pierre. Espaço físico, espaço social e espaço físico apropriado. **Estud. av.**, São Paulo, v. 27, nº 79, p. 133-144, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-

40142013000300010&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 08 de junho de 2019.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142013000300010>.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.

BOURDIEU, Pierre. Sur les rapports entre la sociologie et l'histoire en Allemagne et en France. **Actes de la recherche en sciences sociales**, vol. 106-107, p. 108-122, mar. 1995. Histoire sociale des sciences sociales. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/arss_0335-5322_1995_num_106_1_3141. Acesso em: 18 mar. 2019.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Ed. Difel, 1989.

BRAGA, Ana Maria de Fátima Afonso. **Tradição camponesa e modernização**: experiências e memória dos colonos do perímetro irrigado de Morada Nova-CE. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2003.

BRAUDEL, Fernand. **História e Ciências Sociais**. 6 ed. – Lisboa, Editorial Presença, 1990.

CALICCHIO, Vera. **Missão Abbink**. FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/missao-abbink>. Acesso em: 26 jan. 2023b.

CALICCHIO, Vera. **PLANO SALTE**. CPDOC | FGV - Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Disponível em: <https://www18.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/plano-salte>. Acesso em: 26 jan. 2023a.

CARDOSO, Afonso Ligório. A narração da história e o conceito de tempo em Benjamin. **Acta Científica. Ciências Humanas** – Centro Universitário Adventista de São Paulo, Campus Engenheiro Coelho – v.1, n.12, p. 41-52, 2007. Disponível em: <https://revistas.unasp.edu.br/acch/issue/view/37/38>. Acesso em: 20 set. 2019.

CASTRO, Alexandre et. al. Expedição científica ao alto curso do Rio Jaguaribe (Ceará): identificação da nascente do possível maior rio temporário do mundo. **Caderno de Geografia**, v.30, n.63, 2020. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/22990/17249>. Acesso em: 15 fev. 2023.

CARIO, Silvio Antonio Ferraz; BUZANELO, Edemar J. Notas sobre a teoria marxista da renda da terra. **Revista de Ciências Humanas**, Florianópolis, v. 5, n. 8, p. 32-47, jan. 1986. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/revistacfh/article/view/23542>. Acesso em: 24 mar. 2019. doi:<https://doi.org/10.5007/%x>.

CARNEIRO, Fernando Ferreira; RIGOTTO, Raquel Maria ; PIGNATI, Wanderley. Frutas, cereais e carne do Sul: agrotóxicos e conflitos ambientais no agronegócio no Brasil. **e-cadernos CES (Online)**, v. 17, p. 10-30, 2013. Disponível em: <https://eces.revues.org/1101>. Acesso: 16 fev. 2016.

CARVALHO, Alba Maria Pinho de; GUERRA, Eliana Costa; MILANEZ, Bruno. Rentismo-neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990-2017). *In*: RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada Cristina Pontes; RIBEIRO, Livia Alves Dias (Org.). **Tramas emancipatórias**: uma experiência contra-hegemônica no contexto universitário. - Fortaleza: Edições UFC, 2018, v. 1, p. 19-57.

CELLARD, André. A análise documental. *In*: POUPART, Jean. et al. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. 3 ed. - Petrópolis, Vozes, 2012.

CERON, Antonio Olívio; GERARDI, Lucia Helena de O. Modernização da agricultura brasileira: transformações agrárias em um país em desenvolvimento. **Revista Geográfica**, no. 101, 1985, pp. 5–28. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40992481>. Acesso: 16 fev. 2016.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo; ARAUJO, Sergiano de Lima. Modernização Socioespacial e Urbanização na Região do Baixo Jaguaribe-Ceará. **Revista da Casa da Geografia de Sobral**, v,11, n1, p.49-60, 2009. Disponível em: <http://www.uvanet.br/rcgs/index.php/RCGS/article/view/66>. Acesso em: 22 fev. 2016.

CHAVES, Maria Lucenir Jerônimo Chaves. **Urbanização e modernização da agricultura em Limoeiro do Norte**: impactos socioespaciais. 2004. 184 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2004.

COGERH. **Plano de Gerenciamento das Águas da Bacia do rio Jaguaribe**. Fase I: diagnóstico, volume IV: Estudos Ambientais. Fortaleza, COGERH, [s.d.].

COIMBRA, Fernando Guilherme. **Análise socioeconômica do projeto de irrigação Morada Nova-Ce, em relação a estratégia do desenvolvimento rural integrado**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, Fortaleza, Fortaleza, 1986. 60p

COLOMBO, Lucélia. A Sudene e a mudança institucional no regime militar. **CADERNOS do DESENVOLVIMENTO**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 13, pp.153-175, jul.-dez. 2013. Disponível em: <http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs-2.4.8/index.php/cdes/article/view/142>. Acesso em: 06 fev. 2023.

CONTEL, Fabio Betioli. As divisões regionais do IBGE no século XX (1942, 1970 e 1990). **Terra Brasilis (Nova Série)** [online], n. 3, ago. 2014. Disponível em: <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/990>. Acesso em: 25 set. 2019. DOI: 10.4000/terrabrasilis.990

CORAZZA, Gentil. Economia Nacional e Capitalismo: um enfoque histórico-metodológico. *In*: ENCONTRO DA ANPEC, 32., João Pessoa, 2004. **Anais [...]**. João Pessoa, 2004. Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2004/artigos/A04A010.pdf>. Acesso em: 23 mar. 2019.

COSTA, Rosa Ely Baltazar. **Modernização conservadora da agricultura e as alterações socioespaciais no Distrito de Lagoinha-Quixeré (CE)**. 2006. 75 f. Monografia (Especialização em Geografia) –

Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos/ Universidade Estadual do Ceará. Limoeiro do Norte, 2006.

COWEN, Michael P.; SHENTON, Robert W. **Doctrines of Development**. London: Routledge, 1996.

DEERE, C. D.; LEÓN, M. Diferenças de gênero em relação a bens: a propriedade fundiária na América Latina. **Sociologias**, [S. l.], v. 5, n. 10, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/5427>. Acesso em: 3 mar. 2023.

D'INCAO, Maria Ângela. **História e Ideal**. Ensaio sobre Caio Prado Jr. - São Paulo, Brasiliense/Unesp, 1989.

EDELMAN, Marc; WOLFORD, Wendy. Critical Agrarian Studies in theory and practice. **Antipode**. pp. 1-18, 2017. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/anti.12326>. Acesso em: 23 mar. 2019. doi: 10.1111/anti.12326.

ESCOBAR, Arturo. **La invención del Tercer Mundo: construcción y deconstrucción del desarrollo**. Caracas, Venezuela: Fundación Editorial el Perro y la Rana, 2007.

ESPLAR. **Estudo das Repercussões Socioeconômicas do Projeto Morada Nova**. Fortaleza, 1977.

FAIRBAIRN, Madeleine et. al. Introduction: New directions in agrarian political economy. **Journal of Peasant Studies**, vol. 41, n. 5, 653-666, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/03066150.2014.953490>. Acesso em: 19 set. 2018.

FERREIRA, Angela Duarte Damasceno. Cambios en la construcción de lo rural; de la autarquia a la globalización. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, n. 12, p. 147-167, jun. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44781999000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 07 jun. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-44781999000100009>.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Dominação e (re)apropriação do espaço da Mesorregião do Jaguaribe-Ce: expansão do agrohidronegócio e da resistência camponesa. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 17., Belo Horizonte, 2012. **Anais [...]**. Belo Horizonte, 2012a.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. Expansão da fronteira agrícola capitalista e disputas territoriais na Chapada do Apodi, Ceará. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., Uberlândia, 2012. **Anais [...]**. Belo Horizonte: 2012b. Disponível em: http://www.lagea.ig.ufu.br/xxlenga/anais_enga_2012/eixos/1408_1.pdf. Acesso em: 16 fev. 2016.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho. **Marcas da modernização da agricultura no território do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi: uma face da atual reestruturação socioespacial do Ceará**. 181f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2010.

FREITAS, Bernadete Maria Coêlho; ALMEIDA, Diego Gadelha. Impactos socio-ambientais da modernização da agricultura no território da Chapada do Apodi. *In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS*, 16., Porto Alegre, 2010. **Anais [...]**. Porto Alegre, 2010. Disponível em: <http://www.agb.org.br/evento/download.php?idTrabalho=2454>. Acesso: 16 fev. 2016.

FREITAS, Francisca Claudênia de. **A “menina dos olhos do Governo”**: Morada Nova e a implantação do perímetro irrigado. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2012.

FREITAS, Romero Alves. Estranhamento ou empatia? Notas sobre o problema do conhecimento histórico em Walter Benjamin. **ArteFilosofia**, Ouro Preto (MG), n. 1, p. 94-102, 2006. Disponível em: <https://periodicos.ufop.br/pp/index.php/raf/article/view/798>. Acesso em: 20 set. 2019.

FRIEDMANN, Harriet. Feeding the Empire: the Pathologies of Globalized Agriculture. *In: PANITCH, Leo; LEYS, Colin (ed.). The Socialist Register 2005: the empire reloaded*. London: Merlin Press, 2004. pp. 124-143. Disponível em: <https://socialistregister.com/index.php/srv/article/view/5828/2724>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FRIEDMANN, Harriet; McMICHAEL, Philip. Agriculture and the state system: the rise and decline of national agricultures, 1870 to the present. **Sociologia Ruralis**, v. 29, n. 2, pp. 93-117, aug. 1989. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/pdf/10.1111/j.1467-9523.1989.tb00360.x>. Acesso em: 07 abr. 2019.

FUNES, Eurípedes Antônio. Negros no Ceará. *In: SOUZA, Simone de (Org.). Uma nova história do Ceará*. 3. Ed. – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2004.

FURTADO, Celso. Celso Furtado: depoimento. [22 de junho, 1982]. Entrevistadores: Nora Lanari, Ângela Coronel, Rui Modenesi, Aloísio Barbosa e Roberto Rodrigues. **MEMÓRIAS DO DESENVOLVIMENTO**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, ano 3, n.3, pp. 101-122, out. 2009.

GAGNEBIN, Jane Marie. **Walter Benjamin**: os cacos da história. Trad. Sônia Salzstein. São Paulo: Brasiliense, 1993.

GAGNEBIN, Jane Marie. Prefácio. Walter Benjamin ou a história aberta. *In: BENJAMIN, Walter. Magia e técnica, arte e política*: ensaios sobre literatura e história da cultura - Obras Escolhidas, vol. 1, trad. Sérgio Paulo Ruanet; prefácio Jane Marie Gagnebin. 3ª ed. - São Paulo, Brasiliense, 1987. p. 7-19.

GATTO, Luiz Carlos Soares; IBGE. Diretoria de Geociências. **Diagnóstico ambiental da Bacia do Rio Jaguaribe**: diretrizes gerais para a ordenação territorial. Salvador, IBGE/DGC, 1999. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=295788>. Acesso em: 27 set. 2019.

GIRÃO, Valdelice Carneiro. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na capitania do “Siará Grande”. *In: História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha; Stylus Comunicação, 1989.

GIRARDI, Eduardo Paulon. Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia. *In: Atlas da Questão Agrária Brasileira*. Presidente Prudente, UNESP/NERA, 2008. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm#territorio. Acesso em: 28 out. 2017.

GODELIER, Maurice. **Racionalidade e irracionalidade da economia**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980. 397 p.

GOMES, José Eudes Arrais Barroso. **As milícias d’El Rey: tropas militares e poder no Ceará seiscentista**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, 2009.

GTDN. **Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste**. Recife: Sudene, 1967.

GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. Divisão regional do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1942.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935>. Acesso em: 21 set. 2019.

HALL, Anthony L. **Drought and irrigation in Northeast Brazil**. Tese (Doctor of Philosophy - Ph.D.), University of Glasgow, 1976. Disponível em: <https://theses.gla.ac.uk/78723/1/13804083.pdf>. Acesso em: 21 set. 2019.

HARVEY, David. **Os limites do capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (organizadoras). Apresentação. *In: Pensar os arquivos: uma ontologia*. Trad. Luiz Alberto Monjardim de Calazans Barradas. – Rio de Janeiro: FVG Editora, 2018.

IANNI, Octávio. **A Idéia de Brasil Moderno**. São Paulo, Brasiliense, 1994.

JESSOP, Bob. **The State**. Past, Present, Future. Cambridge: Polity 2016.

JESSOP, Bob. **The Future of the Capitalist State**. Cambridge: Polity 2002.

JESSOP, Bob. **The Capitalist State: Marxist Theories and Methods**. Oxford: Blackwell 1982.

JUCÁ NETO, Clovis Ramiro. Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense: algumas notas. **Anais do Museu Paulista**. v. 20. n.1. p. 133-163, jan.-jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/anaismp/v20n1/v20n1a06.pdf>. Acesso em: 02 out. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-47142012000100006>.

KAGEYAMA, Angela A. et. al. O novo padrão agrícola brasileiro: do complexo rural aos complexos agroindustriais. *In*: DELGADO, Guilherme da Costa et al. **Agricultura e Políticas Públicas**. Brasília, IPEA, 1990, pp. 113-223.

KAY, Cristóbal. Le développement rural dans une perspective latino-américaine. *In*: VELTMEYER, Henry; ARY TANIMOUNE, Nasser (eds.). **Des outils pour le changement: Une approche critique en études du développement**. University of Ottawa Press, 2015, pp. 229-232. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.52>. Acesso em: 29 jul. 2019.

KAY, Cristóbal. Les théories du développement vues de l'Amérique latine. *In*: VELTMEYER, Henry; ARY TANIMOUNE, Nasser (eds.) **Des outils pour le changement: Une approche critique en études du développement**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2015. pp. 48-51 – Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.17>. Acesso em: 29 jul. 2019.

LANDIM, José Roberto Medina; MONTEIRO, Manoel Antonio de Almeida. O pequeno agricultor em uma agricultura capitalista. **Perspectivas**, São Paulo, v. 9/10, 1986/1987. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1862>. Acesso em: 27 fev. 2019.

LANGE, Oskar. **Economía Política**. I: Problemas Generales. México-Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 1966.

LEFEBVRE, Henri. **The production of space**. Translated by Donald Nicholson-Smith. – Oxford, OX, Reino Unido; Cambridge, Mass., EUA: BLACKWELL PUBLISHING, 1991.

LEFF, Enrique. Los derechos del ser colectivo y la reapropiación social de la naturaleza. *In*: CUNHA, Berlinda Pereira da; LIMA, Letícia Gonçalves Dias; COSTA, Nálbia Roberta Araújo da; AUGUSTIN, Sérgio (org.). **O saberes ambientais, sustentabilidade e olhar jurídico**: visando a obra de Enrique Leff. Caxias do Sul, RS: Educs, 2015.

LEITE, Sérgio Pereira. A pequena produção e o quadro recente da agricultura brasileira. **Perspectivas**, São Paulo, v. 12/13, 1989/1990. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/1903/1552>. Acesso em 27 fev. 2019.

LIMA, Luiz Cruz *et. al.* Reestruturação socioespacial em lugares subdesenvolvidos: caso no Nordeste brasileiro. *In*: ENCUENTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 17., 2009, Montevideo. **Anais** [...]. Montevideo, 2009. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiatuistica/48.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2016.

LIMA, Ricardo Chaves. **Impactos do programa de irrigação pública do Nordeste na estrutura agrária em sua área de influência**: o caso do Perímetro Irrigado de Morada Nova. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará: Fortaleza, 1990.

LINHARES, Maria Yedda. Região e história agrária. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 17-26, jul. 1995. ISSN 2178-1494. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1998/1137>. Acesso em: 21 mai. 2019.

- MAIA, Aline de Sousa. **Perímetro Irrigado Tabuleiros de Russas: expropriação e resistência das comunidades camponesas (2007 – 2015)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2015.
- MARTINS, José de Souza. Introdução: as coisas no lugar. *In*: MARTINS, José de Souza (org.). **Introdução crítica à sociologia rural**. 2 ed. - São Paulo: Hucitec, 1986. pp. 11- 38
- MARTINS, José de Souza. A sujeição da renda da terra ao capital e o novo sentido da luta pela reforma agrária. **Encontros com a Civilização Brasileira**, vol. 3, n. 22, p. 199-222, abr. 1980.
- MARTINS, José de Souza. **O cativo da terra**. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e tradicionalismo**. Estudo das contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo: Pioneira, 1975.
- MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle. – 2 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).
- MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política: livro III: o processo de produção do capital**. Trad. Rubens Enderle; edição de Friedrich Engels. – 1 ed. – São Paulo: Boitempo, 2017. (Marx-Engels).
- MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. **História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea** Marcel Mazoyer, Laurence Roudart; [tradução de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira]. – São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.
- MÉSZÁROS, István. **A montanha que devemos conquistar: reflexões acerca do Estado**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa**. - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.
- MIELITZ NETO, Carlos Guilherme Adalberto. **Políticas públicas e desenvolvimento rural no Brasil**/Carlos Guilherme Adalberto Mielitz Neto, Lenivaldo Manoel de Melo [e] Cláudio Machado Maia; coordenado pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010.
- MIGUEL, Lavois de Andrade; SCHREINER, Camila Traesel. **Gestão e planejamento de unidades de produção agrícola** [recurso eletrônico] /organizadores Lovois de Andrade Miguel [e] Camila Traesel Schreiner ; coordenado pela SEAD/UFRGS. – 2. ed. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2022. 279 p. : pdf
- MOORE, Jason W. ‘Amsterdam is Standing on Norway’Part I: The Alchemy of Capital, Empire and Nature in the Diaspora of Silver, 1545–1648. **Journal of Agrarian Change**, v.

10, n. 1, p. 33-68, jan. 2010a. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1471-0366.2009.00256.x>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOORE, Jason W. ‘Amsterdam is standing on Norway’ part II: The global North Atlantic in the ecological revolution of the long seventeenth century. **Journal of Agrarian Change**, v. 10, n. 2, p. 188-227, marc. 2010b. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1471-0366.2009.00262.x>. Acesso em: 14 set. 2018.

MOREIRA, Francisco Josemar. **Um olhar sobre o perímetro irrigado de Jaguaruana – CE (1977 – 1998)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 1999.

NEVES, Nelson Serra e. **Projeto Morada Nova: Planejamento físico rural**. Fortaleza: DNOCS/UFC, 1977. 34p. ISBN (broch.)

NOBRE, João Batista Pereira. **Morada Nova e o perímetro irrigado – um casamento quase perfeito**. Monografia (Especialização em Metodologia do Ensino Fundamental e Médio). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2000.

NOGUEIRA, Gabriel Parente. A institucionalização do poder: O processo de criação de vilas na capitania do Siará grande, contextos e motivações (1699-1802). In: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (Org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Expressão Gráfica / Instituto Frei Tito de Alencar, 2011, p. 67-94.

NOVAIS, Fernando Antonio. **O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Filipe II**. Entrevista concedida ao Programa Biblioteca Sonora da Rádio USP, em 4 de julho de 2017. Disponível em: <https://jornal.usp.br/radio-usp/radioagencia-usp/o-mediterraneo-e-o-mundo-mediterraneo-na-epoca-de-filipe-ii/>. Acesso em 10 set. 2019.

NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri da. Introdução. In: **Nova História em perspectiva**. São Paulo: Cosac Naify, 2011.

NOVAIS, Fernando Antonio. Influências e invenção na sociologia brasileira (comentário crítico). In: MICELI, Sérgio (org.). **O que ler na ciência social brasileira**. - São Paulo: ANPOCS: Editora Sumaré; Brasília, D F: CAPES, 2002, p. 162-182.

NUNES, Rogério Maciel. **Políticas públicas, agronegócio e modos de vida no campo: estudo de caso sobre a implantação do perímetro irrigado Tabuleiros de Russas (1987 – 2003)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2014.

NUNES, Waltonio Cardoso. **A política globalizada contribuindo para o agravamento do processo de exclusão social do Baixo Jaguaribe – refletindo sobre o projeto Jaguaribe-Apodi: a estrutura inicial implantada e sua posterior transformação num modelo globalizado de produção agrícola**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2005.

OLIVEIRA, Almir Leal. A força periférica da operação comercial das carnes secas do Siará grande no século XVIII. *In*: VIANA JÚNIOR, Mário Martins; SILVA, Rafael Ricarte da; NOGUEIRA, Gabriel Parente (Org.). **Ceará: Economia, Política e Sociedade (Séculos XVIII e XIX)**. Fortaleza: Expressão Gráfica / Instituto Frei Tito de Alencar, 2011a, p. 13-34.

OLIVEIRA, Almir Leal. O comércio das carnes secas do Ceará no século XVIII: as dinâmicas do mercado colonial. *In*: MOURA, Denise Aparecida Soares de; CARVALHO, Margarida Maria de; LOPES, Maria Aparecida. (Org.). **Consumo e abastecimento na história**. - São Paulo: Alameda, 2011b, p. 167-188.

OLIVEIRA, Almir Leal. As carnes secas do Ceará e o mercado atlântico no século XVIII. *In*: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida. (Org.). **Temas setecentistas, governos e populações no império português**. Curitiba: UFPR/SCHLA - Fundação Araucária, 2009, p. 505-516.

OLIVEIRA, Almir Leal. A força periférica da empresa comercial do charque: o Ceará e as dinâmicas do mercado atlântico (1767-1783). *In*: JORNADA DE ESTUDOS SETECENTISTAS, 6., 2006, Curitiba. **Anais [...]**. Curitiba, 2006. p. 110-118.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: FFLCH, 2007, 184p. Disponível em: http://gesp.ffiich.usp.br/sites/gesp.ffiich.usp.br/files/modo_capitalista.pdf. Acesso em: 06 jul. 2019.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Ed. Contexto, 1991. (Coleção Caminhos da Geografia)

OLIVEIRA, Jeovah Cardoso de. **Análise de risco ambiental da irrigação pública do estado do Ceará**: o caso do perímetro irrigado de Morada Nova. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, 2002. 93f

OLIVEIRA, Joyce Mara Silva de. **Atingidos pela barragem do Figueiredo**: história de resistência (2002 – 2012). Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2016.

PALMEIRA, Moacir. Modernização, Estado e questão agrária. **Estud. av.**, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 87-108, dez. 1989. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141989000300006&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 04 jul. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141989000300006>.

PARPART, Jane; VELTMEYER, Henry. L'évolution d'une idée: une approche critique en études du développement. *In*: VELTMEYER, Henry; TANIMOUNE, Nasser Ary (eds). **Des outils pour le changement**: une approche critique en études du développement. Ottawa, Canadá: University of Ottawa Press, 2015, pp. 5-14. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.10>. Acesso em: 29 jul. 2019.

PENHA, Eli Alves. **A criação do IBGE no contexto da centralização política do Estado Novo**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações, 1993. 123 p. – (Documentos para disseminação).

PEROTE, Lícia Tereza Rodrigues. **Jaguaribara: a cidade submersa**. História de uma cidade planejada no sertão do Ceará. Dissertação (mestrado) – Curso de Pós-Graduação em Urbanismo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2006.

PESSOA, Vanira Matos et. al. O verde da economia no campo: desafios à pesquisa e às políticas públicas para a promoção da saúde no avanço da modernização agrícola. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 17, n.6, p. 1533-1542, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012000600017&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 23 fev. 2016.

PESSOA, Vanira Matos; RIGOTTO, Raquel Maria. Agronegócio: geração de desigualdades sociais, impactos no modo de vida e novas necessidades de saúde nos trabalhadores rurais. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 37, n. 125, p. 65-77, jun. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0303-76572012000100010&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 mar. 2016.

PESSOA, Vanira Matos. **Abordagem do território na constituição da integralidade em saúde ambiental do trabalhador na atenção primária em Quixeré-Ce**. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fortaleza, Universidade Federal do Ceará, 2010. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/1347/1/2010_dis_vmpessoa.pdf. Acesso em: 09 mar. 2016.

PINHEIRO, Francisco José. O trabalho escravo na capitania do Ceará. *In: Notas sobre a formação social do Ceará (1680-1820)*. – Fortaleza: Fundação Ana Lima, 2008. pp. 111-194.

PITOMBEIRA, Sheila Cavalcante. **A bacia hidrográfica como estratégia de planejamento territorial para o desenvolvimento sustentável do semiárido: a bacia do rio Jaguaribe, Ceará – Brasil**. Tese (doutorado)- Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente, Fortaleza, 2015. 217f.: il. Color., enc.; 30c m.

PLANEJAMENTO físico de áreas dos projetos de colonização de Morada Nova (CE) e Alto Turi (MA). Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1975. 135p.

PLOEG, Jan Douwe van der. O modo de produção camponês revisitado. *In: SCHNEIDER, Sérgio (Org.). A diversidade da agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 13-54.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens de nossa época**. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PONTES, Andrezza Graziella Veríssimo et al. Os perímetros irrigados como estratégia geopolítica para o desenvolvimento do semiárido e suas implicações à saúde, ao trabalho e ao ambiente. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 18, n. 11, p. 3213-3222, nov. 2013.

Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232013001100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 05 jul. 2016.

PONTES, José Osvaldo. Apresentação. *In*: NEVES, Nelson Serra e. **Projeto Morada Nova: Planejamento físico rural**. Fortaleza: DNOCS/UFC, 1977. 34p. ISBN (broch.)

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Aldeias indígenas e povoamento do Nordeste no final do século XVIII: aspectos demográficos da cultura de contato. *In*: **Ciências Sociais Hoje**. São Paulo: HUCITEC/Anpocs, 1992.

PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesãos: origens do trabalho livre no Ceará colonial. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 20/21, n. 1/2, 1989.

PRADO Júnior, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. - São Paulo: Brasiliense, 1999.

PRADO Júnior, Caio. Contribuição para a análise da questão agrária no Brasil. *In*: **A questão agrária no Brasil**. 2 ed. - São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 15-84

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Desenvolvimento das Ciências Sociais no Brasil: nascimento e expansão. **Ciência & Trópico**, Recife, v. 20, n. 2, p. 387-412, jul./dez., 1992. Disponível em: <https://periodicos.fundaj.gov.br/CIC/article/view/513>. Acesso em: 21 set. 2019.

REBOUL, Claude. Mode de production et systèmes de culture et d'élevage. **Économie Rurale**, Paris, v. 112, n. 2, p. 55-65, Mars 1976. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/AsPDF/ecoru_0013-0559_1976_num_112_1_2413.pdf. Acesso em: 20 jan. 2023.

REIS, José Carlos. Anos 1960: Caio Prado Jr. e "A Revolução Brasileira". **Rev. bras. Hist.**, São Paulo, v. 19, n. 37, p. 245-277, set. 1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881999000100012&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 12 set. 2019. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-01881999000100012>.

RIBEIRO, Mara Rafaela Rodrigues. **Estado e território: terra, água e sociedade na formação do perímetro irrigado de Morada Nova (1968 – 1987)**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2012.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, A. C. P. Invisibilidade ou invisibilização dos efeitos crônicos dos agrotóxicos à saúde? Desafios à ciência e às políticas públicas. *In*: NOGUEIRA, Roberto Passos et. al. (org.). **Observatório Internacional de Capacidades Humanas, Desenvolvimento e Políticas Públicas: estudos e análises 2**. - Brasília: UnB/ObservaRH/Nesp; Fiocruz/Nethis, 2015, p. 47-90. Disponível em: http://capacidadeshumanas.org/oichsite/wp-content/uploads/2015/07/OICH_EstudosAnalises2.pdf. Acesso em: 09 jun. 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria et. al. Saúde do Trabalhador e a questão ambiental. *In*: Vera Lúcia Navarro; Edvânia Ângela de Souza Lourenço. (Org.). **Avesso do trabalho III**: Saúde do trabalhador e questões contemporâneas. São Paulo: Fapesp/Expressão Popular, 2013a, p. 141-163. Disponível em:

http://editora.expressaopopular.com.br/sites/editora.expressaopopular.com.br/files/o_avesso_3.pdf. Acesso em: 09 jun. 2016.

RIGOTTO, Raquel et. al. Tendência de agravos crônicos à saúde associados a agrotóxicos em região de fruticultura no Ceará, Brasil. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 16, n. 3, p. 763-773, 2013b. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1415-790X2013000300763&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso: 24 fev. 2016.

RIGOTTO, Raquel (org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde – vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: UFC, 2011a.

RIGOTTO, Raquel (Org.). **Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE**. - Fortaleza: Edições UFC, 2011b. Disponível em: http://www.tramas.ufc.br/wp-content/uploads/2013/11/Agrot%C3%B3xicos-Trabalho-e-Sa%C3%BAde_Completo.pdf. Acesso em: 09 jun. 2016.

RIGOTTO, Raquel. Os conflitos entre o agronegócio e os direitos das populações: o papel do campo científico. **Revista Pegada**, vol. 12 n.1, p.123-140, 2011c. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/issue/view/86>. Acesso em: 23 fev. 2016.

RIGOTTO, Raquel; AUGUSTO, Lia Giraldo da Silva. Saúde e ambiente no Brasil: desenvolvimento, território e iniquidade social. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S475-S485, 2007. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2007001600002&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2016.

RIGOTTO, Raquel. Saúde Ambiental & Saúde dos Trabalhadores: uma aproximação promissora entre o Verde e o Vermelho. **Rev. bras. epidemiol.**, São Paulo, v. 6, n. 4, p. 388-404, dez. 2003. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-790X2003000400013&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 08 jun. 2016.

RIGOTTO, Raquel Maria et al. **Estudo epidemiológico da população da região do baixo Jaguaribe exposta à contaminação ambiental em área de uso de agrotóxicos** - Documento síntese dos resultados parciais da pesquisa. Fortaleza, agosto de 2010.

RODRIGUES, Ozinete Lima Maia. **Projetos de irrigação e desflorestamento na caatinga – o caso do distrito de irrigação do Tabuleiro de Russas**. Monografia (Especialização em Meio Ambiente: Uma Visão Interdisciplinar). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2006.

ROLIM, Josimeire Barreto de Sousa. **Sistemas técnicos e sustentabilidade: desafios no perímetro irrigado de Morada Nova, Ceará.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2006.

SACHS, Wolfgang. (ed.). **The Development Dictionary: a guide to knowledge and power.** 2 ed. London: Zed Books, 2010.

SAMPAIO, Solange Maria Cavalcante. **Uso racional da água na irrigação - estudo de caso 'perímetro irrigado de Morada Nova'.** Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia. Departamento de Engenharia Hidráulica e Ambiental, Fortaleza, 2004.

SANTOS, Francisco Kennedy Silva dos. **Políticas públicas e reorganização do espaço: o caso do perímetro irrigado Morada Nova (CE).** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Fortaleza, 2004.

SANTOS, Glace Kelly Mendes dos. **Desenvolvimento e desapropriação: as contradições no perímetro irrigado de Morada Nova – CE (1960 – 1980).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2015.

SANTOS, Milton. **Espaço e método.** 5 ed., 2 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem.** 5 ed., 3 reimp. – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 2 ed. – São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

SILVA, Adriana Lima da. **Perímetro Irrigado Tabuleiro de Russas e as consequências de sua implantação: o caso de Bananeiras – Russas (CE).** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2016.

SILVA, Francisco Antonio da; CARVALHO, Alba Maria Pinho de. O GTDN e a proposta de desintegração do campesinato como condição para o desenvolvimento econômico do Nordeste. *In: GUILHERME, Willian Douglas (org.). Investigação científica nas ciências humanas e sociais aplicadas* [recurso eletrônico]. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. pp. 76-93. DOI 10.22533/at.ed.6781916048 – (Investigação Científica nas Ciências Humanas e Sociais Aplicadas; v. 1).

SILVA NETO, Benedito. Enfoque sistêmico e análise econômica de sistemas de produção: uma abordagem baseada no materialismo histórico e dialético. *In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE SISTEMAS DE PRODUÇÃO, 11., 2016, Pelotas. Anais [...].* Pelotas, 2016. pp. 30-45

SILVEIRA, Edvanir Maria da. **Naufrágio de uma cidade.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Paulista Júlio de Mesquita Filho, Franca, 2000.

SOUSA, Elisângela Maria de Oliveira. **O “novo modelo de irrigação” e os colonos de Morada Nova**: política para qual público. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2005.

SOUSA, José Weyne de Freitas. **Política e seca no Ceará**: um projeto de desenvolvimento para o Norte (1869-195). Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História, 2009.

SOUSA, Katiane Almeida de. **Des-re-territorialização e novas dinâmicas socioespaciais no perímetro irrigado de Morada Nova – PIMN, Ceará**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2012.

SOUSA, Maria Lúcia de. **Refletindo sobre o processo de implantação do projeto de irrigação Jaguaribe-Apodi, em Limoeiro do Norte – CE (1989 – 1994)**. Monografia (Especialização em Perspectivas e Abordagens em História). Universidade Estadual do Ceará: Limoeiro do Norte, 2004.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. A reprodução subordinada do capital. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, 1982. Disponível em: <https://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/issue/view/9>. Acesso em: 27 fev. 2019.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do vinho**. Estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo, Editora Hucitec, 1978.

TAVARES, Jessie Coutinho de Souza. **Perspectivas de sustentabilidade no semiárido**: caracterização dos perímetros irrigados no Baixo Jaguaribe. Dissertação (Mestrado em Administração de Empresas). Universidade de Fortaleza: Fortaleza, 2016.

TILZEY, Mark. Food Regimes, Capital, State, and Class: Friedmann and McMichael Revisited. **Sociologia Ruralis**. Accepted Author Manuscript. 14 march 2019. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/soru.12237>. Acesso em: 10 abr. 2019. doi:10.1111/soru.12237.

VALENTE JÚNIOR, Airton Saboya. **Rentabilidade das explorações agropecuárias do projeto de irrigação Morada Nova (CE)**. Dissertação (Mestrado em Economia Rural). Universidade Federal do Ceará, Departamento de Economia Agrícola, Fortaleza, 1990. 93p:

VELLOSO, Tatiana Riveiro. **A gestão dos recursos hídricos em um contexto regional**: a trajetória do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural). Universidade Federal de Viçosa: Viçosa, 2000.

VELTMEYER, Henry; BOWLES, Paul. Critical development studies: na introduction. *In*: Veltmeyer, Henry; Bowles, Paul (Ed.). **The essential guide to critical development studies**. Abingdon, Oxon; New York, NY: Routledge, 2017. pp. 1-27

VELTMEYER, Henry; ARY TANIMOUNE, Nasser (eds.). L'État, les classes sociales et le développement. *In*: **Des outils pour le changement**: une approche critique en études du développement. Ottawa: University of Ottawa Press, 2015, pp. 115-17. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.29>. Acesso em: 29 jul. 2019.

VELTMEYER, Henry; ARY TANIMOUNE, Nasser. Une introduction. *In*: VELTMEYER, Henry; TANIMOUNE, Nasser (Eds.). **Des outils pour le changement: une approche critique en études du développement**. Ottawa: University of Ottawa Press, 2015, pp. 1-4. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/j.ctt16xwbjg.9>. Acesso em: 29 jul. 2019.

VERGOPOULOS, Kostas. Capitalismo disforme (O caso da agricultura no capitalismo). *In*: AMIN, Samir. **A questão agrária e o capitalismo**. Trad. Beatriz Resende. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977. pp. 40-179 – (Pensamento crítico, v. 15).

VIEILLE, Paul. L'espace global du capitalisme d'organisation. **Espaces et sociétés: revue critique internationale de l'aménagement, de l'architecture et de l'urbanisation**, n. 12, pp. 3-32, mai. 1974. Disponível em: <http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k5620372h.image>. Acesso em: 11 jun. 2019.

VIEIRA, Jacyra Maria A. et. al. Caracterização físico-química e reológica do óleo de oiticica para produção de biodiesel. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE MAMONA, 4 & SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE OLEAGINOSAS ENERGÉTICAS, 1, 2010, João Pessoa. **Anais [...]**. Campina grande: Embrapa Algodão, 2010. p. 55-59.

VILLANUEVA PÉREZ, José Luis; ENTRENA DURÁN, Francisco. Cambios en la construcción social de lo rural. De la autarquía a la globalización. **Papers. Revista de Sociologia**, [S.l.], v. 56, p. 281-286, oct. 1998. ISSN 2013-9004. Disponible en: <https://papers.uab.cat/article/view/v56-villanueva>. Acesso em: 28 mar. 2019
doi:<https://dx.doi.org/10.5565/rev/papers.1960>.

VILLELA, André. Distribuição regional das receitas e despesas do Governo Central no II Reinado, 1844-1889. **Estud. Econ.**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 247-274, jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-41612007000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 abr. 2018.
<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-41612007000200001>.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Um saber necessário: os estudos rurais no Brasil**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2012.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. O camponês: um trabalhador para o capital. **Cadernos de Difusão de Tecnologia**, vol. 2, n. 1, jan./abr., 1985. Disponível em: <http://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/9248/5282>. Acesso em: 11 set. 2019.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Capital e propriedade fundiária na agricultura brasileira. *In*: ARAÚJO, Braz José de. **Reflexões sobre a agricultura brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 15-40 – (Coleção Estudos brasileiros; v. 37).

WEIS, Tony. **The Global Food Economy**. The Battle for the Future of Farming. London: Zed Books, 2007.

WOLF, Eric R. **Sociedades Camponesas**. Trad. Oswaldo Caldeira C. da Silva; revisão técnica de Gilberto Velho. 2 ed. – Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editores, 1976.